Cláudio Vicentino • Bruno Vicentino

Olhares da História
Brasil e mundo

Manual do Professor

1

História - Ensino Médio

editora scipione

Cláudio Vicentino • Bruno Vicentino

Olhares da História
Brasil e mundo

Manual do Professor

Cláudio Vicentino

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor de História em cursos de Ensino Médio e pré-vestibulares

Autor de obras didáticas e paradidáticas para Ensino Fundamental e Médio

José Bruno Vicentino

Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Professor de História em cursos de Ensino Fundamental, Médio e pré-vestibulares

Autor de obra didática para Ensino Médio

Colaboração de

Saverio Lavorato Junior

Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Professor universitário e coordenador de curso de Licenciatura em História

História - Ensino Médio

1ª EDIÇÃO

SÃO PAULO • 2016

APRESENTAÇÃO

Caros Alunos,

Como sabemos, todos os seres humanos vivem a História e têm sua maneira de encarar o mundo. Somos o que somos, pensamos de um jeito e não de outro, agimos em função disto e não daquilo. Decidimos que causas abraçar, cogitar abraçar ou renegar com base nas certezas que criamos em nosso passado.

Quer um exemplo de como isso pode ocorrer? Digamos que na rua na qual vocês moram uma família veio se instalar recentemente, natural de outro lugar. Os costumes, aparência e sotaque dos novos vizinhos chamam a sua atenção. Vocês começam a se perguntar de onde vieram e por que eles se mudaram para a sua rua. Podem se interessar também em conhecer melhor a cultura deles, entender em que aspectos ela é diferente ou parecida com a sua. Com isso, aos poucos vocês se aproximam da história cultural daquelas pessoas, conhecem seus valores e crenças. Será que a situação dessa família se assemelha à de outras famílias que se deslocaram em épocas diferentes? Agindo assim, vocês se deparam com a história de grandes grupos sociais que têm sua vida afetada por contextos complexos e acabam deixando seu lugar de origem por causa disso. O passado de seus novos vizinhos e do local em que eles viviam pode ajudá-los a entender a experiência atual no seu bairro.

O conhecimento histórico é assim: se faz presente em todas as situações, porque todos os seres humanos e tudo o que está relacionado a eles têm história, têm passado. Esse conhecimento se torna um importante instrumento para entender nosso tempo, impregnado de heranças do passado. Quanto mais vocês têm domínio sobre o conhecimento histórico, mais recursos terão para tomar decisões no presente e ampliar o conhecimento sobre si mesmos.

Esse conhecimento não é único, definitivo. Ele é capaz de nos oferecer diferentes pontos de vista e convicções. Da mesma forma, há diversas maneiras de conhecê-lo, percebê-lo e divulgá-lo.

Esta obra é um convite para o conhecimento e a reflexão histórica. Ela se propõe a ajudá-los a lidar com diversas fontes, testemunhos e relatos, capacitando-os a analisar criticamente os sinais do passado para que sejam utilizados no seu dia a dia e no exercício de sua cidadania.

Com as várias imagens, leis, documentos, mapas e exercícios aqui apresentados, queremos que vocês desenvolvam e aprimorem sua capacidade de indagação e de análise do passado e do presente. São recursos que lhes darão oportunidade para desenvolver o senso crítico, a valorização dos legados culturais e a percepção das permanências e das mudanças ocorridas ao longo do tempo, além dos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais em que se dão as relações humanas.

Bom ano de estudos!

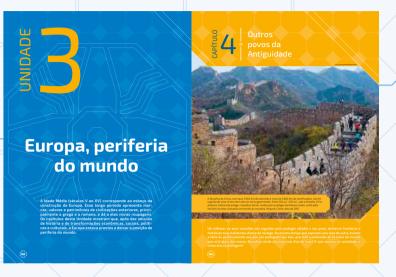
Os Autores

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Biblioteca Monastério do Escorial, Madri, Espanha.

Conheça seu Livro

Cada volume da coleção é dividido em grandes Unidades e capítulos. Conheça, a seguir, os boxes e seções do livro.

Abertura da Unidade

Um breve texto indica os conteúdos que serão estudados nos capítulos que compõem cada Unidade.

Abertura de capítulo

Composta de uma foto atual, relacionada a um aspecto do capítulo, e um pequeno texto com questionamentos que serão compreendidos e respondidos ao longo do capítulo.

Saber histórico

Esta seção mostra de que maneira o conhecimento histórico sobre o período a ser abordado na Unidade foi construído por historiadores e estudiosos do tema em questão.

Leituras

Boxe com textos de livros, revistas ou *sites* da internet que tratam de diferentes assuntos abordados nos capítulos.

Para saber mais

Textos que aprofundam e complementam temas tratados nos capítulos. Essa seção pode, em algumas ocasiões, apresentar atividades.

Pontos de vista

Seção que estabelece um diálogo entre dois pesquisadores e suas diferentes concepções sobre um mesmo tema, com base em trechos de suas principais obras. Traz ainda uma pequena biografia dos pesquisadores abordados.

Construindo conceitos

Entenda melhor os conceitos fundamentais do ensino de História. Eles são trabalhados com atividades de pesquisa.

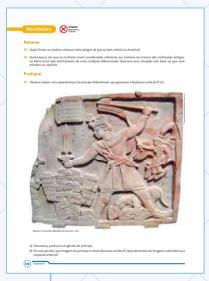
Infográfico

Imagens, legendas explicativas e pequenos textos apresentam dados de uma maneira ágil e atraente. Os infográficos colaboram para a fixação de diferentes conteúdos estudados ao longo dos capítulos.

Dialogando com outras disciplinas

Seção interdisciplinar que relaciona assuntos abordados nos capítulos com outras áreas do conhecimento. Ela propõe um projeto de investigação com outra disciplina e aparece em diferentes momentos ao longo do volume.

Vivendo naquele tempo

Conheça o cotidiano de diferentes grupos sociais ao longo da História, analisando suas condições de vida, seus valores e suas práticas sociais.

Atividades

A seção de atividades trabalha com textos de historiadores, imagens, trechos de reportagens e textos interdisciplinares, e está dividida em quatro partes: Retome, Pratique, Analise uma fonte primária e Articule passado e presente.

Enem e vestibulares

Esta seção, localizada no final da Unidade, apresenta exercícios do Enem e de vestibulares de todas as regiões do país.

Sumário

Introdução: A construção do saber histórico

Unidade 1: Nossa história mais remota

Henri Lhote/Arquivo da editora

Unidade 2: Civilizações antigas

Victoria & Albert Museum, Londres/Bridgeman Images/Keystone

Unidade 3: Europa, periferia do mundo

Jerónimo Alba/Alamy/Latinstock.

The Granger Collection/Other Images

Introdução

Olhamos para o passado com os pés fincados no tempo presente. Os relatos de acontecimentos de outros tempos e lugares são articulados com questões do presente e refletem diferentes pontos de vista. Por isso esses relatos nunca apresentam versões únicas e definitivas dos acontecimentos.

Em cada momento da História e a cada análise sobre determinado período, fato ou episódio criam-se versões. Com base nelas, podemos refletir sobre o mundo em que vivemos e sobre nosso passado. Essa compreensão do mundo pode servir ao exercício da cidadania.

A construção do saber histórico

Renato Soares/Pulsar Imagens

Cada vez mais os indígenas procuram ter voz em nossa sociedade, expondo seus relatos e suas interpretações a respeito da própria história e da história do Brasil, construindo, assim, versões diferentes da tradicional. Indígena da comunidade Pataxó da Aldeia Velha, Porto Seguro (BA). Foto de 2014.

1 Nossa história: uma leitura do passado

Durante todo o século XIX, a História priorizou o estudo de fatos e feitos de "pessoas notáveis". Por meio desse estudo, os historiadores apontavam como as nações da Europa nasceram e/ou se consolidaram. Os estudiosos desse período apoiavam-se principalmente em documentos oficiais escritos, que eram considerados a única e verdadeira versão dos acontecimentos.

No século seguinte, pesquisas históricas ampliaram o debate, e novos olhares sobre a construção do saber histórico conquistaram espaço. As pesquisas passaram a abranger toda atividade humana. Em algumas décadas, estudar História deixou de significar a memorização de datas, de "fatos importantes" e de "personagens ilustres". Dessa forma, a seleção de temas, períodos e objetos de pesquisa histórica passou a ser feita com base em preocupações e anseios da época em que cada historiador se encontra.

Com essas mudanças, a História passou a ser um conhecimento dinâmico: o passado inclui tudo o que já aconteceu, sem possibilidade de modificação, mas as formas de olhar para o passado mudam conforme muda o presente. O que sabemos, por exemplo, sobre os antigos gregos continua a ser constantemente atualizado, e opiniões e afirmações são modificadas de acordo com as escolhas temáticas de cada historiador. Isso possibilita novas descobertas, pesquisas e abordagens.

Contudo, exige-se o cuidado de não reduzir outros lugares e outras épocas à nossa visão de mundo. Ao buscar entender o passado, é necessário considerar o ponto de vista, os valores e os conceitos de quem viveu em determinada época, e não os nossos. Isso vale tanto para os historiadores como para você que estuda História na escola.

Nesse processo para compreender o passado, é preciso levar em conta, ainda, que historiadores são indivíduos diferentes uns dos outros no que se refere a origem, formação cultural, classe social e religião. Portanto, suas interpretações da História também podem ser diferentes, embora muitas de suas preocupações (problemas ambientais ou desigualdades sociais, por exemplo) possam ser comuns.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Turma de meninos em colégio na Escola Estadual Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, em foto produzida entre 1900 e 1910. Com o passar do tempo, novas formas de pensar a convivência entre meninos e meninas e de interpretar o mundo fizeram com que os valores representados na imagem fossem abandonados na maior parte das escolas do Brasil e do mundo.

Acervo da Escola Estadual Caetano de Campos/Arquivo da editora

2 Fonte histórica ou documento histórico

O que distingue o conhecimento histórico de outras formas de conhecimento sobre o passado (como o discurso religioso e o senso comum) é a forma como esse conhecimento é produzido. O conhecimento histórico é construído por meio do método histórico, que deve ser racional, seguir um raciocínio lógico e apresentar argumentos baseados em evidências. Essas evidências que sustentam os argumentos históricos são as fontes.

Fonte histórica ou **documento histórico** é tudo aquilo que de algum modo está marcado pela presença humana. Além dos documentos escritos, as fontes históricas compreendem grande variedade de vestígios e evidências em objetos e materiais diversos.

Da mesma forma que há uma pluralidade de pontos de vista sobre o passado, existem também muitas fontes de informações sobre esse passado. Essas fontes podem ser discursos orais ou escritos, monumentos, obras de arte, objetos cotidianos e até mesmo corpos preservados, esqueletos de pessoas de agrupamentos antigos ou o DNA. Portanto, para apreender as múltiplas "vozes" do passado, cabe ao historiador definir um enfoque sem deixar de considerar a existência de outros.

No entanto, fontes históricas não falam por si e não desvendam a verdade absoluta do passado: é preciso que o historiador interrogue o contexto em que foram produzidas, identifique os grupos ou os valores que elas representam e de que maneira abordam e retratam diferentes grupos sociais. Essas perguntas são geradas pelos interesses do historiador e pelas questões da época em que ele se encontra. Por isso, diferentes perguntas revelarão diferentes aspectos de um mesmo documento ou levarão a outros.

Além disso, novos documentos surgem a todo momento. Com o passar do tempo, registros que anteriormente não eram considerados documentos pelos historiadores (por exemplo, as relações étnicas registradas no código genético humano) passam a ser aproveitados como evidência histórica, levando pesquisadores a reescrever e reinterpretar o passado.

O Templo de Segesta, construído aproximadamente em 420 a.C. no território da atual Sicília, Itália, é um exemplo de fonte histórica. Sua arquitetura, o local em que foi construído, o material utilizado em sua edificação, as técnicas de construção empregadas e as funções que o edifício teve ao longo do tempo podem ser analisados pelos historiadores na busca por interpretações a respeito do passado. Foto de 2014.

Marco Rubino/Shutterstock

O trabalho do historiador com as fontes históricas

Como vimos, as fontes históricas não são a História em si, elas não expõem diretamente o passado. Entre o passado e o historiador há uma série de "filtros": a própria preservação de uma fonte pode ser considerada um desses filtros.

O primeiro passo do trabalho do historiador é realizar o levantamento dos documentos que pretende analisar. No entanto, às vezes não é possível obter determinados documentos, pois eles podem ter sido extraviados, danificados em desastres e fenômenos naturais, como incêndios, enchentes, umidade e temperaturas inadequadas; deteriorados por insetos e/ou microrganismos; danificados pela ação humana, como rasuras, uso de material inadequado, grampos ou clipes (no caso de documentos escritos), destruição de documentos considerados irrelevantes ou mesmo para ocultação de acontecimentos.

Além disso, essa seleção de fontes históricas é conduzida de acordo com o tema, o interesse e outras variáveis adotadas pelo pesquisador. Assim, diferentes historiadores utilizarão diferentes fontes, o que implicará reflexões e resultados também diversos. O modo pelo qual um historiador aproveita as informações dos documentos também não é sempre o mesmo, e isso constitui mais um filtro entre ele e o passado.

Avaliando fontes históricas

Tomemos o exemplo de um registro escrito: ao analisar essa fonte, o pesquisador começa por se perguntar *por que* e *como* aquela fonte chegou até ele, *por quem* e *por que* foi produzida. Ele precisa definir, entre outras questões, a data exata do documento, sua autoria, sua autenticidade e a que série de documentos ele pode ser relacionado. Ele deve, ainda, avaliar as informações e as ideias contidas no documento, comparando-as com o que já se sabe sobre o período e com outros documentos. Até documentos considerados falsificados (de autoria falsa ou que não pertencem ao período que se alega) podem conter informações importantes, pois estão inseridos no processo histórico que levou à falsificação.

Jens Buttner/dpa Picture-Alliance/Agência France-Presse

Quando um documento de importância histórica é danificado, é necessário recuperá-lo. Na foto de 2013, restaurador repara tapeçaria danificada produzida em 1823. A obra restaurada foi exposta ao público em Wismar, Alemanha.

Com todas essas variáveis, fica evidente que os documentos não nos permitem “ver”, mas sim “ler” o passado. O historiador faz uma leitura do passado, e leitura significa a produção de uma **interpretação específica**. Portanto, pesquisadores e estudantes, ao analisarem o passado, não podem deixar de considerar que tudo o que lhes chega é apenas uma das versões possíveis de uma época e de um lugar. E eles próprios, em suas reflexões e análises, também produzirão uma das versões possíveis nesse trabalho dinâmico de interpretar a História.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

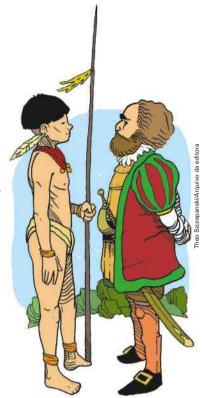
Tomemos um exemplo interessante: a *Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, dom Manuel*. Esse documento – que descreve a terra, os habitantes, a fauna e a flora do Brasil quando da chegada da esquadra de Cabral ao território brasileiro – ficou esquecido por três séculos em um arquivo português, até ser recuperado e assim: publicado no final do século XIX por historiadores brasileiros interessados em construir uma narrativa que valorizasse o nascimento da nação brasileira. Nessa interpretação, destacavam-se a exuberância da natureza e os aspectos que consideravam “exóticos” dos povos indígenas. Assim, a carta de Caminha foi tida como uma espécie de “certidão de nascimento” do Brasil pelos historiadores da época, que consideravam que o Brasil “surgiu” com a chegada dos portugueses.

O documento foi submetido a análises mais críticas apenas no século XX. Avaliando, entre outros aspectos, a maneira como os navegantes europeus descreveram as populações indígenas que encontraram, os historiadores passaram a considerar a carta de Caminha uma importante fonte a respeito da mentalidade desses europeus – que julgavam o que viram na América pelo olhar do conquistador.

Jaime Acioli/Museu Nacional de Belas Artes - Iphan/MinC, Rio de Janeiro, RJ.

Divulgação/Arquivo da editora

À direita, pôster do filme *O descobrimento do Brasil*, do cineasta Humberto Mauro, de 1937. O filme é uma superprodução baseada na Carta de Pero Vaz de Caminha e em outras fontes históricas, como o quadro *A primeira missa no Brasil* (reproduzido acima), produzido por Victor Meireles em 1860. Mauro foi responsável pela fotografia de diversos filmes oficiais do governo Getúlio Vargas, e seu filme buscava valorizar a nação brasileira. É possível afirmar, portanto, que o próprio filme é um documento que revela uma interpretação da história do país.

A relação presente-passado

> **Antropologia**: do grego *anthropos*, "homem", e *logos*, "razão", "pensamento". Ciência que estuda a humanidade de maneira abrangente, desde os aspectos físicos (ou biológicos) até os aspectos culturais, que incluem crenças, costumes, rituais, linguagem, relações de parentesco, etc.
> **etnólogos**: os estudiosos de povos e suas culturas.

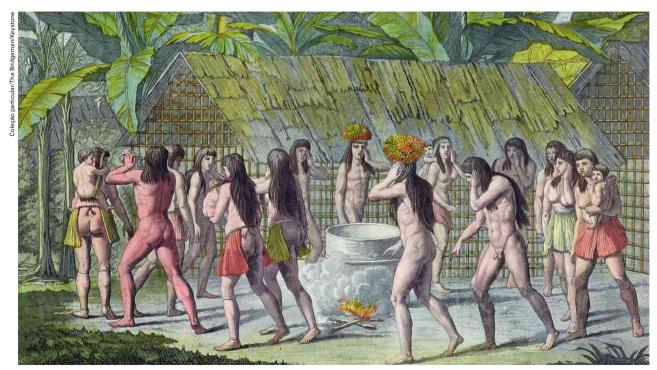
A relação presente-passado exige cuidados: é preciso sempre distinguir o tempo estudado do tempo em que o historiador está inserido. Por exemplo, cometemos equívoco histórico, denominado **anacronismo**, se julgamos eventos do passado, de outras culturas, regidas por outras regras morais, com base na cultura e nos valores de nossa sociedade. Em outras palavras, entre o atual e o antigo sempre se impõem cuidado, reflexões e relativizações, mas nunca censura ou juízos de valor.

A moralidade, as práticas e as crenças funcionam de formas diferentes em culturas diferentes; por isso não é possível julgar uma cultura de acordo com os pontos de vista de outra cultura. Essa ideia de relativismo cultural nos foi legada pela **Antropologia**. O antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942) dizia: "A humanidade é uma. As civilizações, muitas".

> O conceito de relatividade cultural afirma que os padrões do certo e do errado (valores) e dos usos e das atividades (costumes) são relativos à cultura da qual fazem parte. Na sua forma extrema, esse conceito afirma que cada costume é válido em termos de seu próprio ambiente cultural.
>
> HOEBEL, Edward Adamson; FROST, Everett. *Antropologia cultural e social.* Rio de Janeiro: Cultrix, 1996. p. 22.

Dessa forma, nenhuma cultura pode medir a qualidade das outras com base em sua própria cultura, pois cada uma tem um sistema de valores próprio que não pode ser comparado ao das outras.

> Hoje, todos os **etnólogos** estão convencidos de que as sociedades diferentes da nossa são sociedades humanas tanto quanto a nossa, que os homens que nelas vivem são adultos que se comportam diferentemente de nós, e não "primitivos", autômatos atrasados [...]. Mas nos anos [19]20 isso era propriamente revolucionário.
>
> LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia.* São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 81.

Coleção particular/The Bridgeman/Keystone

Dança de indígenas Camanacami, do livro *Le costume ancien et modern*, de Jules Ferrario, publicado em 1819.

3 Leituras do tempo

A História é o estudo das ações humanas ao longo do tempo e em determinados espaços geográficos. As diferentes formas de organização, constituição e ocupação do espaço fazem parte do campo de estudo da Geografia, uma das ciências com a qual os estudos historiográficos dialogam. Mas como definir o tempo?

Há muitas maneiras de explicar e sentir a passagem do tempo. Todos nós convivemos com fenômenos temporais: dia, noite, estações do ano, crescimento, envelhecimento. Várias civilizações estabeleceram divisões do tempo que adotaram a observação dos ciclos da natureza como base: o movimento da Terra, do Sol e da Lua. Além da Lua e do Sol, o calendário maia, por exemplo, baseava-se na observação do planeta Vênus. Muitos calendários surgiram da análise dos astros, por sua influência sobre as plantações e a necessidade de definir os tempos de plantio, poda e colheita.

Uma volta do planeta Terra em torno de seu eixo (rotação) foi interpretada por diversas culturas como um dia, que foi dividido em 24 partes iguais, chamadas de horas, por sua vez também subdivididas, e assim por diante. Decidiu-se que o dia não começa ao nascer do sol, mas aproximadamente seis horas depois que ele desaparece no horizonte. Outras civilizações consideravam que o dia só começava logo que o sol aparecia. No século VIII a.C., na Babilônia, os astrônomos definiam o início do dia quando o sol estava a pino, em seu ponto mais alto no céu. A semana de sete dias pode ter surgido de acordo com as fases da Lua.

Essas diferentes formas de dividir o tempo correspondem ao **tempo físico** ou **cronológico**. Cada civilização tem uma leitura particular do tempo, que pode ser a melhor, a mais adequada ou a mais confortável para seu próprio povo.

Embora seja fundamental para a compreensão da História, o tempo cronológico não é seu objeto de estudo, mas sim o **tempo histórico**, ou seja, os períodos da existência humana em que ocorrem eventos que fazem parte de estruturas e contextos mais amplos, como a economia ou a política.

Louis Crucius/Antikamnia Chemical Company Calendars, 1899-1900/Arquivo da editora

Calendário norte-americano produzido e ilustrado entre 1899 e 1900.

Cronocart/Arquivo da editora

Cartão-postal com fotografia do Viaduto do Chá e do Vale do Anhangabaú, década de 1950.

Periodização

A vida das pessoas, no entanto, não muda de modo abrupto na passagem de um período histórico para outro. Datas, períodos, eras e outras formas de demarcar o tempo histórico são convenções e orientam a leitura do passado, mas não representam mudanças definitivas e rupturas em todos os aspectos da sociedade. Após uma revolução, por exemplo, algumas condições de vida ou o sistema de governo podem ser modificados de maneira brusca, mas o modo de pensar, as práticas e atitudes diante dos acontecimentos mudam mais lentamente, em ritmos diversos. Entretanto, estudando os períodos históricos, podemos compreender a História de forma mais ampla e realizar divisões de acordo com alguns critérios, como organização social, relações de trabalho e sistemas de governo.

Gusman/Leemage/Agência France-Presse

Soldados franceses em trincheira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Foto sem data.

O tempo histórico, portanto, não é regular, contínuo e linear como o tempo físico ou cronológico, e sim composto de **diferentes durações**, já que está vinculado às ações de grupos humanos e aos conjuntos de fenômenos – mentais, econômicos, sociais e políticos – que resultam dessas ações.

Desse modo, diversas periodizações podem ser feitas para estudar História. Diferentes historiadores e pesquisadores podem criar tantas organizações para o tempo histórico quantos forem os recortes ou pontos de vista: cultural, político, ideológico, etc. Para alguns historiadores, por exemplo, o século XIX não começa em 1801, mas em 1789 (início da Revolução Francesa), e termina não em 1900, mas em 1914 (início da Primeira Guerra Mundial). Ainda para esses historiadores, o século XX teria se iniciado em 1914 e se encerrado em 1991, com o fim da União Soviética. Isso acontece porque, segundo eles, esses marcos – início da Revolução Francesa e início da Primeira Guerra Mundial – delimitam períodos em que os eventos seguem algumas linhas mestras.

Outro exemplo é o século V a.C. Para alguns historiadores, esse século teria tido início em 480 a.C., ano da vitória naval grega sobre os persas em Salamina, e não em 499 a.C. E ele teria terminado não em 400 a.C., e sim em 404 a.C., com a derrota de Atenas, transformada em mero satélite de Esparta. Evidentemente, nesse exemplo, não se trata de séculos no sentido de tempo cronológico, mas de tempo histórico.

Tempo histórico: longa, média e curta duração

Como vimos, o tempo das ações humanas não segue exatamente os relógios e os calendários. Com base nessa premissa, alguns historiadores passaram a argumentar que o tempo histórico pode ser de longa, de média ou de curta duração. Vamos entender cada uma dessas durações:

- As relações do ser humano com o ambiente, com a geografia e com o clima de um lugar, por exemplo, ocorrem de maneira bastante lenta. O tempo histórico em que se dá esse processo é considerado de longa duração.
- As formas de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens materiais (economia) e as relações políticas são marcadas por rupturas e permanências, em um processo que pode se prolongar por vários anos. Nesse caso, pode-se afirmar que se trata de um tempo histórico de média duração.
- Por fim, um evento ou um fato (aquele que, como vimos, era tradicionalmente valorizado na História que se escrevia no século XIX) configuram o tempo de curta duração.

É importante considerar que **periodizar** o tempo histórico, ou seja, dividi-lo em períodos, é um ato arbitrário: a escolha do ponto inicial da contagem e dos eventos mais importantes é feita por algumas pessoas, segundo sua compreensão do mundo e da existência humana, e seguida por outros, sem que necessariamente exista uma concordância entre todos. As periodizações também são expressões da cultura e evidenciam os principais valores de uma sociedade ou civilização.

Tomemos um exemplo. Na cultura cristã ocidental, o ano 2000 chegou há mais de uma década, mas os judeus já passaram dessa data há muito tempo (seu calendário está sempre 3 761 anos à frente do cristão). Já os que seguem o islamismo (muçulmanos) ainda não chegaram ao ano 2000 (a contagem de seu calendário inicia-se no ano 622 do calendário cristão). Afirmar que "chegamos ao ano 2000" significa que, para nós, o tempo começa a ser contado a partir de um evento ocorrido há 2 mil anos, aproximadamente – no caso, o nascimento de Jesus de Nazaré, chamado de Cristo.

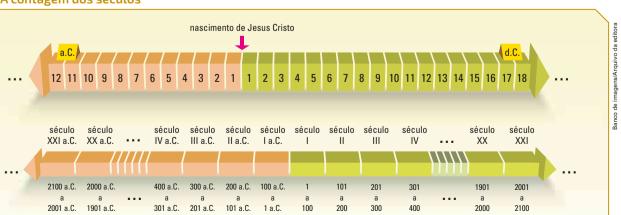
semita: grupo étnico e linguístico que compreende hebreus, assírios, fenícios, aramaicos e árabes. O termo "semita" remete a Sem, um dos filhos de Noé, personagem do Gênesis, primeiro livro da Bíblia.

Para saber mais

Muçulmano

O termo "muçulmano" é muitas vezes empregado erroneamente como sinônimo de árabe; por isso vale a pena esclarecer essa diferença. A palavra "árabe" designa um povo **semita** que ocupa, sobretudo, a península Arábica; muçulmano é aquele que, árabe ou não, segue a religião muçulmana ou islâmica, fundada pelo profeta árabe Muhammad (Maomé) no século VII. O Alcorão (ou Corão), livro sagrado dos muçulmanos, é escrito em árabe e é nessa língua que as preces são recitadas. O islamismo, num processo de expansão iniciado pelos árabes, acabou se tornando a religião de outros povos, como os turcos (na atual Turquia), os persas (no atual Irã) e vários povos africanos e orientais. A expansão da civilização árabe também ajudou a difundir sua cultura, seus princípios religiosos, sua forma de compreender o mundo e seu calendário. Assim, existem árabes não muçulmanos (árabes católicos, por exemplo) e muçulmanos não árabes (indonésios muçulmanos, por exemplo).

Embora muitas pessoas no Ocidente não sejam cristãs, essa periodização baseia-se na ideia de que o nascimento de Cristo é tão importante para a humanidade que o tempo deve ser dividido em dois períodos: antes de Cristo (a.C.) e depois de Cristo (d.C.) (ver esquema a seguir). As sociedades cuja religião majoritária segue essa crença (como as das Américas pós-ocupação europeia e as da Europa) são chamadas, em conjunto, de **civilizações cristãs ocidentais**.

A contagem dos séculos

Como a História lida com longos períodos, costuma-se usar uma unidade de tempo denominada **século**, equivalente a cem anos. O mecanismo de contagem dos séculos é similar ao dos anos. Por exemplo: o século XX vai de 1901 a 2000; o século XV, de 1401 a 1500; o século XXI, de 2001 a 2100; e o século IX a.C., de 900 a.C. a 801 a.C.

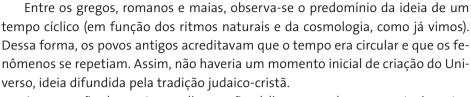
Os calendários

Existiram na História diferentes tipos de calendário: solares (como o cristão); lunares (como o islâmico ou muçulmano); e lunissolares, em que os anos seguem o movimento da Terra ao redor do Sol e os meses acompanham o movimento da Lua em torno da Terra (como o calendário hebreu).

Entre os gregos, romanos e maias, observa-se o predomínio da ideia de um tempo cíclico (em função dos ritmos naturais e da cosmologia, como já vimos). Dessa forma, os povos antigos acreditavam que o tempo era circular e que os fenômenos se repetiam. Assim, não haveria um momento inicial de criação do Universo, ideia difundida pela tradição judaico-cristã.

A concepção de um tempo linear, não cíclico, marcado por acontecimentos únicos, era uma característica dos hebreus e dos persas **zoroastristas** que acabou sendo adotada também pelos cristãos. O nascimento de Cristo e o fim do mundo (apocalipse) são exemplos de demarcações do tempo que não poderiam se repetir.

zoroastristas: seguidores do zoroastrismo, religião dualista que crê na existência de duas divindades que representariam a dualidade entre o Bem (Ahura Mazda) e o Mal (Arimã). Foi fundada na antiga Pérsia pelo profeta Zaratustra (ou Zoroastro).

Paule Seux/hemis.fr/Agência France-Presse

O portão de todas as nações, patrimônio mundial da Unesco localizado em Persépolis, no Irã, traz as figuras de *lamassus*, esculturas de criaturas antropozoomórficas, ou seja, com características humanas e animais. Estátuas produzidas em 510 a.C., aproximadamente. Foto de 2008.

O surgimento do calendário cristão

No começo do cristianismo ainda não se contava o tempo a partir do nascimento de Cristo. Isso só ocorreria algumas décadas após o fim do Império Romano do Ocidente, em 525 d.C. Naquela ocasião, Dionísio, o Exíguo (um monge que, na época, era abade de Roma), estabeleceu o ano em que Jesus teria nascido. Ele fez isso com base nas informações sobre a idade da cidade de Roma e em detalhes históricos do período do nascimento de Cristo. Com esses dados, Dionísio definiu o ano 1 do calendário cristão como o ano 754 da fundação de Roma.

Posteriormente, em 1582, o papa Gregório XIII reformou o calendário, motivo pelo qual o calendário cristão ocidental é chamado **gregoriano**.

A Pedra do Calendário ou Pedra do Sol é uma gigantesca escultura asteca descoberta em 1790 na praça central da Cidade do México. Pesando 24 toneladas e medindo quase 4 metros de diâmetro, esse baixo-relevo foi interpretado como a representação da divisão do tempo para os astecas. A figura central simboliza um deus Sol em torno do qual estão representados os vinte dias do calendário sagrado, denominados vintenas. No total, seriam dezoito meses, e ao final do calendário haveria mais cinco dias reservados à meditação. Há outra hipótese sobre sua função original: seria um altar de sacrifícios humanos ao deus Sol, com uma representação da divisão asteca do tempo.

Ronaldo Schemidt/Agência France-Presse

A Pedra do Calendário, também conhecida como Pedra do Sol, é um baixo-relevo produzido pelos astecas em cerca de 1300 a 1521. Alguns estudiosos acreditam que ele pode ser uma representação da divisão do tempo para esse povo. A escultura está exposta no Museu de Antropologia da Cidade do México.

Divisão de tempo e poder

No processo de expansão de um povo, sua forma de compreender, dividir e periodizar o tempo também é transmitida a outros povos. Para que ocorra essa transmissão, entretanto, não basta que exista determinada marcação do tempo: é preciso que ela esteja ligada aos indivíduos ou grupos sociais que detêm o poder, tanto no âmbito econômico e político como no religioso, e que esse poder perdure. O calendário gregoriano, por exemplo, foi adotado pelos povos europeus, que expandiram seu poder econômico e político por todo o globo, e tornou-se referência para vários outros povos. Os líderes chineses, por exemplo, adotaram o calendário gregoriano em 1912, por causa das relações comerciais com o Ocidente. No entanto, entre a população chinesa, continua valendo seu calendário tradicional, usado há mais de 5 mil anos.

Outro exemplo de uso político da marcação do tempo foi a criação de um calendário pelos revolucionários franceses, no final do século XVIII, para demarcar o início de uma nova era com a Revolução Francesa. No entanto, ele deixou de ser adotado quando o grupo que o criou foi expulso do poder.

Reprodução/Arquivo da editora

Calendário republicano instituído após a Revolução Francesa de 1789. Com base no sistema decimal, foi aplicado no país a partir de 22 de setembro de 1792 e perdurou enquanto os revolucionários estiveram no poder.

O historiador francês Jacques Le Goff afirma que o calendário pode ser entendido como um recurso de controle do tempo, geralmente por parte dos poderosos.

> A conquista do tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos do controle do universo pelo homem. De um modo não tão geral, observa-se como numa sociedade a intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial do seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do poder; por outro lado, apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário: reis, padres, revolucionários.
>
> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 487.

A utilização do calendário gregoriano no continente americano resulta de um processo que teve início na conquista da América pelos europeus. Eles dominaram os povos nativos e suas culturas e escravizaram diferentes povos africanos, que foram transportados para a América. Esses atos de violência e exploração moldaram e marcaram as novas sociedades americanas. O poder passou a ser exercido, inicialmente, pelos descendentes dos colonizadores sustentados por instituições e mode-

Marcos Amend/Pulsar Imagens

Pintura rupestre encontrada no Sítio Arqueológico da Lapa da Sucupira, Santana do Riacho, MG. Foto de 2015.

Vladimir Wrangel/Shutterstock

Baixo relevo egípcio produzido durante o período ptolemaico (305 a.C.-30 a.C.) em Dendera, Egito.

BorisVetshev/Shutterstock

A Basílica da Natividade foi construída no suposto local do nascimento de Jesus Cristo, em 326. Foto de 2016.

los europeus (políticos, jurídicos, policiais, educativos, religiosos, etc.). Por isso podemos dizer que o tempo (o calendário, a periodização) que utilizamos também é, até hoje, uma expressão da cultura do colonizador.

Nesse processo de colonização, herdamos ainda uma divisão da História de acordo com os grandes marcos ou eventos valorizados pela história política e cultural da Europa ocidental. Essa divisão foi ampliada no final do século XIX, com a inclusão da Pré-História, o que formou a chamada periodização clássica (veja esquema abaixo).

Podemos questionar os critérios utilizados nos recortes adotados por essa divisão clássica. A queda do Império Romano do Ocidente, por exemplo, não é um evento relevante para os chineses ou para as civilizações da América pré-colombiana. É importante, porém, ter em mente que as periodizações, embora facilitem o estudo da História, refletem determinado poder político, econômico e cultural que se expressa nas datas e nos temas selecionados para estudo. Trata-se, neste caso, de uma visão centrada nos interesses europeus – o **eurocentrismo**. Analisar criticamente o papel do eurocentrismo na história ocidental exige primeiro conhecê-lo historicamente.

Ao longo desta obra, procuraremos destacar que a História é construção e reflete as opções dos historiadores em diferentes momentos.

eurocentrismo: visão de mundo que considera os valores, as referências, as línguas, etc., da Europa elementos fundamentais de leitura e construção do passado, atribuindo uma noção de exotismo, inferioridade e atraso às culturas não europeias.

Iluminura medieval ilustrando um torneio de cavaleiros em St. Inglevere, Calais, na França, 1390.

A *Carta della Catena*, de autoria desconhecida, apresenta um panorama da cidade de Florença, na Itália, em 1490.

Fotografia do bairro Chinatown, em Nova York, 2015.

Atividades

Retome

1. O ensino de História passou por muitas transformações nos últimos cem anos. Por essa razão, os conteúdos que você estuda hoje na escola e a maneira como eles são ensinados diferem da experiência das gerações passadas. Confira isso fazendo o que se pede:
   a) Converse com parentes ou conhecidos mais velhos sobre como foi o ensino de História que eles receberam na escola. Anote os depoimentos em seu caderno.
   b) Com base nos relatos que escutou e nas informações oferecidas pelo texto deste capítulo introdutório, aponte três diferenças importantes entre a História ensinada hoje e aquela ensinada no passado.
2. Como vimos, a História é um conhecimento dinâmico, que está constantemente em construção. O que isso significa?
3. Para se produzir conhecimento histórico é suficiente extrair das fontes primárias as informações que elas oferecem? Por quê?
4. O julgamento dos eventos do passado com base em valores ou regras do presente é um equívoco grave, que despreza as especificidades do tempo e do lugar estudados. Como se chama esse tipo de equívoco e como pode ser evitado?
5. O que significa dizer que o tempo histórico é composto de diferentes durações?
6. Para estudar História, usamos uma periodização baseada em grandes marcos da História europeia, como a queda de Constantinopla e a Revolução Francesa. Essa periodização vem sendo muito questionada, especialmente ao tratar de estudos de culturas e povos não europeus. Por quê?

Pratique

7. O texto que se segue é um trecho do livro *As maravilhas do conhecimento humano: história, ciência e religião*, de Henry Thomas publicado em 1941. Leia-o atentamente e depois faça o que se pede.

> Henrique era um príncipe de um pequeno país, Portugal, e via, nas estrelas, que a futura glória do mundo estava no Ocidente. Amava entranhadamente as estrelas. Construiu observatórios para estudá-las, de modo que, quando um marinheiro saísse para o ínvio oceano, pudesse encontrar seu caminho de regresso. E assim foi inventado o astrolábio, aperfeiçoado o compasso, e os navios da Renascença aventuravam-se cada vez mais longe, até o Atlântico. Os homens logo se acostumaram a navegar centenas de milhas distantes de seus lares.
>
> O príncipe Henrique depois fundou uma escola para navegadores.
>
> Mês após mês, os alunos dessa escola saíam para o mar e não mais se ouvia falar deles. Mas um dia, em 1486, Bartolomeu Dias voltou altivamente para Portugal e anunciou que havia dado meia-volta em torno da África. Como seus grandes sonhos se haviam realizado, Dias chamou o lugar onde os havia obtido de "Cabo da Boa Esperança".
>
> Doze anos mais tarde, Vasco da Gama viajava para o Cabo da Boa Esperança. Aventurou-se mais distante ainda, de coração palpitante, até alcançar a Índia. E mais uma vez a comunicação se estabeleceu entre Oriente e Ocidente [...]
>
> THOMAS, Henry. *As maravilhas do conhecimento humano: História, ciência e religião*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941. v. I. p. 64-65.

   a) Considerando o texto acima, que adjetivos você usaria para qualificar os navegadores portugueses?
   b) No texto lido, quem podemos identificar como agentes da história, ou seja, quem faz a História?
   c) É possível afirmar que a concepção de História que está embutida nesse texto é eurocêntrica? Por quê?
   d) O texto de Henry Thomas afirma que dom Henrique, príncipe de Portugal, teria fundado uma escola de navegação. Trata-se da Escola de Sagres, sobre a qual o historiador Fábio Pestana Ramos, em entrevista concedida recentemente para o *site* português Público, afirma:

   > Não há prova factual, como vestígios arqueológicos ou documentos originais, que possam comprovar a existência de uma escola em Sagres.

   Fábio, autor da obra *Por mares nunca dantes navegados*, diz ainda que as citações sobre a suposta escola basearam-se em uma única fonte inglesa:

   > [...] as citações são baseadas num único mapa de um pirata inglês que registrou algumas construções em Sagres na época, nada referente à existência de uma escola de navegação.
   >
   > Disponível em: <www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/brasil-historiador-nega-existencia-da-escola-de-sagres-1364441>. Acesso em: 20 out. 2015.

   Com base na leitura desta Introdução, podemos dizer que Henry Thomas, ao atribuir na década de

1940 os feitos dos navegantes aos conhecimentos desenvolvidos pela Escola de Sagres, faltou com a verdade? Justifique.

8. Na rede social *Café História,* o historiador carioca José D'Assunção Barros escreve:

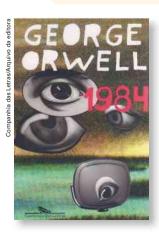
> [...] quando examinamos as fontes históricas, não podemos em nenhuma hipótese projetar categorias de pensamento da nossa época na mente das pessoas de uma outra época. Não podemos tentar enxergar um inglês da época digital em um homem da Inglaterra Puritana. Temos que entender uma outra época nos seus próprios termos quando estamos trabalhando ao nível das fontes [...]. Todavia, na hora de fechar a nossa análise, temos de retornar à nossa época. As perguntas do historiador começam na sua própria época. A partir destas perguntas ele ilumina uma outra época, tentando enxergá-la nas suas fontes; e finalmente, ao analisar estas fontes, depois de tentar compreender como viviam os homens daquele período de seu passado, ele volta à sua época para fechar a análise. Isto é História.
>
> Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/profile/JoseDAssuncaoBarros>. Acesso em: 10 out. 2015.

a) O autor discute no texto acima um dos mais graves equívocos que um historiador pode cometer. Identifique-o.

b) Imagine dois exemplos do equívoco discutido por José D'Assunção Barros e escreva-os.

9. Depois de ter estudado este capítulo introdutório e pensado sobre a produção do conhecimento histórico, forme um grupo com três ou quatro colegas e discutam o possível significado da seguinte passagem do romance *1984*, escrito pelo inglês George Orwell (1903-1950). Anotem suas ideias no caderno e apresentem-nas para o restante da turma.

> Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado.
>
> ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Companhia das Letras/Arquivo da editora

1984 foi o último romance escrito por George Orwell. O livro narra a história de Winston, prisioneiro de uma sociedade controlada por um Estado opressor, fundado exclusivamente sobre o desejo do exercício do poder. Nesse futuro sombrio criado por Orwell, Winston enfrentará o sistema opressor ao qual está submetido, passando por diversas situações que vão da descoberta do amor à traição e à tortura.

Analise uma fonte primária

10. Em março de 2003, o jornal *Los Angeles Times* publicou uma foto da Guerra do Iraque na qual um soldado britânico aparecia no meio de uma multidão portando uma arma engatilhada em uma das mãos e fazendo sinal com a outra para que um homem carregando uma criança se abaixasse para não ser alvejado pela artilharia inimiga (1). A foto, tirada pelo fotojornalista Brian Walski, era carregada de dramaticidade, mas não retratava uma cena de todo real. Poucos dias depois da sua publicação, o jornal lançou uma nota informando sobre a demissão do fotógrafo por ter adulterado digitalmente a foto original. Observe a seguir que a foto 1 é uma composição de elementos das fotos 2 e 3.

Brian Walski/Los Angeles Times

Brian Walski/Los Angeles Times

Brian Walski/Los Angeles Times

a) Avalie que problema(s) o caso relatado acima levanta sobre o uso de fotografias como fonte histórica.

b) Em sua opinião, a possibilidade de adulteração de uma fotografia invalida seu uso como fonte histórica?

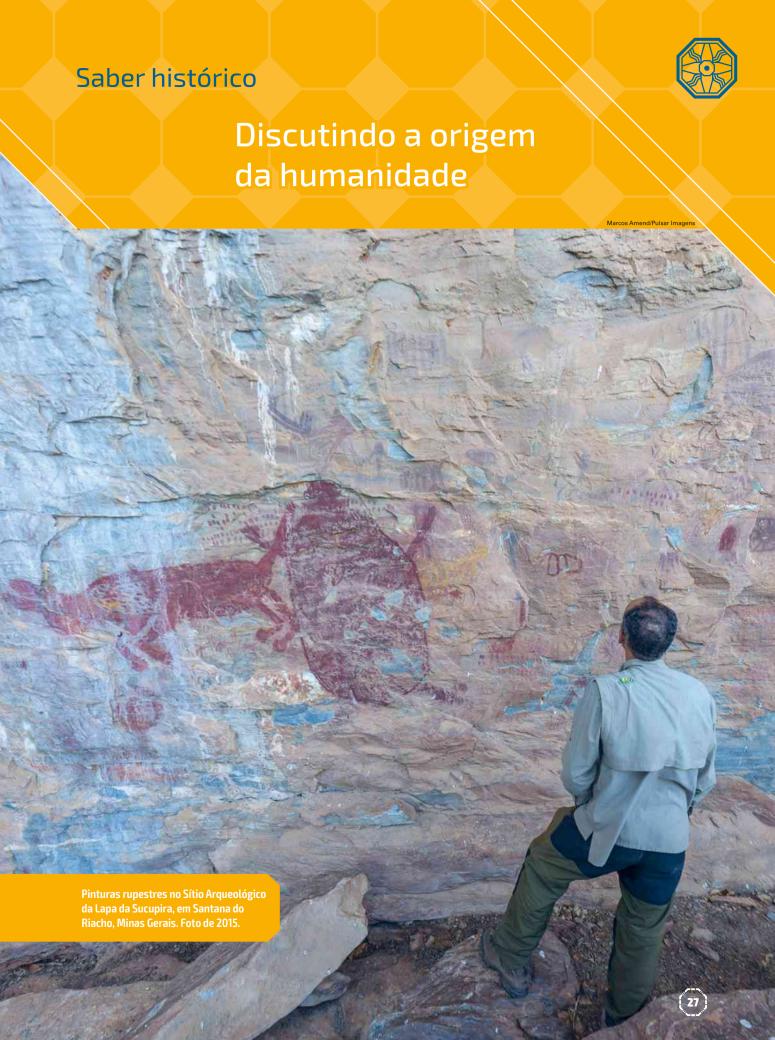
UNIDADE 1

Nossa história mais remota

A origem da humanidade, seu desenvolvimento e os primeiros tempos da vida em sociedade formam um imenso campo de pesquisas para historiadores e demais estudiosos. Constantes estudos nos mais diversos sítios arqueológicos e descobertas de novos fósseis mostram que o conhecimento a respeito desse tema pode sofrer transformações com o passar do tempo. Os capítulos desta Unidade buscam discutir aspectos gerais sobre os mais remotos agrupamentos humanos.

Discutindo a origem da humanidade

Marcos Amend/Pulsar Imagens

Pinturas rupestres no Sítio Arqueológico da Lapa da Sucupira, em Santana do Riacho, Minas Gerais. Foto de 2015.

1 As sociedades ágrafas

Cientistas apontam que há mais de 100 mil anos os primeiros seres humanos organizavam-se em pequenos grupos, com pouco contato entre si. Viviam da caça, da pesca e da coleta. Deslocavam-se em busca de recursos naturais e tinham poucos objetos. Eram, portanto, grupos **nômades**.

nômades: pessoas ou grupos que não têm local fixo de residência, que se deslocam constantemente de lugar para lugar.
sedentarização: processo pelo qual as pessoas deixam de se deslocar/movimentar regularmente, ou seja, passam a ter um local fixo de moradia.

Milhares de anos depois, essas primeiras formas de organização social dariam pouco a pouco lugar a um processo de **sedentarização** e ao desenvolvimento de outras atividades, como a produção de instrumentos mais complexos e de objetos de cerâmica, a agricultura e a domesticação de animais. Entretanto, essas atividades não ocorreram simultaneamente em todas as regiões nem todos os povos as praticaram. Com a sedentarização e o cultivo agrícola, esses pequenos grupos se tornariam bem mais numerosos, chegando a reunir milhares de pessoas em aldeias e cidades.

Durante muitos anos prevaleceu a ideia de que antes da invenção da **escrita** não existiu História. Esse período foi denominado Pré-História, expressão ligada à noção de que a História não poderia ser feita sem documentos escritos. Essa opinião, que se consolidou entre historiadores franceses e alemães principalmente na segunda metade do século XIX, constitui uma forma eurocêntrica de entender a história da humanidade, conforme vimos na *Introdução*.

Recentemente, contudo, especialistas também passaram a reconhecer como fontes históricas os registros ágrafos (não escritos), como pinturas rupestres, esculturas, relatos orais e vestígios materiais. Além disso, como a escrita não surgiu ao mesmo tempo em todos os lugares e há alguns grupos que ainda hoje vivem sem escrita, essa divisão entre História e Pré-História mostrou-se ainda mais inconsistente.

O termo "Pré-História" remete ao maior período da humanidade. Envolve centenas de milhares de anos – desde as origens dos primeiros seres humanos até a invenção da escrita –, enquanto o período posterior abarca pouco mais de 6 mil anos. No que se refere à América, o termo "Pré-História" tem designado em muitos estudos o período anterior à ocupação europeia. Embora essa designação continue a ser usada, devemos ter em mente suas limitações. Considerar, por exemplo, que o primeiro registro sobre as populações indígenas do Brasil foi a Carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, é desconsiderar como fontes históricas os grafismos e os objetos, por exemplo, produzidos anteriormente por essas populações originárias e assumir uma visão eurocêntrica do conhecimento, como veremos adiante.

Acervo do autor/Arquivo da editora

Mario Friedlander/Pulsar Imagens

Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Atualmente, vestígios como ferramentas, cerâmicas e pinturas rupestres são considerados importantes documentos históricos. Na primeira imagem, em cima, pinturas rupestres no Sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí. Foto de 2014. No meio, cerâmica encontrada na região do Vale do Guaporé, na Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. Foto de 2014.
Ao lado, pinturas rupestres no Sítio Arqueológico da Lapa da Sucupira, em Santana do Riacho, Minas Gerais. Foto de 2015.

2 Uma falsa trajetória: do atraso cultural ao progresso

A noção de que haveria uma Pré-História caminha para a ideia de um **progresso histórico**. Segundo essa concepção eurocêntrica, conforme o tempo passa e as civilizações se sucedem, a humanidade evoluiria de estágios menos aperfeiçoados para situações de maior desenvolvimento. É como se existisse um roteiro, uma trajetória que devesse ser obrigatoriamente cumprida por todos os povos e sociedades.

Dessa forma, a Pré-História corresponderia a um período em que a humanidade estaria ensaiando seus passos, em que ainda não se organizava em civilizações e engatinhava no domínio de tecnologias essenciais, como o uso do fogo e dos metais.

Deve-se problematizar essa concepção, já que foi com esse olhar que os europeus, já no século XVI, consideraram-se superiores às demais sociedades humanas e justificaram a conquista de povos, nações, reinos e até de continentes inteiros. Essa dominação foi, muitas vezes, apresentada como um "favor" aos povos submetidos e uma "missão" dos conquistadores, já que serviria para "melhorá-los", para "civilizá-los". O discurso também se estendia para justificar a prática da violência, exploração, extermínio físico e cultural e escravização. Além disso, a ideia de superioridade constituiu uma base falsamente científica para a prática do racismo.

De maneira ainda mais radical, a exemplo do filósofo Friedrich Hegel (1770-1831), chegou-se a conceber que a África subsaariana, por exemplo, não tinha história. Segundo Hegel, em afirmação de 1830:

> A África não é uma parte histórica do mundo, não oferece qualquer movimento, desenvolvimento ou qualquer progresso histórico próprio. [...] o que entendemos propriamente por África é o espírito sem história, o espírito ainda não desenvolvido, envolto nas condições naturais.
>
> HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Introdução à história da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 316-392. (Coleção Os Pensadores).

Museu de Etnologia, Berlim/Album/akg-images/Latinstock

Representação de pássaro em relevo africano de bronze, de cerca de 1650. Benin, Nigéria.

Nico Tondini/ Robert Harding Heritage/Agência France-Presse

Gravura rupestre encontrada na região de Kunene, na Namíbia. Foto de 2011. A gravura rupestre, diferentemente da pintura, foi esculpida na pedra e também pode ser chamada de *petróglifo*.

Para Hegel, “o que entendemos propriamente por África” correspondia à região além do Egito e ao sul do Saara, separada, portanto, da África mediterrânea do norte.

As sociedades ditas “primitivas” eram capazes de produzir e preparar tudo de que necessitavam para viver com os recursos que a natureza lhes oferecia. Embora também tenham desenvolvido práticas **predatórias** e promovido **impactos ambientais**, seu convívio com o meio geralmente se fazia de maneira harmoniosa. Vale destacar que, hoje, o termo “primitivo” é considerado depreciativo, mas seu significado remete a “aquele que foi o primeiro a existir, que coincide com a origem”.

predatórias: que promovem destruição.
impactos ambientais: alterações sociais, econômicas e ecológicas no meio ambiente provocadas por atividades e ações humanas.

Ao estudarmos sociedades diferentes da nossa, como já apontamos na *Introdução*, é importante nos mantermos abertos à compreensão de suas culturas, sem preconceitos ou julgamentos de valor. Afinal, se formos avaliar a sabedoria das sociedades europeias ocidentais, veremos que “progresso” nem sempre significou “evolução” positiva e que a humanidade cria ameaças à própria existência no planeta. A destruição do meio ambiente, a produção da miséria, da fome e da violência, as trocas pessoais baseadas na cultura de mercado e no consumismo, a constante ameaça das armas nucleares, entre outros desafios da atualidade, demonstram a necessidade de repensarmos nossos valores e nossa cultura.

Diz o historiador brasileiro Alfredo Bosi:

> O que estaria errado na “religião do progresso” não é, evidentemente, a justa aspiração que todos os homens nutrem de viver melhor, mas os hábitos de dominação que esse desejo foi gerando por via de uma tecnologia destrutiva e de uma política de violência. Em outras palavras: a sequência dos tempos não produz necessária e automaticamente uma evolução do inferior para o superior.
>
> BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 22.

Delfim Martins/Pulsar Imagens

Vista aérea de trecho da Mata dos Cocais, em Teresina, no Piauí, com área desmatada para extração de areia. Foto de 2015.

ANWAR AMRO/Agência France-Presse

A poluição e o acúmulo de lixo são duas das muitas consequências que o "progresso"pode acarretar. Nesta foto de 2015, ativista libanês retira lixo de um rio em Beirute, Líbano.

CAPÍTULO 1

Os primeiros agrupamentos humanos

Boris-B/Shutterstock

Movimentação nos arredores do mercado de Mumbai, na Índia. Foto de 2015.

Hoje, vivemos em uma sociedade industrializada, com inúmeros recursos tecnológicos. A maior parte da população se concentra em grandes centros urbanos, onde há poluição, problemas com o lixo, com a falta de água, etc. A relação do ser humano com a natureza vem se deteriorando rapidamente, pois existe uma exploração desmedida dos recursos naturais, como o desmatamento de florestas, queimadas para criação de gado e a pesca predatória. Pensando nisso, reflita sobre como os primeiros humanos se relacionavam com o meio ambiente.

1 O estudo dos mais remotos vestígios da humanidade

O que sabemos sobre os primeiros tempos da humanidade vem dos **fósseis** e objetos encontrados nas escavações **paleontológicas**, as quais ganharam maior impulso a partir do fim do século XIX.

Os estudos dos vestígios encontrados nessas escavações originam análises e teorias que serão confirmadas, aprimoradas ou rejeitadas por descobertas e interpretações posteriores. Por meio desses vestígios, é possível analisar as organizações sociais, as interferências humanas no meio ambiente e as concepções das primeiras sociedades.

Entretanto, essas pesquisas só foram intensificadas quando pesquisadores se convenceram de que os seres humanos tiveram ancestrais biológicos. Isso ocorreu depois da assimilação do grande abalo no conhecimento científico causado pela publicação do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin (1809-1882), em 1859. Darwin foi um cientista inglês que propôs uma teoria da evolução segundo a qual as espécies evoluíram por seleção natural. De acordo com o **darwinismo**, ou **evolucionismo**, os seres vivos sofrem mutações genéticas; aqueles mais adaptados ao meio sobrevivem e deixam descendentes. Anteriormente, existiam apenas explicações mítico-religiosas (bíblicas, no caso das civilizações judaico-cristãs e mitológicas, no caso de povos africanos e indígenas, entre outras) para o surgimento da humanidade.

Acervo do autor/Arquivo da editora

Crânio masculino datado de cerca de 9 920 anos. Foto de 2014.

fósseis: vestígios petrificados de seres vivos de épocas remotas que conservam suas características físicas essenciais.
paleontológicas: referentes à Paleontologia, ciência que estuda a vida de todos os organismos que viveram na terra (animais, vegetais) e seu desenvolvimento no decorrer do tempo geológico, assim como a evolução primata-homem. O paleontólogo investiga pisadas, fósseis ósseos, entre outros vestígios, reunindo conhecimentos biológicos e geológicos.

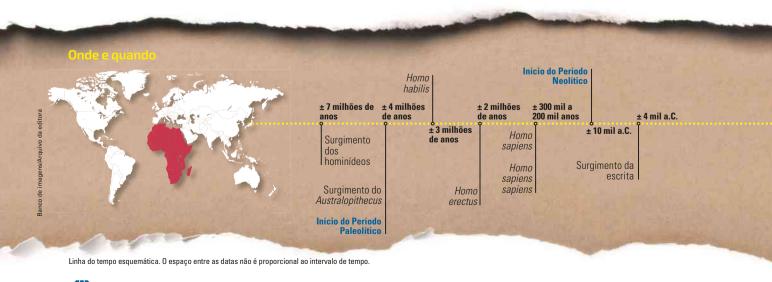
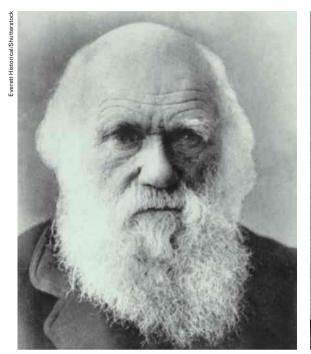
Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Para saber mais

Sobre evolução

Everett Historical/Shutterstock

SOTK2011/Alamy/Latinstock

À esquerda, fotografia de Charles Robert Darwin, c. 1870-1880. À direita, Hebert Spencer, foto sem data.

No século XIX, época da supremacia econômica europeia e da expansão imperialista, ganhou força a doutrina racista do filósofo inglês Herbert Spencer, conhecida como **darwinismo social**. Segundo Spencer, a Teoria da Evolução de Darwin podia ser perfeitamente aplicada à evolução da sociedade: assim como ocorria uma seleção natural entre as espécies, com o predomínio dos animais e das plantas mais capazes, haveria uma seleção natural também na sociedade.

O darwinismo social deturpava as ideias de Darwin, que sempre evitou extrapolar os princípios do mundo animal e vegetal para as sociedades humanas, e era usado para justificar uma enganosa superioridade de uns sobre outros nas sociedades europeias (ricos sobre pobres; vencedores sobre vencidos; dominadores sobre dominados), e entre sociedades distintas. Seguindo essa lógica, haveria uma evolução histórica das civilizações em etapas, cabendo às sociedades europeias o estágio mais avançado, que afirmava sua superioridade, a dos brancos, sobre os demais.

No trecho a seguir, o historiador chileno Héctor H. Bruit comenta como o darwinismo social se relaciona com as teorias de Darwin.

> [...] a luta pela sobrevivência entre os animais correspondia à concorrência capitalista; a seleção natural não era nada além da livre troca dos produtos entre os homens; a sobrevivência do mais capaz, do mais forte, era demonstrada pela forma criativa dos gigantes da indústria, que engoliam os competidores mais fracos, em seu caminho para o enriquecimento. O sucesso dos negócios demonstrava habilidade superior de adaptação às mudanças; o fracasso indicava capacidade inferior. Por estas razões, a intervenção do Estado era prejudicial, já que interrompia o processo pelo qual a natureza impessoal premiava o forte e eliminava o fraco.

BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1986. p. 9.

1. De que forma a teoria da evolução explica a perpetuação de espécies mais adaptadas aos seus meios?

2. Como o darwinismo social de Spencer utiliza a teoria da evolução para justificar a dominação de alguns grupos humanos sobre outros?

Nossas origens

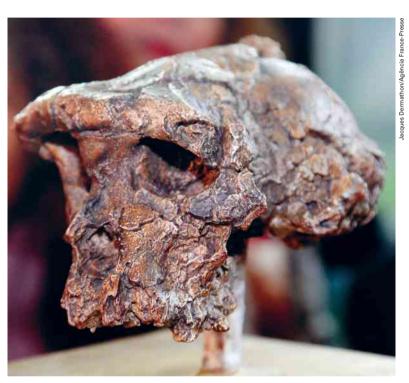
Muitos pesquisadores defendem que o planeta Terra está localizado em um universo formado há mais de 13,8 bilhões de anos. A expansão desse universo originou o Sistema Solar, onde nosso planeta foi formado há cerca de 4,6 bilhões de anos. De acordo com algumas teorias, a vida teria surgido na Terra há 3,6 bilhões de anos, aproximadamente. Com o passar do tempo, a evolução produziu centenas de milhares de espécies. Muitas delas desapareceram ao longo dos anos. Hoje, mais de 500 mil espécies vegetais e mais de 1 milhão de espécies animais foram identificadas. Novas espécies ainda são descobertas a cada ano.

Entre os milhares de espécies que a evolução produziu estaria o ramo evolutivo dos **hominídeos**, separado dos outros **primatas** há cerca de 6 a 7 milhões de anos. Desse ramo, surgiram os gêneros *Australopithecus* (do latim *australis*, "do sul", e do grego *pithekos*, "macaco") e *Homo*, do qual fizeram parte o *Homo habilis* e o *Homo sapiens*, por exemplo.

hominídeos: são divididos em prossímios e antropoides. Nestes últimos estão classificadas as famílias dos hominídeos (família humana) e a dos pongídeos (cujas espécies atuais são o gorila, o chimpanzé, o orangotango e o gibão).
primatas: grupo de animais caracterizados, principalmente, pela capacidade de enxergar em três dimensões, por pés e mãos com cinco dedos articulados, unhas achatadas e formação complexa do cérebro.

Muitos vestígios dessas espécies de hominídeos foram encontrados na África. No centro-norte do continente, mais exatamente na região do Chade, pesquisadores encontraram o crânio fóssil do mais antigo hominídeo conhecido até agora, datado entre 6 e 7 milhões de anos. Pertencia à espécie *Sahelanthropus tchadensis* e foi apelidado de Toumai. Na região que atravessa a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia, também na África, foram descobertos outros fósseis de ancestrais humanos, como os do gênero *Australopithecus*, que viveu no continente desde pelo menos 4 milhões de anos e se diferenciava de outros primatas pela dentição semelhante à dos humanos atuais, pelo andar bípede e pela postura ereta. Também foram encontrados fósseis do gênero *Homo*, sobretudo das espécies *Homo habilis* (datada de cerca de 3 milhões de anos) e *Homo erectus* (datada de cerca de 2 milhões de anos). Ali viveram, portanto, diversas linhagens paralelas de nossos ancestrais, que se entrelaçaram até o homem moderno.

Existem fortes indícios de que os descendentes do *Homo erectus* foram os primeiros a povoarem outros continentes, há 1,8 milhão de anos. Essa teoria é sustentada pelos diversos fósseis dessa espécie encontrados em diferentes localidades, como Europa, Indonésia, China e Iraque.

Jacques Dermathon/Agência France-Presse

Crânio fóssil de Toumai, encontrado na região do Chade, em 2001. Foto de 2013.

Gênero e espécie

No sistema tradicional de classificação biológica, os seres vivos são agrupados, de acordo com certas características, em gêneros, espécies e subespécies. Assim, espécies que apresentam um conjunto importante de características em comum formam um gênero.

No gênero *Homo*, por exemplo, teria havido diversas espécies, entre elas o *Homo habilis*, o *Homo erectus* e o *Homo sapiens* (nossa espécie). As espécies teriam subespécies, como o *Homo sapiens sapiens*, subespécie do *Homo sapiens*.

Essa classificação tem sido bastante discutida e sofre constantes alterações.

Wang Yongji/Xinhua/Agência France-Presse

Arqueologistas descobrem relíquias da cultura Hongshan, do Período Neolítico chinês. Aohangi, China. Foto de 2012.

Outras espécies do gênero *Homo* também percorreram grandes distâncias para além da África. Foi o caso da espécie *Homo heilderbergensis*, cujos fósseis foram encontrados na Europa e datados de 600 mil anos atrás. Estes, talvez, sejam os ancestrais da espécie *Homo neanderthalensis*, que existiu somente na Europa e no Oriente Médio, entre 135 e 30 mil anos atrás.

Fabien Bruggmann/Biosphoto/Agência France-Presse

Crânio fóssil de Neandertal. Foto de 2014.

A espécie *Homo sapiens*, à qual pertencemos, surgiu há 200 mil anos, aproximadamente, na África, e, por volta de 160 mil anos atrás, iniciou sua dispersão. A princípio para o sul e o oeste do continente e, posteriormente, para o norte, até alcançar o oeste da Ásia.

Fósseis do homem moderno, conhecido como *Homo sapiens sapiens* (subespécie do *Homo sapiens*), têm sido encontrados em diversas partes do mundo, mas alguns pesquisadores afirmam que os mais antigos (até agora conhecidos) são os da África, que datam de cerca de 160 mil anos, ao passo que os de outros lugares teriam menos de 100 mil anos. Admitida essa origem africana do homem moderno, acredita-se que, há cerca de 100 mil anos, indivíduos *Homo sapiens sapiens* empreenderam uma migração que fez com que nossa espécie se espalhasse pelos outros continentes: Ásia, Europa, Oceania e América, sendo possível que tenha havido convivência, confronto ou relacionamentos com seres de outras linhagens do gênero *Homo*.

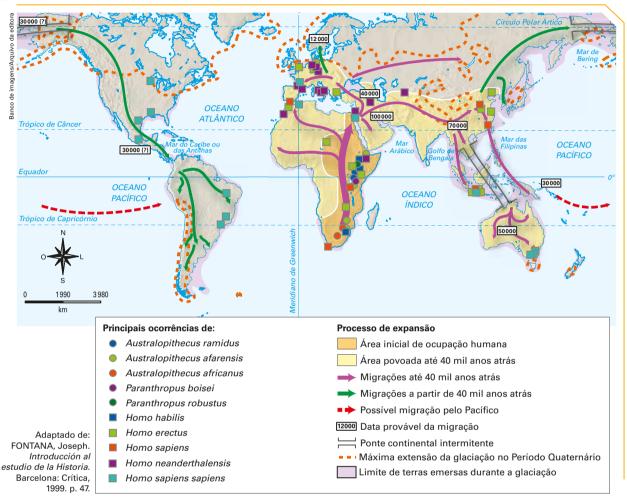
São as marcas deixadas pelos primeiros *Homo sapiens* que possibilitam a conclusão de que o continente africano foi o berço da humanidade. Certas pesquisas genéticas, apoiadas em estudos de DNA, colaboram com essa versão de que “todos os indivíduos investigados descendem de um só ancestral – de uma única Eva –, que viveu na África entre 143 mil e 285 mil anos” (SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 58), tendo migrado para fora do continente e tido contato com as populações de *Homo erectus* na Ásia e *Homo neanderthalensis* na Europa. Essa teoria é conhecida como **hipótese de origem única** ou **monogenismo**.

As teorias da origem humana suscitam muitas divergências entre os estudiosos, assim como a determinação de rotas migratórias e de datas – quanto a esta última polêmica, há os que defendem, com base em pesquisas genéticas, que a origem da “Eva africana” é datada de aproximadamente 500 mil anos.

Migrações dos primeiros agrupamentos humanos

O mapa a seguir mostra as rotas migratórias dos primeiros agrupamentos humanos e como eles se espalharam a partir da África.

Expansão humana a partir da África

Adaptado de: FONTANA, Joseph. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Crítica, 1999. p. 47.

Os mais antigos
hominídeos bípedes

Entre 7 milhões e 4,4 milhões de anos atrás viviam os mais antigos seres bípedes de que se tem notícia. Estudiosos afirmam que esses seres tinham características físicas e hábitos semelhantes aos dos chimpanzés: trepavam em árvores para fugir, coletavam frutos e sementes e não andavam sempre sobre os dois pés. Dentre os poucos fósseis encontrados dessa época, destacam-se os das espécies *Sahelanthropus tchadensis* e *Ardipithecus ramidus*.

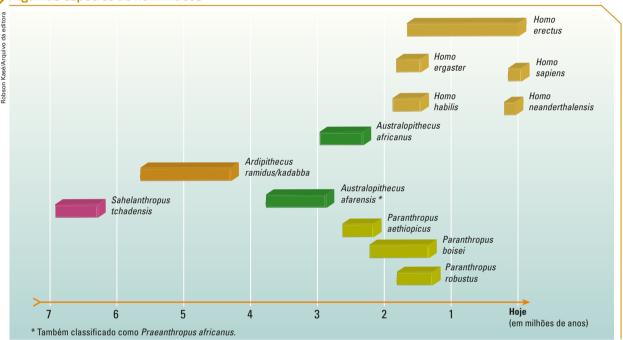
Gênero
Australopithecus

Algumas espécies datadas de aproximadamente 4,4 milhões a 2 milhões de anos atrás tinham postura ereta, andavam sobre dois pés, e se comparados com as espécies anteriores tinham cérebros maiores e dentes menores. Essas características os diferenciam dos macacos. Vestígios indicam que algumas espécies podem ter usado pedras lascadas para remover carnes e tendões de ossadas de animais, para se alimentarem. Entre as várias espécies, destacam-se o *Australopithecus afarensis* e o *Autralopithecus africanus*.

Organizando o estudo das diferentes espécies

As diferentes espécies de hominídeos foram agrupadas em gênero, de acordo com as semelhanças entre algumas de suas características físicas, como tamanho da mandíbula, dos dentes, dos ossos dos membros superiores e inferiores, etc. As condições ambientais são fatores importantes para explicar as diferentes características que existiam entre as espécies. Porém, há muitas dúvidas quanto à trajetória das espécies ao longo do tempo. Portanto, não é possível saber com precisão se todos os gêneros são derivados de um mesmo tipo de ser. Além dos fatores ambientais, diversos estudiosos acreditam que cruzamentos entre espécies de gêneros diferentes, ocorridos em diferentes momentos e locais da África, também colaboraram para o surgimento de novas espécies.

O gráfico a seguir mostra como diferentes espécies de hominídeos coexistiram no mesmo período.

Algumas espécies de hominídeos

Fonte: NEVES, Walter A. E no princípio... era o macaco!. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2006, v. 20, n. 58, p. 250. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000300023>. Acesso em: 3 nov. 2015.

Gênero *Paranthropus*

Diversas espécies que viveram entre 2,7 milhões e 1,2 milhão de anos atrás eram semelhantes às do gênero *Australopithecus*, mas se distinguiam pela dentição e pelas mandíbulas, que indicam a capacidade de se alimentarem de raízes e folhas mais duras, típicas de ambientes com menos chuva. Fazem parte desse gênero as espécies *Paranthropus robustus* e *Paranthropus boisei*.

Gênero *Homo*

Neste gênero reúnem-se as espécies em que os braços e as pernas têm dimensões parecidas com as dos humanos modernos, indicando que a prática de trepar em árvores já não era adotada com frequência. Os vestígios mais antigos são de espécies de 2,4 milhões de anos atrás. São desse grupo as primeiras espécies que fabricaram ferramentas (*Homo habilis*) e as que se deslocaram para outros continentes (*Homo ergaster*, *Homo heilderbergensis* e *Homo sapiens sapiens*). Em 2015, na África do Sul, foram descobertos esqueletos de cerca de quinze indivíduos de uma possível nova espécie ancestral de ser humano desse mesmo grupo denominada *Homo naledi*.

A evolução do ser humano
cerca de 6 a 7 milhões de anos
cerca de 5,5 a 4 milhões de anos
cerca de 4 a 3 milhões de anos
cerca de 3 a 2 milhões de anos
cerca de 2,5 milhões a 1 milhão de anos
Sahelanthropus tchadensis
(centro-norte da África)
Representação de Toumai, da espécie Sahelanthropus tchadensis.
Ardipithecus ramidus
(leste da África)
Representação de Ardi, nome atribuído ao fóssil de uma fêmea com cerca de 1,20 metro que viveu há aproximadamente 4,4 milhões de anos na Etiópia, África. Da espécie Ardipithecus ramidus, Ardi foi encontrada em 1992, e até 2001 foi tratada como o mais antigo hominídeo, superando Lucy, a fêmea do gênero Australopithecus.
Australopithecus afarensis
(leste/sul da África)
Representação de Lucy, primeiro esqueleto quase completo de um Australopithecus, de 3 milhões de anos. Seu nome foi escolhido porque os arqueólogos estavam ouvindo a música "Lucy in the sky with diamonds", dos Beatles, no momento da descoberta.
Australopithecus africanus
(leste/sul da África)
Representação de Australopithecus africanus.
Paranthropus robustus
(sul da África)
Homo habilis
(leste da África)
Representação de Homo habilis.
Paranthropus boisei
(leste da África)
Representação de Paranthropus boisei.
38

Representação de *Homo sapiens sapiens*.

Representação de *Homo floresiensis*.

Representação de *Homo sapiens*.

Representação de *Homo erectus*.

Representação de *Homo ergaster*, os primeiros hominídeos a deixar a África. Fósseis foram encontrados no Oriente Médio e no Extremo Oriente (Homem de Java e Homem de Pequim). Indícios fósseis sugerem a manipulação do fogo, com fogueiras de acampamentos, há pelo menos 1,5 milhão de anos. O fóssil mais completo encontrado é o "Menino de Turkana", achado no Quênia, na África, datado de 1,5 milhão de anos.

2 Os agrupamentos humanos mais remotos

Ao longo de milhões de anos, os hominídeos foram se adaptando fisicamente ao meio e se tornando mais hábeis com as mãos, o que propiciou a criação de ferramentas que facilitavam atividades como o preparo e o consumo de alimentos. O uso de ferramentas também desenvolveu a criatividade desses grupos de hominídeos, o que ampliou a cognição e a capacidade cerebral deles. O estudo dos instrumentos deixados pelos primeiros humanos foi um dos critérios adotados pelos estudiosos para estabelecer divisões em períodos.

Convencionou-se que o **Paleolítico**, ou **Idade da Pedra Lascada**, foi o primeiro período da história da humanidade. Ele se iniciou há aproximadamente 2,7 milhões de anos e se estendeu até 10000 a.C.

Os primeiros grupos humanos do período Paleolítico viviam em bandos e empregavam grande parte de seu tempo e energia em busca de alimentos. Esses grupos consumiam produtos extraídos diretamente da natureza por meio de coleta, caça e pesca. Essas atividades eram realizadas com instrumentos fabricados principalmente de lascas de pedra, ossos ou madeira.

paleolítico: termo de origem grega que significa 'pedra antiga'.

Andre Dib/Pulsar Imagens

Gravura rupestre gravada com auxílio de instrumentos de pedra. É possível observar a presença de baixos-relevos nas figuras. Sítio arqueológico no leito do rio Ingá de Bacamarte, em Ingá, Paraíba. Foto de 2014.

Pesquisas recentes indicam que, no início desse período, homens e mulheres se dedicavam às mesmas tarefas básicas. Contudo, com o passar do tempo, para conseguir o alimento necessário de modo mais eficiente, as tarefas passaram a ser divididas conforme a idade, o sexo e as condições físicas dos membros do bando. Esse tipo de organização é conhecido como **divisão natural do trabalho**. Assim, quase sempre os homens se tornaram responsáveis pela fabricação de ferramentas, pela construção de tendas e pela caça e pesca. As mulheres ficaram encarregadas de coletar grãos, folhas, frutos, raízes, ovos, mel e insetos. Elas exerciam ainda várias atividades artesanais. Idosos e crianças também ajudavam, conforme suas forças permitissem.

Os grupos humanos do Paleolítico ocupavam os lugares por períodos relativamente curtos. Eles deslocavam-se constantemente para encontrar novas áreas que lhes possibilitassem a sobrevivência, prevalecendo o **nomadismo**. Por isso, em geral habitavam abrigos provisórios, como grutas e cavernas, ou cabanas feitas de galhos de árvores e tendas de peles de animais.

Podemos conhecer muitos aspectos da vida cotidiana das comunidades paleolíticas por meio das pinturas e gravações encontradas nas paredes de cavernas e em rochas a céu aberto – as **pinturas rupestres**. A arte rupestre sinaliza uma grande conquista de nossa espécie: a capacidade de representar concretamente seu pensamento e suas observações. Essa capacidade está na base da linguagem. A própria escrita pode ser considerada a "filha mais jovem" da arte. Em vários idiomas, como o japonês, o desenho das letras é uma arte.

Inscrições e pinturas em rochas encontradas em grutas na França e na Espanha sugeriam que o desenvolvimento da capacidade do *Homo sapiens sapiens* de se expressar por símbolos datava de aproximadamente 40 mil anos atrás. No entanto, fragmentos de argila com inscrições simbólicas foram descobertos no sítio arqueológico de Blombos, na África do Sul. Contrariando as evidências anteriores, essas novas descobertas foram datadas de 77 mil anos. Assim, até onde os estudos indicam, desde pelo menos 77 mil anos atrás (e cerca de 30 mil anos antes que o *Homo sapiens sapiens* chegasse à Europa) os grupos humanos já produziam representações de arte, simbologia, pensamento abstrato e habilidades de aprendizagem. Segundo os parâmetros do homem moderno, essas representações são sinais de cultura e inteligência.

3 Do nomadismo às sociedades sedentárias

Na história da Terra ocorreram períodos de queda drástica de temperatura entremeados por ligeiro aquecimento. Em conjunto, esses períodos glaciais são denominados Era do Gelo, Idade do Gelo ou Era Glacial. A última glaciação iniciou-se há aproximadamente 100 mil anos, com temperaturas extremamente baixas, e terminou por volta de 13 mil anos atrás.

Essa última glaciação ocorrida na Terra alterou as formas de vida existentes no planeta e também estimulou a migração de animais e seres humanos para lugares onde houvesse abundância vegetal. Isso favoreceu a ocupação de diversas regiões do globo e possibilitou a sedentarização de grupos humanos, ou seja, sua fixação à terra.

O processo de sedentarização humana esteve associado à domesticação de animais e ao cultivo de plantas, meios que promoveram mudanças profundas na história da humanidade. Tais práticas, adotadas pouco a pouco em diferentes partes do planeta, não substituíram a caça e a coleta, mas foram incorporadas ao repertório de meios de sobrevivência. Tidas como uma "revolução", tais transformações caracterizam o período denominado **Neolítico**, ou **Idade da Pedra Polida**, que se estendeu de cerca de 10000 a.C. a 4000 a.C. Diversos grupos, porém, permaneceram nômades e adotaram outros modos de vida.

De que forma ocorreu o domínio da agricultura? O texto a seguir contém informações que podem suscitar reflexões a respeito de como os historiadores têm abordado essa questão desde o século XIX e como ela tem sido vista em nossos dias.

> Os historiadores acostumaram-se a separar a coleta e a agricultura como se fossem duas etapas da evolução humana bastante diferentes e a supor que a passagem de uma para a outra tivesse sido uma mudança repentina e revolucionária. Hoje, contudo, admite-se que essa transição aconteceu de maneira gradual e combinada. Da etapa em que o homem era inteiramente um caçador-coletor passou-se para outra em que começava a executar atividades de cultivo de plantas silvestres (limpava a terra, arrancava as ervas daninhas, aprendia a cultivar as plantas a partir das sementes) e de manipulação dos animais (reunião e proteção). Mas tudo isso era feito como uma atividade complementar da coleta e da caça.
>
> A passagem para a agricultura foi precedida da "domesticação" de plantas e animais – escolhendo as variedades mais interessantes para reproduzir e para cruzar mais adiante –, iniciando um processo de seleção artificial. Mas a domesticação não é mais que uma das condições da transição para a agricultura, que somente culminou quando se conseguiu obter uma dieta que proporcionasse todos os elementos nutritivos (cereais, carne e legumes) e que tornasse possível depender por completo do abastecimento de plantas e animais domesticados.
>
> FONTANA, Josep. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Crítica, 1999. p. 90-91.

Rouf Bhat/Agência France-Presse

Camponesa em campo de plantação de mostarda nos arredores de Srinagar, na Índia. Foto de 2015.

Agricultura, pecuária e fixação nas margens de grandes rios

É possível afirmar que passar à agricultura e à pecuária como fonte principal de alimentação foi uma opção de vários grupos. Alguns pesquisadores defendem a teoria de que coube às mulheres decifrar o mistério da germinação e do crescimento das plantas, uma vez que eram as responsáveis pela coleta e estavam, portanto, mais familiarizadas com os ciclos e as características do mundo vegetal.

A fixação desses grupos em áreas férteis nas margens de grandes rios foi um desdobramento da descoberta da agricultura e da criação de animais. Sequências de boas colheitas e, consequentemente, de boa alimentação durante longos períodos, levaram ao aumento da população, o que, por sua vez, demandou mudanças na organização social do grupo.

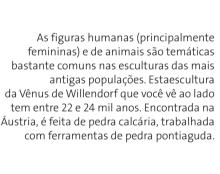
Além disso, foi no Neolítico que os seres humanos aprimoraram o arco e a flecha e utilizaram largamente o fogo para cozinhar, espantar animais, iluminar as moradias e se aquecer. Ainda nesse período, os instrumentos foram aprimorados e passaram a ser mais eficientes e sofisticados, como o uso de pedra polida para a fabricação de instrumentos de defesa e de madeira na construção de moradias e canoas.

O melhor amigo do homem

A domesticação de cães provavelmente teve origem no Neolítico. Os seres humanos devem ter se aproveitado da proximidade de lobos (*Canis lupus*) interessados em restos de comida e selecionado os mais adequados para ajudá-los na caça, no pastoreio e na guarda. Essa seleção artificial criou uma nova espécie, caracterizada por indivíduos muito diferentes entre si, conforme seu uso pelos humanos.

No continente africano foram encontrados inúmeros vestígios desse período, como instrumentos de pedra lascada e polida, machados, serras, lanças, arcos, flechas, arpões, anzóis, pictografias, vasilhames de barro, redes, etc. Tudo indica que a passagem das atividades de caça e coleta para as de produção de alimentos tenha acontecido bem cedo na região ao norte da linha do equador, provavelmente por volta de 8000 a.C., diferentemente do sul do Saara, onde a agricultura só foi difundida no início da Era Cristã.

Barbara Gindl/epa/Corbis/Latinstock

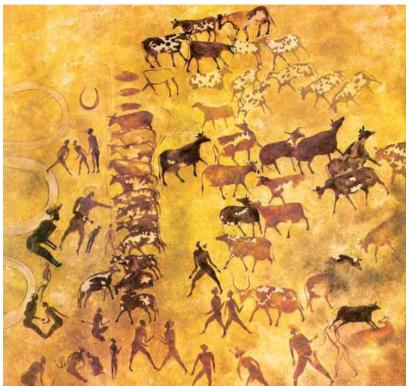
As figuras humanas (principalmente femininas) e de animais são temáticas bastante comuns nas esculturas das mais antigas populações. Estaescultura da Vênus de Willendorf que você vê ao lado tem entre 22 e 24 mil anos. Encontrada na Áustria, é feita de pedra calcária, trabalhada com ferramentas de pedra pontiaguda.

Nathan Benn/Ottochrome/Corbis/Latinstock

A estatueta ao lado foi encontrada em escavação na cidade de Çatal Hüyük, na Anatólia. Com mais de 8 mil anos, ela representa uma mulher sentada em um trono. Os seios e o ventre fartos provavelmente estão associados ao nascimento e à fertilidade. Possivelmente ela é a representação de uma deusa-mãe, divindade feminina relacionada à proteção das colheitas.

As grandes mudanças climáticas ocorridas em todo o continente africano nos últimos milênios antes da Era Cristã também influenciaram o quadro histórico geral, em especial nas áreas que hoje denominamos deserto do Saara. Esse deserto, que é o maior do mundo, comumente é usado por pesquisadores como marco para dividir o continente africano em duas grandes sub-regiões: a África setentrional (região ao norte do deserto do Saara); e a África subsaariana (região ao sul do deserto do Saara).

Ao sul do Saara prevalecem ainda hoje os descendentes dos primeiros agricultores, falantes de línguas ligadas ao **banto**, denominação que designa uma origem linguística comum, possivelmente oriunda de um grupo de ancestrais africanos constituído nos últimos séculos antes de Cristo.

Acredita-se que a origem do grupo banto esteja na região ao norte do rio Congo, nas atuais áreas de Camarões e da Nigéria. Por muitos séculos, esse povo, que vivia da caça, da pesca, da domesticação de animais, da agricultura de coivara e em permanente nomadismo, espalhou-se por áreas extensas da África subsaariana.

Henri Lhote/Arquivo da editora

Pintura rupestre de cerca de 5500 anos, em Tassili de Ajer, no Saara Central, centro-oeste da Argélia. Durante o Neolítico, a região era de clima mediterrâneo e terras férteis, rica em fauna e flora.

Leituras

O texto a seguir fala sobre diversos processos de deslocamento populacional ocorridos no continente africano entre 6000 a.C. e 500 a.C., aproximadamente. Leia-o com atenção e perceba de que forma se deu a ocupação das regiões norte e sudoeste do continente africano.

Deslocamento populacional na África

Por volta de 6000 a.C., mais notadamente entre 2500 e 500 a.C., o clima começou a ter um progressivo ressecamento. Em consequência, enormes migrações foram se deslocando para o Norte, Sudoeste e Leste, abandonando a região [...].

Significativa parcela da população mais clara emigrou para o norte do deserto, dando origem à população mediterrânea, cuja língua (o berbere) estaria estruturada já por volta de 2000 a.C. Dela derivam os líbios, que ameaçaram o Egito faraônico; os habitantes do atual Marrocos; os ancestrais dos tuaregues do deserto, etc.

A maioria da população negra, por sua vez, emigrou para o sudoeste. Até hoje, na África ocidental, grande número de povos (ussá, ioruba, ashanti) afirma descender de emigrantes vindos do nordeste do seu hábitat atual. As pinturas pré-históricas do maciço de Tassili (Argélia) representam máscaras quase idênticas às dos senufô da atual Costa do Marfim, assim como cerimônias ainda existentes entre os povos fulani que resistiram ao Islã.

RODRIGUES, João Carlos. *Pequena história da África Negra*. São Paulo: Globo, 1990. p. 18-19.

Utilização de metais e desenvolvimento da agricultura

Em algumas regiões do planeta, ao final do Neolítico, percebe-se o emprego de metais como cobre, ferro e **bronze** na produção de diversos utensílios e armas, além de artefatos de pedra, madeira, ossos e barro (cerâmica). O emprego de metais, com o desenvolvimento e a utilização de técnicas de fundição, levou estudiosos a criar a denominação **Idade dos Metais** para se referir a esse período. Apesar da impossibilidade de estabelecer uma cronologia exata desses avanços, supõe-se que o bronze tenha sido utilizado em diversas áreas do Oriente já por volta de 4000 a.C. e tenha começado a ser usado na Europa e na região mediterrânea cerca de 2 mil anos depois.

No desenvolvimento técnico aplicado na agricultura (com maior produção e consequente aumento populacional), alguns grupos familiares passaram a exercer domínio sobre outros, gerando sociedades ampliadas. A necessidade de garantir a defesa e a produção em áreas relativamente extensas, habitadas por várias aldeias ou grupos familiares (as tribos), levou às origens da organização de Estados.

As grandes transformações ocorridas ao longo do Neolítico mudaram radicalmente as formas de convivência humana em algumas regiões do mundo. A posse coletiva, que até então prevalecia nas comunidades, passou a coexistir com situações de posse privada: os instrumentos e o fruto do trabalho, antes pertencentes a toda a comunidade, agora se tornavam exclusivos de cada pessoa, de famílias ou de grupos de famílias. Nesse período, surgiram novas organizações sociais, com a criação do Estado e o desenvolvimento da escrita – primeiro, ao que parece, no **Oriente Próximo**, no Egito e na Mesopotâmia.

bronze: liga metálica resultante da mistura de cobre e estanho.
Oriente Próximo: nome que, antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), era dado às terras mais próximas da Europa, estendendo-se do mediterrâneo ao golfo Pérsico.

Estado

O conceito de Estado é muito importante em História. Significa a autoridade própria que organiza uma sociedade, que define regras para a convivência do conjunto das pessoas submetidas a essa autoridade e que faz com que essas regras sejam cumpridas, valendo-se de diversas instituições.

À esquerda, esculturas datadas da Idade dos Metais (século VI a.C.-século IV a.C.) encontradas em um sítio arqueológico perto de Delchevo, próximo da fronteira entre República da Macedônia e Bulgária. À direita, ídolo de terracota encontrado em Tessália, Grécia. Estudiosos estimam que a escultura foi produzida no começo da Idade dos Metais.

Robert Atanasovski/AFP/Getty Images

DeAgostini/Getty Images

Atividades

Retome

1. Durante todo o século XIX, historiadores consideravam legítimas apenas as fontes escritas. No entanto, a primeira forma de escrita só foi criada há aproximadamente 6 mil anos, quando nossa espécie já tinha milhares de anos de existência sobre a Terra. Além disso, nem todos os grupos humanos desenvolveram sistemas de escrita. Pensando nisso, responda:
   a) A ausência de escrita entre alguns povos significa que eles não têm História? Justifique sua resposta.
   b) De que maneira é possível estudar o passado dos grupos humanos ágrafos?

2. No século XIX, Charles Darwin desenvolveu uma teoria segundo a qual todos os seres vivos que hoje habitam o planeta são resultado de um longo processo de adaptação de espécies primitivas às transformações ambientais. Esse raciocínio, que se aplicava exclusivamente à evolução biológica, foi transferido por outros estudiosos à análise das sociedades humanas, dando origem ao darwinismo social. Explique como essa teoria serviu para justificar a dominação de determinados grupos e povos sobre outros.

3. De acordo com os vestígios fósseis, em que região do mundo os primeiros antepassados do gênero humano se originaram?

4. Os primeiros grupos humanos a habitarem o planeta não ocupavam moradias fixas, mas estavam permanentemente em movimento. Por que o nomadismo era uma condição de sobrevivência no Período Paleolítico?

5. Entre os estudiosos da Pré-História humana, há especialistas que questionam o uso do termo "revolução" para as transformações que marcam a passagem do Período Paleolítico para o Neolítico. Com base nisso e em seus conhecimentos, faça o que se pede.
   a) Identifique as transformações que ocorreram na passagem do Paleolítico para o Neolítico.
   b) Por que o termo "revolução" pode ser considerado inadequado para caracterizar a passagem de um período para o outro?

Pratique

6. Leia atentamente o texto a seguir, escrito por Curtis W. Marean, professor de Arqueologia da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, e faça o que se pede adiante.

A espécie mais invasiva de todas

Em algum momento posterior a 70 mil anos atrás, nossa espécie, *Homo sapiens*, saiu da África para começar sua inexorável propagação por todo o globo. Outras espécies de hominídeos tinham se estabelecido na Europa e na Ásia, mas apenas nossos ancestrais *H. sapiens* acabaram conseguindo se dispersar para todos os grandes continentes. [...]

Paleoantropólogos debateram por muito tempo como e por que só humanos modernos conseguiram essa surpreendente façanha de propagação e dominância. Alguns especialistas argumentam que a evolução de um cérebro maior, mais sofisticado, permitiu que nossos ancestrais avançassem para novas terras e enfrentassem os desafios desconhecidos que encontraram ali. Outros sustentam que uma tecnologia inédita impulsionou a expansão da nossa espécie fora da África ao permitir que humanos modernos caçassem presas e liquidassem inimigos com uma eficácia sem precedentes. Um terceiro cenário postula que mudanças climáticas enfraqueceram as populações de neandertais e outras espécies arcaicas de hominídeos que ocupavam os territórios fora da África, permitindo que os humanos modernos conquistassem uma posição dominante e assumissem o controle de seus domínios. Mas nenhuma dessas hipóteses oferece uma teoria abrangente capaz de explicar plenamente a extensão do alcance dos *H. sapiens*. De fato, essas teorias têm sido apresentadas sempre como explicações para registros de atividade de *H. sapiens* em determinadas regiões, como a Europa Oriental. [...]

Escavações que conduzi ao longo dos últimos 16 anos em Pinnacle Point, no litoral austral da África do Sul, somadas a avanços teóricos em ciências biológicas e sociais, recentemente me levaram a um cenário alternativo para explicar como o *H. sapiens* conquistou o mundo. Acredito que a diáspora ocorreu quando um novo comportamento social evoluiu em nossa espécie: uma propensão geneticamente codificada para cooperar com indivíduos não aparentados. O acréscimo dessa tendência única às avançadas habilidades cognitivas de nossos ancestrais permitiu que eles se adaptassem agilmente a novos ambientes. Isso também fomentou a inovação, dando origem a uma tecnologia revolucionária que mudou tudo: armas avançadas de longo alcance. Equipados assim, eles partiram da África, prontos para subjugar o mundo inteiro de acordo com sua vontade.

[...]

Força da natureza

Com o acréscimo de armas arremessáveis e um comportamento **hiperpró-social**, nasceu um espetacular novo tipo de criatura, cujos membros formavam equipes que operavam, cada uma, como um único e insuperável predador. Nenhuma presa, nenhum inimigo estava seguro. [...]

O surgimento dessa estranha combinação de matador e cooperador pode muito bem explicar por que, quando as condições glaciais voltaram a reinar entre 74 mil e 60 mil anos atrás, deixando grandes faixas da África inóspitas mais uma vez, as populações humanas modernas não se contraíram como antes. De fato, elas se expandiram na África do Sul e prosperaram com uma ampla variedade de ferramentas avançadas. A diferença foi que, dessa vez, os humanos modernos estavam equipados para responder a qualquer crise ambiental com conexões sociais flexíveis e tecnologia. Eles se tornaram os predadores alfa em terra e, por fim, também no mar. Essa capacidade de dominar qualquer ambiente foi a chave que finalmente lhes abriu a porta para migrarem da África para o resto do mundo.

Grupos humanos arcaicos, incapazes de se unir e arremessar armas, não tinham a menor chance contra essa nova espécie. Cientistas vêm debatendo há tempos por que nossos primos neandertais foram extintos. Acho que a explicação mais perturbadora também é a mais provável: eles eram percebidos como concorrentes e como uma ameaça, e os humanos modernos invasores os exterminaram. Foi para isso que evoluíram.

[...]

A triste história dessas primeiras vítimas da engenhosidade e cooperação de humanos modernos, os neandertais, ajuda a explicar por que atos hediondos de genocídio e xenocídio ocorrem de vez em quando no mundo atual. Quando recursos e terras se tornam escassos, designamos os que não se parecem conosco, ou falam como nós, como "os outros", e então usamos essa diferença para justificar o extermínio ou a expulsão deles para eliminar qualquer concorrência. A ciência revelou os gatilhos que acionam nossas inclinações "embutidas" para classificar pessoas como "outros" e tratá-las de modo temerário. Mas só porque o *H. sapiens* evoluiu para reagir à escassez desse jeito cruel não significa que estamos irremediavelmente "presos" a essa resposta. A cultura é capaz de substituir até os mais arraigados instintos biológicos. Espero que o reconhecimento de por que nos voltamos uns contra os outros em tempos de vacas magras nos permita superar nossos impulsos malévolos e seguir uma de nossas mais importantes diretivas culturais: "Nunca mais".

Adaptado de MAREAN, Curtis W. A espécie mais invasiva de todas. *Scientific American Brasil*. Ano 14, nº 160, São Paulo: Segmento. p. 27-34.

a) Qual o problema científico investigado e discutido por Curtis W. Marean no artigo?

b) Quais as principais hipóteses citadas pelo autor para explicar o sucesso evolutivo do *Homo sapiens*?

c) Por que, para Curtis W. Marean, as hipóteses citadas não são suficientes para explicar o problema examinado?

d) Qual é a nova hipótese levantada por Marean?

e) Em que estudos essa nova hipótese proposta por Marean foi baseada?

f) Ao final do artigo, Marean demonstra preocupação com a apropriação de sua hipótese para legitimar atitudes políticas das quais ele discorda. Que uso ele teme que seja feito de seus estudos?

7. O texto a seguir noticia descobertas recentes sobre o modo de vida dos grupos humanos do Período Paleolítico. Leia-o atentamente e faça o que se pede:

A dieta paleolítica original era cheia de carboidratos

Você já deve ter ouvido falar da "dieta paleolítica" que se popularizou nos últimos anos. A ideia por trás dela é que seus adeptos devem comer apenas alimentos ingeridos por nossos ancestrais pré-históricos. Afinal, nossos corpos não teriam evoluído para comer alimentos processados, glúten, amido e outros tipos de carboidrato. Porém uma descoberta recente mostra que a dieta paleolítica original, aquela dos nossos ancestrais, tinha, sim, uma boa quantidade de carboidratos.

Para começar, as fezes humanas mais antigas descobertas até o momento foram analisadas – e dados mostraram que os primeiros humanos comiam menos proteína animal do que acreditávamos. Da mesma forma, eles consumiam trigo e cevada durante o período paleolítico. E um novo estudo mostra que a evolução do nosso cérebro pode ter dependido em grande parte desses carboidratos.

A pesquisa, publicada no periódico *Quarterly Review of Biology*, mostra que os amidos tiveram um papel importante na evolução cerebral. Claro que, no paleolítico, nossos ancestrais não tinham toda a variedade de pães que sua padaria oferece, mas eles se alimentavam de raízes, tuberosas e sementes. Tanto que os cientistas responsáveis pelo estudo listam a caça como um sinal de *status* menos do que uma necessidade pela carne.

Algum tempo depois, com o domínio do fogo, humanos conseguiram cozinhar e digerir melhor estes amidos. E não apenas isso: milhões de anos atrás, nossos corpos evoluíram para produzir a enzima amilase, que permite que os amidos passem a ser digeridos em nossas bocas, com a saliva e a mastigação.

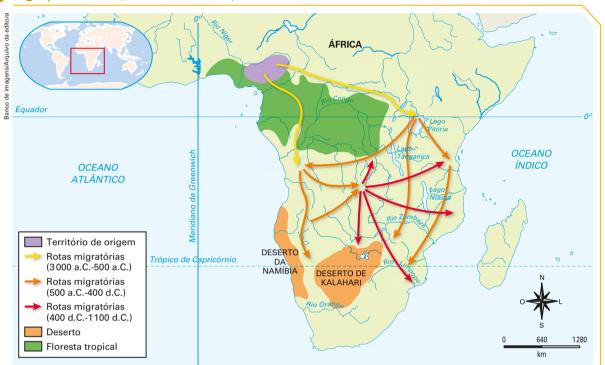
Isso permitiu que a glicose em nossos organismos aumentasse e que fetos mais fortes e maiores fossem desenvolvidos – inclusive com cérebros maiores. Sem isso, é improvável que conseguíssemos as condições ideais para a evolução da espécie.

A DIETA paleolítica original era cheia de carboidratos. Revista *Galileu*, 17 ago. 2015. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2015/08/dieta-paleolitica-original-era-cheia-de-carboidratos.html>. Acesso em: 6 nov. 2015.

a) A dieta paleolítica, que vem conquistando muitos adeptos desde 2011, prescreve a ingestão de alimentos que compuseram o cardápio de homens e mulheres que viveram há mais de 12 mil anos. Com base no texto e no que você aprendeu no capítulo sobre o modo de vida dos seres humanos durante o período Paleolítico, faça uma lista dos alimentos que compunham a dieta dos grupos humanos nesse período da Pré-História humana.

b) Com base em seus conhecimentos de História, opine: é saudável adotarmos, hoje, a dieta dos nossos antepassados? Em sua argumentação, considere o estilo de vida dos seres humanos que viveram no Paleolítico e o que temos no presente. Fatores como atividade física, como obter o alimento, a relação com o meio ambiente, entre outros, devem ser levados em conta.

8. Observe o mapa abaixo, que mostra o deslocamento do povo banto pela África, e faça o que se pede.

Migrações bantas (3000 a.C.-1100 d.C.)

Fonte: VANSINA, Jan. *Paths in the Rainforest*. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.

a) Consulte um mapa atual da África e escreva o nome do país(es) que ocupa(m) a região originária dos bantos.

b) Quantos séculos o processo de expansão banta durou?

c) Com base nas informações do mapa, identifique o fator que pode ter impedido ou dificultado a expansão banta para o norte do continente.

d) Com base em seus conhecimentos sobre o modo de vida dos bantos, que fator pode explicar esse contínuo deslocamento?

9. Leia o texto a seguir com atenção.

> Se perguntarmos "Quais foram as sociedades mais bem-sucedidas do mundo?", tenderemos a pular para a pressuposição fácil e autolisonjeira de que a mudança é a marca do sucesso; as sociedades que alcançam sucesso, expansão e transformação ambiental espetaculares são saudadas como grandes civilizações e modelos a serem copiados, mesmo que tenham se enfraquecido e se desfeito em ruínas. Mas se a meta é a sobrevivência, as sociedades mais bem-sucedidas são realmente aquelas que mudaram menos – que preservaram as suas tradições e identidades intactas, ou que perpetuaram a sua existência limitando racionalmente a exploração de seu ambiente. As sociedades de mais longa duração – aquelas que resistiram com sucesso aos riscos da mudança – são as que ainda levam uma vida de saqueadores: os kung san ou bosquímanos da África do Sul, os aborígenes australianos, alguns povos da floresta raramente encontrados.
>
> FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Então você pensa que é humano?* Uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 36.

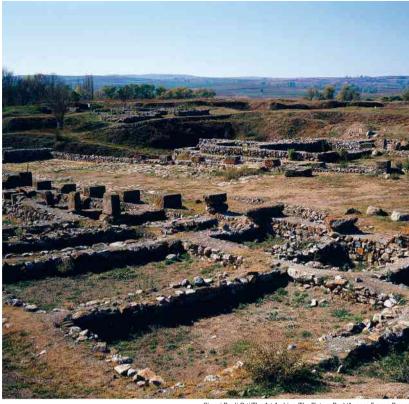
- Responda: em que aspecto do texto o autor subverte a noção de "progresso" com a qual estamos acostumados?

Analise uma fonte primária

10. A fotografia ao lado foi produzida em um sítio arqueológico localizado no planalto da Anatólia, na Turquia. Observe-a com atenção e depois responda:

a) Esse tipo de ocupação é característico de qual período da Pré-História?

b) Que elementos da imagem e que característica das construções apresentadas nela você considerou para chegar a essa conclusão?

Os vestígios de um assentamento antigo são estudados no sítio arqueológico de Alaca Höyük, localizado na Turquia. Foto de 2009.

Gianni Dagli Orti/The Art Archive /The Picture Desk/Agence France-Presse

Articule passado e presente

11. Leia o texto a seguir e faça o que se pede.

Diminuir consumo de carne é essencial para reduzir aquecimento global, diz pesquisa

Você provavelmente pensa que carros ou fábricas são os principais emissores de gases responsáveis pelo efeito estufa, como o CO_2, mas uma pesquisa afirma que você está enganado. Segundo o estudo, realizado pela ONG inglesa Chatham House, a indústria pecuária é a maior responsável pela produção desses gases — ela emite mais que todos os aviões, carros, navios e trens do mundo —, e governos e entidades ambientais não agem para remediar esse problema por medo da reação negativa dos consumidores."Prevenir um aquecimento catastrófico depende de lidar com o consumo diário de carne e laticínios, mas o mundo tem feito muito pouco", afirmou ao jornal inglês The Guardian o autor principal do estudo, Rob Bailey. "Muito tem sido feito em relação a desmatamento e transporte, mas existe uma grande lacuna no setor pecuário. Há uma grande relutância em se engajar por causa da sabedoria popular de que não é função de governos ou da sociedade civil se intrometer nas vidas das pessoas e dizê-las o que devem comer".

O relatório mais recente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas afirmava que uma mudança na dieta da população mundial pode diminuir de forma significativa as emissões de gases de efeito estufa – mesmo assim, uma pesquisa mundial revelou que a maioria das pessoas acha que os maiores geradores são os veículos. Emissões da indústria pecuária, geradas principalmente pelos arrotos e fezes de vacas e ovelhas, correspondem atualmente a 15% dos gases gerados no mundo.

O apetite por carne tem crescido de forma elevada conforme a população mundial cresce e adquire maior poder aquisitivo. Seu consumo deve aumentar em 75% até 2050 — o de laticínios crescerá 60%, enquanto que o de cereais chegará a apenas 40%. O Brasil é o quarto maior consumidor do mundo, atrás de China, União Europeia e Estados Unidos.

SOTO, Cesar. Diminuir consumo de carne é essencial para reduzir aquecimento global, diz pesquisa. *IstoÉ*, São Paulo, 5 dez. 2014. Disponível em: <www.istoe.com.br/reportagens/395495_DIMINUIR+CONSUMO+DE+CARNE+E+ESSENCIAL+PARA+REDUZIR+AQUECIMENTO+GLOBAL+DIZ+PESQUISA>. Acesso em: 6 nov. 2015.

a) Atualmente o planeta vem enfrentando uma contínua elevação das temperaturas, cujas graves consequências (irregularidade no regime de chuvas, tormentas, derretimento das calotas polares, por exemplo) afetam profundamente a vida dos seres humanos, podendo até, futuramente, inviabilizá-la. Por essa razão, os cientistas têm chamado a atenção dos governos para a necessidade de adotar medidas que freiem essas alterações climáticas ou, ao menos, reduzam-nas. De acordo com a notícia acima, qual é a atividade humana com maior impacto sobre o clima?

b) Essa atividade sempre foi praticada pelos grupos humanos?

c) É possível abandonar a atividade discutida acima sem prejuízos aos seres humanos? Para sustentar sua resposta, pesquise o assunto em livros e *sites* de nutrição.

d) Que medidas poderiam ser tomadas para incentivar a redução da atividade em questão?

CAPÍTULO 2

Nossos ancestrais da América

John Moore/Getty Images

Emigrantes subindo no topo de um vagão de trem de mercadorias na tentativa de atravessar a fronteira México-Estados Unidos e entrar no território estadunidense de forma ilegal. Cidade de Arriaga, México, 2013.

Não é de hoje que a espécie humana enfrenta grandes distâncias em busca de melhores condições de vida. Na atualidade, milhões de pessoas procuram deixar seu lugar de origem para fugir de guerras ou da miséria. Tentam vencer como podem o desafio de chegar aonde acreditam que terão uma vida melhor. Nos primórdios da humanidade, nossos ancestrais também se deslocavam. O que teria motivado o deslocamento de várias espécies humanas ao longo da chamada Pré-História? Como essas espécies se adaptaram aos locais onde se estabeleceram?

1 Como chegaram ao nosso continente

A data aproximada do início da ocupação humana no continente que chamamos de América ainda é muito debatida entre os estudiosos. Não há consenso entre eles e são muitas as divergências. Para alguns estudiosos, essa ocupação foi iniciada há cerca de 20 mil anos, mas existem também pesquisadores que acreditam que ela teve início há cerca de 50 mil anos e outros, ainda, defendem a teoria de que ela ocorreu há mais de 100 mil anos.

A polêmica envolve também as possíveis rotas de chegada dos primeiros grupos humanos ao continente americano. Acredita-se que as glaciações contribuíram para que grupos humanos paleolíticos abandonassem suas regiões de origem e chegassem ao continente.

Estudos recentes sobre a diversidade de características biológicas e linguísticas entre os nativos da América reforçam as hipóteses de que o povoamento do continente inicialmente se deu por meio de sucessivas levas migratórias de caçadores-coletores.

Segundo a teoria mais aceita, esses primeiros grupos teriam vindo da Ásia pelo estreito de Bering. Outros pesquisadores acreditam que a chegada aconteceu também por rotas marítimas e não somente pelo estreito de Bering. Entre esses estudiosos, há os que defendem a tese de que levas migratórias de habitantes da Austrália e das ilhas polinésias chegaram ao continente americano pelo oceano Pacífico. O mapa da página 36 apresenta essas teorias; observe-o novamente. Há ainda estudiosos que acreditam que a migração se deu pelo Atlântico, há mais de 100 mil anos, vinda da África. Segundo essa teoria, agrupamentos humanos atravessaram o Atlântico quando o nível do mar era bem mais baixo que o atual. Além disso, existiam diversas ilhas entre os dois continentes. Essas teorias, no entanto, carecem de evidências suficientes para serem aceitas no meio científico.

Levando em consideração a hipótese de que a ocupação humana do norte da América teve início há pelo menos 20 mil anos, ela teria se estendido para o sul da América, em direção à Patagônia, antes de 10 mil anos atrás.

Com base na análise de ossadas e de outros vestígios, estudiosos consideram que os primeiros grupos humanos teriam percorrido alguns caminhos para chegar à região que viria a ser o território brasileiro. Um desses caminhos iniciava-se no litoral das atuais Colômbia e Venezuela, chegando à Amazônia. Um diferente trajeto saía dos Andes (em latitudes mais baixas). Outra possível rota é a entrada desses grupos pelo litoral. Eles poderiam ter vindo da Patagônia pelo oceano Pacífico em direção ao norte, ou ter saído do Caribe, entrando pelo litoral nordestino em direção ao Atlântico Sul.

O pesquisador brasileiro Walter Neves e sua equipe defendem uma teoria que admite que os primeiros grupos humanos chegaram ao território americano em duas levas migratórias. Segundo esses estudiosos, a primeira leva, composta de hominídeos com traços que lembram os povos africanos e os aborígines da Oceania, teria ocorrido há cerca de 14 mil anos.

O outro grande grupo, que chegou há cerca de 11 mil anos, se parece mais com os povos asiáticos, e está na base da composição étnica da maior parte dos grupos indígenas atuais da América. Saiba mais sobre as pesquisas de Walter Neves na página 52 deste capítulo.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Para saber mais

O que o chão nos revela

A Arqueologia é a ciência que fornece as principais informações sobre os hominídeos que antecederam o *Homo sapiens* e sobre os grupos humanos já desaparecidos, tivessem eles ou não conhecimento da escrita. Essa ciência procura vestígios materiais da ação humana, que podem ser desde restos de fogueiras, ossos humanos ou peças de cerâmica até grandes edificações. Os arqueólogos estudam os objetos encontrados na tentativa de obter informações sobre quem os criou e como eles foram usados. Para isso, contam com vários métodos de análise, como a estratigrafia, a datação pelo decaimento do carbono-14 e a análise de DNA.

Estratigrafia – Estudo da sequência das camadas de terra que vão se sobrepondo com o passar do tempo. De acordo com o local, a posição e a profundidade em que cada objeto ou resto humano é encontrado, a estratigrafia calcula há quanto tempo aproximadamente aqueles vestígios estão ali e de que modo estão relacionados a outros achados na mesma ou em outras camadas.

Datação pelo decaimento do carbono-14 – No processo de fotossíntese ou no metabolismo, os vegetais e os animais captam da atmosfera certa quantidade do isótopo carbono-14, que passa a fazer parte de seus tecidos. Quando o ser morre, esse elemento captado dissipa-se pouco a pouco. Comparando a quantidade de carbono-14 de um fóssil com a quantidade desse isótopo que um ser vivo teria, é possível calcular sua idade com relativa precisão.

Análise de DNA – A recuperação e o estudo do DNA de ossos e de outros tecidos que se decompõem mais lentamente abriram novas possibilidades de investigação para a Arqueologia. Com técnicas recentemente descobertas, copiam-se fragmentos de DNA de restos mortais bastante antigos graças à recuperação do DNA de ossos e dentes em bom estado de conservação. Com isso, pode-se entender a evolução do *Homo sapiens*, rastrear a trajetória das migrações mais antigas e investigar a origem de plantas e animais domésticos.

Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena

Em 2013, uma equipe de arqueólogos encontrou 34 sítios arqueológicos no entorno das obras de duplicação da rodovia dos Tamoios, na região de Paraibuna, São Paulo. As construções civis são grandes agentes destrutivos desses patrimônios, já que são poucas as empresas que buscam fazer vistorias arqueológicas nos terrenos antes de iniciar seus projetos.

1. A descoberta do fóssil humano conhecido como Luzia é de vital importância para os estudos sobre a origem do ser humano americano, pois ele é considerado, até o momento, um dos fósseis humanos mais antigos da América. Levando em consideração os métodos citados, que informações podem ser obtidas por meio do estudo do crânio de Luzia?
2. Como os métodos de datação pelo decaimento do carbono-14 e análise de DNA permitem o estudo de características específicas sobre o achado de fósseis?

Pontos de vista

Os caminhos do povoamento americano

Carolina Biological/Visuals Unlimited/Corbis/Latinstock

Ponta de lança da cultura Clóvis, cerca de 11 mil a.C., Estados Unidos.

Como e quando o território americano começou a ser ocupado? Essa pergunta ainda gera grandes debates entre os pesquisadores. A teoria mais difundida afirma que os primeiros grupos humanos chegaram ao continente há cerca de 13 mil anos, quando a queda da temperatura do planeta criou imensas geleiras que ligavam a Ásia à América. Vindos da Sibéria, eles teriam atravessado o estreito de Bering em direção aos atuais Alasca e Canadá. Essa hipótese se baseia num vasto conjunto de objetos encontrados na cidade de Clóvis, no Novo México, Estados Unidos. Esses artefatos foram datados de aproximadamente 10 mil anos e pertenciam a povos caçadores-coletores.

A descoberta da cultura Clóvis se tornou um mito fundador da Pré-História norte-americana, sendo amplamente difundida em livros, revistas e exposições. Entretanto, investigações mais recentes contestam a ideia de que o estreito de Bering foi o único caminho para a ocupação do continente. E é dentro desse contexto que destacamos os olhares divergentes de dois pesquisadores brasileiros sobre as origens humanas da América.

Ismar Ingber/Pulsar Imagens

Em 2000, o pesquisador Richard Neave, da Universidade de Manchester, no Reino Unido, apresentou uma reconstituição do rosto de Luzia (ao lado). A imagem foi amplamente difundida pela imprensa brasileira e Luzia passou a ser vista como a "primeira mulher brasileira". Criava-se, assim, um mito da origem remota do país.

Na década de 1990, o pesquisador Walter Neves ficou mundialmente conhecido graças às análises que realizou em um crânio humano desenterrado na década de 1970, no sítio arqueológico de Lapa Vermelha, no estado de Minas Gerais. Neves e sua equipe descobriram que ele tinha cerca de 11 500 anos e era, portanto, mais antigo que a cultura Clóvis. Eles batizaram esse crânio de Luzia. De acordo com suas pesquisas, Luzia se assemelhava mais aos povos africanos e aos aborígines da Oceania do que aos povos de origem asiática, chamados mongoloides. Como vimos na página 50, para Walter Neves, uma primeira leva de população, semelhante aos africanos e aborígines da Oceania, havia chegado à América há cerca de 14 mil anos. Assim, ele concluiu que o estreito de Bering não foi a única rota utilizada nas primeiras ondas migratórias humanas.

Num artigo publicado em 1997, na *Revista da USP*, Neves propôs a seguinte explicação:

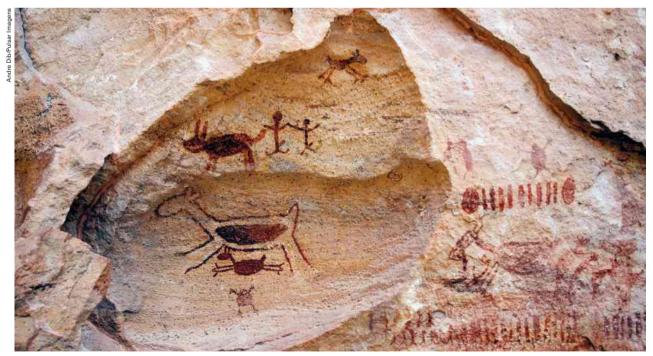
> Considerando-se os últimos resultados de nossas pesquisas o cenário proposto nesta figura para o processo de povoamento da América torna-se cada vez mais verossímil. Além da entrada em uma época relativamente recente de populações com morfologia nitidamente mongoloide, propomos uma etapa mais antiga de colonização, levada a cabo por povos com morfologia craniana distinta e, provavelmente, uma origem também distinta dos demais.
>
> Fonte: NEVES, Walter et al. O povoamento da América à luz da morfologia craniana. *Revista da USP*, São Paulo (34): 96-105, jun-ago 1997, p. 105. Disponível em: <www.usp.br/revistausp/34/09-walter-maria-danusa-hector.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2016.

Rafael Hupsel/Folhapress

Em 1973, a arqueóloga Niède Guidon iniciou suas pesquisas na Serra da Capivara, no estado do Piauí. Lá, ela descobriu dezenas de sítios arqueológicos ricos em pinturas rupestres. Mas foi a descoberta de artefatos de pedra lascada e vestígios de uma fogueira no sítio arqueológico de Pedra Furada que lançaram a pesquisadora no debate internacional. Em 1987, depois de anos de escavações, mais de seiscentos objetos foram encontrados. Segundo as análises feitas por Guidon e sua equipe, eles tinham cerca de 50 mil anos. Assim, as evidências levaram-na a afirmar que a ocupação do território teria aproximadamente 60 mil anos. Leia o trecho a seguir:

> Hoje podemos afirmar que a entrada de *Homo sapiens* para o continente americano fez-se em vagas que, saindo de diferentes lugares, seguiram diferentes caminhos e que as primeiras devem ter entrado na América entre 150 mil e 100 mil anos atrás. A razão nos faz supor que um continente como o americano, que vai do polo norte ao polo sul, deve ter sido ocupado a partir de diversos pontos de penetração, que incluem também a via marítima. Não devemos esquecer que o nível do mar variou durante as diferentes épocas, caracterizadas por avanços e recuos das glaciações e que, em certos momentos, chegou até a 150 metros abaixo do nível atual, o que significa que um maior número de ilhas afloravam e a plataforma continental era bem mais ampla.

Fonte: GUIDON, Niède. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara – Sudeste do Piauí. In: *Revista Com Ciência*. SBPC, 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>. Acesso em: 13 out. 2015.

Andre Dib/Pulsar Imagens

Pintura rupestre no sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, em São Raimundo Nonato, Piauí. O sítio faz parte do Parque Nacional Serra da Capivara, criado em 1979 para proteger um dos mais importantes patrimônios da Pré-História humana. Ele conta com cerca de 700 sítios arqueológicos com artefatos, esqueletos humanos e mais de 30 mil figuras rupestres. Desde 1991, o Parque é considerado patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Foto de 2013.

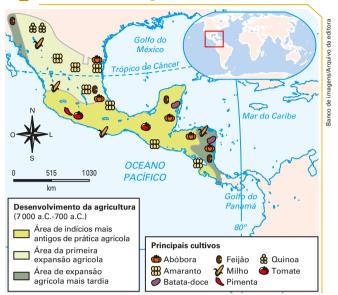
2 Diversidade de culturas

Os dados sobre os primeiros povoadores são agrupados de acordo com a ocupação de regiões geográficas distintas, mesmo que não saibamos com plena certeza quais foram as rotas migratórias utilizadas.

Pesquisas arqueológicas têm demonstrado que a América contou com civilizações que desenvolveram técnicas de agricultura, metalurgia e engenharia, além de sistemas de escrita, arte, organização social e política. Entre as sociedades americanas mais antigas com o maior número de artefatos descobertos e preservados estão as que povoaram a **Mesoamérica** e as que se estabeleceram na **região andina central**.

Antes da chegada dos europeus, a América do Norte era ocupada por centenas de grupos nativos. Estudos indicam que mais de trezentas línguas diferentes eram faladas nessas terras. Esses povos ocupavam o território norte-americano do Atlântico ao Pacífico. Entre eles estavam os cheroquis, os iroqueses, os comanches e os apaches. Diversos nomes de regiões dos atuais Estados Unidos foram herdados de grupos indígenas, como Iowa, Dakota, Illinois, Missouri, etc.

Desenvolvimento agrário na Mesoamérica

Banco de imagens/Arquivo da editora

BLACK, Jeremy (Org.). *World History Atlas*. London: Dorling Kindersley Book, 2008.

Mesoamérica: região do continente americano que compreende, aproximadamente, o sul do México e os territórios da Guatemala, de El Salvador, de Belize e parte da Nicarágua, de Honduras e da Costa Rica.
Região andina central: refere-se à cordilheira dos Andes.

Para saber mais

Os povos nativos da América

Inúmeras populações nativas existiram no continente americano antes da chegada dos europeus no século XV. Esses povos são comumente chamados de **povos pré-colombianos**. Entre eles, destacam-se incas, astecas e maias, que desenvolveram grandes centros urbanos, reinos e até impérios.

O auge da civilização inca ocorreu no século XVI, com a formação de um império que reunia cerca de 10 milhões de pessoas. De acordo com teorias recentes, seus ancestrais eram caçadores que fizeram a travessia da Ásia para o Alasca, ocuparam a região andina central e tornaram-se agricultores sedentários, com a domesticação de animais e a utilização de técnicas agrícolas avançadas. A riqueza de sua cultura é revelada em vários campos de atividade: arquitetura, metalurgia, arte cerâmica, organização política e social, tradições agrícola e alimentar, como o plantio e o consumo de batata, milho e cereais nativos como a quinoa.

Os maias se estabeleceram por volta de 700 a.C., entre a América do Norte e a América Central, e alcançaram seu apogeu econômico e cultural entre os séculos III e X da Era Cristã. Por volta de 300 d.C., ocupavam as regiões dos atuais territórios do México, de Honduras e da Guatemala.

Os astecas viveram inicialmente no noroeste do atual território mexicano e, no século XIV, ocuparam o planalto central do México. Dedicavam-se às práticas da guerra e ao desenvolvimento de técnicas de cultivo do milho.

Museu Antropológico, México/Gianni Dagli Orti/ The Art Archive/ Other Images

Deus inca da agricultura decorado com milho e abóbora, século XVI. O milho era considerado um alimento sagrado e foi a principal fonte de subsistência para os povos nativos da América. Era utilizado também em trocas comerciais.

Tradições

Diversidade cultural na Pré-História brasileira

Na Arqueologia usa-se o termo ***tradição*** *para indicar um conjunto de práticas e técnicas de povos antigos que tenham características comuns, que persistem ao longo do tempo e que são registradas em determinada região ou contexto geográfico. Nas terras do atual Brasil, por exemplo, existiram várias tradições, cada uma identificada por um nome diferente. Vamos conhecer um pouco mais sobre algumas delas? Os pequenos mapas que acompanham os textos a seguir indicam os estados atuais em que essas manifestações ocorreram.*

Tradição Nordeste

Os artefatos de caça, as pinturas rupestres e os fósseis dos mais antigos habitantes do atual território brasileiro fazem parte dessa tradição. No atual estado do Piauí, no município de São Raimundo Nonato, foram encontrados vestígios dessa tradição datados de mais de 12 mil anos. Eles indicam que esses agrupamentos humanos caçavam grandes animais e tinham uma vida coletiva em cavernas. Porém, são poucas as informações de que dispomos sobre como esses grupos se organizavam. As pinturas rupestres dessa tradição representavam cenas mais lúdicas, como rituais de dança, caça e ritos cerimoniais.

Embora existam desenhos rupestres de homens e mulheres, diferenciados pela representação dos órgãos sexuais, muitas figuras foram feitas sem distinção entre os sexos. Por isso, alguns estudiosos consideram que essas sociedades não eram **patriarcais**, permitindo que mulheres e homens compartilhassem de relativa igualdade.

Acervo do autor/Arquivo da editora

Na imagem, pintura rupestre no sítio arqueológico de São Raimundo Nonato, Piauí. Foto de 2014.

patriarcais: sociedades ou relações dominadas por figuras masculinas, cabendo à mulher uma relação de subserviência perante figuras como pai, marido, etc.

Tradição Agreste

Mapas: Banco de imagens/Arquivo da editora

Essa tradição existiu na mesma região da tradição Nordeste, há cerca de 10 mil anos. Seus povoadores criaram pinturas rupestres com cenas mais agressivas, frequentemente representando confrontos (talvez decorrente do aumento demográfico e de mudanças ambientais).

Mapas: Banco de imagens/Arquivo da editora

Tradição Humaitá

Composta de grupos dedicados à pesca, à caça e à coleta de raízes, moluscos e frutos silvestres. Também fabricavam objetos de pedra lascada e polida. Os registros mais antigos dessa tradição foram encontrados em Santa Catarina. São vestígios de fogueiras datados de mais de 8500 anos.

Tradições Umbu e Itararé

Na região Sul há também registros da tradição Umbu, datada de 12 mil anos e composta de caçadores-coletores, dedicados à fabricação de instrumentos de caça. Na mesma região, também foram encontradas evidências da tradição Itararé, de cerca de 1500 anos, constituída por agricultores que construíam casas subterrâneas. Veja o boxe *Leituras* na página 58, que fala sobre o povo Xokleng.

Tradição Sambaquiana

Nessa tradição temos vestígios de povos pescadores e coletores com datação de mais de 5 mil anos. Alguns **sambaquis** encontrados nessa região atingem 10 metros de altura. Por meio da análise das camadas de matéria orgânica e inorgânica dessas formações, é possível estudar a vida material e cotidiana – a base alimentar, por exemplo – dessas populações.

Zig Koch/Pulsar Imagens

Sambaqui localizado no Sítio Arqueológico de Laguna, Santa Catarina. Foto de 2014.

sambaquis: do tupi *tamba*, que significa 'marisco', e *ki*, 'amontoamento'. Montes de conchas, esqueletos de peixes, pontas de flechas, machados, cerâmicas e materiais orgânicos que passaram por um processo de fossilização química em decorrência das chuvas e da ação do tempo. Localizam-se principalmente no litoral do sul do país.

Mapas: Banco de imagens/Arquivo da editora

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Tradição Santarém e Marajoara

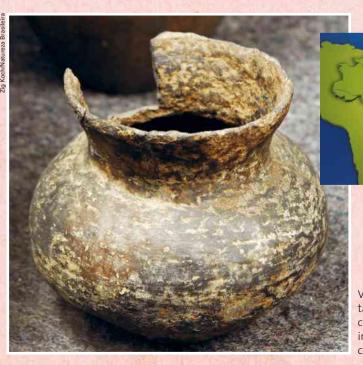
Alguns povos desenvolveram a confecção de objetos de pedra e, posteriormente, de cerâmica desde pelo menos 5 mil anos atrás. A cerâmica produzida na área da atual cidade de Santarém, no estado do Pará, foi classificada como tradição Santarém. Por volta do ano 1000, se sobressaiu a tradição Marajoara, como revelam os vestígios da cerâmica policromada (muitas cores) que produziram. Há cerca de 700 anos, a população da ilha de Marajó (Pará), berço dessa cultura, chegava a 100 mil habitantes, aproximadamente.

Urna funerária marajoara, originária da ilha de Marajó, Pará, c. 400-800 d.C. Foto de 2013.

Tradição Guarita

Estima-se que antes do ano 1000 cerca de 60 mil pessoas viviam nessa região. Essa tradição destacou-se pela produção de objetos cerâmicos cerimoniais, ou seja, utilizados em cerimônias e ritos como os de sepultamento. Na área que hoje corresponde ao estado do Acre, estão aproximadamente duzentos sítios arqueológicos.

Tradição Aratu/Sapucaí

São vestígios que datam de antes do século VIII. Nessa tradição, destacam-se principalmente as cerâmicas utilitárias, como as utilizadas para preparo e consumo de alimentos.

Tradição Taquara

Os vestígios dessa tradição compreendem principalmente cerâmicas datadas de 5 mil a 300 mil anos.

Zig Koch/Natureza Brasileira

Vasilhame cerâmico da tradição taquara. Os Itararé-Taquara são considerados possíveis ancestrais dos indígenas da família linguística Jê, como os Kaingang e os Xokleng.

Leituras

O povo indígena Xokleng vive no oeste do atual estado de Santa Catarina. A presença dos Xokleng naquela área é bastante antiga: arqueólogos da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) encontraram vasos de cerâmica datados de 2860 a.C. associados à cultura Xokleng. Essa foi considerada a segunda descoberta mais antiga do Brasil (a primeira é de objetos da região amazônica, datados de 4000 a.C.). De acordo com o Instituto Socioambiental, atualmente há menos de 2 mil representantes dessa etnia. Para saber mais sobre a população Xokleng e sua antiga presença no território que hoje compreende o Brasil, leia o texto com atenção.

Xokleng

No início da nossa era, os caçadores e coletores que até então tinham habitado o planalto do Brasil meridional foram substituídos por populações de agricultores cuja economia repousava sobre o cultivo do milho e a exploração dos pinheirais típicos dos planaltos do sul do país. Além de instalar suas aldeias a céu aberto, esses novos grupos indígenas abriam grandes poços de até mais de 10 metros de diâmetro no solo, para serem usados como residências – provavelmente sazonais – ou armazenar os pinhões. Esse fruto, extremamente abundante na região, podia ser guardado durante meses e sabemos que, no século XIX, os pinhões participavam da base alimentar das populações Xokleng. A essas "casas subterrâneas" (de fato, apenas semienterradas) estão associadas várias estruturas cerimoniais, como aterros e muros circulares de terra, além de cemitérios em pequenos abrigos situados nas imediações das cachoeiras. Galerias artificiais teriam servido de refúgio durante as investidas dos inimigos Tupi-Guarani, que ocupavam as regiões mais baixas.

JORGE, Marcos; RIBEIRO, Loredana; PROUS, André. *Brasil rupestre*: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros, 2007. p. 152.

Reprodução Arquivo Histórico José Ferreira da Silva/Fundação Blumenau, SC.

Na foto, mulheres e crianças do povo Xokleng, em Santa Catarina, em 1906. A dizimação desse povo ocorreu pelos ataques dos bugreiros (caçadores de indígenas) e por doenças respiratórias pós-contato com os colonos.

3 A chegada dos europeus

Depois de milênios de ocupação do continente americano, período em que as mais diversas organizações sociais e culturais foram desenvolvidas (observe a linha do tempo na página seguinte), ocorreu o encontro entre as populações ameríndias e uma nova leva de conquistadores: os europeus. O quadro que os europeus encontraram ao chegar a essas terras era de expansão dos grupos Tupi-Guarani, que conquistaram e dizimaram grupos caçadores-coletores, como os povos sambaquianos, e ocuparam a maior parte da costa litorânea da região que viria a ser o Brasil.

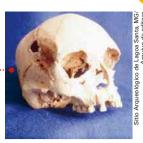
A chegada dos europeus em fins do século XV significou o início do processo de destruição das populações americanas, embora muitos aspectos de suas culturas tenham sido incorporados às culturas miscigenadas que se formaram a partir desse contato. Os conquistadores europeus também tomaram conhecimento da batata, originária da região andina, e do milho, cultivado inicialmente na Mesoamérica, hoje uma das bases da alimentação de vários povos do mundo.

Ocupação humana
no atual território brasileiro

O esquema a seguir é uma espécie de linha do tempo na qual estão representados: 1) o período provável da primeira ocupação humana de terras que mais tarde pertenceriam ao Brasil; 2) as primeiras ocorrências de arte rupestre e de outras manifestações culturais e econômicas dos povos que pouco a pouco povoaram o território brasileiro. Conforme vimos neste capítulo, observe as diferenças entre as regiões brasileiras em relação ao período de cada ocorrência.

Há mais de 12000 anos

Primeiros vestígios comprovados de ocupação humana em terras brasileiras (Sudeste)

Sítio Arqueológico de Lagoa Santa, MG/ Arquivo da editora

Luzia, o fóssil humano conhecido mais antigo da América, encontrado em Lagoa Santa, Minas Gerais.

Há 8000 anos

Mais antigas manifestações de arte rupestre em terras brasileiras (Nordeste e Centro)
Sambaquis fluviais (Sul)

Franco Hoff/Pulsar Imagens

Detalhe de pintura rupestre encontrada na Toca do Boqueirão da Pedra Furada, em São Raimundo Nonato, Piauí. Foto de 2011.

Há 5000 anos

Primeiros objetos de cerâmica (região amazônica)

Edu Lyra/Pulsar Imagens

Urna funerária marajó exposta no Museu de Marajó, em Cachoeira de Arari, Pará. Foto de 2012.

Há 4000 anos

Sambaquis, pesca e coleta (litoral central e sul)

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Tigela tupi-guarani utilizada em sepultamento. Encontrada em um sambaqui em Rio das Ostras, Rio de Janeiro.

Há 2000 anos

Primeiras práticas agrícolas em terras brasileiras

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Batedor utilizado para lascar pedras ou para moer grãos e frutas. Encontrado em Rio das Ostras, Rio de Janeiro.

Há 1000 anos

Comunidades organizadas em grandes aldeias (Centro, Nordeste e Amazônia)
Construções habitacionais subterrâneas (Sul)
Ondas migratórias vindas do continente europeu desde o século XV

Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Peça de cerâmica encontrada em sítio arqueológico em Calçoene, Macapá. Arqueólogos acreditam que comunidades viviam nessa região por volta de 1000 a 2000 anos atrás.

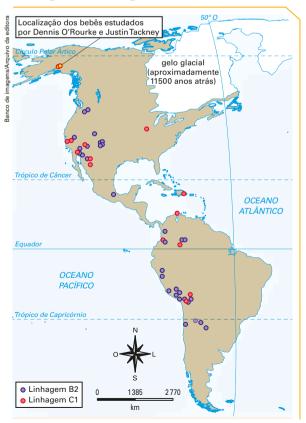
Atividades

Retome

1. Quais são as duas principais hipóteses que explicam a ocupação humana do continente americano?
2. De acordo com os estudos dos fósseis encontrados nos sítios arqueológicos brasileiros, a população que ocupou o território onde hoje está o Brasil era etnicamente homogênea?
3. Como arqueólogos podem datar objetos encontrados em um sítio arqueológico?
4. A análise das pinturas humanas na superfície de rochas no sítio do Boqueirão da Pedra Furada, em São Raimundo Nonato, Piauí, sugere a existência, nos grupos de antigos habitantes das terras que hoje compreendem o Brasil, de uma condição de igualdade entre os sexos feminino e masculino. Cite dois indícios dessa hipótese.
5. Quando os europeus chegaram à costa brasileira, esta já não era habitada pelos povos dos sambaquis. Qual é a explicação para seu desaparecimento?

Pratique

6. De acordo com uma notícia publicada em 2015 no *site* da Universidade de Utah, nos Estados Unidos, dois cientistas estudaram o material genético de dois bebês sepultados há 11 500 anos. Eles foram encontrados em um sítio arqueológico no Alasca. De acordo com o estudo, as crianças são os antepassados mais antigos já encontrados das duas principais linhagens de povos nativos da América, identificadas pelas siglas B2 e C1. Analise atentamente o mapa a seguir.

América: localização dos sepultamentos e vestígios das linhagens B2 e C1

Fonte: Universidade de Utah. Disponível em: <http://unews.utah.edu/ancient-babies-boost-bering-land-bridge-layover>. Acesso em: 9 nov. 2015.

Com base nessas informações faça o que se pede:

a) Qual das duas linhagens se difundiu mais?

b) As descobertas feitas pelos pesquisadores da Universidade de Utah reforçam qual das hipóteses estudadas para explicar o povoamento da América?

c) As descobertas feitas pelos pesquisadores podem explicar o povoamento da região de Lagoa Santa, onde foram encontrados os restos de Luzia? Por quê?

7. Leia a seguir descrições dos traços culturais de alguns dos principais povos que ocuparam o Brasil antes da chegada dos europeus. Depois, associe em seu caderno essas descrições aos objetos correspondentes mostrados adiante.

a) **Tradição Umbu**

> A tradição Umbu é marcadamente caracterizada pela presença de pontas de projétil e de uma indústria lítica com lascas recompostas.
>
> [...]
>
> Sua alimentação era baseada na caça e complementada com a coleta de frutos e raízes. Os artefatos desta tradição se caracterizam por serem lascados, com retoques por pressão.
>
> [...]
>
> As bolas de boleadeira são peças líticas finamente trabalhadas em pedra, possuindo na sua porção média um sulco que permite amarrar uma tira de couro ou de fibra vegetal. Poderiam ser de uma, duas ou três bolas.
>
> TRADIÇÃO Umbu. Disponível em: <http://museuantropologico.blogspot.com.br/2013/05/tradicao-umbu-tradicao-umbu-e.html>. Acesso em: 9 nov. 2015.

b) **Tradição Sambaquiana**

Sabe-se que os sambaquieiros, de norte a sul, eram pescadores, untavam conchas, construíam morros e ali enterravam seus mortos. Mas desde a função dos sambaquis até as habilidades manuais desses grupos, passando por rituais de sepultamento e de manejo de vegetais, há diferenças marcantes de uma região para outra. Por exemplo, no artesanato criado com a matéria dos sambaquis. Ao sul do Vale da Ribeira, em São Paulo, faziam esculturas de pedra, os chamados zoólitos, que chamam a atenção pelo polimento perfeito e pela quantidade de detalhes. Em algumas reproduções de peixes, distingue-se a espécie e até o sexo do bicho. Outros motivos mostram figuras geométricas ou rodas dentadas. [...] No Rio de Janeiro, por sua vez, os grupos fabricavam lâminas de machado. No sítio Ilhote do Leste, na ilha Grande, Maria Cristina Tenório, arqueóloga do Museu Nacional, estima que teriam sido polidas mais de 200 mil pedras para servirem como lâminas. [...]. No Nordeste (Bahia, Pará e Maranhão), os escassos estudos feitos até agora encontraram cerâmicas. Os pesquisadores não sabem explicar, até hoje, por que só os grupos dessa região desenvolveram essa técnica.

TORRES, Juan. Sambaquis: castelos de areia, conchas e mortos. *Guia do estudante*. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/sambaquis-castelos-areia-conchas-mortos-478429.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2015.

c) **Tradição Tupi-Guarani**

A cultura material dos Guarani pré-históricos que aqui se estabeleceram é vasta e diversificada. Parte dela, constituída por fragmentos cerâmicos provenientes de vasilhas usadas no dia a dia dessas populações, tem sido recuperada pela arqueologia. A análise desses fragmentos é importante porque, mediante técnicas de laboratório, pode-se reconstituir a forma do recipiente cerâmico e, por comparação, relacionar esses fragmentos com recipientes inteiros encontrados.

As vasilhas cerâmicas variam muito de tamanho e forma, tendo sido, quase todas, confeccionadas pela técnica de acordelado. Partindo de uma base cônica, a artesã guarani ia sobrepondo e juntando roletes, através de pressões regulares do dedo polegar, em sentido perpendicular à borda, dando o formato e a dimensão desejados. Sua marca distintiva é o tratamento dado à superfície externa. Dentre as muitas variações e combinações, predominam a corrugada, escovada, ungulada e pintada (mono ou policrômica).

TRADIÇÃO Tupi-Guarani. Disponível em: <http://museuantropologico.blogspot.com.br/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>. Acesso em: 28 out. 2015.

tetraktys/Acervo do fotógrafo

Pontas de projétil de pedra lascada, próprias da tradição Umbu. Foto de 2013.

Cesar Barreto/Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

Escultura de pedra representando um peixe encontrada em sambaqui. Foto de 2005.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

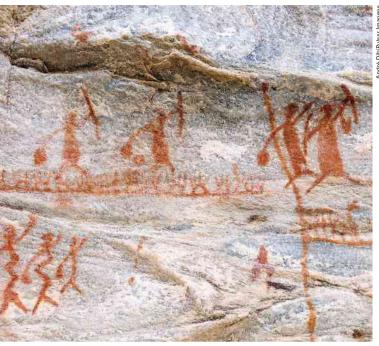
Urna mortuária utilizada pelos índios da etnia Guarani. Foto de 2013.

Reprodução/Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Boleadeira, instrumento de caça trabalhado em pedra. Foto de 2012.

Analise uma fonte primária

8. Observe atentamente a imagem a seguir e, em seu caderno, faça o que se pede.

André Dib/Pulsar Imagens

Pintura rupestre datada de entre 9 mil e 10 mil anos encontrada no sítio arqueológico de Xique-Xique I, Carnaúba dos Dantas, Seridó, Rio Grande do Norte.

a) Descreva a imagem.

b) A imagem sugere a prática de alguma atividade? Explique.

c) É possível saber, hoje, o significado da pintura feita pelos antigos habitantes da região de Seridó? Justifique.

9. Leia a seguir uma matéria sobre a depredação dos sítios arqueológicos do Rio Grande no Norte e faça o que se pede.

O RN tem 178 sítios arqueológicos cadastrados e tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O número oficial nem de longe reflete a riqueza do "real patrimônio" do Estado. Apenas em Santana do Matos, município da região do Seridó, onde existem dois sítios cadastrados, foram encontradas mais de 80 áreas com vestígios dos grupos pré-históricos que habitaram o que hoje corresponde ao território potiguar. As pesquisas no município foram lideradas pelo arqueólogo Valdeci dos Santos Jr., em parceria com o pesquisador Gilson Luiz da Silva.

Santana do Matos não é a única cidade com um tesouro debaixo do chão. Carnaúba dos Dantas, Apodi e praticamente toda a região do Seridó são férteis em vestígios, como ossos humanos, ferramentas, cerâmica, armas e pinturas rupestres. As datações mais antigas são de 10 mil anos atrás.

Embora não tenham atraído a atenção do poder público e da iniciativa privada, os artefatos vêm sendo objeto de interesse de alguns poucos pesquisadores e "comerciantes" do mercado clandestino desde a década de 70. Quando não caem nas graças desse seleto público, as peças arqueológicas são furtadas ou mesmo depredadas. Em Santana do Matos, na Serra do Urubu, e em outras localidades, há rochas com pinturas de grupos pré-históricos literalmente pichadas. Pessoas da própria comunidade fizeram outros desenhos na pedra e chegaram inclusive a grafar seus nomes, com a data da inscrição e até telefones. Em outros casos, aventureiros coletam artefatos como ossos e ferramentas para coleções particulares e venda no mercado clandestino. Há ainda um tipo de depredação mais cruel. Empresas de mineração e realizadoras de obras de grande porte já foram responsáveis por destruir sítios inteiros. Segundo o Iphan, há 10 anos, uma mineradora explodiu um conjunto de rochas com inscrições em Parelhas.

LIRA, Isaac. Sítios arqueológicos depredados. *Tribuna do Norte*. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/sitios-arqueologicos-depredados/144715>. Acesso em: 9 nov. 2015.

a) Que vestígios da pré-história brasileira podem ser encontrados nos sítios arqueológicos do Rio Grande do Norte?

b) De acordo com a notícia, que ameaças colocam em risco o patrimônio arqueológico do Rio Grande do Norte?

c) Como a destruição do patrimônio arqueológico potiguar afeta as pesquisas acadêmicas sobre nosso passado?

d) Forme um grupo com mais dois ou três colegas e façam uma pesquisa sobre os sítios arqueológicos existentes em sua cidade ou estado. Procurem mapeá-los e se informar sobre sua importância e seu estado de preservação.

e) Depois, com base nas informações obtidas, escrevam uma matéria jornalística sobre a preservação do patrimônio arqueológico nos sítios arqueológicos pesquisados. Caso seja possível, visitem um desses sítios e fotografem-no.

Articule passado e presente

10. A origem do homem americano ainda provoca acirrados debates entre pesquisadores. Além das análises de fósseis e vestígios arqueológicos, as pesquisas genéticas também têm desempenhado um importante papel no estudo sobre o povoamento do continente. Leia mais sobre o assunto no texto a seguir e faça o que se pede.

Ancestrais de índios viajaram 7 000 km pelo mar, e ninguém sabe como

Eram os botocudos polinésios? Geneticamente falando, pelo menos dois indivíduos desses índios praticamente exterminados no século XIX eram, sim, parentes de habitantes de ilhas do Pacífico a mais de 7 000 km de distância. Mas ninguém sabe como nem por quê.

O mistério volta a aumentar com um artigo do grupo de Sergio Danilo Pena, da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], publicado em novembro no periódico Current Biology. Novas análises de DNA eliminaram as duas hipóteses menos implausíveis para explicar a presença desses genes por aqui.

Sabe-se agora que eles não são descendentes de escravos de Madagáscar trazidos ao Brasil entre 1817 e 1843, quando navios negreiros tentavam evitar as patrulhas britânicas na costa oeste da África capturando-os no Leste. Nem de escravos polinésios levados ao Peru na década de 1860.

Sobram as mais improváveis, quase impossíveis de provar: uma segunda entrada do homem nas Américas, anterior à mais aceita, há 12-14 mil anos, e migração direta de polinésios pelo Pacífico antes da chegada de europeus.

"Acho que está na hora de ser humilde e declarar ignorância", afirma Pena. Não é uma frase usual da parte de pesquisadores.

Crânios

A origem do povo botocudo é tão intrigante quanto sua aparência, marcada pelos lábios e orelhas alargados com discos de madeira.

Uma eficaz "guerra justa" foi movida contra suas aldeias em Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, no século 19, por ordem de dom João 6º. Aldeias da etnia também conhecida como "aimorés", que resistia ferozmente à assimilação, desapareceram sem deixar muitos registros.

Sobreviveu, no entanto, uma coleção de três dezenas de crânios de botocudos na coleção do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Deles saíram os dentes que tiveram o DNA extraído para análise e renderam uma série de três artigos desconcertantes da equipe da UFMG, tendo Pena e sua aluna Vanessa Faria Gonçalves entre os autores principais.

O primeiro trabalho saiu em 2010 no periódico *Investigative Genetics*. Debruçou-se sobre o DNA mitocondrial, uma diminuta fração dos genes que só as mães transmitem para filhas e filhos.

A comparação do material extraído dos dentes de 14 crânios botocudos com moradores atuais da cidade de Queixadinha (MG) identificou variantes genéticas incomuns partilhadas entre eles. Concluiu-se que deixaram descendentes entre os mineiros.

O segundo artigo, de 2013, foi publicado na americana PNAS. Novo exame do DNA mitocondrial revelou que 2 daqueles 14 indivíduos, do sexo masculino, tinham marcadores característicos de populações polinésias.

A descoberta concordava, assim, com análises do formato dos crânios botocudos que sugeriam um parentesco com populações da Oceania. É esse também o caso de Luzia, o mais famoso esqueleto dos sítios arqueológicos de Lagoa Santa (MG).

[...] Em primeiro lugar, quase todo o DNA parece ter origem polinésia, o que exclui a possibilidade de miscigenação com ameríndios. Depois, a datação dos crânios mostra que os dois botocudos morreram antes do tráfico de escravos malgaxes no século 19.

"Toda essa discussão presume que dois crânios polinésios não possam ter sido acidentalmente incluídos na coleção do Museu Nacional", diz Pena. Não há evidência disso: "Os crânios estavam identificados como botocudos por escrito, com tinta, na própria calota craniana".

GLEISER, Marcelo. Ancestrais de índios viajaram 7000 km pelo mar, e ninguém sabe como. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/12/1559479-ancestrais-de-indios-viajaram-7000-km-pelo-mar-e-ninguem-sabe-como.shtml>. Acesso: 18 fev. 2016.

a) De acordo com a notícia, que fontes de pesquisa foram usadas para determinar a ancestralidade dos índios botocudos?

b) Qual foi a conclusão dos pesquisadores?

c) Os resultados das pesquisas realizadas pela UFMG corroboram ou contrariam os estudos feitos por Walter Neves, pesquisador da Unicamp, sobre os fósseis dos antigos habitantes da região de Lagoa Santa (MG)?

d) Com base na notícia, descreva os passos necessários para que seja formulada uma teoria científica para explicar a ocupação das Américas.

Enem e vestibulares

Enem

1.

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a
[reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os
construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a
[Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os césares?

BRECHT, B. *Perguntas de um trabalhador que lê*. Disponível em: <www.recantodasletras.com.br/cronicas/1568771>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Partindo das reflexões de um trabalhador que lê um livro de História, o autor censura a memória construída sobre determinados monumentos e acontecimentos históricos. A crítica refere-se ao fato de que:

a) os agentes históricos de uma determinada sociedade deveriam ser aqueles que realizaram feitos heroicos ou grandiosos e, por isso, ficaram na memória.

b) a História deveria se preocupar em memorizar os nomes de reis ou dos governantes das civilizações que se desenvolveram ao longo do tempo.

c) os grandes monumentos históricos foram construídos por trabalhadores, mas sua memória está vinculada aos governantes das sociedades que os construíram.

d) os trabalhadores consideram que a História é uma ciência de difícil compreensão, pois trata de sociedades antigas e distantes no tempo.

e) as civilizações citadas no texto, embora muito importantes, permanecem sem terem sido alvos de pesquisas históricas.

2. O assunto na aula de Biologia era a evolução do homem. Foi apresentada aos alunos uma árvore filogenética, igual à mostrada na ilustração, que relacionava primatas atuais e seus ancestrais.

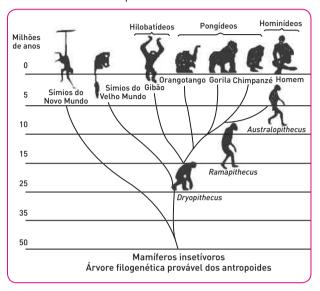
Após observar o material fornecido pelo professor, os alunos emitiram várias opiniões, a saber:

I. Os macacos antropoides (orangotango, gorila e chimpanzé e gibão) surgiram na Terra mais ou menos contemporaneamente ao homem.

II. Alguns homens primitivos, hoje extintos, descendem dos macacos antropoides.

III. Na história evolutiva, os homens e os macacos antropoides tiveram um ancestral comum.

IV. Não existe relação de parentesco genético entre macacos antropoides e homens.

Árvore filogenética provável dos antropoides

Analisando a árvore filogenética, você pode concluir que:

a) todas as afirmativas estão corretas.

b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.

c) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

d) apenas a afirmativa II está correta.

e) apenas a afirmativa IV está correta.

3. Segundo a explicação mais difundida sobre o povoamento da América, grupos asiáticos teriam chegado a esse continente pelo estreito de Bering, há 18 mil anos. A partir dessa região, localizada no extremo noroeste do continente americano, esses grupos e seus descendentes teriam migrado, pouco a pouco, para outras áreas, chegando até a porção sul do continente. Entretanto, por meio de estudos arqueológicos realizados no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí), foram descobertos vestígios da presença humana que teriam até 50 mil anos de idade. Validadas, as provas materiais encontradas pelos arqueólogos no Piauí:

a) comprovam que grupos de origem africana cruzaram o oceano Atlântico até o Piauí há 18 mil anos.

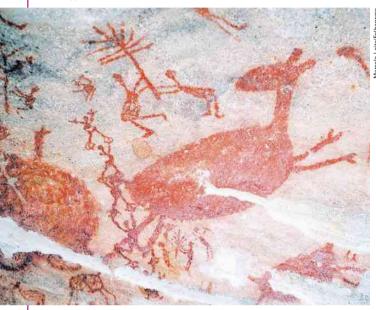
b) confirmam que o homem surgiu primeiramente na América do Norte e, depois, povoou os outros continentes.

c) contestam a teoria de que o homem americano surgiu primeiro na América do Sul e, depois, cruzou o estreito de Bering.

d) confirmam que grupos de origem asiática cruzaram o estreito de Bering há 18 mil anos.

e) contestam a teoria de que o povoamento da América teria iniciado há 18 mil anos.

4.

Marcelo Leite/Folhapress

Pintura rupestre da Toca do Pajaú (PI). Disponível em: <www.betocelli.com>. Acesso em: 23 nov. 2015.

A pintura rupestre acima, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa

a) o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.

b) a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.

c) aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada pré-história do Brasil.

d) os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.

e) a constante guerra entre diferentes grupos paleoíndios da América durante o período colonial.

Vestibulares

5. (UFCE)

A História humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

Ferreira Gullar

No que refere ao fato histórico e à produção do conhecimento histórico, é correto afirmar que:

a) o fato histórico não tem que ser, necessariamente, um grande acontecimento; ele também se faz no cotidiano das pessoas.

b) a missão do historiador é, a partir dos documentos primários; estabelecer os fatos históricos e estudá-los em sua linearidade.

c) o trabalho do historiador é mostrar os fatos como realmente ocorreram, não cabendo uma abordagem crítica.

d) a nova História tem-se preocupado, basicamente, em gerar uma produção histórica objetivando contestar a interpretação marxista da História.

e) a história marxista enfoca fatos históricos protagonizados por “Heróis”, reforçando a ideologia da classe dominante.

6. (Ufscar-SP)

Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta:

— Para si o que é ser africano?

Falava-se, inevitavelmente, de identidade *versus* globalização.

Respondi com uma pergunta:

— E para si o que é ser europeu?

O homem gaguejou. Ele não sabia responder. Mas o interessante é que, para ele, a questão da definição de uma identidade se colocava naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. Ele nunca tinha colocado a questão ao espelho.

COUTO, Mia. In: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea, 2005.

Segundo o texto, o autor

a) valoriza a ideia de que existe uma identidade natural entre os povos europeus, favorecendo a globalização.

b) denuncia a ideia genérica, presente entre os europeus, de que há uma suposta identidade natural entre os africanos.

c) lembra o fato de que a Europa tem uma história de tendência à globalização, em função da ausência de conflitos entre seus Estados-nação.

d) defende a existência de uma essência natural do que é ser europeu e do que é ser africano.

e) indica os valores culturais e nacionais europeus e africanos como fundadores do processo de globalização.

7. (Unioeste-PR) Sobre a História, enquanto disciplina, é incorreto afirmar que

a) construir a história é uma tarefa de investigação e o historiador a faz mediante o estudo desinteressado e neutro dos vestígios que documentam a atividade humana.
b) o historiador formula as perguntas a serem feitas aos documentos selecionados e ele o faz com base em sua cultura e suas escolhas.
c) muitos historiadores, até meados do século XX, privilegiavam o estudo do documento escrito e davam preferência aos documentos oficiais.
d) os documentos escritos ainda são considerados fontes fundamentais para a compreensão dos fatos, mas, nas últimas décadas, a noção de documento se ampliou.
e) o estudo das fontes e a crítica dos documentos são partes fundamentais do processo de investigação histórica.

8. (UEG-GO) Grande parte da presença humana na Terra é explicada pelos historiadores tendo como referência o termo "pré-história".

Sobre esse período, discorra sobre os seguintes tópicos:

a) o significado da revolução neolítica;
b) as limitações conceituais do termo "pré-história".

9. (UFPB) As relações entre as explicações míticas e as científicas encontram, na origem da espécie humana, um dos pontos fundamentais e controvertidos.

Sobre tais explicações, leia as afirmativas.

I. O livro do Gênesis estabelece, sobretudo para as tradições religiosas judaico-cristãs, o mito do Éden, no qual viviam Adão, criado por Deus e feito à sua semelhança, e Eva, criada também por Ele a partir de uma costela de Adão. Desse casal, descenderiam todos os homens. Os partidários dessa explicação são chamados de criacionistas.
II. O livro "A Origem das Espécies", de autoria do naturalista inglês do século XIX, Charles Darwin, estabelece, nas tradições modernas, a consolidação de uma explicação científica sobre o aparecimento da vida e o surgimento do '*Homo Sapiens*', que seria resultado das mutações genéticas adaptativas de símios. Essa explicação ficou conhecida como evolucionista.
III. O conhecimento histórico, baseado nas concepções científicas, demarca o aparecimento da espécie humana no período Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada, ao que se segue o período Neolítico ou Idade da Pedra Polida e depois o período da Idade dos Metais, que, reunidos, compõem a chamada "PRÉ-HISTÓRIA".

Está(ão) correta(s):

a) apenas I
b) apenas II
c) apenas I e II
d) apenas II e III
e) I, II e III

10. (Ufscar-SP)

> [...] Pré-História do Brasil compreende a existência de uma crescente variedade linguística, cultural e étnica, que acompanhou o crescimento demográfico das primeiras levas constituídas por poucas pessoas [...] que chegaram à região até alcançar muitos milhões de habitantes na época da chegada da frota de Cabral. [...] não houve apenas um processo histórico, mas numerosos, distintos entre si, com múltiplas continuidades e descontinuidades, tantas quanto as etnias que se formaram constituindo ao longo dos últimos 30, 40, 50, 60 ou 70 mil longos anos de ocupação humana das Américas.
>
> FUNARI, Pedro Paulo; NOELI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*, 2002.

Considerando o texto, é correto afirmar que

a) as populações indígenas brasileiras são de origem histórica diversa e, da perspectiva linguística, étnica e cultural, se constituíram como sociedades distintas.
b) uma única leva imigratória humana chegou à América há 70 mil anos e dela descendem as populações indígenas brasileiras atuais.
c) a concepção dos autores em relação à Pré-História do Brasil sustenta-se na ideia da construção de uma experiência evolutiva e linear.
d) os autores descrevem o processo histórico das populações indígenas brasileiras como uma trajetória fundada na ideia de crescente progresso cultural.
e) na época de Cabral, as populações indígenas brasileiras eram numerosas e estavam em um estágio evolutivo igual ao da Pré-História europeia.

11. (UFPI) Nas últimas décadas o Piauí vem figurando como um tema obrigatório nas discussões sobre o primitivo povoamento do território americano, o que decorre, principalmente, dos achados arqueológicos da Serra da Capivara, no município piauiense de São Raimundo Nonato. Sobre esse assunto, assinale, nas alternativas a seguir, aquela que está incorreta:

a) Os municípios de São Raimundo Nonato, no Piauí, e de Central, na Bahia, detêm os mais antigos vestígios da presença humana na região nordeste.

b) O acervo arqueológico de São Raimundo Nonato é administrado pela FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano.

c) A arqueóloga Niéde Guidon, personalidade mais conhecida entre os profissionais que atuam junto ao acervo arqueológico de São Raimundo Nonato, tem protagonizado, ao longo dos anos, vários conflitos e polêmicas com o governo do Piauí, com órgãos federais como o Ibama e até mesmo com nativos do município de São Raimundo Nonato.

d) Os achados arqueológicos de São Raimundo Nonato, no Piauí, assim como aqueles encontrados na Bahia, impõem uma revisão das teorias sobre o povoamento da América e não deixam dúvidas quanto à natureza autóctone do homem americano.

e) Hoje, apesar de ainda ser forte a tese do povoamento da América ter-se dado através do Estreito de Behring, os estudiosos, a partir de acervos arqueológicos como os do Piauí, consideram seriamente a hipótese de múltiplas correntes de povoamento. Quanto à data da chegada dos primeiros povoadores, ainda há muitas controvérsias, não estando, em rigor, nada definitivamente estabelecido.

12. (Fuvest-SP)

Há cerca de 2000 anos, os sítios superficiais e sem cerâmica dos caçadores antigos foram substituídos por conjuntos que evidenciam uma forte mudança na tecnologia e nos hábitos. Ao mesmo tempo que aparecem a cerâmica chamada itararé (no Paraná) ou taquara (no Rio Grande do Sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações.

Adaptado de: PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros.* A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 49.

O texto associa o desenvolvimento da agricultura com o da cerâmica entre os habitantes do atual território do Brasil, há 2000 anos. Isso se deve ao fato de que a agricultura

a) favoreceu a ampliação das trocas comerciais com povos andinos, que dominavam as técnicas de produção de cerâmica e as transmitiram aos povos guarani.

b) possibilitou que os povos que a praticavam se tornassem sedentários e pudessem armazenar alimentos, criando a necessidade de fabricação de recipientes para guardá-los.

c) proliferou, sobretudo, entre os povos dos sambaquis, que conciliaram a produção de objetos de cerâmica com a utilização de conchas e ossos na elaboração de armas e ferramentas.

d) difundiu-se, originalmente, na ilha de Fernando de Noronha, região de caça e coleta restritas, o que forçava as populações locais a desenvolver o cultivo de alimentos.

e) era praticada, prioritariamente, por grupos que viviam nas áreas litorâneas e que estavam, portanto, mais sujeitos a influências culturais de povos residentes fora da América.

13. (UFMT – Adaptada) No Brasil, as questões relacionadas às etnias indígenas trazem à tona diversos problemas. Sobre a temática, assinale a afirmativa incorreta.

a) A ocupação de grandes extensões de terras em território mato-grossense com o objetivo de implantar atividades agropecuárias fez com que algumas etnias indígenas perdessem parte de seus territórios, diminuindo a antiga área de perambulação e provocando uma correspondente diminuição na disponibilidade de recursos alimentares naturais.

b) Os territórios dos povos Cinta-Larga, Zoró, Gavião e Suruí, nos estados de Rondônia e Mato Grosso, vêm sendo explorados por firmas madeireiras que denotam pouca preocupação com a conservação ambiental.

c) No território brasileiro não existem índios vivendo em isolamento haja vista que, desde 1997, a Fundação Nacional do Índio (Funai) adotou uma política de intensificar o contato, fato que contribuiu também para reduzir as taxas de mortalidade relacionadas às doenças tropicais e à má alimentação.

d) Parcela da etnia Paresí e da etnia Nambikwara passou por significativa desestruturação comunitária quando parte dos homens dessas aldeias se deslocou para a região de Comodoro (MT) a fim de explorar a venda ilegal de madeira.

e) Os índios do Acre e do Amazonas, para sobreviver, se refugiam em pontos remotos da mata, mantendo alguns hábitos inalterados, e, sem acesso à saúde pública e de qualidade, estão sujeitos à malária, às verminoses e a outras doenças.

14. (PUC-SP)

... o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Mãos dadas*, 1940.

Se o presente é o tempo do poeta, resta ao historiador somente o tempo passado?

Justifique sua resposta, procurando discutir as relações que a História ou o historiador pode estabelecer entre presente e passado.

UNIDADE 2

Civilizações antigas

Após a sedentarização dos primeiros agrupamentos humanos durante o Neolítico, as primeiras cidades e civilizações das quais temos notícias surgiram, próximas às margens de rios perenes e seus vales férteis. Essas civilizações estabeleceram uma organização política, social e religiosa, criaram os primeiros sistemas de escrita e as primeiras leis. Sabemos que dominaram, também, conhecimentos avançados em Matemática, Astronomia e Medicina. Nos capítulos desta Unidade, vamos conhecer os principais aspectos de algumas civilizações antigas e o seu legado.

Pensando sobre as diferentes civilizações antigas

suronin/Shutterstock

Grande Templo de Ramsés II em Abu Simbel, Egito, construído no século XIII a.C. Foto de 2015.

1 Estudando a Antiguidade

cidades-Estado: cidades independentes em termos de economia, organização social e poder político, com estruturas de Estado próprias.

Durante a transição entre o período Neolítico e a Antiguidade diversos grupos humanos começaram a viver em cidades, muitas das quais dariam origem a **cidades-Estado**, reinos e impérios.

A Antiguidade ou Idade Antiga corresponde ao período que se estende da invenção da escrita, por volta de 4000 a.C., até a desagregação do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C.

Museu Cernuschi, Paris/ The Art Archive/Other Images

Vaso em bronze do século IX a.C. representativo da arte da dinastia chinesa Chou.

Tradicionalmente, a Antiguidade é dividida em: Antiguidade oriental e Antiguidade clássica (ou ocidental). A Antiguidade oriental envolve as civilizações dos antigos egípcios, dos povos da Mesopotâmia, dos hebreus, persas e fenícios, entre outros. A Antiguidade clássica se refere às civilizações grega e romana. Conforme foi visto na *Introdução* e no *Capítulo 1*, é possível observar que a historiografia muitas vezes tende a um olhar eurocêntrico, considerando apenas alguns povos em suas divisões e abordagens e descartando diferentes civilizações da África, da Ásia e da América.

As primeiras cidades se formaram como resultado da expansão de aldeias e de outros assentamentos humanos do Período Neolítico. Entretanto, esse processo não ocorreu da mesma forma nem ao mesmo tempo em todo o planeta. Como evidência disso, estudaremos alguns exemplos relacionados aos povos da Ásia, América, África e Europa. Serão recortes baseados em pesquisas que devem ser vistos como peças de um quadro histórico muito mais amplo e diverso. Peças que poderão ser ampliadas com base em suas próprias pesquisas e na troca de ideias com seus colegas de turma, amigos e professores.

Antes, porém, algumas considerações são importantes acerca da forma como foram construídas as interpretações sobre essas experiências tão antigas.

Museu Nacional do Irã, Teerã/Bridgeman Images/Keystone

Ríton de ouro (recipiente para bebida) em forma de leão alado. Produzido no Império Persa entre 550 a.C. e 330 a.C.

As fontes de informação

Os vestígios que os historiadores utilizam em seus estudos geralmente são classificados em dois tipos: **voluntários** e **involuntários**. Ambos compõem as evidências que tornam possível interpretar e reinterpretar o passado.

Os documentos voluntários são produzidos com o objetivo de registrar informações sobre pessoas ou instituições. É o caso de uma certidão de nascimento, por exemplo. Os documentos involuntários, por sua vez, foram produzidos com outra finalidade, mas mesmo assim podem ajudar a conhecer aspectos da sociedade em que circularam. Uma rocha em que cenas domésticas ou de guerra estão gravadas, ou uma manta cuja finalidade era envolver os mortos são exemplos de documentos involuntários.

Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena

Arqueólogo trabalhando em sítio encontrado na cidade de Paraibuna, São Paulo. Foto de 2013.

Ao analisar documentos escritos, muitas vezes é necessário decifrar e traduzir as inscrições contidas neles. Um caso exemplar de trabalho dessa natureza foi aquele empreendido pelo francês Jean-François Champollion (1790-1832), que decifrou os **hieróglifos** a partir das inscrições contidas na Pedra de Roseta, por volta de 1822.

A análise de artefatos, por sua vez, também exige técnicas especiais e, muitas vezes, envolve outras ciências, como Arqueologia, Química, Física, Geografia e Antropologia. O estudo de materiais sem escrita nos permite conhecer outros aspectos da sociedade, como hábitos cotidianos e atividades ritualísticas. Esses artefatos também possibilitam o estudo dos membros da sociedade que não deixaram registros escritos.

A valorização desse tipo de fonte de pesquisa, desde o final do século XIX, vem ajudando a ampliar o conhecimento histórico e cultural a respeito de povos que já foram extintos.

Pedra de Roseta

O bloco de basalto encontrado no Egito, em 1799, tem inscrições em duas línguas, egípcio e grego, além de três sistemas de escrita. Dois desses sistemas eram de origem egípcia, o hieróglifo e o demótico (escrita utilizada pelos antigos egípcios em textos cotidianos), e o terceiro, com caracteres gregos. Por conter escritas egípcia e grega, favoreceu a decifração dos hieróglifos.

Adam Woolfitt/Robert Harding Heritage/AFP

Desde 1802 a Pedra de Roseta pertence ao acervo do Museu Britânico, onde está exposta. Foto de 2015.

hieróglifo: palavra de origem grega (*hierós*, 'sagrado'; e *glýphein*, 'escrita') que denomina a escrita usada pelos antigos egípcios em documentos sagrados, paredes de templos e túmulos. Junto com a escrita cuneiforme, os hieróglifos são considerados o mais antigo sistema organizado de escrita do mundo. Eles foram usados por mais de 3500 anos e a inscrição mais recente data de 394.

Zev Radovan/Coleção particular/Bridgeman Images/Keystone

Par de sandálias datado do século I, encontrado na região do atual Israel. O artefato foi encontrado na fortaleza de Massada. Segundo relatos do historiador romano Flavio Josefo, essa fortaleza foi ocupada por judeus que resistiram à presença dos romanos na região. Esse fato dá pistas sobre hábitos de uma comunidade que ficou ali refugiada, seus gostos estéticos, a capacidade de manusear o couro e os meios que empregavam para ter acesso a esse material. Estudando aspectos da geografia e das condições ambientais, o historiador pode ainda estimar a real necessidade que os antigos ocupantes da fortaleza tinham de proteger os pés para pisar no solo daquele lugar.

2 Civilização

Para vários historiadores do século XIX, **civilização** era um conceito que se referia a um estágio avançado da cultura humana, em oposição ao estado de barbárie ou selvageria. Esse conceito fazia parte da ideia de progresso que prevalecia no Ocidente. Industrialização, dinamismo tecnológico e conquista de áreas coloniais eram outros conceitos que também faziam parte dessa ideia de progresso. Essa ideia de civilização era um reflexo do etnocentrismo, que considerava a Europa um modelo a ser seguido.

etnocentrismo: visão de mundo de quem considera a sua etnia ou nacionalidade superior ou mais importante do que as demais.

Nesse contexto do século XIX, historiadores e estudiosos produziram versões eurocêntricas sobre o passado. Exemplo disso é o olhar expresso sobre a sociedade hindu no texto a seguir, que desconsidera que a Índia tinha sua própria história e produzira sua peculiar maneira de registrar o passado, com genealogias, biografias de monarcas, crônicas de dinastias e famílias dirigentes, entre outros elementos.

> James Mill escreveu em 1818 que não havia obras históricas na literatura dos indianos "porque não tinham alcançado o ponto de maturidade intelectual que permite começar a entender o valor de registrar o passado como guia para o futuro". Hegel acrescentaria "que uma civilização de três mil anos, como a da Índia, que não foi capaz de escrever a própria história é incapaz de evoluir culturalmente". Era evidente que os indianos precisavam de tutela para sair da estagnação.
>
> FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004. p. 28.

Theo Szczepanski/Arquivo da editora

Atualmente, "civilização" equivale ao produto material e cultural do trabalho humano e às transformações da natureza que ele promove. Refere-se especialmente às organizações sociais, políticas e simbólicas construídas pelo ser humano.

Dessa forma, todas as culturas humanas podem ser consideradas civilizadas, sem que seja preciso compará-las à civilização ocidental. Essa perspectiva rompe com a visão evolucionista e eurocêntrica construída durante o período de conquistas pelos europeus e estabelece parâmetros para o estudo e a compreensão de outras civilizações desenvolvidas ao longo da História.

Eventos como o extermínio de milhões de pessoas promovido pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, o lançamento de bombas atômicas sobre as cidades japonesas Hiroxima e Nagasáqui, em 1945, realizado pelos norte-americanos, bem como a corrida armamentista nuclear, protagonizada por povos "avançados" e "civilizados" durante o período da Guerra Fria, no século XX, mostraram que a associação de "civilização" com valores "superiores" e humanistas não era tão verdadeira como se pensava até então.

Em outras palavras, civilização não é um estágio mais avançado que todos os povos teriam necessariamente de alcançar, como se fossem pessoas que passam por fases de crescimento e amadurecimento. Não é possível comparar as transformações das sociedades humanas com a evolução das espécies ou com o crescimento dos seres vivos.

O que existe são diferentes culturas, que não podem ser comparadas, como se umas fossem classificáveis como melhores ou piores, ou mais ou menos "avançadas" do que outras.

É impossível representar todos os aspectos de uma civilização somente por uma imagem. Afinal, o termo engloba os modos de vida de um povo, e tudo o que a isso se relaciona: a língua e a escrita, os rituais, o jeito de pensar, as práticas de cultivo agrícola, os objetos e as instituições sociais, políticas e simbólicas. Nesta página, você pode observar, manifestações de duas civilizações que existiram em épocas e locais diferentes.

David Bernstein Collections, Nova York, EUA/Werner Forman Archive/Bridgeman Images/Keystone

Detalhe de um manto do povo Paraca, datado do século I a.C. Esse povo viveu no litoral do atual Peru, entre 800 e 100 a.C. Dominava técnicas agrícolas e de irrigação, além da tecelagem e de bordados. Os estudos dos mantos usados em rituais funerários, encontrados envolvendo múmias, têm ajudado a compreender o sentido que atribuíam à morte.

Luisa Ricciarini/Leemage/AFP

Ruínas do Templo dos Obeliscos, datadas de 1600 a.C. Localizado no atual Líbano, mas foi construído à época da civilização fenícia. O nome do templo, de caráter religioso, vem da presença de mais de trinta obeliscos, construções de pedra em forma de ogiva.

Oriente Próximo e Oriente Médio: Mesopotâmia e Egito

Antes de iniciarmos os estudos sobre Mesopotâmia e Egito, é importante destacar que, apesar das críticas ao eurocentrismo, muitas vezes nós continuamos a carregar algumas construções herdadas dessa visão tradicional e eurocêntrica da História. É o caso dos termos "Oriente Próximo" e "Oriente Médio", denominações de regiões a leste da Europa que indicam se tais localidades estão próximas ou distantes do continente europeu.

A Mesopotâmia se encontrava no território que hoje é ocupado pelo Iraque e pelo Irã. Ainda é forte a crença de que foi nessa região que surgiu a vida urbana, embora descobertas recentes tenham encontrado cidades ainda mais antigas do que as mesopotâmicas.

No final do século XIX, a região era dominada pelo Império Turco Otomano, aliado da Alemanha, que, como todas as potências europeias na época, procurava expandir seu território ou sua influência sobre a África e a Ásia. Por isso os primeiros estudiosos das civilizações que ocuparam a região foram principalmente alemães, que fizeram escavações sistemáticas entre 1899 e 1917 (o Portal, ou Porta, de Ishtar, importante monumento mesopotâmico, foi levado para a Alemanha a fim de ser reconstruído e até hoje está em Berlim). Em 1920, após a Primeira Guerra Mundial e o esfacelamento do Império Otomano, a Mesopotâmia passou ao domínio inglês.

Dedicado à deusa babilônica Ishtar e construído aproximadamente em 575 a.C., o Portal de Ishtar foi o oitavo portal da cidade mesopotâmica da Babilônia. Sua reconstrução, com material colhido das escavações, encontra-se no Museu do Pergamon, em Berlim, Alemanha. Há outras partes do portal em diversos museus do mundo: Istambul, Detroit, Paris (no Museu do Louvre), Nova York, Chicago, etc. Na foto, réplica erguida no local original, na região da antiga Babilônia, 100 km ao sul de Bagdá, no Iraque. Foto de 2015.

Daniel Kalker/dpa/Corbis/Latinstock

As escavações do fim do século XIX foram estimuladas pela decifração da escrita cuneiforme, encontrada em tábuas de argila no início daquele mesmo século. Isso possibilitou também o conhecimento sobre persas e fenícios, civilizações com

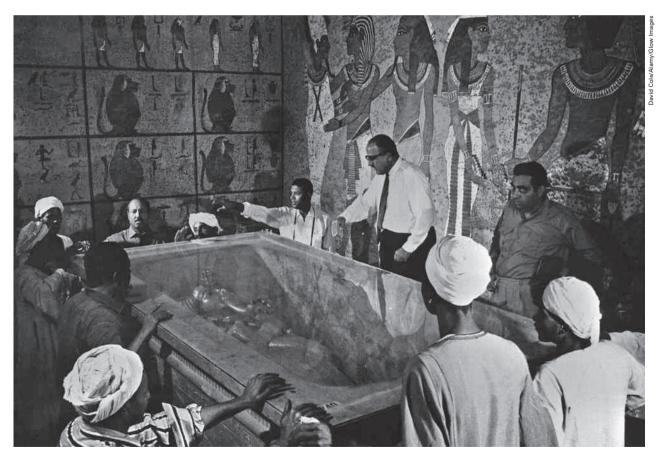
as quais os povos mesopotâmicos mantinham relações. O estudo dos caracteres cuneiformes permitiu aos pesquisadores, ainda, analisar textos legais, contratos de propriedade, produção e comércio, entre outros documentos. A civilização egípcia povoa a imaginação do Ocidente há cerca de três séculos. Está presente em referências arquitetônicas, filmes e desenhos animados.

O Egito contemporâneo, localizado no nordeste da África, adquiriu papel estratégico a partir de 1869, por oferecer aos europeus passagem terrestre e marítima, pelo canal de Suez, para a Ásia. No final do século XVIII, Napoleão Bonaparte (1769-1821) ocupou o Egito para enfraquecer militar e comercialmente sua maior rival, a Inglaterra, controlando rotas comerciais terrestres e dificultando o domínio inglês da Índia.

A expedição militar de Napoleão, que encontrou a Pedra de Roseta, já mencionada, durou de 1798 a 1801. Essa expedição contou com um grande número de estudiosos, que fizeram, pela primeira vez, um levantamento de informações e de objetos da antiga civilização local.

Posteriormente, a Inglaterra, consolidada como maior potência econômica e militar do século XIX, foi impondo seu poder e influência sobre o Egito, até finalmente instalar funcionários ingleses em postos-chave do governo egípcio. Minada a soberania do país, o Egito tornou-se **protetorado** britânico em 1914. Nesse período, estudiosos ingleses foram os principais responsáveis pelas pesquisas arqueológicas em território egípcio.

protetorado: é um Estado posto sob a autoridade de outro.

David Cole/Alamy/Glow Images

A época da colonização e dominação das potências europeias sobre nações asiáticas e africanas foi também o período da transferência de diversos objetos históricos e arqueológicos desses povos antigos para os principais museus da Europa, especialmente da Inglaterra, da França, da Alemanha e do Vaticano. A foto, de 1922, registra a abertura da tumba do faraó Tutancâmon, em Luxor, no Egito, uma das descobertas mais importantes dessa época, feita pela equipe dos ingleses lorde Carnavon e Howard Carter.

O Extremo Oriente: Índia e China

Por muito tempo, o Extremo Oriente não passava de uma nota de rodapé em grande parte dos livros de História Geral, que se dedicavam apenas às civilizações antigas mais próximas da Europa. Mesmo assim, alguns historiadores perceberam que aquela História "Geral" estava deixando de lado grandes grupos humanos para os quais a Europa dava pouca ou nenhuma importância até poucos séculos antes. Hoje, essa questão não pode ser mais ignorada, já que a maior parte da população mundial – e uma parte cada vez mais expressiva da economia planetária – está nos países da Ásia.

Conhecer a origem de alguns desses povos nos ajuda a compreender melhor o mundo em que vivemos, bem como a olhar a experiência humana de ângulos diferentes daqueles com que estamos acostumados.

Vamos ilustrar esse desinteresse da maioria dos historiadores por povos que não tinham relação direta com a Europa com um exemplo que ocorreu no século XV. Por volta do ano 1400, o imperador chinês Zhong Di (1360-1424), da dinastia Ming, liderava um poderoso império cuja organização política era distinta da que existia na Europa, onde os povos estavam divididos em reinos com seus feudos, aldeias e pequenas cidades.

Por ordem do poderoso imperador, foram construídos cerca de 300 *ba chuans*, navios gigantescos para a época, com aproximadamente 150 metros de comprimento. Nesse período, os chineses haviam aprimorado as técnicas de guerra e de navegação, entre outras.

Uma frota desses navios de guerra partiu de Nanquim em 1421, atravessou o oceano Índico e passou pela costa da África, chegando até a porção sul do continente, já no Atlântico. Essa viagem percorreu o dobro da distância da viagem em que Colombo (1451-1506) chegaria à América, realizada setenta anos depois. Portanto, essa armada de *ba chuans* conseguiu fazer uma viagem de circum-navegação antes dos europeus.

Réplica de um *ba chuan* construída em tamanho real. O navio tem cerca de 63 metros de comprimento e está exposto em Najing, China. Foto de 2011.

Vmenkov/Acervo do fotógrafo

Por que a viagem dos chineses parece uma grande novidade para nós, que nos acostumamos com a ideia de que os europeus foram os primeiros conquistadores a chegar ao continente americano? O importante é percebermos que, além de desconhecimento das e/ou desconsideração pelas culturas alheias, existiu também entre os historiadores europeus um profundo desejo de contar a história como se nada houvesse de mais antigo ou de mais importante que a Europa antes do século XVI.

Para ir além dessa visão centrada nos acontecimentos europeus, o estudo da Antiguidade aqui proposto inclui a Ásia, representada pela China e pela Índia. Obviamente outras civilizações significativas existiram nessa parte do mundo ao longo dos últimos 5 mil anos.

América e África

Antigos livros brasileiros de História começavam com a chegada dos espanhóis e portugueses à América. Com isso, afirmavam implicitamente a ideia de que os europeus haviam trazido a História ao continente e que antes disso existiria apenas uma Pré-História pouco interessante. Essa visão deixava de lado civilizações e experiências humanas, desconsiderando suas histórias. Aos poucos, arqueólogos e historiadores estão recuperando o passado dos grupos que viviam como caçadores-coletores nômades, das aldeias que começavam a experimentar a agricultura e das civilizações que haviam erguido grandes cidades na América antes da chegada de Colombo.

Vimos que a História tradicional do Ocidente era marcada por uma visão eurocêntrica que considerava irrelevante a história de outras regiões. Esse olhar foi impulsionado desde a Antiguidade, época em que a região mediterrânea era considerada o centro do mundo. A partir de então, a África passou a ser vista como um território distante, de menor importância.

Ao estudar culturas antes vistas como "secundárias", colabora-se para o entendimento de que a história dos continentes americano e africano é rica e diversificada.

Ruínas da cidade de Gedi, localizada no Malindi, Quênia. Foto de 2011.

Thomas Cockrem/Alamy/Glow Images

Antiguidade clássica: Grécia e Roma

As civilizações grega e romana são consideradas a base histórica e cultural do que hoje chamamos de Ocidente. Das civilizações antigas, essas são as mais acessíveis aos pesquisadores porque muitas fontes escritas e ruínas foram preservadas.

Mas outro fator explica por que conhecemos melhor Grécia e Roma do que todas as outras civilizações antigas. A História moderna surgiu na Europa por volta do século XVIII, e as primeiras buscas por origens feitas pelos colecionadores, eruditos e escritores de então se referiam ao legado das civilizações europeias antigas: Grécia e Roma. O próprio fato de serem civilizações importantes na origem do cristianismo, religião fundamental para entender a história europeia ocidental, também foi um incentivo a essas pesquisas, somado ao fato de que estudiosos e ordens religiosas cristãs ajudaram a preservar boa parte das obras da cultura clássica.

Juntando experiências históricas tão diversas como essas que mencionamos neste *Saber histórico*, você poderá entender de forma mais ampla o surgimento das cidades, o domínio crescente sobre a natureza, a formação de cidades-Estado, reinos e grandes impérios, a complexidade crescente da arte e da cultura, o aprimoramento das regras de convivência — em síntese, as bases mais remotas do mundo em que vivemos.

Manuel Cohen/AFP

Vista de parte do Fórum Romano, espécie de praça localizada no centro da cidade de Roma, Itália, que conta com diversas construções públicas. Uma dessas construções é o Templo de Saturno, que aparece ao centro da imagem. Foto de 2015.

CAPÍTULO 3

O Crescente Fértil e a Pérsia

Andre Dib/Pulsar Imagens

Foto aérea da cidade de Boa Vista, Roraima, de 2014. O traçado urbanístico, em forma de leque, foi desenvolvido para que o antigo povoado e sede de uma fazenda de gado do século XIX atendesse a uma nova finalidade: a de capital do Território Federal do Rio Branco, criado em 1943.

Em geral, as cidades se formaram e se desenvolveram em função de diferentes fatores, como a existência de recursos naturais propícios para a sobrevivência de seus habitantes e a implantação de espaços de governança, de aprendizado, de templos religiosos. Uma cidade até poderia se formar em áreas próximas a lugares considerados sagrados. E a cidade onde você vive? Quais fatores contribuíram para a formação e para o desenvolvimento dela?

1 Dos grupos nômades às cidades

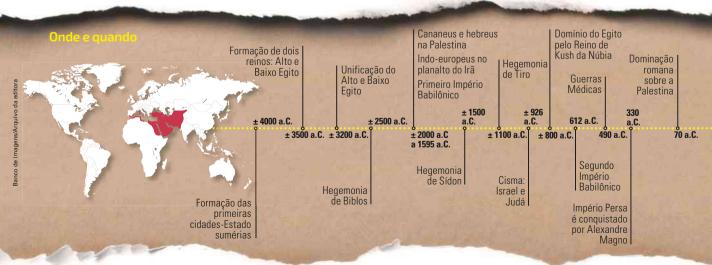
As mais antigas cidades surgiram entre 8 mil anos e 10 mil anos atrás. Em 1800, há pouco mais de 200 anos, a taxa mundial de urbanização era de aproximadamente 2%. Segundo dados da ONU, essa taxa de urbanização mundial em 2014 era de cerca de 54% e estima-se que em 2050 chegará a mais de 66%. No Brasil essa taxa já é hoje superior a 85%, bem maior que a da Europa, que é de 75%. E como teriam surgido as primeiras cidades? O texto abaixo aponta algumas teses sobre isso:

> Em seu clássico *A cidade na História*, Lewis Mumford defende algumas teses fascinantes sobre a origem das cidades. Entre outras, afirma que a cidade dos mortos (necrópolis) antecedeu a cidade dos vivos (pólis). As verdadeiras fundadoras de cidades e civilizações teriam sido as mulheres, que cultuavam seus mortos em lugares aos quais, mesmo em períodos de nomadismo, voltavam com regularidade, erguendo santuários para aqueles que haviam partido deste mundo. As mulheres ainda procuravam lugares seguros e protegidos para dar à luz, lugares esses simbolizados pelo círculo, remetendo à cidade com muralhas. A cruz, a grade ou o tabuleiro representariam de forma mais imediata as ruas da cidade e, metaforicamente, a ousadia, o expansionismo dos homens, sua atitude conquistadora e guerreira. Por isso, não surpreende que os hieróglifos de mulher, casa e cidade se confundem.
>
> FREITAG, Bárbara. *Utopias urbanas*. Conferência de encerramento do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2001. Disponível em: <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/01/freitag-bc3a1rbara-utopias-urbanas.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

Como vimos, em diversos locais e em momentos distintos certos agrupamentos humanos começaram a trocar a caça e a coleta pela pecuária e pela agricultura. Com essas novas atividades, já não precisavam se locomover constantemente em busca de alimento. Tornaram-se sedentários, isto é, estabeleceram moradias fixas. Isso não significa que a mudança tenha sido repentina, ou que as atividades de caça e coleta tenham sido totalmente eliminadas. Especialistas concordam que essas diferentes atividades (caça, coleta, domesticação de animais e agricultura) conviveram, mas aos poucos a fixação à terra tornou-se predominante.

No Neolítico, com a sedentarização e o desenvolvimento da agricultura, formaram-se **aldeias**. Graças à conservação e armazenagem de gêneros alimentícios, tornou-se possível ter alguma segurança diante do risco de más colheitas. Além disso, a produção agrícola e a criação de animais permitiam alimentar aqueles que não trabalhavam diretamente no campo. Como nem todos precisavam dedicar-se à agricultura, as atividades se diversificaram e ampliou-se a separação entre os espaços rural e urbano.

Boas colheitas dependiam da irrigação do solo. Por isso, era comum que essas comunidades se localizassem perto de rios que tinham fluxo abundante de água, pelo menos durante parte do ano.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Estima-se que as aldeias do Neolítico começaram a ser formadas há cerca de 11 mil anos. Uma delas, a de Çatal Hüyük, foi descoberta na década de 1960, em escavações na Turquia. Calcula-se que ela tenha existido há cerca de 10 mil anos e que reuniu de 5 mil a 10 mil habitantes. Em escavações recentes, pesquisadores iugoslavos encontraram, na atual Sérvia, um conjunto de vilas do Neolítico denominado Lepenski Vir. Estima-se que ele tenha existido há 8,5 mil anos.

A existência de aldeias e cidades de períodos mais recentes (desde cerca de 4 mil anos atrás) foi registrada também em regiões da Índia, da China, do Egito e da América.

Jason Quinlan/Catalhoyuk Research Project

Escavações em Çatal Hüyük, na atual Turquia. Foto de 2013.

2 Das cidades aos reinos e impérios

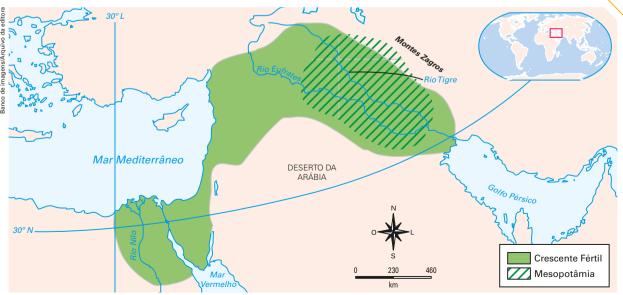
Neste e nos próximos capítulos, abordaremos aspectos de algumas civilizações da Antiguidade. Longe de pretender esgotar o assunto, queremos apenas evidenciar alguns sinais da trajetória humana nesse período, marcado pela formação de cidades em diferentes lugares do mundo. Com elas, novas atividades ganhavam vida. Nas cidades estavam as construções públicas (ruas, pontes, templos, praças), o comércio (mercados e portos) e a sede do governo (palácios). Geralmente eram cercadas por muralhas, demarcando seus limites com o campo da agricultura e do pastoreio. As muralhas também protegiam as cidades de invasões e ataques.

A civilização mesopotâmica

A Mesopotâmia situa-se no Oriente Médio, entre os rios Tigre e Eufrates, na região conhecida como **Crescente Fértil**. Como o nome sugere, trata-se de uma região fértil, embora localizada em meio a montanhas e desertos. Mesopotâmia vem do grego (*meso* = meio; *potamos* = água) e significa "terra ou região entre rios".

Crescente Fértil: região de terras férteis formada por um arco semelhante à Lua em quarto crescente e que vai do Egito ao norte do golfo Pérsico, passando pela costa oriental do mar Mediterrâneo e por toda a Mesopotâmia.

Crescente Fértil

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: ALBUQUERQUE, M. M. de; REIS, A. C. F.; CARVALHO, C. D. de. *Atlas histórico escolar.* Rio de Janeiro: Fename, 1979. p. 73.

Aspectos da economia, sociedade e cultura na Mesopotâmia

Quanto à organização socioeconômica, há grandes semelhanças entre as civilizações que floresceram na Mesopotâmia e no Egito, que estudaremos a seguir. Entretanto, algumas diferenças geográficas influenciaram o desenvolvimento de ambas. Situado entre dois desertos no nordeste da África, o território ocupado pelos egípcios estava sob um relativo isolamento geográfico, o que lhes possibilitou longos períodos de estabilidade política. A Mesopotâmia, por sua vez, é ainda hoje uma região aberta a invasões. Além disso, o regime de cheias dos rios Tigre e Eufrates não é regular. Na região banhada por eles, inundações violentas e períodos de seca são frequentes.

Os primeiros vestígios de sedentarismo humano na Mesopotâmia datam de aproximadamente 10000 a.C. Com o crescimento populacional e a formação dos primeiros núcleos urbanos da região, foi desenvolvido um complexo sistema hidráulico, que tornou possível a drenagem de pântanos e a construção de diques e barragens, destinados a evitar inundações e armazenar água para épocas de seca.

O sucesso das atividades produtivas levou à formação de grandes cidades com mais de mil habitantes, como Uruk, já por volta de 4000 a.C. Essas cidades tinham principalmente função militar. Elas protegiam a riqueza gerada pela agricultura e exerciam o controle político da região.

ESSAM AL-SUDANI/Agência France-Press

Sítio arqueológico de Uruk, situado na região sudeste da antiga Mesopotâmia, em 2010.

Ao longo de milhares de anos, cidades-Estado, reinos e impérios foram formados. Durante todo esse período, a agricultura foi a principal atividade econômica praticada pela população da Mesopotâmia, mas o comércio e o artesanato também tiveram um desenvolvimento significativo.

Nas primeiras cidades estabelecidas na região mesopotâmica, emergiram lideranças com a responsabilidade de cuidar dos canais de irrigação, da justiça e da burocracia. Não havia separação entre a vida prática, do dia a dia, e a vida religiosa. Todos prestavam serviços aos deuses e à administração locais, aumentando o poder das duas principais instituições mesopotâmicas: o **templo** e o **palácio**. Cabia a elas a maior parte das terras, além da responsabilidade de cuidar da tributação e da redistribuição dos excedentes agrícolas.

Nos diferentes reinos e impérios que ali se formaram, a estrutura social tinha em seu topo uma elite que controlava a parcela da população submetida ao trabalho compulsório. Essa elite, independentemente da etnia, dominava os grupos sociais por meio de um governo **despótico**, centralizado e **teocrático**, ou seja, associava-se a autoridade do governante à religiosidade. Quanto aos escravos, seu número foi bastante elevado em certos períodos, principalmente sob o Império Assírio.

despótico: relativo a despotismo, forma de governo baseada no poder absoluto e arbitrário de um único governante.
teocrático: forma de governo no qual o poder político está baseado no poder religioso ou no qual o governante é considerado um deus ou um representante de Deus ou dos deuses.

A religião mesopotâmica servia de ligação entre a população e os governantes. Os sacerdotes (templo) tinham importante função política e o governante (palácio) era considerado um representante dos deuses.

Os povos da antiga Mesopotâmia eram politeístas, ou seja, adoravam vários deuses, que representavam forças da natureza. Acreditavam que esses deuses – que habitariam os **zigurates**, templos em forma de pirâmides – podiam interferir em sua vida, causando o bem e o mal. Ishtar, deusa da chuva, da primavera e da fertilidade, era particularmente importante (ver foto do Portal de Ishtar na página 74). Havia também deuses próprios de cada cidade.

Além de morada dos deuses, os zigurates abrigavam celeiros e oficinas. Serviam também de torres de observação dos céus. Ali eram feitos cálculos do movimento de planetas e estrelas.

Por meio da observação do céu, os mesopotâmicos desenvolveram os princípios da Astronomia e da Astrologia, além de elaborarem um calendário que dividia o ano em doze meses e a semana em sete dias.

Na região mesopotâmica, despontaram muitos sábios, responsáveis, dentre outras coisas, pelo desenvolvimento dos cálculos algébricos, pela divisão do círculo em 360 graus e pelo cálculo da raiz quadrada e cúbica dos números. As primeiras obras arquitetônicas nas quais foi introduzido o uso de arcos e a decoração em baixo-relevo também estão em cidades da Mesopotâmia.

Destaca-se, ainda, o surgimento de poemas e narrativas épicas, como *A epopeia de Gilgamesh*. Esse texto, considerado por alguns estudiosos a narrativa escrita mais antiga de que se tem notícia (c. 2000 a.C.), conta as aventuras do lendário rei sumério Gilgamesh, de Uruk. Em um dos episódios, o texto apresenta a **narrativa do dilúvio**, recorrente em muitas culturas. O mesmo episódio, por exemplo, está presente no Antigo Testamento, que faz parte da Bíblia, livro sagrado de judeus e cristãos.

Richard Ashworth/Robert Harding Heritage/AFP

Zigurate de Ur, em Nasiriya, no atual Iraque. Foto de 2015. Construído em homenagem ao deus da Lua, Nanna, entre 2113 e 2096 a.C., o Zigurate de Ur é o mais bem conservado da Mesopotâmia.

narrativa do dilúvio: narrativa mítica presente em diversas culturas em que uma ou várias divindades enviam uma grande inundação para destruir a civilização. A maioria dessas narrativas conta com uma espécie de herói que representa a vontade de sobrevivência da humanidade.

Evolução política

No fim do Neolítico, diversas cidades já haviam sido criadas na Mesopotâmia, todas elas autônomas e habitadas por **sumérios**, povo oriundo do vizinho planalto do Irã. Ur, Nipur e Lagash, além da já citada Uruk, foram os principais centros urbanos (veja a planta de Nipur a seguir).

Jörg Kantel/Coleção particular

Planta da cidade sumeriana de Nipur, feita em tábua de argila (c. 1600 a.C.). Abaixo, reprodução da planta com identificação dos principais pontos.

- 1 e 2 Templos
- 3 Santuário
- 4 Parque
- 5 Rio Eufrates
- 6 Grande Recinto (talvez do palácio real)
- 7 e 8 Canais
- 9 a 15 Portos

Adaptado de: BARBERIS, Carlo. *Storia Antica e Medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 37. v. 1.

As cidades eram governadas por *patesis*, misto de chefes militares e sacerdotes que exerciam o controle sobre a população, cobrando impostos e administrando as obras hidráulicas. Os sumérios criaram a escrita **cuneiforme**, para registrar suas transações econômicas.

Leituras

O texto a seguir trata da origem do sistema de escrita criado pelos povos mesopotâmicos. Leia-o com atenção.

Dos pictogramas à escrita cuneiforme

A escrita mesopotâmica inicial empregava pictogramas, associando uma forma ou imagem a cada palavra ou ideia, semelhante ao que ocorria no sistema egípcio de hieróglifos. Essa escrita, chamada de "Uruk IV", descoberta ao sul da Mesopotâmia, data de 3000 a.C. As inscrições encontradas eram principalmente listas de cabeças de gado e de equipamentos agrícolas.

Por volta de 2500 a.C., o sistema de escrita aproximou-se de uma representação das palavras, com símbolos gravados na argila feitos com um caniço cortado ou estilete. Esse sistema era capaz de representar não apenas palavras isoladas, mas também valores fonéticos – ou seja, as formas podiam representar sons. Com o tempo, os símbolos cuneiformes foram simplificados e convencionados, o que facilitou sua representação em diferentes línguas.

RATHBONE, Dominic. *História ilustrada do mundo antigo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 96.

Por volta de 2400 a.C., o **povo acádio**, que já vinha se introduzindo na região havia algum tempo, dominou a Mesopotâmia, incorporou a cultura dos sumérios e manteve a supremacia por, aproximadamente, três séculos. Entre os vários reis dessa etnia destacou-se Sargão I, que estendeu os domínios acádios do Golfo Pérsico à região do atual Líbano, às margens do mar Mediterrâneo.

Porém, contínuas invasões estrangeiras desestabilizaram o Império Acádio, por volta de 2230 a.C. Ao enfraquecimento do poder central, seguiu-se mais à frente a predominância sumeriana do poder de Ur (2112 a.C.-2004 a.C.), que sucumbiu após novas invasões.

Revoltas de povos dominados e a invasão dos **amoritas**, povo proveniente da região noroeste, entre o rio Eufrates e o território da atual Síria, alteraram a supremacia política na região. A partir de 1950 a.C., uma sucessão de reis amoritas deu origem a uma nova dinastia. Hamurabi (c. 1810 a.C.-1750 a.C.) foi o governante amorita de maior destaque. Entre 1792 a.C. e 1750 a.C., ele manteve uma extensão territorial que ia do golfo Pérsico até a Assíria sob seu domínio, formando o que ficou conhecido como **Primeiro Império Babilônico**. Durante esse período, a cidade de Babilônia, capital do império, tornou-se um dos principais centros urbanos e políticos da Antiguidade.

Sob seu reinado, Hamurabi estabeleceu um código de leis escritas buscando unificar a legislação. O **Código de Hamurabi** determinava penas para delitos domésticos, comerciais, ligados à propriedade, à herança, à escravidão e a falsas acusações. As punições se baseavam na **lei de talião**, que pregava o princípio do "olho por olho, dente por dente". Assim, elas deveriam ser, na medida do possível, semelhantes aos delitos cometidos, embora pudessem variar conforme a posição social e econômica da vítima e do infrator. Para um ladrão, por exemplo, a pena era ter uma das mãos cortada. Veja alguns destaques do código de Hamurabi na página ao lado.

Ao declínio do Primeiro Império Babilônico seguiram-se invasões de diversos povos. Observe no mapa da página ao lado a localização de alguns desses povos. Os **assírios**, conhecidos por seu forte caráter militar, chegaram a fundar um império que durou de 1307 a.C. a 609 a.C. Já os **caldeus**, fundadores do **Segundo Império Babilônico**, ficaram famosos pelas seguidas conquistas e pelo governo de Nabucodonosor (604 a.C.-561 a.C.), com suas obras urbanas na Babilônia. Esse poderio não foi capaz de conter as tropas dos conquistadores **persas** comandadas por Ciro, o Grande (c. 559 a.C.-529 a.C.). No século VI a.C., a Babilônia foi integrada ao **Império Persa**.

Bridgeman Images/Keystone

Relevo do século IX a.C. retratando um encontro entre o rei assírio Salmanaser III (que governou entre 859 a.C. e 824 a.C.) e um babilônico.

Artigos do Código de Hamurabi

Art. 200. Se um homem arrancou um dente de um outro homem livre igual a ele, arrancarão o seu dente.

Art. 201. Se ele arrancou o dente de um homem vulgar, pagará um terço de uma **mina** de prata.

Art. 229. Se um pedreiro edificou uma casa para um homem, mas não a fortificou e a casa caiu e matou o seu dono, esse pedreiro será morto.

Art. 230. Se causou a morte do filho do dono da casa, matarão o filho desse pedreiro.

Art. 231. Se causou a morte do escravo do dono da casa, ele dará ao dono da casa um escravo equivalente.

Art. 232. Se causou a perda de bens móveis, compensará tudo que fez perder. Além disso, porque não fortificou a casa que construiu e ela caiu, deverá reconstruir a casa que caiu com seus próprios recursos.

Código de Hamurabi. Bauru: Edipro, 1994. p. 36 e 38. (Clássicos).

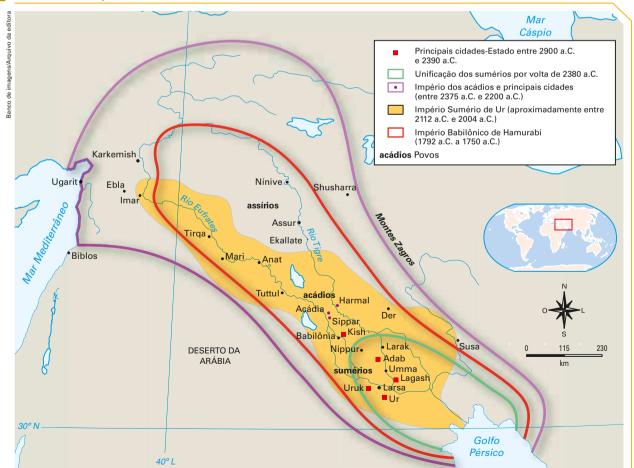
Museu do Louvre, Paris/Erich Lessing/Album/Latinstock

O Código de Hamurabi, em escrita cuneiforme, foi esculpido em um bloco de rocha. Em sua parte superior, há uma representação de Hamurabi em frente ao deus sumeriano do Sol. Atualmente, faz parte do acervo do Museu do Louvre, em Paris, na França. Foto de 2011.

mina: medida de peso equivalente a cerca de 500 gramas.

Povos da Mesopotâmia do IV ao II milênio a.C.

Banco de imagens/Arquivo da editora

- Principais cidades-Estado entre 2900 a.C. e 2390 a.C.
- Unificação dos sumérios por volta de 2380 a.C.
- Império dos acádios e principais cidades (entre 2375 a.C. e 2200 a.C.)
- Império Sumério de Ur (aproximadamente entre 2112 a.C. e 2004 a.C.)
- Império Babilônico de Hamurabi (1792 a.C. a 1750 a.C.)
- **acádios** Povos

Adaptado de: ATLANTE storico de Agostini. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 2005. p. 4.

Atividades

Retome

1. Com o propósito de estudar as civilizações antigas, os historiadores se debruçam sobre dois tipos de vestígios deixados pelas pessoas que viveram no passado: os voluntários e os involuntários. Qual é a diferença entre eles?

2. A Pedra de Roseta, encontrada por uma expedição científica e militar francesa no Egito em 1799, foi um dos achados arqueológicos mais importantes para os futuros estudos sobre a antiga civilização egípcia. O que é a Pedra de Roseta e por que ela é tão importante?

3. Em todas as principais cidades da Mesopotâmia, dois edifícios se destacavam e dominavam a paisagem: o palácio e o zigurate. Quais eram as funções do zigurate?

Pratique

4. Leia o trecho abaixo, extraído do livro *Europa*, escrito pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Depois, faça o que se pede:

> Como Denis de Reugemont decisivamente afirmou, a Europa descobriu todas as terras do planeta, mas nenhuma delas jamais descobriu a Europa. Ela dominou sucessivamente todos os continentes, mas nunca foi dominada por nenhum deles. E ela inventou uma civilização que o resto do mundo tentou imitar ou foi compelido pela força a reproduzir, mas o processo inverso nunca aconteceu (pelo menos até agora). Todos esses são os "fatos duros" de uma história que nos trouxe, juntamente com o resto do planeta, ao lugar que todos nós compartilhamos hoje em dia. Pode-se definir a Europa, sugere De Reugemont, pela sua "função globalizante". A Europa pode ter sido, de modo consistente e por longo tempo, um recanto atipicamente arriscado do planeta – mas as aventuras em que ela se lançou em mais de dois milênios de história "mostraram-se decisivas para o conjunto da humanidade". Com efeito, tentem imaginar a história do mundo sem a presença da Europa.
>
> BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 14-15.

a) Para Bauman, que papel a Europa desempenhou na formação do mundo contemporâneo?

b) Releia o tópico "*Civilização*", na seção *Saber histórico* que antecede este capítulo, p. 72, e estabeleça uma relação entre a avaliação feita por Bauman e a seleção e organização dos currículos escolares de História.

5. A imagem abaixo é uma reconstituição gráfica da cidade da Babilônia sob o reinado de Nabucodonosor. Observe como a cidade foi organizada e distribuída pelo terreno. Identifique os principais edifícios, observando sua localização e posição em relação às construções vizinhas. Fique atento aos limites da cidade e ao que há além deles. Em seguida, responda às questões.

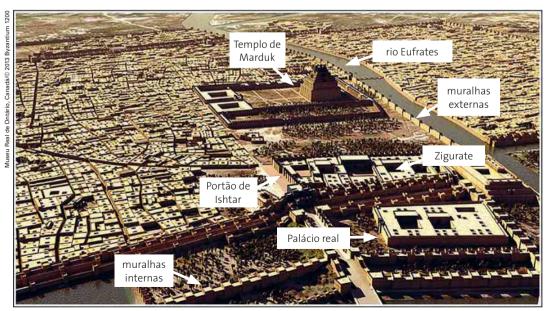
a) Quais são as principais construções da cidade?

b) O que diferencia essas construções das demais?

c) O que você pode reconhecer para além das muralhas da cidade?

d) Com base no que vemos na reconstituição da cidade, podemos inferir se a região estava sujeita a ameaças externas ou se era segura e pacífica? Por quê?

e) A planta da Babilônia nos oferece pistas acerca do tipo de governo que existia na cidade? Justifique.

Museu Real de Ontário, Canadá/© 2013 Byzantium 1200

Essa reconstrução da cidade antiga da Babilônia foi criada para uma exposição sobre a Mesopotâmia exibida no Museu Real de Ontário em 2013.

A civilização egípcia

Há 20 000 anos o mundo passava pela Idade do Gelo (Era Glacial), com grandes áreas encobertas por geleiras, como o norte da Europa, a América e a Ásia. Alguns estudiosos apontam que, nessa época, existia um grande lago no nordeste da África que englobava boa parte da área desértica que se estendia até o atual Nilo. Mudanças climáticas importantes ocorridas entre 15 000 e 10 000 anos atrás recuaram as geleiras e transformaram essa região, fazendo o grande lago recuar para o leito do rio Nilo. Nesse processo, os remotos "colonos" neolíticos seguiram as transformações naturais e fixaram-se ao longo do rio Nilo.

A civilização egípcia floresceu às margens do rio Nilo, no extremo nordeste da África, em região desértica. Graças à proximidade do rio, os egípcios se beneficiaram de seu regime de cheias. Durante certos meses do ano, abundantes chuvas na nascente do rio, ao sul, provocavam o transbordamento das águas. O consequente depósito de **húmus** fertilizava suas estreitas margens. Ao final do período de cheias, o rio voltava ao leito normal e as margens, naturalmente fertilizadas, tornavam possível uma rica agricultura.

húmus: matéria orgânica depositada nas margens dos rios; espécie de adubo natural.

Algumas décadas atrás estudiosos afirmavam que tal fixação ao longo do rio Nilo havia sido possível com a incorporação de realizações neolíticas (agricultura e domesticação) advindas de experiências da região mesopotâmica, levadas para o norte do Egito. Essa hipótese para explicar a fixação de populações ao longo do Nilo recebeu o nome de **hipótese oriental**.

Mais recentemente, vários arqueólogos e historiadores começaram a defender outra ideia: a fixação ao longo do rio Nilo teria ocorrido em razão de realizações dos próprios povos africanos da região. Essa é, portanto, a hipótese africana que explica a origem egípcia. Estudiosos destacam também que a escrita e as mais típicas tradições culturais e políticas do Antigo Egito se originaram no próprio continente africano, em épocas anteriores, no sul do Egito.

Com o aumento populacional no Neolítico, tornaram-se necessárias obras hidráulicas, como a construção de diques e canais, para o cultivo agrícola. Segundo pesquisas arqueológicas e históricas, a organização do trabalho às margens do Nilo, a construção de diques e outras obras foram realizadas inicialmente pelas coletividades locais e regionais conhecidas como **nomos**. Mais tarde, ficaram a cargo de uma estrutura governamental mais complexa e os nomos transformaram-se em regiões administrativas, econômicas e religiosas do Egito antigo. Os governantes dos nomos eram chamados de nomarcas.

International Space Station (ISS)/NASA

Vista noturna da região do vale do rio Nilo obtida por satélite em 2010. A grande concentração de luzes indica a ocupação dessa área.

Rio Nilo (extensão de 6,7 mil quilômetros)

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 6.

Vários estudiosos afirmam que o Estado egípcio foi precedido por intensa urbanização. Entre os indícios mais antigos segundo os estudos arqueológicos estão os sítios arqueológicos de Maadi e Gerzea, ao norte, e os de evolução urbana mais acentuada são os de Nagada e Hieracômpolis, ao sul (ver mapa na página anterior).

A atuação dos nomarcas, a expansão das atividades agrícolas, graças às obras de irrigação e drenagem, e as seguidas disputas regionais contribuíram para a união dos nomos. Esse processo originou, perto de 3500 a.C., dois reinos: o do **Alto Egito**, ao sul, e o do **Baixo Egito**, ao norte, na região do delta do Nilo.

Séculos depois, aproximadamente em 3200 a.C., deu-se a **unificação** do Estado egípcio, o primeiro reino unificado de que se tem conhecimento. Acredita-se que um chefe do Alto Egito uniu os dois reinos, subordinando os cerca de quarenta nomos e tornando-se o primeiro **faraó**. Há dúvidas sobre seu nome, tendo sido mais comumente atribuídos os nomes Menés ou Narmer (em grego). O nome Menés aparece em alguns registros, como a Lista Real de Abydos e o Papiro de Turim, mas sua existência, assim como sua identidade como Narmer, não foi confirmada por nenhum achado arqueológico. Inicialmente, a cidade de Tínis foi a sede do novo Estado, e mais tarde, Mênfis.

faraó: termo de origem egípcia que significa 'casa grande' ou 'grande morada'. Inicialmente, denominava o palácio do rei; depois passou a denominar o título dos reis. É importante destacar que a palavra só passou a ser usada a partir do Novo Império (depois de 1580 a.C.).

Leituras

Muitos estudiosos apontam a cidade de Hieracômpolis, cuja formação ocorreu por volta de 3800 a.C., como ponto de partida para a unificação do Estado egípcio.

A hipótese Pan-Africana

[...] a civilização egípcia teve suas raízes na própria África, e não necessariamente por influência da Mesopotâmia. Essa é a hipóteses que aqui chamamos de Hipótese Pan-Africana.

Nessa série de novas investigações, o sítio da antiga Hierakonpolis – do grego *polis* (cidade) e *hierakon* (falcão) – tem se mostrado como um dos mais importantes. Chamado pelos egípcios de *Nekhen*, o local sempre foi associado pelos especialistas ao nascimento da monarquia e do Estado faraônico. Diversos objetos ali prospectados testemunham que os primeiros faraós tinham ligações com o local.

[...] Outro objeto depositado em Hierakonpolis é uma cabeça que, segundo muitos, seria do faraó Narmer, o fundador da I Dinastia [...]. Chamam particular atenção os traços da figura, muito próximos daqueles de alguns grupos dos africanos negros. Os pan-africanistas, inclusive, seguidamente apresentam essa cabeça como sendo uma das evidências que os egípcios pertenciam à raça negra. Essa, aliás, é uma das controversas questões sobre a civilização egípcia. A que raça os egípcios pertenceram? Uma pergunta que está longe de ser resolvida.

DOBERSTEIN, Arnoldo W. *O Egito antigo*. Porto Alegre: Edipurs, 2010. p. 9 e 44.

Werner Forman Archive/Glowimages/ Museu Egípcio, Cairo, Egito.

A imagem ao lado mostra uma das faces da Paleta de Narmer, um alto-relevo de 63 centímetros, possivelmente uma placa cerimonial egípcia. Encontrada em 1898 pelo britânico James Quibell em escavações realizadas em Hieracômpolis, antiga cidade do Alto Egito. Seus relevos representam a unificação do Alto e do Baixo Egito e o primeiro faraó e rei unificador. O faraó agarra pelos cabelos um homem ajoelhado a seus pés, que simbolizaria o inimigo, as regiões conquistadas.

Aspectos da economia, sociedade e cultura

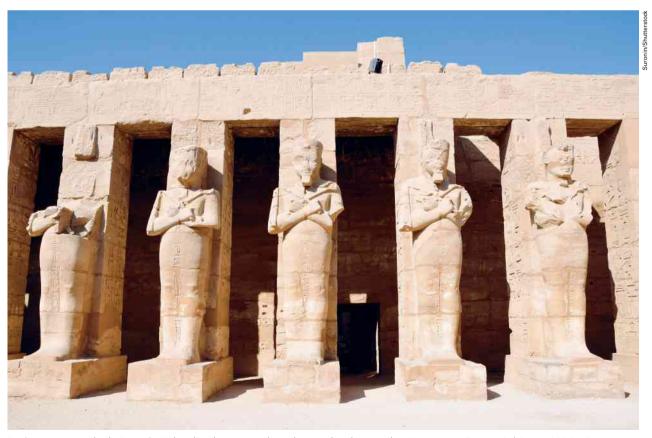
Ao longo dos milhares de anos da história antiga egípcia, prevaleceu a **servidão coletiva**. Portanto, os camponeses eram obrigados a realizar grandes obras de irrigação coordenadas pelo Estado, além de construir depósitos para armazenagem, templos, palácios e monumentos funerários. Esses trabalhos eram feitos quase sempre na época das cheias do Nilo, quando as atividades agrícolas eram interrompidas temporariamente.

O Egito era grande produtor de cereais, em especial trigo, algodão, linho e **papiro**. Havia criações de cabras, carneiros e gansos, e o rio oferecia a possibilidade da pesca. Praticava-se o artesanato e a produção de tecidos e vidros. A construção naval também era significativa.

A organização da **sociedade** era bastante rígida. Com o início do período dinástico – o **Império Egípcio** –, a partir da unificação, o faraó passou a concentrar todos os poderes e a maior parte das terras, sendo considerado um deus vivo. Tratava-se, portanto, de uma **monarquia teocrática**. O governante se impunha como senhor supremo do Egito, exercendo o papel de chefe de um Estado centralizado. Controlava a economia, com funcionários que administravam templos, terras, pessoas, barcos, rebanhos e cobravam tributos e trabalhos. Os nomarcas, que acumulavam grandes riquezas e tinham importante poderio regional, disputaram em alguns momentos esse poder com os faraós. Mas acabaram se tornando representantes do poder central, administrando aldeias e cidades, arrecadando impostos e fazendo cumprir as decisões do faraó.

Logo abaixo dos nomarcas na hierarquia estavam os sacerdotes, os grandes burocratas (funcionários do Estado) e os chefes militares. Em seguida, vinha a baixa burocracia, formada pelos escribas, conhecedores da complexa escrita hieroglífica e responsáveis pelos registros administrativos. Nessa camada intermediária também estavam os comerciantes, que ganharam mais expressão no período conhecido como **Novo Império**. Esse período iniciou-se com o fortalecimento do Egito após a expulsão dos hicsos, um povo invasor que dominou boa parte da região antes de 1580 a.C.

papiro: planta com a qual se fazia um papel de mesmo nome; também era utilizado na fabricação de cestos e redes, além de servir de alimento.

Suronin/Shutterstock

Estátuas no templo de Ramsés III, localizado no complexo de templos de Karnak, cuja construção teve início em 2200 a.C., em Luxor, Egito. Ramsés III é considerado pelos historiadores o último faraó a exercer grande autoridade sobre todo o Egito antigo.

A base da sociedade egípcia era formada pela grande massa de camponeses. Ao lado dos artesãos, eles tinham de pagar tributos e servir ao faraó, por meio do trabalho compulsório em campos, oficinas, minas e obras públicas. Eventualmente, havia também escravos, capturados nas guerras, embora essa categoria social não tivesse grande importância no sistema econômico egípcio.

Rodval Matias/Arquivo da editora

Reprodução/Museu do Louvre, Paris/De Agostini Picture Library/The Bridgeman/Keystone

Colheita de uvas para a produção de vinho em pintura egípcia feita na tumba de Khaemuese, na cidade de Tebas. O afresco destaca a colheita cuidadosa dos cachos de uva. A atividade era acompanhada por um fiscal e um sacerdote, que recolhiam e registravam a oferenda à deusa Renenutet, representada na forma de serpente. Depois da colheita, a uva era esmagada e passava para a fase de fermentação. No final, o vinho era armazenado em ânforas de barro. A bebida principal dos antigos egípcios, entretanto, era a cerveja, produzida da cevada.

Reprodução/Museu Nacional, Cairo

Neste relevo do século XIV a.C., os raios do deus Sol Aton iluminam o faraó Amenófis IV, sua esposa Nefertite e seus três filhos.

A **religião** egípcia foi muito importante na cultura e para a manutenção da ordem social hierarquizada existente. O culto era politeísta. Alguns dos deuses eram Amon-Rá, Osíris, Ísis, Set, Hórus, Anúbis e Ápis.

Durante o governo do faraó Amenófis IV (1377 a.C.-1358 a.C.) foram realizadas profundas reformas políticas e religiosas. Templos foram fechados e bens, confiscados. Ao mesmo tempo, o culto **monoteísta** ao deus Aton, representado pelo círculo solar, foi crescendo e substituindo o politeísmo tradicional centrado principalmente no deus Amon-Rá. O próprio faraó teve seu nome mudado para Akhenaton (*Ech-n-Aton* = "aquele que adora Aton"), e foi fundada uma nova capital próxima de Tebas, chamada Ahketaton ("horizonte do disco solar"). A longo prazo, porém, essas reformas não vingaram, aparentemente por causa da força das crenças tradicionais e da impopularidade da nova religião. Com a morte de Amenófis IV e sua sucessão por Tutancâmon, a religião tradicional politeísta foi restabelecida.

monoteísta: religião que acredita em um único deus.

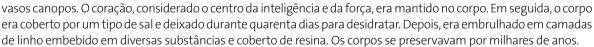
Para saber mais

Mumificação

Como os egípcios acreditavam em vida após a morte e no retorno da alma ao corpo, cultuavam os mortos e desenvolveram técnicas de mumificação para conservar cadáveres. Os corpos eram colocados no túmulo junto com tudo o que seria utilizado no retorno à vida, como alimentos, utensílios, joias e objetos pessoais. No caso dos faraós, os corpos mumificados ficavam protegidos nas pirâmides, imensas construções repletas de passagens e câmaras para impedir a ação de saqueadores de túmulos.

Christian Larrieu/The Bridgeman/Keystone

Vasos canopos (urnas em que se guardavam órgãos do morto após a mumificação) decorados com os quatro filhos do deus do céu Hórus. Cada órgão era depositado em um vaso independente: Amset para o estômago e os intestinos; Duatmufed para os pulmões; Kebehsenuf para o fígado; e Hapi para os órgãos menores. Os vasos da foto foram feitos entre 1069 a.C. e 945 a.C.

Para mumificar um corpo, geralmente se retiravam os principais órgãos internos, que eram tratados e colocados em recipientes chamados de vasos canopos. O coração, considerado o centro da inteligência e da força, era mantido no corpo. Em seguida, o corpo era coberto por um tipo de sal e deixado durante quarenta dias para desidratar. Depois, era embrulhado em camadas de linho embebido em diversas substâncias e coberto de resina. Os corpos se preservavam por milhares de anos.

A mumificação ampliou o conhecimento dos egípcios antigos sobre a anatomia humana. Conhecedores dos órgãos internos e de sua localização, seus “médicos” puderam realizar intervenções cirúrgicas e tratar fraturas, doenças do estômago e do coração.

1. Quais eram os cuidados tomados pelos egípcios em relação aos mortos? Como esses cuidados se relacionam com o achado de múmias, mais de mil anos depois, em perfeito estado de conservação?
2. Como o processo de mumificação está relacionado ao avanço da Medicina entre os antigos egípcios?

As técnicas desenvolvidas para a construção de templos religiosos e funerários (as pirâmides, por exemplo) e de obras hidráulicas, significaram um grande avanço da **arquitetura** e da **engenharia**.

O interesse em ciência demonstrado pelos egípcios é bastante claro em seus estudos de Astronomia, que resultaram na criação de um calendário solar composto de doze meses de trinta dias.

A **arte** egípcia tinha evidente conotação religiosa. A pintura, destinada à representação de deuses, faraós e da nobreza em geral, caracterizava-se pela falta de perspectiva: tudo era representado no mesmo plano, sem ideia de profundidade. Na escultura, muitas vezes monumental, as linhas eram rígidas e simétricas. Na literatura, cultivava-se a poesia; uma das peças mais famosas foi o *Hino ao Sol*, composto por Amenófis IV.

A **escrita** egípcia desenvolveu-se de três formas:

- a hieroglífica, que era a mais antiga; considerada sagrada, era composta de mais de seiscentos caracteres;
- a hierática, uma simplificação da hieroglífica;
- a demótica, mais recente e popular, formada por cerca de 350 sinais.

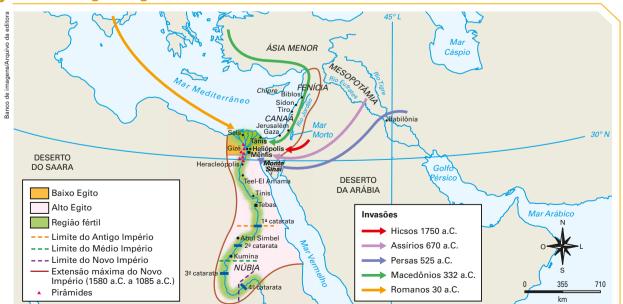
Os períodos da história egípcia

Tradicionalmente, a longa história egípcia tem sido dividida didaticamente em três grandes períodos: o Antigo Império (c. 3200 a.C.-2300 a.C.), o Médio Império (c. 2000 a.C.-1580 a.C.) e o Novo Império (c. 1580 a.C.-25 a.C.).

Em seus quase 3 mil anos de história de revoltas, conquistas e invasões estrangeiras, o Egito foi governado por faraós de 26 dinastias. O declínio final do império se deu com a invasão dos persas em 525 a.C. Comandados por Cambises (?-522 a.C.), os persas derrotaram os egípcios na Batalha de Pelusa e conquistaram a região. A partir daí, o Egito foi dominado por vários povos durante quase 2500 anos, tendo se tornado inicialmente província do Império Persa, território que posteriormente foi ocupado por macedônios, romanos e árabes.

Como você verá, essas últimas invasões tiveram grande efeito sobre a cultura egípcia, sobretudo o domínio macedônico, que abriu caminho para as ideias gregas. Esse domínio instaurou no Egito uma dinastia de origem macedônica, chamada **ptolomaica** ou **lágida**. Cleópatra (69 a.C.-30 a.C.), uma das personagens famosas da história antiga, pertenceu a essa dinastia. Ela ocupou o trono depois da morte do pai, Ptolomeu XII (117 a.C.-51 a.C.), e governou até sua morte, em 30 a.C.

O filho de Cleópatra com o ditador romano Júlio César (100 a.C.-44 a.C.) foi o último rei ptolomaico. Depois desse período, o Egito caiu sob o domínio romano e, posteriormente, árabe – domínios que introduziram elementos culturais cristãos e muçulmanos, respectivamente. Mais tarde, o Egito transformou-se em domínio dos turcos e, no século XIX, dos ingleses.

Invasões no Egito antigo

Adaptado de: BRANCANTI, Antonio. *I popoli antichi*. Firenze: La Nuova Italia, 1997. p. 34; BARBEIRO, Heródoto. *História:* de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2004. p. 33.

Atividades

Retome

6. As civilizações egípcia e mesopotâmica se desenvolveram às margens de rios perenes (Nilo, Tigre e Eufrates). Todavia, as condições físico-geográficas das regiões ocupadas pelos egípcios e pelos povos da Mesopotâmia eram diferentes em muitos aspectos. Compare-as.

7. O grande reino do Egito formou-se como resultado de um longo processo político, iniciado ainda no Período Neolítico. Descreva-o.

8. Em muitas civilizações do Antigo Oriente, a população camponesa estava submetida a um regime de trabalho conhecido como servidão coletiva. O que isso significa?

9. No Egito antigo, o faraó era considerado um deus; na Mesopotâmia, o monarca representava uma divindade e governava em seu nome. Em ambos, os reis concentravam plenos poderes e os sacerdotes tinham autoridade e prestígio. Nomeie essa forma de governo predominante nas civilizações do Antigo Oriente.

10. Elabore uma representação gráfica da sociedade egípcia, identificando as diferentes camadas sociais, os grupos que as constituíam, bem como a função exercida por cada um deles.

11. A partir do século VI a.C. a cultura egípcia passou por profundas transformações. Durante o reinado de Cleópatra, no século I a.C., a monarquia egípcia já se apresentava descaracterizada. Qual foi a causa dessas mudanças?

Analise uma fonte primária

12. A imagem ao lado é uma escultura feita em um único bloco de granito, mede 2,30 metros e foi escavada na antiga cidade de Tanis, capital de Egito durante as Dinastias XXI e XXII. Foi produzida entre 1293 a.C. e 1185 a.C. e, quando encontrada, faltava-lhe o rosto do falcão, que foi feito em outra pedra e encontrado posteriormente, separado do conjunto. A personagem agachada é Ramsés II.

Album/DEA/S. Vannini/Latinstock

Estátua de Ramsés II como criança. Atrás dele, representação do deus Horus.

a) Descreva a escultura: cor, textura, tamanho, aspecto e posição das figuras esculpidas, etc.

b) Em sua opinião, a confecção dessa escultura foi fácil ou difícil? Justifique sua resposta.

c) Para interpretar a imagem, investigue:
   - Quem foi Ramsés II?
   - O falcão é uma representação do deus Horus. O que você consegue descobrir a respeito dessa divindade?

d) Detenha sua atenção na figura maior: olhe seu tamanho e postura. Como você a interpreta?

e) Observe a figura menor. Veja o que ela está fazendo, que aparência apresenta e quais objetos estão associados a ela. Como Ramsés II foi representado pelo escultor?

f) Pense no que você já sabe sobre a cultura egípcia. Por que o escultor pode ter associado a figura real à ave?

g) Qual pode ter sido a intenção do artista ao elaborar a escultura? Defenda sua hipótese com argumentos.

Hebreus, fenícios e persas

Na região do Crescente Fértil, além das margens dos grandes rios (Nilo, Tigre e Eufrates) também se desenvolveram diversos povos vizinhos aos egípcios e mesopotâmicos, com destaque para os hebreus, fenícios e, mais ao leste, os persas. Estes foram responsáveis por diversos legados à cultura ocidental.

Os hebreus

Os hebreus se destacam por terem sido o primeiro povo a adotar o **monoteísmo ético**, religião que prega a existência de um só Deus e que exige um comportamento ético das pessoas, ou seja, que ajam de maneira correta e justa. Tal atuação é fundamento presente na religião de mais de 2 bilhões de pessoas atualmente, como judeus, muçulmanos e cristãos.

Muitas das informações de que dispomos sobre o povo hebreu são provenientes da Bíblia, mais especificamente do Antigo Testamento. No texto sagrado para cristãos e judeus, dados históricos misturam-se com relatos míticos e religiosos. Estudos linguísticos, arqueológicos e textos não bíblicos dialogam com essas representações bíblicas.

Inicialmente, os hebreus habitavam a cidade de Ur, no sul da Mesopotâmia (localize a cidade no mapa da página 85). Seu primeiro grande líder teria sido Abraão, considerado seu primeiro **patriarca** (chefe de clã). Abraão pregava uma nova religião, monoteísta. O Deus único, Javé (também chamado Iahweh ou Jeová), teria prometido a ele e seus descendentes uma terra onde "jorraria leite e mel". A promessa teria levado Abraão a conduzir os hebreus até a Palestina, região do atual território de Israel, também conhecida como Canaã. Lá, os hebreus se estabeleceram por volta de 2000 a.C., após derrotarem os habitantes locais, os cananeus. Segundo a Bíblia, Abraão foi sucedido pelos patriarcas Isaac e Jacó, e dos herdeiros deste último descenderam os grupos familiares originais, chamados de "as 12 tribos de Israel".

É importante ressaltar, contudo, que nenhum desses patriarcas é mencionado em qualquer outro documento de época que não seja o Antigo Testamento. Além disso, muitos historiadores afirmam que a religião monoteísta de Jeová só surgiu muito depois da época dos patriarcas.

Segundo o relato bíblico, crescentes dificuldades econômicas fizeram com que muitos hebreus migrassem para o Egito. A princípio, essa ocupação foi pacífica, mas, posteriormente, eles foram escravizados pelos egípcios.

Séculos depois, eles fugiram do Egito sob a liderança do profeta Moisés. Durante a fuga, conhecida como **Êxodo**, Deus teria ditado a Moisés os **Dez Mandamentos**, um conjunto de leis que foi registrado em duas pedras. Após 40 anos de jornada pelo deserto, os hebreus chegaram à Palestina, já sob a liderança de Josué. A presença dos hebreus no Egito e o Êxodo não são confirmados por outras fontes que não a própria Bíblia. Tais passagens bíblicas têm uma cronologia bastante duvidosa, seja por conterem indicações contraditórias, seja pela sua confrontação com outras fontes históricas, constituindo objeto de diferentes interpretações.

Na época do Êxodo, os hebreus estavam organizados em tribos lideradas pelos **juízes**, chefes militares com atribuições religiosas. Ao chegar à Palestina, eles con-

Stringer/Anadolu Agency/AFP

Mural grafitado no estádio de Nablus, na Cisjordânia. Pintado por mais de 25 artistas palestinos, o projeto procurou retratar mais de 3500 anos de história da Palestina em sua extensão. O mural finalizado foi batizado de "Aqui está Canaã". Foto de 2013.

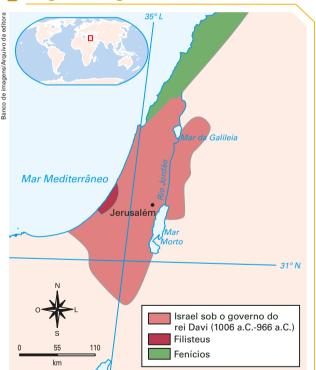
quistaram a cidade de Jericó e venceram os filisteus, povo que ocupava o litoral da região (observe no mapa abaixo). Por volta de 1010 a.C., ocorreu a unificação das tribos sob a liderança de Saul (c. 1095 a.C.-1004 a.C.), que se tornou o primeiro rei dos hebreus.

Davi (c. 1040 a.C.-970 a.C.), sucessor de Saul, lançou as bases para a formação de um Estado hebraico efetivo, com governo centralizado, exército permanente e organização burocrática. Jerusalém tornou-se capital do reino de Israel. Sob o comando de Salomão (?-931 a.C.), filho de Davi, o Estado hebraico atingiu seu apogeu, com grande desenvolvimento comercial. Para os cultos foi construído um grande templo dedicado a Jeová: o Templo de Jerusalém (conhecido como Templo de Salomão).

Entretanto, o Estado unificado não sobreviveu à morte de Salomão. Logo surgiram disputas pela sucessão, que resultaram na divisão dos hebreus em dois reinos: o de **Israel**, com capital em Samaria, e o de **Judá**, com capital em Jerusalém.

A consequência imediata da divisão foi a invasão estrangeira, inicialmente pelos assírios e mais tarde, no século VI a.C., por Nabucodonosor, rei da Babilônia. Depois de saquear Jerusalém e destruir o Templo de Salomão, Nabucodonosor escravizou um grande número de hebreus e levou-os para a Mesopotâmia. Em 539 a.C., porém, os persas, chefiados por Ciro, o Grande, conquistaram a Babilônia e libertaram os hebreus escravizados, que puderam então retornar à Palestina.

Os últimos invasores da Palestina na Antiguidade foram os macedônios e, a seguir, os romanos. A resistência à ocupação romana, em 70 d.C., foi reprimida brutalmente. Jerusalém foi destruída e os hebreus se dispersaram por outras regiões. Esse movimento, conhecido como **diáspora**, se estendeu por centenas de anos.

A região da antiga Palestina

Adaptado de: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 8.

O Muro das Lamentações se localiza na cidade de Jerusalém. Trata-se da única parte do Templo de Salomão que resistiu aos ataques do imperador romano Tito à cidade, em 70 d.C. É um lugar considerado sagrado pelos descendentes dos hebreus, os judeus. Durante anos, as mulheres foram proibidas de frequentar o local. Em janeiro de 2016, o governo de Israel estabeleceu uma área mista onde elas poderiam fazer suas preces. Na foto, mulher levanta uma Torá, livro com as escrituras sagradas do judaísmo, junto ao Muro. Foto de 2016.

Fenícios e persas

A **Fenícia** situava-se no norte da Palestina, onde se localiza atualmente o Líbano (veja o mapa da página 95). Foi ocupada antes de 3000 a.C. por povos semitas que, além de desenvolverem a agricultura, destacaram-se no comércio marítimo. Também desenvolveram o artesanato e a produção de tecidos e de corantes.

Os fenícios estavam organizados em cidades-Estado, como Biblos, Sidon e Tiro. Em seu apogeu, eles chegaram a estabelecer rotas comerciais por todo o Mediterrâneo e foram até o litoral Atlântico do norte da África (observe o mapa a seguir). Instalaram povoados e cidades em várias regiões no Mediterrâneo, verdadeiros entrepostos comerciais, como a cidade de Cartago, no norte da África.

Ao mesmo tempo, deram contribuições originais à humanidade. A principal delas foi a criação de um alfabeto fonético simplificado, composto de 22 letras, que, incorporado pelos gregos e romanos, serviu de base para o alfabeto ocidental atual.

Os fenícios cultuavam vários deuses. Os mais importantes eram Baal, associado ao Sol, e Astarteia, simbolizada pela Lua e que representa a fecundidade.

The Art Archive/ Museu Nacional de Beirute, Líbano/Gianni Dagli Orti/AFP

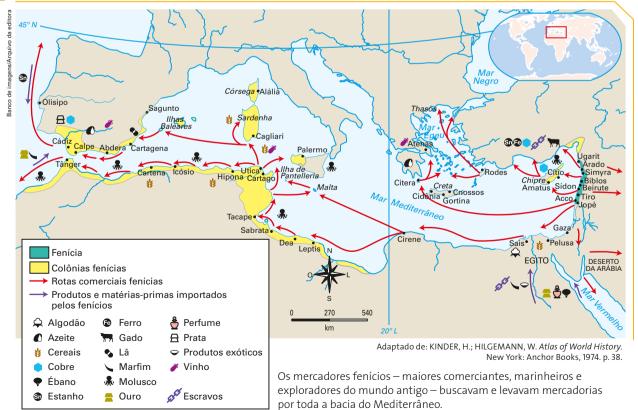
Máscara funerária fenícia, datada do século VII a.C. Foto de 2009.

O comércio fenício em 1000 a.C.

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History.* New York: Anchor Books, 1974. p. 38.

Os mercadores fenícios – maiores comerciantes, marinheiros e exploradores do mundo antigo – buscavam e levavam mercadorias por toda a bacia do Mediterrâneo.

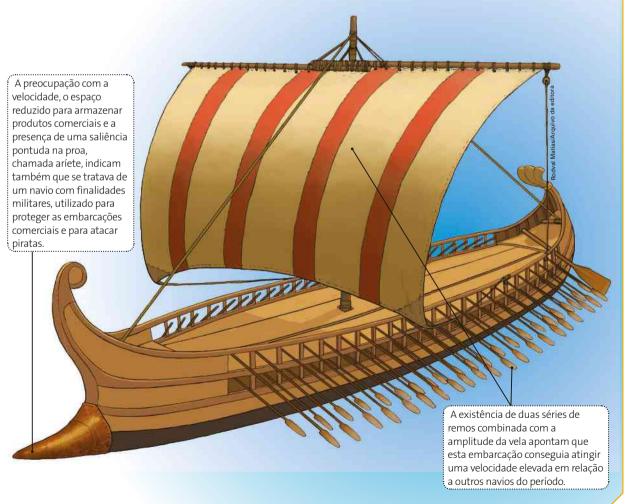
Vivendo naquele tempo

Navegando com os fenícios

Os fenícios foram excelentes navegadores e desenvolveram uma cultura marítima muito sofisticada para a época, que incluía a construção de navios, técnicas naúticas e conhecimentos sobre o meio marinho e as regiões costeiras. Exploraram todo o Mediterrâneo, as praias do mar Vermelho e do mar Egeu e a costa do oceano Atlântico. Os conhecimentos de astronomia permitiram aos fenícios navegar durante a noite, orientando-se por meio das estrelas.

Muitos deles viviam do comércio marítimo, como marinheiros, comerciantes, soldados e remadores. Havia também exímios carpinteiros que construíam os navios, e artesãos que cuidavam de sua manutenção em terra.

Os navios fenícios eram feitos de madeira, com velas e uma estrutura variada de remos. O número de remadores variava conforme o tipo de embarcação. Nos navios comerciais, havia espaço destinado às mercadorias; os de guerra contavam com maior número de remadores e um corredor central onde ficavam os soldados. Um navio desses poderia levar 150 remadores e 200 soldados.

As viagens duravam meses, e os fenícios ancoravam em diferentes portos para vender e comprar mercadorias. Ao longo das expedições, construíram grandes habitações, espalhadas pela costa do Mediterrâneo, que abrigavam os marinheiros e comerciantes quando não havia condições climáticas para a navegação. Assim, procuravam evitar os naufrágios, que prejudicavam suas atividades comerciais.

O desenho abaixo representa um barco fenício denominado **birreme**. Seu modelo foi, posteriormente, copiado e aprimorado pelos gregos e pelos romanos.

Apesar da pobreza do solo, o planalto iraniano foi ocupado desde o sexto milênio antes da Era Cristã. Por volta de 2000 a.C. a região recebeu grandes levas de **populações indo-europeias**. Nela, a leste do rio Tigre, se formaria outra civilização, que chegaria a dominar a própria Fenícia, o Egito e a Mesopotâmia. Essa civilização – a **Pérsia** – seria responsável por um dos maiores impérios do mundo antigo.

populações indo-europeias: povos originários da Ásia central que migraram para a Índia, para o planalto iraniano e para a Europa.

Ciro (c. 580 a.C.-530 a.C.), o Grande, rei persa, unificou o território e submeteu os povos vizinhos, os medos. Em sua expansão, os persas ocuparam a Mesopotâmia, a Palestina e a Fenícia e chegaram ao Egito, à Ásia Menor (no Ocidente) e à Índia (no Oriente).

Ciro, o principal conquistador, foi bastante hábil ao se aliar às elites locais dos territórios conquistados, em vez de simplesmente submetê-las ao seu domínio. Desse modo, garantiu relativa estabilidade a um vasto império. Seu filho e sucessor, Cambises (?-522 a.C.), conquistou o Egito, após a vitória na Batalha de Pelusa (525 a.C.).

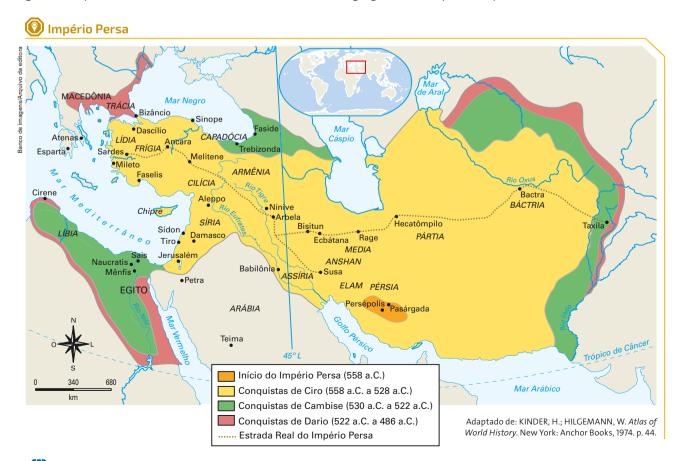
O período de maior florescimento persa ocorreu no reinado de Dario I (550 a.C.-484 a.C.). Durante seu governo, que durou de 524 a.C. a 484 a.C., dividiu o império em províncias, as **satrapias**. Encarregados de cobrar os impostos, os sátrapas (governadores) eram fiscalizados por inspetores oficiais, conhecidos como "olhos e ouvidos do rei".

Dario mandou construir estradas que ligavam os principais centros urbanos do império (Susa, Pasárgada, Persépolis), criou um eficiente sistema de correios, para maior controle das províncias, e implantou uma unidade monetária chamada *dárico*.

No Império Persa, assim como entre outros povos da Antiguidade oriental, a população prestava serviços obrigatórios ao Estado, em regime de servidão coletiva. O poder do imperador era garantido por seu numeroso exército, mantido com propósitos expansionistas. A existência desse exército, porém, não impediu o fracasso dos ataques à Grécia comandados por Dario I e seu sucessor, Xerxes I (519 a.C.-465 a.C.).

Durante quase todo o século V a.C., gregos e persas se enfrentaram em conflitos que se tornaram conhecidos como **Guerras Médicas** – nome que faz referência ao povo medo, da Pérsia – ou **Guerras Greco-Pérsicas**. Em seu expansionismo, os persas haviam dominado as cidades gregas da Anatólia, na atual Turquia, o que prejudicou o comércio da Grécia com o Oriente. Os gregos lutavam pela independência dessas cidades.

Império Persa

Adaptado de: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History*. New York: Anchor Books, 1974. p. 44.

Para saber mais

As mulheres no Antigo Oriente

A ausência na narrativa histórica daqueles que não ocupavam cargos governamentais, que não comandavam exércitos e não eram responsáveis pelas “grandes decisões históricas”, fossem homens, fossem mulheres, é uma herança de uma antiga e criticada visão histórica. Essa visão tradicional valorizava os “grandes personagens” e “os grandes feitos”. Os historiadores atuais têm pesquisado fontes que apresentem indícios desses personagens escondidos e esquecidos. O caso das mulheres nas sociedades do Antigo Oriente é um bom exemplo.

Embora a condição feminina nessas sociedades tenha variado de acordo com a época, o lugar e a posição social ocupada pelas mulheres, ela nunca foi de igualdade em relação à do homem. Em geral, as mulheres estavam submetidas à autoridade masculina e deviam mostrar submissão ao marido. Os casamentos eram arranjados pelos pais dos noivos, às vezes quando estes ainda eram crianças, como forma de unir interesses e propriedades. A mulher deveria ser fiel ao marido, e o adultério feminino era punido com severidade. O homem, ao contrário, poderia ter mais de uma mulher, desde que houvesse condições financeiras para mantê-las.

Apesar de ocupar posição secundária à do homem, as mulheres podiam herdar propriedades e, no caso do falecimento do esposo, tornar-se chefe da casa e gerir negócios. Podiam também se divorciar e se casar novamente. Várias mulheres de condição social mais elevada recebiam educação formal e aprendiam a ler e escrever, mas a maioria era educada apenas para exercer as funções domésticas e para a maternidade.

Para os povos que habitaram a região da Antiga Mesopotâmia, o principal papel feminino era ser mãe. Por isso, as mulheres estéreis eram repudiadas pelos maridos e a prostituição, muitas vezes, era a única opção que lhes restava. A prostituição era aceita como atividade normal e nenhum julgamento moral recaía sobre ela. Era também comum uma forma de prostituição sagrada realizada por sacerdotisas.

No Egito, houve casos de mulheres que se tornaram governantes, como ocorreu com Hatshepsut no século XV a.C., e Cleópatra VII, no século I a.C.

Este relevo comemorativo foi feito entre os séculos VIII e VII a.C. e é uma das poucas peças arqueológicas do Antigo Oriente em que mulheres aparecem representadas em seu cotidiano doméstico. Nela vemos uma figura feminina tecendo com um carretel, enquanto uma serva a refresca com um abanador. A serviçal é representada em tamanho menor do que a personagem central ou porque o artista quis mostrar a diferença de hierarquia entre elas ou porque se trata de uma criança. O relevo foi feito num tipo de pedra típico da região de Susa, na Pérsia.

Apesar de ter incorporado muitos conhecimentos de outros povos, como a escrita cuneiforme, de origem mesopotâmica, a cultura persa teve características próprias. Sua religião era basicamente dualista, fundada na crença em duas divindades antagônicas principais: Ormuz-Mazda, deus do bem, da luz e do mundo espiritual, e Arimã, deus do mal e das trevas. O imperador seria o representante do bem na Terra, o que mostra o forte vínculo da religião com as estruturas de poder.

A religiosidade popular, entretanto, distinguia-se da oficial. Incluía várias divindades, muitas delas adotadas no contato com outros povos. Em geral, os persas também admitiam a vida após a morte e o advento de um Messias à Terra, um salvador que, assim como na religião judaica, libertaria os justos. Os princípios dessa religião, chamada de **zoroastrismo**, estavam no livro sagrado *Zend-Avesta*, que teria sido escrito por um personagem lendário: Zoroastro, também denominado Zaratustra.

Dialogando com a
Geografia

A questão urbana no mundo contemporâneo

Neste capítulo, estudamos a importância das primeiras cidades para a organização política e econômica das civilizações da Mesopotâmia e do Império Egípcio. Vimos também que a maior parte da população do mundo antigo vivia no campo, exercendo atividades agrícolas e de pastoreio, enquanto os pequenos núcleos urbanos eram ocupados principalmente por artesãos, funcionários reais e sacerdotes.

No mundo contemporâneo, essa relação entre o campo e a cidade se alterou radicalmente. Em 2014, mais da metade da população mundial morava em cidades e estima-se que em 2050, 66% dos habitantes do planeta viverão nos centros urbanos.

Nessa seção vamos considerar alguns aspectos relacionados ao crescimento das grandes cidades e da população urbana no planeta.

O trecho a seguir aborda as transformações recentes de algumas cidades indianas.

LMspencer/Shutterstock

Mercado de rua no centro de Mumbai, Índia. Foto de 2016.

Nos últimos anos, tem se debatido se mais vida urbana deve ser algo a se lastimar ou a comemorar. A urbanização pode causar o rápido surgimento de favelas, espaços sem saneamento onde as doenças epidêmicas podem se alastrar, a exploração é desenfreada e as ameaças físicas estão à espreita, porque não há lei, e a ordem fica a cargo de gangues criminosas. Mas a vida na cidade também pode oferecer oportunidades de trabalho, acesso a serviços de saúde, planejamento familiar, escolas e mais abertura econômica para as mulheres. Fomentar as oportunidades sem deixar de minimizar os danos e dificuldades são os principais desafios do desenvolvimento nas transições urbanas de hoje.

As tendências urbanas, porém, não são as mesmas em todos os locais. Na Índia, por exemplo, as estatísticas demonstram que as populações tradicionais dos centros urbanos estão encolhendo, enquanto as áreas periféricas se expandem. Mumbai é frequentemente citada como principal exemplo desse fenômeno. Os [...] números do censo de 2011 mostram que [...] a centenária cidade de Thane, situada a 43 quilômetros a nordeste de Mumbai, deixou de ser um subúrbio de classe média para abrigar uma grande população de favelados que não para de aumentar. Thane é hoje residência de 9,84% da população do estado – 11 milhões, em termos numéricos. Trata-se de um salto no crescimento de quase 36% em uma década. Já a cidade de Mumbai propriamente dita, com 3,14 milhões de pessoas, registrou uma taxa negativa de crescimento de 5,75% no mesmo período.

Amitabh Kundu, doutor em economia [...] afirma que algumas das maiores cidades indianas estão vivendo o que ele chama de "periferalização degenerativa". Trata-se de fenômeno pelo qual as pessoas são compelidas a deixar a cidade em razão do alto custo de vida e escassez de empregos que ofereçam salários decentes, para viver em assentamentos improvisados na periferia das áreas metropolitanas. Nesses assentamentos periféricos, as pessoas perdem tanto as vantagens da vida rural como as da urbana.

[...]

A alteração do equilíbrio social nas cidades indianas é ponto importante a ser estudado por demógrafos e economistas, porque 410 milhões do 1,2 bilhão de pessoas do país já vivem abaixo da linha da pobreza. Isto representa um terço de toda a população carente do mundo, segundo o Banco Mundial que também ressalta que a disparidade de renda na Índia está aumentando.

UNFPA. Relatório sobre a situação da população mundial 2011. Disponível em: <www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

Favelas: desafio para a melhoria das condições de vida

A parcela da população urbana mundial que vive em favelas vem diminuindo pouco a pouco: de 39%, em 2000, caiu para 33%, em 2010. O gráfico abaixo nos mostra dados a respeito desse tema. Porém, o número absoluto de pessoas vivendo em favelas vem aumentando. Os poderes públicos precisam organizar ações de melhorias nesses locais, como saneamento básico, calçamentos, postos de saúde, além de garantir acesso à educação e ao lazer para essas pessoas.

População vivendo em favelas urbanas e proporção da população urbana que vive em favelas, nas regiões em desenvolvimento, 1990 a 2010.

Robson Kasé/Arquivo da editora

População em favelas (em milhões)
Proporção de população urbana em favelas (porcentagem)

Ano	Porcentagem de população urbana vivendo em favelas
1990	46,1
1995	42,8
2000	39,3
2005	35,7
2007	34,3
2010	32,7

Porcentagem de população urbana vivendo em favelas
População em favelas

UNFPA. Relatório sobre a situação da população mundial 2011. Disponível em: <www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2015.

Lutas políticas na cidade: o transporte urbano no Brasil

Em 2005, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi organizado o Movimento pelo Passe Livre (MPL), que lutava pelo direito dos estudantes de não pagarem tarifas no transporte público. Em 2013, o MPL liderou manifestações nas principais cidades do país, surpreendendo a imprensa e os governos estaduais e federal. Os jovens exigiam o congelamento da tarifa de ônibus e metrô (em torno de 3 reais), evitando o aumento anunciado em várias cidades e estados.

As manifestações foram reprimidas pela polícia, e as imagens da violência difundidas pelas redes sociais e pela imprensa provocaram a indignação de muitos brasileiros.

Thomas Tebet/FramePhoto/Folhapress

Manifestantes protestam contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo, 2013.

Atividades

1. Retome os dados estatísticos e as informações sobre as condições das cidades na Índia apresentados no texto da UNFPA. Organize esses dados e informações em um esquema visual.
2. Observe o gráfico que mostra a população vivendo em favelas urbanas. Refaça esse gráfico, utilizando outra estrutura para representar as mesmas informações. Pode ser em forma de gráfico de barras ou de área.
3. Sob organização do professor, debata com os colegas da classe as seguintes questões:
   a) Quais são os principais problemas urbanos no mundo contemporâneo?
   b) Como esses problemas afetam a cidade ou a comunidade onde vocês vivem?
   c) Quais são as formas de ação política que vocês conhecem nos espaços urbanos ondem vivem?

Atividades

Retome

13. Entre os povos que habitaram a região identificada hoje como Crescente Fértil, foram os hebreus que deixaram marcas mais profundas na cultura ocidental. Que elemento da religião hebraica está na base dos valores cultivados no Ocidente?

14. A Bíblia é a principal fonte para os estudos da história dos hebreus. Porém, essa fonte apresenta alguns inconvenientes e o historiador precisa estar atento a eles quando desenvolve suas pesquisas. Identifique essas inconveniências e discuta o que pode ser feito para contorná-las.

15. De acordo com os relatos bíblicos, a história do povo de Israel foi marcada pela disputa por terras na atual Palestina. O que explica o interesse dos hebreus por essa região do planeta?

16. Elabore um texto sobre o processo de centralização política dos hebreus.

17. A despeito do esforço empreendido na unificação das tribos hebraicas sob um único Estado, a centralização política teve vida curta, não subsistindo à morte do rei Salomão. O que explica sua curta duração?

18. A Diáspora, um dos episódios mais marcantes da história hebraica, foi a dispersão dos judeus pelo sul da Europa, Ásia Menor e África a partir do ano 70 d.C. O que ocasionou esse deslocamento?

19. Os persas fundaram um dos maiores e mais importantes impérios da Antiguidade. Para a expansão de suas fronteiras, foi relevante a estratégia empregada por Ciro I. Descreva-a.

20. O Império Persa sob o governo de Dario I alcançou significativa eficiência administrativa. Qual foi a estratégia lançada pelo soberano para conseguir uma administração bem-sucedida?

Pratique

21. O texto a seguir foi extraído do livro *No começo eram os deuses*, do historiador Jean Bottéro, e é parte da investigação que o autor faz para compreender o significado do termo "Deus dos Pais", usado no Antigo Testamento para fazer referência ao que seria Javé, o Deus hebraico. Leia atentamente o texto para compreender melhor o significado dessa expressão bíblica.

> [...] Os antigos semitas, sabemos bem disso, nunca procuraram, em seu politeísmo, a multidão dos deuses: na Mesopotâmia, para fazer com que a aceitassem, foi preciso nada menos do que a poderosa influência suméria: cerca de mil, se não um pouco mais, dos deuses da religião deles têm um nome sumério! O "Deus dos Pais" era então apenas a designação coletiva dos deuses, em quantidade provavelmente bastante modesta, adorados pelos primeiros israelitas. Não temos muitos detalhes em relação a eles, mas poderíamos hipoteticamente afirmar seus nomes com verossimilhança, na medida em que sabemos que eram mais ou menos comuns a todos os antigos semitas.
>
> Somos, portanto, forçados a supor que os primeiros israelitas – antes da chegada de Moisés, a começar, naturalmente pelo Pai deles, Abraão em pessoa – eram politeístas e compartilhavam uma religiosidade comum com os outros semitas e não semitas do Oriente Médio, e que, se eles mudaram de religião, abandonando todo um panteão de divindades antropomórficas por uma única, que absolutamente não o era, e apenas por Javé, foi pela intervenção de Moisés.
>
> BOTTÉRO, Jean. *No começo eram os deuses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 251-252.

Com base no texto e na sua leitura do capítulo, responda:

a) De acordo com o que você estudou sobre os hebreus, o que diferenciou esse povo dos demais povos semitas que habitaram a antiga Mesopotâmia?

b) O elemento que diferencia os hebreus dos demais povos semitas pode ser identificado na cultura hebraica desde suas origens? Explique.

c) Em que momento da história hebraica se afirma o principal elemento da identidade desse povo?

Analise uma fonte primária

22. Observe o objeto a seguir. No fragmento, estão representados os fenícios, identificados pelas toucas pontudas.

De Agostini Picture Library/G. Dagli Orti/ Bridgeman Images/Keystone

Detalhe da decoração da porta do Palácio de Balawat, no Iraque. As figuras em relevo foram gravadas em placas de bronze datadas do século IX a.C. durante o reinado do rei assírio Shalmaneser III.

a) O que os fenícios estão fazendo?

b) Além das toucas, que outro elemento da imagem pode ajudar na identificação dos fenícios? Por quê?

c) Levante uma hipótese para explicar por que um rei assírio mandaria gravar na porta de seu palácio uma imagem como essa. Qual pode ter sido a intenção do monarca?

Articule passado e presente

23. Forme um grupo com três ou quatro colegas de sala. Leiam novamente a abertura do capítulo e os questionamentos que ela traz. Depois, relacionem os elementos que vocês consideram definidores de uma cidade antiga.

A seguir, procurem identificá-los no lugar onde vocês moram.

a) Os mesmos elementos do passado ainda podem ser encontrados nas cidades do presente?

b) Que mudanças foram observadas? O que mudou para melhor? E para pior?

c) Como seria a cidade ideal para vocês?

d) Inspirados pela resposta da questão anterior, planejem uma cidade ideal.

e) Em uma folha de papel pardo grande (entre 1 e 2 m²) façam uma planta da sua cidade ideal. Para isso, vocês podem usar colagem ou desenho. Identifiquem os locais da planta com legendas e apresentem-nas aos demais colegas.

T photography/Shutterstock

Vista de Ouro Preto, Minas Gerais, fundada em 1711. O município cresceu em função de sua disposição geográfica e não foi planejado como muitas cidades brasileiras. Foto de 2008.

CAPÍTULO

4 Outros povos da Antiguidade

Hung Chung Chih/Shutterstock

A Muralha da China, com seus 3 460 km de extensão e mais de 2 800 km de ramificações, não foi erguida de uma só vez nem sob um único governante. Entre 230 a.C.-220 a.C., sob a dinastia Ch'in, diversos trechos de antigas muralhas foram unidos para proteger territórios recém-unificados. Na foto, turistas visitando um trecho da muralha. Pequim, China, foto de 2015.

Há milhares de anos muralhas são erguidas para proteger cidades e seu povo, demarcar fronteiras e fortalecer seus habitantes diante do inimigo. Ao mesmo tempo que separam uma área de outra, trazem a ideia de pertencimento aos que são protegidos por elas, que têm a pretensão de se isolar do mundo que está além dos muros. Muralhas ainda são úteis nos dias de hoje? O que ameaça as sociedades e como elas se protegem?

1 Diversidade de povos e civilizações

Trabalhou-se até aqui com a cultura e a história de povos que a historiografia eurocêntrica tradicionalmente considerava como os responsáveis pela origem da civilização ocidental. Para esses historiadores, foi entre os povos antigos da Mesopotâmia, do Egito e do Oriente Médio que se formaram as mais antigas formas de escrita, os primórdios da vida urbana, a institucionalização dos primeiros códigos jurídicos, os traços das mais antigas práticas religiosas, além dos sinais dos primeiros governos centralizados e de caráter dominador sobre diferentes etnias.

No entanto, à medida que a expansão imperialista de nações da Europa e dos Estados Unidos se intensificava entre os séculos XIX e XX, arqueólogos e historiadores também redefiniam pesquisas e formas de interpretar o passado, favorecidos pela aproximação com culturas pouco conhecidas ou totalmente desconhecidas. Esse processo estimulou a revisão de antigas convicções sobre o passado da humanidade, resultando na ampliação do conhecimento sobre a condição de vida do ser humano em diferentes cenários e circunstâncias.

Daremos destaque neste capítulo a algumas civilizações antigas que existiram na Ásia, na América e no continente africano. Entre elas, civilizações que floresceram antes, na mesma época, ou posteriormente às civilizações que se desenvolviam no Egito e na Mesopotâmia.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

2 A Índia na Antiguidade

Escavações e pesquisas vêm ampliando os conhecimentos sobre a história da Índia na Antiguidade. Muitos sítios arqueológicos localizados no vale do rio Indo, estudados principalmente desde a década de 1920, mostraram que os povos denominados "civilizações do Indo" se estendiam muito além do vale desse rio. A continuidade dos estudos arqueológicos aponta indícios culturais de grandes assentamentos humanos desde o VIII milênio a.C., espalhados nos férteis vales do rio Indo e de seus afluentes, região entre os atuais territórios da Índia e do Paquistão. Alguns deles se transformaram em importantes centros urbanos, como você verá a seguir.

Civilização Harappa

Mohenjo-Daro e Harappa. Assim se chamavam duas importantes cidades construídas antes de 3000 a.C. no vale do rio Indo, em região hoje pertencente ao Paquistão.

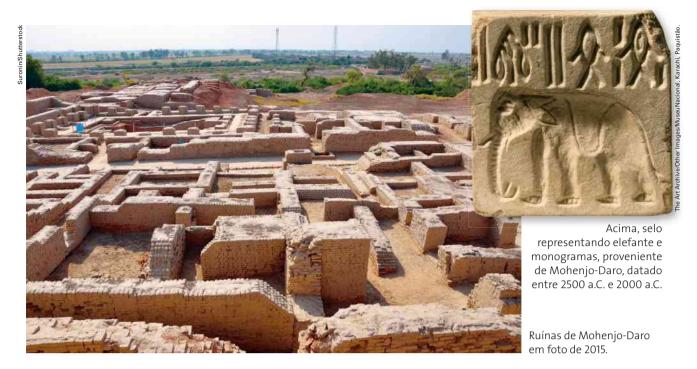
Elas estavam a 600 quilômetros de distância entre si e são expressão da primeira grande civilização que floresceu na região: a civilização **Harappa**. Os vestígios arqueológicos encontrados revelam que essas duas cidades contavam com canalização de água e esgoto até nas casas mais humildes. Havia também casas de banho públicas.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Suronin/Shutterstock

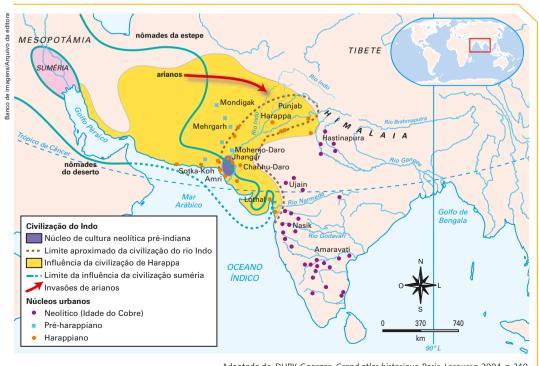
The Art Archive/Other Images/MuseuNacional, Karachi, Paquistão.

Acima, selo representando elefante e monogramas, proveniente de Mohenjo-Daro, datado entre 2500 a.C. e 2000 a.C.

Ruínas de Mohenjo-Daro em foto de 2015.

As construções, de tijolo cozido, eram distribuídas de maneira uniforme e organizadas em ruas cujo traçado lembrava um tabuleiro de xadrez. Esses indícios sugerem que Mohenjo-Daro e Harappa foram erguidas segundo um rigoroso planejamento urbano. Tais aspectos também foram notados em cidades menores localizadas ao sul e a leste delas, pertencentes a essa civilização, que se estendeu por um território de mais de 1,3 milhão de km^2.

Muitos objetos desta civilização já foram encontrados e analisados. Há uma variedade de artefatos feitos em cerâmica, cobre, marfim, lápis-lazúli, etc. Também foram encontrados objetos típicos desses povos na Mesopotâmia, o que levou pesquisadores a concluírem que havia trocas comerciais entre os habitantes das duas regiões.

Primeiras civilizações da Índia (do Período Neolítico à Antiguidade)

Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique.* Paris: Larousse, 2004. p. 240.

Civilização védica

Ainda não se sabe como a civilização Harappa desapareceu, após ter existido por, aproximadamente, mil anos, entre 2550 a.C. e 1550 a.C. Supõe-se que isso tenha ocorrido devido a deslocamentos humanos em massa motivados por secas ou terremotos. Tradicionalmente se apontava que o desaparecimento decorreu da chegada de arianos à região, o que favoreceu o desenvolvimento de outra cultura ao longo dos séculos seguintes.

Os arianos eram povos seminômades, de origem **indo-europeia**. Da tradição Harappa, adotaram a agricultura. Falavam o sânscrito e dominavam a escrita, tendo deixado obras literárias e filosóficas. Os hinos e preces dos *Vedas*, considerado o primeiro livro sagrado da História, são de origem ariana com tradições de povos locais. A palavra "vedas" significa "conhecimento" e é usada para identificar essa civilização: **védica**.

A civilização védica está na base histórica da Índia como hoje a conhecemos. Sua cultura foi compartilhada pelos diversos reinos que se formaram na península indiana. Caracterizava-se pela religião – o **bramanismo** e, posteriormente, o **hinduísmo** – e pela forma de organização social – o sistema de **castas**.

indo-europeia: referente a indo-europeu, conjunto de povos nômades da Europa e da Ásia que, embora dotados de certa unidade linguística (línguas indo-europeias), não formavam uma unidade política, étnica e geográfica. Ao que parece, localizavam-se, desde o quarto milênio a.C., ao norte do mar Negro. Por volta do terceiro milênio antes da Era Cristã, iniciaram uma série de migrações, fragmentando-se em vários grupos linguísticos. Alguns grupos migraram para a Ásia (armênios, indo-iranianos, etc.), outros permaneceram na Europa (eslavos, celtas, itálicos, gregos, germânicos, etc.).
castas: grupos sociais rigidamente fechados, de caráter hereditário e ligados a determinadas profissões, como a casta dos guerreiros na Índia (xátrias).

Aspectos da religiosidade

O hinduísmo é uma religião politeísta, com a adoração de várias divindades, inclusive animais, e a crença na reencarnação. Seus ensinamentos foram transmitidos oralmente, de geração em geração, por muitos séculos, até serem registrados por escrito nos versos que compõem os *Vedas*, possivelmente compilados entre 1500 a.C. e 900 a.C.

Os seguidores do hinduísmo têm como objetivo principal a plena purificação – o **nirvana** –, que poria fim ao eterno ciclo de nascimento, morte e reencarnação.

Com o passar do tempo, o bramanismo incorporou deuses e crenças, dando origem ao hinduísmo, uma religião mais complexa. Entre as principais divindades do bramanismo estão Brahma, arquiteto do Universo; Vishnu, deus da conservação; e Shiva, deus da destruição.

O domínio dos guerreiros (**xátrias**) e dos sacerdotes (**brâmanes**) sobre os demais grupos sociais indianos estabeleceu o sistema de castas. Nesse sistema, uma pessoa já nascia em uma casta, ou seja, em uma posição social, e nela permaneceria por toda a vida. Os indivíduos só podiam se casar com membros da sua casta. Além disso, os membros de cada grupo deveriam desempenhar funções específicas na sociedade.

Coleção particular/Album/akg-images/Latinstock

Estatuetas de bronze representando Vishnu e suas esposas Bhu (a Deusa da Terra) e Lakshmi ou Shri (Deusa da Beleza e da Prosperidade), encontradas em Tamil Nadu, Índia, por volta do ano 1000.

Leituras

Na atualidade, historiadores e demais estudiosos vêm constantemente debatendo e criando novas interpretações acerca da história da Índia na Antiguidade. Os debates levam em conta principalmente as evidências arqueológicas da região, mas em suas análises também são utilizados conceitos como rupturas, permanências e transformações. O texto a seguir, da historiadora brasileira Flávia Bianchini, trata da questão da "invasão ariana", um dos temas mais discutidos pelos profissionais que estudam a Índia antiga.

Origem da civilização indiana

[...]

No entanto, as descobertas arqueológicas exigem que se leve em conta a civilização que existiu, aparentemente de forma contínua, desde 6 000 anos (ou mais) antes da Era Cristã. O grupo de pesquisadores contrários à hipótese da "invasão ariana" possui argumentos que se relacionam a alguns pontos centrais, [...] mas vejamos novamente os principais, para facilitar a compreensão da controvérsia. Esses pesquisadores:

- alegam a continuidade cultural e religiosa desde a fase do vale do Indo-Sarasvati até o hinduísmo atual;
- apontam as escrituras (Vedas, Puranas, etc.) como prova da antiguidade da tradição indiana;
- buscam na arqueologia, principalmente pela cidade de Mehrgahr, provar a continuidade cultural desde Mehrgahr até Mohenjo-Daro, Harappa e o hinduísmo atual;
- alegam que a cultura védica junto com o sânscrito védico se originaram na civilização do vale do Indo, não vindo de fora;
- alegam que quase todas as mudanças ocorridas no vale estão relacionadas a mudanças geológicas e não a invasões;
- afirmam que não existem indícios arqueológicos de qualquer invasão.

[...]

É perceptível que as controvérsias acerca da história da civilização do Indo-Sarasvati estão longe de se esgotar. Ainda há muitos sítios arqueológicos para serem explorados e muitas cidades a serem descobertas. Nunca se atingiu as camadas mais profundas de Mohenjo-Daro devido ao solo pantanoso e às infiltrações de água. Na medida em que esse processo de descobrimento se realizar a história será revista muitas vezes.

Uma conclusão a que podemos chegar é que a invasão ariana de fato não aconteceu, que ocorreram muitas mudanças geológicas que desencadearam mudanças extremas na região, e consequentemente no povo que ali vivia. Não há ainda respostas definitivas para uma série de questionamentos. Talvez no futuro possamos obter respostas mais fidedignas acerca da cultura e civilização do *Indo-Sarasvati* que, de certo modo, mesmo após tantas outras invasões – persa, grega, muçulmana – continua viva na civilização indiana atual.

BIANCHINI, Flávia. A origem da civilização indiana no vale do Indo-Sarasvati: teorias sobre a invasão ariana e suas críticas recentes. p. 57-108. In: GNERRE, Maria Lúcia Abaurre; POSSEBON, Fabrício (Org.). *Cultura oriental:* língua, filosofia e crença. v. 1. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2012. p. 96 e 106.

CM Dixon/Print Collector/Getty Images

Carroça puxada por bois. Escultura em terracota da civilização Harappa produzida entre 3000 a.C. e 2500 a.C.

Segundo o olhar religioso do bramanismo, as castas teriam se originado de diferentes partes do corpo de Brahma: os brâmanes seriam oriundos da cabeça; os xátrias, dos braços; os vaixás, das pernas; e os sudras, dos pés. No topo da sociedade estavam os **brâmanes**, sacerdotes que dominavam o conhecimento e a ordem política. Logo abaixo ficavam os **xátrias**, guerreiros, seguidos dos **vaixás**, comerciantes e artesãos. Mais abaixo estavam os **sudras**, trabalhadores em geral, obrigados a servir às três castas superiores, pagando-lhes impostos. Na parte mais baixa da pirâmide social ficavam os “sem casta”, os **párias**, considerados impuros e denominados “intocáveis”, pois não eram oriundos do corpo de Brahma. A eles cabiam os trabalhos degradantes, que envolviam contato com excrementos e sangue, como queimar cadáveres e limpar latrinas.

No século VI a.C., surgiu na cultura indiana uma doutrina que se opôs à sociedade de castas, o **budismo**, criada pelo príncipe Sidarta Gautama. Segundo a tradição, Sidarta teria abandonado todo luxo e poder e se engajado em uma caminhada mística que o levou à iluminação. O budismo pregava a igualdade entre os seres humanos e afirmava que cada pessoa deveria buscar a supressão dos desejos, alcançando assim a iluminação e tornando-se um buda (“iluminado”). Com disciplina moral, meditação e sabedoria, o budista exercitava a preservação da vida e a moderação.

Rodval Matias/Arquivo da editora

Párias = os “sem casta”, considerados “intocáveis”.

Após ganhar muitos adeptos na Índia, o budismo conquistou seguidores de outros reinos e povos, principalmente no Extremo Oriente e no Sudeste Asiático, como no Japão, China, Vietnã e Laos. Atualmente, conta com mais de 370 milhões de adeptos, dos quais apenas cerca de 10 milhões estão na Índia.

Escultura de Buda datada do século V, relacionada ao Império Gupta. Conforme a simbologia tradicional, cada elemento presente nas estátuas de Buda possui um significado: a cabeça está relacionada com sabedoria; o círculo acima da cabeça são seus ensinamentos; as mãos se posicionam em gesto de pregação; as pernas, com a postura de meditação; na parte mais abaixo da escultura, os primeiros discípulos de Buda.

Luca Tettoni/Robert Harding Heritage/AFP

Leituras

O texto a seguir mostra por que a vaca é considerada um animal sagrado por alguns seguidores do hinduísmo. Destaca, também, aspectos do debate atual, que indica que essa tradição não é necessariamente um consenso entre os hinduístas.

Por que a vaca é sagrada na Índia?

A tradição nasceu com o hinduísmo. Os *Vedas* [...] comentam a fertilidade do animal e o associam a várias divindades. Outra escritura hinduísta fundamental, o *Manusmriti*, compilado por volta do século I a.C., também enfatiza a importância da vaca para o homem. Nos séculos seguintes, foram criadas leis elevando gradualmente o *status* religioso bovino. No sistema de castas que ainda vigora na sociedade indiana, a vaca é considerada mais "pura" até do que os brâmanes [...] – por isso não pode ser morta nem ferida e tem passe livre para circular pelas ruas sem ser incomodada. O leite do animal, sua urina e até mesmo suas fezes são utilizados em rituais de purificação.

A adoração, no entanto, não é unanimidade entre os hindus e suscita debates inflamados no país. Em seu livro *The Myth of Holy Cow* (O mito da vaca sagrada, em tradução para o português), o historiador indiano Dwijendra Narayan Jha, da Universidade de Délhi, sustenta a tese de que o hábito de comer carne era bastante comum na sociedade hindu primitiva e condena o "fundamentalismo em torno da santificação do animal", imposto pelos principais grupos religiosos da Índia. [...]

Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/por-que-a-vaca-e-sagrada-na-india-mundoanimal>. Acesso em: 1º dez. 2015.

Radiokafka/Shutterstock

Na foto, vacas nas ruas de Jaisalmer, na Índia. O animal circula livremente no país. Foto de 2015.

Política, economia e diferentes dinastias

Entre os vedas, o centro da ordem política eram as cidades-Estado. Ao se expandirem, formavam pequenos reinos governados por chefes políticos denominados **rajás** (do sânscrito *rajan* = rei). Embora muitas vezes se envolvessem em disputas regionais, os reinos se uniam sob o comando de um líder central, o **marajá** (do sânscrito *maha rajá* = grande rei), quando estavam diante de uma ameaça maior.

Entretanto, por volta de 500 a.C. os persas conquistaram a região do rio Indo, que se converteu em uma satrapia (província) do Império Persa. Depois de dois séculos sob domínio persa, a região do Indo foi anexada por Alexandre Magno (356 a.C.-323 a.C.), também conhecido como Alexandre, o Grande, rei da Macedônia que governou de 336 a.C. a 323 a.C. O domínio macedônico, contudo, acabou logo após a morte de Alexandre, quando seu império foi dividido.

Pouco depois, os reinos indianos se reunificaram sob a **dinastia Máuria**. Um dos governantes dessa

dinastia, Asoka (304 a.C.-232 a.C.), governou de 272 ou 268 a.C. a 235 a.C. e foi responsável pela expansão do império indiano do Ganges ao Indo e do Himalaia ao centro-sul da atual Índia (veja o mapa abaixo). Convertido ao budismo, Asoka decidiu não promover mais guerras, investiu em obras que beneficiavam a população, como hospitais, proibiu o sacrifício de animais e favoreceu a tolerância religiosa. No **édito** XII de Asoka, há um trecho sobre o respeito que deveria haver entre as crenças de sua época:

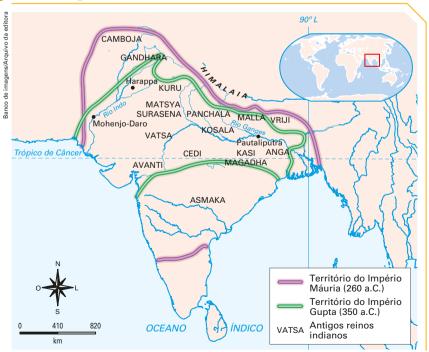
édito: anúncio de uma lei.

> O rei amigo dos deuses deseja o progresso do essencial de todas as seitas. O progresso do essencial é de diversos tipos, mas o mais importante é o controle da linguagem, ou seja, que cada um se abstenha de honrar sua própria seita ou atacar as outras, em tal ou qual ocasião, ainda que brevemente [...] o bom é que se escutem uns aos outros [...] O resultado é o progresso da seita de cada um e o triunfo da Lei.
>
> LEITE, Edgard. *Phoînix*: Laboratório de História Antiga. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 150.

Os sucessores de Asoka dividiram o império, que fragmentou-se em vários reinos autônomos. O budismo perdeu importância para o bramanismo, e a dinastia de Asoka desapareceu em algumas décadas. Durante o século I d.C., mesmo em meio ao fracionamento e a seguidas disputas políticas e invasões, os indianos realizaram intenso comércio com o Império Romano, exportando animais, aves, marfim, seda, especiarias e outros produtos.

No século IV d.C., a **dinastia Gupta** reunificou o Império Indiano (320 d.C.) e restabeleceu a supremacia do hinduísmo. Muitos templos foram construídos nesse período. A economia se fortaleceu, com a ampliação dos cultivos agrícolas e dos rebanhos e o desenvolvimento da produção de tecidos. O comércio, principalmente com o Império Romano, também prosperou. O trabalho de artistas, cientistas e poetas era financiado pela Corte. Com o aumento de riquezas, a arrecadação de impostos também se elevou, o que tornou a dinastia rica e poderosa.

Por todos esses motivos, o período da dinastia Gupta é considerado a **Idade de Ouro** da Índia antiga. O fim dessa dinastia ocorreu no século VI d.C., com a invasão dos hunos, povos nômades vindos da Ásia central. Novamente, o império se fragmentou em pequenos reinos.

A Índia antiga

Adaptado de: WORLD History Atlas. Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005. p. 240-241.

Detalhe de coluna erguida durante o governo do imperador Asoka no século III a.C.

3 A China antiga

As primeiras aldeias da China começaram a surgir com a prática da agricultura no vale dos rios por volta de 7000 a.C. Aos poucos, no norte do território, às margens do rio Amarelo, as aldeias se desenvolveram em pequenos Estados. Em 2200 a.C., aproximadamente, esses pequenos Estados se unificaram sob a liderança de um rei que fundou a **dinastia Xia**. Uma das realizações dos governantes dessa dinastia foi a construção de muralhas em torno das cidades.

Dinastias Xia e Shang

Por volta de 1760 a.C., os governantes Xia foram derrubados por outro grupo, que fundou a **dinastia Shang**. Os reis dessa dinastia criaram um Estado que teve continuidade até aproximadamente 1100 a.C. O que se sabe sobre a dinastia Shang vem de objetos de bronze, esculturas, cascos de tartaruga e textos escritos em **ideogramas** encontrados em escavações realizadas a partir de 1920.

ideogramas: símbolos gráficos ou desenhos que representam ideias, sentimentos, objetos ou conceitos. A escrita chinesa é ideográfica. Acredita-se que o primeiro sistema de escrita chinês tenha surgido na dinastia Shang.

Arthur M. Sackler Gallery/Instituto Smithsoniano, Washington, D.C, EUA

Jarro para vinho com fins cerimoniais. Dinastia Shang, século XIII a.C.

A cultura material da época Shang incluía vasos de bronze decorados com imagens de seres míticos e animais, esculturas em jade, instrumentos musicais, palácios, tumbas e fortificações, envolvendo o trabalho de milhares de camponeses e escravos.

Dinastia Zhou

Uma invasão de povos vindos de um reino a oeste, os **Zhou** (ou Chou), por volta de 1100 a.C., derrubou a dinastia Shang. Sob a **dinastia Zhou**, houve um grande impulso cultural, muitas vezes lembrado como a Idade de Ouro da filosofia chinesa. Durante esse período, firmou-se a denominação **Reino do Meio**, atribuída pelos próprios chineses, que acreditavam ser o centro do mundo.

Erich Lessing/Latinstock/Coleção particular

Vaso cerimonial de bronze da dinastia Zhou, encontrado em escavação de 1969 na província de Shaanxi, na China.

Uma das fontes para o conhecimento desse período da história da China são os escritos de Confúcio (551 a.C.-479 a.C.). Além de recuperar textos antigos, Confúcio desenvolveu um sistema de pensamento que influenciou fortemente o mundo chinês e, séculos depois, foi adotado como filosofia oficial durante a **dinastia Han** (206 a.C.-220 d.C.). Esse sistema, conhecido como **confucionismo**, baseava-se numa difusão da História como forma de redenção moral, por meio dos exemplos dos antigos, sustentando princípios como altruísmo, cortesia, conhecimento ou sabedoria moral, integridade, fidelidade e justiça, retidão e honradez. Esses valores continuaram a ser referências mesmo após a dinastia Han, e até hoje fazem parte da civilização chinesa (veja mais sobre Confúcio no boxe *Para saber mais* a seguir).

Os governantes da dinastia Zhou criaram um sistema de doação de territórios a chefes poderosos, dividindo a China em principados. Esse sistema descentralizou o poder político e reduziu a autoridade dos governantes. Logo, os sete reinos (principados) então existentes passaram a disputar a hegemonia de todo o território. Por isso, o período entre os séculos VI a.C. e III a.C. ficou conhecido como "período dos reinos combatentes". Foi nesse quadro de instabilidade, de aumento da violência das disputas, que ganharam força as propostas para mudanças visando à solução da crise, a exemplo do caso de Confúcio e Lao-Tsé.

A recuperação da ordem e a reunificação só foram obtidas com o rei Shi Huang Ti (260 a.C-210 a.C.), do reino Ch'in, que derrubou a dinastia Zhou e iniciou a **dinastia Ch'in** (221 a.C.-206 a.C.). Foi do nome desse reino que se originou o nome China.

Para saber mais

O confucionismo e o taoismo

Representação de Confúcio feita por autor desconhecido em 1770, aproximadamente.

Confúcio, um dos mais importantes pensadores da China antiga, criou uma doutrina que pregava certos comportamentos na sociedade e na família, nas relações públicas e privadas. Sem negar a existência das divindades, defendia a ideia de que cabe a cada pessoa a prática das virtudes, como o respeito aos pais e às tradições ancestrais.

O *confucionismo* afirma que o ser humano é naturalmente bom, e que todo mal decorre da falta de conhecimentos. Por isso, defende uma educação voltada para a virtude e a harmonia, para o amor pela verdade, para o bem e a generosidade. Isso sem recorrer a mandamentos ou revelações divinas, apresentando-se mais como uma filosofia. Depois de sua morte, contudo, Confúcio foi transformado pelas autoridades governamentais em objeto de culto, com templos e honrarias, assumindo traços religiosos.

Lao-Tsé (c. 570 a.C.-490 a.C.), outro importante pensador, em seu livro *Tao Te Ching: o livro do caminho e da virtude*, expõe ideias que posteriormente foram desenvolvidas por seus discípulos (principalmente Li-Tsé e Tchoang-Tsé). Lao-Tsé defendia o abandono das vaidades do mundo, o afastamento da vida pública e a dedicação à meditação solitária, que seria o caminho (*Tao*) para uma integração íntima com o Universo. Por isso, essa doutrina ficou conhecida como *taoismo*.

Dinastia Ch'in

Shi Huang Ti liderou a criação de um imenso império, impondo uma escrita comum, calendário e moeda únicos e a construção de grandes obras, como estradas e canais. O imperador adotou medidas para "apagar o passado" chinês, determinando a queima de livros e mandando matar estudantes e intelectuais. Muitos livros do período conhecido como Idade de Ouro da filosofia foram queimados. Destaca-se a atuação do historiador Hanfeizi (280 a.C.-233 a.C.), que buscou impor uma nova escrita histórica.

> discorrendo longamente sobre a impropriedade de usar a sabedoria do passado no presente. [...] A história, então, tornar-se-ia sempre uma história do tempo presente, cuja escrita seria renovada toda vez que um novo soberano assumisse o poder.
>
> BUENO, André da Silva. *Abolir o passado, reinventar a História:* a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C. Disponível em: <www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/899>. Acesso em: 24 nov. 2015.

Com a frustrada pretensão de abolir por completo o passado e reinventar a História a serviço do poder estabelecido, Hanfeizi foi vítima de intrigas palacianas e acabou condenado à morte.

Foi também sob o reinado de Shi Huang Ti que começou a ser construída a Grande Muralha, destinada a proteger o império contra invasores nômades.

Representação do imperador Shi Huang Ti, retirada de um manuscrito do século XIX. Tudo o que era considerado hostil ao seu governo foi reprimido ou eliminado. Muitos textos de Confúcio foram destruídos nessa época, mas estudiosos acreditam que alguns deles foram salvos pelo próprio pensador.

A Grande Muralha

A Grande Muralha da China se estende de leste a oeste, na região norte do país. Com aproximadamente 2 300 quilômetros de extensão (tendo chegado anteriormente a cerca de 6 mil quilômetros), 7,5 metros de altura e 3,75 metros de largura, levou cerca de 2 mil anos para ser construída (de 220 a.C., aproximadamente, até o século XVI).

Essa obra passou por vários períodos históricos e pode nos dizer muito sobre a China antiga. Sua construção envolveu grandes conhecimentos de engenharia e alto nível de desenvolvimento tecnológico, pois o muro acompanha o contorno de montanhas e vales. Suas torres de observação foram dispostas de maneira estratégica.

A Muralha não forma uma estrutura única, mas é composta de diversas muralhas construídas e retomadas por sucessivas dinastias. Calcula-se que tenha requerido o trabalho de milhares de pessoas pertencentes a muitas gerações, entre escravos, soldados e camponeses.

Sua função original era defensiva, embora nem sempre tenha evitado invasões estrangeiras, como a dos povos que fundaram a dinastia Wei, no século IV d.C., e os povos das estepes liderados por Gêngis Khan (1162-1227), cujo neto conquistou a China e fundou a dinastia Yuan, em 1271. Desde 2007, a Muralha da China faz parte da lista das Novas Sete Maravilhas do Mundo, por eleição informal promovida por uma organização não governamental sediada na Suíça.

Marisa Estivill/Shutterstock

Trecho da Grande Muralha da China, em foto de 2015.

Dinastia Han

Com a morte de Shi Huang Ti, em 210 a.C., ocorreram rebeliões internas e disputas pelo poder, e a dinastia Ch'in foi derrubada. Somente em 202 a.C., Lieu Pang conseguiu a reunificação imperial, iniciando a **dinastia Han** (202 a.C.-220 d.C.). Essa dinastia, contemporânea do Império Romano, expandiu seus domínios com várias conquistas, destacando-se os enfrentamentos com os hunos do norte – povos nômades e tradicionais adversários da China. Vastas áreas da Ásia oriental foram conquistadas, e o império chegou a se estender por boa parte da China atual, mais o Vietnã e a Coreia. Na produção de conhecimento histórico, deu-se ênfase às relações do passado com o presente chinês, com destaque para os historiadores Dong Zhongshu (179 a.C.-104 a.C.) e seu aluno Sima Qian (145 a.C.-90 a.C.). No período da dinastia Han, os chineses desenvolveram a técnica de fabricação de papel e inventaram a bússola. As relações comerciais com outros povos e mesmo com regiões da Europa se intensificaram, utilizando os caminhos que formavam a Rota da Seda (veja o boxe *Para saber mais* da página seguinte). São também dessa época os registros escritos mais antigos sobre a **acupuntura**, que já era praticada havia milhares de anos e que se tornaria uma importante prática da tradicional medicina chinesa.

A adoção do confucionismo como doutrina oficial não impediu a penetração do budismo, facilitada pela expansão do império a oeste, próximo à Índia, e pelas relações comerciais. O intercâmbio comercial era, ao mesmo tempo, intercâmbio cultural, religioso, científico, tecnológico, etc. Isso porque, em portos, feiras e entrepostos de negociação de mercadorias, comerciantes de diversas civilizações conviviam durante longos períodos antes de iniciar a viagem de volta.

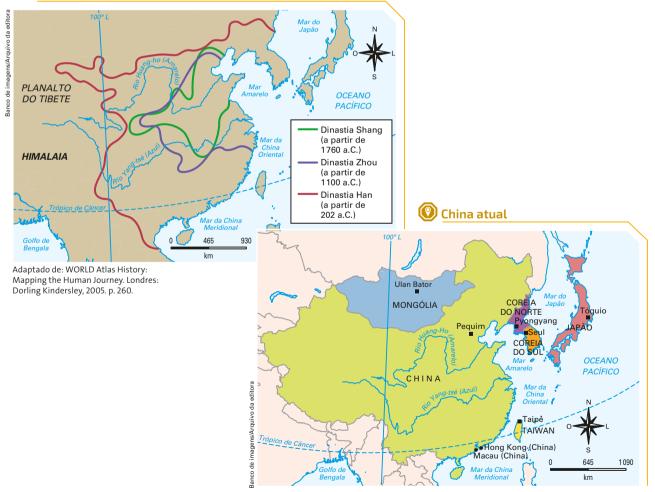
acupuntura: hoje adotada em diversas partes do mundo, consiste na estimulação, com o uso de agulhas, de pontos definidos do corpo. No Brasil, é reconhecida como especialidade médica desde 1995.

Domínios das dinastias Shang, Zhou e Han

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: WORLD Atlas History: Mapping the Human Journey. Londres: Dorling Kindersley, 2005. p. 260.

China atual

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: Embaixada da República Popular da China no Brasil. *A China ABC*. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter1/chapter10101.htm>. Acesso em: 13 dez. 2015.

Para saber mais

A Rota da Seda

A rota comercial mais importante da China foi a Rota da Seda – expressão criada no século XIX pelo pesquisador alemão Ferdinand von Richthofen (1833--1905). Durante mais de mil anos, esse caminho terrestre – já conhecido dos persas pelo menos desde o século VIII a.C. – foi provavelmente a única ligação significativa entre o Ocidente e o Oriente, unindo a China aos portos do Mediterrâneo (veja o mapa).

O principal itinerário da rota tinha 12 mil quilômetros de extensão. Partia da China e chegava a Brusa, na atual Turquia, e aos portos de Antioquia, na Síria, e Constantinopla (a atual Istambul), na Turquia. A rota prosseguia então, por via marítima, desses portos até Veneza, na península Itálica. Ao longo do tempo, essa rota sofreu alterações, de acordo com a situação política dos diversos Estados cortados por ela.

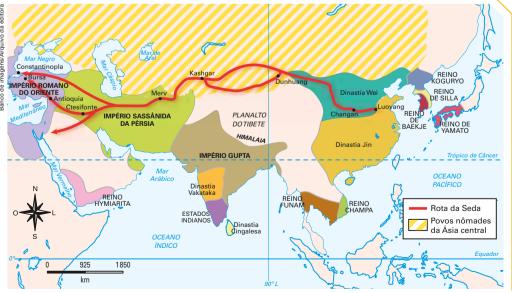
A rota só perdeu importância quando o navegador português Vasco da Gama (c. 1460-1524) descobriu o caminho marítimo para a Índia, em 1498. Era frequentada por mercadores persas, árabes, chineses e europeus, que percorriam seus milhares de quilômetros no lombo de camelos e outros animais, transportando mercadorias ao longo de montanhas, desertos e estepes em jornadas que podiam durar vários anos. Soldados, artistas, sacerdotes e peregrinos também cruzavam aqueles caminhos da Ásia central.

Os mais diversos produtos circulavam pela Rota da Seda, como especiarias, linho, joias, madeira, chás, porcelana e objetos de vidro. Porém, a seda, uma das mercadorias mais cobiçadas na Europa e no mundo árabe, era considerada o produto mais importante dessa rede comercial. Por um bom tempo, apenas os chineses conheciam o segredo de sua fabricação, que tinha como matéria-prima o casulo de certas lagartas.

Foi também pela Rota da Seda que se difundiram grandes inventos chineses, como o papel, a pólvora e os fogos de artifício.

Dennis Cox/Alamy/Latinstock

Monumento construído em homenagem à Rota da Seda em Xian, China. Foto de 2006.

Rota da Seda

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 70-71.

Atividades

Retome

1. Escavações feitas nas antigas cidades de Mohenjo--Daro e Harappa, no vale do rio Indo, localizado no território do atual Paquistão, revelam a existência de uma civilização sofisticada e de um Estado organizado há 5000 mil anos. Quais foram os indícios encontrados pelos arqueólogos que lhes permitiram avaliar o grau de desenvolvimento do povo que viveu naquelas cidades?

2. Durante o segundo milênio antes de Cristo, os arianos instalaram-se na região do vale do rio Indo e desenvolveram uma rica civilização conhecida como védica, em virtude de um conjunto de textos por meio dos quais a conhecemos. Que textos são esses e do que eles tratam?

3. Na Antiguidade, desenvolveu-se no território onde hoje é a Índia um sistema de castas fundado na religião. Descreva o funcionamento desse sistema.

4. Como os vedas estavam organizados politicamente?

5. Por que a "Idade do Ouro" da Índia antiga é associada à dinastia Gupta (século IV a.C.)?

6. Na China, as primeiras grandes cidades se estabeleceram ao norte, às margens do rio Amarelo. Essas cidades foram reunidas sob um império pela dinastia Shang, cuja rica cultura material é testemunhada pelos objetos encontrados em escavações arqueológicas. Com relação a esses artefatos, faça o que se pede.

   a) Pesquise na internet fotos de vestígios da cultura Shang.

   b) Imprima as imagens de três objetos que você considere interessantes e cole-as em seu caderno.

   c) Agora, apresente os objetos que você escolheu e comente com os colegas quais aspectos deles chamaram sua atenção e por quê.

7. Explique de que modo o poder dos imperadores chineses foi se deteriorando a partir do século V a.C.

8. Uma das obras mais grandiosas da China é a Grande Muralha. Com que objetivo ela foi erigida?

9. Durante a Idade Antiga, por todo o Extremo Oriente, houve intenso intercâmbio de crenças, textos e conhecimentos. Que fator favoreceu essa troca?

Pratique

10. Leia o texto abaixo sobre a cidade indiana de Harappa e responda às questões que o acompanham.

> O degelo do Himalaia provocava grandes cheias no vale do rio Indo, depositando camadas aluvionares altamente férteis nas planícies e propiciando o desenvolvimento de uma agricultura abundante capaz de abastecer grandes cidades. Uma dessas cidades cresceu às margens do rio Ravi, um importante afluente do rio Indo, sendo conhecida como Harappa [...].
>
> Ameaçado pela água, o povo de Harappa aprendeu a conviver de maneira mais eficiente com essa ameaça. Uma característica das cidades do vale do rio Indo era a sofisticação do sistema de encanamento pelos quais a água servida corria para dutos ou esgotos centrais. Os esgotos, mantidos por uma autoridade municipal, eram forrados de tijolos e tinham aberturas a intervalos regulares para inspeção e manutenção. Cada casa dispunha de um banheiro com chão pavimentado em declive, além de um sistema de escoamento de água.
>
> MIGUEZ, Marcelo G; VERÓL, Aline P; REZENDE, Osvaldo M. *Drenagem urbana:* do projeto tradicional à sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p. 51-52.

   a) A cidade de Harappa ficava localizada em qual região da Índia?

   b) Quais vantagens e desvantagens a localização de Harappa oferecia aos seus habitantes?

   c) De que forma os habitantes da cidade contornaram as inconveniências de sua localização?

11. Em 1922, o escritor alemão Hermann Hesse (1877--1962) publicou o romance *Sidarta*. Sucesso imediato, o livro conta a história de Sidarta, jovem inquieto que decide abandonar a casa paterna e partir para uma aventura de autoconhecimento. No trecho a seguir, depois de passar muitos anos como um *samana* (espécie de eremita errante que vivia desapegado da vida material), Sidarta mais uma vez se sente impelido a viver novas experiências e recomeçar sua vida. Leia-o com atenção e responda às questões a seguir.

Sidarta parou. Quedou-se imóvel. Notando a que ponto iria sua solidão, sentiu, por um instante, pela duração de um respiro, que o coração se lhe gelava o peito, estremecendo de frio, como um bichinho, um pássaro, uma lebre. Durante muitos anos andara sem lar e, no entanto, não o percebera. Nesse momento, porém, dava-se conta da falta. Sempre, ainda, que se distanciasse de tudo, nas mais longínquas meditações, prosseguia sendo o filho de seu pai, fora brâmane, aristocrata intelectual. Daí por diante, seria apenas Sidarta, o homem que acabava de acordar e nada mais. Com toda sua força, aspirou o ar. Por um momento, tremeu de frio e de horror. Ninguém estaria tão solitário quanto ele. Não havia nenhum nobre que não fizesse parte dos nobres; nenhum artesão que não pertencesse à classe dos artesãos, encontrando agasalho entre seus semelhantes, vivendo a vida deles e falando a mesma língua; nenhum brâmane que não se incluísse no grupo dos seus pares e convivesse com eles; nenhum asceta que não pudesse buscar abrigo entre os samanas. Nem sequer o mais isolado de todos os ermitões da selva era um homem só, não levava uma existência solitária, porquanto também ele pertencia a uma classe que lhe propiciava um lar. Govinda tornara-se monge e milhares de monges eram seus irmãos, vestiam os mesmos trajes, tinham a mesma fé, falavam a mesma língua. E ele, Sidarta? Qual seria o seu lugar? Participaria ele da existência de outrem? Haveria pessoas que falassem a mesma língua que ele?

HESSE, Hermann. *Sidarta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 35.

a) Tendo por base seus conhecimentos sobre a história da Índia antiga, identifique a que grupo social Sidarta pertencia. Transcreva do texto acima o trecho que sustenta a sua resposta.

b) O texto de Hermann Hesse esclarece que a situação social de Sidarta era atípica. Em que aspecto ela diferia da situação dos demais indianos?

c) Govinda, amigo de infância de Sidarta, tornara-se monge budista. Considerando o trecho do texto, podemos dizer que a difusão do budismo pela Índia mudou a estrutura social herdada da cultura védica? Justifique.

d) O texto exemplifica uma sociedade dividida em castas. Com base em suas respostas anteriores, caracterize esse tipo de sociedade.

Articule passado e presente

12. Em 2009, o governo do Rio de Janeiro começou a erguer muros de concreto em favelas da cidade, argumentando que o objetivo das obras era prevenir a expansão da ocupação, além de proteger o que ainda existe da floresta nativa. Todavia, a medida despertou críticas, sendo considerada discriminatória por segregar a população pobre. Observe a imagem, reflita sobre o assunto e responda às questões a seguir.

a) Ao longo da História, que motivações levaram os povos antigos a construírem muros?

b) As motivações dos antigos construtores de cidades existem ainda hoje? Explique.

c) Considerando suas respostas anteriores, você concorda com as críticas feitas em relação à construção dos muros na cidade do Rio de Janeiro ou discorda delas? Justifique.

Giuseppe Bizzarri/Folhapress

Trabalhadores constroem muro entre a favela Santa Marta e a Mata Atlântica, na cidade do Rio de Janeiro. Foto de 2009.

4 Civilizações americanas antigas

Evidências e achados arqueológicos atestam que a América foi habitada na Antiguidade por diversas populações que viviam em regiões esparsas da América do Norte até a América do Sul.

Civilização Olmeca

Os núcleos urbanos mais antigos de que se tem conhecimento no continente americano foram os do Norte Chico, na região do Peru atual, onde foi erguida a cidade de Huaricanga, por volta de 3500 a.C. Mais tarde, floresceu na América do Norte, entre 1200 a.C. e 400 a.C., na região centro-sul do atual território do México, a civilização **Olmeca**. Seus habitantes, os olmecas, construíram monumentos em forma de gigantescas cabeças humanas, e pequenas esculturas em jade. Foram também o primeiro povo americano a utilizar um sistema de escrita.

Felix Lipov/Shutterstock

Cabeça olmeca esculpida em pedra, datada de c. 900 a.C.

Leituras

Pesquisas arqueológicas recentes têm contribuído para o desenvolvimento de novas abordagens historiográficas sobre as civilizações antigas que habitaram o continente americano. Uma delas revelou que foram os olmecas, e não os zapotecas, os pioneiros na invenção e utilização da escrita nas Américas.

Escrita nas Américas tem quase três mil anos

Um bloco de pedra com desenhos padronizados descoberto no México pode ser o mais antigo registro da existência de comunicação escrita nas Américas. O achado comprova que a civilização dos olmecas, que ocupou a região centro-sul desse país de 1200 a.C. a 400 a.C., foi a primeira a desenvolver a linguagem escrita no continente. Estima-se que o bloco encontrado no sítio arqueológico de Cascajal, em Veracruz, tenha sido produzido entre 1000 a.C. e 800 a.C. [...]

O bloco de Cascajal antecipa em pelo menos 500 anos o surgimento de um sistema de escrita no continente americano – os mais antigos registros desse tipo de linguagem de que se tinha notícia até então eram do ano 300 a.C. Esse tipo de comunicação surgiu na América quase 3 mil anos depois do desenvolvimento do mais antigo sistema de escrita conhecido, criado na Mesopotâmia no quarto milênio antes de Cristo.

[...] Os glifos (pictogramas gravados em pedra que retratam o ser humano em qualquer atividade, com o objetivo de comunicar) têm todos os aspectos esperados de uma linguagem escrita. O texto completo é formado por 62 sinais, em que 28 são desenhos distintos. Cada símbolo corresponde a uma unidade de significado e os diferentes agrupamentos dos sinais produzem sentidos distintos. Além disso, há evidências de que o bloco era um suporte específico para desenhar "letras", porque a superfície foi preparada para a inserção do texto e para possibilitar que ele fosse apagado e refeito.

[...] O significado do texto, no entanto, ainda é uma incógnita. "Ainda não é possível entender os glifos, porque falta uma tradução que associe essa nova linguagem a uma já conhecida", afirma Stephen Houston, da Universidade Brown, nos Estados Unidos. [...]

Anteriormente, pensava-se que os zapotecas (povo que habitou o sul do México entre os anos 500 a.C. e 700 d.C.) eram os responsáveis pela invenção da escrita na América.

Adaptado de: LOVATI, Franciane. *Ciência Hoje On-line*, 14 set. 2006. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/arqueologia-e-paleontologia/escrita-nas-americas-tem-quase-tres-mil-anos>. Acesso em: 9 dez. 2015.

Rodriguez Martinez/Science Magazine

O bloco de Cascajal (à esquerda) pesa cerca de 12 quilos e tem 36 centímetros de comprimento, 21 centímetros de altura e 13 centímetros de largura. À direita, uma representação dos símbolos identificados no bloco.

Chavín, zapotecas e toltecas

Enquanto na Mesoamérica os olmecas construíam seus monumentos, a civilização dos **chavín** se formava na região do atual Peru, por volta de 700 a.C. Sua principal cidade era Chavín de Huantar. Outras sociedades, como a dos **zapotecas** e a dos **toltecas**, desenvolveram-se na Mesoamérica, no atual território do México. Por volta de 100 a.C., a cidade de Teotihuacán era construída por povos da região, com palácios, templos, canais de irrigação e mercados. Duas grandes pirâmides de 60 metros de altura atestam o papel central da religiosidade. Em seu apogeu, Teotihuacán chegou a ter mais de 100 mil habitantes.

Martin M303/Shutterstock

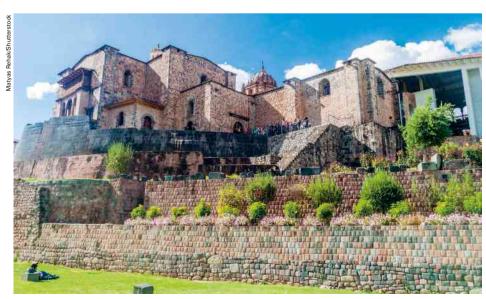
As pirâmides do Egito eram destinadas a abrigar e proteger os corpos mumificados dos faraós. Já na cidade-templo de Teotihuacán, elas eram usadas como edifícios cerimoniais. A principal via urbana da cidade é a avenida dos Mortos, com um conjunto arquitetônico que inclui a Pirâmide do Sol, a Pirâmide da Lua, o Templo de Quetzalcóatl, o Templo da Serpente Emplumada e outros templos e palácios. Ao lado, vista geral de Teotihuacán. Foto de 2015.

Civilização maia

Um pouco mais ao sul, na região entre o México e a Guatemala atuais, floresceu a cultura maia, entre os séculos III e X. Os maias fundaram dezenas de cidades-Estado e tinham seu próprio sistema de escrita. Seus sacerdotes conheciam a aritmética e criaram dois calendários, um deles como o que hoje utilizamos, com ano de 365 dias. Seus artesãos construíram palácios, templos e pirâmides.

Império Inca

No século XIII, surgia na América do Sul, na região onde hoje se encontram o Peru, a Colômbia e outros países, o Império Inca, que chegou a reunir 10 milhões de pessoas. Mais de setecentas línguas eram faladas nas diversas nações que constituíam o império. A capital ficava em Cuzco, que hoje faz parte do Peru. O imperador era considerado um deus, descendente do Sol.

Matyas Rehak/Shutterstock

Ruínas do Templo do Sol e convento de Santo Domingo em Cuzco, Peru. Foto de 2015.

5 A África para além do Egito antigo

Durante muito tempo, o antigo Egito foi a única civilização da África estudada pelos historiadores ocidentais. Como já destacamos no *Saber histórico* da Unidade 1, esse desinteresse foi compartilhado pelo filósofo alemão Wilhelm Hegel (1770-1831), que afirmava que a África não fazia parte histórica do mundo (ver página 29).

Evidentemente, o filósofo alemão sabia que uma civilização de milhares de anos se desenvolveu no Egito. Porém, ao se referir à África, ele certamente estava pensando no que se convencionou chamar de África subsaariana, ou seja, a porção do continente situada ao sul do deserto do Saara (veja mais no boxe *Leituras* na próxima página).

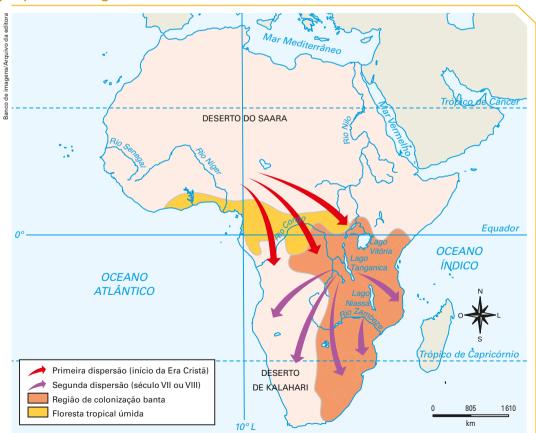
A. Dagli Orti/De Agostini/Getty Images

Vaso núbio de terracota (produzido em data desconhecida) com representação de um crocodilo. Esse vaso foi encontrado por equipes de escavações arqueológicas no Egito, em 1986.

Apesar dessa opinião equivocada de Hegel e de outros pensadores do século XIX, os povos da África subsaariana têm sua própria história, ou melhor, histórias. Essa região do continente reúne centenas de etnias e conheceu na Antiguidade diversos reinos e cidades, cada um deles com sua cultura e sua história.

Nas regiões fronteiriças ao Egito antigo, por exemplo, formaram-se reinos na Etiópia e na Núbia. Já apontamos no Capítulo 3 que pesquisas arqueológicas destacam a formação do Egito por raízes africanas (ver página 87). Mais ao sul, povos que dominavam a metalurgia do ferro e falavam o idioma banto instalaram-se na região do rio Níger, na África ocidental (veja o mapa).

Expansão da língua banta

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil*. Primeira configuração espacial. Brasília: Editora & Consultoria, 2005. p. 22.

Na África ocidental, estima-se que as primeiras cidades tenham surgido cerca de três séculos antes de Cristo. Um exemplo é Jenne-jeno, no delta do Níger, no atual Mali, cuja existência e antiguidade só foram descobertas com escavações arqueológicas a partir da década de 1970. Por isso, embora essa cidade seja considerada patrimônio da humanidade pela Unesco, sua história ainda é pouco conhecida. As escavações já mostraram que em Jenne-jeno cultivavam-se arroz, sorgo, painço (um tipo de milho miúdo) e cereais em áreas inundadas. Sua população fazia joias e algumas ferramentas de ferro, embora não houvesse fontes de minério de ferro nas proximidades, o que indica a existência de relações comerciais com outras regiões.

Localização de Mali

Adaptado de: SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2013. p. 63.

Foram encontradas no sítio arqueológico de Jenne-jeno, no atual Mali (veja mapa acima), inúmeras peças em cerâmica como esta representação de cavaleiro, datada do século XVI, aproximadamente.

Heini Schneebeli/The Bridgeman/Keystone

Leituras

No texto a seguir, Kabengele Munanga, antropólogo congolês naturalizado brasileiro, destaca a pluralidade étnica e cultural presente no continente africano e critica generalizações como “África Negra ou subsaariana”, que desconsideram os descendentes de europeus presentes em seu território, bem como a existência de povos com línguas, costumes e tradições distintos.

Africanidades: um continente plural

A África é um imenso continente de 30 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que abriga diversas civilizações, milhares de etnias e culturas distintas. Possui uma população [...][2] distribuída entre centenas de povos que falam diversas línguas ao mesmo tempo diferentes e semelhantes. Geograficamente, o deserto do Saara do Norte criou uma divisão natural do continente em duas partes desiguais em extensão territorial: a África do norte e a África subsaariana.

A África do norte, chamada, segundo os interesses, ora de África Branca, ora de África árabe, abriga os países do Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia), Líbia e Egito.

A África subsaariana, geralmente conhecida como África Negra pelo fato de a maioria de sua população ser negroide, compreende todos os povos e países da África ocidental, oriental, central e austral. Considerar negra toda a África subsaariana pode se constituir numa espécie de discriminação ou exclusão de uma minoria demográfica dessa população africana de ancestralidade ocidental, os eurodescendentes, que se encontram em sua maioria na República da África do Sul, Zimbábue, Namíbia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009. p. 13.

[2] Segundo a Divisão das Nações Unidas para a População, a população do continente africano em 2015 era superior a 1,1 bilhão de habitantes.

O Reino de Kush

O **Reino de Kush** ganhou destaque no final do último período da história independente do Egito antigo (século IX a.C.-século VI a.C.). Kush se localizava ao sul do território egípcio, em uma região rica em ouro que mais tarde foi denominada Núbia, onde atualmente ficam o Sudão e o Sudão do Sul. A cidade de Napata, capital do reino, tinha importante atuação como intermediária comercial entre Tebas (Egito) e a África central.

Por volta de 750 a.C., os núbios de Kush conquistaram o Império Egípcio e estabeleceram um novo governo sob seu controle, conhecido como **dinastia Kushita** ou dos **faraós negros**. O poderio kushita no Egito só desapareceu com a invasão assíria, por volta de 670 a.C. Em 653 a.C., os assírios foram derrotados pelo egípcio Psamético I (c. 664 a.C.-610 a.C.), príncipe de Saís, que retomou a independência egípcia. A partir de então, os faraós egípcios buscaram apagar os vestígios da presença do domínio kushita no Egito.

Napata e várias cidades núbias antigas são alvo de estudos arqueológicos e históricos. Entre elas estão Pnubs, Naga, Cartum, Dongola, Atbara, Meroe, Kawa, Soba e outras. Por meio do estudo de suas ruínas e vestígios, estão sendo levantados dados sobre o Reino de Kush e a importante atuação que os kushitas tiveram na região egípcia e centro-sul africana.

Outro destaque do Reino de Kush foi a afirmação feminina no topo do comando político.

> Várias mulheres ascenderiam ao poder e se fariam retratar, de ancas largas, gordas e enérgicas, com uma túnica franjada, tão pouco egípcia, a cair do ombro direito, cheias de colares e enfeites....
>
> COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 127.

Conhecidas como "rainhas-mães", destacaram-se, por exemplo, o reinado da rainha Shanakdakhete (c. 170 a.C.-160 a.C.), quando o centro administrativo estava na cidade de Meroe, e também os das rainhas Amanirenas (40 a.C.-10 a.C.) e Amanishakheto (10 a.C.-1 d.C.).

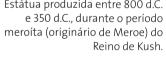
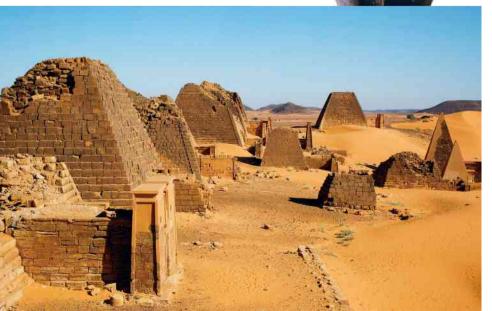
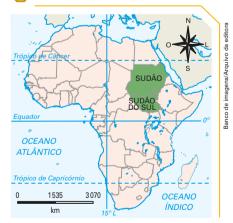
O Reino de Kush ainda manteve sua atuação comercial pelos séculos seguintes, mas, diante da permanente ameaça de vizinhos e seguidas invasões, foi finalmente conquistado pelo **reino de Axum**, em 325 d.C., como veremos mais à frente, no Capítulo 7.

Jonathan Blair/Corbis/Latinstock

Estátua produzida entre 800 d.C. e 350 d.C., durante o período meroíta (originário de Meroe) do Reino de Kush.

Sudão e Sudão do Sul

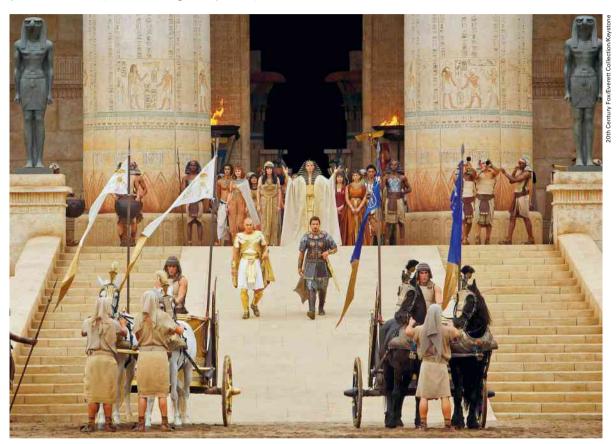
Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2013. p. 63.

Dale Reubin/Cultura Creative/AFP

Pirâmides de Meroe, no Sudão, fotografia de 2015. Meroe foi o centro econômico do Império Kush.

Construindo conceitos

Reino, império, civilização

Nos filmes ou séries de televisão que abordam conteúdos históricos, são comuns as referências a reinos, impérios e civilizações do passado. Mas nem sempre as produções oferecem uma definição adequada desses conceitos, já que possuem certa liberdade criativa. É frequente, então, a ideia de império associada a exércitos poderosos e a noção de reino ligada à presença de uma corte real.

20th Century Fox/Everett Collection/Keystone

O filme estadunidense *Êxodo: deuses e reis* (2014), dirigido por Ridley Scott, traz uma representação da civilização egípcia segundo as pesquisas e as interpretações feitas pelo diretor e pela equipe de produção da obra.

Esses conceitos, elaborados e discutidos por historiadores e outros especialistas, buscam definir as sociedades humanas a partir de um conjunto de características sociais e políticas. Podemos, então, estudá-las tendo em vista que se diferenciam umas das outras, assim como mantêm traços comuns que permitem comparações.

Conforme os conhecimentos humanos se transformam, as noções de reino, império e civilização também se alteram. Muitas vezes, os pesquisadores discordam das definições dadas por outros estudiosos e participam de acalorados debates para esclarecer o que seria uma civilização ou quais seriam as características definidoras de um império.

No estudo da História, esses termos são utilizados para tratar dos povos da Antiguidade, caracterizando determinadas sociedades a partir do modo como organizaram o poder político e como se relacionavam com os povos a sua volta.

Em linhas gerais, definimos esses conceitos da seguinte forma:

Reino é uma unidade territorial e política definida pelo poder de um monarca (rei, príncipe, faraó, sultão, etc.), cujo título é vitalício, isto é, para a vida toda e hereditário (herdado de seus ascendentes e transmitido para seus descendentes).

Império é uma unidade política baseada no domínio de um imperador que detém o poder sobre vastas extensões de terra, agregando outros povos e culturas sobre a sua autoridade.

Civilização refere-se a uma sociedade humana com características culturais semelhantes, incluindo o mesmo nível de desenvolvimento material, idioma e religião.

A partir desses conceitos, podemos comparar, por exemplo, as formas de controle político do Império Persa e do império egípcio, assim como identificamos as características comuns entre as civilizações mesopotâmica e romana. Porém, é preciso levar em conta as transformações históricas de cada povo e as mudanças dos próprios conceitos ao longo do tempo. Vejamos dois exemplos:

1º exemplo: da fundação de Roma (século VIII a.C.) até o século VI a.C., a cidade era governada por uma monarquia com poder local. Dois séculos depois, iniciou-se um processo de expansão sobre a Península Itálica e, posteriormente, por territórios que incluíam a Europa ocidental e faixas litorâneas da África e do Oriente Médio.

Roma, portanto, surgiu como um pequeno reino, tornou-se um extenso império após a dominação de outros povos e, assim, expandiu a civilização romana, com características econômicas, políticas e culturais que influenciaram outros grupos humanos sob seu comando.

2º exemplo: no século XVI, difundiu-se na Europa a ideia de que os povos cujo desenvolvimento técnico e cultural se assemelhasse às sociedades europeias eram civilizados, enquanto os povos com características distintas eram vistos como "incivilizados" ou "bárbaros". Assim, podia-se falar numa civilização chinesa ou numa antiga civilização persa, mas não se falava em civilizações no continente africano (exceto o Egito) ou no continente americano.

Hoje, o conceito de civilização é utilizado para descrever grandes unidades culturais que caracterizam a história de um povo, identificando, assim, uma civilização maia na América Central ou uma civilização swahili, na costa africana do oceano Índico.

Atividades

1. Pergunte a alguns amigos ou parentes o que eles entendem por "civilização" e "civilizado". Anote as respostas.
2. Pesquise em *sites* da internet os conceitos de "civilização" e "barbárie". Elabore um resumo da sua leitura.
3. Em dupla, apresente os seus resultados para seu colega e, em seguida, identifiquem os diferentes significados atribuídos ao conceito de civilização.
4. Enumerem esses significados e apresentem para a classe.

IR Stone/Shuitterstock

Ruínas do Fórum Romano, importante centro na formação do império e da civilização romana. Roma, Itália, foto de 2016.

Atividades

Retome

13. Quais foram os núcleos urbanos mais antigos de que se tem notícia na América?

14. Numa época em que as mulheres eram consideradas inferiores aos homens na maioria das civilizações antigas, no Reino Kush elas desfrutavam de uma condição diferenciada. Descreva essa situação com base no que você estudou no capítulo.

Pratique

15. Observe abaixo uma representação do príncipe Arikankharer, que governou a Núbia por volta de 15 d.C.:

Daderot/Wikipedia/Wikimedia Commons

Relevo meroíta datado do século I d.C.

a) Descreva a postura e os gestos do príncipe.

b) Em sua opinião, que imagem do príncipe o relevo buscava construir? Que elementos da imagem sustentam sua resposta anterior?

c) Observe agora a próxima imagem, representando o faraó Ramsés II, que reinou sobre o Egito no século XIII a.C. Que semelhanças você identifica entre ela e o relevo meroíta?

d) Releia o tópico "O reino de Kush" e, com base nas informações pesquisadas, levante uma hipótese para explicar a semelhança entre as duas figuras.

e) As duas representações foram elaboradas em épocas distintas, separadas por um período de 1300 anos, aproximadamente. Essa informação nos permite tirar que conclusão sobre as artes egípcia e núbia da Antiguidade?

Museu Egípcio Nacional do Cairo, Egito/Bridgeman Images/Keystone

Relevo do faraó Ramsés II em pedra, c. 1297 a.C.-1185 a.C.

Analise uma fonte primária

16. A imagem a seguir mostra parte de um complexo de afrescos, que nos oferece um rico panorama da vida dos maias no auge de sua civilização. Observe-a atentamente e faça o que se pede:

J.Enrique Molina/Alamy/Latinstock

Afresco datado do século VII, localizado no sítio arqueológico de Bonampak, em Chiapas, no México, próximo à fronteira com a Guatemala.

a) Descreva a composição. Preste atenção nas cores, no número de personagens representados, sua posição na obra, seus gestos e expressões.

b) A composição dirige o olhar do observador para qual ponto do mural? Como isso é feito pelo artista?

c) É possível identificar na pintura quem são os personagens maias e aqueles que não são maias? Justifique.

d) É possível diferenciar a condição social dos personagens maias representados? Explique.

e) Que aspecto da vida maia está sendo representado?

f) Quais informações sobre os maias podemos extrair da imagem?

CAPÍTULO 5

Grécia antiga

Aloisio Mauricio/Fotoarena

Registro da ocupação das escolas estaduais na cidade de São Paulo. Em 2015, algumas escolas paulistas foram ocupadas por seus próprios alunos que reivindicavam o cancelamento de um projeto do governo estadual. Quase um mês depois o governo estadual suspendeu a implantação do projeto. Na foto, assembleia de estudantes que ocupavam pelo terceiro dia consecutivo a Escola Estadual Fernão Dias Paes na capital paulista.

A democracia como forma de participação política tem história: sua principal referência está na Grécia antiga. Desde aquela época, a prática democrática exigia que os membros de uma coletividade tivessem acesso a informações, e pudessem se expressar e ouvir as opiniões de todos, a fim de tomarem uma decisão. Na atualidade, em que há inúmeros canais de informação e de expressão, o exercício da democracia está garantido? Que fatores podem influenciar a participação política das pessoas?

1 Aspectos físicos da Grécia

Nos capítulos anteriores vimos como grandes rios foram importantes para o surgimento das primeiras cidades. No caso da Grécia, o meio ambiente também é um fator fundamental. Entretanto, para a civilização grega o fator decisivo não foram os rios, mas o mar, sobretudo os mares Mediterrâneo, Jônico e Egeu.

A formação da Grécia compreende um conjunto de povos que se desenvolveram no sul da **península Balcânica** – cercada pelo mar a leste, sul e oeste –, nas ilhas vizinhas e no litoral da Ásia Menor.

> **península Balcânica**: também chamada de Bálcãs, é a denominação histórica e geográfica da região sudeste da Europa, que engloba atualmente a porção da Turquia no continente europeu, Grécia, Bulgária, Macedônia, Albânia, Romênia, Sérvia, Montenegro, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Croácia e Eslovênia.

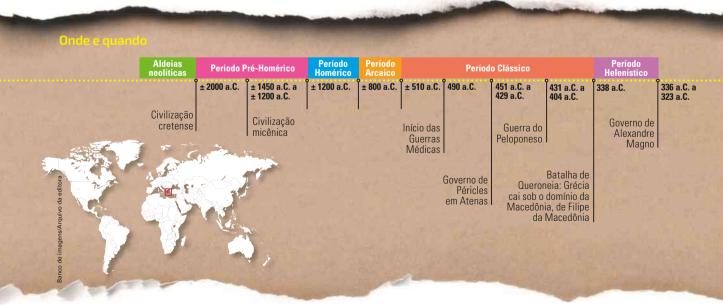
Os nomes **Grécia** e **gregos** surgiram entre os romanos (do latim *Græcia*). Os próprios gregos chamavam a si mesmo de **helenos**, e a seu território de **Hélade** (terra de Heleno).

Na Hélade não havia um Estado unificado, apesar de utilizarmos a denominação Grécia. Nessa região, as condições geográficas, como o relevo montanhoso, as diversas reentrâncias do mar na parte continental, uma grande quantidade de ilhas e o consequente isolamento relativo das cidades facilitaram a organização de cidades-Estado autônomas. Mesmo assim, os helenos de cada cidade-Estado não deixavam de se considerar pertencentes a uma mesma comunidade cultural. Segundo o historiador François Lefèvre,

> [a] interpenetração das terras, majoritariamente montanhosas, e do mar, o que dá à região seu aspecto tão atraente – hoje trunfo da indústria turística, [foi] outrora um provável estimulante da sensibilidade estética e da prontidão intelectual.
>
> LEFÈVRE, François. *História do mundo grego antigo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 39-40.

As condições geográficas da região também tiveram importância militar. Os helenos souberam aproveitar determinadas posições de seu relevo, como a passagem de Termópilas e a baía de Salamina, por exemplo, em guerras e conflitos.

O solo pouco fértil da península Balcânica e as dificuldades de aproveitamento agrícola dificultavam o abastecimento das cidades. Isso contribuiu para que os gregos se dedicassem à expansão comercial e marítima a partir do século VIII a.C. Assim, tomaram a navegação o principal meio para trocas de produtos. A navegação também ajuda a explicar a criação de comunidades gregas em diversos pontos da orla do mar Mediterrâneo, especialmente no sul da Itália, na região conhecida como **Magna Grécia**. Veja o mapa da página seguinte.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 Povoamento e período pré-helênico

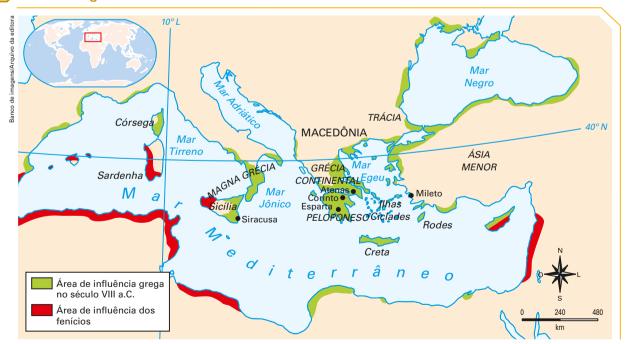
A ocupação da península Balcânica ocorreu ainda no Paleolítico por volta de 40000 a.C. Estudos arqueológicos afirmam que a navegação, a agricultura e a criação de animais começaram a ser desenvolvidas na região durante o período Neolítico, por volta de 7000 a.C. Evidências encontradas em sítios arqueológicos confirmam que essas atividades se espalharam por várias ilhas do mar Egeu.

Para alguns estudiosos, sinais de crescimento demográfico, de uso de metais, de produção cerâmica e artesanal, de pesca, de navegação e de edificações indicam a existência de uma primeira civilização na península Balcânica, denominada **civilização cicládica**. Localizada nas ilhas Cíclades no mar Egeu, que receberam esse nome por causa de sua disposição circular, essa civilização surgiu a partir de 3000 a.C., aproximadamente.

Estudos apontam que perto de 2300 a.C. ocorreram grandes mudanças que levaram ao predomínio de outras civilizações na região: a **civilização cretense**, que se desenvolveu na ilha de Creta, e a **civilização micênica**, que surgiu na península Balcânica.

saiko/Wikipedia/Wikimedia Commons

Esculturas produzidas na época da civilização cicládica. Museu Arqueológico Nacional de Atenas, Grécia.

A Grécia antiga

Os gregos antigos estabeleceram as bases de seu desenvolvimento na atividade comercial e na expansão marítima. Observe os mares que banham os territórios gregos, a localização da Grécia continental e as ilhas situadas no mar Egeu, que formam a Grécia insular.

Adaptado de: BARRACLOUGH, G. *The Times Concise Atlas of World History*. London: Times Books Limited, 1986. p. 19.

Civilização cretense

A origem da sociedade grega está ligada ao desenvolvimento das civilizações cretense, também conhecida como **minoica**, e micênica.

A civilização cretense floresceu na ilha de Creta a partir do segundo milênio a.C. Seus principais núcleos organizaram-se ao redor de grandes palácios, como o de Cnossos, Festo, Mália e Cato Zacro, onde eram controladas as atividades políticas, religiosas e econômicas. Pesquisadores presumem que tais construções eram espaços importantes de um sistema centralizado de governo, também conhecido como **sistema palacial**, cuja riqueza vinha da navegação e do predomínio do comércio nos mares da região durantes séculos. Era o palácio que controlava a produção, a estocagem e a troca de produtos.

minoica: relativo a Minos, rei de Creta.

A religião cretense fazia parte de uma tradição religiosa mais ampla que envolvia todo o Mediterrâneo Oriental, com ídolos que evoluíram de tempos pré-históricos remotos. Essa religião contava com certa predominância feminina, demonstrada por várias deusas que eram cultuadas em cavernas, templos e a céu aberto. Entre elas, destaca-se a "Grande Mãe", figura divina que representava a terra e a fertilidade.

Os vestígios mais antigos de escrita da civilização cretense datam do século XIX a.C., aproximadamente. Eles apresentam um sistema de escrita chamado de Linear A, que ainda não foi decifrado. No entanto, muito do que se conhece sobre o sistema palacial foi registrado em outro padrão de escrita, denominado Linear B. Trata-se de um padrão derivado da escrita cretense que foi muito utilizado durante o auge da civilização micênica, no século XIV a.C.

O Minotauro

Segundo a mitologia grega, Minos conquistou a cidade-Estado grega de Atenas e impôs o pagamento anual de um tributo: sete rapazes e algumas moças atenienses. Eles deveriam ser entregues aos cretenses para servir de alimento para o Minotauro, monstro com a cabeça de um touro no corpo de um homem, que habitava um labirinto. Ariadne, uma das filhas de Minos, se apaixonou pelo herói Teseu, que livrou Atenas dessa obrigação ao matar o Minotauro.

YannGuichaoua/Superstock/GlowImages

Teseu enfrenta o Minotauro, escultura em mármore de Jean-Étienne Ramey, 1826, exposta no Jardim das Tulherias, em Paris.

Civilização micênica

A civilização micênica foi fruto da interação entre a civilização cretense e a população de aqueus, de origem indo-europeia, provavelmente presente na península do **Peloponeso** desde o século XVII a.C. Várias cidades autônomas espalhadas por essa península resultaram dessa interação. Elas constituíam pequenos núcleos, com administração monárquica, e eram fortemente militarizadas. Micenas é a mais conhecida e a mais estudada dessas cidades, graças ao grande número de achados arqueológicos ali encontrados, o que levou os estudiosos a darem o nome de "micênica" a essa civilização. Apesar da fama, Micenas não foi um centro único de poder.

> **Peloponeso**: península no sul da Grécia cujo nome deriva do herói grego Pélope, filho de Tântalo e antepassado dos Átridas, que teriam dominado toda a região.

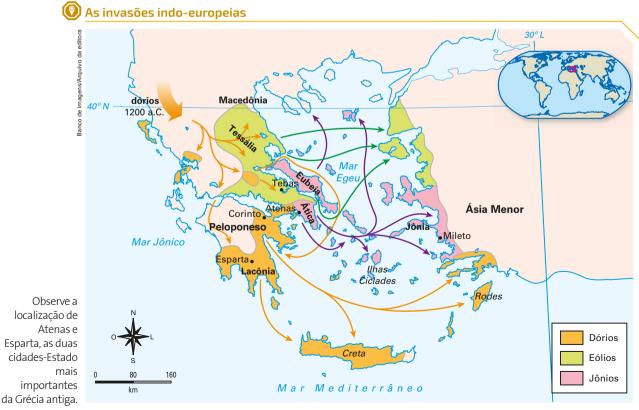
Os micênicos tiveram destaque no cultivo de grãos e no uso e na confecção de cerâmicas. Além disso, destacaram-se na prática do comércio e da pirataria. Utilizavam a escrita e praticavam uma forma de religiosidade muito próxima à da civilização cretense.

Jônios, eólios e dórios

Entre os séculos XIX a.C. e XII a.C., a península Balcânica recebeu ondas migratórias de outros povos de origem indo-europeia: **jônios**, **eólios** e **dórios**. E, perto de 1200 a.C., os sinais mais evidentes do predomínio micênico desapareceram.

Quanto ao fim do período micênico, o historiador François Lefèvre afirma que é

> um dos maiores enigmas da Antiguidade. Considerado durante muito tempo como súbito e geral, o fim do mundo micênico é hoje entendido diferente e diversamente pelos arqueólogos.
>
> [...]
>
> [No fim do micênico] se notam também certa recomposição e uma efervescência [...]. Em todo caso, os fenômenos são complexos o bastante para que os termos ruptura e continuidade se mostrem excessivamente esquemáticos, e hoje se tende a falar de metamorfoses ou de transformações.
>
> LEFÈVRE, François. *História do mundo grego antigo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 69 e 83.

Entre os possíveis fatores que provocaram essa mudança, estão terremotos, perturbações climáticas (que teriam afetado a produção agrícola e a vida econômica) e distúrbios sociais, além da presença dos dórios.

As invasões indo-europeias

Observe a localização de Atenas e Esparta, as duas cidades-Estado mais importantes da Grécia antiga.

Adaptado de: BARBERIS, Carlo. *Storia Antica e Medievale*. Milano: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 90.

Leituras

O arqueólogo brasileiro Álvaro Allegrette é pesquisador da École Française d'Athènes, instituição francesa sediada na Grécia, e um dos maiores especialistas em civilização cretense. Leia o comentário desse pesquisador, em reportagem de Rodrigo Gallo:

Sítios arqueológicos na Grécia

Por conhecer profundamente a estrutura dos edifícios minoicos, Allegrette fala com propriedade: o palácio de Cnossos, em Heráclio, onde o ateniense Teseu teria matado o Minotauro, realmente é um labirinto. O prédio possui sete pavimentos, inclusive quatro abaixo do pátio central, tornando-o confuso para quem não conhece bem sua arquitetura. Isso comprova que a mitologia cretense tem uma base fundamentada na realidade daquele povo. [...] dentro de 15 anos, será possível conhecer muito mais sobre o povo minoico. O motivo é que a linguagem conhecida como Linear A, ainda não decifrada, está sendo decodificada aos poucos pelos especialistas por conta de novos achados arqueológicos escritos nesse idioma. A importância disso é que, com esse conhecimento, será possível desvendar melhor os antigos hábitos e rituais religiosos do povo de Mália e Cnossos [...].

O arqueólogo argumenta ainda que a mitológica Guerra de Troia, narrada pelo poeta Homero, pode realmente ter ocorrido na Antiguidade. Porém, ele acredita que o conflito não foi ocasionado pelo rapto de Helena de Esparta, mas sim pela hegemonia das rotas comerciais da região. Enfim, para Allegrette, mitologia e história se misturam, dando origem às culturas gregas **pré-helênicas**.

GALLO, Rodrigo. Álvaro Allegrette: o explorador de Mália. *Leituras da História*. Portal Ciência e Vida, Escala, Edição 3. Disponível em: <http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESLH/Edicoes/3/artigo65891-1.asp>. Acesso em: 3 dez. 2015.

pré-helênicas: denominação das culturas que se referem ao período inicial de ocupação dos territórios gregos. Esse período também é denominado Pré-Homérico.

Iornet/Shutterstock

Ruínas do Palácio de Cnossos, edificado no século XVI a.C., aproximadamente. Fotografia de 2014.

3 Transformações: do Período Homérico ao Período Arcaico

Por meio de dados arqueológicos, estudiosos notaram uma clara diminuição da **cultura material** durante o **Período Homérico**, que vai do século XII a.C. ao século VIII a.C. Os estudiosos notaram também que a população diminuiu. Além disso, durante esse período, os núcleos rurais voltaram a predominar, caracterizando certa fragmentação da organização social e política. Os vestígios materiais, inclusive documentos escritos, se tornaram escassos.

Esse quadro não ocorreu de forma uniforme por toda a península Balcânica e pelas ilhas, mas provavelmente foi um fator no deslocamento de habitantes ocorrido entre os séculos IX a.C. e VIII a.C. Este movimento migratório é denominado **Primeira Diáspora Grega**.

cultura material: refere-se ao conjunto de objetos, como ferramentas, esculturas e edificações, produzidos por determinada sociedade. Esses vestígios são estudados por pesquisadores, arqueólogos, historiadores, etc.
diáspora: do grego *diaspeirein*, que significa 'espalhar, dispersar'. Refere-se ao deslocamento forçado ou incentivado de grandes contingentes populacionais.

As poucas informações dessa época, posterior à hegemonia das civilizações cretense e micênica, decorrem de pesquisas arqueológicas e de informações extraídas de *Ilíada* e *Odisseia*, **poemas épicos** de Homero (veja mais no boxe abaixo). Essas obras foram elaboradas no século VIII a.C., época em que os historiadores acreditam que a escrita foi retomada, com um alfabeto formado a partir da escrita fenícia. A rápida difusão e o grande alcance desse alfabeto ocorreram graças a um número limitado de letras (20) e sua simplicidade gráfica.

Ilíada e *Odisseia* fazem alusão à sociedade do século XII a.C. e à própria época em que havia vivido Homero (século VIII a.C.), cujo nome passou a ser utilizado por historiadores para denominar esse período. O período anterior, marcado pelas civilizações cretense e micênica, é denominado de **Período Pré-Homérico**.

poema épico: narrativa em versos que conta um episódio ou fato heroico da história de um povo ou de uma localidade. Muitas vezes, batalhas e ações heroicas são descritas nos poemas épicos. Em um poema épico podemos encontrar uma narrativa longa, repleta de façanhas, em que eventos históricos se misturam com personagens míticos.

Para saber mais

Fontes literárias na História: Homero e Hesíodo

Segundo a tradição, Homero era um poeta cego. Na *Ilíada*, poema com cerca de 15 mil versos, ele narra os acontecimentos do décimo e último ano da Guerra de Troia, provocada por uma disputa entre Aquiles e Agamenão. Na *Odisseia*, Homero narra o retorno de Ulisses à cidade de Ítaca em 12 mil versos, aproximadamente.

Estudiosos especializados na análise dessas obras defendem se tratar de um ou dois autores. *Ilíada* e *Odisseia* teriam sido elaboradas com algumas dezenas de anos de intervalo. Além dos poemas de Homero, existem também outras fontes escritas importantes para o estudo do período. Entre elas, destacam-se também os poemas *Teogonia* e *Trabalho e os dias*, de Hesíodo.

Em *Trabalho e os dias,* Hesíodo relata suas desavenças com seu irmão Perses quanto a uma herança. O livro também traz testemunhos sobre o campesinato de sua região, a Beócia. Em *Teogonia*, o autor apresenta a genealogia dos deuses, os mitos, a origem do mundo, as gerações divinas e a obrigação de todos respeitarem as divindades imortais.

Todas essas obras foram analisadas por estudiosos interessados em conhecer mais sobre a Grécia desse período. Ao pesquisar fontes literárias, o historiador se coloca diante de um tipo especial de problema: interpretar uma ficção. Além de separar aspectos "verdadeiros" de "falsos", é necessário também identificar elementos da vida cotidiana, do imaginário e da sociedade da época em que a obra foi escrita.

Nesse trabalho, os pesquisadores partem do pressuposto de que as obras literárias não relatam necessariamente fatos reais. Porém, como se dirigiam à população do período, usavam informações do contexto em que elas viviam. Entre essas informações, estão linguagem, costumes e mitos, por exemplo. Tais informações revelam não apenas o modo de pensar e a visão do autor (ou autores), mas também características daquela sociedade.

Uma fonte literária não pode ser o único recurso de conhecimento sobre uma sociedade. Como vimos, existem muitas fontes possíveis para o historiador, como utensílios, esculturas, construções, pinturas, etc. Os pesquisadores podem comparar as informações extraídas das narrativas gregas com outras fontes do mesmo período ou, até mesmo, com fontes posteriores (como comentários de outros autores, por exemplo). A combinação dessas diferentes informações possibilita a construção de hipóteses e interpretações históricas. A descoberta de novas fontes ou o desenvolvimento de novas formas de pensar sobre as fontes já existentes podem alterar as conclusões dos estudiosos sobre determinado período.

Corbis/Latinstock

Reprodução de busto de Homero em mármore, provavelmente do século I ou II. Museu Britânico, Reino Unido.

Economia e sociedade no Período Homérico

De acordo com algumas interpretações históricas, durante o Período Homérico prevaleceram, em várias regiões, **comunidades gentílicas**, constituídas de pequenas unidades agrícolas autossuficientes denominadas **genos**.

Nos genos, bens econômicos, como terras, animais, sementes e instrumentos de trabalho, estavam sob o controle do chefe comunitário, chamado ***pater***, que exercia funções religiosas, administrativas e judiciárias.

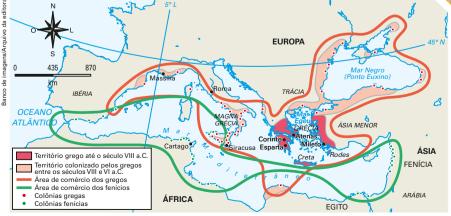
A relativa pobreza do solo encontrado na península Balcânica e a expansão demográfica desestabilizaram a sociedade gentílica. As disputas pelas terras cultiváveis e o surgimento de proprietários, não proprietários e grupos que passaram a se dedicar ao comércio provocaram conflitos entre os diversos genos. Esses conflitos ajudaram a moldar as relações sociais e de poder: os mais poderosos de vários *genos* se uniram para estabelecer um poder controlador e forte.

Os parentes mais próximos do *pater* apropriaram-se das terras mais ricas e passaram a ser conhecidos como ***eupátridas*** ('bem-nascidos'). O restante das terras ficou para os ***georgoi*** ('agricultores'), pequenos proprietários. Os trabalhadores camponeses em geral, que não estavam nessas categorias, foram os mais desfavorecidos e ficaram sem a posse de terra. Eram denominados ***thetas*** ('marginalizados').

O crescimento demográfico e a escassez de terras fizeram com que os excedentes populacionais buscassem outras áreas para sobrevivência. Ganhou força, assim, um processo de expansão, com o estabelecimento de diversas **póleis** (cidades-Estado gregas) em regiões banhadas pelo Mediterrâneo, especialmente no sul da península Itálica e na Sicília. O processo ficou conhecido como **Segunda Diáspora Grega**. Os gregos também se voltaram para o mar Negro e fundaram novas cidades em seu litoral (veja o mapa desta página).

Desse modo, surgiram mais de cem póleis gregas na península Balcânica e na orla do mar Mediterrâneo. Entre elas, as mais importantes eram Atenas e Esparta.

Tendo como ponto geográfico central a **Acrópole** – local mais elevado da povoação e em torno da qual se desenvolvia um núcleo urbano –, as cidades-Estado foram inicialmente governadas por reis (os **basileus**). Mais tarde, as póleis adotaram um regime **oligárquico-aristocrático**, liderado pelos grandes proprietários de terras reunidos em um conselho de eupátridas. A consolidação das póleis grega marca o fim do Período Homérico e o início do Período Arcaico.

> **oligarquia**: é o governo de poucas pessoas; o regime oligárquico se fundamenta no exercício do poder por parte de um grupo reduzido de pessoas, pertencentes à mesma família, grupo ou classe social.
> **aristocracia**: forma de governo na qual o poder está nas mãos de grupos privilegiados; a palavra significa, literalmente, 'poder dos melhores'.

Observe no mapa abaixo a expansão grega pelo Mediterrâneo: na Primeira Diáspora, essa expansão dirigiu-se em especial para a Ásia Menor; na Segunda, para o sul da península Itálica, na Magna Grécia.

A expansão grega

Adaptado de: BARBERIS, Carlo. *Storia Antica e Medievale*. Milano: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 92.

Acima, vemos a constituição da pólis grega de Atenas: *Acrópole* ('cidade do alto') – parte mais elevada da pólis, área fortificada onde os templos e principais edificações eram construídos; *Ágora* – praça principal, área mais pública da pólis, onde se localizavam os mercados, as feiras e onde se reuniam as assembleias do povo.

Esparta: oligarquia e militarismo

Esparta foi fundada pelos dórios no século IX a.C. na região da Lacônia, na península do Peloponeso. Trata-se de um território fértil, exceção no conjunto geográfico grego.

Os dórios dominaram a população local e até o século VII a.C. a sociedade espartana teve um desenvolvimento semelhante ao das demais póleis gregas. Porém, as dificuldades econômicas do Período Homérico, pelas quais passaram as demais cidades-Estado foram menos acentuadas em Esparta, que não passou por uma grande escassez agrícola.

A sociedade espartana era formada por:

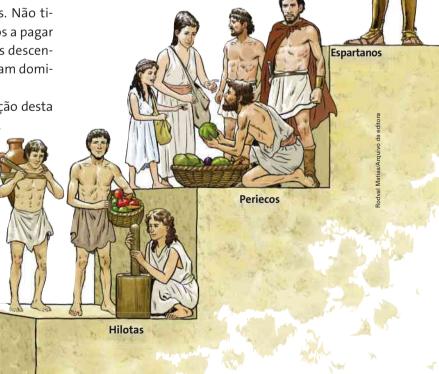
- **espartanos**: principal grupo social e elite militar, composto pelos descendentes dos conquistadores dórios. Eram eles que detinham o poder econômico – recebiam lotes de terras –, concentravam também o poder político e religioso, marginalizando as demais categorias sociais e utilizando a força militar para manter seus privilégios;
- **periecos**: habitantes das redondezas da pólis. Dedicavam-se à atividades rejeitadas pelos espartanos, como o artesanato e o comércio em pequena escala;
- **hilotas**: servos que eram propriedade partilhada entre a cidade-Estado e os espartanos. Não tinham direitos políticos e eram obrigados a pagar uma renda sobre as colheitas. Os hilotas descendiam dos habitantes da Lacônia que foram dominados pelos dórios.

Segundo a tradição espartana, a legislação desta pólis foi criada por **Licurgo**, uma figura lendária. Suas leis asseguravam o monopólio político dos espartanos e a marginalização dos demais grupos sociais.

Como em outras cidades-Estado gregas, um sistema oligárquico também foi instituído em Esparta. Esse sistema era encabeçado pela **Apela** (assembleia de guerreiros) e pela **Gerúsia** (conselho com funções legislativas, constituído de anciãos membros das famílias mais ricas). Entretanto, ao contrário de outras póleis, em Esparta a chefia do governo era exercida por dois reis, e não apenas um.

Diferentemente do restante da Grécia, Esparta não passou pelas transformações econômicas (expansão do comércio, criação de novas cidades ao redor do Mediterrâneo que mantinham fortes laços comerciais e religiosos com a pólis de origem) e sociais (ascensão de comerciantes enriquecidos e empobrecimento de pequenos proprietários) ocorridas nas demais cidades-Estado. Tais transformações foram responsáveis por disputas políticas e sociais. Elas também favoreceram a introdução da democracia em muitas póleis, mas não em Esparta, que permaneceu oligárquica e aristocrática.

Os espartanos eram numericamente inferiores aos hilotas e se **militarizaram**, como forma de manter a ordem vigente. A educação espartana, sob responsabilidade do Estado, enfatizava o treinamento militar, exigindo obediência e aptidão física. Crianças com deficiência física eram sacrificadas ao nascer. Meninos saudáveis eram separados da família aos 7 anos de idade e entregues ao Estado para receber formação militar. Aos 18 anos, estavam prontos para ingressar no exército como **hoplitas**, soldados de infantaria armados de lanças e escudos. Aos 30 anos, podiam casar-se e participar da vida política. Deixavam de ter obrigações militares aos 60 anos, idade com que poderiam ser eleitos para a Gerúsia.

Rodval Matias/Arquivo da editora

Para saber mais

Outros olhares sobre Esparta

Embora vista como oligárquica e fechada, Esparta foi uma das primeiras póleis gregas a criar um governo constitucional em que todo cidadão espartano era igual perante a lei e o governante não podia fazer o que bem entendesse, tendo de, como qualquer cidadão, submeter-se à lei.

Em estudo recente, o historiador Paul Cartledge, da Universidade de Cambridge (Reino Unido), demonstra que, como os outros gregos, os espartanos eram altamente competitivos e prezavam muito a liberdade. No contexto espartano, liberdade significava que os cidadãos não seriam obrigados – graças aos servos – a fazer nenhum trabalho manual, exceto nos assuntos de guerra, e que eles eram livres para governar a si mesmos, por um sistema de governo de controle mútuo, ordens e obediência, submetido à disciplina militar espartana. Foi uma espécie de "Estado-**caserna**", único no mundo grego antigo. Nele, as mulheres espartanas tinham uma vida mais ativa do que em Atenas, onde permaneciam em casa, não tinham direitos políticos e deviam obediência ao pai e ao marido (veja a próxima seção *Leituras*).

caserna: acomodação construída para o alojamento de soldados.

Ao longo dos séculos, Esparta tem sido alvo de fascinação e repulsa. Um exemplo mais extremado surgiu entre 1941 e 1942 (período da Segunda Guerra Mundial, conflito que ocorreu de 1939 a 1945). Naqueles anos, estudiosos consideravam que Esparta teria sido o "'mais luminoso exemplo de Estado com base racial da história humana' segundo uma definição hitleriana"[1], ou seja, nazista.

Leemage/Corbis/Latinstock

Estatueta de bronze de um guerreiro hoplita, 530 a.C. Museu Arqueológico de Sibari, Itália.

Atenas, construção da democracia

A região de Atenas, localizada na península Ática, foi ocupada inicialmente pelos aqueus, seguidos pelos eólios e pelos jônios. Por volta do século X a.C. ocorreu uma unificação de famílias gentílicas ali existentes. Isso impulsionou a formação de uma sociedade de classes em torno do centro político-militar-religioso representado pela Acrópole ateniense.

Durante muito tempo, vigorou em Atenas um regime monárquico que foi derrubado por membros da aristocracia local, constituída de proprietários de terras. Um regime oligárquico foi instituído após a queda do regime monárquico. Na oligarquia ateniense, o poder era exercido pelo **arcontado**, órgão composto de homens escolhidos entre os aristocratas, com mandatos anuais e funções religiosas, jurídicas e militares. Também foi instituído o **areópago**, conselho de eupátridas (os já citados "bem-nascidos") responsável pelo controle e pela fiscalização dos arcontes, como eram chamados seus integrantes. A escassez de terras férteis e os interesses comerciais fizeram com que os atenienses, assim como os gregos de outras cidades-Estado, se voltassem para o Mediterrâneo, com o objetivo de fundar comunidades comerciais ou de povoamento (Segunda Diáspora Grega).

A expansão pelo Mediterrâneo provocou profundas alterações na estrutura econômica e social ateniense. Atenas praticava um intenso comércio com outras cidades-Estado, buscando nelas excedentes agrícolas (em especial trigo), metais e madeira, e vendendo-lhes produtos já beneficiados (vinho, azeite e peças de artesanato). Pequenos proprietários, os *georgoi*, incapazes de concorrer com produtos mais baratos que vinham dessas cidades e de oferecer produtos melhores, perderam suas terras. Muitas vezes, impossibilitados de pagarem suas dívidas, eram escravizados.

Enquanto a tensão social crescia em Atenas, ameaçando a estabilidade do regime oligárquico, surgia uma categoria de homens enriquecidos pelo comércio que começou a questionar o monopólio político dos eupátridas. Nesse contexto, cresceram as tensões sociais já existentes, tornando impossível a manutenção do poder nas mãos de um único grupo social.

[1] CANFORA, Luciano. *O mundo de Atenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 57.

Diante desse quadro de instabilidade, vários legisladores atenienses fizeram propostas para superar os conflitos e atenuar as tensões sociais. Veja abaixo os mais importantes dentre eles.

Principais legisladores atenienses

- **Drácon** (c. 650 a.C.-600 a.C.): organizou e tornou público um registro escrito das leis, que até então se baseavam na tradição oral e eram conhecidas apenas pelos eupátridas; apesar de significar um avanço, os privilégios dos eupátridas não foram alterados e a insatisfação social aumentou.
- **Sólon** (c. 638 a.C.-c. 558 a.C.): extinguiu a escravidão por dívidas; dividiu a sociedade de forma censitária, ou seja, de acordo com a renda de cada pessoa, possibilitando a ascensão dos demiurgos (trabalhadores livres, como artesãos, comerciantes, magistrados); criou a **bulé**, conselho formado por quatrocentos membros, com funções administrativas e legislativas. Com isso, Sólon consagrava a fortuna como fator preponderante na sociedade ateniense. As leis criadas pela bulé passaram a ser submetidas à **eclésia**, assembleia popular aberta a todos os cidadãos (homens livres com mais de 18 anos). As reformas propostas por Sólon não diminuíram as lutas sociais e a agitação política que abalavam a sociedade ateniense, seguindo-se um período de sucessivas **tiranias** (Psístrato, Hípias e Hiparco).

Sólon substituiu o sistema de poder fundamentado na hereditariedade por outro tipo, apoiado na renda. Na imagem, reprodução de réplica em mármore, século IV.

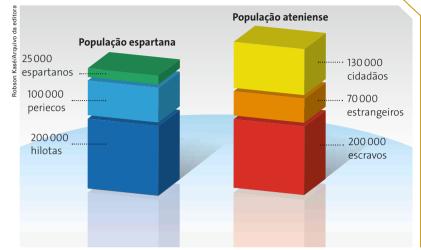
tirania: governo autoritário que utiliza a força para se manter no poder. Entretanto, no contexto da Grécia antiga, a ideia de representação da vontade do povo era mantida.

- **Clístenes** (c. 570 a.C.-508a.C.): liderou uma rebelião contra o último tirano. Depois de derrubá-lo, o estadista ateniense deu início a reformas que culminaram com a implantação da democracia e a pacificação da pólis. Clístenes distribuiu os cidadãos da Ática em dez tribos, divididas de acordo com o território que habitavam e não pela riqueza. A bulé passou a ter quinhentos integrantes, cinquenta por tribo, e a ser presidida de forma sucessiva por representantes de cada uma das tribos, em períodos iguais de tempo ao longo do ano. A eclésia teve seu poder ampliado e passou a discutir e votar as leis. Criou também o **ostracismo**, mecanismo pelo qual a eclésia condenava ao exílio, por dez anos, aquele que fosse considerado uma ameaça à democracia. O exilado, todavia, não perdia suas propriedades. Para a tomada de decisões importantes, como o ostracismo, exigia-se que o número de votantes na eclésia fosse de pelo menos 6 mil cidadãos.

As reformas de Clístenes encerraram o Período Arcaico e deram início ao Período Clássico (V a.C.-IV a.C.). Reprodução de escultura do primeiro busto de Clístenes, concebido em 2004 por uma artista plástica grega contemporânea.

Os cidadãos atenienses

Todo cidadão tinha acesso à eclésia e, portanto, participava ativamente da tomada de decisões. Mas quem era o cidadão grego?

Na Grécia antiga, era considerado cidadão apenas o homem livre e ateniense (nascido em Atenas, filho de pai e mãe atenienses). Isso significa que mulheres, estrangeiros e escravos não participavam do processo político. Estes últimos formavam a maioria esmagadora da população da pólis ateniense, que, segundo algumas estimativas, reunia cerca de 400 mil habitantes no século V a.C.

Adaptado de: BRANCATI, Antonio. I *Popoli Antichi 1*. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1998. p. 82.

políade: relativo a pólis.

Leituras

O texto a seguir foi escrito pela historiadora Maria Aparecida de Oliveira Silva e trata de algumas diferenças entre a condição feminina nas cidades-Estado de Esparta e de Atenas. Leia-o com atenção.

Mulheres gregas

[...] o tratamento dispensado à mulher grega encontra-se diferenciado, a mulher ateniense aparece descrita nos relatos antigos reclusa em suas casas – o oikos, enquanto a mulher espartana exercita-se em público com vestes curtas. De acordo com os relatos dos antigos, a mulher espartana era livre para circular na cidade e recebia a educação estatal destinada a atender às necessidades do seu meio social. Essa mulher desempenhava a relevante função social de gerar filhos robustos e corajosos, ao passo que a mulher ateniense mantinha-se confinada em sua casa, aprendendo com as mulheres mais próximas, em geral a mãe, como administrar o lar e desenvolver as atividades domésticas, tais como tecer, fabricar utensílios de cerâmica e cuidar dos filhos. Contudo, esses modelos sustentados pelos antigos encontram-se incompletos, o que dificulta nossa interpretação da história da mulher grega no mundo antigo.

O século IV a.C., período do qual dispomos de maior informação sobre a mulher espartana, representou uma fase de transição entre a prosperidade do século V a.C. e a decadência do sistema **políade** no terceiro século antes de Cristo. Os escritos de Platão remetem à necessidade de inclusão da mulher no funcionamento da pólis. Para o filósofo, a mulher deve receber a mesma educação ministrada ao homem, qual seja, o ensino da música, ginástica e também da guerra (República, 452a). A cidade idealizada por Platão responsabiliza a mulher pelo funcionamento da pólis, e ainda garante ao sexo feminino a igualdade de condições na organização social, política e econômica da cidade-Estado. As ideias de Platão sobre o aproveitamento do potencial feminino demonstram a preocupação do filósofo em manter a independência da pólis, principalmente com relação aos que exigiam grandes quantias por seus serviços na defesa da cidade.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e a participação feminina em Esparta. *Sæculum*. João Pessoa, jan./jun. 2005. p. 11-12.

Uma das faces do Trono Ludovisi, bloco de mármore branco esculpido em baixo-relevo, que mostra uma mulher tocando flauta. Produzida entre 470 a.C. e 460 a.C.

Bridgeman Images/Keystone

4 Período Clássico

Durante o século V a.C., as póleis gregas uniram-se militarmente pela primeira vez para enfrentar um inimigo comum, os persas, que ameaçavam suas fronteiras orientais. Na periodização tradicional da história grega, esse século faz parte do Período Clássico (séculos V a.C. e IV a.C.)

Trata-se de um período também marcado por grandes conflitos entre as cidades-Estado gregas. No entanto, esses conflitos não ofuscaram as grandes realizações culturais ocorridas no período, cujo auge foi o século V a.C. As reformas legislativas implantadas em Atenas por Clístenes e o governo de Péricles (c. 495 a.C.-429 a.C.) também fazem parte deste período.

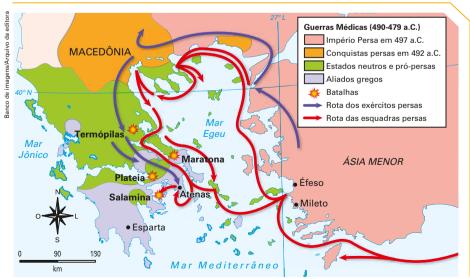
Os persas tentaram invadir a Grécia duas vezes, provocando conflitos que ficaram conhecidos como **Guerras Médicas**, ou **Guerras Greco-Pérsicas**.

O primeiro desses conflitos ocorreu entre 490 a.C. e 479 a.C. Liderados por Dario I, os persas desembarcaram na Grécia, mas foram surpreendidos pelo exército ateniense na planície de Maratona. Apesar de sua superioridade numérica, o exército persa foi derrotado pelos gregos. O prestígio ateniense cresceu muito após essa vitória, e a cidade começou a se destacar entre as demais póleis gregas.

A segunda ofensiva persa teve início em 480 a.C., quando o imperador Xerxes partiu em direção à Grécia com cerca de 100 mil homens. Os gregos uniram-se contra os invasores, mas, apesar do sucesso espartano em retardar o avanço do inimigo, no desfiladeiro das Termópilas, os persas conseguiram invadir e saquear Atenas. Entretanto, eles seriam derrotados logo depois na batalha naval de Salamina, diante de Atenas e aliados. Mais uma vez, os persas se retiraram sem terem conseguido dominar a Grécia.

Durante a guerra, as póleis formalizaram uma aliança conhecida como **Liga de Delos**. Tratava-se basicamente de uma união militar contra os persas. As cidades que participavam da aliança pagavam impostos – depositados na ilha de Delos – para sustentar a frota e os exércitos das cidades-Estado. Atenas, com seu prestígio e poderio econômico, logo passou a administrar os recursos de Delos, tornando-se líder da Liga.

Ao final das guerras contra os persas, os atenienses insistiram na manutenção da Liga e dos tributos. A medida gerou descontentamento entre as cidades aliadas, que se sentiam enfraquecidas e pouco podiam fazer contra o poderio militar de Atenas. Foi o auge do **imperialismo ateniense**, ou seja, o período em que Atenas passou a dominar boa parte da Grécia.

Os atenienses transferiram o tesouro de Delos para Atenas e, com frequência, utilizavam a força para manter outras póleis sob seu domínio. O controle dos recursos de outras cidades abriu caminho para o apogeu ateniense, particularmente entre 461 a.C. e 429 a.C., época conhecida como a "idade de ouro de Atenas", quando a cidade era governada por Péricles.

As Guerras Médicas

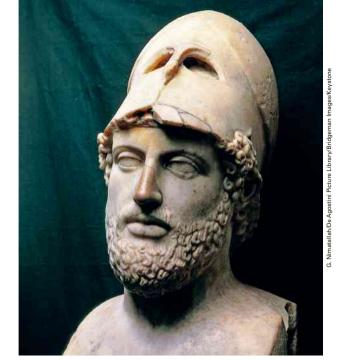
Nas Guerras Médicas, gregos e persas disputavam a hegemonia do mar Egeu.

Adaptado de: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History*. New York: Anchor Books, 1974. p. 56.

Durante o governo de Péricles, aprimorou-se a democracia. Ao observar que os homens livres e pobres dificilmente participavam das instituições democráticas, Péricles criou a **mistoforia**, uma pequena remuneração em dinheiro para os ocupantes de cargos públicos. A medida possibilitou a participação popular nos assuntos da administração da cidade.

Além disso, em seu governo Atenas foi reconstruída e embelezada; ergueram-se um templo dedicado à deusa Atena, o **Partenon**, e muralhas defensivas em torno da cidade.

Entretanto, apesar desses avanços, a democracia ateniense apoiava-se no imperialismo. Esse fato provocava insatisfação não só nas cidades da Liga de Delos, mas também entre as póleis aristocráticas que não se alinhavam a Atenas. Lideradas por Esparta, as póleis insatisfeitas formaram uma aliança de oposição: a **Liga do Peloponeso**.

G. Nimatallah/De Agostini Picture Library/Bridgeman Images/Keystone

Péricles foi um político, orador e líder democrático ateniense. Sua importância no campo da política, das artes e das letras resultou na denominação "Século de Péricles" para o século V a.C. Acima, reprodução de busto de Péricles, cópia romana de mármore a partir do original grego, do século V a.C. Museu Britânico, Londres.

Para saber mais

Outros olhares sobre Atenas

Em sua obra *O mundo de Atenas,* o historiador Luciano Canfora aborda a ordem democrática ateniense, traçando interpretações que vão além daquela que considera que a cidadania era restrita aos homens atenienses e adultos. Leia algumas considerações do historiador.

- Das conquistas e domínios (uso de Delos)

  Mas qual é a finalidade do impulso de aumentar o império? Serve para ampliar as receitas e ter mais recursos para alimentar o demo. Essa é a ligação entre consenso político e política imperialista. Não por acaso, durante as Grandes Dionisíacas [festas] exibiam-se as listas dos tributos.

- Quanto ao governo e à riqueza

  Sobre o uso do dinheiro, tanto do erário público – recursos financeiros públicos – como de particulares, e sobre o monitoramento de populares nos encaminhamentos políticos (festas, obras públicas, representações teatrais e inúmeros subsídios), Canfora destaca:

  [o] local clássico da corrupção democrática em Atenas é o tribunal. Aliás, o tribunal ocupa na sociedade ateniense dos séculos V e IV uma posição central equivalente e talvez superior à da assembleia e do teatro. É no tribunal que desembocam as infinitas controvérsias possíveis referentes à propriedade: a luta sobre a propriedade, sobre os modos de exercício dos cargos públicos, em especial quando incluem a administração de dinheiro, as controvérsias sobre o montante das despesas com que os ricos devem arcar em prol da comunidade, tudo isso tem como arena diária o tribunal [...] Os jurados, que são várias centenas, são escolhidos por sorteio: todo cidadão pode ser juiz (não é preciso ter nenhuma qualificação específica) e, além da vantagem de receber um salário por esse seu serviço de utilidade pública, está numa posição em que, julgando controvérsias que em geral envolvem disputas de propriedade, pode ser subornado (conseguindo assim um ganho suplementar) por atores e participantes que estão dispostos a tudo para vencer.

- Sobre a exaltação e valorização do mundo de Atenas

  O restabelecimento da primazia da Atenas clássica deveu-se essencialmente aos romanos. Foram eles que, para dominar o Mediterrâneo, tiveram de derrubar [...] sobretudo a férrea e armadíssima monarquia macedônia que desqualificaram [...]

CANFORA, Luciano. *O mundo de Atenas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 139, 475, 63.

Construindo conceitos

Democracia antiga, democracia moderna

Como vimos, a democracia ateniense era baseada na participação dos cidadãos, isto é, dos homens adultos, livres e nascidos na cidade. Mesmo excluindo mulheres, estrangeiros, escravos e menores de 18 anos, a democracia ateniense representou uma ampliação do poder político em relação a outras formas de organização do Estado, como os regimes monárquicos e as oligarquias. De acordo com o historiador Moses Finley (1912-1986), na democracia ateniense

> ... o povo não era só elegível para cargos públicos e possuía o direito de eleger administradores, mas também era seu direito de decidir quanto a todos os assuntos políticos e o direito de julgar, constituindo-se como tribunal, todos os casos importantes civis e criminais, públicos e privados. A concentração de autoridade na assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política.

FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 37.

A democracia ateniense, portanto, era exercida diretamente pelos cidadãos e não por um corpo de políticos profissionais, eleitos para controlar o Estado. A assembleia popular ateniense reunia todos os cidadãos, independentemente de suas condições econômicas ou seu prestígio social. Isso significava que as decisões sobre a cidade e seus destinos eram uma atividade coletiva, vivenciada num espaço público, onde todos eram iguais e tinham direito à palavra.

A democracia moderna herdou da democracia grega a participação política dos cidadãos, mas alterou suas instituições e seu funcionamento. Na maioria dos países democráticos modernos, o poder é exercido pelos **políticos**, eleitos para exercer a política em nome dos cidadãos. Na prática, o Estado é controlado pelos **burocratas**, que auxiliam os políticos eleitos a tomar decisões sobre a vida pública.

Embora a decisão política não seja tomada diretamente pelo cidadão, como em Atenas, a cidadania moderna engloba quase todos os habitantes de um país. A escravidão foi proibida e os indivíduos, homens e mulheres, têm os mesmos direitos políticos. Ainda que estrangeiros não possam exercer funções políticas, existem condições para que eles se naturalizem e conquistem a condição de cidadão de determinado país.

O sociólogo Norberto Bobbio (1909-2004) afirma que

> ... a democracia nasceu com a perspectiva de eliminar para sempre das sociedades humanas o poder invisível e de dar vida a um governo cujas ações deveriam ser desenvolvidas publicamente.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 41.

Portanto, os representantes eleitos pelo voto precisam agir de acordo com os interesses públicos. Para conhecer e controlar as ações desses políticos, foram criados instrumentos de fiscalização da atividade política, como a atividade jornalística, que divulga e avalia as decisões do governo, *sites* que informam sobre as contas públicas e canais de televisão e rádio que transmitem as sessões plenárias das Câmaras dos Deputados e do Senado.

Agora, faça o que se pede:

- Em duplas, acessem o *site* da Transparência Brasil (disponível em: <www.transparencia.org.br>. Acesso em: 7 dez. 2015). Essa organização não governamental realiza a análise e o monitoramento de dados públicos, produzindo estudos, relatórios e levantamentos que tratam do problema da corrupção em diferentes níveis do governo. Sigam o roteiro:
  a) Cliquem em “Notícias” e selecionem uma das notícias disponíveis no *site*.
  b) Leiam o texto e elaborem um pequeno comentário sobre o assunto tratado nele. Ao elaborar o comentário sobre a notícia escolhida, procurem identificar a relação entre a importância da fiscalização da atividade política e as práticas democráticas da atualidade.
  c) Apresentem o comentário ao restante da turma, em uma pequena apresentação oral.

Conflitos e enfraquecimento das cidades-Estado

Em 431 a.C., Atenas e Esparta entraram em guerra, envolvendo as demais póleis em um conflito que ficou conhecido como **Guerra do Peloponeso**. Atenas tinha o poderio marítimo, enquanto os exércitos de Esparta detinham o domínio terrestre. Ao longo dos dezessete anos de conflito, os espartanos devastaram os campos da Ática. A guerra culminou com um cerco dos espartanos a Atenas. O conflito terminou em 404 a.C., com a vitória final de Esparta. Sob o domínio espartano, a democracia declinou em Atenas e o poder oligárquico foi restaurado.

Capacete grego de bronze datado de 700 a.C., aproximadamente.

A hegemonia de Esparta foi, contudo, ameaçada por outras cidades, que lutavam pelo controle da península Balcânica. Tebas fazia parte da oposição e sua força militar derrotou Esparta, em 371 a.C., substituindo-a, por um breve período, como força hegemônica.

As constantes guerras tiveram como resultado reerguimentos temporários das póleis, inclusive de Atenas. Mesmo assim, posteriormente, o que passou a prevalecer foi o crescente enfraquecimento das cidades-Estado gregas. Esse declínio facilitou o sucesso da invasão dos macedônios, povo do norte da península Balcânica. Em 338 a.C., na Batalha de Queroneia, os exércitos gregos foram derrotados e a Grécia caiu sob o domínio da Macedônia.

A Guerra do Peloponeso

Atenas e aliados (Liga de Delos)
Esparta e aliados (Liga do Peloponeso)
Estados gregos neutros
Campanha ateniense
Campanha espartana

Adaptado de: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale.* Milan: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 135.

A Guerra do Peloponeso pôs fim ao imperialismo ateniense, dando lugar à hegemonia espartana.

5 Cultura grega

Durante o Período Clássico, do governo de Péricles até a conquista macedônica, ocorreu a época áurea da criação cultural grega. Nesse período viveram muitos dos principais teatrólogos, filósofos, arquitetos e artistas da Grécia. Até hoje algumas dessas manifestações culturais são cultuadas.

A religião é uma das expressões culturais gregas de maior destaque. Ela caracterizava-se pelo politeísmo antropomórfico. Ou seja, os gregos acreditavam em deuses que tinham formas e atributos semelhantes aos dos seres humanos: suas fraquezas, paixões, virtudes, etc. Mas uma característica fundamental distinguia os deuses dos humanos: a imortalidade.

Segundo a mitologia grega, vários deuses habitavam o Monte Olimpo, de onde comandavam o destino dos seres humanos. Alguns deuses teriam tido relações sexuais com seres humanos e delas teriam nascido os semideuses, ou heróis, como Hércules, filho de Zeus e da mortal Alcmena, famoso por sua força extraordinária.

Entre as principais divindades estavam: **Zeus**, senhor de todos os deuses; **Atena**, filha de Zeus, deusa da razão e da sabedoria e protetora da cidade de Atenas; **Apolo**, deus da luz e das artes; **Dioniso**, deus do vinho; e **Poseidon**, deus dos mares.

A influência da mitologia grega pode ser observada em todas as manifestações artísticas da Grécia antiga. O teatro, por exemplo, surgiu a partir de encenações promovidas nas festas realizadas em homenagem a Dioniso. As tragédias gregas mais destacadas foram escritas por Ésquilo (525 a.C.-456 a.C.), Sófocles (496 a.C.-406 a.C.) e Eurípedes (484 a.C.-406 a.C.). O maior representante da comédia foi Aristófanes (445 a.C.-386 a.C.).

C. Sappa/De Agostini/Getty Images

Réplica romana de escultura de mármore de Apolo esculpida no século II d.C.

De Agostini/Getty Images

Retrato de Zeus produzido no século I d.C.

De Agostini/Getty Images

Estátua de Atena de 525 a.C. Atenas, Grécia.

Palis Michalis/Shutterstock

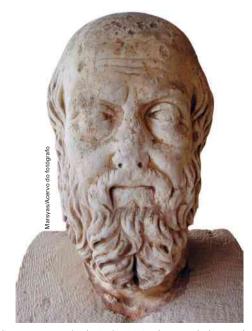
Teatro de Dioniso, na Acrópole de Atenas. Desde meados do século V a.C., esse espaço era utilizado para apresentações teatrais em homenagem ao deus Dioniso. O palco era de madeira, e os espectadores se acomodavam na encosta da colina, sobre a terra batida. Somente no final do mesmo século uma arquibancada foi construída em madeira, aproveitando o declive do terreno. Sua substituição por uma arquibancada de pedra ocorreu por volta de 330 a.C. Fotografia de 2014.

Dois poemas épicos estiveram entre as primeiras fontes literárias gregas e ocidentais para os historiadores, as já citadas *Ilíada* e *Odisseia*. As duas obras apresentam narrativas heroicas com referências históricas e mitológicas. *Ilíada* descreve a Guerra de Troia, entre os gregos e a cidade de Troia, na costa da Ásia Menor, hoje ocupada pela Turquia. *Odisseia* narra as aventuras do herói grego Ulisses em seu retorno da Guerra de Troia. Em ambas, o lugar de honra é reservado aos aristocratas. Essa característica expressa a transição para o regime político oligárquico-aristocrata, que foi adotado pelas póleis no final do Período Homérico.

Como já apontamos, atualmente questiona-se se essas obras teriam sido elaboradas pela mesma pessoa ou por um único autor. A própria existência de Homero também é posta em dúvida.

Além dos poemas épicos, foram preservadas narrativas de acontecimentos considerados importantes pelos gregos, como as de Heródoto (*c.* 485 a.C-420 a.C.) e Tucídides (*c.* 460 a.C.-*c.* 400 a.C.).

A História, enquanto estudo do passado, também surgiu entre os antigos gregos. O termo História tal como o entendemos hoje, no entanto, não existia. A palavra *historie* vem do grego e significa “aquele que viu, que testemunhou”. Os relatos de Heródoto, considerado “pai da História”, eram baseados no que “viu ou ouviu dizer dos que viram” os fatos. Esses relatos consistiam em narrativas escritas, diferenciando-se da poesia e do mito, formados por narrativas e tradições orais. Heródoto teria registrado e reunido em seus escritos o que as testemunhas oculares narravam em diferentes versões e segundo suas memórias. Seus livros descrevem principalmente os “não gregos” (persas, babilônicos, egípcios, entre outros) e as Guerras Médicas.

Marsyas/Acervo do fotógrafo

Réplica romana, século II, do original grego do busto de Heródoto, nascido provavelmente em 485 a.C.

Na arquitetura e na escultura buscava-se uma expressão do **humanismo**, com o cultivo de princípios como o **racionalismo** e a simplicidade, resultando em equilíbrio, harmonia e ordem. Segundo o lugar e a época em que foram construídos, o templos gregos seguiam três estilos diferentes: o dórico, o jônico e o coríntio (veja as imagens a seguir).

humanismo: forma de explicação da realidade centrada no ser humano e em seus valores. Busca da compreensão de conceitos ligados ao ser humano, como a felicidade, a ética, a virtude, a justiça.
racionalismo: explicação da natureza e de tudo o que existe pela razão. Pode referir-se à corrente filosófica dos séculos XVII e XVIII e ao uso da razão em detrimento das explicações baseadas em crenças religiosas.

Kotsovolos Panagiotis/Shutterstock

As colunas do Partenon, templo da deusa Atena, na Acrópole de Atenas, são do estilo dórico. Foto de 2015.

Milan Gonda/Shutterstock

Ruínas do Templo de Erechtheion em Atenas. Colunas no estilo jônico podem ser observadas na porção direita da imagem. Foto de 2014.

klublu/Shutterstock

Nas ruínas da Biblioteca de Adriano, em Atenas, é possível observar colunas no estilo coríntio. Foto de 2015.

A civilização grega foi também o berço da Filosofia (palavra grega que significa "amor à sabedoria"), disciplina que tem por objetivo procurar explicações racionais e universais para a vida e para a humanidade. O pensamento filosófico grego tinha por base a razão e, por isso, valorizava o ser humano (**antropocentrismo**), influenciando significativamente o **racionalismo** ocidental de séculos posteriores.

Inicialmente, a Filosofia grega desenvolveu a linha ou escola de pensamento que se tornaria conhecida como **pré-socrática** ("anterior a Sócrates") ou dos filósofos da natureza. Esses filósofos buscavam uma explicação para a origem das coisas que fosse além do mito.

Mais tarde, sobretudo em Atenas e no contexto da democracia, surgiu a escola **sofista**, que abriu mão de interpretações mais amplas sobre a origem das coisas e passou a enfatizar a prática da **retórica**, a arte do convencimento. Deixando de lado a busca por um conhecimento mais profundo ou verdadeiro, os sofistas estimulavam a expressão de opiniões como forma de atingir objetivos concretos (por exemplo, aprovação de uma lei). Um dos representantes dessa escola foi Protágoras (c. 485 a.C.-410 a.C.), autor da frase "O homem é a medida de todas as coisas", que evidenciava uma preocupação central com o ser humano.

No século V a.C., destacou-se o filósofo Sócrates (c. 470 a.C.-399 a.C.), que não apenas criticava os sofistas, mas afirmava que existia um conhecimento verdadeiro. O ser humano poderia atingir esse conhecimento pela prática filosófica apoiada no diálogo. Crítico da ordem ateniense, foi julgado e condenado à morte sob a acusação de "corromper a juventude".

Os princípios desenvolvidos por Sócrates foram assumidos por seu discípulo Platão (c. 428 a.C.-348 a.C.), considerado o fundador da Filosofia ocidental. Em seus ensinamentos, Platão considerava que a busca pelo conhecimento verdadeiro era uma prática transcendente, isto é, que iria além dos dados obtidos pelos sentidos. Seria pelo pensamento que se chegaria às ideias eternas e imutáveis, como a beleza, a bondade e a verdade.

Finalmente, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), já vivendo no período do domínio macedônico, levou a Filosofia para outra direção, afirmando a importância dos sentidos como forma de obter o conhecimento verdadeiro. Platão e Aristóteles fundaram duas correntes do pensamento que dominaram o debate filosófico no Ocidente até pelo menos o final do século XVIII.

antropocentrismo: (do grego *anthropos*, 'humano', e *kentron*, 'centro'), o homem como centro do Universo e das explicações racionais.
sofista: do grego *sophistés*, que significa 'sábio'.
retórica: oratória; arte de bem argumentar, falar de modo a convencer, persuadir.

As Olimpíadas

Em 2016, o Rio de Janeiro sediou os Jogos Olímpicos. A origem do termo Olimpíada vem da cidade de Olímpia, localizada a 360 quilômetros de Atenas, onde havia um templo dedicado a Zeus. Esses jogos esportivos eram realizados a cada quatro anos, e contavam apenas com a participação de homens. Embora também fossem realizados em outras cidades, os jogos de Olímpia se destacaram entre os demais e passaram a ser denominados Jogos Olímpicos. A primeira Olimpíada teria ocorrido em 776 a.C. Em 393 d.C., os Jogos foram suspensos pelo imperador romano Teodósio, retornando apenas em 1896, por incentivo do barão francês Pierre de Coubertin. Nessa data, após 1503 anos, Atenas sediou a primeira versão moderna dos Jogos Olímpicos.

Uma das várias cópias romanas feita em mármore da escultura *Discóbolo*, originalmente produzida em bronze, provavelmente de 450 a.C. e de autoria do artista Míron, que representou o momento em que o atleta lança um disco.

Victoria & Albert Museum, Londres/Bridgeman Images/Keystone

Dialogando com as Artes Cênicas

Mulheres na Grécia

As mulheres não tinham direitos de cidadania nas cidades-Estado da Grécia antiga. No entanto, elas exerciam sua influência e poder através de outras formas. Alguns textos teatrais daquele período demonstram o papel ativo das mulheres na sociedade, inclusive, no debate político e na discussão sobre assuntos públicos, como a destruição provocada pela guerra e o respeito às tradições religiosas.

Nesta seção, vamos conhecer trechos de duas peças teatrais produzidas em diferentes períodos e refletir sobre o papel da mulher na sociedade. *Antígona* foi escrito pelo dramaturgo grego Sófocles, no século IV a.C. *Antígona recortada – contos que cantam sobre pousopássaros* foi criada pelo Grupo Bartolomeu de Depoimentos, em 2014, companhia que mistura o teatro épico ao *hip-hop*. Leia os trechos a seguir e depois faça as atividades propostas.

Antígona

Antígona, filha de Édipo e Jocasta e irmã de Ismênia, Polinice e Etéocles, é uma figura mitológica que simboliza o amor fraternal e a justiça divina. De acordo com a mitologia, os irmãos Polinice e Etéocles concordaram revezar o reinado de Tebas na ausência do pai, Édipo, que partiu para o exílio acompanhado por Antígona. Ao fim do primeiro mandato, Etéocles se recusou a ceder o trono ao irmão, que, revoltado, aliou-se a uma cidade vizinha e promoveu um grande ataque a Tebas.

A trama da peça tem início após a morte dos irmãos, que se mataram na disputa, e narra o retorno de Antígona a Tebas. Ao assumir o poder, Creonte, irmão de Jocasta, declara que Polinice foi um traidor e, portanto, não deveria receber as honras funerárias tradicionais. Etéocles, por sua vez, seria enterrado com todo cerimonial necessário, e quem contrariasse essas ordens seria condenado à pena de morte. Antígona, porém, desobedece a lei real e invoca as leis divinas, decidindo enterrar o irmão de acordo com os rituais religiosos da época e acaba executada.

O trecho a seguir apresenta a fala de Antígona sobre sua desobediência e o enterro do irmão:

> ANTÍGONA: Sim, porque não foi Júpiter que a promulgou; e a Justiça, a deusa que habita com as divindades subterrâneas jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; nem eu creio que teu édito tenha força bastante para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas, que nunca foram escritas, mas são irrevogáveis; não existem a partir de ontem, ou de hoje; são eternas, sim! E ninguém sabe desde quando vigoram! Tais decretos, eu, que não temo o poder de homem algum, posso violar sem que por isso me venham punir os deuses! Que vou morrer, eu bem sei; é inevitável; e morreria mesmo sem a tua proclamação. E se morrer antes do meu tempo, isso será, para mim, uma vantagem, devo dizê-lo! Quem vive, como eu, no meio de tão lutuosas desgraças, que perde com a morte? Assim, a sorte que me reservas é um mal que não se deve levar em conta; muito mais grave teria sido admitir que o filho de minha mãe jazesse sem sepultura; tudo o mais me é indiferente! Se te parece que cometi um ato de demência, talvez mais louco seja quem me acusa de loucura!
>
> SÓFOCLES. *Antígona*. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 30.

Mansell/The Life Picture Collection/Getty Images

Reprodução da pintura de V. J. Robertson, produzida em 1850. Na imagem, Antígona joga poeira sobre o corpo de seu irmão, Polinice, cena da tragédia de Sófocles, Antígona. Ao fundo, a cidade de Tebas.

Antígona recortada

Trata-se de uma releitura da obra de Sófocles, a partir de questões contemporâneas. Leia a seguir um trecho dessa adaptação.

MULHER 1: Um dia essa história toda vai ecoar.

MULHERES 1 E 2: Um ninho raro, de pássaros diversos, sendo construído à revelia das leis vigentes. Meninas mulheres dançavam enquanto cuidavam de um bando de passarinhos recém-saídos do ninho. Iam construindo um cemitério todo colorido que parecia uma praça de brincar. E cercaram o lugar com lençóis desenhados e não deixavam ninguém com mais de 18 anos entrar.

MULHER 1: Esse lugar queria mudar o rumo das coisas,

MULHER 2: Que não se sabe por que e em que momento da história,

MULHER 1: Começou por causa da dificuldade com o sustento,

MULHERES 1 E 2: um negócio perigoso,

MULHER 2: se não me falha a memória,

MULHER 1: que era trabalhar, em idade que ainda nem é para isso, em assunto escuso e que trazia às leis naturais um certo abuso.

MULHERES 1 E 2: E a passarada em vez de crescer, brincar, estudar, aprendeu a carregar revolver, a revolver carregar, e a ter responsabilidade, como se fosse homem crescido.

MULHER 1: E, por puro desatino e dureza do destino, todo mundo concordava com essa lógica enviesada, que criança, ao invés de brincar e jogar pelada tivesse função e trabalhasse em causa bandidagem, sujeito a morte repente de aviso e de emboscada.

MULHER 2: E as famílias, por puro desespero, aceitavam, um pouco fazendo vista grossa por causa do dinheiro, que se alguma das crianças sumisse nem o corpo seria entregue para dar enterro derradeiro,

MULHERES 1 E 2: Pois seria uma prova contra os grandes o corpo morto dos pequenos.

MULHER 2: E foi desse jeito que as meninas criaram uma outra história e ousada.

Transcrição de cena apresentada durante entrevista concedida ao programa *Metrópolis* da TV Cultura em novembro de 2013. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/xiddtuwnvlqs/espetaculo-mistura-teatro-epico-e-hip-hop-04020D9B3868D0B94326?types=A&>. Acesso em: 9 dez. 2015.

Anne-Christine Poujoulat/Agence France-Presse

Antígona é a terceira peça de uma trilogia escrita por Sófocles. As outras obras que compõem o ciclo são *Édipo rei* e *Édipo em Colono*. Na imagem, cena de uma montagem de Antígona realizada em Avignon, França. Foto de 2008.

Atividades

1. Pesquise o que é o "teatro *hip-hop*" e o que era o teatro grego. Elabore um pequeno comentário sobre cada um desses estilos teatrais.

2. Releia os dois trechos das peças teatrais reproduzidos nessa seção.

a) O que o trecho da peça de Sófocles pode revelar a respeito das ideias de Antígona?

b) Será que a desobediência de Antígona, na peça do século IV a.C., pode servir de inspiração para pensarmos sobre as jovens meninas que vivem hoje nas periferias do mundo?

c) No segundo trecho, a tragédia grega é resgatada sob o viés da tragédia contemporânea. Em que consiste essa tragédia contemporânea, de acordo com o texto? De que modo o trecho da peça do Grupo Bartolomeu de Depoimentos se relaciona com a história de Antígona?

3. Sob a orientação do professor, debata com os colegas o papel da mulher na luta por justiça e direitos humanos. Durante a discussão, considere outras personagens femininas da mitologia, literatura, cinema, etc.

6 Período Helenístico

A época iniciada com a conquista da Grécia pela Macedônia, no século IV a.C., tornou-se conhecida como **Período Helenístico** e estendeu-se até o século II a.C. Os macedônios foram inicialmente governados por Felipe II (382 a.C.-336 a.C.), vencedor da Batalha de Queroneia. Eles não se limitaram à conquista da Grécia, logo partindo para o Oriente. O conquistador do Oriente, porém, não seria Felipe II, assassinado em 336 a.C. Caberia a seu filho, Alexandre, o Grande, subjugar a Pérsia, o Egito, a Mesopotâmia e outras regiões do Oriente.

Educado por Aristóteles, Alexandre assimilou valores da cultura grega. Após sufocar revoltas internas, expandiu o território sob seu comando, conquistando a Ásia Menor, a Pérsia e chegando até as margens do rio Indo, na Índia. Entretanto, após sua morte em 323 a.C., aos 33 anos de idade, o Império Macedônico se esfacelou, dividido em reinos autônomos sob o governo de alguns de seus generais.

A cultura helenística

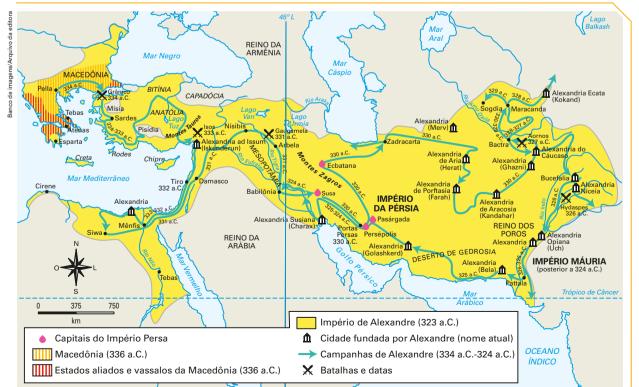
No plano cultural, contudo, a obra de Alexandre sobreviveria ao esfacelamento de seu império territorial. A expansão promovida por ele, com a fundação de diversas cidades (em sua homenagem, algumas delas foram batizadas com o nome de Alexandria), foi a grande responsável pala difusão da cultura grega pelo Oriente. Nesse processo, muitos aspectos da cultura grega se fundiram com as culturas locais, dando origem à **cultura helenística** ou **helenismo**.

Manuel Cohen/Agence France-Presse

Escultura de um atleta produzida durante o Período Helenístico (século IV a.C.-século II a.C.).

helenismo: fusão da cultura grega com a oriental. A denominação da nova cultura derivou do termo que os gregos atribuíam a si mesmos – **helenos**.

O Império de Alexandre, o Grande (século IV a.C.)

Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2004. p. 18.

Dessa forma, o grande feito das conquistas de Alexandre foi favorecer o surgimento de uma nova cultura, herdeira da grega, mas com elementos das culturas orientais. Alexandria (no Egito), Pérgamo (na Ásia Menor) e a ilha de Rodes (no mar Egeu) foram alguns dos principais centros de difusão dos valores da cultura helenística.

O helenismo caracterizou-se por uma arte mais rea-lista, exprimindo violência e dor, componentes constantes dos novos tempos de guerras. Na arquitetura, predominaram o luxo e a grandiosidade – reflexo da imponência do Império Macedônico. Na escultura, turbulência e agitação eram traços significativos. Nas ciências, vale destacar o avanço da Matemática com Euclides (meados do séc. IV a.C.-meados do século V a.C.), um dos pioneiros da Geometria; da Física, com Arquimedes de Siracusa (287 a.C.-212 a.C.); da Geografia, com Eratóstenes (276 a.C.-c. 195 a.C.); e da Astronomia, com Aristarco (310 a.C.-230 a.C.), Hiparco (190 a.C.-120 a.C.) e Ptolomeu (c. 100 d.C.-c. 170 d.C.), este último defensor do geocentrismo, teoria aceita até o início dos tempos modernos (séculos XV-XVI).

O helenismo originou ainda novas correntes filosóficas, tais como:

- o **estoicismo**: fundado por Zenão de Cítio (333 a.C.--264 a.C.), definia a felicidade como o equilíbrio interior, o qual oferecia ao ser humano a possibilidade de aceitar, com serenidade, a dor e o prazer, a sorte e o infortúnio;
- o **epicurismo**: fundado em Atenas por Epicuro (340 a.C.-270 a.C.), essa corrente filosófica pregava a procura de prazeres moderados, de modo a evitar o sofrimento e alcançar a felicidade;
- o **ceticismo:** do grego *sképtomai*, "olhar", "investigar", caracterizava-se pela negação da possibilidade de conhecer com certeza qualquer verdade. O conhecimento depende do sujeito e do objeto estudado; seria, portanto, relativo. A felicidade consistiria em não julgar coisa alguma.

O helenismo ainda acrescentou à cultura grega uma instituição já existente na cultura oriental: o **despotismo**, uma forma de poder autoritário, segundo a qual a autoridade do governante era inquestionável.

A divisão do Império Macedônico, que se seguiu à morte de Alexandre, e as sucessivas lutas internas entre facções rivais resultaram em seu enfraquecimento político, o que possibilitou a conquista romana nos séculos II a.C. e I a.C. Entretanto, mesmo conquistando a Grécia, Roma assimilou muitos de seus valores culturais, o que acabou influenciando a cultura que se disseminou a partir desta cidade.

Observe um dos mais famosos exemplos de escultura helenística: *Laocoonte e seus filhos* (c. 25 a.C.). Nessa imagem, destacam-se a dor e o sofrimento humanos (diante da força das serpentes que os dominam).

Atividades

Retome

1. Vimos neste capítulo que os antigos gregos se organizaram em cidades-Estado. Por que razão, então, falamos na existência de uma unidade denominada Grécia?

2. O desenvolvimento da civilização grega foi precedido pelo florescimento de duas outras culturas na região do Egeu: a cretense e a micênica. Ambas adotavam um sistema político conhecido como palacial. O que caracteriza esse sistema?

3. Que fatores impulsionaram a expansão grega pelo mar Mediterrâneo no século VIII a.C.?

4. Após invadir a região da península do Peloponeso e derrotar os antigos habitantes do local em guerras, os dórios fundaram a cidade-Estado de Esparta. Os descendentes dos dórios passaram a compor a camada dos espartanos. O que aconteceu com os descendentes dos povos derrotados pelos dórios?

5. Várias cidades-Estado aristocráticas da Grécia antiga passaram por transformações que favoreceram o estabelecimento de sistemas democráticos. E Esparta? Essa cidade-Estado experimentou transformações semelhantes? Qual sistema político predominou em Esparta?

6. O que causou o enfraquecimento do regime oligárquico ateniense e a progressiva formação da democracia?

7. Qual é a relação existente entre as Guerras Médicas e a eclosão da Guerra do Peloponeso?

8. De que maneira a política de conquistas adotada por Alexandre, o Grande, chefe militar e imperador macedônico, deu origem à cultura helenística?

Aplique

9. Leia a seguir um trecho de uma entrevista concedida em Manaus pelo arquiteto e urbanista Jaime Kuck ao *Jornal do Commercio*. Nela, Kuck fala sobre mobilidade urbana e sustentabilidade.

> [...]
>
> **JC**: Manaus ainda pode se transformar numa capital sustentável?
>
> **JK**: Manaus tem potencial para ser a capital ecológica do mundo. Temos os igarapés, os rios, a mata, temos tudo e temos uma população que está crescendo intelectualmente e economicamente e que não vai mais se conformar com a incompetência e exploração desmedida. A população está desenvolvendo uma cultura que valoriza a arquitetura e urbanismo e isso faz muita diferença.
>
> **JC**: Quais são as suas sugestões para que Manaus venha a se tornar uma cidade inteligente?
>
> **JK**: Bom transporte coletivo, espaços convidativos que levem as pessoas a sair da clausura, se encontrar. Precisamos evoluir da *city* para a pólis grega onde se discutiam politicamente os problemas da cidade.
>
> [...]
>
> MARIA, Tanair. Manaus precisa de infraestrutura, diz Jaime Kuck. *Portal Amazônia*. Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias-detalhe/cidades/manaus-precisa-de-infraestrutura-diz-presidente-do-conselho-de=-arquitetura-e-urbanismo/?cHash-b99182810af775740d63f42fb9869e9a> Acesso em: 15 dez. 2015

Agora, faça o que se pede.

a) Na entrevista, Jaime Kuck associa a pólis grega à atitude de "sair da clausura, se encontrar". Pense no que você estudou neste capítulo sobre as póleis da Grécia antiga e explique essa associação.

b) Como você definiria o que Kuck chama de "city"?

c) Para os autores do *Dicionário de política*, a palavra pólis designa

> Uma cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos.
>
> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2010. v. 2. p. 954.

Levando em consideração essa definição e com base em seus conhecimentos, o que é necessário para que uma cidade moderna aproxime-se do modelo da pólis, como sugere Jaime Kuck?

10. O texto a seguir foi escrito por Aristóteles, um dos mais importantes filósofos da Grécia antiga, e apresenta um raciocínio do filósofo sobre a capacidade do ser humano de ser justo. Leia-o atentamente e faça o que se pede.

> Ora, cada qual julga bem as coisas que conhece, e desses assuntos ele é bom juiz. Assim, o homem que foi instruído a respeito de um assunto é bom juiz nesse assunto, e o homem

que recebeu instrução sobre todas as coisas é bom juiz em geral. Por isso, um jovem não é bom ouvinte de preleções sobre a ciência política. Com efeito, ele não tem experiência dos fatos da vida, e é em torno destes que giram as nossas; além disso, como tende a seguir as suas paixões, tal estudo lhe será vão e improfícuo, pois o fim que se tem em vista não é o conhecimento, mas a ação. E não faz diferença que seja jovem em anos ou no caráter; o defeito não depende da idade, mas do modo de viver e de seguir um após outro cada objetivo que lhe depara a paixão. A tais pessoas, como aos incontinentes, a ciência não traz proveito algum; mas aos que desejam e agem de acordo com um princípio racional, o conhecimento desses assuntos fará grande vantagem. [...]

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 5.

a) Os gregos revolucionaram o conhecimento ao buscarem explicações para o mundo fora do campo mítico e religioso. O texto de Aristóteles ilustra bem essa mudança. De acordo com ele, o que deveria funcionar como guia para as ações humanas?

b) De acordo com o filósofo, por que os jovens não eram, em geral, bons juízes? Você concorda com Aristóteles? Justifique sua resposta.

Analise uma fonte primária

11. O texto a seguir é um trecho de um discurso de Demóstenes (384 a.C.-322 a.C.), conhecido orador e político ateniense. Leia o trecho e faça o que se pede.

Assim que o meu nome foi pronunciado, ele correu para a tribuna e pôs-se a caluniar-me, falando muito, muito depressa e aos gritos – vocês viram – sem apresentar qualquer prova para as suas acusações, nem entre os demotas, nem entre os outros atenienses; e convidou a assembleia a excluir-me. Pedi que a questão fosse analisada no dia seguinte, porque já era tarde, eu não tinha ninguém para me ajudar e tinha sido apanhado de surpresa: assim ele poderia desenvolver sua acusação e apresentar testemunhas, se as tivesse; quanto a mim, poderia apresentar a minha defesa em assembleia plenária e apresentar o testemunho dos meus pais; e fosse qual fosse a sentença da assembleia, eu estava pronto a aceitá-la. Mas ele não levou em conta a minha proposta e mandou imediatamente distribuir os boletins de voto pelos **demotas** presentes, sem me permitir nenhuma defesa, sem organizar um debate contraditório. Os seus **acólitos** apressaram-se a votar. Já era noite e cada um deles recebeu dois ou três boletins de voto de Eubulides e puseram-nos na urna: prova disso é que quando se chegou à altura de contar os votos, havia, para espanto geral, mais de sessenta quando os votantes não eram mais de trinta. Como prova de que falo a verdade, quando digo que a votação não foi feita em **assembleia plenária** e que houve mais votos do que votantes, vou apresentar testemunhas. Para dizer a verdade, atenienses, não pude ter como testemunhas nenhum dos meus amigos nem outros atenienses porque era tarde e eu não tinha convocado ninguém; mas posso recorrer ao testemunho dos que me excluíram injustamente. Eles não poderão negar os fatos que pus por escrito, para que não sejam esquecidos.

DEMÓSTENES. "Contra Eubulides". In: MOSSÉ, Claude. *O cidadão na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 48.

demotas: aqueles inscritos em um demos (nesse contexto, uma espécie de distrito).
acólitos: assistentes, apoiadores políticos.
assembleia plenária: reunião em que todos os membros de uma assembleia estão convocados.

a) Para interpretar esse documento, você deve contextualizá-lo. Para isso, antes de fazer as questões relativas ao documento, pesquise e responda.
- Qual era o regime político adotado por Atenas no século IV a.C.?
- Quem tinha direito à participação política em Atenas?
- Procure identificar alguns dos acontecimentos que se desenrolaram na Grécia durante o século IV a.C.

b) Para quem Demóstenes está discursando?

c) A quem Demóstenes está se referindo?

d) Qual é o objetivo de Demóstenes com esse discurso?

e) Qual foi a acusação feita por Demóstenes no discurso?

f) Com base no discurso de Demóstenes, descreva o funcionamento de uma assembleia em Atenas.

g) De acordo com o documento acima, a democracia ateniense tinha falhas? Justifique.

h) Tomando como base esse documento, podemos afirmar que nossas instituições tomam como base o modelo político grego? Por quê?

Articule passado e presente

12. O texto a seguir trata de uma escola no município de São Paulo (SP) onde os alunos seguem um modelo pedagógico diferente do adotado na maioria das escolas. Leia a reportagem e depois faça o que se pede.

Mesmo tendo adotado, há 12 anos, um modelo pedagógico inovador, a Escola Municipal Pres. Campos Salles ainda tem de lidar com episódios de violência. Com cerca de mil alunos, o colégio fica em Heliópolis, comunidade da zona sul de São Paulo. Em um desses incidentes, o aluno do 4º ano Felipe Rodrigues presenciou um colega cuspir em uma professora.

Como parte de sua responsabilidade, coube ao jovem, de 11 anos, conversar com o agressor. "Olha, pede desculpa à professora. Você tinha que pensar antes de fazer isso", contou sobre o tom usado com o estudante indisciplinado.

Felipe faz parte da comissão mediadora de sua sala, um grupo de 10 a 15 alunos, eleito pela própria turma para cuidar dos problemas enfrentados ao longo do ano letivo. "Há estudantes que têm dificuldade em matemática. Outros, na educação física. E há estudantes que têm dificuldade nas atitudes", ressalta a coordenadora pedagógica da escola, Amélia Arrobal Fernandez.

As comissões fazem parte do projeto pedagógico adotado pela escola de ensino fundamental, que tem como base a integração com a comunidade e a gestão participativa. O modelo é inspirado na portuguesa Escola da Ponte. "Os problemas da escola são os da comunidade. Os problemas da comunidade também são da escola", diz Amélia.

[...]

Após a abordagem, o colega indisciplinado se sentiu mais à vontade para contar a Felipe um pouco de seus problemas pessoais. "Ele até desabafou. Nós conversamos e falamos que o que ele precisasse, nós ajudaríamos. O jeito de ele se expressar é bater nas pessoas. O que ele sofre, desconta aqui", diz em referência a outro jovem que relatou sofrer agressões do tio alcoólatra.

Esse tipo de trabalho, que parte dos estudantes, tende, segundo a coordenadora, a ter resultados mais efetivos do que atitudes tomadas diretamente pelos adultos. "Por mais que professores, família e gestores interfiram, eles falam a mesma língua. As coisas têm o mesmo sentido e significado para eles. É diferente ouvir do próprio segmento", acrescenta Amélia.

[...]

O projeto da Campos Salles aboliu a divisão do conteúdo por matérias e do tempo por aulas. Os alunos de diferentes idades estudam em grandes salões a partir de roteiros de estudos discutidos em assembleias. "Aqui é uma escola que não tem aula. Não acreditamos em aula expositiva, onde o professor escolhe um conteúdo e algo a explicar que não partiu necessariamente do desejo ou da dúvida real do estudante", explica Amélia. O aprendizado vem por meio das leituras, pesquisas e discussões mediadas pelos professores.

A resolução de conflitos garante, de acordo com a coordenadora, as condições para que a proposta funcione. "Se não houver uma convivência democrática e respeitosa, não existirá ambiente de estudo e aprendizagem. Porque a convivência é a base de tudo."

Apesar de aumentar a responsabilidade dos jovens, que devem tomar decisões sobre os caminhos a seguir, a proposta também aumenta a sensação de liberdade. "Minha irmã estudava em escola estadual. Ela me contava que lá era cheio de grades. Eu ia morrer sufocada. Aqui não tem grades", comenta Ana Suellen Sousa da Silva, de 14 anos, que fez na escola todo o ensino fundamental.

Ao atuar ativamente na resolução de conflitos, a professora Valéria Vieira acredita que os alunos também começam a se preparar para os desafios da vida adulta. "Principalmente quando ele entrar para o mercado de trabalho, quando terá que resolver problemas, se relacionar com outras pessoas." [...]

ALUNOS fazem mediação de conflitos em escola da capital paulista. *Último segundo*. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-02/alunos-fazem-mediacao-de-conflitos-em-escola-da-capital-paulista.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

a) Em que aspectos a escola vista na reportagem é diferente da escola onde você estuda? Em que aspectos é parecida?

b) É possível traçar algum paralelo entre a maneira como os atenienses cuidavam da vida pública, na Antiguidade, e a forma como os alunos da escola vista na reportagem resolvem os seus problemas escolares nos dias atuais? Explique.

c) Em sua opinião, o modelo pedagógico adotado na escola mostrada na reportagem favorece o desenvolvimento da cidadania? Justifique.

CAPÍTULO 6

A civilização romana

Ahmad Atwah/Alamy/Latinstock.

Ruínas da Praça Oval, em Jerash, na Jordânia. No século II, uma série de construções foram erguidas nesta cidade, ocupadas pelos romanos havia mais de cem anos. Construções que seguiram uma estética ao gosto dos dominadores e destinadas a cumprir funções típicas do modo de vida romano. Atualmente, restam ruínas de um hipódromo, de teatros, templos e palácios. Foto de 2015.

O Império Romano atingiu diferentes povos e sociedades não somente nos aspectos políticos e econômicos, mas também culturais, como indica a foto acima. Hoje, é possível perceber a influência de um povo sobre outro? Que evidências dessa influência podem ser notadas?

1 Roma e nós

São muitas as contribuições romanas à civilização contemporânea. A língua portuguesa, por exemplo, é uma das ramificações do latim, língua original dos romanos. O cristianismo surgiu e se expandiu a partir da Palestina, sob o domínio romano. Foi ainda na civilização romana que a Igreja cristã se consolidou, ao se tornar religião oficial do Estado.

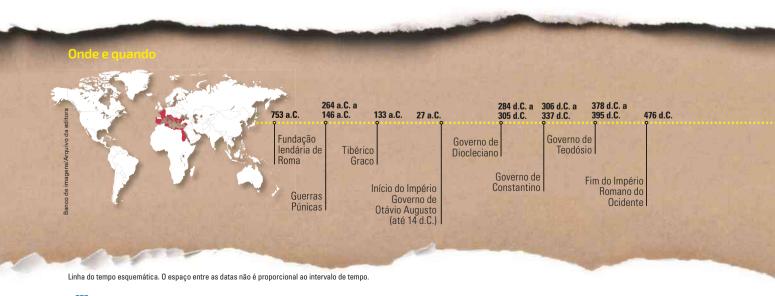
Entretanto, na opinião de muitos pensadores, o Direito Romano foi a mais importante contribuição dessa civilização. O Direito Romano era reflexo da organização social romana, altamente complexa e ordenada, e foi estruturado a partir da Lei das Doze Tábuas (450 a.C.). Ainda hoje é uma das fontes de inspiração do Direito nas modernas sociedades democráticas.

A civilização romana teve uma longa duração. Das origens da cidade de Roma à sua derrocada, foram mais de dez séculos de história. Como aconteceu na fase inicial das póleis gregas, a monarquia prevaleceu como sistema de governo em sua época mais remota. Neste capítulo estudaremos os principais destaques dessa formação e a evolução de Roma.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Lukasz Janyst/Alamy/Latinstock.

Ruínas romanas em Dougga, Tunísia, norte da África. Foto de 2013.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 Da fundação de Roma ao fim da monarquia

Roma nasceu de um pequeno povoado nas terras férteis do **Lácio**, região localizada no centro da península Itálica onde recebeu influência de diversos povos indo-europeus que ali se fixaram desde o século X a.C. Entre esses povos estavam os **sabinos**, os **úmbrios** e os **latinos**. Também tiveram destaque os **etruscos**, um aglomerado de povos de origem incerta, que fundaram várias cidades-Estado ao norte e centro da península, alcançando predomínio sobre outros povos no século VII a.C., inclusive na região do Lácio.

A cidade de Roma foi fundada no século VIII a.C., ao sul da Etrúria (região dos etruscos), na margem esquerda do rio Tibre. Pesquisas históricas indicam que as aldeias que deram origem à cidade foram reunidas e viveram sob um governo monárquico até o século VI a.C. Observe o mapa a seguir.

A localização de Roma

Adaptado de: DUBY, G. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2006. p. 25-28.

A Itália primitiva e seus principais povos

Além dessa versão histórica, há uma versão lendária sobre a fundação de Roma registrada pelo poeta Virgílio (c. 70 a.C.-19 a.C.), em seu longo poema épico *Eneida* (leia o boxe abaixo).

Lendas à parte, o fato é que os grupos familiares que ocupavam Roma em sua origem (clãs) eram governados por um rei (monarquia), que detinha também o comando do Exército e da Justiça, além de exercer a função de sacerdote. Os quatro primeiros reis (Rômulo, Numa Pompílio, Túlio Hostílio e Anco Márcio) fazem parte das nar-

A lenda da fundação de Roma

Numitor, o rei da cidade de Alba Longa, foi expulso do trono por seu irmão, Amúlio. Enquanto isso, Reia Sílvia, a filha de Numitor, engravidou após ter relações com o deus Marte e deu à luz dois gêmeos, Rômulo e Remo. Enraivecido, Amúlio ordenou que as crianças fossem jogadas no rio Tibre. Elas foram depositadas em um cesto e carregadas pela correnteza, mas acabaram retidas nas margens do rio. Os gêmeos sobreviveram graças a uma loba que os amamentou. Tempos depois, eles foram encontrados e criados por um casal de pastores. Já adultos, Rômulo e Remo descobrem sua origem, matam Amúlio e colocam o avô, Numitor, novamente no trono. Os irmãos decidem então fundar uma cidade no local em que foram encontrados, mas Rômulo mata Remo e dá seu nome à nova cidade, Roma, fundada sobre o monte Palatino em 753 a.C., tornando-se o primeiro dos sete reis do período monárquico romano.

Símbolo de Roma, essa escultura de bronze representa a loba mitológica amamentando os gêmeos Rômulo e Remo. Durante muito tempo considerou-se que essa estátua era do século V a.C. No entanto, em 2009, estudiosos dataram-na com radiocarbono e descobriu-se que ela foi criada entre os séculos XII e XIII, quase 1700 anos depois do que se presumia.

rativas lendárias da história romana. Os três últimos (Tarquínio, o Velho; Sérvio Túlio; e Tarquínio, o Soberbo) reinaram no período de dominação etrusca. Sobre sua existência há registros históricos confiáveis.

Durante esse período, a economia romana era essencialmente agrícola. Do ponto de vista social, a elite era formada pelos **patrícios**, grandes proprietários de terra que gozavam de privilégios políticos e religiosos. Abaixo deles estavam os **plebeus**, homens livres que inicialmente não tinham direitos políticos. Muitos deles eram **clientes** – pessoas que prestavam serviços aos patrícios, além de ser seus dependentes ou agregados. Na mais baixa situação social estavam os **escravos**, que haviam chegado a essa condição porque não puderam pagar suas dívidas, ou porque foram vencidos em guerras. Considerados simples instrumentos de trabalho, eram ainda pouco numerosos no período monárquico.

Do ponto de vista político, o poder do rei era controlado pelo Senado ou Conselho dos Anciãos, que era dominado pelos patrícios. O conjunto dos cidadãos em idade militar e aptos para lutar formava a **Assembleia** ou Cúria.

No fim do século VII a.C., a estabilidade romana foi quebrada pela dominação dos etruscos, que impuseram sua força militar e política, passando a nomear os reis da cidade. Tarquínio, o Soberbo, último rei de origem etrusca, que governou de 534 a.C. a 509 a.C., foi deposto por uma **insurreição** liderada pelos patrícios. A Monarquia foi abolida. O poder supremo passou a ser representado pelo Senado, e um regime de características oligárquicas, a **República**, foi formado.

insurreição: rebelião, revolta.

Vivendo naquele tempo

A velhice e a família patrícia romana

Na Antiguidade, a expectativa de vida variava entre 30 e 50 anos de idade, devido às inúmeras doenças que afligiam a maior parte da população. Por isso, o número de idosos entre os habitantes de uma cidade romana era muito menor quando comparado com as sociedades modernas.

No entanto, em virtude de melhores condições de vida, havia uma maior presença de idosos entre as famílias mais ricas. Nessas famílias, os idosos, especialmente os homens, tinham, em geral, um lugar de prestígio e autoridade: eram vistos como detentores de grande sabedoria e guardiões da tradição.

Na vida privada, o chefe das famílias patrícias (o *pater familias*) exercia seu poder sobre a mulher, os filhos e filhas, os escravos e os clientes, isto é, homens livres que lhe deviam favores e reverência. Mesmo na velhice, ele era a maior autoridade da casa e governava as propriedades da família. Um casamento, por exemplo, só podia ser consumado se fosse aprovado por pais e avós, caso estivessem vivos.

Na vida política, a importância dos velhos para a aristocracia e, de modo geral, para a sociedade romana materializava-se na própria organização do poder, baseado no Senado, que significa conselho de anciãos (do latim *senatus*, mesma raiz de *senex*, que significa 'senil', e de *senior*, que significa 'ancião'). Para Marco Tulio Cícero (103 a.C.-43 a.C.), um dos maiores filósofos da Roma antiga, os atributos da velhice também eram as qualidades do Senado:

> Em verdade, se a velhice não está incumbida das mesmas tarefas que a juventude, seguramente ela faz mais e melhor. Não são nem a força, nem a agilidade física, nem a rapidez que a autorizam as grandes façanhas; são outras qualidades, como a sabedoria, a clarividência, o discernimento. Qualidades das quais a velhice não só não está privada, mas, ao contrário, pode muito especialmente se valer.
>
> [...] Se essas qualidades não existissem entre os velhos, nossos antepassados jamais teriam chamado o conselho supremo de Senado, isto é, “assembleia dos anciãos”.

CÍCERO, Marco Túlio. *Saber envelhecer e a amizade*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007. p. 18-20.

Estátua de mármore, c. século I, de Togatus Barberini, um senador romano, segurando as imagens (bustos) de seus ancestrais. Museus Capitolinos, Itália.

DEA/G. Nimatallah/De Agostini/Getty Images.

3 República (séculos VI a.C.-I a.C.)

O governo republicano passou a ser exercido pelos **magistrados**, com assessoria do Senado. Entretanto, na prática, o Senado era o órgão máximo de poder na nova estrutura política instaurada em Roma. Ele exercia funções legislativas e controlava toda a administração e as finanças, tendo poder até mesmo para declarar guerra. Seus integrantes eram vitalícios e pertenciam a um grupo restrito de famílias abastadas.

Os magistrados que administravam a república eram eleitos para mandatos de um ano e não recebiam nenhuma remuneração por esse trabalho, o que levava somente os mais ricos (os patrícios) para a magistratura.

As instituições republicanas completavam-se com as assembleias romanas (centurial, curial e tribal), encarregadas da nomeação dos magistrados e da **ratificação** das leis. Veja o esquema da página seguinte.

magistrados: funcionários do poder público investidos de autoridade. O termo originou-se do latim *magistratus*, que significa 'o cargo de governar' ou 'pessoa que governa'. Em Roma, referia-se aos detentores de cargos políticos.
ratificação: confirmação ou validação (no caso, confirmação da aprovação de uma lei que já passou pelo Senado).

Assembleias romanas

Na Roma antiga, havia três assembleias: a centurial – convocada pelos cônsules, consistia numa reunião do exército dividido em centúrias (grupos de cem homens), formadas por patrícios e plebeus ricos, que votavam as leis, decidiam pela guerra e pela paz e elegiam os magistrados; a curial dedicava-se aos assuntos religiosos; a tribal era formada por 35 tribos romanas. Inicialmente, havia os *concilia plebis*, com a participação apenas da plebe (as decisões, *plebiscita*, eram aplicadas apenas aos plebeus). Mais tarde, os plebiscitos se tornaram obrigatórios a todos os cidadãos, e as assembleias passaram a contar com a participação de patrícios e plebeus. Elegiam os magistrados em votações realizadas no fórum, no local denominado *comitium*. Tinham também atribuições judiciais e, a partir do século III a.C., passaram a votar todas as leis.

Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

Representação de um grupo de senadores romanos, século II a.C. Durante a República, a oligarquia patrícia consolidou seu predomínio por meio do Senado, principal instância de poder. Note que os senadores vestiam uma toga sobre a túnica, denotando o *status* que detinham.
A toga era um pano de lã com pouco mais de 5 metros de comprimento por 2,5 metros de largura. Era pouco prática para atividades manuais. Na sociedade romana havia diferentes togas: a escura, para pessoas de luto; a toga cândida, alvejada com cal, para os candidatos a eleições; entre outras.

Leituras

Os textos a seguir foram escritos pelo historiador inglês Dominic Rathbone. Eles apresentam informações valiosas a respeito do papel feminino na sociedade romana e da vida íntima de famílias e casais.

Mulheres

Embora a sociedade fosse dominada pelos homens, as mulheres romanas tinham mais direitos e independência que as gregas. Elas não podiam votar nem se candidatar em eleições, mas podiam possuir bens e comandar seus próprios empreendimentos. Esta é a estátua de Eumáquia, uma das cidadãs mais ricas de Pompeia. Patrona da **guilda** dos pisoeiros (estofadores), ela usou sua riqueza para erguer um edifício público impressionante, junto ao fórum de Pompeia.

Araldo de Luca/Corbis/Latinstock/Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália.

Estátua de Eumáquia, sacerdotisa que gozava de grande popularidade em Pompeia, por volta do século I a.C.

guilda: associação de trabalhadores de um mesmo ofício (*collegia*) que visava proteger os interesses de seus integrantes.

Família romana

Embora a palavra "família" venha do latim, a noção dos romanos era muito diferente da atual de '"família nuclear"'. A família romana tradicional era chefiada pelo homem mais velho, o *pater familias* ("pai de família"), que tinha autoridade sobre os membros, inclusive os netos e os escravos. Ele selecionava marido e mulher para os filhos, arranjando os casamentos deles com outros *pater familias*. Seus filhos adultos podiam ter esposa e filhos, mas não se tornavam chefes das próprias famílias antes da morte do pai. As filhas, muitas vezes, continuavam sob a autoridade do pai mesmo após casadas. Os antepassados já mortos faziam parte da família: seus retratos eram expostos na casa e seus túmulos visitados regularmente.

Aliança de noivado

Os casamentos eram realizados em junho, mês da deusa Juno, padroeira das esposas e das mães. Antes da cerimônia ocorria a festa de noivado, em que o noivo dava à noiva um anel, usado no mesmo dedo em que hoje se usa a aliança de casamento. Para explicar o costume, o autor Aula Gélio (c. 125 d.C.--180 d.C.) escreveu: "Quando se abre o corpo humano, vê-se um nervo muito delicado, que começa nesse dedo e chega ao coração".

RATHBONE, Dominic. *História ilustrada do mundo antigo*. São Paulo: Publifolha, 2011. p. 213 e 266.

Aspectos do sistema político

O sistema político republicano era controlado pelos patrícios, daí seu caráter oligárquico. Os plebeus, marginalizados e descontentes com sua situação, eram fonte de crescente tensão, e a Roma republicana vivia sempre sob a possibilidade de uma convulsão social.

Em 494 a.C., os plebeus, revoltados, retiraram-se de Roma para o Monte Sagrado, onde exigiram representação política na cidade. Os patrícios cederam à pressão e criaram o cargo de **tribuno da plebe**, que, eleito pelos plebeus, tinha poder de veto sobre as decisões do Senado. Observe no esquema da página ao lado como funcionava a República romana.

Para atenuar as tensões sociais, outras concessões foram feitas pelos patrícios. Em 450 a.C. foi elaborada a **Lei das Doze Tábuas**, primeira compilação das leis romanas. Até então, as leis eram transmitidas oralmente e quase sempre manipuladas a favor dos patrícios. Após essa medida, as leis ficavam expostas em tábuas no prédio do fórum romano, para conhecimento de todos. Em 445 a.C., foi permitido o casamento entre patrícios e plebeus. Em 367 a.C., os plebeus passaram a ter acesso às terras públicas.

Mesmo assim, os conflitos sociais continuaram, principalmente em consequência das transformações econômicas provocadas pela política de expansão territorial da República romana.

Estrutura política da República romana

Ilustrações: Rodval Matias/Arquivo da editora

- governavam Roma
- propunham as leis

2 cônsules
dirigiam o Estado

2 pretores
aplicavam a Justiça

4 edis
reabasteciam e administravam Roma (estradas e polícia, por exemplo)

20 questores
lidavam com as finanças

OS MAGISTRADOS

- tinham o direito de se opor às decisões dos magistrados

10 TRIBUNOS DA PLEBE

- prestavam assessoria aos magistrados
- dirigiam a política externa
- monitoravam as finanças e a religião
- em caso de grave crise (interna ou ameaça externa), o Senado suspendia o poder dos 2 cônsules e indicava o nome de um ditador, que tinha plenos poderes pelo período máximo de 6 meses

O SENADO
300 senadores designados para o cargo

eram recutados pelo Senado

- recenseavam os cidadãos

OS 2 CENSORES
(antigos cônsules)

eleitos anualmente pelas Assembleias

eleitos a cada 5 anos pelas Assembleias

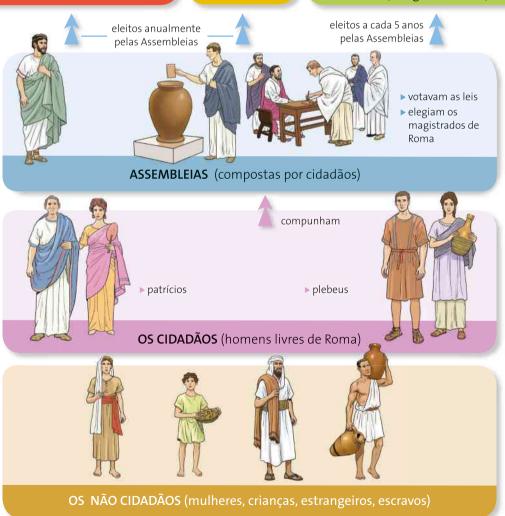
- votavam as leis
- elegiam os magistrados de Roma

ASSEMBLEIAS (compostas por cidadãos)

compunham

- patrícios
- plebeus

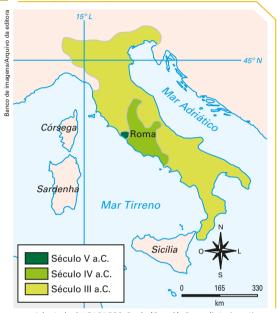
OS CIDADÃOS (homens livres de Roma)

OS NÃO CIDADÃOS (mulheres, crianças, estrangeiros, escravos)

A expansão territorial romana

Inicialmente, essa expansão ocorreu pelo restante da península Itálica e contou com alianças com povos vizinhos, flexibilização com relação à cidadania, extensão dos direitos e enfrentamentos militares. Entre os séculos V a.C. e III a.C., Roma dominou toda a península. Com isso, pouco a pouco, o latim tornou-se a língua oficial entre os povos itálicos.

A expansão romana provocou atrito com uma importante potência adversária no Mediterrâneo: Cartago, cidade fundada pelos fenícios no norte da África. Tiveram início, assim, as **Guerras Púnicas** (264 a.C.-146 a.C.). Esses conflitos foram resultado da disputa entre Roma e Cartago pela hegemonia comercial na bacia do Mediterrâneo. Um dos principais destaques do conflito foi a disputa pelo domínio do sul da península Itálica e da ilha da Sicília, região também conhecida como Magna Grécia.

As Guerras Púnicas culminaram com a destruição de Cartago. Esse resultado significou um impulso para o controle romano de vastos territórios. Diferentemente do que ocorreu com as regiões conquistadas na península Itálica, a Sicília tornou-se uma província romana e, como tal, era explorada e obrigada a pagar tributos.

Após a derrota de Cartago, Roma conquistou toda a bacia do Mediterrâneo. Em seu expansionismo, Roma conquistou também a península Ibérica e reinos helênicos, expandindo os domínios romanos. Observe os mapas a seguir.

A conquista da península Itálica

Adaptado de: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale*. Milano: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 171 e 219.

Bacia mediterrânea: *mare est nostrum* (século II a.C.)

Adaptado de: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale*. Milano: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 171 e 219.

A expansão romana a partir da península Itálica foi uma preparação para a conquista do Mediterrâneo, segundo a máxima "*Mare est nostrum*" (O mar é nosso), cunhada em moedas romanas da época. Veja no mapa, no alto, a conquista da península Itálica.

A expansão provocou profundas transformações: o Senado passou a administrar um vasto território e Roma passou a ser a capital de um grande império. Os bens e riquezas vindos das províncias conquistadas, pela pilhagem ou pela cobrança de tributos, convergiam para Roma. Isso produziu um impacto na economia, incluindo a queda cada vez mais acentuada dos preços dos produtos agrícolas devido a uma maior oferta de produtos.

Os patrícios ligados ao Senado eram os maiores proprietários de terras. Os pequenos proprietários plebeus da península Itálica, não encontrando condições de sobreviver no campo, vendiam suas terras e transformavam-se em mão de obra barata na cidade.

Roma, em consequência, passou a crescer desmedidamente. A distribuição desequilibrada das riquezas elevou a tensão social. Milhares de escravos chegavam dos territórios conquistados, consolidando a economia escravista. Surgia uma poderosa classe de negociantes enriquecidos, chamados de **homens-novos**, ansiosos por alguma participação política. Toda essa situação configurou a crise da República romana, pois o governo oligárquico não tinha mais condições de fazer frente às crescentes pressões sociais e políticas.

Como os romanos obtinham escravos

Os romanos apossavam-se de escravos através de procedimentos extremamente legítimos: ou compravam do Estado aqueles que fossem vendidos "debaixo da lança" como parte do botim; ou um general podia permitir àqueles que fizessem prisioneiros de guerra conservá-los, com o resto do produto do saque; ou obtinham a posse de escravos comprando -os de outros que fossem seus senhores em virtude de um dos métodos anteriores.

Fragmento da História Antiga dos Romanos (IV, 24) do historiador grego Dionísio de Halicarnasso (século I a.C.). In: CARDOSO: Ciro Flamarion S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. p. 140.

Conflitos e transformações na República

Uma tentativa de superação da crise foi a proposta de reforma agrária, formulada pelos irmãos Tibério e Caio Graco. Eleito tribuno da plebe em 133 a.C., Tibério propunha que o tamanho das propriedades rurais fosse limitado ao equivalente a 125 **hectares**. Sua lei agrária chegou a ser aprovada, mas contrariava os interesses dos patrícios, que haviam ocupado essas terras. Insatisfeitos, eles promoveram o assassinato de Tibério.

Anos mais tarde, em 124 a.C., seu irmão Caio Graco, também eleito tribuno da plebe, retomou a luta pela reforma agrária. Ele propunha a divisão das terras públicas e sua distribuição entre os plebeus. Mais uma vez, a proposta suscitou a oposição dos patrícios, que cercaram Caio Graco nas proximidades de Roma. Encurralado, Caio pediu a um escravo que o matasse.

Esses conflitos, somados às campanhas militares no exterior, levaram os generais a ocupar um lugar privilegiado na cena política. Para os senadores, eles representavam a possibilidade de restaurar a ordem pela força. Entre esses militares, destacou-se o general Caio Mário (157 a.C.-86 a.C.), um homem novo que foi eleito cônsul seis vezes consecutivas. Mário ampliou o recrutamento militar, permitindo o alistamento de cidadãos sem posses, e modificou a organização do exército romano: os soldados passaram a receber um **soldo** e parte dos **espólios de guerra**, além de um lote de terra após 25 anos de carreira militar. Com essas medidas, os soldados passaram a preferir servir generais vitoriosos, já que seriam beneficiados com isso. Assim o poder dos generais nas disputas políticas se fortaleceu e a lealdade aos líderes militares passou a sobrepor-se a fidelidade à República e ao seu mais órgão representativo, o Senado.

Lúcio Cornélio Sila (138 a.C.-78 a.C.) foi outro general importante. Sila era rival de Caio Mário e estava mais ligado à aristocracia. Nesse período houve uma divisão entre as tropas que apoiavam Sila e as tropas que apoiavam Mário e suas ideias reformistas, resultando em seguidos confrontos.

Em 82 a.C., após a morte de Mário, Sila tornou-se **ditador** de Roma com o apoio do Senado e amparado pela *Lex Valeria* (Lei Valéria). De acordo com essa lei, ele governaria sem limite de tempo. Durante sua administração ditatorial, opositores foram perseguidos e eliminados, naquilo que ficou conhecido como **proscrições de Sila**. Em 78 a.C., contudo, Sila renunciou à ditadura após aumentar o número de membros do Senado e tirar os poderes legislativos dos tribunos da plebe.

hectare: área equivalente a 10 mil metros quadrados.
soldo: remuneração a militar de qualquer grau.
espólios de guerra: objetos e riquezas conquistados pelo lado vencedor de uma batalha ou guerra. Podem ser objetos de valor, como ouro, armas, obras de arte, etc.

Em 73 a.C., as tensões sociais que dilaceravam a República explodiram em uma gigantesca rebelião de escravos liderada pelo gladiador Espártaco (em latim, Spartacus), que viveu entre 120 a.C. e 70 a.C. Escritos romanos (como os dos historiadores Apiano e Plutarco) registram que Espártaco, ao desertar de uma tropa auxiliar do exército romano, foi capturado e tornado escravo. Dotado de grande força física, foi comprado por um negociante e levado para uma escola de gladiadores em Cápua (região da Campânia, na Itália), tornando-se líder de cerca de 120 mil escravos fugidos, somados às mulheres e crianças durante a **Guerra dos Escravos** ou **Guerra dos Gladiadores**. A revolta se estendeu de 73 a.C. a 71 a.C. e infligiu sérias derrotas aos exércitos romanos até ser controlada pelo comandante Marco Licínio Crasso (115 a.C. - 53 a.C.). Antes dessa rebelião, também chamada de **Terceira Guerra Servil**, ocorreram outras duas revoltas, em 135 a.C. e 104 a.C., na Sicília, contra a escravidão.

Everett Collection/AGB Photo.

Cena do filme *Spartacus*, produção estadunidense de Stanley Kubrick, de 1960.

Leituras

O texto a seguir, da historiadora Alice Maria de Souza, destaca a interpretação de Apiano de Alexandria (c. 95-c. 165) sobre a atuação de Sila na política republicana romana. Apiano fez seus comentário em seu livro *História romana*, escrito durante o governo do imperador Marco Aurélio no século II d.C.

Relatos de um historiador romano

Apiano apresenta Sila como um cidadão que lutou para defender a cidade e foi constantemente motivado por boas intenções, sugerindo que os seus atos, desde a invasão de Roma até a devolução do governo da cidade para os Cônsules, foram fundamentados unicamente pela necessidade de restaurar as instituições tradicionais e manter a ordem.

“A partir deste momento, os líderes de facções lutaram entre si com grandes exércitos, segundo o costume da guerra, e a pátria estava envolvida como um prêmio para estes. [...]” (APIANO, História Romana II. Guerras Civis I, 55).

Ao longo do relato destes confrontos entre Mário e Sila, Apiano apresenta a ambição como motivadora das ações do primeiro e nobres intenções para as do segundo. Segundo o autor, Sila, questionado por um mensageiro sobre o que o levava a marchar contra Roma, respondeu: “[...] para livrá-la dos tiranos” (APIANO, História Romana II. Guerras Civis I, 57). Após a tomada da cidade, aconteceu uma assembleia em que os vencedores do conflito estabeleceram algumas mudanças no governo que, segundo eles, lamentavelmente, “havia sido entregue desde muito tempo aos demagogos”, o que justificava suas ações (APIANO, História Romana II. Guerras Civis I, 59). Dentre estas mudanças, podemos citar o retorno da votação por centúrias (e não mais por tribos), cuja função é assim explicada por Apiano: “[...]as votações, não estando mais nas mãos dos pobres e desenfreados, mas sim nas dos ricos e prudentes, não seriam mais o foco de sedições” (APIANO, História Romana II. Guerras Civis I, 59).

Muito distante no tempo de Apiano, o atual historiador Rodrigo E. González Córdoba ressalta o que denomina de “historiadores nazistas”, que interpretaram Sila como “pertencente à verdadeira raça de sangue romano, cujas medidas pretendiam salvar a república romana”.

SOUZA, Alice Maria de. Acerca das interpretações sobre Lúcio Cornélio Sila: breve estudo. Disponível em: <www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20(142).pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

Estátua de Otávio Augusto, de 20 a.C. aproximadamente, vestido como um comandante vitorioso.

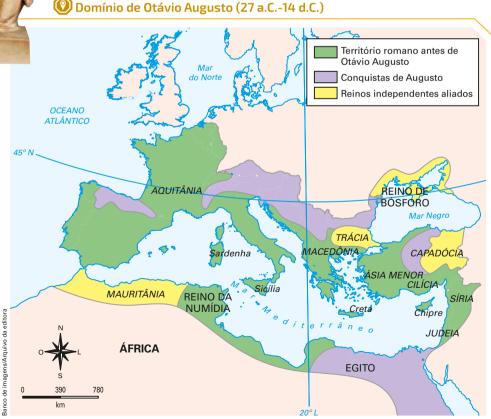
Araldo de Luca/Corbis/Latinstock

O fim da República

As constantes disputas pelo poder entre os militares resultaram na criação de **triunviratos**, governos de três líderes político-militares – o que também aguçou divergências. O primeiro triunvirato foi formado em 60 a.C. pelos generais Júlio César (100 a.C.-44 a.C.), Pompeu (106 a.C.-48 a.C.) e Crasso.

Depois da morte de Crasso, desencadeou-se uma guerra civil entre as forças de Júlio César, sobrinho aristocrata de Caio Mário, e de Pompeu, vinculado ao grupo aristocrata conservador. César venceu o conflito, foi declarado ditador vitalício e assassinado em pleno Senado, em 44 a.C.

Seguiu-se o segundo triunvirato, formado por Marco Antônio (83 a.C.-30 a.C.), Otávio (63 a.C.-14 d.C.) e Lépido (c. 89 a.C.-c. 13 a.C.), que provocou novos confrontos. Otávio derrotou seus rivais em 31 a.C. e recebeu do Senado os títulos de *princeps* ("primeiro cidadão") e *imperator* ("o supremo"). Atribuiu a si mesmo o título de *augustus* ("divino"). Essas medidas consumavam a concentração de poderes nas mãos de Otávio. Era o fim da República e o começo do Império Romano. Observe no mapa abaixo as conquistas de Otávio Augusto.

Domínio de Otávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.)

Adaptado de: BARBERIS, Carlo. *Storico antica e medievale.* Milano: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 329.

4 O Alto Império (séculos I a.C.-III d.C.)

Com a centralização do poder nas mãos do imperador e a diminuição do poder do Senado, ocorreu uma profunda reforma política em Roma. Além de deter o poder político, o imperador passou também a ser cultuado como uma divindade, como indica seu título de *augustus* (“divino”).

Ao implantar o Império, Otávio Augusto promoveu reformas administrativas que favoreceram a expansão da **burocracia**, que passou a seguir critérios censitários, ou seja, de acordo com os rendimentos. Essa burocracia era formada tanto pela antiga aristocracia patrícia (que assim mantinha seus privilégios) quanto por comerciantes enriquecidos com a expansão territorial (homens novos que, dessa forma, ganhavam espaço na partilha do poder). Atenuava-se, assim, a tensão social entre as camadas mais abastadas.

burocracia: nesse contexto, o termo refere-se a um sistema de hierarquias com distribuição de funções e responsabilidades na administração pública.

Otávio praticou várias vezes a doação de trigo ao povo. Promoveu também diversos tipos de jogos, disputas e combates entre gladiadores. Leia mais sobre o assunto no boxe a seguir.

Leituras

Em seu livro *O pão e o circo*, o historiador Paul Veyne propõe um estudo sobre o funcionamento político de Roma. Leia a seguir um trecho de uma entrevista com ele.

Pão e circo

A doação ocupava um lugar muito importante na sociedade romana: pão (sob a forma da distribuição de trigo), circo (organização de lutas de gladiadores) e festins públicos para o povo, mas também distribuição de terras, presentes para marcar o início do ano, presentes para o imperador e seus funcionários, etc. A maioria dos monumentos públicos das cidades greco-romanas (anfiteatros, basílicas, termas, etc.) foi oferecida por notáveis. Eu estava convencido de que essas doações não guardavam relação nenhuma com uma tentativa de despolitização e de manobra dos poderosos para afastar o povo da política. Na sociedade romana, os notáveis não eram senhores que viviam em seus castelos, mas nobres que viviam na cidade – como, aliás, aconteceria mais tarde, na Itália medieval –, e essa nobreza enxergava a cidade como sua propriedade, que ela governava. Em lugar de embelezar seus castelos, os nobres embelezavam a própria cidade, com o mecenato: construíam monumentos públicos e, assim, com sua generosidade, mostravam que eram ricos e poderosos. Essas doações ostentatórias também eram destinadas a mostrar que a cidade não podia viver senão graças a eles. Não se trata de uma despolitização dos espíritos, mas de um cálculo político mais sábio.

VEYNE, Paul. Paul Veyne e a História. Entrevista realizada por Martine Fournier. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2009. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/terceiros/2009/09.06.paulveyneeahistoria_entrevista.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

Vito Arcomano/Alamy/Latinstock

Vista noturna do Coliseu. Roma, Itália. Foto de 2013.

Aspectos da expansão territorial

Além de garantir os privilégios da elite burocrática e o sustento da plebe, Otávio manteve a expansão territorial como objetivo permanente do Império. Roma conquistava territórios cada vez mais extensos. Centenas de milhares de estrangeiros eram escravizados e seu trabalho estava na base da economia romana.

O governo de Otávio Augusto foi caracterizado ainda pela ampliação do comércio entre as províncias, pela construção de estradas, pontes e aquedutos e por grandes realizações culturais. A literatura floresceu, destacando-se a atuação do ministro Caio Mecenas (70 a.C.-8 a.C.), que apoiou financeiramente artistas e escritores como os poetas Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), Horácio (65 a.C.-8 a.C.) e Ovídio (43 a.C.-18 d.C.). O apoio de Mecenas aos artistas deu origem ao termo **mecenato**, utilizado para designar o patrocínio de atividades artísticas e culturais. Com Otávio teve início o Alto Império.

Alguns governantes do Alto Império

Após sua morte, seguiram-se governantes tradicionalmente lembrados de maneira negativa. Tibério (42 a.C.-37 d.C.) foi o segundo imperador. De acordo com alguns historiadores, seu governo teria sido marcado pela imoralidade e pela corrupção. Foi por essa época que Jesus Cristo foi crucificado. O terceiro imperador, Calígula (12 d.C.-41 d.C.), teria sido um déspota, e Cláudio (10 a.C.-54 d.C.), que o sucedeu, foi envenenado pela própria esposa.

O imperador Nero (37 d.C.-68 d.C.), sucessor de Cláudio, foi acusado de atear fogo em Roma e culpar os cristãos – presos e levados às arenas para enfrentar leões e outros animais selvagens em espetáculos públicos. Embora certas fontes históricas, como os escritos dos historiadores Tácito e Suetônio, não descrevam o imperador de forma favorável, outros relatos falam de sua popularidade entre o povo romano. Atualmente, a visão de Nero como "imperador maldito" tem sido questionada e revista por novas interpretações (leia o texto a seguir).

As violentas disputas sucessórias foram superadas somente com a dinastia dos **Flávios** (68 d.C.-96 d.C.) e, em especial, com a dos **Antoninos** (96 d.C.-192 d.C.), e Roma retomou a expansão territorial. As últimas anexações do Império e a estabilidade financeira firmaram a fase final do apogeu romano. Destacaram-se os imperadores Trajano, que retomou a ampliação do território, e Marco Aurélio, conhecido como o "imperador filósofo".

Leituras

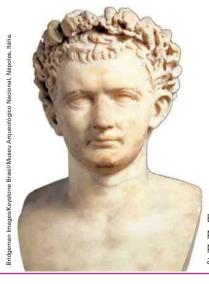
No texto a seguir, o jornalista, escritor e político italiano Massimo Fini compara os imperadores Nero e Constantino, que estudaremos mais à frente.

Um imperador maldito?

Entretanto, é essa mesma historiografia cristã, ou de inspiração cristã, que penetrou profundamente em todos os níveis nas nossas escolas e ainda dita normas. Assim, quando se fala de um imperador como Constantino, responsável pela adoção do cristianismo como religião do Estado, omite-se que assassinou o filho e a mãe. Além disso, dá-se-lhe mais importância histórica do que realmente teve, enquanto Nero continua sendo tão somente um monstro. [...]

Porém, a historiografia moderna dá um retrato muito mais equilibrado do "imperador maldito". Os historiadores anglo-saxões, franceses, romenos (pode parecer estranho, mas o mais importante centro de Estudos Neronianos está em Bucarest), além do italiano Mario Attílio Levi, foram os principais responsáveis pela recente e severa revisão crítica do personagem Nero e sua obra. E a imagem que resulta disso, ao menos como homem público, é muito diferente, ou melhor, completamente contrastante com as descrições habituais.

FINI, Massimo. *Nero, o imperador maldito*. São Paulo: Scrita Editorial, 1993. p. 13.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália.

Busto de Nero produzido por volta do ano 75 d.C.

O Coliseu

O Coliseu, um dos principais símbolos do Império Romano, começou a ser construído em 72 d.C., por ordem do imperador Flávio Vespasiano. As obras estenderam-se por anos e só foram concluídas no governo de seu filho, Tito. O edifício foi oficialmente chamado de Anfiteatro Flaviano e tinha capacidade para acomodar 50 mil pessoas. O nome Coliseu, segundo alguns estudiosos, teria sido atribuído somente séculos depois, devido à estátua chamada Colosso de Nero, encontrada nas proximidades da antiga construção.
O anfiteatro chegou a abrigar combates que duraram mais de cem dias e comemoravam sua inauguração.

DM7/Shutterstock/Glow Images

Calcula-se que mais de 10 mil gladiadores morreram em 320 anos de lutas.

Adaptado de: CHANDLER, Fiona. *História Universal verbo do mundo antigo*. Lisboa: Editorial Verbo, 2000. p. 867.

1. No primeiro piso do Coliseu ficava o lugar destinado às pessoas mais abastadas de Roma. Também havia um local exclusivo para o imperador e seus convidados, a chamada tribuna imperial, num ponto próximo à arena.

2. Os outros andares eram destinados à plebe em geral. Havia lugares específicos para mulheres e crianças.

3. A fachada externa do Coliseu foi revestida de mármore e era rica em detalhes; nela havia colunas de diversos estilos e arcadas. Alguns desses arcos abrigavam esculturas de bronze.

4. A arena era o local onde a luta ocorria. Ali, os gladiadores se enfrentavam armados de lanças, espadas, escudos e também lutavam contra animais, como leões, tigres e ursos.

5. Os animais usados nos confrontos eram introduzidos na arena por um mecanismo parecido com um elevador, que os trazia do subsolo até um corredor em pequenas jaulas. De lá eles subiam rampas ou escadarias até chegarem à arena.

6. Havia pontos estratégicos de acesso direto à arena. Por ele entravam e saíam os gladiadores, os animais e até mesmo os cenários utilizados nas reconstituições de grandes batalhas.

7. O Coliseu possuía um tipo de cobertura retrátil, semelhante a um toldo, que podia ser aberto ou fechado e servia para proteger a plateia do sol em dias mais quentes.

Foto aérea do Coliseu, situado em Roma, Itália, de 2011.

Foto de SF Photo/Shutterstock/Glow Images

5 O Baixo Império (séculos III d.C.-V d.C.)

A partir do século III da Era Cristã, a civilização romana mergulhou em sucessivas crises, entrando em um período que alguns historiadores denominam Baixo Império, e outros, Antiguidade Tardia. A expansão territorial, base de toda a riqueza e estabilidade política e social do império, esgotou-se pouco a pouco. Esse esgotamento ocorreu por vários motivos: a própria dimensão territorial alcançada; a pressão dos povos dominados e vizinhos; as dificuldades para novas anexações – devido à distância e aos custos.

Mais importante do que expandir o território era manter e fortalecer as fronteiras do Império. Sem novas conquistas, porém, não havia captura de escravos, e a mão de obra começou a escassear, acrescentando dificuldades à economia. Ao mesmo tempo, os elevados custos para manter as estruturas imperiais, militares e administrativas abalavam a moeda romana, que se desvalorizou. Isso afetou as atividades econômicas e reativou as disputas entre chefes militares, corroendo o poder romano. Tal quadro acelerou a desagregação imperial.

Paralelamente, crescia em meio à população cativa a adesão ao cristianismo, uma nova crença que surgira durante o governo de Otávio. Para os escravos, o caráter ético do espiritualismo cristão era consolador e carregado de esperanças: para os bons cristãos, uma vida melhor após a morte (no paraíso); para os maus, o castigo no inferno. Assim, o cristianismo oferecia aos escravos uma alternativa de salvação, ainda que após a morte.

Capela Arcivescovile, Ravena/The Bridgeman/Keystone

A ascensão do cristianismo correspondeu à desagregação do Império Romano. Cristo é representado nesse mosaico do século V como um legionário que derrota o mal, simbolizado por um leão e uma serpente. Capela do Palácio Episcopal, Ravena, Itália.

A nova religião passou a ter um caráter subversivo para a estrutura política romana, pois era universal, contrária à violência e rejeitava a divindade do imperador. Em número crescente, pessoas livres também se convertiam ao cristianismo.

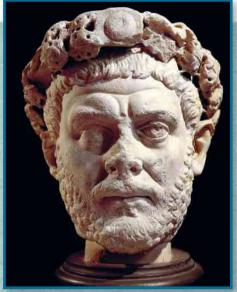
Na tentativa de superar as crises, o Estado romano passou a intervir cada vez mais na vida econômica e social. Alguns dos imperadores que tomaram medidas nesse sentido foram Diocleciano, Constantino e Teodósio.

Dimensões do Império Romano no século III d.C.

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: ATLAS of World History. New York: Oxford University Press, 2002. p. 55.

De Agostini Picture Library/Bridgeman Images/Keystone Brasil/ Museu Arqueológico, Istambul, Turquia.

Cabeça em mármore do imperador Diocleciano, datada do século III d.C. Encontrada na antiga Nicomedia, atual Ízmit, na Turquia.

- **Diocleciano** (284 d.C.-305 d.C.): criou o Édito (decreto) Máximo, que fixou os preços de mercadorias e salários para combater a crescente inflação. Não teve sucesso e os problemas de abastecimento aumentaram. Para administrar o império, Diocleciano ordenou a criação de uma tetrarquia, que dividiu o império em quatro áreas administrativas e militares. Essas áreas ficaram sob o comando de dois Augustos e dois Césares, que respondiam a Diocleciano, o Augusto Senior. Essa medida acabou fortalecendo os militares e a burocracia.

Peter Willi/Bridgeman Images/Keystone Brasil/ Museu do Louvre, Paris, França.

Busto de Constantino, c. 350 d.C. Museu do Louvre, Paris, França.

- **Constantino** (306 d.C.-337 d.C.): tomou providências sobre a política religiosa do Império e, após reunião em Milão, aprovou uma resolução que definia a liberdade de culto aos cristãos. Criou uma segunda capital para o Império, em Constantinopla (antiga Bizâncio, cidade grega), a leste e próxima ao mar Negro, entre a Europa e a Ásia. Ainda em seu governo, ocorreu o **Concílio de Niceia**, em 325 d.C., onde firmou-se uma das bases do cristianismo: o credo na trindade cristã (chamada pelos cristãos de “Santíssima Trindade”: o Pai, o Filho e o Espírito Santo).

concílio: reunião de chefes da Igreja.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Coleção particular.

Soldo, antiga moeda de ouro romana, com a face de Teodósio, datada do século IV d.C.

- **Teodósio** (378 d.C.-395 d.C.): transformou o cristianismo em religião oficial do Império (Édito de Tessalônica). Dividiu o Império Romano em duas partes: Império Romano do Ocidente (com capital em Roma) e Império Romano do Oriente (com capital em Constantinopla), mais tarde chamado de Império Bizantino.

Povos "bárbaros"

No governo de Teodósio, um novo problema agravou a situação já crítica de Roma: o aumento da penetração de povos **bárbaros** – termo que os romanos usavam para denominar os povos que não viviam dentro das fronteiras do Império e não falavam latim. Inicialmente, eles chegaram como trabalhadores agrícolas, muitas vezes arrendando terras antes cultivadas por escravos, e logo sua entrada no Império se transformou em invasão.

A maior parte desses povos era proveniente da Germânia, região que se estendia do rio Reno até o que é hoje a fronteira ocidental da Rússia. Por isso, esses povos são chamados de **germânicos**. Em 476 d.C., um dos povos germânicos, os hérulos, invadiram e saquearam a cidade de Roma, derrubaram o último imperador, Rômulo Augusto, e puseram fim ao Império Romano do Ocidente.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil/Museu de Belas Artes e Arqueologia, Troyes, França.

Fivelas de cinto e braceletes de ouro de um guerreiro germânico datados do século V.

Leituras

O historiador Norberto Luiz Guarinello destaca a importância de substituir a denominação Baixo Império por Antiguidade tardia. É uma perspectiva que apresenta uma nova periodização, que se inicia no século III d.C e vai até o século VII d.C. Ela enfatiza continuidades em vez de rupturas no processo histórico, levando em consideração as interações culturais entre sociedades.

Antiguidade tardia

Antiguidade tardia é uma forma relativamente nova, que alterou as balizas tradicionais da História antiga. Começou a se desenvolver no início do século XX, com os estudos sobre História da Arte do alemão Alois Riegel e vários outros autores, mas só alcançou estatuto de ortodoxia nos últimos trinta anos, sobretudo após a publicação do livro *O mundo da Antiguidade tardia*, do norte-americano Peter Brown, em 1976.

[...] muitos historiadores ainda reafirmam a queda do Império Romano do Ocidente como marco crucial. Mas a maioria tende hoje a ver a penetração dos povos além fronteira, antigamente chamados de bárbaros, como uma nova fase de um processo de integração mais amplo e menos destrutivo, segundo a qual o poder imperial não caiu, mas se reorganizou em unidades políticas menores e interdependentes.

[A Antiguidade tardia] privilegia, antes de tudo, as transformações culturais e religiosas. A expansão do cristianismo, incentivado pelo Estado romano, a imposição progressiva de um culto monoteísta, a importância crescente da Igreja e do monasticismo representaram uma ampliação da integração cultural que uniu, pela primeira vez, os povos "bárbaros" além Reno às regiões a leste do Império, como Pérsia e a península arábica. Cultura, trocas de bens, migrações de povos se dissociaram por alguns séculos, levando o Mediterrâneo a perder, aos poucos, a centralidade que ocupara no Império anterior.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 161-163.

6 A cultura romana

Os romanos herdaram dos gregos a visão humanista do mundo. Politeístas, assimilaram as divindades gregas sob denominações diferentes. Assim, por exemplo, o deus grego Zeus passou a ser Júpiter para os romanos, Dioniso recebeu o nome de Baco, Poseidon, o de Netuno, Afrodite, o de Vênus.

Além da influência grega, as pinturas murais e as esculturas romanas, receberam também influência etrusca e helenística. Os romanos se destacaram igualmente na literatura, com Ovídio, autor de *Arte de amar*; Tito Lívio (c. 59 a.C.-17 d.C.), historiador que nos legou a *História de Roma*; e Virgílio, autor do poema épico *Eneida* (relato da fundação mítica de Roma).

O Coliseu e outros anfiteatros – arenas ovais ou circulares rodeadas de degraus a céu aberto – foram palco de encenações teatrais, festivais públicos e espetáculos de gladiadores.

As termas romanas, local onde eram realizados os banhos públicos, também se destacaram no cotidiano romano. Ponto de encontro dos cidadãos, local de conversação e do exercício da vida política e intelectual, as termas já existiam em outras civilizações, mas foram amplamente desenvolvidas e utilizadas pelos romanos.

Um dos maiores legados romanos à posteridade foi seu código de leis. Dividia-se em *Jus Naturale* (direito natural), compêndio de filosofia jurídica; *Jus Gentium* (direito dos povos), compilação de leis aplicáveis aos estrangeiros; e *Jus Civile* (direito civil), leis aplicáveis aos cidadãos romanos. Veja a seguir o boxe *Para saber mais* sobre a língua falada pelos romanos: o **latim**.

Para saber mais

O latim

O latim era falado originalmente na região do Lácio, onde se desenvolveu a civilização romana. Era a língua oficial do Império Romano e da Igreja católica. O latim clássico, mais refinado e erudito, tornou-se também a língua de grande parte dos pensadores medievais. O latim vulgar, utilizado pelas pessoas comuns, originou as línguas neolatinas (italiano, francês, espanhol, romeno, português, etc.). Embora continue a ser a língua oficial da cidade-Estado do Vaticano, empregada em certos rituais católicos, não é o idioma materno de nenhum país. Entretanto, o alfabeto latino, derivado dos alfabetos etrusco e grego, continua a ser o mais amplamente usado no mundo, e muitas das expressões em latim são utilizadas também no meio jurídico.

Virgílio (70-19 a.C.)
Eneida: poema épico trata das virtudes romanas. Narra a história da origem romana, com Enéas como herói refugiado de Troia que chega à Itália .

Horácio (65-8 a.C.)
As Sátiras: narrativa sobre os vícios e costumes da sua época.
As Epístolas: texto de influência grega, trata de valores, sexualidade feminina, entre outros.

Ovídio (43 a.C.-18 d.C.)
As metamorfoses: narrações mitológicas
A arte de amar: poemas didáticos.

Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.)
História de Roma: conta da fundação até o ano 9 a.C. Composto por 142 livros, apenas 35 são conhecidos. Aborda a grandeza de Roma.

Sêneca (4 a.C.-65 d.C.)
Consolationes (Consolos): sobre o estoicismo, viver de acordo com a natureza. De acordo com essa escola filosófica, o ser humano é apenas uma peça dentro de uma lógica maior que rege o Universo.

Petrônio (27-66 d.C.)
Satiricon: novela que aborda os excessos da sociedade romana antiga.

Tácito (56-120 d.C.)
Annales e *Historiae*: obras que abordam a história de Roma. Em suas obras, criticou o poder excessivo dos imperadores.

Juvenal (55-128 d.C.)
Sátiras: poemas que criticam os costumes e vícios da Roma antiga. Juvenal era reformador.

Allinari/Bridgeman Images/Keystone Brasil/ Musei Capitolini, Roma, Itália.

Busto de Virgílio esculpido em pedra. Autoria e data desconhecidas.

Atividades

Retome

1. Identifique e caracterize os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade romana no tempo em que Roma estava sob domínio etrusco.
2. Da sua fundação até o século VI a.C., Roma foi uma monarquia, estando o rei sob controle do Senado. Que acontecimentos desencadearam o fim do regime monárquico?
3. Após a expulsão do último rei etrusco de Roma, a cidade se tornou uma república. A palavra "república" (em latim, *res publica*) significa "Coisa pública, aquilo que é de todos". Podemos afirmar que todos os magistrados que governavam Roma representavam os interesses de toda a população romana? Justifique.
4. Que importância teve a criação do cargo de tribuno da plebe, no século V a.C., para a evolução política da República romana?
5. Além da criação do tribunato da plebe, outras conquistas plebeias aumentaram seu poder de pressão e participação na vida pública romana. Cite duas dessas conquistas e explique sua importância.
6. As Guerras Púnicas, ocorridas entre os séculos III e II a.C., opuseram as cidades de Cartago e Roma, e terminaram com a vitória desta última. Qual a razão do conflito entre as duas cidades e que efeito a vitória teve para o desenvolvimento da história romana?
7. Qual é a principal diferença entre o governo imperial e o governo republicano romano?
8. Cite três mudanças promovidas por Otávio Augusto durante seu império.
9. Depois da fundação do Império por Otávio Augusto, transformações lentas e graduais produziram uma crise profunda em Roma, abalando suas estruturas e culminando com o esfacelamento do Império. Identifique essas transformações e relacione-as ao enfraquecimento romano.

Pratique

10. A seguir, leia um texto em que a filósofa Marilena Chaui comenta as definições de **república** e de **povo** do pensador Marco Túlio Cícero (106 a.C.-43 a.C.). Depois, responda ao que se pede.

"A coisa pública (*res publica*) é a coisa do povo (*res populi*). Povo não é qualquer aglomeração de homens reunidos de qualquer modo, mas o conjunto de uma multidão de homens associados pelo consenso do direito (*iuris consensu*) e da utilidade comum (*utilitatis communione*). Quanto à causa primeira dessa associação, não é tanto a fraqueza, mas uma certa propensão natural dos homens a se congregar, pois os homens não são feitos para a solidão nem para uma vida errante. [...]" (*Sobre a república*, I, 39)

Essa definição opera a identidade entre público e o povo e entre este e a associação segundo o direito e a utilidade comum. A coisa pública é a associação de homens pelo reconhecimento de um direito e de uma utilidade pública comuns, portanto, pelo consenso quanto ao justo (*ius*) e ao interesse (*utilitas*) de todos. [...] Em outras palavras, os homens precisam uns dos outros e o instinto põe como natural a origem da república. [...] Para Cícero, o homem é por natureza um animal social. Passa-se da sociabilidade natural à civitas, isto é, à associação política ou sociedade civil quando

"os grupos se fixam num lugar determinado para aí permanecer e depois, por seu trabalho acrescentado à força natural do local escolhido, erguem casas, templos e praças e lhe dão o nome de vila ou fortaleza. Todo povo, isto é, uma multidão agrupada nas condições que expus, toda cidade (*civitas*), que é a constituição de um povo, toda coisa pública (*res publica*), que eu disse ser coisa do povo, para ser duradoura necessita ser governada por algum órgão deliberativo (*consilium*). E este órgão deve primeiramente estar sempre unido à causa que engendrou a cidade (*civitas*)" (*Sobre a república*, I, 41)

A instituição do Estado se dá, portanto, com a instituição de um órgão de deliberação, ou seja, um governo; e sua estabilidade e longa duração dependem de uma única condição, a que se mantenha unido à sua causa instituinte o povo formado pelo consenso do direito e da utilidade comum. Quando isso acontecer, diz Cipião, a cidade é eterna. [...]

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da Filosofia*: as escolas helenísticas, v. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 230-231.

a) Como Cícero define república?
b) Conforme o texto, o que define o "povo"?
c) De acordo com Cícero, qual deve ser o principal papel do Estado?
d) Pesquise notícias publicadas em jornais e revistas que podem ir contra a ideia de república formulada por Cícero.

11. Leia com atenção o trecho redigido pela historiadora Maria Luiza Corassin:

> O exército na República, composto pelos ***assidui***, era convocado no momento da guerra e dispensado no final da campanha. Não existia um exército permanente profissional, nem serviço militar no sentido que hoje damos a esta expressão. Todos os cidadãos incluídos nas cinco classes do censo podiam ser chamados a qualquer momento, cada um pagando seu próprio equipamento militar, que era variável segundo o nível de fortuna.
>
> À medida que o cidadão foi perdendo suas terras, ocorreu sua "proletarização", no sentido romano do termo: transformou-se em um ***proletarius*** por não ter o censo suficiente sequer para ser inscrito na quinta classe. No decorrer do século II, as autoridades romanas foram forçadas a baixar várias vezes esse limite mínimo do censo, para poder recrutar tropas. Os cidadãos pobres, praticamente excluídos dos direitos de cidadania, eram também excluídos dos deveres cívicos – o serviço militar, em primeiro lugar.
>
> CORASSIN, Maria Luiza. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, p. 40.

Agora, responda:

a) Qualquer romano poderia integrar as legiões romanas? Explique.

b) Estabeleça uma relação entre o trecho e as propostas de reforma agrária dos irmãos Graco.

12. Observe o mapa.

Império Romano: rotas comerciais (séculos I e II)

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *The Times Concise Atlas of World History*. London: Times Books Limited, 1986. p. 24-25.

a) Identifique a extensão do Império Romano. Depois, nomeie os continentes que eram interligados pelo comércio romano.

b) Elenque, para cada continente, três produtos comercializados.

c) Analisando o mapa, comente qual o interesse romano na conquista da bacia Mediterrânea.

13. Em um artigo publicado na revista *História Viva*, o professor de Ciências da Religião Simon C. Mimouni escreveu:

> Como todos os condenados, Jesus trazia em torno do pescoço um letreiro que explicava o motivo de sua condenação [...]. De fato, condenar Jesus como "Rei dos Judeus" constituía para as autoridades romanas uma força de dissuasão: elas pensavam levar assim à reflexão qualquer pessoa que tivesse sido tentada a insurgir a população por qualquer motivo nacionalista.
>
> O letreiro indicativo do delito permitia identificar, no direito romano, qual lei tinha sido aplicada. No caso de Jesus foi a "lex de maiestate", uma lei anterior a Júlio Cesar e a Augusto que punia com a morte a alta traição em relação ao Estado – ou seja, Jesus foi condenado por rebelião em relação à autoridade imperial.
>
> MIMOUNI, Simon C. A morte de um rebelde. In: *História Viva*, edição especial temática nº 19, São Paulo: Segmento-Duetto editorial, p. 72.

a) No século I, a Palestina foi palco de diversas rebeliões protagonizadas por judeus hostis à presença romana. Ao mesmo tempo, Augusto e, depois seu sucessor, Tibério, buscaram consolidar as conquistas romanas e reforçar as fronteiras do Império. Estabeleça uma relação entre esse cenário, a crucificação de Jesus e as perseguições posteriores aos cristãos.

b) Explique por que o episódio da crucificação de Jesus, narrado acima pelo professor Simon Mimouni, ilustra a importância que os romanos davam às instituições criadas no período republicano mesmo depois de o imperador ter concentrado muitos poderes.

Analise uma fonte primária

14. Entre os séculos I a.C. e I d.C., Roma vivia a expansão do território imperial, mantendo os povos conquistados sob controle militar. Os gauleses eram um desses povos. Eles foram derrotados pelos romanos no século I a.C., após uma longa guerra. Observe a imagem a seguir:

a) No relevo ao lado, é possível identificar dois grupos de combatentes. O que diferencia cada grupo?

b) O que a imagem sugere sobre o desenvolvimento da batalha representada? Justifique.

c) Os romanos deixaram vários arcos do triunfo pelo Império. Com base na imagem levante uma hipótese para explicar qual era a função desses arcos.

Imagebroker/Glow Images

Friso do Arco do Triunfo localizado na cidade de Orange, na França. O arco foi erigido no século I, durante o governo de Augusto, depois reconstruído por Tibério.

Articule passado e presente

15. O artigo a seguir foi publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 26 maio de 2002, ano em que aconteceu a primeira Copa do Mundo na Ásia.

No Oriente, Japão se fantasia de Ocidente

João Carlos Assumpção
Enviado especial a Yokohama

Na primeira Copa em solo asiático, um dos coanfitriões, o Japão, justamente o país que abrigará a final do torneio, colocará em campo uma "seleção do ocidente". Não só pelo visual, mas também pelos costumes.

Como disse o técnico Philippe Troussier, 47, francês que comanda a seleção japonesa, "é resultado da globalização".

"O oriente se ocidentalizou, o que pode ter aspectos positivos, mas também tem os negativos. O mundo não pode viver de um pensamento único", afirmou o treinador à Folha, durante lançamento do livro "Passion" – "Paixão", em português –, sua autobiografia, que chegou às livrarias japonesas na semana passada.

O sinal da ocidentalização é claro. Está estampado no visual dos jogadores – dos 23 convocados por Troussier, pelo menos 12 estavam "loiros" ou "ruivos" na apresentação da equipe.

[...]

O sociólogo Shinji Kamikawa, 48, crítico de TV no Japão, diz que "o oriente parece perdido em muitos aspectos". "A influência não é só de quem vai ao exterior e volta, mas está em todos os lugares, principalmente na televisão. Parece que estamos desenvolvendo um complexo de inferioridade, de que aquilo que é falado em inglês é melhor, os costumes estrangeiros são."

Ele reclama do fato de os desenhos animados japoneses não apresentarem personagens com olhos puxados. "Só pode prejudicar o processo de identificação de nossas crianças, que começam a invejar os traços ocidentais."

Segundo Kamikawa, uma novela que faz sucesso no país – "Sakura"– trata justamente dessa questão. "Mostra uma garota [Elizabeth Sakura] da quarta geração de descendente de japoneses" criada nos EUA e que, aos 23 anos de idade, vai estudar no Japão. É um choque cultural. A garota se percebe mais japonesa do que os próprios japoneses. Não há mais respeito aos velhos, não se pensa mais tanto no coletivo, muita coisa mudou", conta ele.

[...]

No Oriente, Japão se fantasia de Ocidente. *Folha de S.Paulo*, 26 de maio de 2002. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2605200214.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

a) Qual é o tema da notícia?

b) Que analogia é possível fazer entre o que aconteceu no passado com os povos dominados pelos romanos e o que aconteceu recentemente no Japão?

c) No passado, a cultura latina se difundiu em razão das conquistas militares romanas. Hoje, o que explica a difusão da cultura ocidental?

Enem e vestibulares

Enem

1. Ao visitar o Egito do seu tempo, o historiador grego Heródoto (484-420/30 a.C.) interessou-se por fenômenos que lhe pareceram incomuns, como as cheias regulares do rio Nilo. A propósito do assunto, escreveu o seguinte:

> Eu queria saber por que o Nilo sobe no começo do verão e subindo continua durante cem dias; por que ele se retrai e a sua corrente baixa, assim que termina esse número de dias, sendo que permanece baixo o inverno inteiro, até um novo verão. Alguns gregos apresentam explicações para os fenômenos do rio Nilo. Eles afirmam que os ventos do noroeste provocam a subida do rio, ao impedir que suas águas corram para o mar. Não obstante, com certa frequência, esses ventos deixam de soprar, sem que o rio pare de subir da forma habitual. Além disso, se os ventos do noroeste produzissem esse efeito, os outros rios que correm na direção contrária aos ventos deveriam apresentar os mesmos efeitos que o Nilo, mesmo porque eles todos são pequenos, de menor corrente.

Adaptado de: HERÓDOTO. *História* (trad.). livro II, 19-23. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc. 2. ed. 1990. p. 52-53.

Nessa passagem, Heródoto critica a explicação de alguns gregos para os fenômenos do rio Nilo. De acordo com o texto, julgue as afirmativas abaixo.

I. Para alguns gregos, as cheias do Nilo devem-se ao fato de que suas águas são impedidas de correr para o mar pela força dos ventos do noroeste.
II. O argumento embasado na influência dos ventos do noroeste nas cheias do Nilo sustenta-se no fato de que, quando os ventos param, o rio Nilo não sobe.
III. A explicação de alguns gregos para as cheias do Nilo baseava-se no fato de que fenômeno igual ocorria com rios de menor porte que seguiam na mesma direção dos ventos.

É correto apenas o que se afirma em

a) I.
b) II.
c) I e II.
d) I e III.
e) II e III.

2.

O cômputo da Idade da Terra
Da Criação até o Dilúvio ________ 1656 anos
Do Dilúvio até Abraão ________ 292
Do Nascimento de Abraão até o Êxodo do Egito ________ 503
Do Êxodo até a Construção do Templo ________ 481
Do Templo até o Cativeiro ________ 414
Do Cativeiro até o Nascimento de Jesus Cristo ________ 614
Do Nascimento de Jesus Cristo até hoje ________ 1560
Idade da Terra ________ 5520 anos

Documento I

Avalia-se em cerca de quatro e meio bilhões de anos a idade da Terra, ela comparação entre a abundância relativa de diferentes isótopos de urânio com suas diferentes meias-vidas radiativas.

Documento II

Considerando os dois documentos, podemos afirmar que a natureza do pensamento que permite a datação da Terra é de natureza

a) científica no primeiro e mágica no segundo.
b) social no primeiro e política no segundo.
c) religiosa no primeiro e científica no segundo.
d) religiosa no primeiro e econômica no segundo.

3. O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

Adaptado de: VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função

a) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
b) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
c) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
d) reunir os exercícios para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
e) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

4. No período 750-338 a.C., a Grécia antiga era composta por cidades-Estado, como por exemplo Atenas, Esparta, Tebas, que eram independentes umas das outras, mas partilhavam algumas características culturais, como a língua grega.

No centro da Grécia, Delfos era um lugar de culto religioso frequentado por habitantes de todas as cidades-Estado.

No período 1200-1600 d.C., na parte da Amazônia brasileira onde hoje está o Parque Nacional do Xingu, há vestígios de quinze cidades que eram cercadas por muros de madeira e que tinham até dois mil e quinhentos habitantes cada uma. Essas cidades eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Em torno delas havia roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas. Aparentemente, epidemias dizimaram grande parte da população que lá vivia.

Folha de S.Paulo, ago. 2008 (adaptado).

Apesar das diferenças históricas e geográficas existentes entre as duas civilizações, elas são semelhantes, pois:

a) as ruínas das cidades mencionadas atestam que grandes epidemias dizimaram suas populações.
b) as cidades do Xingu desenvolveram a democracia, tal como foi concebida em Tebas.
c) as duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.
d) os povos do Xingu falavam uma mesma língua, tal como nas cidades-Estado da Grécia.
e) as cidades do Xingu dedicavam-se à arte e à filosofia tal como na Grécia.

5. Para Platão, o que havia de verdadeiro em Parmênides era que o objeto de conhecimento é um objeto de razão e não de sensação, e era preciso estabelecer uma relação entre objeto racional e objeto sensível ou material que privilegiasse o primeiro em detrimento do segundo. Lenta, mas irresistivelmente, a Doutrina das Ideias formava-se em sua mente.

ZINGANO, M. *Platão e Aristóteles*: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2012 (adaptado).

O texto faz referência à relação entre razão e sensação, um aspecto essencial da Doutrina das Ideias de Platão (427 a.C.-346 a.C.). De acordo com o texto, como Platão se situa diante dessa relação?

a) Estabelecendo um abismo intransponível entre as duas.
b) Privilegiando os sentidos e subordinando o conhecimento a eles.
c) Atendo-se à posição de Parmênides de que razão e sensação são inseparáveis.
d) Afirmando que a razão é capaz de gerar conhecimento, mas a sensação não.
e) Rejeitando a posição de Parmênides de que a sensação é superior à razão.

6. Segundo Aristóteles,

na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas.

VAN ACKER, T. Grécia. *A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

a) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
b) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
c) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
d) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
e) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

7. O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX. Todavia, percebe-se que tanto o status quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho. As variações mencionadas dizem respeito

a) ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.
b) à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.
c) ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.

d) à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.

e) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.

8. Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênviros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à

a) adoção do sufrágio universal masculino.
b) extensão da cidadania aos homens livres.
c) afirmação de instituições democráticas.
d) implantação de direitos sociais.
e) tripartição dos poderes políticos.

Vestibulares

9. (Vunesp-SP) Observe a figura.

DEA/G. SIOEN/De Agostini/Getty Images.

Painel decorativo da Tumba de Senedjem (Egito. Século XIII a.C.).

A respeito do contexto apresentado, é correto afirmar:

a) a imagem demonstra que os agricultores das margens férteis do rio Nilo desconheciam a escrita.
b) ao contrário da economia da caça de animais, que exigia o trabalho coletivo, a agricultura não originava sociedades humanas.
c) a imagem revela uma apurada técnica de composição, além de se referir à economia e à cultura daquele período histórico.
d) os antigos egípcios cultivavam cereais e desconheciam as atividades econômicas do artesanato e da criação de animais.
e) a imagem comprova que as produções culturais dos homens estão desvinculadas de suas práticas econômicas.

10. (UFSM-RS)

[...] E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce [...].

Este trecho da música do pernambucano Chico Science (1966-1997) e grupo Nação Zumbi nos remete à vida em cidades, processo que passou a ser significativo na história, a partir do 4º milênio a.C., na Mesopotâmia.

Sobre esse processo é correto afirmar:

a) Com o surgimento e crescimento das cidades, houve um progressivo aumento da especialização do trabalho e da igualdade social, enfraquecendo o poder político.
b) A diminuição da produção agrícola assegurou excedentes para a manutenção de especialistas, desenvolvendo a urbanização em cidades-Estado socialmente desiguais.
c) Apesar da urbanização e das novas tecnologias de irrigação, mantém-se um Estado de caráter exclusivamente político e que não intervém na economia, conservando a ordem social hierarquizada.
d) A sedentarização do homem, o desenvolvimento de cidades, a especialização do trabalho e uma sociedade socialmente desigual levaram à constituição de polos de poder como o Templo e o Palácio.
e) Mesmo se legitimando através de conquistas militares ou como mediadores entre o mundo terreno e o mundo divino, os soberanos separaram a esfera política da religiosa no intuito de conservar uma sociedade desigual.

11. (UFMS) Sobre a Bíblia e a história dos hebreus, é correto afirmar que

a) a Bíblia é, ao mesmo tempo, o livro cujas traduções estão mais espalhadas pelo mundo e, segundo alguns historiadores, um dos menos lidos de todos os *best-sellers*. Além de ser um livro sagrado, ela também é uma importante fonte de pesquisa para o conhecimento da história dos hebreus.
b) o povo hebreu, do qual a Bíblia é originária, desde seus primórdios manifestou total desprezo pelas suas tradições escritas. Isso significa que, para eles, a tradição oral teve mais importância na transmissão de conhecimentos e costumes, enfim, para a manutenção de sua identidade.
c) na Bíblia, a história dos hebreus começa em Gênesis, quando Moisés, um dos patriarcas, recebeu a ordem de deixar a sua terra natal para ir rumo à terra que Deus lhe mostrou para nela se estabelecer.

d) embora a Bíblia seja considerada um livro sagrado, ela não deve ser vista como um documento que possa ser estudado por historiadores, pois religião e ciência são diferentes esferas do conhecimento.

e) a Bíblia, composta pelo Antigo e pelo Novo Testamento, é considerada integralmente um livro sagrado para cristãos, judeus e mulçumanos.

12. (UFSC) Várias sociedades antigas se desenvolveram ao longo de rios. Sobre elas, assinale a(s) proposição(ões) correta(s).

(01) As antigas China e Índia também são consideradas sociedades hidráulicas e se favoreceram, respectivamente, dos rios Amarelo e Indo.

(02) A China antiga foi rica em pensadores, como Sun Tzu, Confúcio e Lao-Tsé. Uma obra conhecida até hoje e que foi produzida no seio desta sociedade é o tratado militar *A arte da guerra*.

(04) A Mesopotâmia, região localizada entre os rios Tigre e Eufrates, foi assim batizada pelos gregos por ficar entre os dois rios.

(08) Vários povos formavam o que conhecemos por Mesopotâmia. Entre os principais, figuram aqueus, jônios, eólios e dórios.

(16) O Egito foi uma sociedade expansionista desde o período inicial de sua unificação política, o que levou aquela sociedade a estender suas conquistas até o território que hoje conhecemos como Paquistão.

(32) O ciclo agrícola proporcionado pelo rio Nilo se refletiu nas concepções mitológicas dos egípcios antigos.

13. (Fuvest-SP)

Não é possível pôr em dúvida por mais tempo, ao passar em revista o estado atual dos conhecimentos, ter havido realmente uma guerra de Troia histórica, em que uma coligação de Aqueus ou Micênios, sob um rei cuja suserania era conhecida pelos restantes, combateu o povo de Troia e os seus aliados. A magnitude e duração da luta podem ter sido exageradas pela tradição popular em tempos recentes, e os números dos participantes avaliados muito por cima nos poemas épicos. Muitos incidentes, tanto de importância primária como secundária, foram sem dúvida inventados e introduzidos na narrativa durante a sua viagem através dos séculos. Mas as provas são suficientes para demonstrar não só que a tradição da expedição contra Troia deve basear-se em fatos históricos, mas ainda que boa parte dos heróis individuais mencionados nos poemas foi tirada de personagens reais.

Carl W. Blegen. *Troia e os troianos*. Lisboa, Verbo, 1971. Adaptado.

A partir do texto acima,

a) identifique ao menos um poema épico inspirado na guerra de Troia e explique seu título;

b) explique uma diferença e uma semelhança entre poesia épica e história para os gregos da Antiguidade.

14. (UnB-DF) Leia o trecho adiante, extraído do poema de Tirteu (séc. VII a.C - Esparta) chamado ARETÉ (excelência).

É um bem comum para a cidade e todo o povo que um homem aguarde, de pés fincados, na primeira fila, / encarniçado e de todo esquecido da fuga vergonhosa, / expondo sua vida e ânimo sofredor, e, aproximando-se, inspire confiança com suas palavras ao que lhe fica ao lado. / Um homem assim distingue-se no combate. / Em breve derrota as falanges furiosas dos inimigos, / com seu ardor detém as vagas da batalha. / Se ele cair na primeira fila, perdendo a cara vida, / deu glória à cidade, ao povo e ao pai, / [...]. O seu túmulo, os seus filhos serão notáveis entre os homens. bem como os filhos dos filhos, e toda a posteridade. / Jamais perecerá a sua nobre glória e o seu renome, / [...].

Com o auxílio do texto, julgue os itens seguintes, relativos à história da Grécia arcaica.

(0) No momento de constituição da “polis”, valores e poderes aristocráticos ainda se encontravam presentes na formação do homem grego.

(1) No séc. VII a.C. espartano, a antiga aristeia – combate singular entre dois guerreiros – já cede lugar às batalhas hoplíticas, em que o sucesso militar depende do desempenho coletivo da falange, dos “pés fincados, na primeira fila”, do compromisso com o companheiro “que lhe fica ao lado”.

(2) O atributo maior do herói homérico, a valentia, fundamental para a conquista da fama mantém-se e transforma-se no renome do soldado da “polis”, que dá “glória à cidade, ao povo e ao pai”.

(3) A definição do estatuto dos cidadãos como semelhantes e iguais, base para consolidação da “polis”, contradiz as transformações militares que substituem o combate individual pelo soldado hoplita.

15. (UPM-SP)

Warner Bros./Everett Collection/AGB Photo

Frank Miller inspirou-se na verdadeira Batalha de Termópilas, ocorrida em 438 a.C., na Grécia, para escrever "Os 300 de Esparta". A adaptação da história em quadrinhos de Miller foi levada ao cinema, em 2006, pelo diretor Zack Snyder, com o título "300". A respeito do contexto das Guerras Médicas (500-479 a.C), tema abordado no filme, assinale a alternativa correta.

a) O domínio e a expansão naval fenícia ameaçavam a hegemonia da Grécia sobre o mar Egeu, o que ocasionou a formação de uma aliança defensiva grega.
b) Desenvolvendo uma política imperialista, Atenas entrou em conflito com Esparta que, agrária e oligárquica, permaneceu fechada à expansão territorial.
c) O expansionismo persa, que já havia dominado cidades gregas da Ásia Menor e estabelecido o controle persa sobre rotas comerciais do Oriente, ameaçava a soberania da Grécia, tornando inevitável o conflito grego-pérsico.
d) Esparta, por priorizar a formação física e militar, cultivando no indivíduo o patriotismo incondicional ao Estado, liderou a ofensiva grega contra os assírios, que ameaçavam as instituições democráticas gregas.
e) O forte espírito militarista presente na cultura helenística e difundido em todas as pólis gregas permitiu que, no conflito contra os medos, a Grécia obtivesse a supremacia militar e se sagrasse vencedora.

16. (UPM-SP)

"... andava pelas ruas e praças de Atenas, pelo mercado e pela assembleia indagando a cada um: 'Você sabe o que é isso que está dizendo?', 'Você sabe o que é isso em que você acredita?', ..., 'Você diz que a coragem é importante, mas o que é a coragem?', 'Você acredita que a justiça é importante, mas o que é a justiça?',..., 'Você crê que seus amigos são a melhor coisa que você tem, mas o que é a amizade?'.

Suas perguntas deixavam seus interlocutores embaraçados,... descobriam surpresos que não sabiam responder e que nunca tinham pensado em suas crenças e valores ...

... as pessoas esperavam que ele respondesse, mas para desconcerto geral, dizia: 'Não sei, por isso estou perguntando.' Daí a famosa frase: 'Sei que nada sei' ".

Marilena Chaui

O texto relaciona-se com:

a) a criação dos princípios da Lógica, por Aristóteles, de maneira a formar uma ciência Analítica: A Metafísica.
b) as tragédias de Sófocles, que tinham como tema dominante o conflito entre o indivíduo e a sociedade.
c) a obstinação do historiador Tucídides em descobrir as causas políticas que determinaram os acontecimentos históricos.
d) as preocupações de Eurípedes com os problemas do homem, suas paixões, grandezas e misérias.
e) a filosofia de Sócrates, voltada para as questões humanas, preocupada com as virtudes morais e políticas.

17. (PUC-PR)

Os animais da Itália possuem cada um sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à mercê do ar e da luz e nada mais: sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças.

Estas são palavras de Tibério Graco, político romano do século II a.C.

Nesse contexto da história de Roma, podemos afirmar que:

a) Roma encontrava-se num período de paz e prosperidade resultado da política da "Paz Romana" promovida pelo regime imperial.
b) Resultado das expansões territoriais, Roma tornou-se superpopulosa; apesar de rica, acentuaram-se as diferenças sociais: de um lado uma aristocracia privilegiada que vivia em meio a festas e mordomias e de outro a maior parte da população vivia na mais absoluta miséria.
c) Esse é um período que coincide com a tentativa de estabelecimento de um regime democrático em Roma, por modelo e influência da política ateniense de Péricles.
d) Nessa época Roma enfrentava as dificuldades das Guerras Médicas em que disputava o território cartaginês com os persas.
e) Nesse período a sociedade romana vivia uma situação de decadência da autoridade central e declínio das atividades comerciais, resultado principalmente da disseminação do cristianismo.

18. (Unicamp-SP)

Após a tomada e o saque de Roma pelos visigodos, em 410, pagãos e cristãos interrogaram-se sobre as causas do acontecimento. Para os pagãos, a resposta era clara: foram os maus princípios cristãos, o abandono da religião de Roma, que provocaram o desastre e o declínio que se lhe seguiram. Do lado cristão, a queda de Roma era explicada pela comparação entre os bárbaros virtuosos e os romanos decadentes: dissolutos, preguiçosos, sendo a luxúria a origem de todos os seus pecados.

Adaptado de: LE GOFF, Jacques. Decadência. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 382-385.

a) Identifique no texto duas visões opostas sobre a queda de Roma.
b) Entre o surgimento do cristianismo e a queda de Roma, que mudanças ocorreram na relação do Império Romano com a religião cristã?

UNIDADE 3

Europa, periferia do mundo

A Idade Média (séculos V ao XV) corresponde ao esboço da construção da Europa. Esse longo período apresenta marcas, valores e patrimônios de civilizações anteriores, principalmente a grega e a romana, e dá a eles novas roupagens. Os capítulos desta Unidade mostram que, após dez séculos de história e de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, a Europa estava prestes a deixar a posição de periferia do mundo.

Idade Média

Robert Harding/Corbis/Latinstock.

Vista da Catedral de Santa Sofia e seu reflexo no espelho-d’água. Construída entre 532 e 537, quando Istambul, localizada na Turquia, ainda se chamava Constantinopla, é considerada patrimônio mundial pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (Unesco). Fotografia de 2014.

1 Idade Média: idade das trevas?

Segundo o historiador Jacques Le Goff, a História

> parece ser contínua, mas ela também é feita de mudanças. Há muito tempo os especialistas buscaram localizar e definir essas mudanças, recortando, nessa continuidade, as seções que primeiramente chamamos de “idades” e depois “períodos” da História.
>
> LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 11.

Para essa época que vamos estudar, boa parte dos historiadores usou o fim do Império Romano do Ocidente como marco inicial da Idade Média. Contudo, estudiosos como o próprio Le Goff se posicionaram contra essa periodização e defendem a denominação Antiguidade tardia, que se estende do século III ao século VII, como vimos no Capítulo 6. Para esses historiadores, o período seguinte é a **longa Idade Média ocidental**, que vai do século VII até a primeira metade do século XVIII. Como vimos, essas divisões são criações dos historiadores e não são um ato neutro. Mas quando surgiu a denominação Idade Média? Le Goff afirma que o poeta italiano Petrarca (1304-1374) foi o primeiro a empregar a expressão e o bibliotecário Giovanni Andrea (1417-1475) foi o precursor dessa periodização tradicional. Porém, a expressão só passou a ser amplamente utilizada a partir do final do século XVII.

Médio é uma palavra que usamos para designar algo que está no meio, em uma posição intermediária entre um ponto e outro. Na periodização eurocêntrica tradicional, a Idade Média estaria entre a Idade Antiga e a Idade Moderna. Assim, o período de aproximadamente dez séculos, que vai da queda do Império Romano do Ocidente, em 476, até a conquista de Constantinopla pelos **turcos otomanos** em 1453, foi chamado de Idade Média.

Por muito tempo, estudiosos associaram ideias de atraso, retrocesso, escuridão cultural ao período medieval. De acordo com eles, a Igreja teria impedido o avanço do pensamento, da política e das artes ao dominar todas as esferas da vida das pessoas.

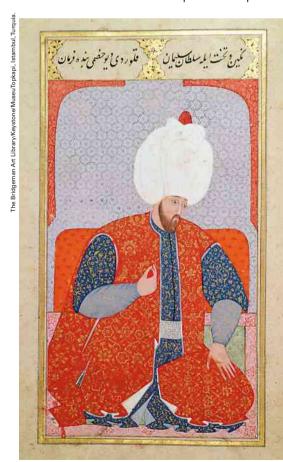
Durante o **Renascimento**, a Idade Média foi considerada uma época de atraso e de empobrecimento da cultura europeia. Os ingleses chegaram a criar a expressão *dark ages* (que significa ‘era sombria’ ou ‘idade das trevas’) para designar esse período.

Os intelectuais que inspiraram a Revolução Francesa de 1789 também tiveram um papel importante na construção desse preconceito. Isso porque associaram a Idade Média ao misticismo, aos privilégios da nobreza e do clero e à exploração servil dos camponeses.

turcos otomanos: povo originário da Ásia central. No século X, deslocaram-se para a região onde hoje se localiza a Turquia e lá fundaram um grande Império séculos mais tarde. Foram forças desse Império que conquistaram Constantinopla em 1453.

Renascimento: período da história europeia entre os séculos XIV e XVI, caracterizado por um grande florescimento das ciências e das artes e pelo apreço aos ideais, valores e modelos greco-romanos. Foi durante o Renascimento que artistas como Michelangelo e Leonardo da Vinci trabalharam e marcaram a história das artes.

The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Topkapi, Istambul, Turquia.

Osman I, representação em tinta e folhas de ouro sobre papel, do século XVI. Acervo do Museu Topkapi, na Turquia.

Hoje, porém, sabemos que isso não procede, pois foi durante a Idade Média que se assentaram algumas das bases do mundo moderno. Foi nessa época que se formou a burguesia, grupo social que comandaria a passagem do regime feudal para o sistema capitalista, que hoje vigora na maioria dos países. Foi também durante a Idade Média que surgiram as primeiras universidades na Europa e que se constituiu o primeiro Parlamento da História (criado na Inglaterra no século XIII), base da democracia representativa moderna.

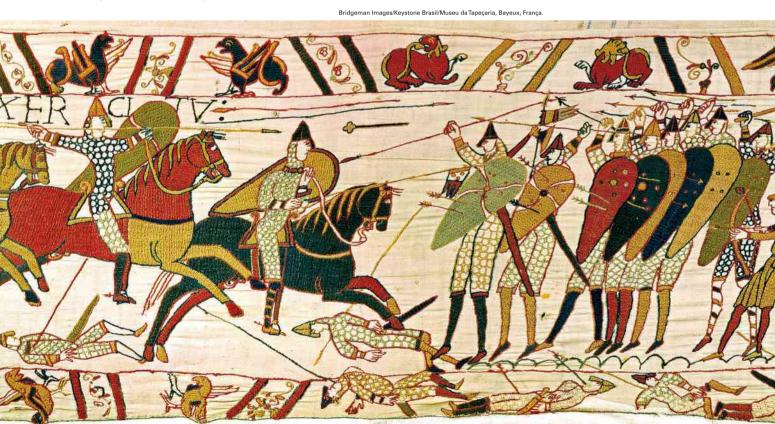
No século XIX, essa forma depreciativa de caracterizar a Idade Média foi aos poucos revertida por um movimento conhecido como Romantismo, que, das artes às ciências, revalorizou valores e heranças medievais.

Essa revisão prosseguiu com maior amplitude e profundidade no século XX, com estudiosos como Henri Pirenne (1862-1935), Marc Bloch (1886-1944) e Jacques Le Goff (1924-2014), que prestigiaram a riqueza e a importância cultural desse período da história europeia.

Para Le Goff, foi a

> época do aparecimento e da gênese da Europa como realidade e como representação e que constitui o momento decisivo do nascimento, da infância e da juventude da Europa, sem que os homens desses séculos tenham tido a ideia ou a vontade de construir uma Europa unida.
>
> LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 11.

Já para o historiador brasileiro Hilário Franco Jr., a Idade Média também pode ser compreendida como o período de nascimento do Ocidente.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Museu da Tapeçaria, Bayeux, França.

Detalhe da tapeçaria de Bayeux, em lã e linho, provavelmente anterior a 1082, que representa Guilherme, o Conquistador exortando suas tropas para a batalha contra o exército inglês. Museu da Tapeçaria de Bayeux, França.

1 Idade Média: onde?

Da mesma maneira que não se pode considerar aceitável a ideia de que o mundo ficou coberto por um manto de trevas culturais entre 476 e 1453, também é distorcida a ideia de que o mundo inteiro teria passado pelos mesmos processos históricos ocorridos na Europa.

Se mudarmos o ponto de vista, podemos dizer que, durante a Idade Média, a Europa era a "periferia" do mundo muçulmano: tinha uma população relativamente pequena e estava isolada das principais rotas de comércio, que passavam pelo Mediterrâneo oriental. No mundo muçulmano, a Matemática e a Astronomia eram bem mais desenvolvidas do que na Europa, e foi a esses conhecimentos que os europeus recorreram, no final da Idade Média, para realizar as navegações pelo Atlântico.

Na América, floresciam civilizações que, posteriormente, no século XVI, impressionariam os conquistadores europeus pela grandiosidade de suas cidades e de sua arquitetura, como a cidade, Teotihuacán, localizada cerca de 50 quilômetros da Cidade do México.

A civilização chinesa também passou por um período esplendoroso por essa época, com a invenção do papel, da pólvora, da bússola, dos tipos móveis de impressão (mais tarde reinventados pelo alemão Johannes Gutenberg), do dinheiro de papel, etc.

Com esses exemplos, vemos que, entre os séculos V e XV, diferentes processos tomaram forma em diversas partes do mundo. É preciso, ainda, lembrar que "Idade Média" é um conceito circunscrito ao continente europeu, e não a toda a humanidade.

Ken Welsh/Alamy/Glow Images

Pirâmide do Sol em Teotihuacán, México. A cidade é considerada um patrimônio da humanidade pela Unesco. Estudiosos acreditam que em seu auge, por volta de 450 d.C., a cidade tenha sido o centro de uma cultura cuja influência alcançava boa parte da região mesoamericana.

Castelo de Bodiam, condado de East Sussex, Inglaterra. Na Idade Média, os castelos serviam de residência fortificada para o rei e para o senhor feudal. Também eram utilizados como prisão e como lugar para guardar armas e tesouros do reino. Fotografia de 2015.

Eye35/Alamy/Latinstock.

CAPÍTULO 7

O Império Bizantino, o islã e o mundo

Filippo Monteforte/Pool/Reuters/Latinstock.

Papa Francisco e patriarca ecumênico Bartolomeu I, líder da Igreja ortodoxa, conversam após conduzirem, em conjunto, cerimônia religiosa na catedral ortodoxa de Istambul, na Turquia, em 2014.

Em 1054, a Igreja cristã dividiu-se em Igreja católica e Igreja ortodoxa. Essa imagem atual, que retrata o diálogo entre as lideranças religiosas de ambas as igrejas, nos mostra o esforço que essas autoridades vêm fazendo para manter a conversa, o respeito, a cooperação e a tolerância. No mundo contemporâneo, o que o respeito às diferenças religiosas poderia evitar?

1 Um período de transição

A maior parte da humanidade – que vivia no Extremo Oriente, África, Oceania e América – praticamente não percebeu que, com o desaparecimento do Império Romano do Ocidente, algo havia mudado, pois tinha pouco ou nenhum contato com essa região. No entanto, entre os povos que se libertaram da dominação imperial, marcas da estrutura do Império Romano do Ocidente continuaram a existir por muitos séculos, na cultura, na religião, na administração e em diversas formas de convivência. Com o tempo, essas antigas marcas do Império foram se ajustando e se adaptando a uma nova ordem social, política e econômica.

Ao estudar a transição da Antiguidade para a Idade Média, período inicial denominado Alta Idade Média (do século V ao século X), devemos ficar atentos tanto às mudanças quanto às permanências em relação ao período anterior. Assim, é preciso considerar o que sobreviveu das velhas estruturas e atentar para as modificações e as adaptações aos novos tempos.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

2 O Império Romano do Oriente

O fim do Império Romano do Ocidente não afetou sua parte oriental, o Império Bizantino. No entanto, seus habitantes não o chamavam por esse nome. Para eles, era tão somente o Império Romano. A denominação "Império Bizantino" foi dada pelos turcos cerca de mil anos mais tarde. O texto a seguir analisa a importância histórica do que restou do antigo Império dos Césares.

A continuidade do Império Romano

Quando pensamos na Idade Média, tendemos a pensar na queda do Império Romano e na vitória dos bárbaros. [...] Todavia, as coisas não foram realmente assim, posto que o Império Romano, na realidade, não caiu. Manteve-se durante a Idade Média. [...] A metade oriental do Império Romano permaneceu intacta, e durante séculos ocupou o extremo sudeste da Europa e as terras contíguas na Ásia.

Essa porção do Império Romano continuou sendo rica e poderosa durante os séculos em que a Europa ocidental estava debilitada e dividida. O Império continuou sendo ilustrado e culto em um tempo em que a Europa ocidental vivia na ignorância e na barbárie. O Império, graças ao seu poderio, conteve forças cada vez maiores dos invasores orientais durante mil anos; e a Europa ocidental, protegida por essa barreira de força militar, pôde desenvolver-se em paz até que sua cultura formou uma civilização especificamente sua.

O Império do sudeste transmitiu ao Ocidente tanto o direito romano como a sabedoria grega. Legou-lhe a arte, a arquitetura e os costumes [...].

ASIMOV, Isaac. *Constantinopla:* el imperio olvidado. Madrid: Alianza Editorial, 2004. p. 2.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

O texto de Asimov (1920-1992) pode ser criticado por vários aspectos. Em primeiro lugar, ele sustenta a visão de Idade Média como "idade das trevas", afirmando que a Europa medieval "vivia na ignorância e na barbárie", o que não é aceito pela historiografia atual. Para ele, a porção oriental do Império Romano permaneceu inalterada ao longo de mil anos, o que também não é aceitável do ponto de vista histórico.

Asimov tem razão, todavia, quando chama a atenção para a continuidade. Não foi por ter uma nova capital (Bizâncio) que o Império Romano deixou de ser ele mesmo. Embora também sofresse mudanças ao longo do tempo, Bizâncio manteve a herança romana, mesclando-a aos poucos com valores e instituições orientais. Além disso, na época em que Asimov escreveu o texto citado, a história do Império Romano do Oriente era pouco valorizada pela historiografia europeia.

O governo de Justiniano

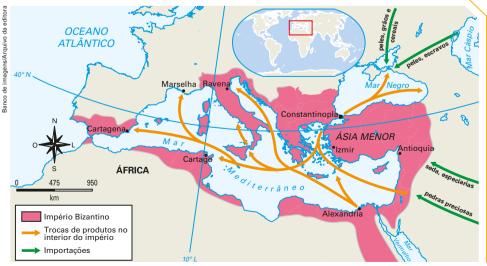
A cidade de Constantinopla (a antiga Bizâncio dos gregos, hoje Istambul, na Turquia), capital do Império Bizantino, sempre praticou um comércio dinâmico e uma agricultura rentável. Por isso, foi menos atingida pela crise do escravismo, quando o expansionismo romano entrou em declínio, e, consequentemente, a mão de obra constituída por prisioneiros de guerra se reduziu.

Na ordem política e religiosa, a autoridade máxima era o imperador, considerado uma figura próxima de Cristo. Esse *status* de quase divindade permitia que o imperador controlasse a Igreja. Essa relação de dependência da Igreja para com o Estado era denominada **cesaropapismo**. Auxiliando o imperador havia, ainda, uma vasta burocracia, fundamental nas estruturas políticas imperiais.

O mais famoso imperador bizantino foi Justiniano (527-565), responsável pela reconquista temporária de grande parte do território do Império Romano do Ocidente, incluindo a própria cidade de Roma (veja o mapa abaixo). Seu maior legado foi a compilação das leis romanas desde o século II, o *Corpus Juris Civilis* (expressão em latim que significa 'Corpo do Direito Civil'): uma revisão e atualização do Direito romano que serviu de base para os códigos civis de diversas nações contemporâneas.

Tim Graham/Tim Graham LLP/Corbis/Latinstock.

Vista da parte europeia da cidade de Istambul. No canto esquerdo superior é possível ver os minaretes da Mesquita Azul, construída entre 1609 e 1616 e considerada um dos símbolos da cidade. Foto de 2014.

A expansão bizantina

O Império Bizantino alcançou sua maior extensão com Justiniano no século VI, época de intensa troca comercial no Mediterrâneo e com povos orientais.

Adaptado de: BARBERIS. Carlo. *Storia antica e medievale*. Milano: Casa Editrice G. Principato, 1997.

Apesar de preservarem tradições jurídicas e administrativas romanas, os bizantinos sofreram clara influência helênica: o grego era a língua popular predominante, superando até mesmo o latim nos decretos imperiais. O predomínio do grego era tão absoluto que, no século VII, tornou-se idioma oficial do Império.

Durante o governo de Justiniano foi construída a Catedral de Santa Sofia, monumento arquitetônico no estilo bizantino, com mosaicos voltados para a expressão da fé cristã.

No auge do governo de Justiniano, no século VI, seguiu-se um longo período de crises com alguns intervalos de recuperação, culminando na desagregação do Império Bizantino em 1453, quando os turcos otomanos tomaram Constantinopla. Do século VI ao século VIII, sucederam-se crescentes pressões nas fronteiras orientais do Império e sobre seus domínios no Ocidente. Os gastos com guerras se elevaram, assim como as dificuldades econômicas e administrativas. O território encolheu progressivamente.

The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção Stapleton, Londres, Inglaterra.

Vista do interior da Catedral de Santa Sofia, construída entre 532 e 537 durante o apogeu do governo de Justiniano para ser a catedral de Constantinopla. Com o fim do Império Bizantino, a catedral foi transformada em mesquita e hoje abriga um museu. Foto de 2013.

iluminura: ilustração feita em manuscritos da Idade Média. É semelhante à miniatura, outro tipo de ilustração. A miniatura, porém, caracteriza-se por ornamentos e cores simples, enquanto a iluminura lança mão de maior variedade e gradação de cores.

Coleção Stapleton, Londres/The Bridgeman/Keystone

No século V, o imperador Teodósio II determinou a construção de muralhas ao redor da cidade de Constantinopla. As muralhas estendem-se por 7 km, com torres e fossos ao longo de sua extensão. Ao lado, representação da cidade fortificada, em **iluminura** alemã do século XV.

A religiosidade

No Império Bizantino predominava o cristianismo, embora com características diferentes daquele que prevalecia no Ocidente. A administração da Igreja também era divergente. O cesaropapismo, como foi dito, não ocorria na parte ocidental. Além disso, os religiosos de Constantinopla não se submetiam ao poder do papa, a autoridade eclesiástica instituída pelo imperador do Ocidente em 455, em meio à crise final do Império.

Havia também divergências doutrinárias relacionadas à interpretação do Antigo e do Novo Testamento. Entre elas, destacam-se as discordâncias sobre a aceitação, ou não, de uma forma humana para Cristo e o culto de imagens representando santos, a Virgem Maria e Cristo. A divergência sobre o culto de imagens desencadeou um violento movimento de condenação aos seus praticantes e de destruição de imagens no Império do Oriente. Esse movimento, conhecido como **iconoclastia**, foi decretado oficial pelo imperador Leão III no século VIII e perdurou até o século IX, a despeito da reação contrária do comando cristão papal, sediado em Roma, que condenou tais restrições.

Essas tensões, alimentadas pelas diferenças culturais entre o Oriente e o Ocidente, além das disputas pelo poder entre o papa e o imperador, culminaram na divisão da Igreja em 1054. Surgiu assim uma Igreja oriental, chefiada pelo imperador – a Igreja cristã ortodoxa, com sede em Constantinopla –, e outra ocidental, a Igreja Católica Apostólica Romana, com sede em Roma e sob o comando do papa. O episódio recebeu o nome de **Cisma do Oriente** e consolidou as diferenças entre as tradições e as formas de organização do culto em cada uma delas.

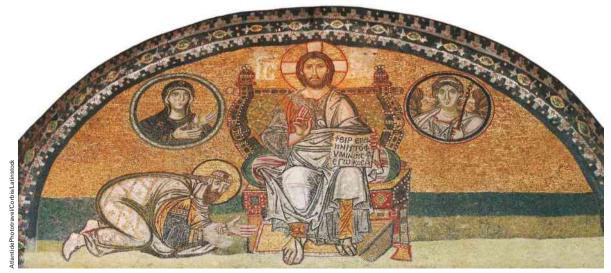
Para saber mais

O culto às imagens

A utilização de imagens e representações de pessoas santificadas ou do próprio Cristo em pinturas, esculturas e figuras decorativas foi bastante comum nos ritos bizantinos.

Controlada pelos monges, a confecção e venda desses ícones gerava grandes recursos para a Igreja e eram vistos como fonte de poder que ameaçava a supremacia imperial. No Ocidente, apesar das tentativas de controlar o culto às imagens, desenvolveu-se uma importante tradição **iconográfica**, tais como as imagens bíblicas esculpidas ou pintadas em igrejas e catedrais. Grande parte da iconografia de Constantinopla foi destruída pelos iconoclastas, pelas Cruzadas e pelos muçulmanos. Parte da tradição se manteve em regiões com influência do Império Bizantino, como a Rússia e os Bálcãs.

iconográfica: relativa à arte ou técnica de representar por imagens, como pinturas, quadros, esculturas, retratos, medalhas e qualquer espécie de monumento.

AtlantidePhototravel/Corbis/Latinstock

Detalhe de mosaico da Catedral de Santa Sofia, de cerca de 912, que representa o imperador bizantino Leão VI ajoelhado aos pés de Cristo.

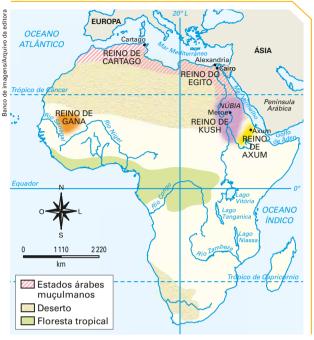
3 Reinos da África

Na época da desagregação do Império Romano do Ocidente, floresciam reinos importantes na África, entre eles os de Axum, Gana e os reinos da Núbia. As informações disponíveis sobre eles são restritas. Isso se deve, em parte, à falta de interesse em estudar a história africana que predominava até algumas décadas atrás. Em parte, também faltam documentos escritos preservados, embora os pesquisadores disponham de ricas fontes arqueológicas, da linguística histórica e da tradição oral (veja o boxe a seguir).

O Reino de Axum

Neste livro, já abordamos a história da África nos primórdios da humanidade e nos estudos sobre a civilização egípcia e sobre a disputa entre Cartago e Roma pela hegemonia do Mediterrâneo. Também estudamos, no Capítulo 4, o Reino de Kush, um importante produtor de ouro e centro de ligação comercial entre o nordeste e o centro africano. Observe, no mapa ao lado, a localização do Egito, de Cartago e dos reinos de Kush, Axum e Gana no continente africano.

Reinos africanos

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: PAOLUCCI, Silvio; SIGNORI, Giusepina. *Il corso dela storia 2*. Bologna: Zanichelli, 1997. p. 56.

Leituras

Amadou Hampâté Bâ (1901-1991) foi um importante **etnólogo** malinês. No trecho a seguir, Bâ discorre sobre a importância da tradição oral para a memória africana.

A tradição oral

Qualquer adjetivo seria fraco para qualificar a importância que a tradição oral tem nas civilizações e culturas africanas. Nelas é a palavra falada que transmite de geração a geração o patrimônio cultural de um povo. A soma de conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o domínio das forças ocultas que cercam o homem, o segredo da iniciação nos diversos ofícios, o relato dos eventos do passado ou contemporâneos, o canto ritual, a lenda, a poesia – tudo isso é guardado pela memória coletiva, a verdadeira modeladora da alma africana e arquivo de sua história. Por isso já se disse que “cada ancião que morre na África é uma biblioteca que se perde”.

BÂ, Amadou Hampâté. A palavra, memória viva na África. In: A África e sua história. *O Correio da Unesco*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 7, n. 10-11, p. 17, 1979.

etnólogo: estudioso da Etnografia, ciência que estuda povos e culturas. Um dos objetivos dessa ciência é permitir que o pesquisador analise fenômenos culturais de determinada sociedade do ponto de vista dela própria.

Joe Penney/Reuters/Latinstock.

Griôs tocam em frente ao palácio do emir (o governante local em países de princípios muçulmanos) de Kano, cidade da Nigéria. O conceito griô tem origem na África e define pessoas que, em uma comunidade, preservam a memória do grupo e funcionam como difusores de tradições, valores e saberes. Foto de 2014.

Achados arqueológicos indicam que o norte da atual Etiópia, onde se situa a cidade de Axum, e o sul da atual Arábia foram regiões que se desenvolveram de forma integrada durante a Antiguidade, pois objetos e inscrições encontrados nesses lugares são muito parecidos. Os indícios também permitem concluir que havia uma vida urbana intensa nessa área, provavelmente resultante das atividades agrícola e mineradora.

Por volta do final do século I, a cidade de Axum, localizada à beira do mar Vermelho, figurava como um dos mais importantes entrepostos comerciais da região. Sua posição privilegiada permitia contatos comerciais com Egito, Índia, Mesopotâmia e Oriente Médio, controlando a distribuição de incensos, marfim, couro de rinoceronte, entre outros produtos. Vestígios arqueológicos atestam que os axumitas tinham um alfabeto próprio e faziam uso de moedas desde o século III.

O Reino de Axum prosperou em função de suas atividades comerciais. Isso favoreceu a ascensão de uma rica nobreza, responsável pela construção de grandes palácios e monumentos em forma de obelisco. Em defesa de seus interesses, os governantes empreenderam o combate à pirataria. Alguns estudiosos acreditam que essa atuação contribuiu para a adoção de uma política de conquistas.

Depois de conquistar o reino vizinho de Kush, em 325, a expansão axumita avançou para a costa oriental africana. No século VI, chegaram a dominar o sul da península Arábica e a controlar a rota comercial que ligava o mar Vermelho ao golfo de Áden, litoral da região conhecida como Chifre da África.

O Reino de Axum foi ainda um grande aliado comercial e militar de Constantinopla em suas disputas com reinos rivais. Sua supremacia comercial regional manteve-se até o século VII, quando os árabes dominaram a região.

Nesse período, os árabes conquistaram todo o norte africano e introduziram a religião islâmica no continente. Essa expansão árabe transformou o mar Vermelho e o mar Mediterrâneo em espaços muçulmanos. Isso enfraqueceu o poderio de Axum, que havia se convertido ao cristianismo no século IV.

Para saber mais

Monumentos africanos

Um dos materiais de grande interesse arqueológico em Axum são as ruínas de monumentos e tumbas. No território correspondente ao antigo reino africano, há 176 obeliscos gigantes, o maior deles com 33 metros de altura, esculpidos com o emblema do reino.

Um dos obeliscos, construído pelo rei Ezana no século IV para marcar a conversão do reino ao cristianismo, provocou crises diplomáticas entre a Etiópia e a Itália: em 1935, pouco antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as tropas do ditador fascista italiano Benito Mussolini (1883-1945) invadiram a Etiópia e levaram para a Itália o obelisco de 180 toneladas e 24 metros de altura.

O monumento permaneceu numa praça de Roma até 2005, quando foi devolvido à Etiópia.

Ivan Vdovin/Alamy/Latinstock.

Obelisco monolítico em Axum, Etiópia. O monumento foi construído no século IV. Foto de 2015.

O Reino de Gana

O Reino de Gana consolidou-se por volta do século IV, na África ocidental, em uma região ao sul do deserto do Saara. As informações sobre esse reino são principalmente de textos dos séculos VIII, IX e X produzidos por árabes que tiveram contato com aquela região. Estudos indicam que Gana formou-se a partir da unificação de vilarejos da etnia *soninkê*, estabelecidos entre os rios Níger e Senegal. Posteriormente, esse reino envolveu outros povos próximos. O Reino de Gana alcançou seu maior poderio político, comercial e sua máxima extensão entre os séculos IX e XI, sob a dinastia dos Cissê Tunkara. Seu domínio se estendia da atual porção sudoeste de Mali à parte sul da Mauritânia e o nordeste da Guiné, mas sua influência era sentida nas regiões próximas com as quais o reino tinha vínculos mercantis, tanto por serem áreas de extração e cultivo de produtos como por serem locais de passagem e de apoio às longas viagens.

A riqueza do reino provinha tanto dos impostos pagos pelos povos vencidos ou que reconheciam a autoridade do reino, como da incidência de tributos sobre a circulação de produtos. Esses produtos atravessavam extensas e lucrativas rotas pelo deserto do Saara, de norte a sul, de leste a oeste, ligando a região ao sul do deserto com o norte e o leste do continente.

O controle dessas rotas de comércio se dava por meio da articulação dos ganeses com os berberes, povos do norte da África que viviam às margens do deserto do Saara e que também disputavam o domínio das rotas transaarianas, e reinos menores existentes na vasta região.

Os principais produtos comercializados por Gana eram ouro (parte dele extraída dos domínios do reino que receberam a denominação Costa do Ouro), sal (também proveniente dos domínios de Gana e muito valorizado pela conservação de alimentos e pelos benefícios à saúde das pessoas que cruzavam os desertos), marfim e escravos. Esses produtos eram trocados por cobre, tecidos de algodão e seda.

Ataques de muçulmanos **almorávidas**, provenientes do atual Marrocos, contra importantes cidades ganenses, como Audagoste (em 1054) e a capital Kumbi Saleh (em 1076), desencadearam a desorganização dos vínculos de unidade e acirraram disputas entre os reinos menores tributários da autoridade de Gana. Dois séculos mais tarde, a região passou para a influência de um novo reino unificado: Mali.

Leituras

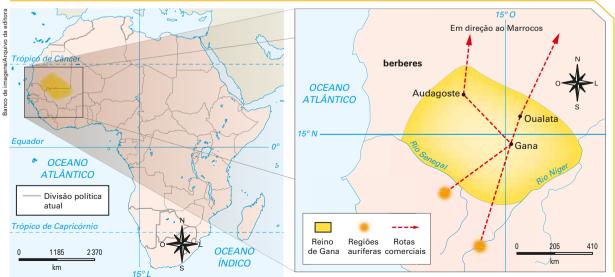
No texto a seguir, o historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva trata sobre a grande influência política, social e econômica do Reino de Gana e suas diversas formas de organização política interna.

Gana e sua esfera de influência

Gana, como Estado, possuía um núcleo coeso de poder, mas era sobretudo uma enorme esfera de influência. Nele, havia povos que respondiam diretamente ao rei e outros que, sujeitos a seus sobas [chefes] tradicionais, apenas se sabiam ligados ao caia-maga [soberano de Gana] por vínculos espirituais, pelo dever militar e pelo pagamento de tributos. As mais diversas formas de organização política conviviam dentro do reino, cuja frágil estrutura era quiçá permanentemente refeita pela ação das armas, com cisões e acréscimo de súditos, e mantida pela divisão dos povos em segmentos de nobres, homens livres, servos e escravos.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 277.

almorávidas: membros de seita religiosa e política, de origem árabe, que reinou em algumas regiões norte-africanas e se dispersou pela Espanha durante o domínio mouro na região.

O Reino de Gana

Adaptado de: LUGAN, Bernard. *Atlas historique de l'Afrique des origines à nos jours*. Paris: Éditions du Rocher, 2001. p. 70.

4 Os árabes e o islamismo

A península Arábica é uma região desértica, com poucas áreas propícias ao estabelecimento de núcleos de povoamento permanente (oásis e áreas litorâneas). Seus primeiros habitantes foram tribos de nômades do deserto, os **beduínos**.

Por volta do século VI, mais de trezentas tribos de origem semita habitavam a região, incluindo as tribos urbanas que ocupavam a faixa costeira do mar Vermelho e do sul da península – área que tinha melhores condições climáticas e maior fertilidade do solo. Essas tribos concentravam-se principalmente em Meca, sua principal cidade, e em Iatreb, mais tarde chamada de Medina (veja o mapa da página 196).

A importância de Meca decorria de seu valor comercial e religioso, uma vez que lá, e até hoje, aliás, localiza-se a **Caaba**, santuário no qual se encontravam imagens que representavam os deuses das tribos árabes. Caravanas de toda a Arábia costumavam peregrinar até Meca com o objetivo de adorar os diversos deuses e essas peregrinações estimulavam o comércio da cidade.

Entre as tribos árabes destacava-se a dos coraixitas, que controlava a cidade de Meca.

No seio de uma família da tribo coraixita nasceu, em 570, aquele que seria considerado por muitos o grande condutor do povo árabe: Maomé. Aos 40 anos de idade, Maomé passou a difundir uma nova fé. Seus ensinamentos continham influências judaicas e cristãs e pregavam a existência de um deus único, Alá. Depois de sua morte, os fundamentos da nova crença – o **islamismo** – foram reunidos em um livro sagrado, o **Corão**.

islamismo: religião criada por Maomé; em árabe, islã significa 'rendição' ou 'submissão' à vontade de Deus.

Maomé condenava a adoração a vários deuses (politeísmo), representados na Caaba. Essa condenação desestimulava as peregrinações a Meca e, portanto, as atividades comerciais da cidade. Sentindo-se ameaçados, os coraixitas repudiaram a nova religião e expulsaram Maomé e seus seguidores, que se instalaram na cidade vizinha de Iatreb (cujo nome mudou para Medina, que significa 'cidade do profeta'). Essa fuga, realizada em 622 e chamada de **Hégira**, passou a ser o marco inicial do calendário muçulmano.

Bem recebido em Iatreb, o profeta obteve o apoio dos comerciantes locais e a ajuda dos beduínos, que formaram um exército para conquistar Meca. Em pouco tempo, todos os povos árabes da península converteram-se ao islamismo.

Abaixo, muçulmanos peregrinos recitam preces enquanto dão sete voltas em torno da Caaba, na cidade de Meca. Embutida em uma parede da Caaba, encontra-se a pedra negra, que teria sido oferecida por Alá a Ismael, filho de Abraão, considerado aquele que deu origem ao povo árabe. A peregrinação a Meca é um dos fundamentos do islamismo. Foto de 2016.

Citizen59/Alamy/Latinstock.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

A maioria dos ídolos que eram adorados na Caaba foi destruída durante o processo de unificação religiosa iniciado por Maomé. Na imagem, representação do episódio presente no livro *L'histoire merveilleuse em vers de Mahomet* (A história maravilhosa em versos de Maomé, em francês), produzido entre os séculos XVI e XVII.

Formação e expansão do Império Islâmico

Após a morte de Maomé, em 632, o esforço de expansão religiosa prosseguiu. Esse empenho é chamado no islamismo de ***jihad***, que significa 'dedicação' e 'luta' para alcançar a fé perfeita na própria consciência e na daqueles que ainda não a conhecem. A palavra também foi interpretada como "guerra santa" contra os inimigos do islã.

Conquistada Meca, o Império Islâmico começava a se formar, conduzido pelo poder dos **califas**, como eram chamados os líderes árabes, ao mesmo tempo chefes religiosos e políticos.

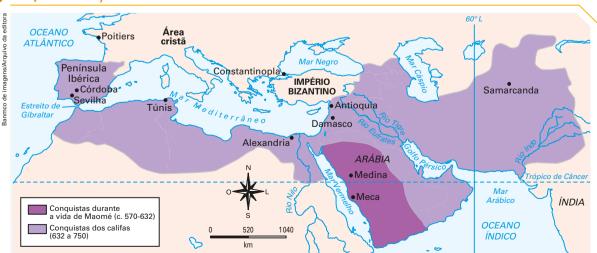
Stock Photos/Glow Images.

Jovem casal muçulmano caminha pelas ruas de Praga, República Tcheca. Foto de 2014.

A expansão do Império teve início com a conquista de territórios bizantinos e persas vizinhos. Durante a dinastia Omíada (661-750), os domínios do Império avançaram também para o Ocidente, tomando o norte da África e chegando à península Ibérica. A expansão árabe em direção à Europa ocidental só foi detida na Batalha de Poitiers (732), quando os árabes foram derrotados pelos francos. Observe o mapa abaixo. A unidade do Império foi quebrada sob a dinastia Abássida (749-1258), que substituiu a Omíada. Surgiram califados independentes, sediados em grandes cidades como Bagdá (no atual Iraque), Córdoba (na atual Espanha) e Cairo (no atual Egito).

Outra divisão, ocorrida logo após a morte de Maomé, foi de ordem religiosa, com a formação de duas seitas principais: a dos **sunitas** e a dos **xiitas**. Os sunitas, que baseavam sua crença no ***Suna***, livro de preceitos estabelecidos por Maomé, defendiam a livre escolha dos chefes políticos pela comunidade de crentes. Os xiitas ("seguidores de Ali", genro de Maomé), por sua vez, argumentavam que a autoridade política e religiosa deveria concentrar-se nas mãos de uma única pessoa que descendesse do profeta Maomé, exercendo o poder de maneira absoluta. Não admitiam outra fonte de ensinamento doutrinário que não fosse o Corão.

As ações dos povos árabes tiveram consequências que foram além do próprio império. A expansão pela bacia do Mediterrâneo, o controle que obtiveram sobre a região e as constantes incursões realizadas no litoral sul da Europa intensificaram o declínio comercial e a ruralização da porção ocidental deste continente. Mesmo contidos pelos francos, os árabes foram vizinhos e, de certa forma, ajudaram a moldar a civilização europeia, ao longo da Idade Média.

A expansão muçulmana

Adaptado de: ALONSO, M. B. et al. *Geografia e História*. 1º ciclo. Madri: Anaya, 2000. p. 231.

Construindo conceitos

Etnia e cultura

Nos capítulos iniciais, vimos que o desenvolvimento de inúmeros povos, reinos e civilizações levou a uma intensa diferenciação entre as sociedades humanas. Fenícios, egípcios, gregos, romanos, bizantinos, entre outros, organizaram-se segundo características próprias e estas se transformaram ao longo do tempo.

Para caracterizar uma sociedade a partir do seu domínio técnico sobre a natureza, seus valores e crenças religiosas, suas instituições e regras de conduta, os conceitos de cultura e etnia são utilizados.

A palavra **cultura**, de origem latina, significa, 'cultivar o solo' e associava-se ao domínio de habilidades que permitiam ao ser humano cuidar da terra e prover o seu sustento.

No século XVIII, com o domínio europeu sobre povos de outros continentes, a noção de cultura esteve associada a termos como "culto", "sofisticado", "civilizado". Assim, povos americanos e africanos eram considerados povos sem cultura ou com "pouca cultura", em comparação com as sociedades europeias, que se consideravam dotadas de uma cultura complexa. Do mesmo modo, pessoas com pouca escolaridade ou que vivessem no campo eram vistas, de modo preconceituoso, como pessoas "incultas".

A concepção contemporânea de cultura refere-se a um conjunto de práticas e técnicas, comportamentos e valores, formas de linguagem e crenças religiosas que toda sociedade desenvolve e todo ser humano experimenta. Desde o surgimento do *homo sapiens*, encontramos traços de cultura, como o uso da pedra lascada, que servia de ferramenta no cotidiano, a criação de pinturas rupestres ou o desenvolvimento da linguagem oral. Portanto, todos nós temos cultura, pois participamos da vida em sociedade que nos caracteriza e nos integra.

Etnia, conceito mais recente nas Ciências Humanas, surgiu para se contrapor à noção de **raça** vigente no século XIX, que definia os diferentes grupos humanos por meio do seu fenótipo (o conjunto das características observáveis, como cor da pele, estatura, traços faciais, etc.).

A definição de etnia relaciona traços genéticos comuns às características culturais produzidas historicamente por um grupo que se identifica como pertencente a uma determinada comunidade. O que distingue uma etnia dos milhares existentes no mundo são a partilha consciente de traços culturais e a noção de um passado histórico ou mítico comuns.

Em diversas regiões do planeta, ocorrem conflitos entre grupos étnicos, especialmente entre grupos que coabitam um mesmo território nacional e disputam entre si o controle do poder e a posse das riquezas ou, simplesmente, são obrigados a conviver sob as mesmas leis e costumes.

Agora, faça o que se pede:

- Pesquise em *sites* e identifique três grupos étnicos que sofrem perseguição ou são alvos de preconceito na Europa, na África ou na América e apresente os resultados para a classe.
- Em classe, debata com os colegas sobre os desafios que devemos enfrentar para garantir uma convivência pacífica entre as etnias.

Marc Dozier/Corbis/Latinstock.

Meninas da etnia Pa'O vestindo trajes tradicionais durante o Festival Kakku Pagoda. Trata-se de uma celebração anual da colheita do grupo étnico Pa'O, natural dos estados Shan, da República da União de Myanmar (ou Birmânia), no sul da Ásia.

5 A China imperial

Depois da longa unidade imperial durante as dinastias Ch'in (221 a.C.-206 a.C.) e Han (202 a.C.-220 d.C.), os chineses estavam fragmentados em diversos reinos. Crises políticas e sociais, disputas, guerras, invasões e divisões prevaleceram nos séculos seguintes ao governo Han. A reunificação só ocorreria pouco antes do final do século VI da Era Cristã, mas a estabilidade política somente foi alcançada sob os primeiros governos da dinastia Tang, no começo do século VII.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Roger-Viollet, Paris, França.

Signos do horóscopo chinês em torno do símbolo do Yin e Yang esculpidos em pedra, peça produzida durante o período da dinastia Tang. Templo de Qing Yang em Chengdu, China.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/De Agostini Picture Library.

Representação de Kublai Khan produzida no século XIII.

O período da dinastia Tang (618-907) é visto pelos historiadores como um dos pontos altos da civilização chinesa, rivalizando com a época da dinastia Han. O intenso comércio com a Índia contribuiu para o enriquecimento cultural chinês em diversos campos. Na religião, o budismo, surgido na Índia, integrou-se à cultura chinesa. A imprensa, inventada na China, tornou a palavra escrita disponível para grandes públicos, centenas de anos antes de ser "(re)inventada" na Europa. A grande disponibilidade de carvão e ferro impulsionou a criação de outras tecnologias e siderúrgicas.

A organização administrativa e burocrática inspirava-se nos escritos de Confúcio. Realizavam-se avaliações periódicas dos servidores civis e estimulava-se a competição pelos melhores cargos, o que permitia selecionar os talentos mais bem qualificados para atuar no governo. Espalhados pelo Império, esses funcionários atuavam como intermediários entre a Corte e os nobres e senhores da guerra locais, transmitindo os valores de conduta mais importantes e garantindo a lealdade desses súditos, dos quais dependia a estabilidade do Império. Apesar disso, novos conflitos sociais levaram à extinção a dinastia Tang, cujo lugar foi ocupado pela dinastia Song (960-1279).

Sob a nova dinastia, os chineses empenharam-se no desenvolvimento agrícola ao sul do rio Azul, no cultivo de arroz (por meio da irrigação por inundação, que permitia duas colheitas ao ano) e na montagem de um sistema de portos comerciais marítimos nas regiões da Coreia, Japão, Indochina e Indonésia.

No século XII, as investidas de povos nômades turcos e mongóis contra a China, ao norte da Grande Muralha, cresceram continuamente. Foi nessa época que se destacou o chefe mongol Gêngis Khan (c. 1162-1227). No início do século XIII, ele centralizou o poder na região da Mongólia, resultando na formação de outro grande império, no noroeste da China.

Entretanto, seria Kublai Khan (1215-1294), neto do unificador mongol, quem conquistaria o território chinês. Suas tropas tomaram a porção norte da China em 1271. Nos anos seguintes, Kublai Khan prosseguiu em suas conquistas, até se declarar imperador da China em 1279. Seus descendentes constituíram a dinastia Yuan (1270-1368).

Este período foi marcado pela tolerância religiosa na maior parte do tempo e pelo estímulo ao comércio, à produção manufatureira, às artes e à filosofia. Mesmo

assim, a ocupação mongol afetou negativamente a agricultura chinesa, provocando revoltas e resistência.

Foi também no século XIII que os imperadores chineses passaram a autorizar a entrada de europeus. Foi nesse contexto favorável que ocorreu a famosa viagem de Marco Polo (1254-1324), estabelecendo contatos entre a China e a Europa. Marco Polo foi um explorador e mercador veneziano. Ele percorreu a Rota da Seda com seu pai Nicolau e seu tio Matteo no século XIII. Deixou registros detalhados de suas viagens pelos países asiáticos. Seus escritos formam a base documental europeia sobre a história da Ásia nesse período e suas descrições geográficas são consideradas precursoras da Geografia moderna. A primeira tradução em português desses escritos é de 1502, com o título de *Livro de Marco Polo*.

Apesar de tantas pressões a oeste e a norte, do século XIII ao XV a China chegou a dominar um amplo comércio marítimo, com ligações por quase toda a Ásia e a África.

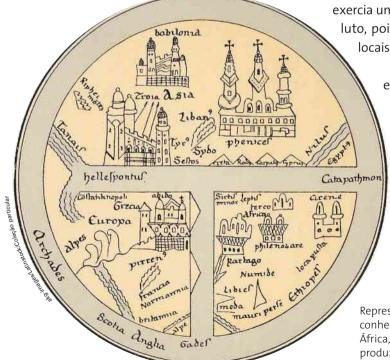
6 Algumas civilizações da América

Como vimos no Capítulo 4, no território hoje ocupado pelo México, na América do Norte, brilhava a cidade de Teotihuacán, fundada por volta do século I a.C. Com suas avenidas, templo e pirâmides, Teotihuacán tinha funções religiosas e se manteve florescente por cerca de 900 anos. No século V, sua população chegava a 80 mil pessoas. O que se costuma denominar ***cultura de Teotihuacán*** parece ter sido uma civilização cujas língua e origem exata são desconhecidas. Teria existido aproximadamente do século I a.C. ao IX d.C. e deixou vestígios como ruínas arquitetônicas, que incluem diversas pirâmides de grande magnitude, e artefatos menores, como esculturas, máscaras funerárias, objetos ritualísticos e de uso doméstico.

Escavações arqueológicas em suas ruínas revelaram a devoção às divindades Tlalóc e Quetzalcóatl, ambas cultuadas por civilizações que se desenvolveram posteriormente na mesma região, como a asteca.

Os teotihuacanos desapareceram no século IX por motivos ainda desconhecidos. Eles foram sucedidos pelos toltecas, que, por sua vez, antecederam os astecas – povo que os espanhóis encontraram na região, no século XVI.

Enquanto isso, entre o século III e o século X, a civilização maia desenvolvia-se na Mesoamérica, onde atualmente estão a Guatemala e países vizinhos. Essa civilização caracterizava-se pela organização em cidades-Estado, mais ou menos como ocorria na Grécia antiga. As principais cidades foram Palenke, Tikal e Copán. Cada uma delas era dirigida por um *halach*, que exercia um cargo hereditário, mas não de poder absoluto, pois governava com um conselho. Os chefes locais eram escolhidos pelo *halach* de cada cidade.

A sociedade maia era formada por cinco estratos: nobres, sacerdotes, camponeses, artesãos e escravos. Estes últimos eram prisioneiros de guerras ou maias que haviam desrespeitado as regras de seu povo. Os sacerdotes cuidavam das questões religiosas, mas também das artes e das ciências. Entre seus campos de atuação estavam a Astronomia, a cronologia e a adivinhação (previsão do futuro).

Representação circular com a divisão do mundo conhecido no período medieval: Europa, Ásia e África, divididos e circundados por água. Mapa produzido no século XI.

The Bridgeman Art Library/ Keystone Brasil/Museu de Arte de Indianápolis, EUA.

Escultura maia de uma divindade do cacau. Esculpida entre os séculos VI e IX.

Assim como para outros povos, a agricultura era a atividade central da civilização maia. Entre seus cultivos estavam o cacau e o milho, a base alimentar dos maias. Eles dominavam, ainda, técnicas de construção civil, sendo responsáveis por espaços urbanos de grandes dimensões, palácios e templos. A escrita maia era hieroglífica e sua tradução ainda não foi estabelecida. O conhecimento matemático dos maias também merece destaque, com a criação do número zero, que, segundo alguns estudiosos, é um feito também atribuído aos indianos.

Outras civilizações floresceram na região andina, na América do Sul, no território dos atuais Peru, Bolívia, Equador e Colômbia. Entre elas, destacam-se o Império Tiahuanaco e o Império Huari, que se desenvolveram entre os séculos VI e X. Mais tarde, a partir do século XII, organizou-se o Império Inca, ao qual voltaremos no Capítulo 10 deste volume.

Principais culturas pré-colombianas

Banco de imagens/Arquivo da editora

Região da Mesoamérica
Região Andina
Asteca (XIV d.C. a XVI d.C.)
Teotihuacán (I a.C. a X d.C.)
Olmecas (XI a.C. a IV a.C.)
Maias (III d.C. a X d.C.)
Incas (XII d.C. a XVI d.C.)

OCEANO ATLÂNTICO
Golfo do México
Tula
Teotihuacán
Texcoco
Tenochtitlán
Três Zapotes
Montes Tuxla
La Venta
San Lorenzo
Mitla
Chichén Itzá
Cobá
Península de Iucatán
Palenque
Tikal
Golfo de Honduras
Xoconocho
Copán
OCEANO PACÍFICO
25° N
90° O
Equador
Tumipampa
Cajamarca
ANDES
Machu Picchu
Cuzco
Lago Titicaca
Lago Poopó
Trópico de Capricórnio
70° O
50° O
0°

Adaptado de: ATLAS da história do mundo. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1995. p. 46, 144-145.

Os indígenas pré-brasileiros

Para completar esse panorama, vejamos o que ocorria com os indígenas da região que viria a ser o Brasil.

Como os indígenas pré-brasileiros – até onde se sabe – não tiveram escrita e pouco se registrou de suas tradições orais, não é possível reconstruir sua história política, como se faz com as civilizações centro-americanas e da região da cordilheira dos Andes. Não sabemos nomes de líderes, fases, acontecimentos gerais, nem se é possível reconstruí-los.

No entanto, é possível compreendermos costumes, movimentos populacionais e algumas relações entre as diversas etnias indígenas, utilizando métodos da Antropologia e da Linguística.

Cada etnia, a seu tempo, participaria do legado indígena para a formação da sociedade brasileira. Desde o início da colonização, eles contribuíram, entre outras coisas, para a adaptação do europeu ao clima, para a domesticação de plantas para uso agrícola e para um amplo conhecimento farmacológico de ervas, plantas e outros recursos da natureza.

No Capítulo 2 destacamos que, de acordo com a Arqueologia, tradição é um conjunto de práticas e técnicas de povos que tinham características comuns. Dentre as diversas tradições que existiram no Brasil, destaca-se a tradição tupi-guarani.

Os povos tupi-guaranis cultivavam várias plantas, como milho, mandioca, batata-doce, amendoim, abóbora, fumo, feijão e urucum. A caça e a pesca completavam a sua alimentação. Os Tupi-Guarani alcançaram, a partir da Amazônia, o litoral e vales de rios no norte, leste e sul do atual território brasileiro. Esse processo aconteceu em levas migratórias sucessivas, como mostra o mapa a seguir.

Migrações dos povos tupi-guaranis

Adaptado de: SCHMITZ, Pedro Ignácio (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. Instituto Anchietano de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. p. 56. Disponível em: <www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

O texto a seguir trata dos povos indígenas falantes das línguas tupi e guarani e apresenta o esforço conjunto de diferentes áreas do conhecimento para a compreensão a respeito desses que foram os primeiros povos a habitar o litoral brasileiro.

Pesquisando a cultura dos primeiros habitantes do Brasil

A cultura dos povos indígenas falantes das línguas tupi e guarani é conhecida principalmente pelos relatos de cronistas da época do Descobrimento e dos primeiros tempos da colonização do Brasil. Dos prováveis ancestrais desses grupos, porém, os únicos vestígios arqueológicos são vasilhas e fragmentos de cerâmica, muitas vezes pintados com motivos variados. Um novo e amplo estudo sobre as pinturas aplicadas a essa cerâmica – reunida sob o nome "Tradição Tupiguarani" – revela que não eram apenas simples decoração: na verdade, os desenhos parecem expressar os valores coletivos desses primeiros habitantes do litoral brasileiro.

Quando Pedro Álvares Cabral desembarcou no Brasil, a maior parte do litoral, do Nordeste até o rio da Prata, entre o Uruguai e a Argentina, era ocupada por populações indígenas que falavam línguas tupi (desde a área onde se situa hoje o estado de São Paulo até o atual Maranhão) e guarani (do atual Paraná até o norte da Argentina). Essas línguas eram aparentadas (como o são entre si o espanhol e o português) e as culturas dos seus falantes bastante parecidas.

Os primeiros cronistas – particularmente os protagonistas das lutas entre franceses e portugueses pelo controle da baía de Guanabara – fornecem preciosas informações sobre essas numerosas tribos. Mencionam, entre outras coisas, que as mulheres produziam e decoravam os potes de barro. Essas tribos foram logo dizimadas pelas doenças trazidas pelos europeus e pelas guerras coloniais, e no século 17 tinham desaparecido quase que por completo do litoral central e nordestino. [...]

No final dos anos 60, os pesquisadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), dirigido pelos arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans (1920-1981), encontraram numerosos sítios onde apareciam restos de cerâmica decorada, alguns com traços vermelhos ou pretos pintados sobre fundo branco. Tais manifestações foram reunidas sob o nome "Tradição Tupiguarani" – Tupiguarani em uma só palavra, indicando tratar-se de um conceito arqueológico que não corresponde obrigatoriamente aos povos falantes das línguas tupi-guarani (com hífen), embora se supusesse que os autores das peças fossem, ao menos em parte, ancestrais desses povos. As datações radiocarbônicas apontavam que os artefatos teriam entre 1500 e 500 anos. [...]

Aos poucos, envolvemos um grande número de arqueólogos em uma pesquisa sistemática sobre a cultura Tupiguarani no Brasil inteiro. Arqueólogos, químicos, físicos, etnólogos e até técnicos da polícia científica – ligados a 20 instituições brasileiras, argentinas e uruguaias – aceitaram colaborar, de forma inédita, na preparação de uma obra coletiva, que deve fazer um balanço dos conhecimentos e abrir novas perspectivas.

PROUS, André. A pintura em cerâmica Tupiguarani. In: *Ciência hoje*. 1º mar. 2005. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/revista-ch-2005/213/a-pintura-em-ceramica-tupiguarani>. Acesso em: 16 dez. 2015.

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Tigela de cerâmica tupi-guarani encontrada em Aparecida, São Paulo, na década de 1950.

Atividades

Retome

1. Para os renascentistas do século XV e os pensadores iluministas do século XVIII, o período correspondente à Idade Média foi, muitas vezes, identificado como a "idade das trevas". Para eles, a hegemonia da Igreja na Europa medieval teria lançado o continente europeu em uma era de atraso e obscurantismo. Entretanto, a partir do século XIX, essa consideração vem sendo criticada.
   - De acordo com o *Saber histórico: Idade Média* (página 183), quais são os argumentos de historiadores e especialistas que contestam a identificação desse período como "idade das trevas"?

2. Enquanto o Império Romano do Ocidente vivia uma profunda crise, que permitia o avanço de povos germânicos em seus domínios, o Império Romano do Oriente se mantinha próspero. Quais são as razões que explicam o declínio de uma das partes do Império Romano e o apogeu da outra no mesmo período?

3. No ano de 1054, a Igreja cristã medieval perdeu sua unidade e foi dividida em duas instituições: a Igreja Católica Apostólica Romana, com sede em Roma, e a Igreja ortodoxa, com sede em Constantinopla. Que fatores explicam essa cisão?

4. No mesmo período em que o Império Romano desmoronava no Ocidente, o reino de Axum expandia-se no continente africano, conquistando o reino vizinho de Kush no século IV e avançando para costa oriental africana, até controlar o sul da península Arábica no século VI. Qual foi a provável origem do poder de Axum?

5. De acordo com os preceitos islâmicos, todo muçulmano deve peregrinar para a cidade de Meca pelo menos uma vez na vida, desde que tenha condições para fazê-lo. Todavia, mesmo antes do surgimento do islamismo, a cidade já era um local importante para os árabes. Por que Meca era um lugar tão especial para esses povos?

6. Que resultado a fundação do islamismo no século VI produziu na vida política das tribos árabes?

7. Entre os séculos VII e X, com a ascensão da dinastia Tang ao poder, a China, que durante séculos esteve fragmentada em diversos reinos, reunificou-se e viveu um período próspero. Essa prosperidade deveu-se, em parte, à maneira como a administração pública estava organizada. Analise o papel dos funcionários do Estado chinês na preservação da estabilidade do Império.

8. Quando os europeus chegaram à América no século XV, o continente já era povoado por sociedades e civilizações com características bastante distintas entre si.
   a) Cite dois desses povos que já habitavam o continente americano durante a Idade Média europeia.
   b) Indique dois elementos de distinção entre eles.

Pratique

9. O texto a seguir trata da codificação da lei romana no século VI, durante o governo de Justiniano, em Bizâncio. Leia-o atentamente e responda às questões.

> A maior realização de Justiniano foi sua codificação da lei romana. Mais uma vez, elaborou-a com impressionante rapidez, graças à competência do conselho de juristas que reuniu, com Triboniano à frente. A primeira codificação ficou pronta em 529, e uma segunda por volta de 534. [...] Embora apresentada como um retorno às raízes da lei romana clássica, a obra de Justiniano remodelou a lei, para que fundamentasse uma monarquia cristã. Ele próprio redigiu a maior parte da legislação relacionada com a Igreja e a religião. A lei romana perdeu quase toda sua independência. Embora ele continuasse a **aquiescer** à ideia de que o imperador como indivíduo estava sujeito à lei, insistia em que, devido a seu cargo, ele era a encarnação da lei. A lei foi atrelada à ideologia absolutista da monarquia cristã, e recebeu forma concreta na estátua equestre que Justiniano mandou erguer de si mesmo diante da Igreja de Santa Sofia: na mão esquerda, segurava uma esfera com uma cruz sobreposta, símbolo de sua autoridade universal e origem divina.
>
> **aquiescer**: concordar; consentir.
>
> ANGOLD, Michael. *Bizâncio:* a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 34.

   a) De acordo com o texto, a codificação da lei romana realizada durante o governo de Justiniano foi apenas uma compilação da legislação romana? Explique.
   b) Por que, segundo o autor do texto, a lei romana "perdeu quase toda sua independência" sob o governo de Justiniano?
   c) Relacione as modificações feitas por Justiniano na legislação romana à consolidação do cesaropapismo.

10. De todas as palavras em árabe associadas ao islã, provavelmente *jihad* é uma das empregadas com mais frequência pela mídia. A palavra, contudo, designa um conceito, e para que este seja bem entendido é preciso ir além do uso corriqueiro que jornais e revistas fazem dele.

Leia os textos que tratam das diferentes definições e interpretações da palavra *jihad* ao longo da História e, a seguir, faça o que se pede.

Texto 1

Atualmente, principalmente depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a palavra *jihad* entrou no vocabulário corrente. A raiz *j-h-d*, da qual se origina, tem o significado geral de "esforço" ou "luta" [...]. A palavra, em si só, nem sempre tem conotação religiosa. Com significado religioso, o *jihad* pode incluir uma luta contra as tentações ("*jihad* do coração", "*jihad* da alma"). Pode significar também o proselitismo do islã (*da'wa*) ou a defesa da moralidade ("comandar o bem e proibir o mal", *al-'amr bilma'ruf wal-nahy 'an al-munkar*). A noção de *jihad* desenvolvida pelos juristas islâmicos é de "guerra com significado espiritual" [...], sendo sinônimo, no Alcorão de *qital fi sabili 'llah* ("luta", do verbo *qatala*, "matar"). A palavra árabe para "guerra", *harb*, geralmente é usada em contextos políticos. A doutrina do *jihad* só se desenvolveu com o tempo (a partir do século VII/VIII). O termo *jihad*, embora com raízes profundas, é uma construção, em primeiro lugar, jurídica. Não há evidências, por exemplo, de guerras religiosas na Arábia pré-islâmica. Como lembra David Cook, o profeta Maomé nunca declarou um *jihad* (pelo menos não com esse termo), embora suas campanhas possam ser consideradas *jihads* prototípicos. Da mesma forma, as conquistas islâmicas dos séculos VII e VIII só foram classificadas como *jihad* depois, e não sabemos como os muçulmanos da época as chamavam [...].

CHEREM, Youssef. *Jihad*: duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico. In: CAMPOS. *Revista de Antropologia Social*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná, v. 10, n. 2, p. 83, 2009.

Texto 2

Normalmente submetido a definições impróprias, o termo *jihad* designa essencialmente o "esforço" que o muçulmano deve fazer para aperfeiçoar-se, por meio do estudo e da atividade intelectual, por exemplo. Pode referir-se ainda à defesa da família, da honra e da comunidade islâmica em diversas frentes – espiritual, política, militar e econômica – e constituiu um nome próprio bastante comum entre muçulmanos de variadas nacionalidades. Extremistas e desinformados distorceram esse conceito e o transformaram num apelo a uma "guerra santa".

FARAH, Paulo Daniel. *O Islã*. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 73.

Texto 3

Um dos primeiros ideólogos fundamentalistas foi Mawdudi (1903-1979), o fundador do Jamaat-i Islami no Paquistão. Ele considerava que o grande poder do Ocidente estava reunindo forças para esmagar o Islã. Os muçulmanos, afirmava ele, devem se agrupar para lutar contra esse laicismo usurpador, se querem que sua religião e sua cultura sobrevivam. [...]. A ameaça ocidental tornara os muçulmanos defensivos pela primeira vez. [Mawdudi desafiou todo o etos secularizante: ele estava propondo uma teologia da libertação islâmica.] Uma vez que somente Deus era soberano, ninguém era obrigado a receber ordens de outro ser humano. A revolução contra as potências coloniais era não só um direito, mas um dever. Mawdudi pedia uma *jihad* universal. Assim como o Profeta lutara contra a *jahiliyyah* (a "ignorância" e o barbarismo do período pré-islâmico), os muçulmanos deviam usar todos os meios ao seu alcance para resistir à moderna *jahiliyyah* do Ocidente. Mawdudi afirmou que a *jihad* era o dogma principal do Islã. O que era uma inovação. Ninguém, anteriormente, declarara que a *jihad* era equivalente aos cinco pilares do Islã [...].

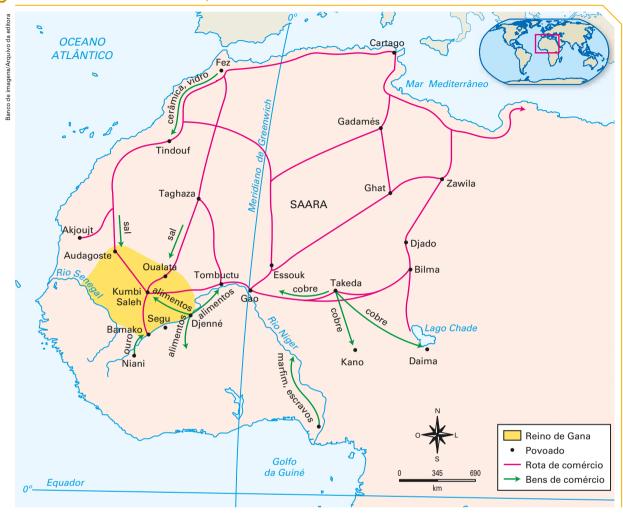
ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 224.

a) De acordo com os textos, a palavra *jihad* sempre foi usada da mesma forma ao longo do tempo? Justifique.

b) Originalmente, quais eram os sentidos de *jihad* no mundo árabe-muçulmano? Explique.

c) De que maneira as transformações recentes do mundo islâmico contribuíram para que a palavra *jihad* fosse entendida pela mídia ocidental como "guerra santa"?

11. Observe o mapa abaixo.

Rotas transaarianas de comércio, séculos IX-XI

Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand Atlas historique*. Paris: Larousse, 1978. p. 258.

- Identifique a região do planeta representada nele e, por meio da legenda, identifique o Império destacado em amarelo.
- Preste atenção aos diferentes traçados do mapa, distinguindo-os de acordo com as informações da legenda.
- Identifique as características geográficas da região representada, observando a hidrografia e o relevo.
- A seguir, responda às questões.

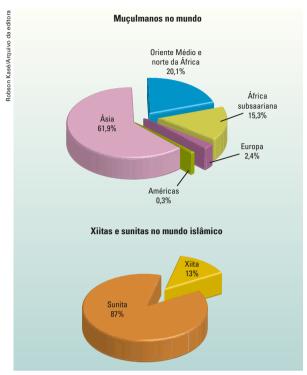
a) De acordo com o mapa, qual foi a importância econômica de Gana?

b) Que características geográficas de Gana favoreciam sua importância no contexto econômico africano?

c) Identifique os principais produtos comercializados pelas rotas que passavam por Gana.

12. Wu Zetian (624-705) – ou Wu Hou – foi a única mulher a assumir o título de imperatriz na China, governando o Império entre os anos 690 e 705. Para parte dos estudiosos, ela foi uma mulher determinada, que garantiu, de maneira inteligente, a prosperidade de seus domínios. Contudo, para outros, foi impiedosa, porque impunha sua autoridade pelo medo.

- Em grupos de três alunos, pesquisem em *sites* (de universidades, museus, veículos de comunicação e divulgação científica renomados), livros ou enciclopédias textos sobre a condição das mulheres na China durante os séculos VII e VIII e a biografia da imperatriz Wu Zetian.
- Procurem compreender a vida da imperatriz no contexto em que ela viveu, segundo os desafios, valores e tradições chineses do período.
- Em sala, organizem um seminário para discutir e compreender o governo de Wu Zetian.

13. Estima-se que há, na atualidade, 1,6 bilhão de muçulmanos no mundo. O islamismo é a segunda maior religião em seguidores, conforme dados da *Pew Research* Center, de 2013. Os gráficos abaixo traçam um panorama do islamismo no mundo contemporâneo. Analise-os para, em seguida, responder às questões.

Fonte: PEW RESEARCH CENTER. Disponível em: <www.pewresearch.org/fact-tank/2013/06/07worlds-muslim-population-more-widespread-than-you-might-think/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

a) De acordo com o gráfico "Muçulmanos no mundo", quais são os dois continentes onde há o maior número de seguidores do islamismo?

b) Em que continente a presença de muçulmanos é menor?

c) Segundo o gráfico "Xiitas e sunitas no mundo islâmico", qual é o grupo predominante na religião islâmica?

d) Com base nos seus estudos sobre o islamismo, diferencie xiitas e sunitas.

e) Releia o texto "Os árabes e o islamismo" (neste capítulo) e responda: ao longo da História, de que forma a expansão muçulmana ocorreu no mundo?

Analise uma fonte primária

14. O texto a seguir é um trecho da carta que Américo Vespúcio escreveu, provavelmente em 1503, a Lorenzo di Pierfrancesco de Médici, para prestar contas da viagem que realizou no continente americano. Na expedição, Vespúcio esteve na costa da Bahia e de São Vicente e teve contato com indígenas Tupi-Guarani que ali habitavam. Sobre os habitantes das terras brasileiras, escreve:

Naqueles países tal multidão de gente encontramos que ninguém enumerar poderia, como se lê no Apocalipse; gente, digo, mansa e tratável. E todos de um e outro sexo vão nus, nenhuma parte do corpo cobrem, e assim como do ventre da mãe saíram, assim até a morte vão; uma vez que têm corpos grandes, ajustados, bem dispostos e proporcionados, e de cor declinando para o vermelho; a qual coisa a causa penso, porque nus andando são tintos do sol. E têm os cabelos grandes e negros. São no andar e nos jogos ágeis e de uma liberal e formosa face, a qual eles mesmos destroem; uma vez que se furam as faces e os lábios e as narinas e as orelhas; e não se creia que aqueles furos sejam pequenos ou que um somente o tenham; pois vi muitos, os quais têm somente na cara sete furos dos quais cada um capaz era de uma ameixa; e mutilam eles estes furos com pedras azuladas, marmóreas, cristalinas e de alabastro belíssimas e com ossos branquíssimos e outras coisas artificiosamente trabalhadas segundo o seu costume; a qual coisa se a visse tão insólita e a um monstro símile, isto é um homem o qual tem nas faces somente e nos lábios sete pedras, das quais muitas são do tamanho de meio palmo, não sem admiração ficarias. Pois que muitas vezes considerei e assinalarei estas sete pedras terem de peso quinze onças, sem contar que em cada orelha de três furos furados têm outras pedras pendentes em anéis; e este costume só é dos homens; pois as mulheres não se furam a face, mas as orelhas só. [...]

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo:* cartas de viagem e descobertas. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 93-94.

a) Pesquise a biografia de Américo Vespúcio em *sites* ou em enciclopédias. Segundo as informações obtidas, o que ele veio fazer na costa brasileira?

b) Que informações sobre os Tupi-Guarani podemos extrair do trecho da carta de Américo Vespúcio?

c) Que impressão Vespúcio transmite ao leitor sobre as populações tupis-guaranis que habitavam o território que hoje constitui o Brasil?

d) Os Tupi-Guarani não tinham um sistema de escrita. Assim, todas as informações disponíveis provêm de vestígios arqueológicos ou de textos escritos pelos europeus que vieram para a costa brasileira a partir do século XVI. Ao ler a carta de Américo Vespúcio, que problema você identifica no uso desse tipo de fonte para conhecer a vida dos antigos habitantes do Brasil?

Articule passado e presente

15. Leia a matéria sobre projeto de templo religioso que poderá reunir fiéis do judaísmo, cristianismo e islamismo e, a seguir, faça o que se pede.

Para unir religiões, Berlim terá primeira "igreja-mesquita-sinagoga"

Berlim acredita estar fazendo história no universo das religiões ao unir muçulmanos, judeus e cristãos para construir um lugar onde todos possam rezar. "*The House of One*" (A Casa de Um, em tradução livre), como está sendo chamada, terá uma sinagoga, uma igreja e uma mesquita sob o mesmo teto.

O projeto foi escolhido em um concurso de arquitetura. Trata-se de um edifício de tijolo com uma torre alta e quadrada no centro. Do outro lado de um pátio ficarão as casas de culto das três religiões – a sinagoga, a igreja e a mesquita.

Nesta semana, os idealizadores do projeto iniciaram uma campanha para angariar fundos para a construção do edifício. Qualquer pessoa pode doar dinheiro *on-line* para o projeto – cada um pode contribuir com quantos tijolos quiser, sendo que cada tijolo custa 10 euros (cerca de R$ 30). A construção do edifício irá começar quando as doações atingirem 10 milhões de euros (cerca de R$ 30 milhões) – a expectativa é que esse valor seja alcançado até 2015. O projeto prevê cerca de dois anos para a realização das obras.

O prédio será construído em uma região de destaque – Petriplatz – no coração de Berlim. A localização é muito importante, de acordo com um dos três líderes religiosos envolvidos, o rabino Tovia Ben Chorin. "Do meu ponto de vista judaico, a cidade que planejou o sofrimento dos judeus agora é a cidade que está construindo um centro para as três religiões monoteístas que moldaram a cultura europeia", disse à BBC.

Eles poderão se entender? "Nós podemos. O fato de que existem pessoas dentro de cada grupo que não podem é um problema, mas é preciso começar em algum lugar e é isso que estamos fazendo".

O imã envolvido, Kadir Sanci, vê A Casa de Um como "um sinal para o mundo de que a grande maioria dos muçulmanos é pacífica e não violenta". É também, segundo ele, um lugar onde diferentes culturas podem aprender umas com as outras.

Cada uma das três áreas na Casa terá o mesmo tamanho, mas formas diferentes, explica o arquiteto Wilfried Kuehn.

"Cada um dos espaços foi projetado de acordo com as necessidades do culto religioso, com as particularidades de cada fé", disse. "Por exemplo, há dois andares na mesquita e na sinagoga, mas apenas um na igreja. Haverá um órgão na igreja. Teremos um lugar onde se possa lavar os pés na mesquita".

Kuehn e sua equipe de arquitetos pesquisaram projetos para os três tipos de locais de culto e encontraram mais semelhanças do que esperavam.

"O que é interessante é que, quando você volta um tempão atrás, observa-se que eles compartilham uma série de tipologias arquitetônicas. Eles não são tão diferentes", disse. "Não é necessário, por exemplo, que uma mesquita tenha um minarete – essa é apenas uma possibilidade, não uma necessidade. E uma igreja não precisa ter uma torre. Eu estou falando de voltar às origens, quando essas três religiões estavam perto e compartilhavam arquitetonicamente de muitas coisas".

No passado, as diferentes religiões usaram os mesmos edifícios, mas não no mesmo período. As mesquitas no sul da Espanha se tornaram catedrais após a conquista cristã. Na Turquia, igrejas se tornaram mesquitas. Na Grã-Bretanha, antigas capelas galesas chegaram a se tornar mesquitas – e a mesquita de Brick Lane, no leste de Londres, começou como uma igreja no século 18, depois virou uma sinagoga e agora se tornou um lugar de culto para a recém-chegada comunidade muçulmana. [...]

G1. Para unir religiões, Berlim terá primeira "igreja-mesquita-sinagoga". 29 jun. 2014. Disponível em:<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/para-unir-religioes-berlim-tera-primeira-igreja-mesquita-sinagoga.html>. Acesso em: 10 fev. 2016.

a) De acordo com o texto, qual é a grande inovação do projeto de construção de *The House of One*?

b) Esta será a primeira vez que o templo de uma religião abrigará o culto de outra religião? Explique.

c) Os arquitetos que trabalham no projeto de *The House of One* destacam as muitas semelhanças que identificaram entre os três edifícios religiosos – a igreja, a mesquita e a sinagoga. Qual pode ser a explicação para tantas semelhanças?

d) O projeto de *The House of One* busca aproximar as três grandes religiões monoteístas. Que significado e importância ele tem no presente?

CAPÍTULO 8 A formação da Europa

Sipa/AP Images/Glow Images.

Representantes de religiões distintas – católicos, protestantes, cristãos ortodoxos, judeus, muçulmanos e budistas – em cerimônia de felicitações pelo Ano-Novo realizada no Palácio do Eliseu, Paris, França, 2013.

Durante a Idade Média, alguns governantes europeus passaram a ser empossados mediante a aceitação da autoridade máxima da Igreja. Atualmente, a liberdade de credo é recorrente na Europa. Na foto, de 2013, percebe-se a igualdade entre as pessoas presentes na cerimônia. Que papel as autoridades religiosas devem ter na condução dos negócios do Estado? O Estado deve interferir nas questões religiosas de cada credo?

1 O espaço como construção social e histórica

Embora possa ser modificado pela ação humana, o espaço geográfico é um dado da natureza. A forma pela qual nos relacionamos com ele, contudo, é variável. Depende de nossas necessidades, expectativas e história. Embora as terras e águas que compõem a Europa lá estivessem há milhões de anos, até a Idade Média não havia, historicamente, o que hoje chamamos de Europa: um continente que, além de terras e águas, tem uma história comum – de guerras e de paz, de avanços e crises e de grandes conflitos internos também. É essa história comum que possibilitou a formação da União Europeia atua.

Durante o Império Romano ainda não se falava em Europa. Ela começou a se formar no período medieval, conforme o historiador francês Marc Bloch observa no texto a seguir.

> O mundo europeu, enquanto europeu, é uma criação da Idade Média, que, quase ao mesmo tempo, rompeu a unidade, pelo menos relativa, da civilização mediterrânea e lançou desordenadamente no **crisol** os povos outrora romanizados junto com os que Roma nunca tinha conquistado. Então, nasceu a Europa no sentido humano da palavra...
>
> BLOCH, Marc. In: LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 13.

crisol: recipiente ou pequeno pote utilizado para reações químicas de purificação de metais preciosos.

Neste capítulo você vai conhecer um pouco mais sobre o início da construção social e histórica do espaço hoje conhecido como Europa.

Peter Genet/Alamy/Latinstock

Prédio do Parlamento europeu em Estrasburgo, na França, em foto de 2014.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 Alta Idade Média e a ruralização europeia

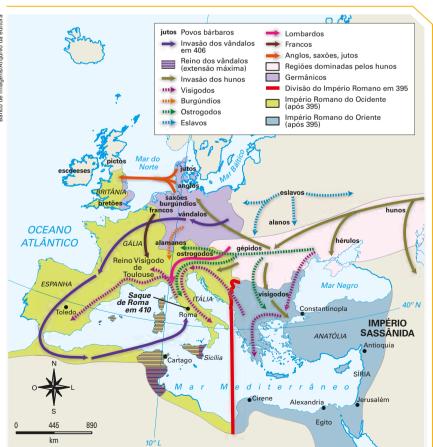
Como vimos no Capítulo 7, Alta Idade Média é a denominação utilizada pelos historiadores para o período compreendido entre os séculos V e X. A Baixa Idade Média se estenderia do século XI ao século XV, como veremos adiante. Vimos, também, que alguns historiadores usam uma outra periodização para tratar do final da Idade Antiga e do início da Idade Média, denominada Antiguidade Tardia, que vai do século III ao século VII. Como foi visto, o objetivo dos pesquisadores que utilizam essa periodização é destacar que houve um longo processo de transição do mundo antigo para o mundo medieval.

Os reinos germânicos

As migrações "bárbaras", que marcaram o fim do Império Romano do Ocidente, não se encerraram em 476 – continuaram ocorrendo durante boa parte da Alta Idade Média. São justamente as invasões, as trocas culturais e o estado de guerra constante na Europa ocidental durante esse período que nos permitem compreender a estrutura econômica e social do sistema denominado **feudalismo**, assunto que estudaremos no capítulo seguinte.

Vimos no Capítulo 6 que os romanos chamavam de "bárbaros" todos os povos que não tinham se romanizado e que não falavam o latim ou o grego. Esses povos são em geral classificados de acordo com sua origem ou sua língua: tártaro-mongóis (asiáticos como os hunos e os turcos), eslavos (como os russos, entre outros) e germanos (dos quais faziam parte os francos, visigodos, anglos, saxões, ostrogodos, vândalos, etc.).

O contato com esses povos migrantes e a fragmentação político-cultural nos antigos domínios romanos acarretaram a formação de vários reinos germânicos e a introdução de diversos idiomas. Até então, o latim era a língua corrente, pelo predomínio dos conquistadores romanos.

Migrações bárbaras (400-800)

Adaptado de: BASCHET, Jerôme. *A civilização feudal*: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. p. 42.

Leituras

Guerreiro lombardo, detalhe de escudo ornamentado do século VII d.C.

Reprodução/Museu de Arte de Berna, Suíça

As transformações nas cidades do antigo Império Romano, a permanência de tradições culturais romanas na passagem para a Idade Média e algumas características dos povos germânicos, sobretudo de sua arte, são analisadas pelo historiador medievalista francês Georges Duby.

Ingredientes de uma nova civilização

A tradição situa no século V a passagem da Antiguidade para a Idade Média. Nesse momento a Europa não existe. Praticamente tudo o que o historiador é capaz de conhecer ainda se organiza em torno do Mediterrâneo, no quadro do Império Romano. No entanto, um movimento em marcha há muito tempo tende a desarticular tal quadro, afastando progressivamente a parte grega de sua parte latina. De fato, é a leste que se encontram toda a vitalidade, toda a riqueza, toda a força, e ali [no Império Romano do Oriente] a civilização antiga prossegue a sua história sem rupturas, ao passo que se desagrega a oeste – desde sempre numa posição de fraqueza –, onde o desmoronamento é precipitado pelas migrações dos povos germânicos. Deste lado, instala-se a desordem por três séculos, durante os quais se misturam os ingredientes de uma nova civilização. De uma nova arte.

[...] por todo lado as cidades subsistem. São, é verdade, cada vez menos numerosas à medida que nos afastamos do Mediterrâneo, mas uma rede de caminhos indestrutíveis liga-as de uma ponta à outra do Império, criando uma estreita comunidade cultural. Essas cidades despovoam-se. Os dirigentes afastam-se aos poucos, vão viver em suas casas no campo. No entanto, continuam vivas, imponentes, com suas muralhas, suas portas solenes, seus monumentos de pedra, estátuas, fontes, termas, o anfiteatro, o fórum onde se discutem os negócios públicos, escolas onde se formam os oradores, colônias de negociantes orientais que usam a moeda de ouro, ainda sabem onde conseguir o papiro, as especiarias, os panos importados do Oriente, e, nas vastas necrópoles que se estendem extramuros, os mausoléus, os sarcófagos dos ricos cobertos de esculturas. Todas essas cidades se voltam para Roma, seu modelo. Roma, a cidade imensa, implantada na própria fronteira que separa a latinidade do helenismo. [...]

Ao norte, a oeste, nos pântanos e nas florestas onde as legiões nunca penetraram, vivem as tribos "bárbaras". Essas populações dispersas, seminômades, de caçadores, criadores de porcos e guerreiros têm costumes e crenças muito diferentes. Também sua arte é diferente: não é a arte da pedra, mas a do metal, das contas de vidro, do bordado. Não há monumentos, apenas objetos que as pessoas transportam consigo, armas, e essas joias, esses amuletos com que os chefes se enfeitam na vida e que são postos ao lado de seus cadáveres no túmulo. Não há relevos, apenas o cinzelado. Uma decoração abstrata, símbolos mágicos entrelaçados, em que às vezes se inserem as formas estilizadas do animal e da figura humana. Alguns desses povos, por terem se aproximado durante suas migrações dos territórios helenizados, foram evangelizados. São eles os primeiros, chefiados por seus reis, a se embrenhar no Império do Ocidente, assaltando o poder. Outros povos os seguem, sendo estes pagãos que em seu avanço pelas antigas fronteiras apagam nos territórios que ocupam os tênues vestígios da presença de Roma. É possível perceber a que ponto a cultura "bárbara", nesses tempos conturbados, se sobrepôs à cultura romana e a submergiu: a linha muito nítida que, curiosamente estável, cruza a Europa atual e separa a região das línguas românicas e a dos outros idiomas marca os limites desse avanço.

[...] Entretanto, a cultura romana conservou o seu prestígio. Fascinou os invasores. Foi para se alçarem ao seu nível, para participarem dessa espécie de felicidade que julgavam partilhada pelos cidadãos romanos, que os germanos atravessaram as fronteiras, que seus chefes, agora detentores do poder, não hesitaram em se autodenominar cônsules que moravam nas cidades, que favoreciam, como Teodorico [rei dos ostrogodos], o desabrochar das letras latinas, que arrastavam os companheiros e, como Clóvis [rei dos francos], mergulhavam nas águas do batismo. Tinham apenas um desejo: integrar-se. Para se integrarem de verdade, precisavam virar cristãos.

DUBY, Georges. *História artística da Europa*: a Idade Média. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1.

Ruralização e fortalecimento do cristianismo

Uma das características da Europa medieval foi a **ruralização**. Desde o final do Império Romano, as cidades vinham sendo abandonadas por causa das invasões e dos saques. Ao mesmo tempo, a falta de mão de obra escrava atraía vastos contingentes de trabalhadores para o campo. Ali, eles arrendavam terras na condição de servos (relação de produção predominante na Europa ocidental durante a Idade Média, que você estudará no capítulo a seguir). O movimento dessa população marcou a volta de uma economia rural de subsistência. Daí a palavra "ruralização".

Devido à instabilidade causada pelas guerras e à concentração da população em comunidades rurais, o comércio entrou em declínio, assim como a utilização de moedas. Para proteger-se das agressões externas, construíram-se castelos e residências fortificadas.

Ao mesmo tempo, ocorria o fortalecimento do cristianismo que, pouco a pouco, se impunha à nova sociedade em formação. Vários reinos germânicos converteram-se à doutrina cristã, destacando-se o dos francos.

O reino dos francos

Desde o século II, os francos vinham pressionando as fronteiras do Império Romano, até se estabelecerem na região da Gália, atual França. Séculos depois, em 496, Clóvis (466-511), rei da dinastia merovíngia, foi convertido ao cristianismo.

Quando o Império Romano do Ocidente se desagregou, desapareceu a ideia tradicional de Estado e bem público. A terra passou a ser distribuída entre o clero e a nobreza, como recompensa por serviços prestados. A figura do rei tornou-se, assim, bastante frágil entre os francos, submetida ao poder dos proprietários de terra.

O batismo de Clóvis (miniatura do século XV), considerado o fundador do reino franco. Diz a lenda (versão divulgada pelo cronista Gregório de Tours, um bispo franco) que, em uma difícil batalha, Clóvis dirigiu os olhos aos céus e invocou o Deus de sua esposa Clotilde, que era cristã, prometendo que se batizaria, caso alcançasse a vitória. Daquele momento em diante, a sorte da batalha mudou em seu favor, levando os inimigos à fuga.

Nesse período, as funções do rei eram delegadas ao *major domus*, espécie de primeiro-ministro. O mais importante deles foi Carlos Martel (690-741), que venceu os árabes na Batalha de Poitiers (732), interrompendo a expansão muçulmana em direção ao centro do continente.

Em 751, o filho de Carlos Martel, Pepino, o Breve (714-768), contando com o apoio do papa, depôs o último soberano merovíngio. Iniciou-se uma nova dinastia, denominada carolíngia. Pelo apoio recebido, Pepino cedeu ao papa grande extensão de terra no centro da península Itálica. Esse território foi transferido para a administração direta da Igreja, sob o nome de **Patrimônio de São Pedro**, e constituiu o embrião do atual Vaticano.

Carlos Magno (742-814), filho de Pepino, assumiu o trono em 768, e, depois de conquistar novos territórios, fundou o **Império Carolíngio**; esse foi o período de maior poder dos francos na Alta Idade Média.

Em seu governo, Carlos Magno doou as terras adquiridas nas guerras de conquista à nobreza e ao clero em troca de lealdade. Ele ainda dividiu o território sob seu controle em **condados** e **marcas**.

Os administradores dessas áreas eram nomeados pelo imperador e fiscalizados por um corpo de funcionários chamados *missi dominici* ('emissários do senhor'). Dessa forma, Carlos Magno podia controlar um vasto território fazendo valer suas leis – conhecidas como **capitulares** –, as primeiras leis escritas do Ocidente medieval.

No ano 800, o papa Leão III coroou Carlos Magno como Imperador do Novo Império Romano do Ocidente. Leão III via na ampliação do reino franco uma possibilidade de expansão do cristianismo e o retorno à própria concepção de império, desaparecida desde a extinção do Império Romano do Ocidente. Para muitos historiadores, a formação do Império Carolíngio representa um evidente afastamento do Mediterrâneo e um passo para a formação da Europa.

Leituras

Durante o período carolíngio, os escribas passaram a separar as palavras e frases por um sistema de pontuação. Isso representou um grande avanço no registro escrito. A reportagem a seguir trata desse assunto:

Uma nova escrita

O Renascimento carolíngio foi gestado nos mosteiros da Gaula no sul da França, a partir do final do século VII. [...] Os escribas, que recopiavam os livros vindos de Roma, aperfeiçoaram a escritura, ancestral da Carolina, a escrita caligráfica surgida na Europa entre os séculos VIII e IX, que originou a distinção de maiúsculas e minúsculas nas modernas escritas europeias [...].

Jamais será excessivo insistir sobre o prodigioso trabalho dos ***scriptoria*** carolíngios. Milhares de manuscritos foram recopiados – quase oito mil foram conservados: as obras dos fundadores da Igreja, de gramáticos, poetas, prosadores. Graças aos **copistas**, uma grande parte da herança literária latina foi salva e preservada. Cícero, Virgílio, Tácito e muitos outros só se tornaram conhecidos pelo trabalho dos carolíngios.

[...] Depois do término do manuscrito, se fosse um livro luxuoso de salmos ou um evangeliário encomendado por um bispo, ou por um príncipe, o pintor sucedia o escriba. Ele decorava as iniciais, enquadrava as páginas, pintava o que ficara em branco, segundo seu próprio talento ou segundo o estilo da escola onde fora formado. Temos então o manuscrito copiado, corrigido e ornamentado.

Em seguida, era necessário reunir as folhas, formar os cadernos para fazer um códice. [...] Desde a época carolíngia, a encadernação era utilizada para os livros valiosos, e era feita com pele de cervos. Assim, Carlos Magno autorizou os monges de um mosteiro francês a caçar cervos para criar um estoque do couro destinado à encadernação. A superfície lisa das encadernações era confiada a ourives, ou a artesãos que trabalhavam com marfim.

RICHÉ, Pierre. Quando copiar era um estímulo intelectual. *História Viva*, edição 28, fev. 2006. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/quando_copiar_era_um_estimulo_intelectual_imprimir.html>. Acesso em: 18 dez. 2015.

The Bridgeman Art Library/ Keystone Brasil/ Biblioteca Nacional, Paris, França.

Iluminura presente em cópia do *Sacra Parallela*, livro de João Damasceno, teólogo do século VIII.

scriptoria: salas dos mosteiros reservadas à leitura e à escrita.
copistas: monges que copiavam manuscritos da Antiguidade ou textos da época; nesse caso, o mesmo que escribas.

Carlos Magno foi responsável, portanto, por um governo forte e centralizador durante a Alta Idade Média, além de ter propiciado um significativo desenvolvimento cultural. Escolas foram fundadas e muitas obras da Antiguidade greco-romana, preservadas. Esse desenvolvimento foi chamado mais tarde de **Renascimento carolíngio**.

O poderio do Império Carolíngio, porém, não sobreviveu à morte de Carlos Magno em 814. Novos grupos invasores – ***vikings*** da Escandinávia, **magiares** do Leste Europeu e novas incursões árabes no Mediterrâneo, aliadas às disputas sucessórias – levaram ao fim a unidade territorial do Império.

Luís, o Piedoso (778-841), filho de Carlos Magno, herdou o Império e o governou até 841. Seus filhos, pelo **Tratado de Verdun** (843), fizeram a partilha do Império e aceleraram sua derrocada.

Com as invasões *vikings*, que chegaram a conquistar a Normandia, uma região do norte da França, amplos contingentes da população europeia procuraram refúgio e proteção junto aos grandes senhores de terras, submetendo-se a eles. Condes, marqueses e outros nobres passaram a ter uma importância crescente, fortalecendo assim a tendência à descentralização do poder político e social. Esse contexto favoreceu a consolidação do feudalismo.

viking: povo originário da Escandinávia (que hoje compreende Suécia, Dinamarca e Noruega, no norte da Europa). Destacou-se por suas avançadas técnicas de navegação.
magiar: grupo étnico de origem asiática que invadiu a Europa e fundou o Reino da Hungria.

3 Baixa Idade Média: a caminho da Europa urbana

Entre os séculos XI e XV, a Europa passou por transformações que abriram caminho para um reordenamento da sociedade europeia. Esse período é chamado pelos historiadores de **Baixa Idade Média**.

Essas mudanças começaram com o declínio das invasões "bárbaras" e com inovações tecnológicas no campo. Entre essas inovações, estava a utilização de arados de ferro, mais fortes e eficientes do que os de madeira usados até então, e o aperfeiçoamento de moinhos hidráulicos. As terras cultiváveis foram ampliadas por meio do aterramento de pântanos e da derrubada de florestas. Esse contexto propiciou o crescimento da produtividade do trabalho agrícola e, consequentemente, a expansão demográfica. Só na Inglaterra, a população teria passado de 2 milhões, no século XI, para cerca de 5 milhões, no início do século XIV. No mesmo período, a população da França aumentou de 6 milhões para 15 milhões de pessoas.

Essas mudanças favoreceram o desenvolvimento do comércio, a circulação de moedas e o crescimento das cidades. A intensificação do comércio impulsionou também diversos setores artesanais. Muitos deles haviam continuado ativos na Alta Idade Média, servindo à nobreza e ao alto clero: armeiros, que trabalhavam para os nobres guerreiros; ourives, pintores e construtores, que trabalhavam na edificação de catedrais e castelos, etc.

O aumento populacional, aliado às elevadas taxas cobradas pelos senhores feudais, deixou grande número de camponeses à margem da atividade rural. Muitos procuraram outras oportunidades de sobrevivência, outros foram expulsos dos feudos. Essa marginalização social atingiu também muitos senhores. Nobres sem terra, vítimas do **direito de primogenitura**, vagavam pela Europa como **cavaleiros andantes**. Ofereciam seus serviços militares a outros senhores em troca de terras ou de rendas.

Nesse contexto, ocorreram diversos movimentos de expansionismo no continente europeu: houve o *Drang nach Osten* (Marcha para o Leste), isto é, a expansão germânica em que cavaleiros **teutônicos** dirigiram-se para o Oriente, para a atual Rússia, sob o pretexto de propagar o cristianismo, subjugando a região báltica; houve também a Reconquista cristã dos territórios tomados pelos árabes na península Ibérica. Além disso, aquele contexto foi também caracterizado pelas Cruzadas, que contaram com a participação de inúmeros cavaleiros de toda a Europa. Vemos, desse modo, que a conquista de novas terras e riquezas buscava superar as dificuldades que marcavam os primeiros séculos da Baixa Idade Média.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Museu Fitzwilliam, Universidade de Cambridge, Reino Unido.

No início da Baixa Idade Média, a força animal e a força das águas dos rios começaram a ser mais bem aproveitadas. Observe o moinho movido a água na iluminura à esquerda, produzida em 1650, aproximadamente.

Reprodução/Basílica Santa Maria Assunta, Bérgamo, Itália.

Afresco do século XIV que mostra Santo Elói (ou Elígio) calçando um cavalo com uma ferradura de metal.

direito de primogenitura: costume pelo qual, com a morte do senhor feudal, a grande propriedade de terras (feudo) passava para seu filho mais velho (primogênito). Esse direito tinha a finalidade de impedir a divisão da terra entre os diversos filhos do senhor feudal.
cavaleiros andantes: cavaleiros que, na Idade Média, percorriam terras sozinhos ou com alguns companheiros, com os mais diversos objetivos: guerrear, viver aventuras, defender os injustiçados, lutar pela Igreja, etc. Em torno de suas proezas foram escritas narrativas literárias e míticas.
teutônicos: relativos a teutão, povo germânico que vivia nas regiões central e norte da Europa.

Vivendo naquele tempo

El Cid, um cavaleiro medieval

Os cavaleiros medievais, oriundos da nobreza, eram treinados, desde a infância, nas artes e nos valores da guerra; aprendiam a manusear armas, como a lança e a espada, a montar a cavalo e a enfrentar o inimigo.

Retratados em pinturas, esculturas, obras literárias e cinematográficas, constituem um imaginário de narrativas heroicas que se transformam ao longo do tempo. Representações do cavaleiro Rodrigo Díaz (1043-1099), o El Cid, expressam o poder desse imaginário. Nobre guerreiro castelhano, teria lutado contra os mouros e colaborado para a unificação do reino cristão de Castela, ganhando fama ainda em vida, graças às suas vitórias incontestáveis. Foi homenageado em poemas populares cantados e, em 1207, reunidos na forma escrita, com o título *Canción de Mio Cid*, que retratavam um cavaleiro idealizado: destemido, leal, justo, piedoso e profundamente cristão.

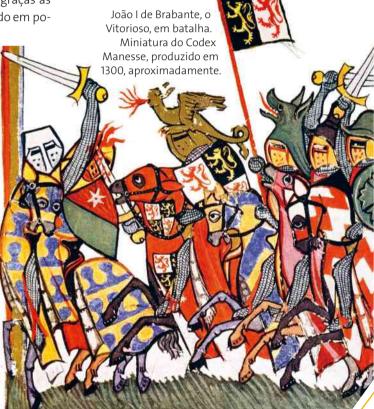
Nos séculos seguintes, a lenda de El Cid foi recontada por escritores espanhóis, como Guillén de Castro (1569-1631), que escreveu a peça teatral *A Mocidade de El Cid* no início do século XVII.

A história do cavaleiro Díaz também foi narrada em *El Cid*, filme de 1961 dirigido por Anthony Mann; em programas de televisão, sobretudo na Espanha; e em *El Cid: a lenda*, desenho animado de 2003 dirigido por José Pozo. O personagem e seu exército também fazem parte do *videogame Age of Empires 2: the Age of Kings*, lançado em 1999. Essas representações demonstram, portanto, a força das narrativas lendárias construídas em torno do ideal de honra e lealdade da cavalaria medieval.

Everett Collection/AGB Photo.

O ator americano Charlton Heston durante as filmagens de *El Cid*, dirigido por Anthony Mann. O filme chegou aos cinemas em 1961.

DeAgostini/Getty Images/Biblioteca Universitária de Heidelberg.

João I de Brabante, o Vitorioso, em batalha. Miniatura do Codex Manesse, produzido em 1300, aproximadamente.

As Cruzadas

A partir da última década do século XI, diversas expedições de caráter militar-religioso partiram da Europa em direção à Palestina com o objetivo de restabelecer o controle cristão sobre a Terra Santa, que estava sob domínio dos muçulmanos desde o século VII. Essas expedições ficaram conhecidas como **Cruzadas**. A expressão "Terra Santa" designava os lugares percorridos por Jesus e incluía Jerusalém e o Santo Sepulcro, local onde ele teria sido sepultado.

As Cruzadas foram convocadas pelo papa Urbano II em 1095 no **Concílio de Clermont** e eram inicialmente vistas com simpatia pelos imperadores bizantinos. Estes últimos esperavam o auxílio dos reinos europeus no combate aos povos muçulmanos, sobretudo aos turcos **seljúcidas**, que haviam se convertido ao islamismo e ganhavam força expansionista.

Os *seljúcidas* conquistaram Bagdá em 1055 e passaram a se dirigir para a Ásia Menor, tornando-se uma ameaça ao Império Bizantino.

Leituras

Leia a seguir a convocação do papa Urbano II às Cruzadas, realizada no Concílio de Clermont, em 1095.

Convocação às Cruzadas, em 1095

Considerando as exigências do tempo presente, eu, Urbano, tendo, pela misericórdia de Deus a tiara pontifical, pontífice de toda a terra, venho a vós, servidores de Deus, como mensageiro para desvendar-vos o mandato divino [...] é urgente levar como diligência aos nossos irmãos do Oriente a ajuda prometida e tão necessária no momento presente. Os turcos e os árabes atacaram e avançaram pelo território da Romània até a parte do Mediterrâneo chamada o Braço de São Jorge, e penetraram mais a cada dia nos países dos cristãos; eles os venceram sete vezes em batalha, matando e fazendo grande número de cativos, destruindo as igrejas e devastando o reino. Se vós deixardes isto sem resistência, estenderão os seus exércitos ainda mais sobre os fiéis servidores de Deus.

Por isso eu vos apregoo e exorto, tanto aos pobres como aos ricos – e não eu, mas o Senhor vos apregoa e exorta – que como arautos de Cristo vos apresseis a expulsar esta vil ralé das regiões habitadas por nossos irmãos, levando uma ajuda oportuna aos adoradores de Cristo. Eu falo aos que estão aqui presentes e o proclamo aos ausentes, mas é Cristo quem convoca [...]

Se os que forem lá perderem a sua vida durante a viagem por terra ou por mar ou na batalha contra os pagãos, os seus pecados serão perdoados nessa hora; eu o determino pelo poder que Deus me concedeu [...]

Os que estão habituados a combater maldosamente, em guerra privada, contra os fiéis, lutem contra os infiéis, e levem a um fim vitorioso a guerra que devia ter começado há tempo. Os que até agora viviam em brigas se convertam em soldados de Cristo. Os que até agora eram mercenários por negócios sórdidos, ganhem no presente as recompensas eternas. Os que se fatigaram em detrimento de seus corpos e de suas almas, se esforcem no presente por uma dupla recompensa [...] De um lado estarão os miseráveis, do outro as verdadeiras riquezas, aqui os inimigos de Deus, lá os seus amigos. Alistem-se sem demora; que os guerreiros arrumem os seus negócios e reúnam o necessário para prover às suas despesas; quando terminar o inverno e chegar a primavera, que eles se movam alegremente para tomar a rota sob o comando do Senhor.

CHARTRES, Foucher de. In: PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média:* textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 83-84.

Ao organizar as Cruzadas, a Igreja romana também tinha por objetivo estender sua influência ao território bizantino, dominado pela Igreja ortodoxa, a Igreja bizantina criada com o Cisma do Oriente, em 1054, e independente do papa de Roma.

Uma parte dessas expedições era constituída de pessoas de alguma maneira excluídas da estrutura social feudal. Muitos integrantes da cavalaria dos exércitos cruzados eram cavaleiros sem-terra, enquanto a maior parte das tropas a pé era composta de antigos servos. Além disso, milhares de pessoas, incluindo mulheres, crianças e idosos, dispunham-se a seguir os cruzados e fazer a peregrinação aos locais sagrados após a expulsão dos muçulmanos.

As Cruzadas também personificavam o misticismo e a espiritualidade que impregnavam a época medieval. Isso pode ser especialmente notado em duas cruzadas: a Cruzada das Crianças (1212), organizada com base na crença de que somente os "puros" e "inocentes" poderiam libertar Jerusalém; e a Cruzada dos Mendigos (1096). Ambas foram dizimadas, principalmente no trecho europeu do percurso.

No entanto, havia outros interesses em jogo, como o comércio, atividade até então secundária, mas crescente em importância em meio à expansão demográfica que ocorria na Europa. Negociantes italianos desejavam conquistar entrepostos e vantagens no comércio de produtos orientais, assim como acesso às rotas comerciais do mar Mediterrâneo, dominadas pelos muçulmanos, que impediam a livre navegação.

Do século XI ao XIII, partiram da Europa oito expedições (veja o mapa *Movimentos cruzadistas dos séculos XI a XIII*, na página a seguir), entre as quais se destacaram as seguintes:

- Primeira Cruzada (1096-1099): denominada Cruzada dos Nobres, chegou a conquistar Jerusalém e a organizar na região um reino nos moldes feudais.

- Terceira Cruzada (1189-1192): também conhecida como Cruzada dos Reis, em virtude da participação dos monarcas da Inglaterra (Ricardo Coração de Leão), da França (Filipe Augusto) e do Sacro Império Romano-Germânico (Frederico Barba Ruiva). Não atingiu seus objetivos militares, mas estabeleceu acordos com os turcos, o que possibilitou as peregrinações.
- Quarta Cruzada (1202-1204): chamada de Cruzada Comercial, por ter sido liderada por comerciantes de Veneza, potência mediterrânea em grande ascensão. Desviou-se do caminho para Jerusalém e ocupou Constantinopla, uma cidade cristã, que foi saqueada pelos cruzados, igualmente cristãos.

The Bridgeman Art Library/Keystone

O ilustrador, pintor e escultor francês Gustave Doré (1832-1883) foi responsável pela ilustração de obras como *A Divina Comédia*, de Dante, e *Dom Quixote*, de Cervantes. Na imagem, uma de suas ilustrações, de 1877, mostrando a Cruzada das Crianças.

Consequências das Cruzadas

As Cruzadas não conseguiram resolver boa parte das dificuldades europeias decorrentes do aumento populacional, da ambição por novas terras e da necessidade de aprimorar a produtividade agrícola para alimentar a crescente população. No entanto, algumas cidades, que nunca deixaram de fazer comércio durante os primeiros séculos da Idade Média, e outras, que emergiram ou ganharam impulso com a chegada de camponeses marginalizados nos feudos, tiveram amplas vantagens com as Cruzadas. Os exemplos mais marcantes foram Gênova e Veneza, cidades da península Itálica, cujos comerciantes enriqueceram alugando barcos, financiando os cruzados e assumindo a liderança no comércio mediterrâneo.

No entanto, muitos nobres, que arcaram com os elevados custos militares, empobreceram com as Cruzadas, enfraquecendo-se e favorecendo o fortalecimento dos governantes. Além disso, em vez de unir a cristandade, criaram divergências de interesses entre algumas regiões (como a rivalidade por domínios entre os governantes da Terceira Cruzada), enquanto propiciaram muita violência contra os não cristãos.

Movimentos cruzadistas dos séculos XI a XIII

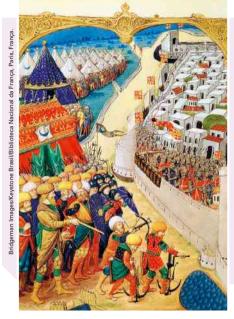
Banco de imagens/Arquivo da editora

Por quase duzentos anos, o Mediterrâneo oriental viveu o movimento das Cruzadas.

Adaptado de: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History*. New York: Anchor Books, 1974. p. 150 e 206.

Ao mesmo tempo, as Cruzadas tiveram um impacto significativo na mentalidade europeia. O espírito dessas expedições foi importante motivação, por exemplo, para a Reconquista cristã da península Ibérica, dominada por árabes muçulmanos, e para as Grandes Navegações que levaram os europeus à América. Essa mentalidade levou à construção da imagem dos europeus como capazes de impor sua visão de mundo e seus valores aos povos com os quais entrassem em contato. Para eles, esses povos eram simplesmente "os outros".

Segundo alguns historiadores recentes:

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Biblioteca Nacional da França, Paris, França.

Forças turcas se preparando para batalha fora dos muros de Rodes, na Grécia, em 1480. Obra de Guillaume Caoursin, 1483. Biblioteca Nacional, Paris, França.

> [...] a cruzada emerge, pois, como o ponto de chegada de um lento processo que conduz a Igreja, no Ocidente, da não violência, predominante até o século IV, ao uso sacralizado e meritório das armas. É essa dimensão sacralizadora que permite entender a cruzada como uma guerra santa, a qual tangencia certos aspectos que a assemelham com a *jihad*. Com efeito, durante vários séculos, as Cruzadas opuseram a cristandade e o mundo muçulmano pela posse de Jerusalém e dos lugares santos, posse que ainda hoje é mobilizadora nos intermináveis conflitos entre judeus e palestinos.
>
> GOMES, Francisco José Silva. A guerra santa, Cruzada e *jihad* na obra de Jean Flori. In: XI Encontro Regional de História (ANPUH). *Conflitos e Idade Média*. 20 out. 2004. Disponível em:<www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Mesas/Francisco%20Jose%20Silva%20Gomes.doc>. Acesso em: 18 dez. 2015.

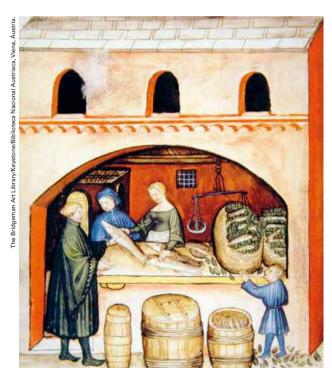
A expansão do comércio na Europa

A partir do século XI, diversas cidades europeias passaram a ser o entroncamento de rotas comerciais. Por esses caminhos passavam produtos de luxo originados do Oriente (que, mesmo em pequenas quantidades, rendiam elevados lucros) e sal. Depois, também produtos de consumo geral, como cereais e madeira.

Dessas rotas, a do Mediterrâneo, antigo caminho das Cruzadas, logo se tornou a mais importante e lucrativa. Partia das cidades italianas de Gênova e Veneza e atingia centros comerciais do Mediterrâneo oriental. Essas cidades prosperaram muito, principalmente porque seus comerciantes praticamente conquistaram o monopólio sobre os produtos provenientes do Oriente, como sedas e especiarias.

Paralelamente, desde o século XII organizavam-se no norte da Europa as **hansas**, ou associações de mercadores. Na Inglaterra, destacava-se a Merchants of the Staple (Mercadores do Empório, em tradução livre para o português), associação que controlava a venda de lã (seu mais forte produto) e a importação de produtos oriundos da região **flamenga**.

flamenga: região originária de Flandres, atual Bélgica.

The Bridgeman Art Library/Keystone/Biblioteca Nacional Austriaca, Viena, Áustria.

Nesta iluminura italiana do final do século XIV, está representada uma loja de peixes. A atividade comercial vinha em crescente desenvolvimento desde o século XI.

A união de diversas hansas, no norte da atual Alemanha, deu origem à **Liga Hanseática**, que reuniu cidades comercialmente poderosas, como Hamburgo, Brêmen, Lübeck, Rostock, para atuar no controle de todo o comércio dos mares do Norte e Báltico. Seus comerciantes traziam trigo e pescado, importantes para a população, que continuava a crescer, e madeiras, fundamentais para os empreendimentos de construção naval, além de outros produtos.

A Liga Hanseática e as rotas comerciais

Área de atuação da Liga Hanseática com as principais rotas comerciais da Baixa Idade Média. Observe o vínculo entre o desenvolvimento comercial e a urbanização.

Adaptado de: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso distoria antica e medievale*. Milano: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 133.

Dessa forma, consolidavam-se dois polos comerciais na Europa da Baixa Idade Média: um italiano e outro germânico. A ligação desses dois polos se fazia por rotas terrestres que convergiam para as planícies de Champanhe, região no nordeste da França. Ali se realizavam grandes **feiras**, nas quais os comerciantes do norte encontravam os do sul, constituindo centros de articulação do crescente comércio europeu.

O desenvolvimento comercial e as transações financeiras tornaram necessária a utilização em larga escala de moedas, o que gerou a introdução de **letras de câmbio** e o desenvolvimento de atividades bancárias em geral. A terra deixou de ser a única fonte de riqueza e, nesse contexto, surgiu um novo grupo social, o dos mercadores.

O florescimento urbano

Ao longo das novas rotas comerciais, multiplicavam-se os **burgos**, isto é, as cidades. Eram, às vezes, antigas cidades romanas abandonadas, que foram reocupadas e voltavam a prosperar. Outras vezes, eram aglomerados que surgiam nas encruzilhadas de rotas comerciais terrestres, em regiões de feiras ou às margens de rios. Cercados de muralhas defensivas, os burgos tinham sua denominação derivada do germânico *burgs* para o latim *burgu*, que significa ‘pequena fortaleza’.

Havia também aglomerações formadas em torno de antigos castelos. Nesse caso, como se originavam em terras pertencentes a senhores feudais, que compunham a camada social dominante, ficavam submetidas a sua autoridade e, frequentemente, à cobrança de impostos. Com a expansão do comércio e da vida urbana, os habitantes dos burgos começaram a buscar autonomia. Isso deu origem ao **movimento comunal**, que, entre os séculos XI e XIII, lutava pela emancipação dos burgos do domínio feudal.

Um burgo podia obter sua independência de forma pacífica, quase sempre mediante pagamento de uma indenização ao nobre ou bispo local. Porém, no caso de resistência dos senhores feudais, era necessário apoio externo, comumente por meio da intervenção do rei, que ganhava cada vez mais força. A autonomia dos burgos era formalizada pelas **Cartas de Franquia**. Esses documentos estabeleciam isenção de **pedágios**, direitos senhoriais e outras obrigações, autorizavam seus habitantes, os “burgueses”, a cobrar impostos e organizar tropas e concedia aos burgos independência administrativa e judiciária.

letras de câmbio: ordens de pagamento; títulos que dão direito a um saque em dinheiro.
pedágio: taxa em dinheiro cobrada pelo senhor feudal ao comerciante que precisava atravessar suas terras levando mercadorias.

À medida que as cidades obtinham sua autonomia, as atividades mercantis tendiam a crescer, dando origem a instituições como as **corporações** (ou **guildas**) de mercadores e as de ofício.

As corporações de mercadores tinham por objetivo agrupar os negociantes para garantir o monopólio do comércio. As hansas germânicas também podem ser consideradas corporações de mercadores. Já as corporações de ofício, mais antigas, eram associações que reuniam os trabalhadores (artesãos) de cada profissão. Elas exigiam exclusividade de produção de seus membros e definiam padrões de trabalho para garantir a qualidade dos produtos, além de procurar evitar a concorrência dentro do burgo.

As corporações de ofício tinham uma organização fortemente hierarquizada. Eram controladas pelos **mestres-artesãos**, proprietários das oficinas (muitas vezes localizadas em suas casas), das ferramentas, das matérias-primas e do conhecimento técnico necessário à produção. Em cada oficina, abaixo do mestre estavam os companheiros ou oficiais jornaleiros, trabalhadores especializados, com ganhos estipulados pelo mestre.

Por fim, vinham os **aprendizes**, que, em troca do trabalho, recebiam alimentação, alojamento, vestuário e o aprendizado que lhes possibilitaria eventualmente se transformar em oficiais e, mediante autorização da corporação do seu ofício, em mestres.

Dessa forma, e ao contrário do que ocorria nos feudos, havia certa **mobilidade social** na atividade artesanal. Ainda assim, essa mobilidade era muito reduzida – como a ascensão de um aprendiz, ou de um oficial, à função de mestre –, devido à dimensão do mercado urbano e ao controle da corporação exercido pelos mestres-artesãos.

Apesar desse dinamismo urbano, havia uma limitação cultural, típica da época, que dificultava o desenvolvimento dos negócios. Essa limitação resultava do pensamento cristão com base na filosofia **escolástica**, que condenava o lucro e a prática da **usura**, considerados pecados capitais.

Essa mentalidade influenciava as corporações de ofício ao defender o "justo preço", pelo qual cada mercadoria deveria ser vendida pelo preço da matéria-prima

mobilidade social: situação na qual pessoas de um grupo social, geralmente mais baixo, podem ascender a grupos mais abastados.
escolástica: corrente filosófica baseada no pensamento de Santo Tomás de Aquino, doutor da Igreja que viveu no século XIII. Tomás de Aquino procurou conciliar a filosofia do grego Aristóteles com a teologia cristã. Mais informações no Capítulo 9.
usura: empréstimo em dinheiro pelo qual se cobram taxas de juros excessivas. Durante o período medieval, condenava-se a prática da usura porque o lucro não seria decorrente do trabalho.

Jerónimo Alba/Alamy/Latinstock.

Fortaleza da cidadela de Carcassonne, França, 2015.

somado ao valor da mão de obra empregada. Ao rejeitar a possibilidade de lucro, ela inibia a acumulação de capital (dinheiro e outros bens) e a realização de novos investimentos na produção, criando assim um freio ao crescimento econômico.

A despeito dessas limitações, o comércio expandia-se e as cidades cresciam. Entre os "burgueses", destacou-se uma camada social formada por comerciantes e mestres-artesãos enriquecidos com as atividades comerciais e com a produção artesanal. Essa camada esteve na base do que passou a ser conhecido como **burguesia**, termo que já não designava os habitantes dos burgos.

Essa burguesia medieval era completamente distinta da burguesia que se formaria nos séculos XVIII e XIX. Os mercadores, artesãos e banqueiros enriquecidos na época medieval tinham interesses específicos e diferentes daqueles da classe que geralmente designamos pelo termo "burguesia". As metas predominantes desse grupo medieval eram a busca da riqueza fundiária e a integração à nobreza, com a aquisição de terras (feudos) e títulos de cavaleiro. Quadro muito diferente dos burgueses capitalistas, cujo ganho nas atividades econômicas destina-se, em parte, ao reinvestimento de capital.

A expansão do trabalho remunerado e da vida urbana, a possibilidade de lucros individuais (apesar das restrições religiosas) e de uma **economia monetarizada** dependente do comércio são fatores que nos permitem identificar, ao longo da Baixa Idade Média, transformações mais amplas das relações e estruturas sociais e econômicas, como veremos nos capítulos seguintes.

economia monetarizada: economia que utiliza moeda em larga escala.

The Granger Collection/Other Images

Nas comunas medievais, as duas principais fontes de riqueza eram os produtos do campo e do comércio. Paralelamente a essa atividade, foram ganhando força as atividades bancárias, como o câmbio de moedas e os empréstimos. Ao lado, em miniatura italiana do século XV, autoria desconhecida, artesãos recebem seus salários. Abaixo, um banqueiro e sua esposa representados em pintura de Quentin Metsys, século XIV.

The Art Archive/Other Images/Museu do Louvre, Paris, França.

Atividades

Retome

1. A partir do século III, expandiu-se no Império Romano uma transformação na distribuição da população, migrando das áreas urbanas para os campos. Comente o nome desse processo e explique como ele se desenvolveu.
2. Que efeito o processo de ruralização teve sobre a economia?
3. Cite as medidas tomadas por Carlos Magno no século VIII para assegurar a administração dos territórios mantidos sob domínio dos francos.
4. A Alta Idade Média caracterizou-se pela formação e consolidação do feudalismo, sistema que entraria em decadência a partir da Baixa Idade Média, quando as invasões dos povos bárbaros cessaram e novas técnicas agrícolas permitiram o aumento da produtividade no campo. Como o aumento da produtividade afetou o sistema feudal?
5. No século XI, territórios da Palestina considerados sagrados pelos cristãos – a chamada Terra Santa – estavam sob controle islâmico. Em 1095, o papa Urbano II convocou uma expedição militar formada pela nobreza católica para recuperar os territórios ocupados pelos muçulmanos. Até o século XIII, outras expedições com a mesma finalidade seriam convocadas.
   a) Por qual nome são conhecidas essas expedições?
   b) Além do caráter religioso, que outros interesses moviam essas expedições?
   c) Quais impactos essas expedições militares para o Oriente tiveram sobre o ocidente cristão? Explique.
6. O que foram os burgos, formados ao longo da Baixa Idade Média na Europa ocidental?
7. As corporações de ofício reuniam artesãos especializados, como sapateiros, tecelões e ferreiros, com o objetivo de regulamentar a profissão e suas atividades, garantir a qualidade da produção e evitar a concorrência entre oficinas de uma mesma especialidade dentro do burgo. Como eram organizadas essas corporações?

Pratique

8. No livro *A Idade Média explicada aos meus filhos*, o historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014) é entrevistado sobre vários assuntos referentes ao período medieval. Leia abaixo um trecho selecionado da entrevista e, depois, responda ao que se pede.

> **Entrevistador**: Na Idade Média, todos os países da Europa eram cristãos e o chefe dos cristãos era o papa, que morava em Roma. Mas será que as pessoas já tinham consciência dessa unidade?
>
> **Le Goff**: Mais ou menos a partir do século XI, os cristãos organizaram expedições em comum contra os muçulmanos, na Palestina, para reconquistar os "lugares santos" onde Cristo tinha morrido e ressuscitado. São as Cruzadas (elas aconteceram entre 1095 e 1291, data da queda da última resistência cristã na Palestina, São João D'Acre). Os homens e mulheres da Idade Média tiveram então o sentimento de pertencer a um mesmo grupo de instituições, de crenças e de hábitos: a cristandade. Mas é muito importante compreender o seguinte: contrariamente aos dois outros "monoteísmos", judeu e muçulmano [...], os cristãos dividiam o poder exercido na terra entre, de um lado a Igreja (poder "espiritual"), e de outro os chefes leigos (o poder "temporal"); logo, entre o papa de um lado, os reis e imperadores do outro.
>
> **Entrevistador**: Por que os cristãos faziam essa distinção?
>
> **Le Goff**: Ela vem do livro sagrado dos cristãos, o Evangelho, no qual Jesus prescreve que se dê a Deus aquilo que lhe é de direito, e a César, isto é, aos chefes leigos, aquilo que lhe é de direito (o governo do país, o exército, os impostos, etc.). Essa distinção vai impedir que os europeus vindos do cristianismo atribuam todos os poderes a Deus e aos clérigos e vivam naquilo que chamamos de "teocracia" (países comandados por Deus). Ela permitirá que, a partir do século XIX, sejam fundadas as democracias (poder vindo do povo).
>
> LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 77-78.

a) Para Jacques Le Goff, qual era o elemento unificador dos reinos europeus?
b) Que papel tiveram as Cruzadas na formação dessa unidade?
c) Pensando no que disse o historiador, comente qual é a relação entre o monoteísmo cristão consolidado na Europa durante a Idade Média e o desenvolvimento das democracias modernas no século XIX.
d) Na sua opinião, existe(m) hoje algum(alguns) elemento(s) que confira(m) unidade ao mundo ocidental? Argumente em defesa da sua ideia.

Analise uma fonte primária

9. Entre os séculos VIII e XI, os *vikings* foram um dos últimos povos a invadir os territórios que no passado compuseram o Império Romano. Originários do extremo norte da Europa (onde hoje estão a Dinamarca, Noruega e Suécia), os *vikings* dedicavam-se à agricultura, ao artesanato e ao comércio marítimo, mas também eram exímios guerreiros e praticavam a pirataria e o saque como atividades econômicas. Embora contassem com um sistema de escrita, o rúnico, utilizavam-no para inscrições relativamente curtas e não deixaram narrativas expressivas sobre seus feitos. Com base nessas informações e seus conhecimentos, faça o que se pede:

a) Reúna-se com um ou mais colegas e, juntos, pesquisem em livros, revistas de História e *sites* sobre a arte *viking*. Identifiquem objetos característicos dessa civilização, analisem quais eram os materiais mais utilizados em suas confecções e os motivos decorativos típicos de suas obras.

b) Observe com seus colegas as imagens a seguir. As figuras registram objetos de diferentes períodos e civilizações, sendo apenas dois deles exemplos da arte *viking*. Você consegue reconhecê-los? Em seu caderno, descreva os objetos identificados como pertencentes à cultura *viking* e elenque suas características mais marcantes, justificando suas escolhas.

Werner Forman Archive/Diomedia/ Museu Histórico do Estado, Estocolmo, Suécia

Figura 1: Broche decorado com figuras humanas e animais encontrado na Suíça. Produzido entre os séculos IV e VIII.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil/Museu Nacional do Bargello, Florença, Itália

Figura 2: Broche de ouro cravejado com pedras preciosas produzido no século VI.

The Bridgeman Art Library/ Keystone Brasil/Schleswig-Holsteinischen Museum, Kiel, Alemanha

Figura 3: Cabo de uma espada do século IX encontrado na Dinamarca.

Manuel Cohen/AFP

Figura 4: Pedra com gravações de símbolos militares e armadura de gladiador esculpida no século II a.C.

Alamy/Latinstock/Museu Britânico, Londres, Inglaterra.

Figura 5: Estátua de mármore representando um par de cães da raça *grayhound* brincando. Itália, século II.

Articule passado e presente

10. A notícia a seguir foi publicada no periódico *O Estado de Minas*, em 13 de maio de 2015. Leia-a e depois responda às questões.

Pressão da bancada evangélica desacelera novo Código Penal no Senado

Um dos principais representantes dos parlamentares religiosos, Magno Malta cobrou publicamente uma maior discussão do novo código

Por pressão principalmente da bancada evangélica, o Senado decidiu nesta quarta-feira, desacelerar a apreciação do novo Código Penal. A proposta, que visava a reformar o código de 1940, estava pronta para ser votada em plenário, mas os senadores aprovaram um requerimento para remeter o texto para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

A última versão do código, que começou a tramitar na Casa em 2012 a partir de um projeto do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP), não mexia em tabus, como na legislação de aborto e eutanásia e na criminalização do consumo de drogas. Mas, desde o fim do ano passado, tem sofrido forte resistência dos evangélicos, que querem retardar a apreciação do projeto.

O pedido para levar o texto para a CCJ foi apresentado pelos senadores Magno Malta (PR-ES) e Otto Alencar (PSD-BA). A justificativa deles é que o código não poderia ser votado sem a apreciação de um projeto de Otto Alencar, localizado na CCJ, que tipifica criminalmente a discriminação ou o preconceito de opção ou orientação sexual.

"Estando em apreciação a reforma do Código Penal, em fase adiantada sua tramitação dispondo sobre uma reforma ampla do Código Penal Brasileiro, não vemos sentido, no que pese a oportuna apresentação pelo Senador Otto Alencar, do presente projeto, que o Senado aprecie separadamente, matérias correlatas e próprias a um código amplo", alegaram os senadores, na justificativa ao requerimento.

Um dos principais representantes da bancada evangélica, Magno Malta cobrou publicamente uma maior discussão do novo código na terça-feira na CCJ, durante a sabatina do jurista Luiz Edson Fachin, indicado ao Supremo Tribunal Federal. Ele defendeu, por exemplo, o debate sobre a inclusão de um tipo penal sobre homofobia. "Você não aplaude, você é homofóbico. Se você não faz coro, você é homofóbico. O que é homofobia, afinal de contas?", questionou.

O novo código também eleva a pena de cadeia pelos crimes de corrupção e desvio de dinheiro público, pune com prisão quem comete caixa dois e o servidor ou político que se enriquece ilicitamente. Com a desaceleração da proposta, que contou com o apoio simbólico dos senadores, todo o projeto terá de passar pela CCJ, depois pelo plenário do Senado e, em seguida, pela Câmara dos Deputados.

Antes mesmo da aprovação do requerimento para adiar a análise em plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), já havia concordado em remetê-lo para a CCJ. Ele destacou que o Código Penal é da década de 40, não contemplando muitos dos crimes com os quais a sociedade convive hoje. "É importante que tenha sua tramitação concluída no Senado, mas vamos possibilitar que ele seja discutido na CCJ. É muito importante que a CCJ participe dessa discussão e ajude o Senado a construir esse momento", afirmou Renan, outrora um dos principais defensores da proposta.

Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/05/13/interna_politica,647328/pressao-da-bancada-evangelica-desacelera-novo-codigo-penal-no-senado.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2016.

a) De acordo com a notícia, a bancada evangélica no Senado conseguiu atrasar a reformulação do novo Código Penal. Que interesse os representantes evangélicos têm nesse atraso?

b) De acordo com o que estudamos, as democracias ocidentais se construíram a partir da fusão ou separação entre poderes temporal e espiritual? Explique.

c) Em sua opinião, a atuação da bancada fere a laicidade do Estado? Justifique.

d) Que benefícios e/ou prejuízos você imagina que a orientação religiosa no Congresso pode trazer para o país?

CAPÍTULO 9

Cultura, economia e sociedade medieval

Igor do Vale/Futura Press

Movimentação de estudantes em frente ao *campus* da Universidade Estadual Paulista (Unesp-SP), de Franca, 2015.

A Universidade de Colônia, na Alemanha, foi fundada em 1388. A vocação da instituição está descrita em um documento da seguinte maneira: "afastar as nuvens da ignorância, dissipar as trevas do erro, colocar atos e obras à luz da verdade, exaltar o nome de Deus e da fé católica [...], ser útil à comunidade e aos indivíduos, aumentar a felicidade dos homens" (VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Tomo II. Bauru: Edusc, 2002. p. 587). Em sua opinião, essa proposta de vocação, elaborada na Idade Média, é válida para as universidades brasileiras de hoje?

1 Igreja cristã: predomínio na Idade Média

O triunfo do cristianismo na fase final do Império Romano do Ocidente foi a base da religiosidade que marcou a Idade Média. A influência do cristianismo passou a afetar todas as esferas da vida cotidiana. Presentes em todos os níveis sociais, os membros do clero difundiam valores de subordinação: tanto espirituais (que significavam subordinação das pessoas ao próprio clero, que, no sentido religioso, protegia as "almas" da população) quanto aos senhores feudais (nobres, que protegiam os "corpos" da população fornecendo trabalho e abrigo).

A ordenação do tempo, que dava ritmo ao dia a dia do mundo do trabalho e da produção material, artística e intelectual, também tinha fundamento religioso. O cotidiano era marcado pelos momentos de trabalho e de ócio, das festas, dos períodos de jejuns, das atividades profanas e de dedicação ao sagrado, por exemplo.

O poder da Igreja, contudo, não estava restrito ao plano espiritual; era também **temporal**. Isso porque ela se tornou, pouco a pouco, a maior proprietária de terras da Idade Média e estabeleceu fortes vínculos com a estrutura feudal.

Além dos territórios diretamente controlados pelo papa (o Patrimônio de São Pedro), o alto clero (formado por bispos, arcebispos e abades) e várias ordens religiosas possuíam muitos feudos. O **celibato**, estabelecido nos primeiros séculos do cristianismo, contribuía para a manutenção do patrimônio eclesiástico feudal, ao evitar a divisão entre possíveis herdeiros de integrantes do clero.

O crescente apego de parte do clero aos bens materiais provocou reações dentro da própria Igreja. Surgiram, assim, ordens religiosas que procuravam afastar seus membros das tentações do mundo por meio do isolamento em mosteiros e abadias, votos de castidade, pobreza e silêncio.

Com o tempo, num mundo em que uma restrita minoria era alfabetizada, igrejas, mosteiros e abadias se converteram nos principais centros da cultura letrada, abrigando escolas e bibliotecas. Era lá que se preservavam e restauravam textos antigos da herança greco-romana.

Apesar de todo o poder e influência da Igreja na sociedade, a estrutura da Igreja medieval encontrou dificuldade em manter a homogeneidade da doutrina cristã. Surgiram seitas, facções ou orientações que, embora fundadas em princípios cristãos, se opunham à doutrina oficial da Igreja. Essas dissidências eram chamadas de **heresias**. No combate a elas, o papa Inocêncio III (1198-1216) determinou que os hereges teriam seus bens confiscados, seriam excluídos de ocupações públicas e perderiam suas heranças. Seguiram-se a cruzada contra hereges (1208) e o Concílio de Latrão (1215), que exigiu a obediência dos príncipes cristãos anti-heresia e a condenação dos judeus. Em 1232, o papa Gregório IX instituiu a **Inquisição** pontifícia, órgão criado para tratar desses assuntos.

poder temporal: em oposição ao poder espiritual, o temporal refere-se ao mundo, à vida terrena.
celibato: proibição de casamento imposta aos sacerdotes da Igreja católica.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

A Inquisição interrogava e julgava pessoas acusadas de serem hereges. Em seus processos, o órgão frequentemente utilizava métodos de tortura física. Muitas pessoas consideradas culpadas foram condenadas à morte na fogueira. A pedido do papa Alexandre IV, em torno de 1260, o órgão passou também a investigar e queimar pessoas acusadas de feitiçaria ou indivíduos auxiliados por poderes sobrenaturais, como curandeiros.

Mais à frente, no século XV, a feitiçaria substituiu a heresia, e as bruxas tornaram-se os principais alvos da Inquisição.

Ainda quanto à homogeneidade da Igreja cristã na Idade Média, outro polo de atrito relacionava-se à Igreja bizantina, considerada um fator de ameaça ao poderio da Igreja com sede em Roma. Essa difícil relação culminou, como já apontamos, no **Cisma do Oriente**, em 1054, que resultou no surgimento da Igreja cristã ortodoxa.

> A palavra *bruxa*, ao que tudo indica, surgiu a partir do momento em que Tomás de Aquino (em sua *Suma teológica*, na segunda metade do século XIII), a define como sendo uma humana que fez o pacto com o Diabo. Dessa forma, a bruxa se torna uma personagem diabólica, e é então que se fixa sua iconografia mítica: uma mulher que viaja pelos ares montada em uma vassoura ou um bastão.
>
> LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Ed. da Unesp, 2015. p. 92.

2 A cultura da Idade Média

A ideia de que Deus estava no centro das reflexões e decisões humanas, base da doutrina teocêntrica disseminada pelos agentes da Igreja, perdurou por toda a Idade Média europeia. No entanto, entre a Alta e a Baixa Idade Média, as instituições e a mentalidade das pessoas se transformaram, refletindo diretamente no campo das artes e da filosofia.

Na Filosofia, um dos principais pensadores da Alta Idade Média foi Santo Agostinho (354-430). Nascido no norte da África, Santo Agostinho foi um dos doutores da Igreja responsáveis pela síntese entre a filosofia clássica e o cristianismo. Entre suas obras destacam-se *Confissões* e *Cidade de Deus*.

Inspirado no filósofo grego Platão, Santo Agostinho dedicou-se a conhecer a essência humana e preocupou-se com o modo de alcançar a salvação da alma. Definia o homem como um ser corrompido, por ser herdeiro do **pecado original**.

Desse modo, a salvação somente seria obtida pelo homem pecador graças à intervenção divina, na medida em que Deus incluía o perdão entre seus infinitos atributos. Ao homem restava apenas a fé silenciosa em Deus e, consequentemente, a obediência ao clero. Nas palavras de Santo Agostinho, "a fé precede a razão". A onisciência de Deus, ou seja, o conhecimento total que Deus teria do presente, do passado e do futuro faria do homem um ser predestinado, fosse à salvação, fosse à condenação.

Durante a Idade Média, apenas uma pequena parcela da população europeia dominava a leitura. Isso fez com que as artes, principalmente a escultura e a pintura, fossem associadas a aspectos educativos da moral cristã. Muitas obras carregaram a temática bíblica, assim um número maior de pessoas poderia se instruir por meio de objetos artísticos.

A arquitetura também refletia tal religiosidade e as igrejas passaram a ser os principais monumentos da época. Entre os séculos XI e XII, o estilo arquitetônico **românico** foi dominante. Ele era caracterizado por grandes edifícios maciços, com grossas paredes de sustentação e poucas janelas. O interior das igrejas românicas era escuro e frio, mas suas grossas paredes criavam uma impressão de proteção. A simplicidade ornamental das construções e o uso do arco romano, semicircular, eram outras características do estilo.

Como vimos, o trabalho dos monges copistas, reclusos em mosteiros, garantiu a preservação de muitos manuscritos da Antiguidade clássica. Na Alta Idade Média, eles eram praticamente os únicos com cultura letrada. Ao lado, reprodução de relevo de marfim, de São Gregório e outros copistas. Século IX.

A influência cultural árabe

Durante o período medieval, vastas regiões europeias ficaram sob domínio árabe, onde o islamismo era predominante. Essas localidades foram influenciadas pela cultura, pelos conhecimentos e pelos valores morais e filosóficos dos árabes. Aspectos da arquitetura, por exemplo, foram bastante influenciados pelos povos árabes que se estabeleceram naquelas regiões.

Dentre os filósofos árabes neste vasto conjunto cultural, destaca-se o pensador islâmico Ibn Rochd (1126-1198), também conhecido como Averróis. Ele defendia a possibilidade de se harmonizar fé e razão e de reivindicar o desenvolvimento autônomo da Filosofia.

Também se destaca a obra de Abu Hatim Alrazi, conhecido como Razi pelos povos latinos. Mesmo tendo vivido entre os séculos IX e X, Razi afirmava que os profetas eram impostores perigosos, os textos sagrados eram lendas que degradavam a inteligência e as religiões, fontes de guerras e embrutecimento mental.

Já os palácios e mesquitas construídos na Espanha muçulmana, como a Mesquita de Córdoba e os palácios de Alhambra, em Granada, são exemplos de arquitetura, urbanismo e arte decorativa da civilização muçulmana moldada neste continente.

Os árabes destacaram-se ainda em Astronomia, Medicina, Matemática e Física. A matemática moderna tem por base os algarismos que chamamos de *arábicos* – os quais, apesar de terem sido criados na Índia, foram divulgados pelos árabes. Outro destaque com influência na Europa cristã foram os bizantinos, já comentados no capítulo anterior.

SCFotos - Stuart Crump Visuals/ Alamy/Latinstock.

Interior da Mesquita-catedral de Córdoba, na Espanha. Foto de 2014.

Vista da Mesquita-catedral de Córdoba, na Espanha. Foto de 2014.

Sean Pavone/Alamy/Latinstock

3 O dinamismo cultural da Baixa Idade Média

Na Baixa Idade Média europeia, as transformações provocadas pela expansão comercial afetaram o domínio cultural exercido pela Igreja. O crescimento do comércio, a urbanização e o contato cada vez mais frequente com outros povos expuseram os europeus a novos valores, que acabaram afetando a subordinação da vida à "vontade divina". O impulso das mudanças atingiu até mesmo a Igreja: no imaginário sobre a vida após a morte, surgiu no século XII um terceiro lugar, entre o céu e o inferno: o purgatório (veja a seção *Leituras* na página seguinte).

Com a dinâmica comercial, as cidades transformaram-se, aos poucos, em centros de onde irradiava uma cultura cada vez menos subordinada aos valores da Igreja.

No processo de expansão urbana, comercial e intelectual, destacam-se as universidades, que, a partir do século XII, se tornaram importantes centros de ensino, embora muitas ainda mantivessem sua estrutura original, geralmente concebida no reinado de Carlos Magno.

Com a dinamização urbano-comercial, as antigas escolas monásticas e as catedrais, dedicadas basicamente ao estudo de textos religiosos, transformaram-se em centros de estudos mais amplos. A denominação *universitas*, inicialmente atribuída à coletividade urbana e aos trabalhadores de um ofício, logo designava também os trabalhadores intelectuais (alunos e professores) em alguns centros de estudos, que passaram a se chamar universidades. Constituída principalmente de membros da Igreja, a comunidade de alunos e professores passou a receber também representantes da nobreza e dos novos grupos sociais emergentes das cidades.

Nos centros de estudos, os cursos eram formados pelo *trivium* (Gramática, Retórica e Lógica) e pelo *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música). Após esses estudos iniciais, o aluno era encaminhado para as "artes liberais", quando se preparava para exercer um ofício, ou então se especializava nas áreas de Teologia, Medicina ou Direito. As primeiras universidades surgiram com base nessa estrutura e se dedicavam a um estudo universal, como o próprio nome da instituição sugere. Entre as primeiras universidades europeias, estavam a de Bolonha (criada por volta de 1088), na atual Itália, Paris (criada por volta de 1170), na atual França, e a de Oxford (1167), na região que hoje compreende a Inglaterra.

Leituras

O purgatório era visto como um lugar transitório para aquelas almas que deviam **purgar** seus pecados **veniais** antes de ir para o céu. Os clérigos poderiam conceder o perdão divino – **indulgência** – para certos mortos mediante pagamento, o que constituiu um intenso comércio a partir do século XIII. No texto a seguir, o historiador Jacques Le Goff comenta a influência que a criação do conceito de purgatório teve sobre o mundo medieval.

O purgatório e o poder da Igreja

Essa espacialização do purgatório tinha consequências essenciais. Fazia crescer o poder da Igreja, cuja ajuda era necessária para diminuir a duração das temporadas num lugar, o purgatório, tão penoso quanto o inferno – com essa diferença de não ser eterno, mas de duração variável. Com a construção do purgatório, historicamente, o homem vivente dependia na Terra do direito de jurisdição da Igreja, o foro eclesiástico. O homem morto, por sua vez, estava na dependência única do foro divino. Mas com o purgatório, as almas (humanas, dotadas de uma espécie de corpo) dependem daí em diante do foro conjunto de Deus e da Igreja. A Igreja faz transbordar seu poder, seu *dominium*, para além da morte.

Meu estudo sobre o purgatório me fez compreender que uma civilização se definia essencialmente por seu domínio do espaço e do tempo. A civilização medieval só podia se tornar poderosa estendendo até o além o domínio do espaço e do tempo sobre a Terra, cá embaixo. A civilização medieval repousava sobre a ausência de fronteira impermeável entre o natural e o sobrenatural. A eternidade que aboliria o espaço e o tempo era verdadeiramente jogada para fora da História.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 145-146.

purgar: pagar, limpar.
veniais: pecados menores, passíveis de serem pagos por meio da confissão ou da passagem pelo purgatório; opõem-se aos pecados mortais, mais graves.

G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu de Arte de Villeneuve-Les-Avignon, França.

Purgatório, detalhe de pintura em madeira da obra *Coroação da Virgem*, de Enguerrand Quarton, 1454.

Observe no mapa abaixo algumas universidades fundadas durante o período da Baixa Idade Média.

O pensamento filosófico da Baixa Idade Média ainda era dominado pela religião, embora a teologia agostiniana da Alta Idade Média estivesse sendo substituída por uma nova concepção, a **filosofia escolástica**.

Também conhecido como **tomismo**, esse conjunto de ideias tem suas bases no pensamento de São Tomás de Aquino (1225-1274). Professor na universidade de Paris e autor da *Suma teológica*, ele se inspirou no grego Aristóteles, desenvolvendo a tese de que o progresso humano não dependia apenas da vontade divina, mas também do esforço do indivíduo. Assim, o homem surgiria como um ser privilegiado, uma vez que, dotado de razão, estava preparado para assumir seu destino. São Tomás de Aquino procurava, dessa forma, conciliar fé e razão, refutando a ideia agostiniana de predestinação.

Como ser racional, o homem teria plenas condições de encontrar o caminho da salvação, evitando o pecado por meio do livre-arbítrio (livre escolha). Cabia ao clero indicar o caminho correto da salvação a ser trilhado pelas pessoas. A realização de boas obras (boas ações, caridade, etc.) confirmaria a salvação.

A filosofia escolástica reprovava a ambição do ganho – o lucro e o empréstimo de dinheiro a juros. Essa postura, todavia, era incompatível com a expansão da atividade comercial, mas a própria Igreja obtinha lucros ao fazer empréstimos a juros, numa flagrante contradição com seu discurso.

Foi nessa época também que o pensamento filosófico e teológico de Bernard de Chartres (c. 1130-1160) foi difundido. Chartres pertenceu ao centro de estudos filosóficos sediado na Catedral de Chartres e cunhou uma metáfora para indicar a valorização das obras da Antiguidade como referência para a construção da produção intelectual de sua época, antecipando-se ao que os italianos renascentistas fizeram a partir do século XIV. Leia abaixo a metáfora de Chartres.

> Somos anões sobre as costas de gigantes. Assim, vemos mais que eles, não porque nossa vista seja mais aguçada ou sejamos mais altos, mas porque eles nos carregam no ar e nos elevam com toda sua altura gigantesca.
>
> CHARTRES, Bernard de. In: LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Ed. da Unesp, 2015. p. 82.

Universidades da Baixa Idade Média

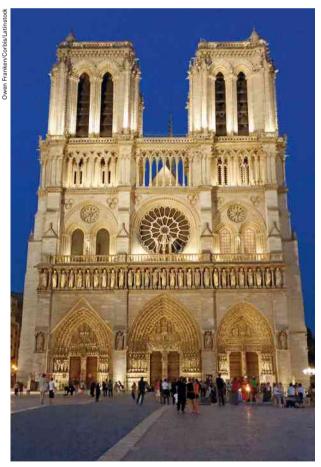
Adaptado de: BARBERIS, Carlo. *Storia antica e medievale*. Milano: Principato, 1997. v. 2. p. 632.

As artes na Baixa Idade Média

A Arquitetura foi a maior expressão artística da Baixa Idade Média. Durante esse período, surgiu o estilo **gótico**, também denominado **ogival**. O gótico foi difundido a partir do século XII, em oposição ao estilo românico, que predominou até então.

As catedrais góticas tinham um aspecto de leveza que as diferenciava das pesadas construções românicas. Eram verticalizadas, dotadas de torres altas que se projetavam em direção ao céu de forma imponente. Construídas com novas técnicas que permitiam edificações mais elevadas e paredes menos espessas, tinham grandes janelas, cobertas por vitrais multicoloridos que deixavam entrar a luz do dia.

Durante a Idade Média, privilegiou-se o uso do latim em documentos escritos, ficando como língua do saber, conhecida pelo clero e pelas elites medievais. Entre os populares estavam as línguas dos povos cristianizados, que a partir do século XI originaram as primeiras obras escritas em **línguas vulgares**.

Owen Franken/Corbis/Latinstock

A verticalidade e os arcos cruzados em ponta ou ogivas caracterizam o gótico, estilo arquitetônico predominante na Europa ocidental a partir do século XII. Na foto de 2015, fachada da Catedral de Notre-Dame, em Paris, França.

O **trovadorismo** inaugurou uma nova fase na poesia. Surgida no século XII, no sul da França, na região de Provença, a poesia trovadoresca, também denominada cortês, espalhou-se pela Europa. Como na literatura medieval predominante até então, os trovadores ainda exaltavam a cavalaria, mas o tema preferido era o amor. Esse gênero literário louvava a mulher amada, o refinamento, a cortesia e a galanteria. O trovadorismo e a poesia épica foram a base dos primeiros romances medievais, exemplificados pelo ciclo da Távola Redonda, que narra as aventuras do mítico rei Artur, da Inglaterra, e seus cavaleiros. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento cada vez maior das cidades favoreceu o surgimento dos ***fabliaux***, um tipo de literatura urbana com versos satíricos que criticavam figuras sociais decadentes, como cavaleiros e membros do clero.

Havia ainda os poetas *goliardos*, que se diziam discípulos do gigante bíblico Golias: provavelmente estudantes pobres das escolas religiosas que satirizavam o clero por meio de **paródias**. Suas atuações tinham um tom profano, irreverente e crítico em relação à sociedade e aos valores da época.

No final da Idade Média, a literatura mostrava um afastamento ainda maior da influência absoluta dos valores religiosos e das normas estritas da Igreja. Emergiam novas preocupações e manifestações, uma renovação cultural com tons mais humanistas.

Obras dessa época que merecem destaque são *O romance da rosa* (século XIII), de Guilherme de Lorris e João Menung, e *A divina comédia* (século XIV), do poeta florentino Dante Alighieri.

Detalhe de gravura de grupo de trovadores datada do século XIII. Biblioteca do Mosteiro do Escorial, Madri, Espanha.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Biblioteca Monastério do Escorial, Madri, Espanha.

ogival: referente à ogiva, figura arquitetônica composta de dois arcos que se cortam.
línguas vulgares: idiomas falados pelo povo, em oposição à língua culta, o latim.
paródias: imitações cômicas de pessoas, situações ou obras literárias.

*Uma das manifestações culturais mais comuns da Idade Média foram as **canções de gesta**, poemas épicos que narravam grandes feitos. As lendas criadas em torno de Carlos Magno e seus cavaleiros foram tema de muitas dessas canções.*

A canção de Rolando *é um exemplo desse tipo de literatura. Ela faz parte de* A vida de Carlos Magno, *obra escrita por Eginhardo (770-814) pouco antes da metade do século IX. O poema descreve a derrota dos francos para os muçulmanos na Batalha de Roncevaux, ocorrida na região dos Pireneus (montanhas na fronteira da França com a Espanha), em 778.*

Trovador em iluminura do Codice Manesse, século XIII.

De Agostini Picture Library/A. Dagli Orti/The Bridgeman/Keystone

No poema, Carlos Magno recebe a visita de emissários do rei muçulmano Marsílio, cujo exército ocupava Saragoza, na atual Espanha. O objetivo do encontro é a proposta de um acordo de paz. Rolando, sobrinho do rei, pede cautela, mas Carlos Magno, influenciado por Ganelão, padrasto de Rolando, aceita o trato. Ganelão é indicado por Rolando, seu enteado, para levar a notícia ao rei muçulmano.

Cantigas de Santa Maria, do século XIII, de provável autoria do rei Afonso X, o Sábio. Grupo de trovadores, iluminura que compõe a obra.

A traição

Sentindo-se ameaçado, Ganelão resolve trair Rolando e propõe um acordo com o rei muçulmano Marsílio, que, segundo o plano, faria um pacto de paz com Carlos Magno, mas depois da retirada de grande parte das forças francas, ele atacaria a retaguarda do exército. O ataque resultou em combates violentos e, antes do retorno das tropas de Carlos Magno, todos os soldados francos foram mortos, entre eles Rolando.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Biblioteca Monastério do Escorial, Madri, Espanha.

Curiosidades

Existem muitas curiosidades em torno de *A canção de Rolando*. Primeiro, não se sabe se Rolando de fato existiu. Segundo, alguns fatos históricos a que ela se refere foram adaptados. Por exemplo, a Batalha de Roncevaux foi travada contra os bascos e não contra os muçulmanos, como descrito na canção. Além disso, Carlos Magno não conquistou a região de Saragoza como parte de sua vingança, conforme afirma o poeta no final da narrativa.

Essas alterações provavelmente estão relacionadas ao contexto histórico da época em que *A canção de Rolando* foi escrita, período em que tinham início as lutas entre cristãos e muçulmanos, no tempo do movimento cruzadista.

Na canção, as relações entre nobres cavaleiros, tipicamente feudais, são exaltadas. Tais relações não existiam na época de Carlos Magno. Percebe-se, portanto, que o poema fazia parte do imaginário mítico medieval e foi produzido para celebrar o heroísmo de Carlos Magno e exaltar o povo francês.

The Granger Collection/Fotoarena/Kantonsbibliothek, St Gallen, Suíça.

Iluminura de 1462 que representa a Batalha de Roncevaux narrada, tema central de *A canção de Rolando*.

Obediência ao soberano, fidelidade, coragem, bravura e apelo à luta contra os infiéis (como eram chamados os muçulmanos) permeiam a narrativa de *A canção de Rolando*. Com exceção de Ganelão, símbolo da infidelidade, os nobres são representados como modelos de moralidade e honra dos guerreiros, valores que enalteciam a imagem da nobreza e a preservação da ordem estabelecida durante a Idade Média.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Biblioteca Marciana, Veneza, Itália.

Iluminura ilustrando a morte de Rolando, datada do século XIV.

Atividades

Retome

1. Durante a Idade Média, a Igreja foi a única instituição que manteve unidade na Europa ocidental. Que esferas da vida dos fiéis eram afetadas pelo seu poder?

2. A Inquisição foi um tribunal religioso criado no período medieval para combater as heresias. Com o tempo, foi usada para identificar, perseguir e punir também outras práticas religiosas condenadas pela Igreja. Cite outros alvos do órgão, além dos hereges.

3. Apesar de o pensador medieval Santo Agostinho ter partido das reflexões feitas pelo filósofo pagão Platão, sua obra foi marcada pela mentalidade própria de seu tempo. Releia suas principais ideias no texto "A cultura da Idade Média" (página 227) e explique por que o pensamento agostiniano é considerado teocêntrico.

4. De que maneira o desenvolvimento das universidades reflete as transformações que afetaram a economia da Europa ocidental durante a Baixa Idade Média?

5. Em que aspectos o conjunto de ideias de Santo Agostinho difere do pensamento de São Tomás de Aquino?

Pratique

6. O escritor italiano Umberto Eco é autor de *O nome da rosa*, um importante romance histórico ambientado na Idade Média. O livro, lançado em 1980, trata das investigações realizadas por um frade franciscano para decifrar a causa da série de mortes misteriosas que ocorre num mosteiro italiano. No trecho a seguir, Eco narra o primeiro contato do frei Guilherme de Baskerville com a biblioteca do local.

> [...] Antiquários, livreiros, rubricadores e estudiosos estavam sentados cada um à própria mesa, uma mesa embaixo de cada uma das janelas. E uma vez que eram quarenta as janelas [...], quarenta monges poderiam trabalhar em uníssono, embora naquele momento houvesse apenas uns trinta. [...].
>
> Os lugares mais iluminados eram reservados aos antiquários, miniaturistas mais habilidosos, aos rubricadores e aos copistas. Cada mesa tinha todo o necessário para miniaturar e copiar: chifres de tinta, penas finas que alguns monges estavam afinando com uma faca afiada, pedras-pome para deixar liso o pergaminho, réguas para traçar linhas sobre as quais seria estendida a escritura. Junto a cada escriba, ou no topo do plano inclinado de cada mesa, ficava uma estante, sobre a qual apoiava o códice a ser copiado, a página coberta por moldes que enquadravam a linha que era transcrita no momento. E alguns tinham tintas de ouro e de outras cores. Outros, porém, estavam apenas lendo livros, e transcreviam apontamentos em seus cadernos particulares ou tabuletas.
>
> [...]
>
> O bibliotecário nos apresentou a muitos dos monges que estavam trabalhando naquele momento. De cada um Malaquias nos disse também o trabalho que estava realizando e em todos admirei a profunda devoção ao saber e ao estudo da palavra divina. Conheci assim Venâncio de Salvemec, tradutor do grego e do árabe, devoto daquele Aristóteles que sem dúvida foi o mais sábio de todos os homens. Bêncio de Upsala, um jovem monge escandinavo que se ocupava de retórica. Berengário de Arundel, o ajudante bibliotecário. Aymaro de Alexandria, que estava copiando obras que somente por poucos meses estavam emprestadas à biblioteca, e depois um grupo de miniaturistas de vários países, Patrício de Clonmacnois, Rabán de Toledo, Magnus de Iona, Waldo de Hereford.
>
> [...]
>
> Meu mestre começou a conversar com Malaquias louvando a beleza e a operosidade do *scriptorium* e pedindo-lhe notícias sobre o andamento do trabalho que ali se cumpria porque, disse com muita sagacidade, tinha ouvido falar por toda parte daquela biblioteca e gostaria de examinar muitos dos livros. Malaquias explicou-lhe o que lhe dissera o Abade, que o monge pedia ao bibliotecário a obra para a consulta e este iria buscá-la na biblioteca superior, se a requisição fosse justa e pia. [...]
>
> ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 92-94.

a) Com base no trecho da obra de Umberto Eco, explique por que os livros eram itens tão raros e caros na Idade Média ocidental.

b) O trecho corrobora a ideia de que a Idade Média foi um período de obscurantismo e imobilidade intelectual? Justifique.

c) O texto de Umberto Eco descreve a hegemonia da Igreja sobre o pensamento medieval. Em que trecho do excerto isso é evidente? Justifique.

4 Senhores e servos

A estrutura econômica, social, política e cultural que predominou na Europa ocidental durante a Idade Média, em substituição ao escravismo romano, foi o feudalismo. É importante ressaltar que esse não foi um sistema imóvel e estagnado. Ao contrário, formou-se durante a Alta Idade Média (século V ao X) e mostrou seu dinamismo principalmente a partir do início da Baixa Idade Média (século XI ao XV), com o desenvolvimento das cidades e das atividades artesanais e comerciais. Vale lembrar ainda que as características do feudalismo variaram de região para região e de época para época. Ao mesmo tempo, muçulmanos e bizantinos tiveram outras formas de organização social e econômica.

Do ponto de vista econômico, o sistema feudal era caracterizado, em sua formação, pelo predomínio da produção para consumo local, comércio reduzido ou quase inexistente e baixa utilização de moedas. O feudo, unidade de produção agrária, pertencia a uma camada de senhores feudais, que eram nobres guerreiros ou membros do alto clero. O trabalho na sociedade feudal estava baseado na **servidão**, relação que mantinha os trabalhadores (servos, ou vilões) presos à terra e subordinados a obrigações em impostos feudais e serviços.

> O termo *vilão*, que de início não é pejorativo, é sem dúvida o mais adequado, em primeiro lugar porque a noção moderna de "camponês" não tem equivalente nas concepções medievais. Nelas, os homens rurais não eram definidos por suas atividades (o trabalho na terra), mas pelo termo vilão, que abrange todos os aldeãos [habitantes da aldeia], seja qual for sua atividade (aí incluídos os artesãos), e que indica essencialmente residência local. Ele também não designa um estatuto jurídico (livre/não livre), questão que parece relativamente secundária. A base fundamental dessa relação social é antes de tudo de ordem espacial: ela designa todos os habitantes de um senhorio, os vilões (ou, se quisermos, aldeãos) que sofrem a dominação do senhor do lugar.
>
> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. p. 128.

Kazuhiko Yoshikawa/Arquivo da editora

Esquema de rotação de culturas, em três campos, que propiciava cultivos diferentes e o descanso a cada dois anos de cultivo, chamado de pousio.

campo 3

campo 1

campo 2

	1º ano	2º ano	3º ano
campo 1	cevada	pousio	trigo
campo 2	trigo	cevada	pousio
campo 3	pousio	trigo	cevada

Note que todos os campos estão divididos em faixas, cultivadas por diferentes servos: cada letra identifica um deles. Por exemplo, o servo A cultiva uma faixa no campo 1, uma no campo 2 e outra no campo 3.

A colheita do vinho, gravura datada de c. 1515, de autoria desconhecida. Biblioteca Marciana, Veneza, Itália.

Assim, havia na sociedade feudal dois grupos principais – senhores e servos. Os servos constituíam a maioria da população. Entretanto, além desse quadro geral, e dependendo da região e da época, a condição dos servos podia variar: havia desde aqueles mais subordinados à servidão e submissos às tributações, até alguns com um pouco mais de liberdade, ou mesmo isentos de algumas obrigações.

A exploração do trabalho servil era legitimada pela Igreja. Para ela, cada membro da sociedade tinha funções a cumprir em sua passagem pela Terra, o que disseminava uma mentalidade favorável à condição subordinada dos servos. Segundo essa mentalidade, era função do servo trabalhar, do clérigo rezar, e do nobre proteger militarmente a sociedade.

Leituras

O texto a seguir fala detalhadamente sobre os tributos que os camponeses pagavam a seus senhores ao longo de um ano. Além disso, o texto traz uma interessante descrição da típica propriedade feudal.

A vida dos servos

Os tributos anuais pagos por um camponês francês chamado Guichard – que viveu na Borgonha [atual França], não longe das propriedades do bispo de Mâcon – eram típicos desses acordos. A cada Páscoa, ele dava ao cônego Étienne, seu senhor, um cordeiro; na estação do feno, devia-lhe seis peças de dinheiro. Quando chegava a época da colheita, Guichard era obrigado a dar uma medida generosa de aveia, bem como se reunir com outros camponeses para oferecer um banquete ao cônego. Na colheita da uva, Guichard pagava nova quantia em dinheiro, além de três pães e um pouco de vinho. Estava livre de obrigações durante os magros meses de inverno até o início da quaresma, quando o senhor aguardava um capão [frango cevado ou cavalo castrado]. Na metade desse período de penitência, devia mais seis peças de dinheiro, e logo depois chegava o momento de sacrificar o cordeiro da Páscoa e recomeçar todo o ciclo. [...]

A herdade [grande propriedade rural] feudal típica – a casa e as terras do senhor – era um mundo autossuficiente. Tinha sua própria igreja, seu moinho, uma cervejaria e uma padaria centrais, possivelmente uma taverna. Os campos eram divididos entre os lotes dos camponeses e o terreno pessoal do senhor. As cabanas dos camponeses geralmente ficavam agrupadas numa aldeia próxima da fonte de água; uma grande herdade podia conter várias aldeias. O senhor tinha seus próprios celeiros e estábulos, que geralmente ficavam perto de sua moradia ou castelo; seus arrendatários dividiam amiúde suas cabanas com uma vaca ou cabra da família e, com exceção dos mais pobres, todos tinham um porco.

De uma geração para outra, o cenário rural dificilmente se alterava. O século VIII trouxera para a Europa os moinhos d'água, arados mais fundos e eficientes e o ciclo de três anos de plantações – trigo, depois aveia ou cevada, depois repouso – que alimentava homens e animais e permitia que a terra recuperasse sua fertilidade. [...]

CAMPANHAS sagradas: 1100-1200. Rio de Janeiro: Time-Life/Cidade Cultural, 1990. p. 31-32. (História em Revista).

Colheita representada em iluminura medieval. Inglaterra, século XIV.

Os senhores feudais, por sua vez, estabeleciam entre si relações de suserania e vassalagem. Isso ocorria, por exemplo, quando um nobre doava terras a outro nobre, em troca de ajuda em guerras e outras obrigações, como tributos. O senhor que doava o feudo tornava-se **suserano**, comprometendo-se a proteger militarmente o nobre que recebera a terra e que, convertido em **vassalo**, era obrigado, principalmente, a prestar ajuda militar ao primeiro. Um suserano poderia ter diversos vassalos, e cada vassalo outros tantos, de forma que diversos senhores feudais de uma região assumiam um compromisso mútuo de defesa. Também ocorria de um nobre tornar-se suserano não por doar terras, mas por fazer outros tipos de concessão: ceder ao vassalo o direito de explorar pedágios em pontes ou estradas, ou de recolher taxas numa aldeia ou região.

Uma cerimônia, denominada **homenagem**, era realizada para marcar essa relação de dependência. Na cerimônia, o senhor que recebia o benefício – por exemplo, a concessão de uma área territorial – fazia um juramento de fidelidade diante de uma relíquia religiosa ou perante os evangelhos.

Eram relações em forma de pirâmide: em sua base estavam os senhores feudais menos poderosos e ricos que eram somente vassalos; no meio estavam nobres vassalos que também eram suseranos de outros nobres; no topo, estava o rei. Entretanto, um rei podia ser vassalo de outro rei.

Os feudos eram governados pelo senhor feudal, cuja autoridade era inquestionável nos limites do feudo. Era ele quem cobrava os impostos e aplicava a justiça. Não havia Estados centralizados. Nos feudos, a autoridade do rei era de menor importância, embora ele fosse considerado o primeiro entre os senhores feudais. O poder político, portanto, estava fragmentado em cada reino entre diversos feudos.

Ao mesmo tempo, os reis feudais não se caracterizavam por suas funções políticas e administrativas, mas principalmente pelas militares. No caso de agressão externa, como era comum durante a Alta Idade Média, o rei atuava como chefe militar de um exército formado por centenas de nobres e seus cavaleiros e tropas auxiliares.

Esse era, no entanto, um universo predominantemente masculino. Veja na seção *Para saber mais,* na próxima página, como era a vida de muitas mulheres durante o período medieval.

Opressão e desprezo aos de baixo

A evolução da língua traduz com perfeição a carga de desprezo que oprime o campesinato: não ser nobre corresponde a ser ignóbil (*ignobilis*), e o vilão (etimologicamente um habitante da vila, da aldeia) é por definição um ser grosseiro, do qual não se pode esperar nada além da vilania. Nessas condições, não faz sentido reconhecer a qualidade de homens livres a tais criaturas.

BONNASSIE, Pierre. Liberdade e servidão. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru/São Paulo: Edusc/Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2. p. 71.

The Brideman Art Library/Keystone Brasil/Arquivo da Coroa de Aragão, Barcelona, Espanha.

Um suserano e seu vassalo em gravura do século XII.

Para saber mais

Detalhe de iluminura integrante da obra *De Claris Mulieribus*, coleção de biografias de mulheres notáveis escritas por Giovanni Boccaccio entre 1361 e 1362.

Biblioteca Britânica/The Bridgeman/Keystone

A mulher na Idade Média

A sociedade medieval era marcada pela hierarquia entre as ordens (grupos sociais). Isso ocorria também na distinção entre homens e mulheres. As funções femininas variavam de acordo com o grupo social a que pertenciam.

Grande parte da literatura medieval optava por demonstrar as deficiências femininas em relação aos homens. Os religiosos, por abdicarem em tese do contato sexual com mulheres, alimentavam uma visão ainda mais negativa sobre elas. De acordo com escritos dos clérigos, as mulheres eram naturalmente propensas à luxúria e incapazes de orientar-se pela voz da razão, o que as tornava presas fáceis das tentações. Pelo olhar religioso, elas tendiam sempre a reproduzir o **pecado original**: sempre prontas a seduzir os homens e causar sua ruína. Por isso, a Igreja aconselhava os homens a manter sua esposa sob vigilância constante e assegurar sua obediência. Uma mulher insubmissa colocava em risco não só a família, mas toda a ordem social. Além disso, segundo Jacques Le Goff, "a bruxaria [era] um fenômeno essencialmente feminino"*. Como vimos, as pessoas acusadas de praticar bruxaria foram julgadas e, muitas vezes, condenadas pela Inquisição.

Nem mesmo a glorificação da Virgem Maria a partir do século XII, elevada muito acima das outras mulheres, e a idealização da dama do amor cortesão, a inacessível amada dos poetas medievais, reverteram a depreciação feminina. Apesar disso, houve inúmeros exemplos de mulheres na dianteira ao longo da Idade Média. Elas administravam seus lares, ofícios, negócios variados e mesmo feudos, especialmente durante a minoridade dos herdeiros, além da posição de liderança em enfrentamentos cotidianos e mesmo na Corte, até mesmo em situações de guerra.

Também havia monjas, mulheres religiosas que viviam em mosteiros femininos e que se dedicavam à leitura, à escrita e a outras atividades culturais. Nesses espaços, exerciam funções como bibliotecárias, professoras, copistas e artistas. Cerca de 460 mulheres em diferentes regiões da Europa foram canonizadas pela Igreja durante a Idade Média e conquistaram o *status* de santas. No extremo oposto, estavam as prostitutas, "donas de casarão", que, na visão do clero, viviam afastadas da espiritualidade medieval.

A despeito da má reputação, a mulher desempenhava uma função central nos acordos entre as casas aristocráticas. Por meio de enlaces matrimoniais, as famílias selavam a paz, asseguravam a perpetuação da linhagem e a transmissão das posses e dos privilégios aos descendentes. Em contrapartida, o fracasso da união poderia desencadear guerras e romper as delicadas teias de lealdade entre as famílias nobres. Por isso, a escolha de um esposo para uma jovem era assunto dos mais graves. Era o pai ou outra autoridade masculina da família que decidia sobre a questão, desprezando-se a opinião da mulher. Nem a exigência da Igreja para que os casamentos só fossem feitos com o consentimento dos noivos foi capaz de impedir que as moças casassem a contragosto.

A necessidade de garantir a legitimidade dos herdeiros impôs mecanismos cada vez mais rigorosos de controle sobre o corpo feminino. Para impedir que as mulheres mantivessem algum tipo de relação sexual antes do casamento, elas eram encaminhadas precocemente às núpcias. Assim, meninas de 12 ou 13 anos tornavam-se esposas de homens 15 ou 20 anos mais velhos. Confinadas ao lar, as mulheres deveriam mostrar obediência, mansidão e dedicação aos assuntos domésticos, como o preparo dos alimentos, a vigilância sobre os empregados e a criação dos filhos.

Havia grande cobrança em relação à maternidade, de modo que se esperava que a jovem engravidasse o mais cedo possível depois de casada. A esterilidade era mal vista e a mulher incapaz de gerar filhos corria o risco de ser repudiada pelo marido e posta à margem da sociedade. Ser mãe era a principal obrigação feminina e boa parte da vida adulta das mulheres da aristocracia era ocupada pela gravidez. Em geral, antes de completar 40 anos, uma nobre colocava no mundo mais de uma dezena de filhos. No entanto, como resultado da altíssima mortalidade infantil, poucos eram os casais que, ao falecer, tinham mais de 2 ou 3 filhos ainda vivos.

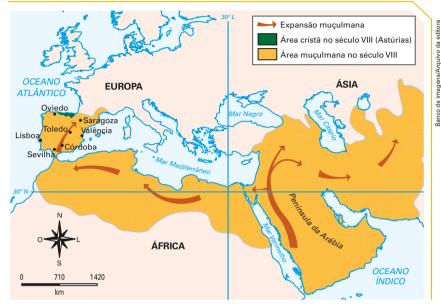
* LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Ed. da Unesp, 2015. p. 92.

pecado original: explicação cristã para a origem do mal e da imperfeição humana. Segundo essa explicação, Adão e Eva não deveriam comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Porém, ambos foram instigados por uma serpente e comeram o fruto proibido. Consequentemente, foram expulsos do Jardim do Éden.

5 Na contramão da Europa feudal

O islamismo significou, para os árabes, a unificação de diversas tribos e a realização de seu ímpeto expansionista de caráter religioso e econômico-comercial. No século VIII, o Império Islâmico estendia-se do rio Indo até a península Ibérica, incluindo o norte da África e regiões do sul da Europa, como Córsega e Sicília. Seu período de expansão (do século VII ao VIII) corresponde a formas de organização social, política e econômica contrárias às do feudalismo: em vez de fragmentação em feudos, unificação de tribos por meio de um império dirigido pelos califas; expansão comercial em vez de fechamento econômico. Séculos depois, o Império Islâmico enfrentou sua própria fragmentação, com a formação não de feudos, mas de califados independentes.

A expansão muçulmana na península Ibérica (século VII–século VIII)

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: HAYWOOD, John. *Atlas histórico do mundo*. Colônia: Konimann, 1999. p. 80-81.

Os reinos de Portugal e Espanha, surgidos apenas nos séculos XII e XV, respectivamente, não foram precedidos por feudos nos moldes descritos até aqui na Idade Média europeia, mas pela dominação muçulmana – que demonstrava tolerância e acolhia judeus e cristãos, desde que afinados com os objetivos políticos e econômicos do califado.

No Império Bizantino, como vimos, o enfraquecimento do poder imperial, os ataques externos e o constante confronto com os muçulmanos em suas fronteiras provocaram sua desagregação. Dessa forma, o antigo Império Romano do Oriente acabou por desaparecer em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos. Em seu lugar, ergueu-se o Império Turco Otomano, que abarcaria regiões ainda mais extensas e se estenderia até o século XX.

Akg-images/Latinstock/Biblioteca Britânica, Londres, Inglaterra

Detalhe de iluminura do século XIII que representa o poeta árabe Abu Muhammed al-Kasim (1054-1121) no caminho entre Bagdá e Meca.

Pontos de vista

A Idade Média segundo Jacques Le Goff

Jacques Le Goff foi um dos maiores historiadores franceses do século XX e um dos mais importantes especialistas em história medieval. Publicou diversos livros sobre o tema, entre eles, *Mercadores e banqueiros na Idade Média* (São Paulo: Martins Fontes, 1991), *Os Intelectuais na Idade Média* (Rio de Janeiro, José Olympio, 2006) e *A Idade Média e o dinheiro* (Rio de Janeiro: Record, 2013). Suas pesquisas marcaram profundamente os estudos históricos das últimas décadas, em diversos aspectos. Nesta seção, vamos destacar três desses aspectos:

Uma longa Idade Média

Como vimos, Le Goff discorda da periodização mais conhecida que identifica o surgimento dos tempos modernos com a conquista da América e o Renascimento italiano. Para ele, o mundo medieval não acabou no século XV. Ele afirma que a Idade Média se prolongaria até o século XVIII, tendo em vista a permanência de certas características econômicas e de práticas sociais. Leia abaixo um trecho do livro *Uma longa Idade Média*:

> [...] as mudanças não se dão jamais de golpe, simultaneamente em todos os setores e em todos os lugares. Eis porque falei de uma longa Idade Média, uma Idade Média que – em certos aspectos de nossa civilização – perdura ainda e, às vezes, desabrocha bem depois das datas oficiais. O mesmo se pode dizer em relação à economia, não se pode falar de mercado antes do século XVIII. A economia rural só consegue fazer desaparecer a fome no século XIX (salvo na Rússia). O vocabulário da política e da economia só muda definitivamente – sinal de mudança das instituições, dos modos de produção e das mentalidades que correspondem a essas alterações – com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.
>
> LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 66.

Não era a "idade das trevas"

Nos filmes estadunidenses é muito comum que a Idade Média seja retratada como um período sombrio, de pestes e fome, marcado pelo controle da Igreja e pela violência dos senhores feudais contra os camponeses. Esse imaginário surgiu durante o Renascimento, quando o humanista Francesco Petrarca (1304-1374) descreveu o período medieval como uma "era de trevas", dominada pelo catolicismo. No século XVIII, os filósofos iluministas reforçaram essa ideia, pois isso caracterizava um contraste importante entre a filosofia das Luzes (racional, humanista) e as "trevas medievais".

Jacques Le Goff combateu esse imaginário: destacou os avanços técnicos, a transformação da filosofia e os conhecimentos científicos produzidos durante a Idade Média. O trecho a seguir foi extraído do livro *Para um novo conceito de Idade Média*.

> Esta longa Idade Média é, para mim, o contrário do hiato que os humanistas do Renascimento viram e, salvo raras exceções, também os homens do Iluminismo. Este é o momento da criação da sociedade moderna, de uma civilização moribunda ou morta sob as formas camponesas tradicionais, no entanto viva pelo que ela criou de essencial nas nossas estruturas sociais e mentais. Ela criou a cidade, a nação, o Estado, a universidade, o moinho, a máquina, a hora e o relógio, o livro, o garfo, o vestuário, a pessoa, a consciência e, finalmente, a revolução. Entre o neolítico e as revoluções industriais e políticas dos últimos dois séculos, ela é – pelo menos para as sociedades ocidentais – não uma cunha ou uma ponte, mas um grande impulso criador – cortado por crises, graduado por deslocamentos de acordo com as regiões, as categorias sociais, os setores da atividade, diversificada nos seus processos.
>
> LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1979. p. 12.

Jacques Le Goff

Nascimento: 1924, Toulouse, França.

Morte: 2014, Paris, França.

Formação: Historiador

Profissão: professor universitário, pesquisador e diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, localizada na França.

Ulf Andersen/Getty Images

O historiador Jacques Le Goff. Paris, França, 2004.

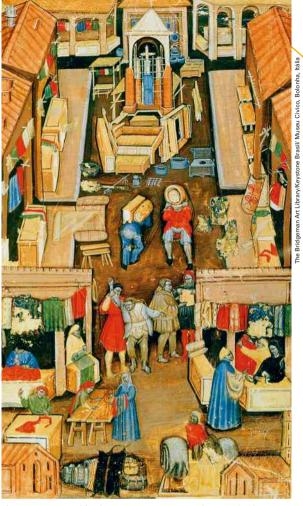
O papel das cidades

Muitos historiadores consideravam que, na Idade Média, as cidades e o comércio praticamente desapareceram, tendo em vista a concentração das atividades econômicas nos feudos que eram considerados quase "autossuficientes".

Contrário a essa concepção, Le Goff pesquisou mercadores e centros urbanos e identificou que eles tiveram papel fundamental na sociedade medieval. No livro *Por amor às cidades*, ele analisou pinturas e iluminuras sobre o espaço urbano produzidas durante a Idade Média e comparou-as com fotografias contemporâneas. As imagens a seguir, extraídas desse livro, apontam semelhanças e diferenças entre o mercado medieval e as feiras e mercados urbanos atuais.

> O mercado intramuros é instalado perto da porta por onde chega o abastecimento. Lojas e açougues testemunham a influência da arquitetura urbana sobre os estabelecimentos econômicos. Vista do mercado da porta de Ravena, em Bolonha.
>
> LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p. 34.

> O mercado anima regularmente as praças urbanas e permanece o lugar dos bons negócios, como aqui ao pé do Temple Neuf, em Metz. Na cidade moderna, ele muitas vezes conservou sua localização central, perto de uma igreja.
>
> LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p. 35.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil/ Museu Cívico, Bolonha, Itália

Iluminura extraída de um manuscrito italiano, século XV. Bolonha, Museu Cívico.

Valeri Potapova/Shutterstock

Praça do mercado, em Bruges, Bélgica. A praça se encontra no centro da cidade. Foto de 2015.

6 Chineses e árabes à frente dos europeus

Por volta do ano 1000, os chineses, os indianos e os árabes tinham mais acesso a conhecimentos eruditos e técnicos do que os europeus.

Séculos antes, ainda na Antiguidade, os chineses já fabricavam papel. Os italianos só começaram a produzi-lo (pela primeira vez na Europa) mais de mil anos depois. Os chineses anteriores e contemporâneos da Idade Média europeia inventaram diversos outros utensílios e materiais, como a pólvora e o papel-moeda. Alguns historiadores consideram que isso se deveu, pelo menos em parte, à falta de uma mão de obra escrava abundante – como tinham os gregos e romanos da época clássica –, o que os obrigava a procurar soluções engenhosas para as necessidades da sociedade chinesa.

Os chineses desenvolveram a impressão com **tipos móveis** 400 anos antes do alemão Gutenberg, tido como o "inventor da imprensa", e criaram a bússola e os relógios mecânicos.

Os indianos, por sua vez, foram os criadores dos nove algarismos que usamos, mais o zero, cuja concepção ocorreu também entre os maias, na América. Os indianos criaram as bases do cálculo, que ainda hoje utilizamos. Levados pelos árabes, os algarismos foram adotados pelos europeus muito mais tarde.

tipos móveis: processo de impressão baseado no encaixe de letras ("tipos") de madeira ou chumbo numa tábua, formando palavras e frases; agilizou a produção de documentos, livros e jornais, antes copiados manualmente, um a um.

Em sua lógica expansionista, os árabes conquistaram a Ásia ocidental, o Egito e a península Ibérica. Nesses contatos, os conhecimentos e textos dos sábios árabes chegaram aos estudiosos da região espanhola e entraram, pouco a pouco, em outros lugares da Europa. Obras como as de Aristóteles e Platão, desse modo, foram "redescobertas" pelos europeus medievais.

Além disso, para orientar as campanhas militares e as atividades comerciais em seu vasto Império, os geógrafos árabes desenvolveram um intenso trabalho de estudo e mapeamento do mundo. Esse conhecimento geográfico também foi partilhado na península Ibérica e contribuiu para as navegações portuguesas, no final do Período Medieval e início do Período Moderno.

Os contatos dos europeus com a China ocorriam ainda pelas rotas da seda e das especiarias. Tornou-se famosa, como já vimos, a história do jovem mercador veneziano Marco Polo, que viajou à China no século XIII em companhia do pai e trabalhou para Kublai Khan, soberano mongol da China. Dessa famosa aventura, que durou 25 anos, resultou o *Livro das maravilhas*, que introduziu a China e suas províncias no imaginário europeu. Cidades com cerca de 1 milhão de habitantes, navios enormes, papel-moeda, sistema de correios, riquezas, costumes e alimentos exóticos (o pistache, o gergelim), especiarias e alguns exageros e fábulas compõem esse relato.

Yi Lu/Corbis/Latinstock

Bússola chinesa do século II a.C.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil/Biblioteca Nacional, Paris, França

Iluminura representando o Palácio de Kublai Khan, em Pequim, China. A ilustração se encontra em uma edição de 1410, aproximadamente, do *Livro das maravilhas*, de Marco Polo.

Atividades

Retome

7. Conforme vimos anteriormente, nos últimos séculos do Império Romano ocorreu um processo de ruralização na Europa ocidental, com o progressivo esvaziamento das cidades e o deslocamento da população para o campo. Esse processo impactou notavelmente as relações econômicas durante a Idade Média. Caracterize a economia feudal.

8. Relacione o sistema de suserania e vassalagem, característico da Idade Média ocidental, à fragmentação e descentralização política que ocorreu no período.

9. Na Idade Média, uma rede de relações interpessoais, que ligava reis, senhores feudais e cavaleiros, desenvolveu-se na Europa ocidental. Essa relação passava pela posse do maior bem da época: a terra.

   Com base nas informações do texto "Senhores e servos" (página 235), desenhe no caderno um esquema que represente as relações de suserania e vassalagem.

Pratique

10. Leia o texto do historiador francês Jérôme Baschet, que trata do conceito de servidão na Idade Média e, em seu caderno, faça o que se pede.

> Hoje não se crê mais, como queria a historiografia tradicional, que todos os produtores dependentes do senhor feudal fossem servos. [...] É verdade que esta [servidão] existiu e pode ser considerada o resultado da evolução da Alta Idade Média, quando, paralelamente ao eclipse da escravidão, a distinção entre livres e não livres perde sua clareza e não consegue mais dar conta das situações intermediárias que se multiplicam. A servidão é, finalmente, a forma estabilizada de uma posição intermediária entre a escravidão e a liberdade: o servo não é mais uma propriedade do senhor, assimilado ao gado, mas sua liberdade é marcada por importantes limitações. Se a escravidão é um cativeiro definitivo, o ritual de servidão, utilizado em certas regiões e durante o qual o servo traz uma corda no pescoço, parece indicar um cativeiro de que se é imperfeitamente resgatado pelo pagamento de uma obrigação. Três marcas principais exprimem a limitação da liberdade do servo: o "chevage" (ou captação), tributo pelo qual alguém se resgata do cativeiro; a "mainmorte", que significa a incapacidade à propriedade plena de um patrimônio e que impõe o confisco pelo senhor de parte da herança transmitida pelo servo; e, enfim, o "formariage", taxa paga quando do casamento e que manifesta a limitação da liberdade matrimonial. Finalmente, seria necessário acrescentar a importância das corveias, trabalho devido ao senhor, que não são exclusivas dos servos, mas que, no caso destes, são deixadas em maior grau ao arbítrio do senhor. Este quadro deveria se tornar muito mais complicado para dar conta da diversidade regional e, sobretudo, pelo fato de que essas obrigações pesam, por vezes, sobre camponeses livres. De resto, não é certo que a situação material dos servos seja sempre mais dramática que a de seus vizinhos livres e pode-se perguntar se o peso específico de sua condição não se refira sobretudo à mancha humilhante de uma servidão que dá lugar a múltiplas situações de exclusão ou de discriminação. Mas o essencial é sublinhar que a servidão é apenas uma forma de exploração dentre outras.
>
> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. p. 132-133.

a) De acordo com Jérôme Baschet, a servidão foi um sistema de trabalho predominante na Idade Média? Explique.

b) Que distinção o historiador faz entre servidão e escravidão?

c) Para Baschet, que obrigações limitavam a liberdade do servo?

d) Um *site* de jornal, em página voltada à educação, publicou a afirmação reproduzida abaixo. A partir das explicações de Baschet, que objeções podem ser feitas ao trecho do *site*?

> Desde o século IV, a população europeia sofria com as invasões bárbaras e procurava o campo para se proteger, o que acabou esvaziando as cidades. Sem moradia, colocavam-se à mercê dos guerreiros que, em troca de sua proteção, os utilizavam em trabalhos agrícolas. Essa relação deu origem ao regime senhorial, que nivelou todos os camponeses como servos.
>
> Disponível em: <http://educacao.globo.com/historia/assunto/antiguidade-e-mundo-medieval/mundo-medieval.html> Acesso em: 15 fev. 2016.

11. Em um artigo sobre os jovens na Itália medieval, a historiadora Elisabeth Crouzet-Pavan explica:

> Os arquivos criminais atestam numerosas práticas anômicas ou criminosas que congregam os bandos de jovens. E essas práticas, em Veneza, são características das horas noturnas. O estupro coletivo, diferente de muitos estupros diurnos cometidos no espaço da cidade ou da casa, inscreve-se no registro dessas violências perpetradas à noite. Os componentes lúdicos que lhe são inerentes, as injúrias e os golpes que o acompanham, seguem as regras gerais que dramatizam a conduta violenta do grupo. O estupro, como todas as outras formas de agressão noturna, prova, no seio do grupo, uma capacidade social baseada essencialmente em critérios de virilidade.
>
> A violência contra as forças policias vale igualmente como proeza viril. A luta é exigida pelas regras da honra quando, de armas na mão, o grupo recusa-se a deixar-se revistar. Mas, com frequência, a briga é voluntária, provocada por uma troca preliminar de insultos ou uma gritaria geral. Sem outra causa a não ser a escolha precisa desse adversário, observa a sentença, cinco ou seis delinquentes atacam as forças policiais do Conselho dos Dez. O jogo se prolonga. Quatro jovens, intimados a entregar suas armas, lutam de espada com um guarda, obrigam-no a refugiar-se numa casa, perseguindo-o até afinal feri-lo.
>
> [...]
>
> Os primeiros textos regulamentares das Comunas, na segunda metade do século XIII e nas primeiras décadas do século seguinte, lançavam as bases de um controle dos comportamentos. Trata-se então de um primeiro dispositivo de conjunto que, destinado a pacificar a cidade, visava certas práticas, protegendo mais particularmente alguns períodos e alguns lugares. [...]
>
> CROUZET-PAVAN, Elisabeth. Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval (séculos XIII-XV). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1. p. 204-205.

a) O que caracterizava o comportamento dos jovens nas cidades medievais?

b) Como as autoridades lidavam com os bandos jovens que agiam nas cidades?

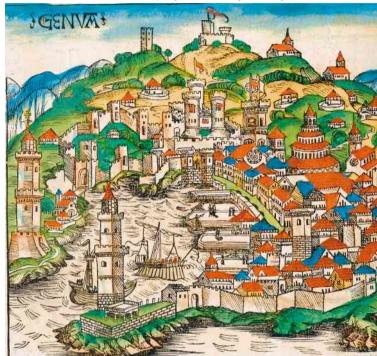
c) Formem grupos de cinco ou seis pessoas e durante uma semana pesquisem e selecionem notícias que tratam do jovem hoje na cidade. Que imagem a imprensa constrói do jovem?

d) A maneira como as autoridades lidam com o jovem hoje é diferente ou parecida com a forma como lidavam com eles na Idade Média? Explique.

e) Em sua opinião, a imagem construída pela imprensa traduz com fidelidade a juventude de hoje? Justifique.

Analise uma fonte primária

12. Observe a imagem a seguir. Trata-se de uma xilogravura, uma técnica de gravação na qual se utiliza a madeira como matriz.

Reprodução/ Biblioteca do Congresso, Washington, EUA

Representação da cidade italiana de Gênova. Está é uma das muitas ilustrações das *Crônicas de Nuremberg*, publicada pela primeira vez em 1493. Trata-se de uma história universal escrita pelo médico, historiador e humanista alemão Hartmann Schedel com base nos relatos bíblicos, e um dos primeiros e mais acurados livros impressos na Europa. Atualmente, um exemplar bem preservado encontra-se na Biblioteca Estatal da Baviera, Alemanha.

a) Se olharmos com atenção a forma e a disposição dos edifícios em Gênova na imagem acima, notamos que toda a cidade se organiza em torno de uma de suas instalações. Identifique-a.

b) Em primeiro plano, à esquerda, vemos o farol de Gênova. Por que o farol era uma das construções mais importantes da cidade?

c) A imagem nos sugere que Gênova era uma cidade segura ou vulnerável? Justifique sua resposta, citando elementos presentes na representação.

d) Além do farol, que outras construções chamam a atenção na cidade?

e) Com base nas construções identificadas na imagem, é possível inferir que grupos sociais detinham poder na cidade de Gênova?

Articule passado e presente

13. O texto a seguir é um editorial da *Folha de S.Paulo*, publicado em 18 de junho de 2015. Leia-o e depois faça o que se pede.

University of São Paulo

A USP deu um pequeno passo que poderá revelar-se precedente de consequências gigantescas para o relativo isolamento do meio universitário brasileiro: autorizou suas primeiras disciplinas de graduação em língua estrangeira. A licença vale só para matérias optativas, mas já é um começo.

Não que a principal instituição superior do país não mantivesse contatos e vínculos com o exterior. Ela nasceu como universidade, em 1934, com a contribuição inestimável de uma missão francesa composta de jovens intelectuais que ganhariam projeção mundial, como o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e o historiador Fernand Braudel (1902-1985).

Não foram poucos, desde então, os catedráticos estrangeiros que ajudaram a formar brasileiros. Tampouco era incomum, até o final do século 20, que pesquisadores nacionais cursassem a pós-graduação em países avançados (hoje em dia é mais usual obter mestrado e doutorado no Brasil).

O caminho inverso, no entanto, costuma ser pouco trilhado. A USP atrai escassos estudantes além-fronteiras, em especial para os cursos de -graduação: apenas 1440, segundo registro de janeiro, aí incluídos todos os que afluíram a ela por meio de convênios.

Há na instituição paulista 55451 alunos, de modo que a parcela de estrangeiros na graduação corresponde a meros 2,6%. Em universidades verdadeiramente internacionalizadas, como a americana Harvard, essa proporção chega a 11%.

Até a recente autorização, uma matéria só poderia ser oferecida na USP em inglês, por exemplo, se apresentada também, simultânea e inviavelmente, em português.

Agora, alunos brasileiros e estrangeiros passam a ter a opção de cursar ao menos algumas disciplinas em outra língua. Para os nacionais, surge a oportunidade de familiarizar-se com o vocabulário técnico e conceitual de sua área de especialidade em outro idioma.

Para atrair estudantes do exterior, contudo, ainda é pouco. A USP deveria considerar o exemplo da Fundação Getulio Vargas (FGV), que anunciou um curso de administração todo ele dado em inglês.

Esse passo mais ousado serviria ainda para fazer a USP ganhar pontos em *rankings* internacionais que valorizam tais iniciativas.

O principal benefício, porém, viria da volta dos formandos para os países de origem. Os vínculos aqui criados favoreceriam a inserção da USP em redes mundiais de pesquisa e o enraizamento de sua boa reputação em solo estrangeiro.

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/06/1644290-university-of-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 16 fev. 2016.

a) Com base em seus conhecimentos, qual era o papel das universidades durante a Idade Média?

b) O papel da universidade mudou entre a Idade Média e o presente? Explique.

c) A criação de cursos de graduação ministrados em língua estrangeira no Brasil reforça ou enfraquece o papel da universidade? Explique.

d) No passado, a universidade era um ambiente bastante elitizado. Seus frequentadores eram, quase sempre, filhos de ricos comerciantes, nobres e clérigos. Para você, a universidade é um lugar mais democrático no presente? Justifique o seu ponto de vista.

De Agostini Picture Library/A. Dagli Orti/The Bridgeman/Keystone

CAPÍTULO 10

O mundo às vésperas do século XVI

Vincent Kessler/POOL/AFP

A primeira-ministra alemã, Angela Merkel, e o presidente francês, François Hollande, durante cerimônia de boas-vindas para a 18ª reunião do gabinete franco-alemão em Metz, França, 2016.

A centralização do poder monárquico na Europa, ocorrida entre os séculos XII e XV, pode ser entendida como uma tentativa da aristocracia feudal de reforçar seu poder diante da burguesia ou como uma forma de preservar tanto os seus anseios como os dos burgueses. Na atualidade, você acha que os governantes atuam para atender aos anseios de algum grupo social específico?

1 Cenários político, social e cultural nos séculos XIV e XV

Durante um período considerável da Idade Média, o poder político esteve dividido principalmente entre o rei e a nobreza feudal. A partir de certo momento, porém, o rei começou a reagir e a concentrar poderes que antes estavam disseminados entre os grandes senhores de terra. Esse momento variou de reino para reino, mas no fim do século XV o mapa da Europa havia mudado radicalmente. Em lugar de reinos fragmentados, havia agora Estados organizados em torno de algumas monarquias fortes e centralizadas.

Em que grupos sociais o rei se apoiou para enfrentar a oposição dos senhores feudais aferrados ao passado? Quais foram os resultados desse processo? E fora da Europa, o que ocorria nesse momento?

Neste capítulo vamos estudar o processo de formação das monarquias centralizadas na Europa ocidental, como os reis procuraram legitimar seu poder e os obstáculos que encontraram perante o clero, a nobreza e os camponeses. Por fim, estudaremos o contexto histórico em territórios asiáticos, africanos e americanos às vésperas de 1500.

2 A formação das monarquias centralizadas na Europa

A quem interessava a centralização política na Europa ocidental? Ao rei. Mas havia também um grupo social que se sentia prejudicado com a fragmentação política.

Durante a Idade Média diversas moedas circulavam nos feudos. Os pesos e medidas também eram diferentes de um feudo para outro. Além disso, os senhores feudais cobravam pedágio para que os mercadores pudessem atravessar suas terras. A burguesia precisava de uma moeda única em cada reino e ansiava para que os pedágios, que encareciam suas mercadorias, fossem extintos.

Dessa forma, para os burgueses europeus, ou seja, comerciantes, artesãos e banqueiros, seria conveniente um poder centralizado que se sobrepusesse aos poderes locais e impusesse normas que facilitassem o comércio. Assim, para garantir a autoridade do monarca, mercenários a serviço do Estado contribuíram para a formação de exércitos.

A comunhão de interesses entre reis e burgueses levou à gradativa aproximação entre ambos durante a Baixa Idade Média, o que transformaria inteiramente as relações políticas e desencadearia o processo de formação das monarquias centralizadas. Outro resultado importante foi que o exército do rei passou a servir também aos interesses senhoriais, à nobreza, pois garantia a ordem contra rebeliões rurais e mantinha a maior parte dos privilégios feudais.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

O reino francês

O processo de centralização do reino francês recebeu um grande impulso na época dos reis da **dinastia capetíngia** (987-1328).

O capetíngio de destaque nesse processo foi Filipe Augusto (1165-1223), ou Filipe II, que governou entre 1180 e 1223. Usando como pretexto a necessidade de combater os ingleses que ocupavam a região norte da atual França, Filipe II iniciou a cobrança de impostos em todo o território francês e organizou um poderoso exército para garantir seu poder monárquico por todo o país.

Após derrotar os ingleses, Filipe Augusto utilizou da mesma força armada para se impor à nobreza. Nomeou fiscais, que percorriam o reino cobrando impostos e impondo as leis e a justiça real sobre as dos nobres locais. Aliado da burguesia, o rei vendia **Cartas de Franquia** aos burgos que quisessem se libertar do controle da nobreza feudal.

Luís IX (1214-1270), que governou entre 1226 e 1270, levou adiante o processo de fortalecimento monárquico, organizando uma rede de tribunais reais e instituindo uma moeda de circulação nacional.

Mas o reinado que mais contribuiu para a centralização do poder no território francês foi o de Filipe IV, o Belo (1268-1314), que foi de 1285 a 1314. Herdeiro de um Estado já bastante fortalecido, ele se preocupou com sua legitimação. Em 1302, criou a assembleia dos **Estados Gerais**. Essa assembleia era composta de representantes do clero, da nobreza e dos comerciantes. As camadas pobres da população francesa não participavam da assembleia, cujo caráter era meramente consultivo, ou seja, não tinha poder de tomar decisões ou de criar leis. Além disso, não se reunia regularmente: era convocada conforme a vontade do monarca.

Apoiado pela assembleia, Filipe IV estabeleceu a taxação sobre os bens da Igreja. Teve início uma grave crise, envolvendo a participação do papa, que chegou até a ameaçar o rei de excomunhão. Quando o papa morreu, em 1303, Filipe IV interferiu na escolha de seu sucessor. Impôs o nome do papa Clemente V, e forçou a transferência da sede da Igreja de Roma para a cidade de Avignon, no sul da atual França. Tal episódio iniciou o período que foi denominado por contemporâneos como **Cativeiro de Avignon** (em referência ao texto bíblico do cativeiro dos hebreus da Babilônia do século VI a.C.).

Até 1377, durante cerca de setenta anos, os papas submeteram-se à autoridade do rei da França. Em 1378, foram eleitos dois papas, um em Roma, o outro em Avignon. Essa divisão ficou conhecida como **Cisma do Ocidente** e só terminou no começo do século XV.

Assim, para unificar o poder político, Filipe IV precisou enfrentar o poder local, exercido pelos senhores feudais, e o poder universal, representado pela Igreja.

Michel & Gabrielle Therin-Weise/Alamy/Fotoarena

O Palácio dos Papas, Avignon, França. Trata-se de uma das maiores construções góticas, estilo arquitetônico bastante desenvolvido na Europa, especialmente na França. Seis conclaves, ou seja, eleições papais, foram realizadas nesse palácio, que foi sede da Igreja católica por quase setenta anos. Foto de 2015.

A peste negra no século XIV

A peste negra, também chamada de peste bubônica, é uma doença contagiosa transmitida pelas pulgas dos ratos. Ela recebeu esse nome por causa das manchas escuras que surgem no corpo das pessoas que a contraem. Inchaço nas axilas, virilha e pescoço é outro sintoma da doença.

Em meados do século XIV, quando as condições de higiene, alimentação e moradia eram precárias, a doença se espalhou rapidamente e matou cerca de um terço da população europeia, num total estimado de 25 milhões de pessoas. Veja no mapa abaixo as áreas que foram afetadas pela doença.

Pakhnyushchy/Shutterstock

Mapa: Banco de imagens/Arquivo da editora

0°
1349
1351
MOSCÓVIA
1348
1349
OCEANO ATLÂNTICO
1348
Veneza
Constantinopla
Trabzon
Pequim
Samarcanda
Mar Mediterrâneo
1347
Damasco
Bagdá
CHINA
1333
Trópico de Câncer
ÁFRICA
Meca
ARÁBIA
ÍNDIA
OCEANO PACÍFICO
N
O
L
S
Peregrinações do leste a Meca
0 1 155 2 310
km
OCEANO ÍNDICO
Percurso do contágio
Área e época da epidemia

Adaptado de: PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. *Il Corso della Storia* 1. Bolonha: Zanichelli, 1997. p. 382.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil/Biblioteca Britânica, Londres, Inglaterra

Iluminura presente em *Omne Bonum*, de James le Palmer, enciclopédia do século XIV, que mostra vítimas da peste negra. Repare nas manchas de pele das pessoas que fazem fila para serem abençoadas por um padre.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

Miniatura do século XIV representando a "morte negra", outro nome pelo qual a peste bubônica era conhecida. Observe o número de vítimas que são removidas da edificação.

A Guerra dos Cem Anos

O processo de formação de um sólido Estado francês centralizado foi temporariamente suspenso em virtude do confronto com a Coroa inglesa na **Guerra dos Cem Anos**. Foram os historiadores do século XIX que lhe deram esse nome em razão da longa duração do conflito (1337-1453), intercalado por vários períodos de paz.

O conflito com a Inglaterra teve início quando Eduardo III, neto de Filipe IV, o Belo, e rei inglês, reivindicou o trono da França. Por trás dessa reivindicação estava o interesse dos ingleses na próspera região têxtil de Flandres.

Para enfrentar os ingleses novamente, o rei francês precisava ampliar seu exército. Mas não podia fazer isso sem recorrer à nobreza. Dessa forma, fez certas concessões aos nobres. As primeiras derrotas na guerra, a fome generalizada e a peste negra acentuaram a crise que piorou as condições de vida no campo.

Foi sob este cenário que os nobres pressionaram os camponeses para o aumento da produção agrícola, mesmo em condição adversa. Isso provocou revoltas populares lideradas pelos camponeses contrários às decisões da nobreza no norte da França e nas proximidades de Paris. Essas revoltas ficaram conhecidas como *jacqueries* (abreviação da expressão francesa *jacques bonhomme*, que equivale em português a "joão-ninguém"). A mais importante delas ocorreu em 1358 e ficou marcada pelas invasões de castelos e pelos assassinatos de senhores. Foram duramente reprimidas pelas forças da ordem, encabeçadas pelo Estado e seus nobres.

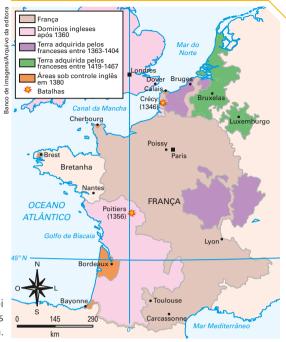
Antes da formação dos exércitos nacionais, a força militar dos senhores feudais era formada por cavaleiros, vassalos e servos. Na gravura, combate entre franceses e ingleses em 1346, em Crécy, França, a primeira grande batalha da Guerra dos Cem Anos.

A iluminura ao lado, presente na obra *Crônicas*, de Jean Froissart (século XIV), representa a *jacquerie* em Meaux, França, ocorrida em 1358.

A partir do início do século XV, os franceses obtiveram vitórias decisivas, quando prevaleceu uma forte ofensiva, liderada principalmente por Joana d'Arc. Filha de camponeses humildes, Joana d'Arc dizia-se enviada por Deus para guiar os franceses na expulsão do exército inglês. Ela participou decisivamente de diversos combates que resultaram em vitória para os franceses. Também levou Carlos VII a ser coroado em Reims, segundo as antigas tradições dos francos. Após ter sido aprisionada e capturada pelos ingleses, em 1430, Joana d'Arc foi acusada de heresia e condenada à morte na fogueira por um tribunal eclesiástico.

A guerra continuou até 1453, quando os franceses expulsaram os ingleses definitivamente de seu território.

A Guerra dos Cem Anos (1337-1453)

A Guerra dos Cem Anos foi decisiva para a definição das fronteiras da França.

Adaptado de: ATLAS da história do mundo. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1995. p. 140.

Leituras

Durante a Idade Média, problemas climáticos, como chuvas abundantes ou secas prolongadas, e pragas que assolavam os campos, afetavam drasticamente a colheita e a oferta de alimentos. Segundo o historiador brasileiro José Rivair Macedo, os períodos de fome não foram tão constantes entre os séculos XII e XIII. Isso favoreceu o aumento demográfico do continente europeu. Mas, no século XIV:

E a fome também se fazia presente

[...] um período de dificuldades tomou conta da Europa. Após chuvas persistentes e rigores do clima, fomes brutais causaram o desespero e a morte de inúmeras pessoas.

As dificuldades naturais e a consequente diminuição da produção trouxeram um círculo de calamidades: mortalidade, subnutrição e falta de resistência dos sobreviventes.

Nos anos 1315-1316, praticamente toda a Europa, da Espanha até a Rússia, da Itália até a Inglaterra, sofreu com a diminuição da produção de alimentos.

Nesses dois anos, nas cidades de Ypres e Bruges, da rica região de Flandres (atual Bélgica), morriam de 150 a 190 pessoas por semana. [...] Na mesma época, na cidade de Estrasburgo, na Alemanha, a fome era tão grande que, segundo os escritores da época, o povo comia crianças e até mesmo os cadáveres de condenados.

[...]

MACEDO, José Rivair. *Os movimentos populares na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1994. p. 31-32.

Akg-Images/Latinstock

Afresco do século XIV que ilustra uma das sete obras de misericórdia corporais, de acordo com a Igreja católica: dar de comer a quem tem fome.

Para saber mais

The Granger Collection/Other Images

Ilustração de Joana d'Arc para um manuscrito do século XV.

Joana d'Arc

Na França, o culto nacional a Joana d'Arc recebeu um grande impulso no século XIX e início do século XX. Nessa época, patriotas franceses exaltavam a heroína como uma força vinda do povo, encarnação viva da nação, da unidade nacional e vítima simbólica da Igreja, já que foi condenada à morte por ela. Em 1923, Joana foi canonizada e, anos depois, tornou-se padroeira da França. De heroína, passou-se à representação de Joana como santa católica, capaz de expiar os pecados. Inúmeras representações dela foram criadas por cineastas, literatos, historiadores, escultores e pintores.

The Granger Collection/Other Images

Estátua de Joana d'Arc erigida na Catedral de Winchester após a sua canonização, em 1923.

Everett Collection/Fotoarena

A atriz Florence Delay em cena do filme *O processo de Joana d'Arc* (1962), dirigido pelo francês Robert Bresson. Enquanto na representação mais antiga foi valorizada a guerreira, no filme sobressai a imagem de mulher humilde, com olhar piedoso.

O reino inglês

No início do período medieval, a Inglaterra foi ocupada por povos germânicos, principalmente anglos e saxões. Na sucessão do rei anglo-saxão Eduardo, o Confessor (c. 1003-1066), que não deixou herdeiros, abriu-se uma disputa pelo trono. Em 1066, os normandos – vindos do norte da atual França – invadiram a Inglaterra. Chefiados por Guilherme, o Conquistador (1028-1087), duque da Normandia e primo de Eduardo, derrotaram os anglo-saxões na Batalha de Hastings. Guilherme assumiu o trono da Inglaterra, fundando a **dinastia normanda**.

Sob essa dinastia, desenvolveu-se um eficiente sistema administrativo para cobrança de impostos e foi criado um forte exército. Guilherme, que reinou entre 1066 e 1087, dividiu o reino em condados, os *shires*, controlados pela nobreza e fiscalizados por funcionários chamados *sheriffs*.

Em 1154, a dinastia normanda foi substituída pela **Plantageneta**, cujo primeiro rei foi Henrique II (1154-1189). Para fortalecer seu poder, Henrique estabeleceu a justiça real e o ***Common Law***, conjunto de leis a ser aplicado em todo o território.

O sucessor de Henrique II, Ricardo I, ou Ricardo Coração de Leão (governante entre 1189 e 1199), envolveu-se em guerras com a França e na Terceira Cruzada. Sua constante ausência contribuiu para enfraquecer o poder real na Inglaterra.

A insatisfação da nobreza com a monarquia atingiu seu ponto culminante no reinado do sucessor de Ricardo, seu irmão **João Sem-Terra** (1199-1216).

Incapaz de obter o apoio da população, João Sem-Terra enfrentou a revolta da nobreza, que o obrigou a assinar um documento conhecido como **Magna Carta** (1215), segundo o qual o rei só poderia criar novos impostos ou alterar leis com a aprovação do Grande Conselho. O poder real, desse modo, foi fortemente limitado na Inglaterra, retardando o processo de centralização política.

Por décadas, o Grande Conselho ficou sob controle da nobreza e do clero, com a burguesia sendo admitida somente a partir de 1265. Sua existência e funcionamento podem ser encarados como o embrião do atual Parlamento inglês.

Na Guerra dos Cem Anos, os ingleses obtiveram vitórias iniciais importantes, mas passaram por dificuldades internas durante o conflito. Assim como na França, a peste negra, as rebeliões camponesas (veja o boxe *Leituras* a seguir) e o prolongamento da guerra contribuíram para acirrar os ânimos da população.

No século XV, a Guerra dos Cem Anos mal terminou e desencadeou-se uma sangrenta disputa pela sucessão do trono inglês que afetaria ainda mais a nobreza. Essa disputa ficou conhecida como a **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485). Ela foi assim chamada por causa das rosas que faziam parte do brasão das duas famílias envolvidas na disputa, York e Lancaster. O conflito fragilizou a nobreza e abriu caminho para a centralização política do país.

Representação alegórica da rosa de Tudor em manuscrito inglês de 1516. A rosa vermelha, à direita, simboliza os Lancaster, e a rosa, à esquerda, os York. Em destaque, no centro, a rosa de Tudor, criada ao término da Guerra das Duas Rosas, com a união dos dois emblemas, em razão do casamento de Henrique Tudor (descendente da família Lancaster e coroado Henrique VII) e Elizabeth de York.

Leituras

John Ball (c. 1338-1381) foi, ao lado de Wat Tyler (?-1381), o líder de uma rebelião camponesa de destaque, ocorrida na Inglaterra em 1381. Leia a seguir um texto escrito por Jean Froissart (1337-1405), um importante cronista da França Medieval. No texto, Froissart conta como as pregações de John Ball eram repletas de denúncias contra as injustiças sociais do período.

A crítica da desigualdade

No tempo passado tinham sido induzidos e lançados nessas loucuras por um exaltado sacerdote da Inglaterra, oriundo do condado de Kent, chamado John Ball, o qual, pelas suas loucas palavras, tinha estado várias vezes nas prisões do arcebispo de Cantuária. Porque esse John Ball tinha por costume, aos domingos, após a missa, quando todo o mundo saía da Igreja, pregar na praça reunindo todo o povo à sua volta e dizendo: Boa gente, as coisas não podem ir e não vão bem na Inglaterra até que os bens sejam comuns, até que não exista nem vilão nem gentil-homem e até que todos sejamos iguais. Esses, aos quais chamamos senhores, em que são maiores do que nós? Por que o têm merecido? Por que nos mantêm em servidão? E se todos procedemos de um pai e de uma mãe, de Adão e de Eva, como podem dizer e demonstrar que são mais senhores do que nós, a não ser porque nos obrigam a ganhar e a trabalhar para conseguir o que eles gastam? Vão vestidos de veludo e de seda e de petrigris, enquanto nós andamos vestidos de maus tecidos. Eles têm vinho, espécies e bom pão, enquanto nós somente temos centeio, palha e bebemos água. Eles descansam em formosas mansões enquanto nós temos o sofrimento, o trabalho, a chuva e o vento nos nossos campos; e é através de nós e do nosso trabalho que recebem as suas benesses. Chamam-nos de servos e castigam-nos se não realizamos rapidamente o serviço que nos pedem, e não temos nenhum soberano ao qual apresentar as nossas queixas e que queira escutar e defender os nossos direitos. Vamos procurar o rei que é jovem (Ricardo III). Mostremos a ele a nossa servidão e digamos-lhe que queremos que as coisas sejam de outra maneira ou, caso contrário, nós buscaremos o remédio [...].

Chroniques de Jean Froissart. In: PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média:* textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 205.

Portugal e Espanha

Inicialmente povoada por iberos, celtas e lígures, a península Ibérica sofreu a invasão dos árabes no século VIII (veja o boxe *Leituras*, p. 256). A formação dos dois Estados na região, Portugal e Espanha, durante a Baixa Idade Média, esteve estreitamente vinculada à **Guerra de Reconquista** dos territórios ocupados pelos muçulmanos (veja o mapa ao lado).

Com a invasão islâmica, os cristãos só conseguiram manter reinos independentes no norte da península, na região montanhosa das Astúrias. Dali partiu o movimento da Reconquista, iniciado no século XI.

Os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão organizaram-se durante esse processo de Reconquista. Castela e Aragão anexaram os demais reinos e, em 1479, se uniram por meio do casamento de seus monarcas, Fernando de Aragão (1452-1516) e Isabel de Castela (1451-1504), que ficaram conhecidos como Reis Católicos.

A Reconquista ibérica

Adaptado de: SELLIER, J.; SELLIER, A. *Atlas de los pueblos de Europa occidental*. Madrid: Acento, 1998. p. 60.

A Guerra de Reconquista foi o ponto de partida para a formação das monarquias centralizadas da Espanha e de Portugal.

Essa união real deu origem ao Estado centralizado espanhol, que, no entanto, só se consolidou com a conquista de Granada, último reduto árabe no sul da península, e a consequente expulsão dos **mouros**, em 1492.

mouros: habitantes da antiga Mauritânia, no norte da África; designação para as populações árabe-berberes muçulmanas provenientes dessa região e que ocuparam a península Ibérica.

Quanto a Portugal, suas origens remontam à doação de terras feita pelo rei Afonso VI de Leão (1047-1109) a Henrique de Borgonha (1035-1074), nobre francês participante da Guerra de Reconquista.

As terras doadas correspondiam ao **condado Portucalense**. A independência desse feudo em relação ao Reino de Leão foi conseguida, após muitas disputas familiares, em 1139, sob a liderança de Afonso Henriques (1109-1185), filho de Henrique de Borgonha.

A **dinastia de Borgonha** (1139-1383) teve início com a coroação de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Henriques deu prosseguimento à guerra contra os muçulmanos e expandiu as fronteiras do reino para o sul. À medida que o território se estendia, a monarquia fazia doações de terras à nobreza guerreira, sem, no entanto, conceder-lhe a posse hereditária. Desse modo, em Portugal evitou-se a formação de uma nobreza proprietária e autônoma, mantendo-se a hegemonia da autoridade real.

A burguesia mercantil do novo reino, por sua vez, consolidou-se com a transformação de Portugal em ponto de parada da rota marítima que ligava o Mediterrâneo ao norte da Europa. Essa rota ganhou mais importância a partir do século XIV, quando a insegurança gerada pela crise europeia, abalada por guerras e pela peste negra, levou à busca de novos entrepostos comerciais (veja o mapa abaixo).

Album /Oronoz/Latinstock/Biblioteca Nacional, Madri, Espanha

Litografia que retrata dom Afonso Henrique, 1839.

Banco de imagens/Arquivo da editora

As principais rotas comerciais europeias no fim da Idade Média

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 54-55.

Catedral de Granada, Espanha, onde os Reis Católicos estão sepultados. Foto de 2008.

A rota marítimo-comercial do século XIV integrou a costa portuguesa ao desenvolvimento comercial europeu do final da Idade Média.

Leituras

O texto a seguir, retirado de uma dissertação acadêmica produzida em 2004, trata da presença islâmica na península Ibérica e do importante papel dos comerciantes árabes naquele processo. Ele ainda dá pistas sobre a influência da cultura árabe na região.

O Islã na península Ibérica

Estas estradas, *bordejadas* por **marcos miliários** e que constituíram um dos mais poderosos meios da dominação romana, iriam novamente desempenhar a sua função, agora em favor dos exércitos muçulmanos e, sobretudo, em prol do estabelecimento de importantes rotas comerciais que possibilitaram o intercâmbio de produtos, de conhecimentos, de bens e de cultura.

Assim, mais significativo que os próprios militares, que se espalham pelo território, é a presença constante destes comerciantes árabes que, graças à relação que a Ibéria sempre manteve com o Mediterrâneo e suas rotas mercantis, percorrem agora todo o **Al-Ândalus** e também o próprio **Garb**.

Este aspecto tornou-se decisivo na forma rápida como o Islã se propagou pela península Ibérica e na aceitação que teve nas comunidades que com ele tomavam conhecimento. O Islã é rapidamente absorvido pela população, que se arabiza e adota a língua, os ritos e a cultura árabe/berbere, isto quando não se converte à própria religião muçulmana (muladis).

FERREIRA, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto. *O Douro no Garb Al-Ândalus:* a Região de Lamego durante a presença árabe. Dissertação de mestrado em Patrimônio e Turismo. Portugal: Universidade do Minho, 2004. p. 44.

marcos miliários: sinais que marcam as distâncias nas estradas.
Al-Ândalus: nome dado pelos árabes à península Ibérica.
Garb: nome dado pelos árabes à parte ocidental da península Ibérica.

Alamy/Fotoarena

Vista do Alhambra, palácio construído na cidade de Granada, Espanha, a partir do século XIII. A construção foi utilizada pelos emires – governantes muçulmanos – na época em que os mouros dominavam o território que hoje corresponde ao sul da Espanha. Foto de 2015.

A dinastia de Avis

Em 1383, a morte de Fernando I, último rei da dinastia de Borgonha, sem herdeiros diretos, desencadeou uma acirrada disputa sucessória.

Batalha de Aljubarrota, iluminura produzida no século XV por Jean de Wavrin (c. 1398-c. 1474).

Parte da nobreza apoiava a entrega da Coroa portuguesa ao genro de dom Fernando, o rei de Castela, representante de uma política eminentemente feudal. Contra ela se levantaram os comerciantes, aliados a setores populares, sob a liderança de dom João de Avis.

Após a derrota castelhana na Batalha de Aljubarrota (1385), dom João de Avis foi coroado rei de Portugal. Conhecido como **Revolução de Avis**, o movimento garantiu a independência de Portugal e deu origem à **dinastia de Avis** (1385-1582).

A nova dinastia caracterizou-se pela aproximação entre os interesses da monarquia e os da burguesia mercantil: os comerciantes pretendiam ampliar seus mercados e o rei desejava se fortalecer por meio da cobrança de impostos sobre o florescente comércio. Essa aliança de interesses desencadeou o processo conhecido como **Expansão Marítima portuguesa**, a partir do século XV.

Vivendo naquele tempo

Pobres e miseráveis no mundo europeu

A formação das monarquias e a centralização do poder provocaram diversos conflitos políticos e instabilidades no cenário social europeu. Essas transformações atingiram diretamente a vida dos setores mais populares.

Nessa sociedade desigual, onde a riqueza produzida era expropriada à força pela ordem senhorial e religiosa, a maioria da população vivia nos limites da pobreza, que se acentuava ainda mais nos tempos de guerra e nas crises agrícolas.

No campo, muitos camponeses e servos abandonavam suas terras para escapar da miséria e da violência dos senhores. Esses ex-camponeses muitas vezes se juntavam a grupos que habitavam bosques e florestas e saqueavam os viajantes nas estradas.

Nas cidades e vilas, a maioria dos trabalhadores pobres vivia de atividades sazonais, mal remuneradas e insuficientes para garantir a sobrevivência. Os espaços urbanos concentravam miseráveis, doentes físicos e mentais e inúmeros mendigos e ociosos que não encontravam condições materiais para sobreviver. Essas pessoas alimentavam-se de restos e sobras, moravam em habitações **insalubres** e contavam apenas com atos de caridade.

Essa atmosfera de pobreza e violência produzia revoltas e motins que explodiam no campo e na cidade, intensificando a instabilidade social e aumentando a repressão contra os pobres. Entre os séculos XIV e XVI, inúmeras leis transformavam a pobreza e a mendicância em crime e exigiam que os pobres estivessem vinculados a algum senhor.

Em Portugal, no ano de 1375, uma lei decretada pelo rei dom Fernando estabelecia que "só poderão mendigar aqueles que pela sua idade e estado não puderem trabalhar, segundo certificado que as autoridades locais passarão por alvará; todos os demais pedintes, vadios, ociosos, serão constrangidos a trabalhar" sob pena de serem açoitados e, posteriormente, expulsos do Reino, porque "El Rei mandava e queria que ninguém fosse vadio".

insalubres: que não fazem bem para a saúde.

Construindo conceitos

Permanência e mudança

No cotidiano, frequentemente temos a sensação de que certos fenômenos permanecem, enquanto outros se transformam ou desaparecem. Por exemplo, a frequência à escola, ao longo de vários anos, ou os hábitos alimentares das famílias, especialmente nos encontros festivos, como os aniversários, são permanências. Por outro lado, o fim do período escolar, o falecimento de um familiar ou um novo emprego representam rupturas na nossa vida.

Para compreendermos as sociedades humanas, precisamos levar em conta as suas permanências e mudanças ao longo do tempo. Entretanto, é preciso lembrar que atividades econômicas, práticas sociais e ideias se transformam em ritmos diferentes. Mesmo um acontecimento como a descoberta da América pelos europeus, em 1492, não representa uma mudança completa, mas indica que certos aspectos se transformaram, enquanto outros permaneceram inalterados. Há, portanto, diferentes ritmos nas mudanças históricas: certos fenômenos transformam-se mais lentamente, outros surgem e desaparecem com rapidez.

Assim, é preciso compreender o ritmo das mudanças e identificar as permanências, entendendo a dinâmica histórica, isto é, o próprio movimento da História. Ao estudar uma determinada época, pode-se verificar a presença desses diferentes ritmos e durações.

João Prudente/Pulsar Imagens

A enxada é um dos instrumentos mais antigos inventados pelo ser humano e amplamente utilizada na agricultura até os dias de hoje. Na imagem, trabalhador rural em Munhoz, Minas Gerais. Foto de 2015.

As sociedades europeias no século XVI, por exemplo, ainda estavam submetidas às alterações climáticas que impactavam a produção de alimentos, visto que a agricultura e a pecuária dependiam basicamente das condições naturais. Portanto, os grupos humanos permaneciam dependentes do trabalho agrícola e dos fenômenos meteorológicos.

Em contrapartida, determinadas transformações econômicas estavam em curso desde o início da retomada do comércio e do crescimento das cidades, no século XIV, seguidos pela Expansão Marítima e pela conquista da América, no século XVI. Essa ampliação e acumulação da riqueza mercantil lentamente alterou as relações entre os grandes comerciantes e a aristocracia da terra. Essas mudanças seriam percebidas com maior intensidade apenas nos séculos XVIII e XIX, quando a burguesia assumiu o controle do Estado em países como a França e a Inglaterra.

Os Estados nacionais viviam um processo de centralização do poder e unificação de territórios caracterizado por guerras civis, alianças monárquicas e complôs da grande aristocracia. Em diversos países, esses acontecimentos alteravam o rumo da política, elevando ou derrubando dinastias, provocando conflitos sanguinários e curtos períodos de paz.

Como vemos, permanências, mudanças de média e curta duração se entrelaçam no estudo das sociedades humanas. Por isso, sempre leve em conta que um capítulo em um livro de História representa, ao mesmo tempo, um estudo das rupturas e transformações históricas e também uma reflexão sobre o que permanece inalterado na experiência humana no planeta.

Agora, faça o que se pede:

- Pesquise as instituições políticas do Brasil. Utilize *sites* e livros. Com base em sua pesquisa, reflita sobre o momento político atual em que vivemos. Você consegue identificar uma permanência e uma mudança de curta duração em nossas instituições políticas? Elabore um pequeno texto sobre esse tema e compartilhe-o com o restante da sala.

3 O mundo não europeu antes de 1500

Índia, China e Japão

Por volta dos anos 1200, a região norte do território que hoje é a Índia estava parcialmente ocupada por Estados muçulmanos governados por sultões. O mais importante deles era o Sultanato de Délhi (1206-1526). O sul, em contrapartida, estava dividido em Estados hindus. Em 1526, o Sultanato de Délhi e outros Estados indianos foram absorvidos pelo Império Mogol (nome derivado de “mongol”, pois Babur, seu fundador, seria descendente de Gêngis Khan). Os governantes desse império eram muçulmanos, mas a maioria da população seguia o hinduísmo.

Na Ásia central e na ocidental, o antigo Império Mongol, que chegara a dominar grande parte da China, foi dividido entre vários líderes, alguns dos quais adotaram o islamismo. A Ásia ocidental e o Oriente Médio se tornaram muçulmanos e dois novos impérios foram criados: o Império Persa, entre o golfo Pérsico e o mar Cáspio; e o Império Turco Otomano, sobre as ruínas do Império Bizantino, que deixou de existir em 1453, com a queda de Constantinopla.

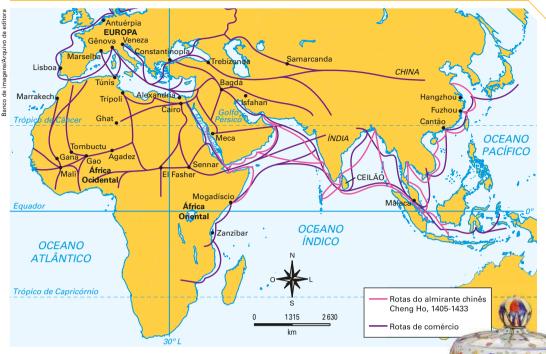
Na China, os imperadores governavam com a ajuda de “letrados”, funcionários recrutados por meio de concursos, nos quais deviam demonstrar, entre outras habilidades, o conhecimento de milhares de caracteres da escrita chinesa. Os letrados, ou **mandarins**, não constituíam uma nobreza, já que esses concursos eram abertos a toda a população. Mas aproveitavam sua influência para adquirir terras e poder.

Como vimos, a China foi governada pela dinastia Yuan, de origem mongol, entre 1271 e 1368. Sob essa dinastia, cresceram as trocas comerciais e culturais com outros povos. Entretanto, apesar da prosperidade, havia grande desigualdade social entre a maior parte da população servil, de origem chinesa, e os mongóis. Levantes populares e rebeliões se tornaram frequentes a partir de 1335.

Em 1368, Chu Yanchang (1328-1398), um dos líderes das contestações chinesas, conseguiu destronar os mongóis e estabelecer uma nova dinastia imperial, a **dinastia Ming** (1368-1644).

Vista do Taj Mahal, mausoléu construído na cidade de Agra, Índia, no século XVII, homenagem do imperador Shah Jahan à esposa falecida. Esse monumento, no qual trabalharam vinte mil homens em sua construção, atesta a grandeza do Império Mogol. Toda a estrutura da edificação é coberta por placas de mármore branco decorado com pedras preciosas e semipreciosas. Nas paredes, trechos do Corão, registros de uma época em que os governantes dessa região seguiam o islamismo. Foto de 2013.

Tuul & Bruno Morandi/Corbis/Fotoarena

Comércio chinês

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. 4. ed. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1995. p. 150.

No fim do século XV, o Império Ming era um dos mais poderosos Estados do mundo. Sua população era mais numerosa do que a de toda a Europa. Seu intenso comércio o ligava a diversas regiões asiáticas, à Austrália e à África.

Jarro de porcelana decorado com desenhos de carpas produzido durante a dinastia Ming (1368-1644), entre 1522 e 1566.

The Brideman Art Library/Keystone Brasil/Museu de Arte, Indianápolis, EUA.

A recuperação agrícola e a continuada expansão comercial que se seguiu possibilitaram a expansão demográfica. Por volta de 1500, a China já havia superado 100 milhões de habitantes e grandes cidades haviam sido construídas. No século XVI, época das grandes navegações ibéricas, os portugueses chegaram à China e firmaram o contato entre o Ocidente europeu e o Oriente. Era o período do comércio das especiarias e de investidas conquistadoras dos europeus. No século seguinte, teve início a última dinastia imperial chinesa, a Manchu, ou Qing (1644-1912), estabelecida com a invasão dos manchus, povos do norte. No século XIX, as potências ocidentais dominaram e exploraram a China. A dinastia Manchu acabou sendo derrubada em 1911, quando foi proclamada a república. Em 1949, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, implantou-se o socialismo e, nas últimas décadas, a China transformou-se numa das maiores potências mundiais.

No Japão, prevalecia a crença de que o imperador descendia do Sol e de que as almas dos mortos habitavam lugares considerados sagrados, como cachoeiras, rios e vulcões. Os japoneses foram muito influenciados pelo budismo vindo da China, mas acrescentavam a ele seus próprios deuses. Também utilizaram a escrita chinesa de ideogramas para criar duas novas escritas próprias, a *hiranaga* e a *katakana*, fundamentais para o desenvolvimento da literatura no Japão (leia o boxe *Leituras* a seguir). Nesse país, situado em um arquipélago, os guerreiros e os camponeses eram os personagens mais comuns, e as grandes famílias disputavam o poder. Um chefe de clã governava no lugar do imperador, com o título de *xogum*. Os guerreiros, chamados de *samurais*, lhe deviam obediência.

Exímios artistas, os japoneses criaram uma original jardinagem artística, bastante prestigiada até hoje. Para eles, servir o chá sempre foi uma cerimônia com gestos estudados. O teatro de marionetes, que chegou ao Japão pela China no século VIII, fez surgir os marionetistas, artistas que manipulam os bonecos e que fizeram dessa ocupação um ofício, apresentando-se de vila em vila. O espetáculo de marionetes requer altíssima precisão nos refinados movimentos gestuais e é ainda hoje bastante valorizado no Japão.

The Brideman Art Library/Keystone Brasil

Apresentação de *bunraku*, tradicional teatro de marionetes japonês, em Osaka, Japão. Observe que mais de uma pessoa manipula cada boneco.

Leituras

O texto a seguir trata da importância da influência chinesa na cultura do Japão. Além disso, ele nos revela em que medida essa influência era, quase sempre, adaptada e modificada pelos japoneses, em virtude das particularidades e da cultura local.

Influência chinesa no Japão

Foi no Japão, entretanto, que a interação da cultura chinesa com a sociedade nativa teve os resultados mais **idiossincráticos** e historicamente significativos. É inegável que a influência chinesa ali foi muito profunda – tão profunda que o sistema numérico básico atual dos japoneses é composto de palavras tomadas do chinês. Do século VII ao IX, a instituição imperial japonesa foi sob muitos aspectos uma réplica provinciana daquela da dinastia Tang; textos jurídicos japoneses desse período foram usados por historiadores para reconstruir a legislação Tang que se perdera na China. [...]

Em vez de ter uma sucessão de dinastias de estilo chinês, os japoneses desenvolveram um curioso dualismo: embora tenha se prolongado para sempre, sua dinastia imperial original conservou apenas as aparências exteriores do poder; na realidade, este passou para as mãos de governantes militares que vieram a ser chamados de xoguns. Em certa medida, isso se explica pela insularidade do Japão: estando bastante a salvo de invasões, as ilhas são menos sujeitas às severas disciplinas continentais que compelem à formação de Estados unitários e varrem instituições obsoletas. Antes do século XIX, houve um único e curto período em que um imperador tentou recuperar seus antigos poderes, a abortada restauração Kemmu de 1333-1336.

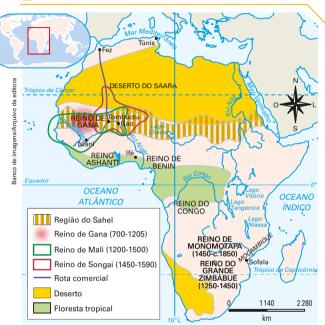
[...]

COOK, Michael A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 187.

idiossincráticos: relativos à idiossincrasia, característica específica, particular, de uma pessoa, grupo ou cultura.

Reinos africanos

Na África, a região ao norte do Saara era habitada pelos berberes, povo que pouco a pouco se converteu ao islamismo. Ali, as maiores cidades eram Fez e Túnis. Numerosas rotas comerciais cruzavam o Saara e ligavam a África do norte, muçulmana, aos reinos da África subsaariana. A rota Fez-Tombuctu era uma das mais percorridas por caravanas de mercadores cameleiros e tuaregues, habitantes do deserto que descendem dos berberes norte-africanos (observe o mapa).

Reinos africanos em diferentes períodos

Adaptado de: PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. *Il corso dela Storia*. Bologna: Zanichelli, 1997. p. 56; SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 13.

Na África ocidental, o Reino de Gana, abordado no Capítulo 7, grande comerciante de ouro, sal e escravos, enfraqueceu-se bastante durante o século XII. Alguns estudiosos acreditam que isso ocorreu em razão de vários fatores: a concorrência na produção aurífera de outras áreas; o crescente ataque de vizinhos saqueadores; e o avanço da desertificação na região do **Sahel**.

Sahel: faixa de terra situada entre o deserto do Saara, ao norte, e a floresta tropical, ao sul. Esta palavra vem do árabe e significa 'margem', 'litoral' – no caso, "margem" do Saara.

O declínio de Gana deu-se paralelamente à ascensão do **Reino do Mali**, que se consolidou por volta de 1230, quando o príncipe Sundiata Keita (c. 1217-c. 1255) subiu ao trono e fixou a capital em Niani. Por essa época, a população e os governantes do Mali haviam se convertido ao islamismo.

No início do século XIV, esse reino alcançava a costa do Atlântico e o interior do Saara e controlava várias cidades e rotas comerciais transaarianas. As peregrinações de seus governantes a Meca, a terra sagrada dos muçulmanos, ficaram famosas especialmente pelo luxo e pela riqueza. O Reino do Mali também se destacou pela fundação de mesquitas e centros de estudo que contavam com arquitetos trazidos do Oriente Próximo.

No século XIV, em razão de frequentes invasões e saques, o Reino do Mali foi sobrepujado pelo **Reino de Songai**, até então seu vassalo. Em Songai, que se tornou um enorme império, as cidades de Gao e Tombuctu destacaram-se como grandes centros comerciais. Tombuctu ficou conhecida por ter um exército profissional, uma universidade (que atraía eruditos e poetas) e uma arrecadação sistemática de impostos. Contudo, esse reino se desestruturou no século XV devido a constantes ataques de povos do norte africano e dos portugueses, interessados no ouro e em várias outras mercadorias do comércio regional.

Mais ao sul, os iorubas construíram um próspero reino ao redor da cidade sagrada de Ifé, com grande quantidade de artistas, responsáveis pela produção de belas esculturas de ébano, bronze e marfim.

Na costa oriental da África, a relação com a Índia era antiga, e várias cidades mercantes prosperavam, reunindo árabes, persas e indianos antes da chegada dos portugueses. Elas tinham um importante papel no comércio de escravos. No sul do continente, o **Reino Monomotapa** substituiu o antigo **Reino do Zimbábue**, estendendo suas relações comerciais com o litoral de Sofala, em Moçambique, e estabelecendo um importante comércio de ouro com a Índia e a Pérsia. Suas cerimônias na Corte do soberano impressionaram os portugueses, ao que parece os primeiros europeus a conhecê-las.

Escultura em bronze encontrada na região da cidade de Ifé, na atual Nigéria, feita entre os séculos XIII e XIV.

The Granger Collection/Other Images

América: incas e astecas

Na América do Sul, a partir do começo do século XV, os incas impuseram sua dominação a um grande conjunto de povos, construindo um império de aproximadamente 10 milhões de pessoas em um grande território. Os seus governantes cobravam tributos da população, que eram pagos em forma de trabalho.

Os incas não conheciam a escrita, nem o ferro nem a roda. Eram, contudo, engenheiros notáveis. Em plena cordilheira dos Andes, construíram uma rede de estradas com pontes suspensas sobre os vales. Essas estradas eram percorridas por corredores mensageiros, que levavam informações e mensagens de um lugar a outro.

O imperador, além de chefe militar, era considerado “filho do Sol”, um deus na Terra. O auge dessa civilização ocorreu entre 1438 e a chegada dos espanhóis à região, em 1531.

Nesse período, o território do Império chegou a atingir 4 mil quilômetros de extensão, desde o atual Equador até o Chile, compreendendo o domínio sobre vários grupos étnicos. Durante o reinado do imperador Pachacuti (c. 1400-c. 1471), que durou de 1438 a 1471, Cuzco tornou-se capital do Império, chegando a ter cerca de 100 mil habitantes. A construção da pequena cidade de Machu Picchu, cujos vestígios ainda hoje causam profunda admiração, é outro destaque de seu reinado.

A população inca estava submetida à servidão coletiva, em uma sociedade fortemente hierarquizada. A terra era propriedade do imperador, administrada por funcionários locais (*curacas*), que, em cada aldeia (*ayllu*), determinavam a organização do trabalho, o montante dos impostos destinados ao imperador e a *mita*, trabalho compulsório em obras públicas. Na agricultura, os incas utilizavam sistemas de irrigação e “terraços” cultiváveis nas encostas das montanhas andinas, garantindo a produção de excedentes.

imageBROKER/Alamy/Fotoarena

As ruínas de Machu Picchu dão uma ideia da grandiosidade do Império Inca. Machu Picchu era um importante centro religioso e astronômico, situado a 2 400 metros de altitude, próximo à floresta Amazônica. Patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Fotografia de 2013.

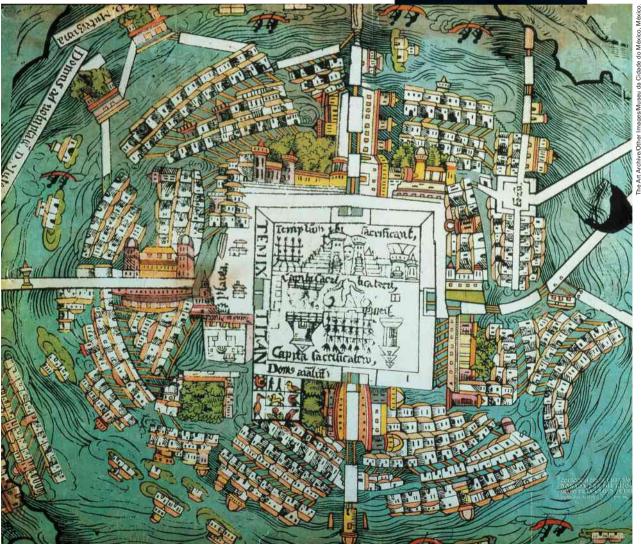
O Império Inca sucumbiu aos espanhóis em 1572, quarenta anos após a chegada deles à região.

Na Mesoamérica, por volta do século XII, um povo conhecido como mexica deu início a uma lenta migração. Proveniente da região que hoje corresponde ao norte do México, os mexicas (ou astecas) se instalaram pouco a pouco na região do lago Texcoco, no planalto mexicano, próximo ao território dos antigos maias.

No começo do século XV, eles dominaram diversos povos da região e criaram um Estado que viria a ser chamado de Império Asteca. Sua capital, Tenochtitlán (atual Cidade do México), fundada em 1325, chegou a ter uma população estimada em 200 mil habitantes. Era uma cidade grandiosa, com rede de ruas e muitos jardins, mercados e templos.

Rosemania/Ancient Art

Estátua de Coatlicue, deusa da Terra para os astecas, século XV.

The Art Archive/Other Images/Museu da Cidade do México, México.

Planta de Tenochtitlán do século XVI. É atribuída ao conquistador espanhol Hernán Cortez como ilustração de sua segunda carta a Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico e rei da Espanha como Carlos I. A capital asteca foi construída em uma ilha do lago Texcoco, com vários caminhos que ligavam a cidade às terras em seu entorno.

A religião baseava-se na crença em vários deuses e na prática de sacrifícios humanos. Estima-se que mais de 20 mil pessoas eram mortas anualmente em cerimônias públicas, realizadas ao ar livre, seja na grande pirâmide do centro de Tenochtitlán, seja nos vários templos dos bairros.

Com uma população calculada entre 12 e 15 milhões de habitantes, o Império Asteca tinha uma estrutura política centralizada e exercia um rígido controle sobre os povos vizinhos, obrigados a lhe pagar tributos. O imperador estava no topo do poder. Nas aldeias predominava a posse comunal da terra, embora parte da produção fosse destinada ao Estado para sustentar o imperador, os militares, os funcionários administrativos e os sacerdotes. Portanto, o sistema predominante era também o de servidão coletiva.

O Império Asteca foi destruído entre 1519 e 1521, com a invasão espanhola chefiada por Hernán Cortez (1485-1547), que liderou um exército de quinhentos espanhóis e cerca de 25 mil indígenas inimigos dos astecas. Para os povos nativos do continente, a chegada dos europeus e o início da colonização representaram a dizimação de sua população, como mostra o gráfico abaixo.

Taxa de homicídio branco e negro e vitimização negra

Adaptado de: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1998. v. 1. p. 129-131 e 200-201.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Serpente asteca de duas cabeças em turquesa, um dos símbolos do deus da chuva Tlaloc. Datada entre os séculos XV e XVI, teria feito parte do tesouro enviado pelo imperador Montezuma ao conquistador espanhol Hernán Cortez. Montezuma deu esse presente a Cortez porque julgava que ele fosse o deus Quetzalcóatl, que, segundo uma profecia, deveria chegar na forma de um homem barbado como o conquistador espanhol. Museu Britânico, Londres. Foto de 2011.

Álbum/Latinstock/ Museu do Templo Mayor, Cidade do México, México.

Estátua de pedra do deus asteca do fogo Huehueteotl feita entre os séculos XIV e XVI.

Atividades

Retome

1. A fragmentação do poder político na Europa medieval beneficiava os grandes senhores de terra, mas contrariava os interesses de outros grupos sociais. Identifique o grupo social contrário a essa situação e explique por que a centralização política poderia favorecê-lo.

2. Que relação teve a centralização política na França com a cobrança de impostos pelo rei Filipe II no século XIII?

3. A partir do século XIV, abateu-se sobre a Europa uma profunda crise que abalou as estruturas feudais. Nesse contexto, a centralização do poder político também trouxe algumas vantagens aos nobres. Que vantagens foram essas?

4. Na França, o século XIV foi marcado pelas acirradas disputas de poder entre o rei Filipe, o Belo, e o papado de Roma. Essas disputas podem ser consideradas parte do processo de centralização do poder político no reino? Justifique.

5. Iniciado no começo da Baixa Idade Média, o processo de centralização política na França perdeu força no final da Idade Média. Como se explica essa reversão?

6. Se olharmos um mapa da Inglaterra, veremos várias divisões administrativas que levam o sufixo *shire*, como Yorkshire, Shropshire, Hampshire e Cheshire. O que significa *shire* e qual sua origem histórica?

7. Na Inglaterra, o poder real, que vinha se fortalecendo nos séculos XI e XII, foi abalado pela ausência de Ricardo Coração de Leão, que deixou o reino sob os cuidados de seu irmão João Sem-Terra para participar da Terceira Cruzada. Sem apoio popular e enfrentando forte pressão da nobreza, João Sem-Terra foi obrigado a assinar um importante documento, a Magna Carta. Comente qual foi a importância desse documento.

8. Relacione a Guerra de Reconquista na península Ibérica à formação dos reinos de Portugal e Espanha.

9. No século XIV, com a morte de dom Fernando de Borgonha, abriu-se uma profunda crise política em Portugal, com parte da nobreza lusitana apoiando a fusão do reino à Castela. Qual foi o desfecho dessa crise?

10. Dentre os problemas que a Índia enfrenta hoje, um dos mais importantes é o estado de tensão constante entre a maioria hindu e a minoria muçulmana que habitam o país. A divisão entre os dois grupos religiosos, contudo, é antiga. Com base nessa informação e no que foi estudado no decorrer do capítulo, escreva um comentário articulando a difusão histórica do islamismo na Índia.

11. Uma das mais fortes civilizações a se desenvolver na América foi a inca. Estabelecida na região dos Andes, teve como principal atividade econômica a agricultura. Explique como ela se desenvolvia, considerando o regime de trabalho e o de propriedade da terra.

Pratique

12. Leia com atenção o texto a seguir e responda às questões.

> [...]
>
> O sociólogo Max Weber afirmou, no início do século XX, que o Estado moderno se definiu a partir de duas características: a existência de um aparato administrativo cuja função seria prestar serviços públicos, e o monopólio legítimo da força. Weber defendia, dessa forma, que o Estado era o único que poderia empregar a violência legalmente, esta passando a ser um instrumento de controle da sociedade. Ele afirmou ainda que o processo histórico que constituiu o Estado conviveu com a expropriação dos meios de produção dos artesãos pelos possuidores do capital. Desse modo, o Estado seria então contemporâneo do capitalismo.
>
> A partir do surgimento do Estado nacional na Europa moderna, a historiografia começou a se questionar se o conceito de Estado deveria ser aplicado apenas a esse contexto histórico ou também aos períodos anteriores. Levantou-se, então, a seguinte questão: o Estado sempre existiu? Uma primeira corrente defende que o Estado é um conceito que deve ser aplicado só a partir do surgimento do Estado-nação, e não antes disso. Para os autores que pensam assim, o Estado é uma forma histórica recente, oriunda da concentração de poder de mando sobre determinado território por meio do monopólio da lei e dos serviços essenciais. Nessa

abordagem, que segue a tese de Weber, autores como Denis Rosenfield afirmam que o Estado moderno é tanto a organização da sociedade em um governo autônomo quanto o aparelho que governa essa sociedade. No entanto, outros autores, como Michael Reale, acreditam que a caracterização do Estado como governo que organiza a sociedade equipara-o à Nação e, apesar de Estado e Nação estarem em conexão, são conceitos distintos. Esses autores definem o Estado como um aparato administrativo que executa funções só visíveis a partir da Idade Moderna. Assim, nem a pólis nem o Estado feudal – isso só para ficarmos nos Estados ocidentais – seriam realmente Estados. Por outro lado, uma segunda visão é aquela que discorda da tese de Weber. Para esses pensadores, que criticam a definição restritiva de Estado, se a pólis grega, por exemplo, tivesse um aparato administrativo que não se encaixasse nesse conceito, então os tratados políticos de Aristóteles não teriam serventia para o ocidente moderno e contemporâneo. Mas, pelo contrário, a tipologia que Aristóteles criou para as formas de governo, assim como suas ideias sobre Constituição, etc., tiveram e tem grande influência sobre os Estados ocidentais. Essa é a corrente que predomina atualmente, e hoje a maioria dos historiadores aceita que o Estado é uma categoria presente em diferentes épocas e sociedades.

[...]

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115-116.

a) Para Weber, o que define o Estado?

b) Os elementos que definem o Estado estiveram presentes em todas as sociedades que você estudou até aqui? Justifique sua resposta com exemplos.

c) O texto faz referência a duas correntes historiográficas que tratam de maneira distinta a aplicação do conceito de Estado. Identifique-as.

d) Procure em jornais ou revistas uma notícia que exemplifique a aplicação de um dos critérios que definem Estado para Weber. Depois, comente a notícia e aponte o motivo da escolha do recorte.

13. O texto a seguir é um trecho extraído de uma matéria feita pelos jornalistas Charles Clover e Lucy Hornby para o jornal *Financial Times* e publicada na *Folha de S.Paulo* em 20 de outubro de 2015. Leia-o com atenção.

"Os paióis grãos de todas as cidades estão repletos de reservas, e os cofres cheios de tesouros e ouro em valor de trilhões", escreveu Sima Qian, historiador chinês do século I a.C. "Há tanto dinheiro que os cordões usados para manter moedas unidas apodrecem e se quebram, uma quantia inimaginável. Os paióis de grãos da capital estão tão cheios que os grãos se espalham pelas ruas, apodrecem e não podem ser comidos".

Ele estava descrevendo os lendários *superavits* da dinastia Han, uma era caracterizada pela primeira expansão chinesa rumo ao oeste e sul, e pelo estabelecimento de rotas comerciais que mais tarde se tornariam conhecidas como "Rota da Seda", que se estendiam de Xi'an, a capital chinesa do período, a Roma.

Passado um milênio ou dois, a conversa sobre expansão volta a surgir, em um período de alta dos *superavits* chineses. Não há cordões para organizar os US$ 4 trilhões em reservas do país —as mais altas do planeta— e além de silos repletos de alimentos, a China também tem *superavits* de imóveis, cimento e aço.

[...] Depois de duas décadas de rápido crescimento, Pequim uma vez mais volta a buscar oportunidades de investimento e comércio longe de suas fronteiras, e para fazê-lo está recuando à sua antiga grandeza imperial e à familiar metáfora da "Rota da Seda". Criar uma versão moderna dessa antiga rota comercial se tornou a principal iniciativa da política externa da China na presidência de Xi Jinping.

"É um dos poucos termos que as pessoas recordam de suas aulas de História e que não envolve poder bélico... são exatamente essas associações positivas que os chineses desejam enfatizar", diz Valerie Hanson, professora de História da China na Universidade de Yale. [...]

Política externa chinesa busca criar uma nova "Rota da Seda". *Folha de S.Paulo*, 20 de dezembro de 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1695869-politica-externa-chinesa-busca-criar-uma-nova-estrada-da-seda.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2016.

a) Qual é o assunto tratado pela matéria do jornal *Financial Times*?

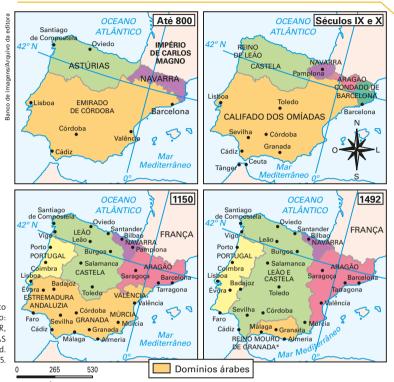
b) Por que a matéria abre com a citação de um documento chinês do século I a.C.?

c) A escolha do nome **Nova Rota da Seda** para batizar o novo investimento chinês não é casual. O que ela revela?

14. A seguir, estão reproduzidos quatro mapas mostrando o processo de Reconquista da península Ibérica pelos cristãos. Para analisar os mapas, atente-se aos seguintes pontos:

- Observe as datas dos mapas;
- Procure localizar as áreas cristãs e mouras em cada mapa;
- Preste atenção na direção em que se dá a Reconquista;
- Observe as transformações ocorridas nos reinos cristãos;
- Observe as transformações ocorridas no território controlado pelos muçulmanos.

Reconquista da península Ibérica

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: ATLAS histórico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: Fename/MEC, 1978; KINDER, H.; HILGEMANN, W. ATLAS histórico mundial. 13. ed. Madri: Ediciones Istmo, 1985.

a) De acordo com os mapas, qual processo político acompanha a Reconquista dos reinos cristãos?

b) No século XII, é possível observar uma mudança importante na situação política dos territórios controlados pelos mouros. Identifique-a.

c) No final do século XV, quantos reinos cristãos havia na península Ibérica? Nomeie-os.

d) Releia o item *Portugal e Espanha* no capítulo e explique como os reinos de Castela e Aragão deram origem ao Reino de Espanha no século XV.

e) Faça uma pesquisa na internet e descubra o que aconteceu com o Reino de Navarra depois de 1492.

f) Com base nas respostas anteriores, relacione o processo de formação da Espanha com o desenho do brasão da atual bandeira espanhola.

CPdesign/Shutterstock

15. No livro *A África explicada aos meus filhos*, o autor Alberto Costa e Silva escreve:

> Quando os portugueses e outros europeus começaram, no século XV, a descer a costa africana, não predominava neles a impressão de que entravam em contato com povos primitivos e atrasados. Estranhavam os costumes dos negros, mas não os olhavam com desprezo. Lastimavam que desconhecessem a verdadeira fé, mas só se consideravam superiores por serem cristãos. [...] Vasco da Gama, ao chegar à costa oriental da África, encontrou portos cheios de navios e de comerciantes de todas as partes do oceano Índico, bem como cidades com casas parecidíssimas com as de Algarves, em Portugal: com terraços, de pedra e cal, e pintadas inteiramente de branco.
>
> COSTA E SILVA, Alberto da. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 27-28.

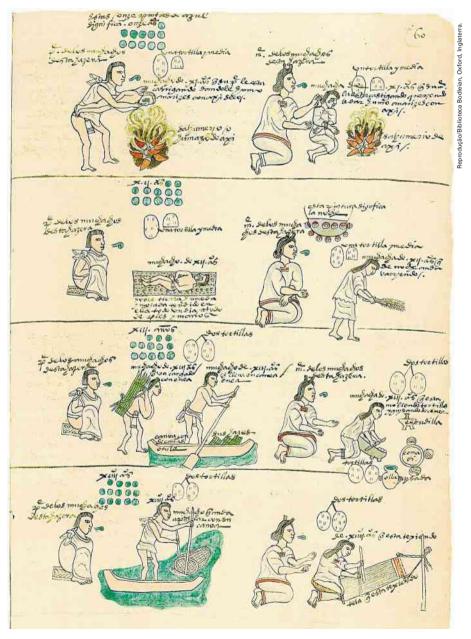
a) Aponte semelhanças entre os Estados europeus e africanos do século XV.

b) A percepção que hoje se tem da África ainda é a mesma do século XV? Explique.

Analise uma fonte primária

16. A figura a seguir foi extraída do *Códice de Mendoza*, um código asteca, feito no século XVI por encomenda do primeiro vice-rei na Nova Espanha, dom Antonio de Mendoza, para enviar informações dos povos ameríndios ao rei espanhol Carlos I. No recorte, a imagem retrata a educação das crianças astecas. Procure observar com atenção os seguintes elementos:

- Identificar o que distingue as personagens adultas das infantis;
- Conceber o gênero das personagens representadas;
- Analisar gestos, posições e expressões das personagens representadas;
- Examinar as atividades realizadas pelas personagens.

Reprodução/Biblioteca Bodleian, Oxford, Inglaterra.

a) Com base em suas observações, quais informações é possível extrair desse documento? De que forma os astecas educavam seus filhos?

b) Em muitas civilizações o castigo físico foi usado para educar os jovens. No Brasil, esse tipo de punição está proibido nas escolas desde o final do século XIX, mas no ambiente doméstico ainda é muitas vezes empregado. Forme um grupo com mais dois colegas e pesquisem a opinião dos especialistas em educação sobre o uso da violência como método educativo.

17. No século XII, baseando-se na crônica escrita pelo monge Guilherme de Jumièges, um religioso de nome Robert Wace narrou em forma de poema uma revolta camponesa ocorrida na região da Normandia em 996. A obra, intitulada *Romance de Rollon*, expressa os sentimentos do campesinato nos seguintes versos:

> [...] Por que nos deixamos maltratar?
> Livremo-nos da sua maldade!
> Nós somos homens como eles
> Temos membros como os seus
> E corpo de igual tamanho
> E do mesmo modo sofremos
> Só nos falta a coragem
> Unamo-nos por um juramento...
>
> Disponível em: <www.ricardocosta.com/artigo/revoltas-camponesas-na-idade-media-1358-violencia-da-jacquerie-na-visao-de-jean-froissart>. Acesso em: 29 jan. 2016.

a) Que sentimento o leitor identifica nos versos de Robert Wace?

b) Com base em seus conhecimentos, a que espécie de maus-tratos estavam submetidos os camponeses normandos?

c) Considerando as características das sociedades europeias cristãs da Idade Média, que interpretação é possível fazer do verso "Nós somos homens como eles"?

d) Por que reagir à opressão exigia coragem dos camponeses?

e) O texto acima pode ser considerado a expressão exata dos sentimentos e pensamentos do campesinato normando? Por quê?

18. O documento a seguir foi expedido por ordem do rei francês no ano de 1263. Leia-o e responda.

> Que ninguém possa fazer moeda semelhante àquela do rei, que não tenha uma dessemelhança evidente, que tenha de um lado a cruz e do outro a **pile**. Que tais moedas deixem de existir doravante.
>
> Que nenhuma moeda seja aceita no reino, a partir da festa de São João, lá onde não há moeda própria, fora da moeda do rei, e que ninguém venda, compre e faça negócios senão com esta moeda. E a moeda do rei pode e deve correr no seu reino inteiro, sem oposição de outras moedas particulares que possam existir.
>
> Que os **parisinos** e **torneses** não sejam rejeitados, nem mesmo quando desgastados, desde que se reconheçam, pela cruz e pelo cunho, que são realmente parisinos e torneses. E que ninguém possa danificar a moeda do rei, sob pena física e multa.
>
> ORDENNANCES des rois de France de la troisieme race. Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média – Textos e testemunhos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 243.

pile: pilares que uniam duas torres de castelo.
parisinos e **torneses**: nomes de moedas reais.

a) Releia o item *O reino francês*, p. 248, e faça uma pequena narrativa sobre que estava acontecendo na França à época em que o documento foi escrito.

b) Que medida o documento instituía?

c) As ordens reais buscavam limitar o poder de qual grupo social? Por quê?

d) A quem a medida beneficiava?

e) Qual era a marca exclusiva da moeda real?

f) O documento sugere que o poder real já estava consolidado na época ou que ainda estava em construção?

Articule passado e presente

19. Com base na matéria a seguir, explique a charge reproduzida adiante.

> **Por que é tão difícil falar sobre armas nos EUA**
>
> Em seu último discurso sobre o Estado da União, o presidente americano Barack Obama foi sutil ao tratar do controle de armas nos Estados Unidos. Diferente da última semana, quando fez um discurso emocionado contra a violência armada, seguido de um artigo no jornal *The New York Times* e um debate na emissora CNN, nesta terça-feira (12/01) Obama mal tocou no assunto e preferiu tratá-lo de forma simbólica: com uma cadeira vazia ao lado da primeira-dama, Michelle Obama, para representar as vítimas da violência armada.
>
> O gesto mostra quão delicado é o tema e quão polarizados são os pontos de vista no país. Desde que anunciou medidas para intensificar o controle de armas nos Estados Unidos, driblando um intransigente Congresso de maioria republicana, políticos e grupos pró-armamento encamparam uma luta contra o que consideram ser uma investida do líder democrata para tomar as armas da população. [...]

Em pleno ano eleitoral, o ataque faz barulho justamente porque, de fato, grande parte dos americanos não cogita discutir a Segunda Emenda à Constituição, aprovada em 1791 para garantir o direito de manter e portar armas, em um contexto de luta pela independência do império britânico. De acordo com o centro de pesquisa Pew Research Center, atualmente metade da população acredita que proteger o direito de possuir armas é mais importante do que controlar a posse das mesmas. Outro estudo, publicado em 2014 pelo instituto Gallup, revelou que 63% dos americanos acreditam estar mais seguros com um revólver em casa.

[...]

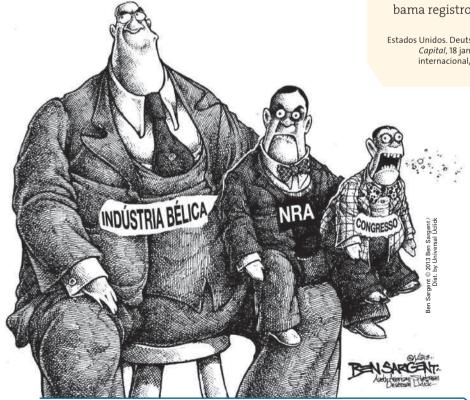
As medidas propostas por Obama pretendem reforçar e ampliar a checagem de antecedentes dos compradores de armas em lojas, feiras ou pela internet. O governo promete ainda acelerar o processo de verificação do perfil do comprador e coibir a venda para condenados por crimes graves, de violência doméstica, dependentes de drogas e pessoas com problemas mentais. O objetivo é impedir que armas "caiam nas mãos erradas". [...]

Armamento

[...] Além da autodefesa, especialistas em violência nos EUA ressaltam que outros fatores levam a população a ser favorável ao porte de armas. Praticantes da caça, por exemplo, também não querem abrir mão do direito de comprar suas espingardas. O diretor do Centro de Pesquisa em Proteção da Universidade de Michigan, Marc Zimmerman, ressalta ainda a desconfiança de alguns grupos, especialmente no sul do país, sobre qualquer ação do governo federal. Ele lembra um episódio ocorrido há sete meses no vilarejo de Christoval, no Texas, quando moradores ficaram "em alerta" durante um treinamento militar na região, por receio de que o Exército pudesse tomar o estado e as armas dos cidadãos.

"Este receio é totalmente irracional", diz Zimmerman, observando que o governo nem teria como recolher as mais de 300 milhões de armas que se encontram nas mãos de civis atualmente. Ele ressalta ainda a força do *lobby* da Associação Nacional do Rifle (NRA) contra qualquer medida que possa interferir no comércio de armas.

Entusiastas pró-controle, por sua vez, afirmam que não por acaso estados americanos com leis mais restritivas com relação à aquisição de armas registram menores índices de morte por armas de fogo. Enquanto em 2013 o número de mortes no estado de Nova Iorque foi de 4,3 por cada 100 mil habitantes, o Alabama registrou 17,6 mortes por 100 mil. [...]

Por que é tão difícil falar sobre armas nos Estados Unidos. Deutsche Welle, correspondente Mariana Santos. *Carta Capital*, 18 jan. 2016. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/internacional/por-que-e-tao-dificil-falar-sobre-armas-nos-eua>. Acesso em: 13 maio 2016.

Enem e vestibulares

Enem

1. O café tem origem na região onde hoje se encontra a Etiópia, mas seu cultivo e consumo se disseminaram a partir da península Árabe. Aportou à Europa por Constantinopla e, finalmente, em 1615, ganhou a cidade de Veneza. Quando o café chegou à região europeia, alguns clérigos sugeriram que o produto deveria ser excomungado, por ser obra do diabo. O papa Clemente VIII (1592-1605), contudo, resolveu provar a bebida. Tendo gostado do sabor, decidiu que ela deveria ser batizada para que se tornasse uma "bebida verdadeiramente cristã".

THORN, J. *Guia do café*. Lisboa: Livros e livros, 1998. Texto adaptado.

A postura dos clérigos e do papa Clemente VIII diante da introdução do café na Europa ocidental pode ser explicada pela associação dessa bebida ao

a) ateísmo.
b) judaísmo.
c) hinduísmo.
d) islamismo.
e) protestantismo.

2. Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras. No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e crianças. Lá, os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em que os sacerdotes celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel. A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura.

MICHAUD, J. F. *História das cruzadas*. São Paulo: Ed. das Américas, 1956. (adaptado).

Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hégira, que os **franj** se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso, seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.

MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Texto adaptado.

franj: cruzados

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos anteriores, que tratam das Cruzadas.

I. Os textos referem-se ao mesmo assunto – as Cruzadas, ocorridas no período medieval –, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.
II. Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.
III. Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I.
b) II.
c) III.
d) I e II.
e) II e III.

3. **Calendário medieval, século XV**

Enem, 2015/Arquivo da editora

Disponível em: <www.ac-grenoble.fr>. Acesso em: 10 maio 2012.

Os calendários são fontes históricas importantes, na medida em que expressam a concepção de tempo das sociedades. Essas imagens compõem um calendário medieval (1460-1475) e cada uma delas representa um mês, de janeiro a dezembro. Com base na análise do calendário, apreende-se uma concepção de tempo

a) cíclica, marcada pelo mito arcaico do eterno retorno.
b) humanista, identificada pelo controle das horas de atividade por parte do trabalhador.
c) escatológica, associada a uma visão religiosa sobre o trabalho.
d) natural, expressa pelo trabalho realizado de acordo com as estações do ano.
e) romântica, definida por uma visão bucólica da sociedade.

4. A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.

ALDALBERON DE LAON. In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

a) justificar a dominação estamental/revoltas camponesas.
b) subverter a hierarquia social/centralização monárquica.
c) impedir a igualdade jurídica/revoluções burguesas.
d) controlar a exploração econômica/unificação monetária.
e) questionar a ordem divina/Reforma Católica.

5. A lei dos lombardos (Edictus Rothari), povo que se instalou na Itália no século VII e era considerado bárbaro pelos romanos, estabelecia uma série de reparações pecuniárias (composições) para punir aqueles que matassem, ferissem ou aleijassem os homens livres. A lei dizia:

para todas estas chagas e feridas estabelecemos uma composição maior do que a de nossos antepassados, para que a vingança que é inimizade seja relegada depois de aceita a dita composição e não seja mais exigida nem permaneça o desgosto, mas dê-se a causa por terminada e mantenha-se a amizade.

ESPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1976. Texto adaptado.

A justificativa da lei evidencia que

a) se procurava acabar com o flagelo das guerras e dos mutilados.
b) se pretendia reparar as injustiças causadas por seus antepassados.
c) se pretendia transformar velhas práticas que perturbavam a coesão social.
d) havia um desejo dos lombardos de se civilizarem, igualando-se aos romanos.
e) se instituía uma organização social baseada na classificação de justos e injustos.

6. A peste negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu: "As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos [...] E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo.

DI TURA, Agnolo. The Plague in Siena: An Italian Chronicle. In: BOWSKY, William M. *The Black Death:* a turning point in history? New York: HRW, 1971. Texto adaptado.

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da peste negra, que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que:

a) o flagelo da peste negra foi associado ao fim dos tempos.
b) a Igreja buscou conter o medo da morte, disseminando o saber médico.
c) a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
d) houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à peste.
e) o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.

7. Quando ninguém duvida da existência de um outro mundo, a morte é uma passagem que deve ser celebrada entre parentes e vizinhos. O homem da Idade Média tem a convicção de não desaparecer completamente, esperando a ressurreição. Pois nada se detém e tudo continua na eternidade. A perda contemporânea do sentimento religioso fez da morte uma provação aterrorizante, um trampolim para as trevas e o desconhecido.

DUBY, G. *Ano 2000*: na pista dos nossos medos. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998 (adaptado).

Ao comparar as maneiras com que as sociedades têm lidado com a morte, o autor considera que houve um processo de

a) mercantilização das crenças religiosas.
b) transformação das representações sociais.
c) disseminação do ateísmo nos países de maioria cristã.

d) diminuição da distância entre saber científico e eclesiástico.

e) amadurecimento da consciência ligada à civilização moderna.

8. O canto triste dos conquistados: os últimos dias de Tenochtitlán

Nos caminhos jazem dardos quebrados;
os cabelos estão espalhados.
Destelhadas estão as casas,
Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém as tivesse tingido,
Nos escudos esteve nosso resguardo,
mas os escudos não detêm a desolação...

PINSKY, J. et al. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007 (fragmento).

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(à)

a) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.

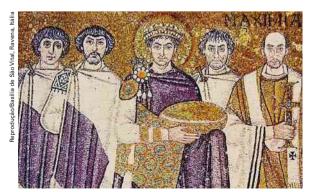
b) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.

c) extermínio das populações indígenas pelo Exército espanhol.

d) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.

e) profetização das consequências da colonização da América.

Vestibulares

9. (UFPB) A imagem abaixo está em um mosaico da igreja de San Vitale, na cidade de Ravena, na Itália. A figura é de influência cultural bizantina e representa o imperador Justiniano cercado de cortesãos.

Grandes Impérios e Civilizações. Grande Atlas da História Universal. Tradução da edição espanhola das Edições del Prado. Edição 10, Fascículo 3, p. 40.

O Império Romano do Oriente tinha como capital Constantinopla. Originou-se da divisão do Império Romano em 395 d.C. e, no período medieval, passou a ser mais conhecido como Império Bizantino, perdurando cerca de mil anos, até 1453 d.C., quando foi dominado pelos turcos. A sua longa duração produziu uma civilização que deixou uma herança cultural com repercussões significativas até os dias atuais.

Da herança cultural bizantina fazem parte:

I. O *Corpus Juris Civilis*, uma compilação da legislação e jurisprudência romanas e, também, bizantinas, base do direito civil moderno em muitos países.

II. A atitude iconoclasta, contra a adoração de imagens nas igrejas, contribuição de considerável influência sobre o catolicismo ocidental.

III. A religião cristã ortodoxa, decorrente do chamado Cisma do Oriente, devido a disputas político-religiosas com o Papado de Roma.

IV. A organização de uma cultura artística laica, desvinculada da religião, especialmente na pintura dos ícones e na arquitetura.

V. A separação entre Igreja e Estado, ardorosamente defendida pelos adeptos do Estado laico, concepção política decisiva na formação do Estado ocidental moderno.

10. (UFPA) Para o historiador Le Goff

A grandiosa construção carolíngia, com efeito, ia durante o século IX desagregar-se rapidamente sob os golpes conjugados dos inimigos exteriores – novos invasores e dos agentes de fragmentação internos [...]

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1984. p. 71.

O processo de fragmentação interna do império carolíngio, aludido pelo historiador, refere-se à própria forma de governo e às relações de poder do império instauradas por Carlos Magno, fundadas em razão de vários fatores, entre os quais, a

a) doação de terras a seus vassalos como forma de retribuição pelo auxílio militar prestado na conquista da Germânia e da Lombardia; o que esfacelou o poder do imperador nos territórios conquistados.

b) distribuição de foros e tenças aos seus vassalos, em troca da participação das guerras de reconquista da França do poder dos muçulmanos, que haviam ocupado a região no início de seu reinado.

c) doação de terras em sesmarias aos marqueses, responsáveis pela segurança militar das fronteiras do Império (as marcas) ensejou a desagregação da autoridade do imperador nas mãos desses indivíduos cada vez mais poderosos.
d) distribuição de benesses e favores na Corte carolíngia, que se constituiu como espaço de negociação política entre os poderosos do reino, tornando-se Terceiro Estado francês.
e) doação de terras e benefícios a indivíduos de quem o imperador esperava fidelidade, o que incitou, por sua vez, a multiplicação das redes de vassalagem com vistas à garantia de ajuda militar.

11. (Ufpel-RS)

Texto I

Deus quis que, entre os homens, uns fossem senhores e outros, servos, de tal maneira que os senhores estejam obrigados a venerar e amar a Deus, e que os servos estejam obrigados a amar e venerar o senhor...

St. Laud de Angers, *Documents d'Historie Vivante*. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de história*. Vol. 1. Lisboa: Plátano, 1975.

Texto II

Capítulos do projeto de concórdia entre os camponeses da Catalunha e seus senhores.

[...] VIII – que o senhor não possa dormir a primeira noite com a mulher do camponês:

Pretendem alguns senhores que, quando o camponês toma a mulher, o senhor há de dormir a primeira noite com ela, e, em sinal de senhorio, a noite em que o camponês deva contrair núpcias, a mulher, estando deitada, vem o senhor, sobe à cama, passando sobre a dita mulher e como isso é infrutuoso para o senhor e uma grande humilhação para o camponês, um mau exemplo e uma ocasião para o mal, pedem e suplicam que isso seja totalmente abolido.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História:* textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

Os documentos se referem às práticas do

a) helenismo grego.
b) anglicanismo.
c) germanismo.
d) catolicismo medieval.
e) feudalismo europeu.

12. (Ufes) A ocorrência de feiras livres é observada, em cidades brasileiras, desde a época colonial, quando se destacaram a Feira de Santana e as feiras de Sorocaba, Campina Grande, Caruaru, entre outras. Em cidades europeias, esses eventos econômicos e culturais se tornaram comuns, a partir da Idade Média, com o renascimento do comércio e da vida urbana, quando se notabilizaram as feiras de Provins e de Troyes, na região de Champagne; as feiras de Bruges e de Antuérpia, na região de Flandres; as feiras de Colônia, de Lubeck e de outras cidades que constituíram a Liga Hanseática.

Explique:

a) dois fatores que contribuíram para o renascimento do comércio e da vida urbana, no contexto europeu;
b) o significado das corporações de ofícios, que se difundiram, a partir do século XII, nas cidades europeias.

13. (PUCC-SP) Preparando seu livro sobre o imperador Adriano, Marguerite Yourcenar encontrou numa carta de Flaubert esta frase: "Quando os deuses tinham deixado de existir e o Cristo ainda não viera, houve um momento único na história, entre Cícero e Marco Aurélio, em que o homem ficou sozinho". Os deuses pagãos nunca deixaram de existir, mesmo com o triunfo cristão, e Roma não era o mundo, mas no breve momento de solidão flagrado por Flaubert o homem ocidental se viu livre da metafísica – e não gostou, claro. Quem quer ficar sozinho num mundo que não domina e mal compreende, sem o apoio e o consolo de uma teologia, qualquer teologia?

Luiz Fernando Veríssimo. *Banquete com os deuses.*

A compreensão do mundo por meio da religião é uma disposição que traduz o pensamento medieval, cujo pressuposto é

a) o antropocentrismo: a valorização do homem como centro do Universo e a crença no caráter divino da natureza humana.
b) a escolástica: a busca da salvação através do conhecimento da filosofia clássica e da assimilação do paganismo.
c) o panteísmo: a defesa da convivência harmônica de fé e razão, uma vez que o Universo, infinito, é parte da substância divina.
d) o positivismo: submissão do homem aos dogmas instituídos pela Igreja e não questionamento das leis divinas.

e) o teocentrismo: concepção predominante na produção intelectual e artística medieval, que considera Deus o centro do Universo.

14. (UFCG-PB) A cultura medieval é marcada por diversos movimentos artísticos que ganharam visibilidade mediante diversas práticas. Na composição dessa identidade cultural medievalista, emergiram, na baixa Idade Média, os goliardos.

UFCG/PB/Arquivo da editora

A partir da leitura da imagem acima e dos seus conhecimentos sobre a temática, é correto afirmar que os goliardos:

I. Identificados como clérigos itinerantes ou estudantes boêmios, desenvolviam a arte musical cantando poemas sobre bebidas, amor e fortunas.

II. Diabolizavam o riso e sacralizavam a seriedade e a introspecção como fundamento da cultura e da etiqueta na Baixa Idade Média.

III. Compunham poemas que celebravam a sexualidade e criticavam tanto a tirania ideológica quanto as práticas religiosas e morais da Igreja.

IV. Identificavam-se com a cultura dos charivaris, ocasiões em que era comum incinerar sacos cheios de gatos, associados à Feitiçaria.

V. Recepcionavam os códigos culturais dos povos árabes, copiando destes o gosto pela música, dança e vestimentas orientais.

Estão corretas:

a) I e III.
b) IV e V.
c) I e II.
d) I, II e III.
e) III, IV e V.

15. (UFG-GO)

I. Só a Igreja romana foi fundada por Deus.
II. Só o pontífice romano, portanto, tem o direito de ser chamado universal.
III. Só ele pode nomear e depor bispos. [...]
VIII. Só ele pode usar a insígnia imperial.
IX. O papa é o único homem a quem todos os príncipes beijam os pés.
XII. É-lhe lícito destituir os imperadores.

GREGÓRIO VII, *Dictatus papae*. Apud SOUZA, José Antonio C. R. de; BARBOSA, João Morais. *O reino de Deus e o reino dos homens*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. p. 47-48.

O documento expressa a concepção do poder papal de Gregório VII (1073-1085) que se relaciona com

a) o "Cisma do Oriente", que selou a separação entre as duas Igrejas, a católica romana e a ortodoxa grega.
b) o "Cativeiro de Avinhão", período de 70 anos em que os papas submeteram-se à autoridade do rei da França.
c) a "Querela das Investiduras", conflito político que demarcou as esferas do poder papal e as do poder imperial.
d) a "Doação de Constantino", que serviu como justificativa para o estabelecimento do Patrimônio de São Pedro.
e) o "Cisma do Ocidente", que dividiu a autoridade suprema da Igreja entre dois papas, o de Roma e o de Avinhão.

16. (Ufes) O conceito de realeza sagrada e maravilhosa atravessou toda a Idade Média sem nada perder de seu vigor, muito pelo contrário: todo esse tesouro de legendas, de ritos curativos, de crenças meio eruditas, meio populares, que constituía grande parte da força moral das monarquias não cessou de crescer [...] À primeira vista, o que parece estar em oposição à marcha geral dos acontecimentos é – no reinado dos primeiros capetíngeos, por exemplo – o caráter sagrado correntemente reconhecido à pessoa do rei, pois, na verdade a força da monarquia era então muito pequena e, na prática, os próprios reis eram frequentemente pouco respeitados pelos súditos. Ademais, o que deve surpreender o historiador dos séculos X e XI não é a fraqueza da realeza francesa, o surpreendente é que essa realeza tenha se mantido e tenha conservado suficiente prestígio para poder mais tarde, a partir de Luís

VI, com a ajuda das circunstâncias, desenvolver rapidamente suas energias latentes e, em menos de um século, transformar-se em grande potência dentro e fora da França.

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 187-188.

Dentre os fatores que propiciaram o fortalecimento da autoridade real, na França, durante a dinastia dos Capeto (987-1328), é correto afirmar que:

a) a aliança de Luís VI com o soberano plantageneta João Sem-Terra garantiu-lhe o apoio da nobreza inglesa contra o imperador do Sacro Império Romano-Germânico;
b) a criação do Parlamento de Paris, em substituição aos Estados Gerais, sob o reinado de Hugo Capeto, permitiu à realeza controlar de modo estrito a concessão de títulos de nobreza a membros do clero e da burguesia;
c) o abandono do direito romano, em prol das concepções jurídicas islâmicas, reforçou as pretensões dos capetíngeos em livrar o papado da tutela dos juristas italianos;
d) a atuação de Carlos Magno, membro mais ilustre da dinastia, imprimiu ao Império Capetíngeo estruturas administrativas eficazes, por intermédio dos condes e marqueses;
e) a crença nos poderes sobrenaturais dos monarcas capetíngeos, especialmente na sua capacidade de curar certos tipos de tumores, integrava uma mentalidade segundo a qual o rei era tido como uma entidade sagrada e inviolável.

17. (Ufam) Embora no princípio do século XIV a maioria dos Estados cristãos flutuasse ainda no interior de fronteiras incertas, o conjunto da Cristandade encontrava-se estabilizado. Como disse A. Lewis, era o 'fim da fronteira'. A expansão medieval terminara. Quando a Europa voltasse a se expandir no fim do século XV, seria outro fenômeno.

LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2005. p. 99.

Após ler texto com atenção, você pode depreender que:

a) Durante este período existiu um vasto território no Ocidente europeu, antes marginal, que passou a ser cultivado pela pressão do crescimento demográfico e pelo intenso comércio muçulmano;
b) A queda demográfica iniciada por uma série de intempéries no início do século XIV e agravada pela peste favoreceu o recrudescimento feudal no Ocidente, prejudicando o desenvolvimento de uma economia monetária;
c) Somente a partir do século XV que as frágeis monarquias europeias iniciaram um processo de centralização, ao derrotar os senhores feudais com o apoio das camadas médias urbanas;
d) O fenômeno apontado no texto refere-se à instalação de um novo sistema de produção estruturado na acumulação do capital urbano;
e) A primeira metade do século XIV findou-se com uma epidemia, denominada de Peste Negra, que dizimou um terço da Cristandade, provocando transformações profundas no mundo feudal.

18. (Vunesp-SP) As caravanas do Sudão ou do Níger trazem regularmente a Marrocos, a Tunes, sobretudo aos Montes da Barca ou ao Cairo, milhares de escravos negros arrancados aos países da África tropical [...] os mercadores mouros organizam terríveis razias, que despovoaram regiões inteiras do interior. Este tráfico muçulmano dos negros de África, prosseguindo durante séculos e em certos casos até os mais recentes, desempenhou sem dúvida um papel primordial no despovoamento antigo da África.

HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*.

O texto descreve um episódio da história dos muçulmanos na Idade Média, quando:

a) Maomé começou a pregar a Guerra Santa no Cairo como condição para a expansão da religião de Alá, que garantia aos guerreiros uma vida celestial de pura espiritualidade.
b) atuaram no tráfico de escravos negros, dominaram a África do Norte, atravessaram o estreito de Gibraltar e invadiram a península Ibérica.
c) a expansão árabe foi propiciada pelos lucros do comércio de escravos, que visava abastecer com mão de obra negra as regiões da península Ibérica.
d) os reinos árabes floresceram no sul do continente africano, nas regiões de florestas tropicais, berço do monoteísmo islâmico.
e) os árabes ultrapassaram os Pirineus e mantiveram o domínio sobre o reino Franco, até o final da Idade Média ocidental.

Sugestões de leitura para o aluno

Unidade 1 – Nossa história mais remota

Capítulo 1 – Os primeiros agrupamentos humanos

BOSCHI, Caio César. *Por que estudar história?* São Paulo: Ática, 2007.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. *A Pré-história:* uma abordagem ecológica. São Paulo: Brasiliense, 1991.

REVISTA de História da Biblioteca Nacional. Arqueologia, n. 71. Vários artigos. Rio de Janeiro: Sabin, agosto de 2011.

Capítulo 2 – Nossos ancestrais da América

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. *Os primeiros brasileiros*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

Unidade 2 – Civilizações antigas

Capítulo 3 – O Crescente Fértil e a Pérsia

FUNARI, Raquel dos Santos. *O Egito dos faraós e sacerdotes*. São Paulo: Atual, 2000. (Cotidiano na História geral).

JACQ, Christian. *Ramsés*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Atual, 1994.

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997. (Que História é esta?).

Capítulo 4 - Outros povos da Antiguidade

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil e a África*. São Paulo: Contexto, 1997.

ARAUJO, Kelly Cristina. *Áfricas no Brasil*. São Paulo: Scipione, 2003.

COOK, M. A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FAIRBANK, John King. *China:* uma nova história. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

GOODY, Jack. *O roubo da história:* como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África:* uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MESQUITA, Alice. *A criação do mundo:* lendas persas, chinesas, japonesas e mongóis. São Paulo: Aquariana, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

Capítulo 5 – Grécia antiga

HOMERO. *Ilíada*. Tradução e adaptação de N. de Holanda. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

________. *Odisseia*. Tradução e adaptação de Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha explica).

SÓFOCLES. *Édipo rei*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

STONE, Isidoro F. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Capítulo 6 – A civilização romana

GOSCINNY, René; UDERZO, Albert. *As aventuras de Asterix, o gaulês*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GRANDAZZI, Alexandre. *As origens de Roma*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga*: política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *A República*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha explica).

SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2001.

YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Unidade 3 – Europa, periferia do mundo

Capítulo 7 – O Império Bizantino, o islã e o mundo

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JAROUCHE, Mamede Mustafá (Trad.). *O livro das mil e uma noites*. Rio de Janeiro: Globo, 2007. v. 3.

Capítulo 8 – A formação da Europa

MACDONALD, Fiona. *Como seria sua vida na Idade Média*. São Paulo: Scipione, 1996. (Como seria sua vida).

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Capítulo 9 – Cultura, economia e sociedade medieval

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FALCONES, Ildefonso. *A catedral do mar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MACEDO, José Rivair. *Religiosidade e messianismo na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1993. (Desafios).

Capítulo 10 – O mundo às vésperas do século XVI

GORDON, Noah. *O Físico:* a epopeia de um médico medieval. São Paulo: Rocco, 1996.

JAROUCHE, Mamede Mustafá (Trad.). *O livro das mil e uma noites*. Rio de Janeiro: Globo, 2007. v. 3.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

YAZBEK, Mustafa. *A Espanha muçulmana*. São Paulo: Ática, 1987.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-2. 5 v.

BAKHTIN, Mikhail Mikhakailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.

BASCHET, Jéromê. *A civilização feudal*: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998-2001. v. 1 a 4.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa -América, 1997.

BORGES, Jóina Freitas. *A História negada*: Em busca de novos caminhos. Teresina, PI: Fundapi, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Antiguidade oriental:* política e religião. São Paulo: Contexto, 1990.

________. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

________. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

________. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios).

________. *Trabalho compulsório na Antiguidade:* ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

________. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

________; BOUZON, Emanuel; TUNES, Cássio M. M. *Modo de produção asiático:* nova visita a um velho conceito. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

________; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

________; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a História e historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

COOK, Michael A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORTELLA, Mario Sergio. *Política*: Para não ser idiota. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2010.

CROUZET, Maurice (Dir.). *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 17.

CUNHA, Manuela C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

D'ALESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (O homem e a História).

________. *Ano 1000, ano 2000:* na pista de nossos medos. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

________. *Idade Média:* idade dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993. v. 1-2.

FAIRBANK, John King. *China*: uma nova História. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

FALCON, Francisco J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FINLEY, Moses I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (O homem e a História).

________. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (O homem e a História).

FLORENZANO, Maria Beatriz. *Nascer, viver e morrer na Grécia antiga*. São Paulo: Atual, 1996.

________. *O mundo antigo:* economia e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FONTANA, José L. *História:* análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

________. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média:* nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.

________. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade clássica:* a História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

________. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios).

________. *Cultura popular na Antiguidade clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

GARELLI, Paul. *O Oriente Próximo asiático:* das origens às invasões dos povos do mar. São Paulo: Edusp, 1982.

GOMBRICH, Ernst H. *História da arte*. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

GOODY, Jack. *O roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

GRANDAZZI, Alexandre. *As origens de Roma*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

HEERS, Jacques. *História medieval*. São Paulo: Difel, 1985.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula:* uma visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tânia R. de. *O pensamento medieval*. São Paulo: Ática, 1994. (Princípios).

JAEGER, Werner. *Paideia:* a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Paideia).

JOLY, Fabio Duarte. *A escravidão na Roma antiga:* política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

LEFÈVRE, François. *História do mundo grego antigo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

________. *A Idade Média e o dinheiro:* ensaio de Antropologia histórica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

________. *A História deve ser dividida em pedações?* São Paulo: Ed. da Unesp, 2015.

________. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

________. *Por amor às cidades:* conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. da Unesp, 1988.

________; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2002. v. 2.

________. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MACEDO, José Rivair (Org.). *Desvendando a África*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MATYSZAK, Philip. *Os inimigos de Roma*. Barueri, SP: Manole, 2013.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTEIRO, Hamilton M. *O feudalismo:* economia e sociedade. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios).

MOSSÉ, Claude. *Péricles, o inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERRY, Marvin et al. *Civilização ocidental:* uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1992.

QUEIROZ, Tereza. A. P. de. *A História do historiador*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

________. *As heresias medievais*. São Paulo: Atual, 1988.

RAMOS, Rui (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales:* a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVISTA de História da Biblioteca Nacional. Vários números. Rio de Janeiro: Sabin.

REVISTA História Viva. Vários números. São Paulo: Duetto.

REVISTA UFF: Tempo. Índios na História. Rio de Janeiro, n. 23, dez./2007.

REVISTA USP: Arqueologia Brasileira: Dossiê antes de Cabral I e II. São Paulo, n. 44, dez. 1999/jan./fev. 2000.

REVISTA USP: Dossiê Surgimento do Homem na América. São Paulo, n. 34, jun./jul./ago. 1997.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

SANTIAGO, Theo (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo:* uma discussão histórica. São Paulo: Contexto, 1992.

SCHMIDT, Joël. *Nero*: monstro sanguinário ou imperador visionário. Lisboa: Larousse, 2010.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens:* ensaios sobre a cultura visual da Idade Média. Bauru, SP: Edusc, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança:* a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org.). *A temática indígena na escola:* novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Global/Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1998.

TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

WHITROW, G. J. *O Tempo na história:* concepções de tempo da Pré-História aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

Manual do Professor

História

VOLUME 1

Sumário

Apresentação

Anos e anos como professores de História para o Ensino Médio nos motivaram a produzir esta coleção. E o tempo presente, com todos os desafios que se apresentam aos jovens, nos ajudou a moldar esta proposta.

A coleção parte da compreensão de que, no mundo contemporâneo, e especificamente em nosso país, é nos anos finais da Educação Básica, portanto em plena juventude, que os estudantes estão mais ávidos para entender o mundo à sua volta; se preparam para tomar as próprias decisões e arcar com responsabilidades pessoais e sociais, quer seja de ordem política, econômica ou cultural; buscam afirmar-se como cidadãos, tendo sua identidade e sua história de vida como suporte de seu jeito de ser, pensar e atuar no mundo.

Assim, ser professor ou professora de História do Ensino Médio, atualmente, é uma grande responsabilidade. Aliamos nossa experiência à crença no papel positivo da educação histórica para o desenvolvimento intelectual, social e profissional dos jovens, com a finalidade de lhes oferecer um recurso didático que pode ajudá-los na condução de seus cursos.

Tendo em vista o jovem contemporâneo e a importância de desenvolver um conhecimento histórico útil na formação de seu pensamento crítico e sua atuação cidadã, a obra traz elementos de diferentes visões e formas de olhar para a História, seja no passado, seja no presente. Além do texto condutor, há boxes variados, com textos de diversas fontes, entre os quais, há aqueles que despertam a imaginação e fazem o estudante se colocar no lugar do outro e os que discutem conceitos históricos construídos ao longo do tempo. Destacam-se as seções que colocam a História em diálogo com as outras disciplinas e também aquelas que apresentam pontos de vista diferentes. As atividades seguem desenvolvendo múltiplas habilidades, como a leitura de imagens, e colocando o estudante em contato com documentos de todas as épocas e diferentes linguagens. Tudo isso numa dinâmica que tenta se aproximar do jovem atual, exposto aos mais variados tipos e meios de informação, ainda que de maneira fragmentada e rápida.

Este Manual do Professor oferece as ferramentas necessárias para ajudá-lo a explorar a obra em função de seu plano de ensino. Elaborado de forma sintética, visando facilitar a consulta e o planejamento, ele realça os pontos principais de cada capítulo, mostra opções para tratar determinados temas e oferece atividades complementares, desde aquelas que podem servir para uma tarefa em casa ou uma avaliação pontual até outras mais complexas, que podem ser trabalhadas como um projeto. Ele também traz textos de apoio que ilustram e atualizam a historiografia mais recente sobre determinados temas, além de textos sobre estratégias didáticas.

Estamos confiantes de que este material ajudará você a conduzir o processo de ensino-aprendizagem de forma eficiente. Com ele, você ajudará as novas gerações a se colocarem como cidadãos em um mundo em transformação e a desenvolverem competências para utilizar o passado como instrumento de reflexão sobre o presente e como peça importante para a construção de projetos para o futuro.

Que as orientações aqui contidas sejam úteis para o enriquecimento de sua atuação docente e possam tornar mais amplo e significativo o ensino que promoverá.

Bom trabalho!

Os Autores

1 Objetivos da coleção

Conta-se que no município colombiano de San Andrés de Sotavento, em 1908, o governador da província, um general violento e ambicioso, assinou um decreto no qual afirmava que na região "os índios não existem". A medida atendia às exigências de empresas petroleiras que sabiam dos possíveis inconvenientes da extração de petróleo em território indígena. Para garantir a veracidade da lei, o general não mediu esforços, expulsando ou exterminando as "ilegais" comunidades indígenas que, de fato, viviam na Colômbia. Essa narrativa, baseada em fontes históricas, é mencionada por Eduardo Galeano, escritor uruguaio, em *Memória do fogo 3: o século do vento* (2010, p. 16-17).

Mais de um século depois, a presença dos povos indígenas na América Latina atravessa o continente e marca uma história de diversidades, resistências e transformações. No Brasil, desde fins do século XX, inúmeros professores e educadores indígenas têm estabelecido os fundamentos de uma visão indígena da História, capaz de integrar suas narrativas e memórias a uma História intercultural e pluriétnica. Pretendem, assim, não apenas colocar em pauta o ensino da História dos povos indígenas, mas construir uma concepção de História capaz de se contrapor à visão dos homens brancos.

Desde incontáveis atos de violência e das tentativas de extermínio dos povos autóctones aos gestos de rebeldia e determinação das comunidades indígenas, a História é campo de luta privilegiado, no qual as diversas versões dos sujeitos sociais, as interpretações dos historiadores e as informações difundidas pelos meios de comunicação constituem poderosos sistemas simbólicos em disputa. Nas escolhas sobre o que se ensina e o que desaparece dos conteúdos de História, decide-se sobre a morte e a vida, real e imaginária, dos indivíduos e dos povos, de suas memórias e de suas narrativas.

Em 1940, perseguido pelo nazismo e às vésperas de cometer suicídio, Walter Benjamin, um filósofo judeu alemão, escreveu sobre o conceito de História num comovente texto:

> Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo "tal como ele foi". Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de perigo. [...] Só terá o dom de atiçar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 11-12.

Segundo Benjamin, o maior perigo para um historiador seria transformar-se em instrumento das classes dominantes, cuja História é sempre narrada como um "cortejo triunfal" dos que venceram e continuam vencendo. Mas não bastaria contar a história dos grupos derrotados, das sociedades que sucumbiram à transformação do tempo. Seria necessário estabelecer uma crítica à noção de progresso e evolução linear da história humana e, assim, construir uma narrativa impregnada de "agoras", isto é, de significados do tempo em que vivemos.

Portanto, nosso papel, como autores, pesquisadores e professores de História, deveria ser narrar, explicar e interpretar as transformações da experiência humana ao longo do tempo, de modo o mais amplo, diverso e intenso possível.

O estudo do processo histórico daria, assim, respostas aos dilemas e impasses do tempo presente e nos conduziria a refletir sobre a complexidade da vida em sociedade e a imaginar novas possibilidades num futuro capaz de realizar as potencialidades do ser humano. Não estaríamos, entretanto, diante da conhecida e desgastada expressão, tantas vezes reiterada no ensino tradicional, segundo a qual a História "serve para conhecer o passado, entender o presente e transformar o futuro". Trata-se de reconhecer as tensões, os antagonismos e as disputas que marcam o fazer humano e, a partir disso, refletir com nossos alunos sobre os "projetos de futuro" que desejamos realizar.

Josep Fontana, historiador catalão, afirma que o conhecimento histórico deve ser uma ferramenta de análise das transformações das sociedades humanas, capaz de nos oferecer alternativas de futuro para toda a humanidade. Segundo ele:

> Temos que reinventar um futuro, redefinindo os objetivos a alcançar, de modo que deem uma resposta válida aos problemas que enfrenta o homem de hoje no mundo inteiro [...]. Necessitamos recompor uma visão crítica do presente que explica corretamente as razões da pobreza, a fome e o desemprego, e que nos ajude a lutar contra a degradação da natureza, o militarismo, a ameaça atômica, o racismo e tantos outros perigos.

FONTANA, Josep. *História*: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998. p. 265.

Esta coleção nasceu inspirada nesses princípios. Acreditamos que a História ensinada cumpre atualmente papel fundamental na ampliação dos direitos e da cidadania e deve ainda ser capaz de fortalecer o debate democrático na esfera pública. Por isso, pretendemos, nos três volumes, abarcar uma ampla diversidade de povos e oferecer aos alunos uma história que tente ser mais crítica e multifacetada, buscando superar, sempre que possível, o eurocentrismo dos conteúdos e das abordagens, tão comum no ensino de História.

Assim, a coleção se estrutura na amplitude de conhecimentos e análises de diferentes sociedades e na relação passado-presente que convida os estudantes a refletir continuamente sobre o mundo em que vivem.

Objetiva-se que, ao final do Ensino Médio, o estudante seja capaz: de identificar os processos de transformação dos

grupos humanos, situando-os no tempo e no espaço; de compreender as forças, tensões e contradições que mobilizam as ações humanas e definem os rumos da história; e, finalmente, de construir os próprios temas de interesse e, assim, consiga escolher ferramentas de investigação com as quais amplie o entendimento de si e da experiência humana.

Estas finalidades dependem, no entanto, das práticas pedagógicas que instituem usos e apropriações do material didático. Em outras palavras, é apenas pelo trabalho do professor que este livro ganha vida, circula, é lido e criticado e pode, efetivamente, opor-se a uma História disposta a decretar que "os índios não existem".

2 Princípios e pressupostos

A História, como área de conhecimento, tem passado por transformações significativas ao longo do tempo, e antigos cânones têm cedido espaço a novas abordagens, novos objetos e problemas e a novas preocupações.

A escrita da História e a reflexão sobre essa escrita – a historiografia – não são estáticas nem isoladas do tempo em que são feitas. Respondem às necessidades de compreensão do seu próprio tempo com olhos no passado. São respostas às demandas, às angústias, aos desejos de seu tempo. A historiografia não passa intacta pelas grandes crises de paradigma das ciências. Pelo contrário, participa de todos os movimentos importantes no campo da cultura, e esses afetam sua forma de ver, produzir e validar os saberes. Dizendo de outro modo, a reflexão sobre os seres humanos no tempo modifica-se porque, assim como os tempos, homens e mulheres se transformam.

Nos últimos vinte ou trinta anos, a ciência viveu um período de intenso desenvolvimento. Em plena sociedade da informação, os meios de comunicação tornaram disponível de forma instantânea um volume de dados e conhecimentos tão grande que se tornou possível fazer mais coisas em menos tempo. Os capitais passaram a ser traduzidos em *bits* de computador e puderam entrar e sair de países e bolsas de valores de modo instantâneo, derrubando moedas e levando economias à beira da falência. Diante disso, embora o tempo cronológico continue o mesmo, o tempo histórico, o tempo que sentimos, o tempo dos ciclos de mudanças, acelerou-se. Como a História poderia continuar a mesma?

Nas últimas décadas também se agravou a crise das utopias, das alternativas ao capitalismo liberal democrático. Por outro lado, a primazia de um modelo especulativo global, no bojo do capitalismo neoliberal, favoreceu em 2008 uma das crises econômicas mais profundas desde 1929, e a História, que diziam terminada, continuou seu movimento. Percebe-se, no entanto, que as utopias, para continuarem válidas, não podem mais ser como eram antes, porque, afinal, como cantava Renato Russo "o futuro não é mais como era antigamente" (LEGIÃO URBANA. Índios. In: Legião Urbana. Álbum *Dois*, EMI, 1986.).

Os historiadores podem certamente reivindicar a tradição humanista, da qual a História resulta, e devolver aos seus leitores um esforço de produção de novos significados, compatível com a valorização da vida e do interesse público. O ceticismo e o pragmatismo do pensamento histórico dentro do pensamento humanista – que busca no passado e no tempo o "inventário das diferenças" (segundo Paul Veyne) – podem ser tomados como material e ferramenta para a construção de novas utopias.

Esta coleção não vai se prender a nenhuma vertente historiográfica em particular, pois uma obra didática não é uma obra de historiografia, e deve oferecer aos seus leitores – professores, alunos, pais – uma perspectiva geral e sintética da História para os não especialistas. A função da História ensinada na escola não é a de formar novos historiadores, mas a de compartilhar alguns saberes e métodos dos historiadores, que devem ser úteis para o desenvolvimento pessoal e a vida em uma sociedade democrática. Para dar conta disso, entretanto, não se pode fazer uma miscelânea sobreposta de vertentes da historiografia. Por outro lado, se definíssemos como base teórico-metodológica uma só vertente ou autor, certamente isso não daria conta dos diversos desafios, problemas e objetivos do ensino. A solução para esse problema – que se impõe a toda obra didática – foi construída por meio de alguns princípios e pressupostos para a abordagem do conhecimento histórico, que são descritos a seguir.

A História não é uma verdade pronta

O primeiro item a destacar é a recusa da concepção de História como coleção de dados que pudesse representar o passado de modo objetivo. A verdade que a História pode produzir, dentro da perspectiva atual da disciplina, e mesmo de toda a epistemologia (ou seja, o estudo dos critérios de validade dos enunciados dos mais diversos campos do saber), é algo bem diferente disso. Se a História fosse um conjunto de dados indiscutíveis, restaria ao ensino de História apenas um processo de transmissão, e aos estudantes, apenas um processo de memorização desses dados. Conforme a comunidade de pesquisadores e professores compreendeu ao longo do tempo, esse não é o caminho da aprendizagem da História como a concebemos hoje, mas sim do conhecimento revelado ou autoritário. A relação pedagógica nesse caso seria aquilo que Paulo Freire chamou de "educação bancária", para a qual basta um aprendizado mecânico.

Assim, a concepção que embasa esta coleção recusa o dogmatismo e as ortodoxias, mas também descarta a ideia de que não existe objetividade possível na História, muito menos de que todas as narrativas são iguais em termos de

validade. É claro que não temos de chegar a verdades absolutas, mas a História só tem alguma validade para a escola ao continuar buscando afirmações que possam ser aceitáveis, defensáveis, sustentadas nas evidências disponíveis e resultando do melhor argumento possível. Trata-se dos consensos mínimos, construídos no debate entre as vertentes teóricas. Não são apenas "opiniões", mas os próprios fundamentos do conhecimento histórico.

O conhecimento é construído

A História, como os demais conhecimentos resultantes de pesquisa científica e avaliada pelos pares por meio da interlocução intelectual, é um conhecimento construído e em constante construção.

A produção da História não é resultado da aplicação de uma metodologia única, capaz de trazer à luz de modo mecânico tudo o que há para saber sobre o passado. Pelo contrário, a História que conhecemos resulta da construção constante de instrumentos intelectuais e práticos de pesquisa, que por sua vez resultam de várias e sucessivas perguntas que foram sendo feitas ao passado, com base nas perguntas que as gerações anteriores já tinham feito, nas respostas que conseguiram e nas questões que continuaram sem respostas convincentes ou suficientes.

Assim, o saber histórico, embora possa ser considerado certo e seguro, é sempre passível de novas interpretações. A História, portanto, também tem uma história! O conhecimento histórico é referenciado a seu tempo, dotado também de historicidade, como o(s) objeto(s) que ele busca reapresentar e explicar. Decorre desse princípio que, se o conhecimento foi construído por pessoas concretas com os instrumentos que tinham à mão, ele pode ser objeto de contestações, dúvidas, reconstruções; é importante que o aluno perceba que ele também pode, dentro de suas possibilidades, ser sujeito dessa atividade.

Não é possível aprender ou ensinar toda a História

A experiência humana no tempo é composta de uma quantidade praticamente inesgotável de informações. O estudo da História, tanto no campo da ciência quanto no campo da educação, nada mais pode ser do que um conjunto de recortes dessa imensa quantidade de possibilidades de enfoque. Um recorte é a expressão das concepções e dos objetivos do sujeito – individual ou coletivo – que o desenvolveu. A sequência tradicional de conteúdos também é um recorte. Os recortes atendem a diferentes objetivos educativos e ideológicos e refletem, portanto, projetos de representação do passado e de construção ou reprodução de identidade nas novas gerações. Nesta obra, procuramos manter a organização cronológica de eventos e processos, procurando sincronizar a história brasileira nessa História. Obviamente, só podemos falar de Brasil propriamente dito a partir do século XIX, mas é possível, ao trabalhar outros períodos, abordar elementos importantes da nossa História, mesmo quando nem se cogitava que o território onde estamos pudesse vir a ser o que é hoje. É fácil exemplificar isso com o processo de ocupação humana da América, inclusive do atual território brasileiro, estudado por meio de diversas pesquisas arqueológicas, como dos sítios de Lagoa Santa e de São Raimundo Nonato, entre outros. Buscamos diluir o foco europeu e eurocêntrico articulando processos semelhantes em regiões diversas e tempos que podem não coincidir, como é o caso da revolução agrícola e da revolução urbana, ou as ondas do pensamento nacionalista.

Na obra a seleção de conteúdos está atrelada a alguns fundamentos que elencamos a seguir:

- busca de integração orgânica entre a história mundial e a história do Brasil, contemplando um âmbito geográfico mais amplo;
- referência a casos semelhantes aos processos históricos brasileiros, na América Latina;
- destaque para a inserção do papel do africano e do indígena na construção do Brasil, redimensionando a participação dos diferentes sujeitos;
- problematização das fontes referentes à maioria dos assuntos abordados;
- discussão de diferentes pontos de vista sobre os assuntos em foco, trazendo trechos de textos historiográficos quando conveniente.

As sínteses são necessárias

É cada vez mais complicado elaborar sínteses que abarquem grandes parcelas da experiência humana. No ensino de História, entretanto, elas são fundamentais, porque estabelecem um ou mais sentidos para a História, tornando possível atribuir significado a fragmentos (fatos, evidências, opiniões) de um processo histórico. Não se trata de estabelecer significados permanentes e imutáveis, já que, como vimos acima, o funcionamento da História tem por base a sucessão de argumentos e raciocínios que vão sendo revisados ao longo do tempo. O que ocorre é que o estudante não pode ficar refém de fragmentos que só tenham sentido em si mesmos, pois assim a História não teria nenhuma valia no seu processo de orientação temporal (conforme Jörn Rüsen, 2001) e não o ajudaria a produzir uma explicação genérica para o sentido do tempo que vivemos, contribuindo para que ele assuma identidades e planeje ações que visam objetivos para o futuro.

Sem isso, a História só seria captada pelos alunos como um mosaico de pequenos objetos com lógicas estanques entre si, e, portanto, um conhecimento sem sentido, que eles entenderão como uma obrigação inútil, destinada tão somente a atender ao arbítrio daqueles que definem currículos e programas.

A História é um conhecimento vinculado à legitimação social

O ensino de História cumpre o papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações que são consideradas válidas, adequadas e corretas segundo os consensos mínimos construídos na geração anterior. É o que chamamos de preparação para a vida adulta e para o exercício da cidadania. Esses consensos são desiguais conforme a sociedade e a conjuntura em que se vive; por isso, eles tanto podem ser o resultado de uma discussão constante, ampla, democrática e esclarecida como podem ser decididos entre poucos e assumidos pela maioria como se fossem dela mesma. Em qualquer caso, a História que é ensinada sempre tem uma função legitimadora de atos e instituições.

No Brasil atual, espera-se que o ensino de História legitime a sociedade democrática, fundamentada na representação política sustentada em eleições livres e universais, um Estado laico e respeitador da liberdade de cultos, capaz de estabelecer a justiça não apenas pela igualdade formal, mas também pela igualdade material, por meio de processos redistributivos de educação, renda e poder. Essas posições gerais estão sustentadas na ideia de que o Brasil é um país com muitas desigualdades que foram se acumulando ao longo da sua história, e de que o futuro deve ser resultado da superação desses problemas e da realização plena dos potenciais econômicos, culturais e humanos do país. Pode-se entender esse conjunto de valores e interpretações como um conjunto dos consensos mínimos e fundamentais que orientam a nossa sociedade, o que não impede diversos grupos internos de fazer distintas críticas a esse modelo, seja na sua validade, seja na sua efetivação real, ou mesmo na sua viabilidade.

Quando uma sociedade se define sobre seus consensos mínimos, os diversos grupos internos se organizam para conservar ou para buscar mudanças em relação ao que está estabelecido, segundo sua projeção de futuro. O ensino de História – para o qual a neutralidade é uma ilusão – deve sustentar-se nos consensos mínimos assumidos pelo Estado Nacional, firmados na Constituição Federal, que é expressão da soberania popular, embora não precise se fechar aos questionamentos que são feitos àqueles consensos. Afinal, pela característica de disciplina destinada a estudar a historicidade das coisas e pela tarefa de propiciar aos alunos que desenvolvam análises e julgamentos com base nas ferramentas da ciência, há espaço, e mesmo necessidade, para considerar as propostas alternativas. Mas não é o caso de promover visões particularistas, vinculadas a posições político-partidárias determinadas, religiosas ou filosóficas, já que o ensino deve ter um caráter público, ao qual mesmo as escolas privadas ou confessionais estão submetidas em algum nível.

Isso não constitui um universalismo ingênuo nem o desconhecimento do conflito entre grupos e classes sociais. O que acontece é o reconhecimento crítico de que a escola e o ensino de História legitimam posições e visões de mundo. Deve-se cuidar para que, por um lado, não se desrespeite a ordem democrática e, por outro, o estudante seja respeitado como sujeito que precisa continuar tendo elementos para formar sua opinião de modo autônomo, em vez de ter seu julgamento limitado por falta de informações ou por preconceitos instituídos.

O saber histórico não é invariável e na escola assume a condição de saber histórico escolar

A forma científica, acadêmica, produzida e escrita segundo métodos aceitos dentro da comunidade internacional dos historiadores, não é a única forma de registrar a reflexão sobre o passado e socializar essa reflexão. A escola, de fato, articula diferentes formas de relacionamento com saberes, símbolos e práticas que se ligam ao passado e à identidade coletiva, entre os quais podem-se citar o jornalismo e os produtos editoriais para o grande público de uma forma geral, o apelo religioso, as demandas de formação cívica, os apelos comportamentais, bem como conhecimentos históricos não privilegiados pela academia, como a história local.

A história acadêmica tem finalidades de especulação teórica e ampliação do campo conhecido, de reflexão compromissada com os objetivos científicos, sem se limitar por fatores externos. Por isso, grande parte de seus conteúdos não é de interesse direto para a escola, e pode ser um erro imaginar que a História ensinada seria melhor quanto mais estivesse no mesmo compasso que a história acadêmica. Na escola, o conhecimento histórico tem finalidades formativas para as novas gerações, que não se resumem à assimilação de conteúdos de origem científica, mas que devem dar conta de aspectos éticos e comportamentais que ultrapassam a reflexão histórica acadêmica, bem como de objetivos cognitivos que não se resumem à História, mas abarcam a relação com outras disciplinas.

O saber histórico escolar tem identidade própria e se relaciona com a história acadêmica por meio de uma relação de referência, ou seja, tem na academia um parâmetro de validação das afirmativas e dos métodos. Mas os recortes, as ênfases, as formas de relação com o conhecimento não são de fato mais simples ou mais restritas, mas efetivamente diferentes. A seleção de fontes, por exemplo, e a forma de se relacionar com elas são diferentes em cada um dos campos. O saber histórico escolar responde ao saber acadêmico, mas também aos saberes tácitos, cotidianos, familiares. Por isso, diante do desafio de responder a necessidades educativas bem delimitadas, diferentes das necessidades do desenvolvimento científico, o saber histórico escolar assume um papel criativo e de dialogar com outros conhecimentos sobre a história. Um exemplo muito claro e que exige cuidado e dedicação do professor é o debate entre evolucionismo e criacionismo, que há alguns anos pensávamos estar resolvido, pela prevalência da posição da ciência na escola, nos currículos, e que hoje sofre pressões pelo avanço do pensamento religioso

fundamentalista. Esse debate não vai ser resolvido pela escola ou na escola, e muito menos na parte específica que cabe à História. Mas cabe à História, nesse debate, uma contribuição sobre os contextos e origens de cada uma das posições e a reflexão sobre o significado social e cultural das conquistas do pensamento e da ciência. Afinal, a História ensinada não se opõe necessariamente às opiniões e aos saberes que o estudante traz da sua experiência de vida, mas adiciona graus progressivamente maiores de racionalidade e dialogicidade ao conhecimento partilhado (por sua relação de referência com a história acadêmica ou científica).

A História participa do processo de construção das identidades sociais

É fundamental o conhecimento histórico na definição, redefinição e absorção das mudanças no campo das identidades pessoais e coletivas. Isso porque a História é um dos principais campos de conhecimento a oferecer os primeiros conjuntos organizados de ideias, informações e imagens sobre o grupo e o indivíduo no tempo, assim como oferece esses mesmos elementos para representarmos os "outros" que não pertencem ao nosso grupo (família, nação, etc.) em outros tempos e espaços. O conhecimento das diferenças faz parte da definição de nós mesmos, e é por isso, por exemplo, que se sustenta a necessidade do estudo de grupos e civilizações que já desapareceram. O desconhecimento dos outros nos impede de pensar em nós mesmos e de refletir sobre as alternativas para melhorar nossa maneira de viver, de nos organizar e de definir e buscar nossos objetivos comuns. Por isso é tão importante o trabalho do professor e da professora de História ao garantir a atenção, o interesse e o respeito à diversidade; e isso o aluno certamente vai usar em sua vida. Daí a importância de enfatizar o caráter multicultural da sociedade brasileira.

Precisamos também ter claro que cada sujeito articula várias identidades que respondem a aspectos diferentes da vida (sexualidade, lazer, política, economia, classe) e não é aceitável, no processo de autoconstrução que cada criança ou adolescente executa, o constrangimento ao assumir papéis que decorrem de estruturas e processos opressivos, como o racismo, o machismo, a homofobia, os preconceitos de classe, os regionalismos excludentes, entre outros.

A formação para a cidadania é também tarefa da História e significa a politização dos sujeitos

Desde seu surgimento como disciplina escolar, cabe à História uma parcela expressiva da tarefa de preparar os futuros cidadãos para a vida em sociedade, sobretudo para a participação na esfera política. No contexto da escola, a História participa dos objetivos de formar atitudes e concepções que sejam úteis para a vida pessoal e para a vida coletiva das novas gerações, como a tolerância, o espírito de justiça, o senso crítico, a dimensão da solidariedade e a responsabilidade pelo bem-estar dos outros cidadãos e pela preservação da cultura e da natureza. Também tem cabido em escala significativa à História a construção da identidade nacional. Esse objetivo, particularmente, tem provocado algumas polêmicas: à acusação de ingenuidade e falta de senso crítico das abordagens tradicionais sucede em grande parte das vezes uma perspectiva crítica destrutiva, iconoclasta, que não deixa nada no lugar do sentimento nacional que se propõe superar. Se, por um lado, não é o caso de aceitar as abordagens acríticas, valorizadoras de datas, fatos e personagens da classe dominante, por outro lado, não se trata de simplesmente demolir esses valores, mas de substituí-los por uma versão mais democrática e popular da identidade coletiva no tempo. Sem algum sentimento positivo de pertencer à nação, inviabilizam-se valores políticos (e não apenas morais), como a solidariedade e o senso de responsabilidade e colaboração com a coletividade; por sua vez, a ausência desses valores não compromete apenas os projetos conservadores, mas quaisquer projetos de sociedade.

O que se pretende como objetivo e ideal no ensino de História e na escola em geral é a associação dos educandos a uma perspectiva democrática, plural e aberta de sociedade, não como uma identidade à qual nos ligamos apenas pelo nascimento, por sermos registrados juridicamente como cidadãos brasileiros, mas sim como membros ativos capazes de interferir nas definições e nos rumos de nosso país, longe de uma fidelidade cega e acrítica aos líderes nacionais em cada momento. Está presente aqui a ideia de que uma nação é um conjunto de pessoas que têm suas diferenças, mas também têm uma identidade dada pela opção de participar de um mesmo corpo político, sem perder de vista a identidade fundamental de seres humanos, a partir da qual traçamos relações fraternais e generosas com os outros países.

O ensino de História pretende construir nos cidadãos uma postura de sujeitos ativos e participantes nas decisões comunitárias, institucionais e mesmo nacionais. A ideia de que a História é a tarefa de grandes homens não colabora para a formação dessa postura, mas sim para uma perspectiva passiva e individualista, na qual o cidadão age apenas como espectador.

Esse sujeito deve ser capaz de avaliar e compreender criticamente determinações, condicionamentos e possibilidades de ação na História. Somente com esses pressupostos será capaz de agir de modo autônomo, em vez de ser massa de manobra ou "figurante" nas grandes questões de nosso tempo. É evidente que essa postura deverá ser desejada e assumida pelo indivíduo, porque não há como impor a alguém a condição de sujeito; isso seria uma contradição completa.

O ensino de História deve valorizar a diversidade cultural e reconhecer as múltiplas identidades

Nas últimas décadas, especialmente após a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, em 1998, os programas e currículos de História têm se comprometido, cada vez mais, com a construção da cidadania e a consolidação dos direitos do cidadão. Tanto as orientações da política pública quanto a

formação docente e as práticas pedagógicas têm articulado o campo do conhecimento histórico à reflexão política e ao entendimento das diversidades culturais e desigualdades econômicas que constituem a sociedade brasileira.

Às críticas já recorrentes a uma história política pautada nos grandes acontecimentos e nos heróis nacionais somaram-se as críticas a uma história mecanicista, que reduziu o processo histórico à polaridade entre dominantes e dominados e estabeleceu grandes esquemas explicativos, calcados apenas na transformação dos modos de produção.

Surgiram, assim, novas abordagens que têm valorizado o ensino da diversidade étnica e cultural das sociedades humanas e têm insistido no tema das identidades múltiplas – em oposição à noção de uma identidade de nação ou de classe. Ganharam destaque as especificidades de gênero, o reconhecimento do papel dos idosos, a reflexão sobre os cuidados com a infância, o respeito à diversidade sexual, a valorização das culturas juvenis, o estudo das comunidades indígenas e dos povos tradicionais e o entendimento da identidade étnica e nacional a partir da autodeterminação dos povos e dos sujeitos históricos.

Nessa direção, inúmeras orientações curriculares têm vinculado as noções de identidade e pertencimento ao processo de formação e amadurecimento do indivíduo. Em decorrência, o ensino de História deveria oferecer conteúdos pautados em múltiplas identidades, vinculando a reflexão e o sentido de pertencimento dos alunos a essas identidades. A construção da cidadania e o reconhecimento das diversidades e diferenças surgiriam da compreensão dessas redes sociais que integrariam os sujeitos em comunidades imaginadas de pertencimento.

Ainda que essa venha sendo uma resposta efetiva à exclusão de imensos contingentes populacionais, parece-nos que a ampliação e a consolidação dos direitos humanos e o entendimento das transformações sociais e econômicas demandam uma reflexão sobre o sentido mais amplo do processo histórico.

Essa perspectiva ancorada nas identidades parece supor que um aluno negro se identificaria necessariamente com a história dos povos da África subsaariana; que uma aluna se identificaria com as questões de gênero; e que os alunos de origem popular deveriam se compreender como pertencentes à história dos setores sociais oprimidos.

Do nosso ponto de vista, é preciso insistir que o ensino de História deve ter por horizonte que os alunos sejam capazes de reconhecer a existência de múltiplas e diversas experiências dos sujeitos históricos, cujos significados são construídos no próprio fazer humano, em sua totalidade complexa e contraditória. Em outras palavras, acreditamos que a construção de um espaço de reflexão e prática cidadã deve levar em conta a diversidade cultural e as formulações identitárias na proposição de projetos sociais mais amplos, nos quais a totalidade do corpo social se reconheça e seja reconhecido no percurso de estudos da História.

Portanto, nossa tarefa, como professores de História, não pode ser apenas de apresentar a diversidade cultural e étnica, mas de entender os diferentes papéis dessas diversidades nas formações socioeconômicas mais amplas. Isso significa reconhecer, nos processos históricos, as tensões e contradições, os avanços e recuos, os impasses, as desigualdades e os limites que configuram as sociedades humanas.

Nesta coleção, procuramos expressar essa perspectiva ao buscar construir um quadro diversificado de análise das sociedades humanas, rompendo, assim, com o velho eurocentrismo dos nossos currículos. Porém, ao estudarmos a diversidade de povos e culturas, mantivemos o foco no sentido político da ação humana, isto é, na formulação de instituições de poder que definiram as formas de organização dos territórios, dos Estados e das relações sociais.

Esperamos dessa forma o reconhecimento das múltiplas identidades possa convergir para a construção e o amadurecimento da esfera pública, na qual se debatem os diversos projetos sociais e na qual se formulam os significados mais amplos da vida em sociedade.

3 As partes componentes da obra

A coleção é composta de **três volumes**. A versão do professor contém o **Livro do Aluno** e o **Manual do Professor**.

O **primeiro volume** contém três Unidades, com um total de 10 capítulos.

O princípio de uma História que recupera o papel do conjunto da humanidade em vez de um olhar eurocêntrico está presente na estrutura das unidades. A primeira delas, por exemplo, é chamada de “Nossa história mais remota”, e o primeiro capítulo dessa Unidade é denominado “Os primeiros agrupamentos humanos”, pois pretendemos favorecer a ideia de que há um momento em que toda a humanidade se organizava em pequenos grupos (pelo menos no princípio). Ao recuperar tantas capacidades que os primeiros seres humanos tinham, procura-se ressaltar uma visão antropológica, ou seja, capaz de apreciar culturas contemporâneas de pequenos grupos e tecnologias pouco complexas sem a pretensão de medi-las de acordo com os parâmetros de nossa cultura. O princípio de integrar a história do Brasil e a história geral aparece, por exemplo, na preocupação de contextualizar o que futuramente chamaríamos de continente americano no Paleolítico e Neolítico.

A seguir, a segunda Unidade é chamada “Civilizações antigas”. Aqui procuramos destacar o papel que tiveram as experiências em outra forma de organização humana, que são as civilizações, capazes de organizar pessoas em grande número, e responsáveis pelo surgimento de uma ordem

institucional cujo conceito é importante para nós até hoje: o Estado. As cidades, seu surgimento e desenvolvimento, sua relação com as civilizações e suas marcas para a contemporaneidade são um assunto constante e gerador de reflexões, sobretudo nessa Unidade. **Civilização** não é tratada como uma categoria evolutiva, como algo que supera a experiência da vida em pequenos grupos, mas como outra forma de viver, articulada com novas condições que foram se impondo para parcelas da humanidade e interferiram profundamente na forma da vida social. Não nos limitamos aos esquemas clássicos sobre o assunto e procuramos dar um panorama um pouco mais global da experiência civilizatória, trazendo também os casos do Extremo Oriente, da África e da América. Mantém-se a perspectiva de garantir que o aluno conheça as fontes do conhecimento que ele está partilhando, e por isso muitas vezes incluímos boxes sobre a construção do conhecimento, a metodologia da História e sua relação com outras disciplinas no campo do conhecimento humano.

Na terceira Unidade, chamada "Europa, periferia do mundo", mais do que falar sobre a Idade Média europeia, procuramos dar um panorama mundial desse período e demonstrar as várias e distintas lógicas presentes em um mesmo momento, muitas delas não "cabendo" nesse recorte cronológico europeu de cerca de mil anos. Destacamos que, enquanto o que chamamos de Europa se fechava sobre si mesma buscando um novo equilíbrio de vida, religião e produção, outras experiências levavam à expansão econômica, especificamente comercial, e ao desenvolvimento da ciência, da técnica e da cultura no Oriente, especialmente no Islã. Procuramos os elos que integram a História, por exemplo, na presença muçulmana na península Ibérica, que marcaria o futuro Brasil e a futura América Latina. Sempre que possível, reunimos texto didático e documentos históricos, além de trechos de textos historiográficos, para que os conhecimentos possam ser trabalhados de forma multidimensional.

O **segundo volume**, dividido em 19 capítulos, é aberto pela Unidade "Europa como centro do mundo", que se dedica ao processo de construção da modernidade baseado em um mercado cada vez mais global, capitaneado por alguns dos países europeus. Nesse momento, a história da África é discutida a partir do conceito de diáspora africana, que procura entender o importante fenômeno da escravidão no contexto da criação do mercado atlântico e da interferência europeia sobre o continente africano.

O professor deve destacar os processos de resistência dos escravizados, mas também os processos que geraram a cultura brasileira, na qual a contribuição africana não é apenas mais um item, mas um dos alicerces que a estruturam. Também procuramos destacar que, no contexto da criação da modernidade, a criação da América Latina é uma consequência. É importante o professor lembrar aqui que os traços comuns entre a América hispânica e a portuguesa são as bases de nossa proximidade.

O segundo livro é completado com a Unidade "O 'longo século XIX'". Procuramos tratar conjuntamente todas as revoluções – políticas, sociais e econômicas – que, embora cronologicamente anteriores ao século XIX, geram todas as estruturas que vão explicar esse primeiro momento da contemporaneidade. Novamente, procuramos tratar de modo integrado as perspectivas de história europeia, americana, da África e do Oriente.

O **terceiro volume**, com 13 capítulos, é dedicado ao século XX e início do XXI, dada a importância crucial do seu estudo para que a História aprendida seja utilizável na vida política, social e de trabalho dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio. Nas suas Unidades, "Para entender o século XX" e "Da Guerra Fria ao século XXI", procuramos manter os princípios que nortearam a obra até aqui, privilegiando as narrativas que informam o leitor sobre os acontecimentos que constituem o presente da humanidade.

Estrutura da obra

A obra está organizada em Unidades e capítulos.

As **Unidades** iniciam com a seção ***Saber histórico*** e finalizam com a seção ***Enem e vestibulares***.

- ***Saber histórico****:* apresenta a construção do conhecimento histórico dos conteúdos tratados na Unidade. Assim, pretende-se retirar a redoma de pretensa objetividade da narrativa histórica, evidenciando métodos, teorias e informações adicionais sobre as pesquisas historiográficas e suas relações com a sociedade. Deste modo, cada tema apresentado não surge como se fosse "natural" ou definido por algum especialista, mas como resultado das transformações dos estudos históricos e das mudanças sociais.
  Pretende-se, assim, que os alunos tenham a oportunidade de compreender que os debates sobre a produção do discurso da História também revelam os interesses, tensões e contradições que constituem as sociedades contemporâneas.
- ***Enem e vestibulares***: conjunto bastante expressivo de questões selecionadas das últimas avaliações do Enem e dos vestibulares de universidades de todas as regiões do país.

Os **capítulos**, além do texto principal, trazem boxes e seções variadas.

Na página de **abertura de cada capítulo** há sempre uma imagem significativa referente aos temas abordados. A interpretação da imagem e a leitura do pequeno texto que a acompanha podem propiciar inúmeras reflexões, hipóteses e sugestões de assuntos que se desdobram ao longo do estudo do capítulo.

A foto e o texto tratam, invariavelmente, de um tema contemporâneo e sugerem questionamentos sobre as relações presente-passado. Pretende-se, assim, incentivar uma leitura do passado sempre marcada pelos problemas e impasses do mundo que nos cerca, operando análises que conduzam os alunos a refletir sobre seu lugar e sua trajetória, bem como sobre a dimensão temporal dos acontecimen-

tos atuais. Além disso, o tema desta abertura de capítulo é retomado sistematicamente na atividade ***Articule passado e presente***, na qual os alunos devem refletir e tomar posição sobre uma questão atual.

Esses recursos contribuem para fortalecer práticas dialogadas, em que os alunos são incentivados a compartilhar seus conhecimentos prévios, suas opiniões e seus valores. É importante que esses ambientes sejam construídos com base no respeito e na valorização das diferenças e diversidades e que, pelo trabalho pedagógico, as tensões e as divergências sejam explicitadas, compreendidas e incorporadas pela classe como parte integrante das relações interpessoais.

Sempre que possível, os capítulos apresentam a matéria de forma cronológica. Imagens e boxes com informações complementares procuram enriquecê-la e criar alternativas de leitura que visam auxiliar o aluno em seu estudo. O texto dos capítulos não trata sistematicamente das discussões levantadas na seção ***Saber histórico***, pois acreditamos que isso foge ao perfil de manual didático que pretendemos. Nessa fase de estudo, é importante que o aluno saiba que essas questões sobre o saber historiográfico existem, que ele reflita sobre elas e as tenha presentes; no entanto, submeter cada tópico do conteúdo a uma análise desse tipo poderia mais confundir o aluno do que ajudar. Por isso, frisamos que essa tarefa caberá ao professor, que é o condutor do processo e saberá o melhor momento para retomar essas análises e de que maneira, dependendo da realidade de cada turma de alunos. Por outro lado, isso não significa que apresentamos a matéria de forma estanque, nem os conhecimentos históricos como uma única verdade. Há constantes relativizações e, principalmente nos boxes, procuramos trazer algumas análises historiográficas para o primeiro plano, quando consideramos pertinente e adequado para assimilação pelos alunos.

Os capítulos trazem ainda as seguintes partes:

- ***Onde e quando*** – seção apresentada sempre no início, localiza visualmente o período e o espaço que serão abordados no capítulo. É importante convidar os alunos a observar essas informações para que se orientem no estudo e possam aprofundar as noções de tempo cronológico e tempo histórico.
- ***Leituras*** – boxe que apresenta trechos de textos de outros autores publicados em livros, revistas ou *sites* da internet. É importante que a leitura dos trechos seja acompanhada de referências à modalidade textual, ao autor e à fonte de origem da publicação. Assim, os alunos ampliam não apenas seus conhecimentos sobre os temas do capítulo, mas também suas competências de leitura e compreensão de diferentes discursos. Se julgar oportuno, os textos originais podem ser consultados e lidos integralmente, em atividades complementares que aprofundem determinados temas. Muitas vezes a seção propõe atividades, algumas de caráter interdisciplinar.
- ***Para saber mais*** – boxe que apresenta textos que complementam e aprofundam algum conceito ou aspecto abordado no capítulo. A seção pode apresentar atividades da disciplina, bem como de outras áreas do conhecimento.
- ***Pontos de vista*** – apresenta a opinião de pesquisadores a respeito de uma temática polêmica, discutindo diferentes pontos de vista e concepções teóricas sobre determinado processo histórico. Nessa seção, articulam-se traços biográficos de cada autor às suas ideias fundamentais, a partir de trechos de suas obras de referência.
- ***Construindo conceitos*** – esse boxe tem por finalidade sistematizar conceitos fundamentais do ensino de História, apresentando a construção histórica e os debates em torno das diversas acepções de cada conceito. É importante trabalhar o boxe articulado aos conteúdos dos capítulos já estudados, para que os conceitos sejam mais bem compreendidos. Propõe atividades relacionadas à pesquisa.
- ***Vivendo naquele tempo*** – boxe que aprofunda conhecimentos sobre um determinado conteúdo histórico, a partir da perspectiva de diferentes sujeitos sociais e de suas experiências cotidianas. Assim, procuramos apresentar as condições de vida, os valores e as práticas sociais de escravizados, cavaleiros medievais, mulheres, idosos, degredados e indígenas, etc., em diferentes contextos históricos.
- ***Dialogando com outras disciplinas*** – ao longo dos três volumes, diversas atividades foram elaboradas nessa seção para incentivar especialmente o trabalho interdisciplinar. Ela propõe um trabalho de investigação com outra disciplina a partir de um objeto ou problema comum. Esse trabalho pode ser realizado com a integração plena das disciplinas ou, quando isso não for possível, com a colaboração pontual do professor da outra disciplina. Sabemos que projetos interdisciplinares exigem disposição, diálogo e desprendimento de cada docente para o esforço de ação coletiva. Em todo caso, reiteramos que a ação interdisciplinar não propõe a anulação das disciplinas de base, mas pressupõe a articulação das perspectivas disciplinares no desvendamento de uma temática ou problema de pesquisa.
- ***Infográfico*** – por meio de imagens, legendas explicativas e pequenos textos, a seção está construída em torno de representações visuais que colaboram para a fixação de determinados conteúdos. Trata-se de um recurso que solicita uma leitura atenta e dirigida, com orientações que conduzem o aluno a identificar relações nem sempre explícitas.
- ***Atividades*** – dispostas no final do capítulo. Nos capítulos mais longos ou dependendo da pertinência do tema, podem aparecer também após um tópico principal. Estão divididas em quatro blocos, como segue:
  - **Retome** – atividades que objetivam a retomada das questões mais relevantes do capítulo, solicitando ao aluno que explique, sintetize e justifique determinados conteúdos. Trata-se de um tipo de procedimento individual que pretende sistematizar práticas de estudo bastante consolidadas, mas que os alunos tendem a

desvalorizar, optando por copiar as respostas de colegas ou simplesmente procurar pelo trecho correto no livro. Assim, seria oportuno refletir com os alunos sobre a importância desse tipo de atividade para a fixação dos conteúdos, na medida em que é o processo de escrita individual e genuína que lhes permite compreender o que estudaram e identificar os aspectos que não ficaram claros.

- **Pratique** – atividades que trabalham habilidades operacionais e interdisciplinaridade. Envolvem leitura, análise, comparação, interpretação de imagem, de textos e documentos diversos, letras de música, poesias, charges, tabelas, mapas, etc. Nessas atividades tentamos criar condições para que o aluno perceba: primeiro, que a História ensinada na obra e na escola não é a única fonte de informação que ele tem disponível (realizações práticas e interpretações da História que brotam das famílias, instituições e meios de comunicação também devem ser consideradas); segundo, que a História está em permanente construção.
- **Analise uma fonte primária** – atividades que apresentam roteiros de interpretação de diversas fontes históricas, como leis, cartas, ilustrações, pinturas, fotografias diversas, etc. O objetivo da atividade é desenvolver habilidades de leitura e interpretação de fontes por meio da observação direta e da articulação com os conteúdos do capítulo. Ainda que as questões formuladas ofereçam margem para "respostas pessoais", entendemos que o direcionamento da leitura e o incentivo ao aprofundamento do trabalho podem conduzir os alunos a respostas mais complexas e integradas aos estudos do capítulo.
- **Articule passado e presente** – atividades que incentivam os alunos a refletir e discutir as relações entre o tempo presente e o passado, retomando muitas vezes o tema contemporâneo apresentado na abertura do capítulo. Pretende-se, assim, colaborar para a construção de um pensamento crítico sobre as experiências cotidianas e as relações sociais que cercam os alunos. A realização dessas atividades pode conduzi-los a debater, expressar opiniões, realizar pesquisas em *sites* e livros, trocar ideias e solicitar a opinião dos colegas, enfim, construir a sua própria interpretação sobre a relação passado-presente a partir de um tema ou problema apresentado.

Estrutura deste Manual do Professor

Este Manual do Professor oferece a você, professor, alguns subsídios que podem ser úteis na aplicação desta obra em seu curso. O Manual contém:

- **Tópicos 1 a 7**: compreendem a apresentação introdutória à coleção, com os fundamentos, algumas discussões que servem ao seu embasamento (Enem, avaliação, cultura juvenil, etc.) e a organização da obra.
- **Tópico 8**: traz as indicações bibliográficas, selecionadas para o professor.
- **Tópico 9**: apresenta comentários e orientações por Unidade/capítulo de cada volume. Tem a seguinte estrutura:
  - ***Por que estudar?***: indica a pertinência do estudo de alguns temas do capítulo. Ajuda a responder ao questionamento comum dos alunos: por que temos de estudar isso? O que importa para a minha vida saber esse assunto?
  - ***Objetivos***: enumera os conteúdos, habilidades e competências que se pretende desenvolver no capítulo.
  - ***Tópicos principais do capítulo***: destaca algumas seções e conteúdos, sugerindo possibilidades de trabalho e aprofundamento.
  - ***Abordagens interdisciplinares***: indica possibilidades de trabalho com disciplinas específicas com base em certos conteúdos do capítulo, além daqueles que já constam do livro do aluno.
  - ***Conheça mais***: sugere livros, filmes e *sites* sobre os conteúdos do capítulo.
  - ***Textos de apoio***: indica trechos de textos de historiografia que podem complementar o trabalho em sala de aula ou colaborar para ampliação do repertório dos professores. Aparece em alguns capítulos.
  - ***Comentários e respostas***: apresenta sugestões de resposta e encaminhamento para todas as atividades do Livro do Aluno, incluindo as que estão nos boxes e seções e as da seção ***Atividades*** no final de cada capítulo.
  - ***Atividades complementares***: são atividades extras, que o professor pode usar no momento que achar mais adequado. Há atividades semelhantes às do Livro do Aluno (***+Atividades***), as quais podem servir de tarefas de casa ou avaliações pontuais. Há ainda outras atividades, para trabalhos em grupo ou individuais, que podem demandar um tempo maior de realização. Por último, temos sugestões de atividades interdisciplinares com as áreas das Ciências Humanas. Elas atendem às orientações curriculares para o Ensino Médio, que destacam as necessárias articulações entre as dimensões temporal e espacial, aproximando e integrando análises sobre os processos sociais e históricos e a espacialidade de diferentes eventos e fenômenos em diferentes escalas geográficas. Também permitem compreender, construir e relacionar importantes conceitos utilizados na Filosofia e na Sociologia. Com base nas proposições dessas atividades, o aluno poderá ainda desenvolver competências gerais e das Ciências Humanas, associadas ao domínio de uso de diferentes linguagens, à leitura e produção de textos em diversos gêneros, à leitura e interpretação de mapas, cartas e iconografias, favorecendo o trabalho coletivo, interdisciplinar e contextualizado.

4 Currículo de História e interdisciplinaridade

O currículo expressa concepções de conhecimento e projetos de ser humano e sociedade, por isso representa relações de poder, revelando tensões que definem seu caráter sempre disputado e, consequentemente, contingente e histórico. Por essa razão, o currículo das escolas de Educação Básica, em especial das escolas públicas, é objeto permanente de críticas e alvo de constantes propostas de mudanças que se balizam pelas questões: qual conhecimento? Que subjetividades queremos formar?[1]

Um dos temas centrais do debate são os princípios que devem reger a organização do conhecimento escolar. São inúmeras as formulações sobre o problema e as propostas apresentadas, envolvendo aspectos como a disciplinarização ou não do conhecimento, a constituição de áreas, projetos ou eixos temáticos. Alguns preferem reduzi-lo a um núcleo de disciplinas fundamentais – Matemática e Língua Portuguesa – que asseguram domínios básicos de aprendizagem para ingresso no mundo do trabalho. Outros defendem que o conhecimento do mundo não pode mais estar fragmentado e distante dos desafios trazidos pelas novas tecnologias e que os currículos especializados e disciplinares já não são mais adequados aos novos tempos, devendo ser substituídos por currículos integrados e interdisciplinares. As atuais diretrizes curriculares da educação básica preconizam, ainda, que a escola deve entender a organização da matriz curricular:

> [...] como alternativa operacional que embase a gestão do currículo escolar e represente subsídio para a gestão da escola (na organização do tempo e do espaço curricular, distribuição e controle do tempo dos trabalhos docentes), passo para uma gestão centrada na *abordagem interdisciplinar*, organizada por eixos temáticos, mediante interlocução entre os diferentes campos do conhecimento. *(grifo nosso)*
>
> Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE n. 4/2010, art. 13, §3º, Inciso V.

A opção por uma organização curricular a partir de uma concepção de conhecimento interdisciplinar possibilitaria a construção de relações significativas entre o conhecimento escolar e a realidade vivida, e a superação de uma abordagem curricular em que as relações entre as disciplinas e os conteúdos de cada uma delas sejam burocraticamente preestabelecidas. As abordagens interdisciplinares de conteúdos escolares permitiriam desmantelar as barreiras curriculares e as formas fragmentadas de organização do trabalho escolar. Juares Thiesen (2008) afirma que a interdisciplinaridade, "compreendida como formulação teórica e assumida enquanto atitude, tem a potencialidade de auxiliar os educadores e as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de conteúdos, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem".

Uma abordagem interdisciplinar instaura uma nova relação entre as disciplinas que compõem o currículo e a realidade. Os conteúdos serão selecionados e desenvolvidos numa concepção em que se pressupõe que as áreas de conhecimento devam interagir para o conhecimento da realidade e em que o currículo se construa em diálogo com a realidade próxima e com as demandas dos alunos.

Mas será que essa mudança de postura ante o conhecimento escolar exige também uma completa ruptura na organização curricular? Seria preciso, por exemplo, romper com um currículo baseado em disciplinas escolares? O obstáculo para as práticas interdisciplinares está relacionado à existência de disciplinas escolares?

O que se pretende em uma abordagem interdisciplinar não é anular a contribuição de cada disciplina escolar e sua ciência de referência, em detrimento de outras, nem mesmo criar uma nova área de conhecimento, ou uma nova disciplina. É importante destacar que as contribuições e trocas entre as disciplinas permitem a integração dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento, mas não significam uma completa ruptura do currículo disciplinar. Para existir interdisciplinaridade, nos lembra Bittencourt (2011, p. 256), deve haver disciplinas que possam estabelecer vínculos epistemológicos entre si. Todavia, é preciso ir além das disciplinas e de uma abordagem fragmentada do conhecimento, o que pode ser realizado com a criação de uma abordagem comum em torno de um mesmo objeto de conhecimento. A abordagem interdisciplinar exige do professor o domínio do seu campo específico de conhecimento, da sua disciplina escolar, para que ele possa empreender a abordagem de um tema ou problema em diálogo com outras disciplinas.

Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade consiste em um trabalho comum, que integra diferentes disciplinas, e que se efetiva pela interação entre elas no desenvolvimento do estudo de um tema, problema ou objeto. A pesquisadora Ivani Fazenda (1979) afirma ser exatamente a interação a condição básica para a interdisciplinaridade. A interação, que resulta do diálogo entre diferentes áreas de conhecimento, permite alcançar uma visão integrada que não fragmenta o objeto de estudo.

[1] Nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE n. 4/2010) o currículo é entendido como "experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos".

Num sentido **epistemológico**, Paulo Freire afirma que:

> A interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Busca-se a expressão dessa interdisciplinaridade pela caracterização de dois movimentos dialéticos: a problematização da situação, pela qual se desvela a realidade, e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada. (grifo nosso)
>
> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Na proposta freiriana, a interdisciplinaridade envolve um conjunto de procedimentos metodológicos de construção do conhecimento. Procedimentos que levam em consideração as relações de conhecimento que o sujeito tem com seu contexto, sua realidade, sua cultura. Isto é, procedimentos que valorizam o conhecimento prévio dos sujeitos, suas experiências e vivências sociais e culturais. A interdisciplinaridade pressupõe a relação ativa do sujeito na construção do conhecimento a partir de seu contexto, realidade e cultura.

Por sua vez, metodologicamente, a construção do conhecimento se realiza por meio de movimentos dialéticos, aqui pensados em dois momentos articulados: da problematização (indagações que permitem desvelar, ou seja, tornar visível aquilo que se tornou escondido – por exemplo, aquilo que está naturalizado e nem é mais questionado, como as relações sociais, a pobreza, as relações de gênero, as relações raciais, as formas de comer, vestir, habitar, consumir, produzir, trabalhar, a violência, o voto, a corrupção, etc.); e da sistematização dos conhecimentos de forma integrada.

Segundo Zanotto e De Rose (2003), na perspectiva de Paulo Freire, o que está sendo enfatizado na **problematização** é o sujeito, ou seja, a ação de problematizar acontece a partir da realidade que envolve o sujeito; as indagações que este lança ao mundo real, vivido, cotidiano. Por sua vez, a busca de explicação e solução para os problemas ou temas levantados (as relações de trabalho, o transporte público, a mortalidade infantil, as formas de habitação, etc.) visa transformar aquela realidade estudada pela ação do próprio sujeito. Na concepção de Paulo Freire, nessa operação cognitiva estão enlaçados simultaneamente: os sujeitos inseridos num contexto, numa realidade e cultura e que buscam conhecer; um objeto a ser desvelado, conhecido; um procedimento de abordagem específico dos sujeitos em relação ao objeto (os sujeitos aprendem entre si, como ensinou Freire, mediados pelo mundo); e uma transformação contínua, que ocorre tanto nos sujeitos que conhecem quanto no objeto que é conhecido – sejam os objetos do mundo, propriamente ditos, sejam os conhecimentos ou representações construídas social e historicamente sobre ele. Na ação de problematizar, o sujeito também se transforma e passa a perceber novos problemas na sua realidade, e assim sucessivamente.

A **sistematização** do conhecimento, por outro lado, pode ser entendida como uma etapa de síntese, de generalizações, que pode ser expressa por meio de várias formas de resgate, registro, organização, análise e interpretação da experiência de conhecimento vivida. De acordo com Jara, a palavra sistematizar, em geral, é empregada no sentido de 'sistematização de informação', coincidindo com a ideia de ordenar e classificar as informações. Todavia, segundo ele, quando falamos sobre como sistematizar uma **experiência vivida**, uma prática de conhecimento do mundo, não devemos apenas pensar em como ordenar e classificar a informação, pois:

> É preciso um método para se aprender da experiência. Sobre a base dessa ideia central nós elaboramos uma proposta metodológica que tem, digamos, três momentos. Há um momento descritivo, de descrição, de ordenamento e de reconstrução histórica do que se passou. Depois, interpretar criticamente e tirar conclusões. E, por fim, o que eu considero o mais importante, que é comunicar as aprendizagens. A ideia é que cada um de nós discorra sobre uma parte de sua experiência. Isso só acontece se houver sistematização, caso contrário a experiência vai se perdendo no tempo.
>
> JARA, Oscar. Sistematização. In: FUMAGALLI, D.; SANTOS, J. M. P.; BASUALDO, M. E. (Org.). *O que é sistematização*: uma pergunta, diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000. p. 37.

Nesse sentido, a sistematização resulta como um momento de reflexão individual e coletiva sobre o próprio processo, a prática de investigação, a construção do conhecimento sobre a realidade mediada pelo educador. Esse é um momento que exige disponibilidade para aprender com o vivido, sensibilidade para falar sobre a experiência e ouvir sobre a prática, requer habilidade para análise, interpretação e síntese.

Do ponto de vista **pedagógico** do currículo escolar, a abordagem interdisciplinar implica ensinar e aprender conteúdos específicos das disciplinas escolares com um método comum, valorizando a interlocução entre as áreas de conhecimento.

Ao longo da nossa coleção, procuramos valorizar sistematicamente a perspectiva interdisciplinar a partir de conteúdos articulados e da formulação de problemas comuns que demandam a contribuição de outras disciplinas escolares. No Livro do Aluno, a seção *Dialogando* propõe, em momentos específicos, o estudo de determinados temas a partir de pesquisas interdisciplinares e da elaboração e apresentação dos resultados em diferentes formatos (cartazes, debates, murais, apresentações artísticas, etc.). Neste Manual do Professor, nos *Comentários e orientações por capítulo*, indicamos sugestões de abordagens interdisciplinares que poderiam compor a prática pedagógica, conforme as dinâmicas escolares de cada localidade.

5 Cultura juvenil e Ensino Médio

No *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se acompanhar, em tempo real, a evolução estimada da população do país a partir de projeções dos ritmos de crescimento. No exato momento em que escrevíamos este Manual do Professor, éramos 205 769 633 de brasileiros e brasileiras. Desse número, os jovens formam um quarto da população: 51,4 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem duração mínima de 3 anos e oferta preferencial à população de 15 a 17 anos. Nessa faixa etária o país tem cerca de 10 milhões de jovens.

Em 2016, terminaria o prazo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 59 para que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estivessem matriculados na escola. No entanto, a julgar pelo que os indicadores mais recentes revelavam, esse objetivo não seria atingido. A principal razão estaria exatamente na faixa etária de 15 a 17 anos, correspondente ao Ensino Médio. Isso porque, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, ainda em 2014 eram quase 1,7 milhão de jovens fora da escola.

Além disso, entre os que estão matriculados, muitos não conseguem concluir o Ensino Médio aos 17 anos. Fatores como a falta de atratividade, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, a gravidez precoce, etc. fazem com que muitos sejam reprovados e até abandonem a escola antes de concluírem os estudos. Ampliar a matrícula, reduzir a evasão e aumentar o sucesso escolar dos jovens são objetivos e metas de nossa educação. Mas a solução desses problemas não é simples. Como tornar interessante e atrativa a escola de Ensino Médio para o jovem? Como evitar taxas elevadas de reprovação dos alunos? Como diminuir a evasão? Como garantir que, ao chegar à escola, eles possam estudar com êxito e concluir o curso? Como expandir, universalizar e democratizar o acesso ao conhecimento?

Parte da solução dos problemas está na compreensão de quem é o jovem hoje. As novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio propostas pelo Conselho Nacional de Educação apontam que é preciso conhecer qual é a realidade da juventude brasileira, quais são as múltiplas dimensões da sua condição juvenil. Como afirmam Carrano e Dayrell (2014), é preciso "facilitar o processo de aproximação e conhecimento dos estudantes que chegam à escola como jovens que são sujeitos de experiências, saberes e desejos". Mas, afinal: quem são esses jovens brasileiros hoje? Quais são suas identidades, demandas e projetos? Como eles transitam para a vida adulta em uma sociedade complexa e desigual em tempos de incerteza? O que esperam da escola?

Sabemos que os jovens que frequentam a escola pública provêm de várias origens sociais, raciais, étnicas, dos campos e das periferias das cidades. Nossa juventude é diversa e suas diferenças são marcadas por desigualdades. Ainda que o Ensino Médio seja oferecido preferencialmente aos jovens de 15 a 17 anos, a juventude não se reduz a essa faixa etária, e também não se restringe à adolescência. O que chamamos de juventude, na realidade, é uma construção social e histórica. Afinal, ser jovem no Brasil hoje, por exemplo, difere do que se poderia definir como jovem em outros tempos e lugares. Por isso, é preciso reconhecer que o conceito de juventude pode ganhar diferentes contornos conforme o contexto histórico, social, cultural. Existem diferenças territoriais, raciais, de gênero, de condição social e econômica. Existem diferentes modos de vivenciar a juventude. Mas podemos dizer que jovens são sujeitos de direitos em busca de direitos e sonhos.

Os dados de uma pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)[2], de 2013, revelam que 84,8% dos jovens moram nas cidades e 15,2% no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 22% estudam e 14% trabalham e estudam simultaneamente. A maioria vive em famílias de baixa renda, convive com o desemprego e trabalhos precários. A distribuição de sexo revela equilíbrio entre 49,6% homens e 50,4% mulheres. Com relação à raça, declararam-se de cor parda (45%) ou preta (15%) e 34% de cor branca. Quanto à religião, a maioria (56%) declara-se católica, 27% são evangélicos e 15% não têm religião. A pesquisa da SNJ identificou quais são os problemas que mais preocupam a juventude brasileira de hoje. Em primeiro lugar ficaram a violência e a segurança (43%). O segundo assunto que mais preocupa os jovens é emprego ou profissão (34%). Em seguida estão as questões de saúde (26%) e educação (23%). Dentre os temas que os jovens consideram mais importantes para serem discutidos pela sociedade estão a desigualdade social e a pobreza (40%), drogas e violência (38%), política (33%), cidadania e direitos humanos (32%), educação e futuro profissional (25%), racismo (25%) e meio ambiente e desenvolvimento sustentável (24%).

É preciso considerar, especialmente, que as juventudes que hoje chegam ao Ensino Médio são, em sua maioria, provenientes das camadas populares, são jovens trabalhadores(as) que buscam conciliar trabalho e educação, assumem múltiplas responsabilidades e possuem trajetórias diversas, também no que diz respeito à escola.

Trata-se de identificar ainda a existência de uma diversidade de culturas juvenis que refletem a própria diversidade socioeconômica do país e suas especificidades regionais e locais. No entanto, é possível reconhecer que a expansão da vida urbana, o crescimento da indústria cultural e da sociedade da informação têm produzido formas relativamente generalizadas de cultura juvenil, como as chamadas "culturas urbanas": o *hip hop*, os bailes *funk,* o *punk,* os gra-

---

2 Veja-se a respeito: Pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013. Disponível em: <www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/pesquisa_perfil_da_juventude_snj.pdf>. Acesso em: 3 maio 2016.

fites e as pichações, as organizações em coletivos juvenis, os encontros das diferentes “tribos urbanas” em pontos específicos da cidade, etc.

Essas culturas juvenis são profundamente dinâmicas e voláteis, mobilizam múltiplas forças, integram-se e interagem com a realidade local e, simultaneamente, em redes virtuais de alcance global. Surgem novas tendências, estilos, expressões, que marcam indelevelmente o corpo dos jovens: suas roupas, seu cabelo, sua pele – ressignificada com adereços, *piercings* e tatuagens. Essas culturas mobilizam valores de contestação e formas de resistência ao que se entende por “vida adulta” (regrada pela tradição e pelo conformismo); também produzem sua própria linguagem, seu vocabulário, em geral constituído em oposição ao que se considera a linguagem “adulta”, por meio de abreviações, gírias, palavras em inglês ressignificadas.

Nesse amálgama de experiências diversas e contraditórias, em que o efêmero e a vivência do tempo presente se misturam com as projeções de um futuro incerto, forja-se um caldo de cultura que, em geral, a educação formal ignora, deslegitima e tenta desconstruir.

Nesse sentido, é preciso produzir uma reflexão profunda sobre os papéis que a própria escola de Ensino Médio tem assumido. Que escola é essa? Que experiências, saberes, vivências de ensino e aprendizagem ela proporciona aos estudantes? Qual currículo é oferecido e realizado nas escolas? Quais são os referentes, conceitos e valores que organizam os saberes curriculares nela praticados? Essas indagações abrem caminho para uma série de ponderações sobre as práticas escolares e a formulação de seus conteúdos curriculares.

Em geral, aponta-se que as escolas estão distantes dos jovens, reforçando representações sociais assentadas em preconceitos e estigmas que circulam socialmente e são veiculados pela mídia, segundo os quais a juventude é vista como um tempo da vida problemático, e o jovem um “problema”. Algumas escolas não consideram o jovem como parte da solução das questões que ele levanta, nem como interlocutor importante no momento de tomar decisões. A permanência de uma cultura escolar conservadora e centralizada nas decisões administrativas impede o exercício da cidadania e da participação política desses jovens, desmobilizando uma energia criativa e o desejo de colaboração que alimenta diversas práticas culturais juvenis.

Por isso, a escola de Ensino Médio precisa repensar suas práticas e modos de funcionamento, caso queira integrar efetivamente a juventude a um processo de formação educacional significativo. As novas diretrizes curriculares têm apontado sistematicamente a importância de construir os currículos escolares do Ensino Médio em torno das questões do trabalho, da cultura e da ciência e tecnologia, como eixos articuladores dos conteúdos específicos de cada disciplina. Também orientam a necessidade de levar em conta as experiências e os valores que os jovens trazem para o ambiente escolar, como resultado não apenas da vida cotidiana, mas da própria construção da identidade, em fase de amadurecimento. Seus anseios, seus desejos, suas potencialidades, suas frustrações, seus saberes e suas perspectivas precisam ser reconhecidos e debatidos pelo currículo escolar.

6 Avaliação de alunos, de professores e da educação

Todos os aspectos que viemos trabalhando ao longo deste Manual do Professor impõem uma reflexão adicional sobre o tema da avaliação. De fato, já vai longe o tempo em que a avaliação era a verificação mecânica e classificatória da aprendizagem. Acreditamos que a avaliação não deve medir apenas a assimilação mecânica dos conteúdos, mas também a aplicação de habilidades e competências diversas.

Uma avaliação nos moldes tradicionais, com ênfase quase absoluta em provas mensais ou bimestrais, não deve ser o único parâmetro. Embora tenha sua importância e validade, acreditamos que esse meio seria complementar a todo o processo e que o núcleo principal da avaliação deve decorrer da **participação** e do envolvimento dos alunos nas discussões em sala de aula e na realização das atividades propostas.

Convocar os alunos, individual e coletivamente, para elaborar os conceitos gerais da avaliação (que incluiriam as dimensões conceituais da disciplina, mas também posturas e comportamentos individuais, das equipes e da classe como um todo) poderá servir para aferir o rendimento conseguido em sala de aula e preparar o caminho para os trabalhos seguintes. Dessa maneira, aprimoram-se a atuação e as conquistas dos alunos e dos professores.

A coleção pretende dar condições para que o professor possa utilizar o processo de **avaliação contínua** (ao longo de todos os módulos do curso) para verificar o que o aluno realmente apreendeu. As diferentes atividades propostas são úteis para esse tipo de avaliação. Ao professor caberá também avaliar as próprias estratégias escolhidas para o seu curso e a necessidade ou não de rever procedimentos.

Pelos critérios do Enem, que por sua vez expressam as exigências do mercado de trabalho e da participação cidadã na atualidade, não basta à avaliação recuperar dados que o aluno tenha retido, mas principalmente verificar o desenvolvimento de capacidades cognitivas, o domínio e a aplicação de conceitos.

Além da avaliação contínua, temos também a possibilidade da avaliação diagnóstica, que consiste no uso dos instrumentos de avaliação como recurso para verificar o desenvolvimento do aluno e seu sucesso em cada um dos objetivos propostos. Essa perspectiva de avaliação pressupõe a exis-

tência de objetivos que vão além de meramente "passar o conteúdo" e depois verificar se ele foi assimilado ou não. Tais objetivos têm caráter de conquistas cognitivas progressivamente mais complexas, mais do que uma restituição de informações fornecidas em aula. Assim, a avaliação constituirá para o professor, para o grupo e para o aluno individualmente uma oportunidade de correção de rumos, no ensino e na aprendizagem, permitindo que o processo todo possa ser repensado continuamente, tendo em vista seu aperfeiçoamento constante. Dentro dessa perspectiva, retira-se da avaliação a função de reprimir o aluno indisciplinado ou de classificar os alunos, estabelecendo identidades fixas de "bons" e "maus" estudantes, como rótulos que podem se fixar indefinidamente. Ao contrário, o esforço será para desenvolver no aluno uma disciplina pessoal de estudos que se manifeste de dentro para fora, paulatinamente.

Para atingir as metas de uma avaliação de caráter diagnóstico, os instrumentos utilizados, além de ter seus objetivos previamente expostos, de modo que se tornem claros e consensuais para todos os envolvidos, devem ter seus critérios de correção explorados exaustivamente. Isso é tanto mais necessário quanto mais abertas forem as questões, e as questões abertas são muito importantes para o desenvolvimento das capacidades cognitivas mais complexas e sofisticadas. Por exemplo, ao solicitar um posicionamento pessoal quanto a um tema em estudo, o professor deve indicar quais são os parâmetros de argumentação e fundamentação aceitáveis, tais como levar em conta as evidências documentais disponíveis, considerar as limitações ou características do pensamento de época, sustentar aspectos éticos e humanísticos na argumentação, e assim por diante. Dessa maneira, nem professor nem aluno ficam reféns de visões egoísticas ou pareceres meramente impressionistas, como o popular "achismo".

Em avaliação, o critério claro de correção é importante para que se desenvolvam conhecimentos e opiniões fundamentadas, a fim de permitir que progressivamente os alunos superem pontos problemáticos do senso comum, como preconceitos e perspectivas superficiais.

A avaliação que permite a criatividade do aluno é importante para a superação do que Paulo Freire chamou de "educação bancária" e Ausubel chama de "aprendizagem mecânica", ou seja, aquela composta principalmente de conteúdos que se aprendem por repetição constante e técnicas de memória, mas não chegam a constituir um todo significativo e aplicável à vida, e cujo destino, ao longo dos anos (meses ou dias), é desaparecer quase por completo. Instrumentos que incentivem a criatividade, a resolução de problemas e o levantamento de informações que sejam aplicadas na criação de novos enunciados são benéficos para uma fixação do aprendizado não só em termos de conhecimento histórico, mas de um saber fazer que será útil no cotidiano do cidadão, filtrando as informações necessárias às suas decisões.

As exigências educacionais contemporâneas, que são significativamente expressas no modo como o Enem avalia o aluno, caminham para encorajar e sustentar uma avaliação que permita analisar o desenvolvimento das capacidades de operar o conhecimento, aplicar conceitos e resolver problemas, mais do que reter informações. As informações e os dados são voláteis e passíveis de desatualização, e o mais importante que o aluno deve saber em relação a eles é como recuperá-los, buscá-los e reencontrá-los. As extensas bases de dados tradicionais e virtuais amplamente disponíveis devem ser apropriadas para a função de liberar o tempo e os recursos intelectuais do aluno para tarefas mais significativas. A memorização de conteúdos pode ser vista como ponte para o processo reflexivo, para o desenvolvimento de raciocínios e não como um fim em si. Também por esse motivo, é necessário pensar em formas de avaliação diversificada, que não se reduzam a testes periódicos escritos (provas), mas que avancem para o cotidiano.

Nas avaliações, professores e alunos podem beneficiar-se de uma linguagem coloquial, que introduza com detalhe e clareza o que se pede, investindo em situações-problema, abusando de textos introdutórios, fontes, textos e figuras para análise. É possível esperar melhores resultados com orientação clara e com o uso de verbos e explicações que apontem com precisão o que se espera do aluno. Assim, é possível requisitar as mais variadas capacidades, das mais simples (classificar, associar, identificar) às mais complexas (estabelecer relações, comparar, levantar hipóteses, avaliar, propor soluções). Obviamente, para que sejam avaliadas, devem ser exercitadas: o que é avaliado nas provas é o que se vivencia durante as aulas, e o que se vivencia durante as aulas pode e deve ser objeto de avaliação continuada.

Outro elemento cotidiano no ensino são as pesquisas demandadas como tarefa, fora de sala de aula. No passado, os alunos copiavam trechos de livros ou enciclopédias para atender às solicitações de pesquisas de seus professores. Atualmente, dada a disponibilidade quase ilimitada da internet, mesmo para os estratos mais desfavorecidos da população, a tendência é que esteja facilitada e generalizada a pesquisa de temas pelo "método Ctrl+C/Ctrl+V", ou seja, digitar o tema em servidores de busca, selecionar, copiar e colar os textos. Essa prática não obriga sequer que se leia o que se colou no documento entregue ao professor e é completamente inócua. Exigir trabalhos escritos à mão não é uma solução e impõe um retrocesso técnico que chega às raias do insuportável para o aluno. Uma saída possível é propor trabalhos que não se esgotem na apresentação de informações, mas que exijam compreensão e reflexão: problemas a serem resolvidos com o uso da informação em foco; formulações de pesquisa com uma ou mais perguntas; solicitação de dados ou opiniões diferentes que devam ser comparados e elaboração de uma conclusão.

Com a disponibilidade de *sites* de internet que armazenam programas de televisão, gravações em vídeo, trechos

de filmes, etc., é possível propor pesquisas nas quais o aluno extraia informação de temas disponíveis em reportagens ou entrevistas, por exemplo, e redija seu relatório a partir daí. Enfim, é possível reverter o mau uso dos recursos de informação para a pesquisa escolar, mas, para isso, a pesquisa tem de ter um caráter operatório, da mesma forma que a aula e a avaliação de História.

As atividades devem desenvolver habilidades de linguagem, capacidade de relacionar, analisar, interpretar dados, fatos, situações e modelos explicativos. Ao mesmo tempo, elas devem visar à produção de trabalhos individuais e coletivos, que permitirão avaliações diferenciadas.

Cabe ao professor ainda mobilizar os alunos no processo de **autoavaliação**, do qual devem fazer parte não só uma autorreflexão, mas os comentários feitos pelos colegas de sala.

No final, importa saber – e avaliar – o preparo dos estudantes para entender o mundo em que vivem e no qual devem atuar e interferir de modo mais preparado e consciente.

7 Enem

Nas últimas décadas, as discussões no campo da Didática da História (ou da metodologia do ensino-aprendizagem de História) se desenvolveram e se tornaram bastante complexas. No Brasil não foi diferente. Há uma ampla e crescente gama de estudos universitários sobre o tema, e grande parte desses materiais está acessível em anais impressos de eventos ou na internet, em periódicos tradicionais ou *on-line*, além de livros.

A partir de estudos inicialmente desenvolvidos por pesquisadores como Marcos Silva, Elza Nadai, Circe Bittencourt, Kátia Abud, Ernesta Zamboni e outros, o período pós-regime militar brasileiro foi marcado pela busca de novos rumos, diante da necessidade de refazer a disciplina, que havia sido atacada pelos governos como forma de levar à escola a Doutrina de Segurança Nacional. Além disso, buscava-se trazer de volta a História, resgatando-a dos Estudos Sociais. Tratava-se de buscar novas perspectivas quanto a conteúdos, métodos e fundamentos do ensino da disciplina, adaptando-a às necessidades de formação para a cidadania em um novo tempo, democrático.

De lá para cá, os estudos se aprimoraram e se especializaram, alcançando espaço na pós-graduação das universidades brasileiras e influenciando fortemente políticas públicas para a educação, como currículos e programas.

Atualmente, a abrangência temática desse campo de investigação envolve todas as esferas do trabalho pedagógico com a História: currículos e programas, formação de professores, recursos para o ensino, linguagens alternativas, aspectos cognitivos, culturais e ideológicos da aprendizagem, estudos sobre o livro didático, formação de identidades, usos do passado e mesmo a história do ensino de História. Entre os conceitos que têm fecundado na área podemos destacar os de "saber histórico escolar" (vinculado à perspectiva da "cultura escolar") e "consciência histórica". O primeiro, conforme já vimos anteriormente, destaca o aspecto produtivo e criativo, em termos do conhecimento, da cadeia educativa que envolve a disciplina, e abre a possibilidade de encarar o professor como um intelectual especializado e envolvido com uma forma particular de saber.

O conceito de consciência histórica, por sua vez, adiciona às análises educacionais a ideia de que a formação histórica do aluno não se resume à escola, e não depende somente dela, mas começa e permanece, ao longo de toda a vida, ligada às realizações práticas e às interpretações da história que brotam de famílias, instituições e meios de comunicação. O principal efeito dessa perspectiva é reforçar a ideia de que a História ensinada na escola não é a única fonte de informação histórica do aluno, e que, portanto, é indispensável à produção de ferramentas analíticas, capazes de qualificar o juízo que o indivíduo faz do tempo, produzindo sua orientação temporal.

Os debates atuais sobre o ensino de História podem ser encontrados facilmente em livros e revistas, mas também na internet, em *sites* como o Banco de Teses e Dissertações da Capes (www.capes.gov.br), o Scielo (www.scielo.br), a Associação Nacional de História (www.anpuh.org) e a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (www.anped.org.br), entre outros.

Os educadores têm debatido a identidade (ou a falta dela) do Ensino Médio no Brasil ao longo das últimas décadas, oscilando entre a análise de que ele deveria ter um caráter profissionalizante ou de que se trata de uma etapa de transição não muito bem definida entre a educação fundamental e a educação superior.

No campo da aprendizagem histórica, o Ensino Médio tem o caráter de revisão do que já se viu na disciplina durante o Ensino Fundamental, mas com um desafio distinto: ver "todo" o conteúdo, em menos anos de ensino e com menos aulas semanais. Essa pressão traz duas tendências diferentes: reduzir o ensino a uma passagem panorâmica, superficial e desarticulada sobre milhares de informações ou a desistência dessa abordagem total e enciclopédica em busca de recortes temáticos que permitam a formação dos conceitos principais da área e a composição de ferramentas intelectuais que permitam analisar dados históricos em geral.

Nesse cenário, partindo de nossa prática em sala de aula, procuramos um caminho conciliatório, se pudermos usar esse termo, pelo qual buscamos manter as informações mais relevantes, para construir um domínio de conteúdos minimamente suficiente, preocupando-nos ao mesmo tempo com a formação de conceitos e com as habilidades gerais relativas ao pensamento histórico, principalmente nas seções dedicadas a essa discussão.

Nesse sentido, chamamos a atenção para as habilidades e competências adotadas pelo Enem, desde 2009. Como se sabe, o Exame Nacional do Ensino Médio foi instituído pelo MEC em 1998, com objetivo de avaliar o desempenho do estudante do Ensino Médio e contribuir para a melhoria da qualidade de ensino desse nível da educação básica. Onze anos depois, o exame passou a ser usado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior e como instrumento para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Tais mudanças justificaram o estabelecimento do conjunto de habilidades e competências a serem avaliadas, servindo-se das disciplinas escolares como instrumentos. Reproduzimos no quadro abaixo o que tem norteado cada edição do exame desde então para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Matriz de referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área	Habilidades
1. Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H1 – Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura. H2 – Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas. H3 – Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos. H4 – Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura. H5 – Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
2. Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.	H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos. H7 – Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações. H8 – Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social. H9 – Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial. H10 – Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
3. Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.	H11 – Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço. H12 – Analisar o papel da Justiça como instituição na organização das sociedades. H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder. H14 – Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas. H15 – Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
4. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.	H16 – Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social. H17 – Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção. H18 – Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais. H19 – Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano. H20 – Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

5. Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H21 – Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social. H22 – Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas. H23 – Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades. H24 – Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades. H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.
6. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.	H26 – Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem. H27 – Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos. H28 – Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos. H29 – Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas. H30 – Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

MINISTÉRIO da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Edital ENEM 2016*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

É notório o papel crescente do Enem como força de influência sobre os programas de Ensino Médio. O exame iniciou-se com pretensões restritas, consolidou-se ao longo de mais de uma década e está aos poucos substituindo em importância o vestibular como fator de condicionamento do ensino oferecido em nível secundário. Em sua trajetória recente, ele vem impondo ao ensino escolar a cobrança da aprendizagem da capacidade de lidar com informações de modo criativo, reflexivo, solicitando mais o raciocínio e a capacidade de operar com os conceitos fundamentais de cada área do que a capacidade de memorizar fórmulas, dados, fatos, e simplesmente identificá-los corretamente nos enunciados.

Até 2009, o Enem tendia a concentrar questões que mobilizavam temas mais próximos do presente e a dispensar o conhecimento de detalhes dos acontecimentos históricos, preferindo testar a capacidade de analisar os textos dos enunciados das questões. Em suma, o conteúdo das disciplinas tinha um lugar claramente secundário em detrimento de conceitos e capacidades de gerenciar informação. A partir daquele ano, percebe-se nas provas que as questões fazem referências mais diretas aos conteúdos da disciplina, associando os assuntos históricos e as competências e habilidades. Por isso, optamos por uma obra que concilie a interpretação, a análise crítica, a discussão de diferentes pontos de vista com a narrativa de processos históricos centrais para a compreensão da nossa vida, como é o caso do século XX e início do século XXI.

8 Indicações bibliográficas

AISENBERG, B.; ALDEROQUI, S. (Comp.). *Didáctica de las Ciencias Sociales:* aportes e reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994.

ALBUQUERQUE M. A. M. de; ANGELO, M. D. L.; DIAS, A. M. de L. Propostas de aula de campo e estudo do meio no Complexo Xingó. *Geotemas*, Pau dos Ferros (RN), v. 2, n. 1, p. 111-128, jan./jun. 2012.

AMÉZOLA, G. de. *Esquizohistoria:* La Historia que se enseña en la escuela, la que preocupa a los historiadores y una renovación posible de la Historia escolar. Buenos Aires: Zorzal, 2007.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. *O anjo da História.* Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

________. *Ensino de História*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

BLOCH, M. *Introdução à História.* Lisboa: Europa-América, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio:* Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

BUSQUETS, M. D. et al. *Temas transversais em Educação*. São Paulo: Ática, 1997.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

________. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História:* ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRETERO, M. (Coord.). *Construir y enseñar:* las Ciencias Sociales y la Historia. Madrid: Aique, 1995.

______. *Documentos de identidad:* La construcción de la memoria histórica en un mundo global. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CERRI, L. F. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de História nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAUI, M. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

D'ALESSIO, M. M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Por que ler este livro? Uma abertura ao diálogo. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). *Juventude e Ensino Médio:* sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FAZENDA, I. C. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:* efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1979.

FERRO, M. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*: a história dos dominados em todo o mundo. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, S. G. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

______. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

FONTANA, J. *História:* análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GALEANO, E. *Memória do fogo 3:* o século do vento. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GAYRARD-VALY, Y. *The story of fossils:* in search of vanished worlds. Londres: Thames and Hudson, 1994. (New Horizons).

GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão:* o neoliberalismo e a crise na escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

GINZBURG, C. *Olhos de madeira:* nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOULD, S. J. *O milênio em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, E. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBY, R. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JARA, O. Sistematização. In: FUMAGALLI, D.; SANTOS, J. M. P.; BASUALDO, M. E. (Org.). *O que é sistematização:* uma pergunta, diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

______; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Dir.). *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIEBESNY, B.; OZELLA, S. Projeto de vida na promoção de saúde. In: CONTINI, M. L. J. et al. *Adolescência e Psicologia:* concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 62-67.

MANIQUE, A. P.; PROENÇA, M. C. *Didática da História:* patrimônio e história local. Lisboa: Texto, 1994.

MORAES, J. G. V. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J. et al. *Adolescência e Psicologia:* concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.

PALLARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da História*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

PINSKY, J. (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, T. A. P. *A história do historiador*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

REIS, J. C. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

______. *Escola dos Annales:* a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C. *Tempos modernos*: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RÜSEN, J. *Razão histórica:* teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade:* o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola:* novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1998.

SILVA, C. S. B.; MACHADO, L. M. (Org.). *Nova LDB:* trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade:* uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

______. *Identidades terminais:* as transformações na política da Pedagogia e na Pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

______ (Org.). *Liberdades reguladas:* a Pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, Rio de Janeiro, set./dez. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010>. Acesso em: 30 abr. 2016.

VILAR, P. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 6. ed. Barcelona: Crítica, 1999.

WHITROW, G. J. *O tempo na História:* concepções de tempo da Pré-História aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ZANOTTO, M. A. C.; DE ROSE, T. M. S. Problematizar a própria realidade: análise de uma experiência de formação contínua. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2003.

9. Comentários e orientações por Unidade e capítulo

Introdução

A construção do saber histórico

Esta seção de abertura do livro pretende ser um referencial para as reflexões sobre a disciplina de História e o papel do historiador na construção de um campo de saber sobre o presente e o passado das sociedades. Enfatizamos, no texto do livro do aluno, que o estudo da História pressupõe certos procedimentos relacionados ao método de pesquisa, como a análise das fontes, e uma compreensão da ação humana que leve em conta a diversidade cultural e de formas de organização social dos povos, ao longo do tempo.

A imagem de um jovem indígena utilizando um computador, no início da seção, pretende disparar esse debate sobre as diferentes vozes e pontos de vista presentes na nossa sociedade. Diferentes grupos étnicos, movimentos sociais, associações de classe, grupos de defesa de direitos diversos, partidos e sindicatos, pesquisadores da universidade, todos somos ativos na elaboração de versões da história. Em sala de aula, cabe ao professor refletir com os alunos sobre as diferentes versões, seus interesses, suas formas de narrar e explicar a História, na busca de um entendimento mais profundo sobre os acontecimentos humanos e seus significados.

Assim, esta seção requer a atenção do professor, que deve orientar e incentivar os alunos a perceber que os fatos históricos não podem ser vistos de uma forma única; afinal, eles estão permeados pela visão de mundo de cada historiador. As reflexões propostas pela seção ressaltam aquilo que apontamos como uma das contribuições desta obra: a possibilidade de conhecer e refletir sobre a produção do conhecimento histórico. Por isso falamos em "construção", que nos remete à ideia de algo inacabado, em elaboração contínua.

Desse modo, justifica-se nossa proposta de trabalhar com a aula dialogada a partir da leitura individual dos textos. Caberá ainda ao professor retomar esses temas no decorrer do estudo, ao longo dos capítulos, e especialmente nas seções *Saber Histórico*, presentes nas aberturas das unidades.

Por que estudar a construção do conhecimento histórico?

- Introduz alguns conceitos fundamentais do campo de conhecimento da História: tempo, processo, permanências e rupturas, fontes históricas e procedimentos de pesquisa.
- Reflete sobre a construção permanente do conhecimento histórico, como um campo de debate em transformação.
- Identifica a importância das relações entre passado e presente, possibilitando uma compreensão mais profunda sobre nossa época.

Abordagens interdisciplinares

- **Física:** podem-se explorar as diferenças e semelhanças entre os fundamentos científicos da Física e da História, a partir dos conceitos de "hipótese", "pesquisa" e "verificação de dados".
- **Literatura:** a questão da narrativa histórica (como modalidade textual e forma de conhecimento) possibilita um debate sobre as fronteiras entre a reflexão histórica e os conhecimentos produzidos pela literatura e pelos estudos literários.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1. a) Resposta pessoal.

   b) No passado, as escolas privilegiavam o ensino dos principais fatos políticos da História mundial e nacional. Detinham-se, especialmente, na narrativa dos acontecimentos, sempre entendidos como resultado da iniciativa de "pessoas notáveis". Os alunos precisavam memorizar datas, nomes e fatos para repeti-los nas provas. Quando os alunos tinham contato com alguma fonte histórica, eram documentos oficiais que serviam para comprovar ou ilustrar o que havia sido ensinado pelos professores. Atualmente, o ensino de História procura abarcar todas as atividades humanas, bem como a maneira como as pessoas pensavam e sentiam em outras épocas e lugares. Os grandes fatos deixaram de ser considerados mais importantes do que os elementos corriqueiros do cotidiano e as pessoas comuns passaram a ser entendidas também como agentes da História, diminuindo a ênfase dada aos "notáveis". A atenção recaiu sobre a compreensão dos processos históricos, e as fontes primárias, multiplicadas e diversificadas, são hoje oferecidas como objetos de investigação, questionamento e análise.

2. Dizer que a História é um conhecimento dinâmico, que está em constante construção, significa que os acontecimentos históricos podem receber diversas interpretações e ser abordados de diferentes perspectivas. As interpretações variam conforme as preocupações de diferentes épocas e lugares, das fontes primárias analisadas e dos referenciais teóricos usados. Ou seja, o conhecimento histórico deve ser percebido como um campo de debates, em que não existem verdades definitivas.

3. Não é suficiente extrair as informações oferecidas pelas fontes, pois é preciso interpretá-las. Para tanto é necessário questioná-las, buscando saber por quem foram produ-

zidas, com que intenção e qual a razão, perceber como dialogam com outros elementos do seu próprio tempo e, inclusive, identificar sobre que aspectos silenciam.

4 Esse equívoco é o anacronismo e pode ser evitado buscando-se contextualizar o evento estudado, compreendendo-o a partir da visão e das referências próprias do tempo em que esse evento ocorreu.

5 O tempo histórico é composto de diferentes durações porque as transformações históricas não ocorrem todas ao mesmo tempo nem no mesmo ritmo. Há coisas que podem se transformar muito rapidamente, como a troca de um regime político, e outras que podem levar muitas gerações para ocorrer, como a mudança nas estruturas da sociedade, que envolvem as formas de interação do homem com seu meio. Por isso, historiadores argumentam que o tempo histórico pode ser de curta, média ou longa duração.

6 As periodizações são sempre o reflexo de determinado poder político, econômico e cultural, que se expressa nas datas e nos temas escolhidos para serem estudados. No caso da periodização utilizada em grande parte dos estudos de História no mundo de hoje, trata-se de uma visão centrada nos interesses europeus – o eurocentrismo. Embora não seja possível dispensar a periodização, pois ela tem a importante função de facilitar o estudo da História, é necessário lembrar que ela reflete uma dada cultura (a do Ocidente europeu) e que não consegue abranger a variedade de povos, temas e culturas existentes.

Pratique

7 a) Os alunos poderão levantar vários adjetivos, como "forte", "corajoso", "aventureiro", "ambicioso", etc. Fique atento se o adjetivo escolhido está de acordo com o texto lido e faça uma lista das palavras na lousa para fazer a ligação com a questão seguinte. Se julgar interessante, discuta com a turma a tendência que muitas pessoas têm de romantizar a História.

b) No texto, a História é feita por homens excepcionais, aqueles que têm coragem para enfrentar grandes desafios e aventuras. É interessante destacar que os protagonistas dessa história são sempre do sexo masculino.

c) Sim. O texto destaca e exalta a iniciativa de personagens europeus que navegaram o Atlântico e omite que muitos conhecimentos que possibilitaram as navegações foram desenvolvidos no Oriente, como a bússola e muitos mapas de navegação.

d) Não, pois não há "verdade histórica". A História é uma área do conhecimento em constante construção, que sofre modificações conforme são revelados novos documentos ou são realizadas novas interpretações a partir de fontes antigas. Nesse caso, o historiador Fábio Pestana Ramos examinou as fontes originais que deram origem à lenda da Escola de Sagres e as reexamina, concluindo que a crença na existência da instituição foi resultado de uma má interpretação da documentação disponível.

8 a) O autor refere-se ao anacronismo, que é a prática pela qual o historiador projeta elementos próprios de um tempo sobre outro.

b) O exercício de exemplificação ajudará o aluno a fixar o conceito de anacronismo e apropriar-se dele. Para que isso ocorra de fato, porém, é preciso discutir e comparar os vários exemplos apresentados pelos estudantes. São exemplos de anacronismo: interpretar as atitudes de Joana D'Arc como "feministas" (uma vez que as mulheres ainda não haviam se organizado em um movimento político pela defesa de seus direitos na Idade Média) ou afirmar que o conquistador espanhol Hernán Cortéz, ao decidir pelo massacre dos astecas, feria os "direitos humanos" (posto que a noção de direitos humanos só se desenvolveria no decorrer do século XVIII, muito depois das conquistas).

9 Os grupos devem discutir a proposta por quinze ou vinte minutos. Espera-se que os alunos sejam capazes de entender que projetamos o futuro a partir da compreensão que temos do presente, e que essa depende da consciência histórica dos sujeitos. Assim, a manipulação da História é uma estratégia utilizada pelos governos autoritários para impedir o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o presente e controlar as expectativas e projetos daqueles sobre quem governam. Reserve os últimos vinte minutos da aula para os grupos apresentarem uns para os outros sua interpretação e debaterem suas conclusões.

Analise uma fonte primária

10 a) O objetivo dessa atividade é estimular o aluno a fazer problematizações. No ensino, em geral, os alunos são recorrentemente instigados a encontrar respostas para perguntas que lhes são propostas, mas dificilmente são solicitados a levantar questões. Aqui, espera-se que os alunos levantem perguntas sobre a relação realidade/representação, sobre a incontestabilidade da fotografia como retrato da realidade e o uso da fotografia como fonte primária. É possível que apareçam também outras problematizações, que devem ser valorizadas e discutidas em sala.

b) Não. Mesmo uma foto adulterada pode dizer muito sobre como as pessoas que viveram em certo lugar e em certo tempo viam sua realidade. No entanto, é importante que o historiador investigue todas as informações possíveis sobre as imagens que analisa (quem foi responsável pela imagem, com que objetivo a produziu, com que técnicas, etc.) para ter o máximo possível de elementos para interpretar suas fontes. Além disso, mesmo fotografias não adulteradas são produtos de um olhar particular. O fotógrafo cria uma determinada narrativa da realidade, coerente com seu ponto de vista ao escolher, entre

outros fatores, o que enquadrar, o ângulo em que a imagem será obtida, com qual iluminação, etc. Ao historiador, portanto, não interessa somente aquilo que está sendo retratado, mas como isso está sendo feito, ou seja, interessa a compreensão de mundo presente na imagem.

Atividades complementares

+Atividades

1 Em janeiro de 2010, chuvas intensas causaram inundações e desmoronamentos em diversos estados do Sudeste brasileiro. Na cidade de São Luiz do Paraitinga, na região do Vale do Paraíba, em São Paulo, o transbordamento do Rio Paraitinga causou a destruição de muitos prédios históricos. Esse episódio pode ser rememorado em sala para dar início a uma discussão sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e para aprimorar o entendimento dos alunos acerca das fontes primárias. Para estimular o debate, leia com atenção os textos a seguir e faça o que se pede adiante.

Texto 1
A reconstrução possível

Seguindo-se à comoção geral vem a realidade dos fatos sobre a destruição do centro histórico de São Luiz do Paraitinga. A cidade nasceu em 1769, sob o plano de Morgado de Mateus, ligação entre Taubaté e o porto de Ubatuba. O terreno escolhido foi aquele pouco acima do local do alagamento, onde se encontra a igreja do Rosário, descendo para a capela das Mercês (também levada pelas águas) até atingir as margens do rio. A cidade desenvolveu-se com um traçado ortogonal ao longo de vias paralelas, apertada junto ao rio e um morro íngreme. Com o cultivo do café no século XIX, tornou-se celeiro do vale com as culturas de feijão, mandioca e milho. Enriquecida, construiu a igreja e imensa praça com os casarões em área plana, porém alagadiça.

A técnica utilizada foi a do período colonial, taipa de pilão para as paredes estruturais e pau a pique para as divisórias.

Seu patrimônio urbanístico e arquitetônico foi reconhecido pelo Condephaat – órgão de preservação estadual –, que a aclamou em 1982. Agora, o Iphan – órgão nacional – já estava com o processo de tombamento como monumento nacional em fase final. A justificativa estadual fora fundamentada em seu traçado regular, expressão do pensamento de Morgado de Mateus que, ao fundar as vilas, determinava simetria, harmonia dos edifícios como espelho da ordem pública, economia e civilidade.

A cidade cresceu e construiu aquele que é considerado o mais coeso núcleo urbanístico paulista do período da cultura do café, junto com Bananal.

Que poderia ter sido feito para impedir a tragédia? Não ter construído os casarões ainda no início do século XIX em uma área que se sabia ser alagadiça?

A fachada da igreja fora ampliada, italianizada, pesando sobre sua estrutura parcialmente em taipa. As rachaduras na torre detectadas pelo IPT não chegaram a contribuir para a queda.

Sem dúvida a força das águas foi a responsável. A técnica da taipa, com barro batido e divisórias com barro sobre taquara não suportou as inundações.

Reconstruir a cidade é possível. Dominar as forças das águas dos rios Chapéu e Piratininga? O primeiro, criando barragens ainda no município de Cunha; aprofundando a calha do segundo, ampliando áreas ao longo de seu leito. Estas são as sugestões dos técnicos, expostas em recentes entrevistas.

Os casarões que passaram por reformas estão de pé, segundo técnicos do Condephaat e do Iphan. As técnicas para reconstrução serão debatidas, se concreto e alvenaria interna mantendo as fachadas ou ainda o aproveitamento dos materiais. Os técnicos do Iphan certamente contarão com a experiência – mesmo que não tenha sido nesta dimensão catastrófica – da reconstrução da cidade de Goiás, em 2001. Paraitinga, a cidade cuja espiritualidade não foi abalada, saberá ver no encontro de imagem intacta de seu padroeiro, São Luís de Tolosa, o caminho a seguir.

TIRAPELI, Percival. A reconstrução possível. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0801201010.htm>. Acesso em: 14 maio 2016.

Texto 2
Historiador: inundação de S. Luiz é 'chocante' para patrimônio

O historiador e professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Marins, classificou de "chocante" para a preservação do patrimônio cultural brasileiro a inundação que destruiu parte do centro histórico da cidade de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba paulista, no último dia 2.

A cidade era a única do Estado a ter preservado um conjunto arquitetônico de construções do século XIX em bom estado e em grande número. As edificações eram fundamentais para a economia da cidade, que girava em torno do turismo, e para a realização das manifestações culturais locais, como os festejos do Divino Espírito Santo, o Carnaval, as festas da Semana Santa e o Corpus Christi.

"São Luiz do Paraitinga tem essa convergência muito clara entre o patrimônio material e o imaterial, que faz dessa cidade semelhante ao que é Olinda para Pernambuco, ou Pirenópolis para Goiás", afirma o professor. "Não é só a perda das edificações que existem ali, mas o fato de que essas edificações mediam uma quantidade muito grande de festas, que ocorrem em meio a elas e dentro delas. Isso foi perdido."

São Luiz do Paraitinga é lugar privilegiado para o estudo do neoclassicismo no Estado de São Paulo. Outros municípios, como Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Itu e Campinas, têm imóveis da fase neoclássica, mas isolados e mesclados no conjunto da cidade a

outras edificações dos séculos XX e XXI. Em São Luiz, havia uma configuração em grupo de um grande conjunto de imóveis, a maior parte deles erguidos no período de 1840 a 1870.

"Eles tinham características peculiares, como é o caso dos forros de dentro das casas, que são muito marcantes em São Paulo. Eles têm um desenho como se fosse um sol dentro das salas. A arquitetura, sobretudo de sobrados, também era muito significativa para o Estado, e é justamente com esse tipo de imóvel que houve uma perda muito grave para a cidade. Em alguns que sobreviveram, houve perda de revestimento e abalo estrutural".

As edificações de São Luiz eram um registro histórico da primeira área de expansão da cafeicultura brasileira no século XIX, no Vale do Paraíba. O período não é, geralmente, foco de políticas públicas de preservação de patrimônio, como acontece com as cidades com construções do período colonial, vinculadas à mineração mineira ou à economia açucareira nordestina.

"Para a população local, foi um desastre. E para aqueles que se preocupam com a preservação do patrimônio cultural é uma perda assim, não radical, como se noticiou inicialmente, talvez aquelas cifras enormes sejam revistas, mas, de qualquer maneira, o cenário que existe na cidade é de devastação", diz Marins.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a reconstrução dos prédios derrubados pela inundação deve ocorrer o mais rápido possível, com base nos registros de tombamento das construções da cidade.

"Nessas circunstâncias, pode-se ou fazer uma construção efetivamente contemporânea que dialogue com o passado da cidade, ou uma reconstrução, uma réplica da construção original, mas que a réplica seja evidentemente uma réplica, de maneira que não se confunda os tempos. Aquilo que era do século XIX e do início do século XX está perdido, aquilo que se terá é uma reconstrução do século XXI e é importante que isso seja bastante explicado", disse o professor.

HISTORIADOR: inundação de S. Luiz é "chocante" para patrimônio. *Agência Brasil*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4197364-EI306,00-Historiador+inundacao+de+S+Luiz+e+chocante+para+patrimonio.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Texto 3
Registros de Paraitinga serão recuperados página por página

A história das pessoas que nasceram, se casaram ou morreram em São Luiz do Paraitinga, cidade a 182 km de São Paulo e destruída pelas chuvas na virada do ano, foi transportada de caminhão para o município de Diadema, vizinho à capital paulista. É lá que cerca de 160 livros com os registros civis dos moradores, cujas datas remetem a 1875, passarão por um cuidadoso e demorado processo de restauro.

A oficial titular do cartório de registro civil da cidade, Lara Lemucche Cruz, 30 anos, passou a tarde de quarta-feira empilhando os livros na calçada para o transporte. Entre eles, estavam 72 de nascimento, 46 de óbito e 39 de casamento, além de outros três de registros diversos. Resignados, alguns moradores que têm o seu nome inscrito naqueles livros pararam para ver a cena. Estima-se que 80% das mais de 50 mil folhas possam ser recuperadas.

O trabalho de recuperação é delicado e será feito página por página. Lara afirma que não sabe ainda como será o recomeço de seu trabalho. "É um cartório pequeno, mas tem a história dos registros de toda a cidade aqui. Espero que consigam salvar muita coisa, mas certamente não conseguiremos salvar tudo", diz.

Segundo ela, de três anos para cá, aqueles que requisitaram, por exemplo, a segunda via de uma certidão, tiveram o documento microfilmado. "Mas a grande maioria do que tínhamos aqui não tem registro eletrônico. Nunca imaginamos que pudéssemos enfrentar uma enchente desse tamanho. Para se ter uma ideia, o cartório ficou todo coberto pela água. Nada do que estava lá dentro escapou."

Um dos encarregados pelo transporte e restauro dos livros é Leno Zan de Souza, 34 anos. Experiente no trabalho, diz que é a primeira vez que se depara com um volume desta dimensão. Ele ainda não sabe com o tamanho da equipe que vai contar, mas espera que o grupo seja grande o suficiente para que o trabalho possa ser executado de maneira mais rápida.

"Os livros precisam ser desmontados e as folhas separadas uma a uma. Aí são lavadas com um produto químico especial e colocadas para secar. Nesse momento, as páginas que rasgaram também são reconstituídas. É dada uma capa nova aos livros. Acredito que até 80% do material que está aqui possa ser recuperado", diz.

MAGALHÃES, Vagner. Registros de Paraitinga serão recuperados página por página. *Redação Terra*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4190560-EI8139,00-Registros+de+Paraitinga+serao+recuperados+pagina+por+pagina.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

a) Pesquise em livros, revistas e *sites* o significado do termo "tombamento".

De acordo com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), "o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, com o objetivo de preservar para a população, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até afetivo" (Disponível em: <www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnextoid=a2663ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD#Pergunta4>. Acesso em: 10 jan. 2013). A intenção é impedir que tais bens venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento pode ser promovido pelas esferas federal, estadual ou municipal. O órgão federal responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No caso do Estado de São Paulo, o órgão é o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e na cidade de São Paulo é o Conselho

Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Ao longo do tempo, outras cidades vêm criando conselhos Municipais para cuidar dessas questões.

b) Que critérios foram usados pelos especialistas para justificar o tombamento de São Luiz do Paraitinga?

Os critérios usados na solicitação do tombamento foram: o papel da cidade no contexto da expansão da economia cafeicultora da região do Vale do Paraíba no século XIX, a conservação de um conjunto coeso de edificações típicas da arquitetura paulista de meados do século passado e o traçado urbano regular da cidade, expressão de uma época em que uma nova concepção de civilidade começava a se impor.

c) Que fontes de pesquisa histórica foram afetadas pelo transbordamento do rio Paraitinga?

Tanto fontes materiais quanto fontes escritas: edifícios, imagens religiosas, objetos de uso cotidiano e documentos de várias naturezas, como certidões de casamento e de batismo, processos judiciais, etc.

d) Em sua opinião, por que o desastre em São Luiz do Paraitinga preocupou tanto os habitantes da cidade, os historiadores e os pesquisadores em geral?

Resposta pessoal. Espera-se que os alunos percebam que a preservação do patrimônio histórico e cultural está relacionada à preservação de vínculos afetivos de uma comunidade. Os monumentos, imagens e documentos compõem a memória de uma comunidade e permitem o resgate de sua história, ou seja, de parte da história do país. Daí a preocupação com a tragédia ocorrida naquela cidade. É importante que os alunos observem a ligação entre o patrimônio histórico e a identidade de um povo.

e) O restauro do patrimônio danificado pela enchente em São Luiz do Paraitinga deverá ser um processo longo e oneroso para o Estado. Em sua opinião, ele deve ser realizado ou o governo deve priorizar outros gastos?

Resposta pessoal. Essa questão pode suscitar polêmica. Alguns alunos podem demonstrar uma compreensão mais profunda sobre a importância e o significado da preservação do patrimônio nacional, ao passo que outros podem defender posições mais imediatistas e pragmáticas. É recomendável que a questão seja resolvida pelos próprios alunos, a partir de argumentos propostos por eles com sua intermediação.

2 Depois de realizar as atividades anteriores, exiba aos alunos o filme *Narradores de Javé*, de Eliane Café (Brasil, 2003, 100 min).

Antes da exibição, apresente-lhes o roteiro de observação a seguir.

- Identifique os principais personagens da trama.
- Como a história da personagem Biá é apresentada?
- O que leva os habitantes de Javé a escrever a história da cidade?
- Compare as histórias contadas por Seu Vicente, Deodora, Firmino e Negro Velho sobre a origem da cidade. Em que elas são parecidas? E em que são diferentes?
- Como Biá reage a cada história que escuta?
- Note que a última cena repete uma imagem já mostrada outras vezes no decorrer do filme. Qual?

Após a exibição, organize os alunos em **grupos** e promova um debate a partir das respostas obtidas com o roteiro. Se preferir, converse com eles sobre o filme a partir das seguintes questões:

a) De que maneira ficamos conhecendo a história da cidade de Javé?

Por meio da tradição oral.

b) Podemos dizer que alguma das histórias contadas pelos habitantes de Javé era melhor do que a contada por outro? Por quê?

Não, pois todas as histórias fazem parte do patrimônio comum da cidade de Javé.

c) Em sua opinião, Biá cumpriu o que prometeu aos habitantes de Javé?

Para essa pergunta os alunos poderão elaborar diferentes respostas. O debate será rico se todas elas forem consideradas plausíveis. Durante a discussão, é importante acrescentar que Javé não tinha uma, mas várias histórias, e que qualquer escolha que Biá fizesse como registro da história oficial da cidade implicaria a rejeição de outras e, assim, o empobrecimento do patrimônio comum de Javé.

d) Em sua opinião, a inundação fez desaparecer por completo a cidade de Javé? Explique.

Aproveite a questão e destaque a importância da tradição oral na construção da identidade dos habitantes de Javé. Observe como essa tradição fazia parte do patrimônio daquela comunidade. Pode-se aproveitar a ocasião para comparar o desaparecimento de Javé sob as águas da represa ao desastre ocorrido em São Luiz do Paraitinga.

3 Uma boa opção de trabalho para iniciar os estudos de História é realizar um debate sobre o filme *Uma cidade sem passado* (*Das Schreckliche Mädchen*), de Michael Verhoeven (Alemanha, 1989, 92 min). Baseado em uma história real, o filme versa sobre os percalços enfrentados pela jovem estudante Sonja (Lena Stolze) ao escrever uma monografia sobre a pequena Pfilzing, sua cidade natal, no tempo do Terceiro Reich. A cada descoberta sobre a relação da cidade com o regime nazista, Sonja depara-se com a resistência de seus habitantes, que se recusam a relembrar o passado.

Durante o debate, destaque os seguintes aspectos:

- A relação entre memória e história.
- O papel das instituições – como escolas, igrejas, bibliotecas – na preservação da memória coletiva.
- O direito ao acesso à informação.
- A importância da pesquisa histórica.

Caso haja tempo, proponha uma comparação entre o caso relatado no filme e as discussões que envolvem, em nosso presente, o acesso aos arquivos da época da ditadura militar no Brasil.

É interessante também observar que a cidade onde a história transcorreu realmente, Passau, na Baviária, foi alvo nos últimos anos de uma série de ataques perpetrados pela extrema-direita, incluindo a tentativa de assassinato do chefe de polícia local, acusado de perseguir os membros do Partido Nacional Democrático (NPD), de tendência nazista.

4 Outra possibilidade é trabalhar com o filme *Blade Runner*, de Ridley Scott (Estados Unidos, 1982, 188 min), no qual um grupo de replicantes, seres geneticamente criados para trabalhar no lugar dos seres humanos em colônias espaciais, passa a agir de maneira inesperada, rebelando-se contra aqueles a quem deveriam servir.

Em sala, é possível explorar a causa da atitude independente dos androides: sua humanização associada ao acúmulo de memórias e, a partir disso, o desenvolvimento da consciência sobre suas emoções e da vontade própria.

Ao orientar os alunos à exibição do filme, peça-lhes que fiquem atentos ao papel das fotografias que aparecem em duas cenas: aquela em que Deckard (Harrison Ford), o caçador de androides, encontra um punhado de fotos no fundo de uma gaveta no quarto onde Leon (Brion James), um dos replicantes foragidos, se hospedava; e a cena em que Deckard descobre que a delicada Rachael (Sean Young) não é humana e que suas memórias são de outra pessoa e foram implantadas pelo cientista que a concebeu. As duas ocasiões permitem um debate interessante sobre memória e identidade, sobre a confiabilidade da memória e sua relação com a construção do conhecimento histórico.

5 O uso de linhas do tempo é de grande auxílio para o desenvolvimento de noções temporais – como a de simultaneidade, sucessão, anterioridade, duração – e para a compreensão do conceito de contexto histórico.

Ainda que os alunos disponham dessas informações no livro didático, sua mera visualização não assegura o seu entendimento. Assim, embora a elaboração de linhas do tempo seja uma atividade mais comum no Ensino Fundamental, alunos do Ensino Médio também devem ser orientados a produzi-las, pois frequentemente apresentam dificuldade de lidar com a cronologia e de fazer associações entre fatos históricos, principalmente entre aqueles que transcorreram ao mesmo tempo, mas em diferentes lugares do mundo.

Num primeiro momento, para familiarizá-los com a periodização, oriente-os a montar, em papel *kraft*, uma grande linha do tempo, que deve ser fixada na parede da sala de aula. Nessa linha devem estar anotados, de maneira clara e visível, alguns acontecimentos e datas que marcam o início e o fim de cada período da História, tais como:

- a descoberta da agricultura em 10000 a.C. como marco do início do Neolítico;
- a invenção da escrita em 4000 a.C. como marco do início da Idade Antiga;
- a tomada de Roma pelos hérulos em 476, como marco do princípio da Idade Média;
- a queda de Constantinopla em 1453, marcando o começo da Idade Moderna;
- a Revolução Francesa, em 1789, marcando o início da Idade Contemporânea.

Ao longo do ano, os alunos poderão completar essa linha do tempo com os principais fatos estudados e imagens relativas a cada período, bem como trechos de jornais, revistas, livros, etc. Ao final, haverá um grande painel ilustrado. Durante a construção da linha, trabalhe com os alunos a indicação das datas antes e depois do nascimento de Cristo, as noções de século, era e período e o uso de escala.

Cronocart/Arquivo da editora

Unidade 1

Nossa história mais remota

Saber histórico

A primeira unidade apresenta aos alunos as origens da humanidade, desde os primeiros hominídeos (há cerca de 6 ou 7 milhões de anos) até a ocupação do continente americano, cuja data de início é alvo de inúmeras polêmicas entre os pesquisadores. No *Saber Histórico* que introduz essa unidade, refletimos sobre dois aspectos fundamentais: o papel das sociedades ágrafas no desenvolvimento dos primeiros agrupamentos humanos e a crítica às noções de progresso e atraso. Essas noções imprimiram uma visão de história como um processo evolutivo e linear que teria partido de sociedades "inferiores" e "primitivas" em direção a sociedades desenvolvidas e "superiores", cujo ápice e modelo seriam os países europeus. Portanto, trata-se de conceitos e reflexões que devem acompanhar os estudos ao longo dos três anos de Ensino Médio, pois oferecem aos alunos uma compreensão crítica sobre as concepções de história eurocêntricas que ainda integram nossa cultura histórica.

Capítulo 1

Os primeiros agrupamentos humanos

Por que estudar as origens da humanidade?

- Possibilita uma reflexão sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente, tendo em vista o uso dos recursos naturais e as diversas adaptações às condições geográficas e ambientais na busca pela sobrevivência.
- Apresenta o processo de evolução biológica e social da humanidade, discutindo as origens remotas da nossa condição como espécie.
- Oferece uma reflexão sobre as diferentes teorias e hipóteses a respeito do surgimento e desenvolvimento dos hominídeos, demonstrando o processo de construção permanente da ciência histórica e da Arqueologia.

Objetivos

- Os alunos deverão perceber as relações entre o desenvolvimento da espécie humana e o meio ambiente.
- Os alunos deverão compreender as primeiras formas de agrupamento das sociedades humanas.
- Os alunos irão trabalhar especialmente com os conceitos de evolução, progresso e organização social.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas à interpretação de diferentes modalidades de texto e à identificação de diferentes correntes de interpretação histórica.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: problematiza a relação entre o ser humano e o meio ambiente, indicando alguns desafios contemporâneos relacionados à poluição, à produção do lixo e ao esgotamento dos recursos naturais. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: África, Ásia e Europa, no período de 7 milhões de anos a 50 mil anos.
- Tema central: a sobrevivência e a expansão dos grupos humanos dependeram fundamentalmente das relações estabelecidas com a natureza, das condições climáticas e do acesso aos recursos necessários à vida, como água, alimento e proteção contra os predadores. Esse processo exigiu a criação de formas de organização social e de ferramentas e utensílios, assim como o deslocamento pelo planeta, em busca de condições adequadas à vida.
- Boxe *Para saber mais*: apresenta as diferenças entre o pensamento darwinista e a noção de "darwinismo social" criada por Herbert Spencer para justificar a expansão imperialista. Pode-se discutir que essa noção, ainda hoje, expressa a opinião comum utilizada para explicar as desigualdades econômicas entre os países e entre os indivíduos, como se vê pela expressão "a lei do mais forte".
- Cultura juvenil: pode-se refletir sobre as funções da arte rupestre ao compará-la com os atuais grafites urbanos. Os alunos podem ser incentivados a trazer imagens de grafites que apreciam e falar sobre seus significados. Assim, podem-se retomar as imagens de arte rupestre do capítulo e solicitar aos alunos que também levantem hipóteses sobre o sentido dessas imagens.

Imagens do capítulo

Arte rupestre: as pinturas desse capítulo podem ser retomadas durante o estudo do Capítulo 2, em que outras imagens de pintura rupestre possibilitam uma atividade de análise comparada, tendo em vista as representações de diferentes elementos simbólicos e da vida material dos primeiros grupos humanos. Você pode incentivar os alunos a levantar hipóteses sobre os possíveis significados das figuras geométricas da imagem da p. 40, que podem fazer referência a atividades agrícolas ou a dimensões simbólicas, dado que são tentativas de representação de elementos da natureza (como plantas e frutas). Destaca-se também a imagem de uma representação da atividade de pastoreio, numa época de grande abundância de alimentos, segundo as pesquisas.

Abordagens interdisciplinares

- **Química:** o uso do isótopo do carbono (carbono-14) para calcular a idade de fósseis animais ou vegetais possibilita um diálogo com os estudos de Química orgânica.
- **Biologia:** o tema da evolução e da trajetória das migrações dos primeiros hominídeos pode ser aprofundado a partir das pesquisas contemporâneas sobre DNA relacionadas a investigações arqueológicas.

Conheça mais

Sugestões de leitura

CELORIA, F. *Arqueologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1993. O livro de Celoria apresenta uma abordagem antropológica sobre civilizações pré-históricas.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988. De caráter introdutório, o livro apresenta a história e os fundamentos da Arqueologia ao público estudantil, de forma clara e direta.

LEITE, B. *Fim de milênio*: uma história dos calendários, profecias e catástrofes cósmicas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. A obra de Bertília Leite, tendo por horizonte a passagem do milênio, aborda uma série de questões sobre a história dos sistemas de notação do tempo.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. O livro organizado por Novaes é constituído por artigos que perpassam temas como o imaginário europeu no período dos descobrimentos, as narrativas dos primeiros viajantes até as técnicas utilizadas nas navegações.

TRIGGER, B. G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004. O autor discorre sobre as principais correntes teóricas da Arqueologia e apresenta os principais fundamentos das várias abordagens interpretativas inseridas em diferentes contextos históricos.

Sites

A linhagem evolutiva humana. Disponível em: <www2.assis.unesp.br/darwinnobrasil/humanev2.htm >. Acesso em: 20 abr. 2016. Artigo sobre a evolução humana, cujo eixo central é a comparação das características anatômicas dos *Homo sapiens* e de outros hominídeos.

Institute of Human Origins – Arizona State University. Disponível em: <www.becominghuman.org>. Acesso em: 20 abr. 2016. O *site*, em inglês, traz artigos acadêmicos sobre pesquisas atuais a respeito da origem da espécie humana e da evolução anatômica dos hominídeos. Há ainda uma linha do tempo ilustrada.

Museu do Homem Americano. Disponível em: <www.fumdham.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2016.

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.mae.usp.br>. Acesso em: 14 maio 2016.

Smithsonian Institute/National Museum of Natural History (em inglês). Disponível em: <www.mnh.si.edu>. Acesso em: 14 maio 2016.

Textos de apoio

1 A escrita no Egito

Desde o fim do IV milênio antes da nossa era, os egípcios praticavam a escrita. Adquiriram-na por si mesmos, sem imitação de nenhum sistema estrangeiro, pois os sinais adotados foram inspirados no espetáculo que o próprio país lhes oferecia, principalmente a flora e a fauna. Mas, da mesma forma que os mesopotâmios, que também criaram uma escrita, e talvez ainda antes, os egípcios não souberam – ou não quiseram – simplificar o seu sistema para facilitar-lhe o uso.

O ponto de partida é constituído pelo elementar enigma figurado, o desenho da perna significando “perna” e o do braço significando “braço”. Mas o mesmo desenho adquiriu muitos outros sentidos: um sentido simbólico a fim de designar abstrações, a ação ordinariamente efetuada pelo objeto representado ou a ideia evocada pela sua visita; um sentido fonético, a fim de transcrever palavras de que o mesmo som participasse; um sentido silábico válido, como nos nossos enigmas, para escrever uma palavra polissilábica com muitos sinais correspondentes, cada um, a uma palavra monossilábica; enfim, para vinte e quatro sinais, um sentido alfabético, equivalente a uma letra, consoante forte ou próxima de uma de nossas vogais aspiradas. [...]

[...] O desenho primitivo exigia grande habilidade manual e, sobrecarregado de pormenor, fazia com que o trabalho se efetuasse em ritmo lento. Só foi conservado para as inscrições em madeira, pedra ou metal, isto é, praticamente, para os textos oficiais, por meio dos quais concorria com um elemento decorativo para os monumentos, quase todos de caráter religioso: em vista disso, os gregos darão a estes sinais o nome de “hieróglifos”, ou seja, “gravuras sagradas”. Quanto à escrita concorrente, reduzida aos contornos e deformada, para tornar-se mais rápida, houve, inicialmente, a escrita “hierática” (literalmente: “sagrada”, o que é falso), que foi a dos documentos em papiro durante todo o período faraônico e, depois, em época posterior, a escrita “demótica”, isto é, “popular”.

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *O Oriente e a Grécia*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1960. p. 107. (História geral das civilizações, 1).

2 A grande aventura humana

De fato, a grande aventura humana da ocupação do planeta se iniciou há um milhão de anos, quando algum membro do grupo dos *Homo erectus*, firmando-se sobre seus pés, esticou a cabeça por sobre a rala vegetação da savana africana e se perguntou sobre o que haveria para além das montanhas que ele percebia acima da linha do horizonte. Naquele instante, talvez não fosse relevante o problema alimentar ou a necessidade de mais espaço. Nada nos leva a crer que aquele nosso ancestral tenha abandonado seu hábitat para resolver alguma questão material. Tanto isso é verdade que a esmagadora maioria de membros do grupo permaneceu no continente africano. É até provável que sua saída tenha sido um risco não devidamente calculado, uma vez que estaria trocando o seguro pelo duvidoso, o poço de água conhecido ou o riacho ao lado do acampamento pelo perigo de uma área desértica; poderia estar ameaçado em sua segurança, já que saía de uma área onde os perigos eram conhecidos, rumo ao desconhecido; abandonava uma região em que a tecnologia da sobrevivência era dominada para se embrenhar em situações novas.

Então, por quê?

Por espírito de aventura.

Não negamos condições objetivas como fundamentais para a ação humana. Mas que não se negue a ação do homem na História, seu poder decisório, sua iniciativa.

Aliás, a própria humanização do homem se dá nesse processo. Sabemos que, quanto mais primitivo o ser vivo, mais indiferenciado ele é. Dois protozoários são mais semelhantes entre si do que dois peixes, que por sua vez são mais semelhantes entre si do que dois cães. Entre os homens, as diferenças são maiores; não se veem dois indivíduos iguais. Nessa linha de raciocínio, que não vale apenas para a aparência física mas também para o comportamento psicossocial, a atitude de aventurar-se, de ousar, é num certo nível um passo importante no processo de humanização.

PINSKY, J. *As primeiras civilizações*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1988. p. 17.

3 Uma pequena era glacial de grandes proporções

A atmosfera registrou a massiva mortandade, a escravidão e as guerras que se seguiram ao ano de 1492, marco da descoberta da América.

A aniquilação de estimados 50 milhões de americanos nativos por varíola e guerras, assim como a escravização de africanos para trabalhar nas Américas recém-esvaziadas e despovoadas, permitiram o desenvolvimento de grandes florestas em antigas terras de lavouras.

Em 1610, o crescimento de todas aquelas árvores tinha extraído dióxido de carbono (CO_2) suficiente do ar para provocar uma queda de pelo menos sete partes por milhão (ppm) nas concentrações atmosféricas do mais importante gás de efeito estufa e dar início à chamada Pequena Era Glacial, ou Pequena Idade do Gelo.

[...]

Esse evento de resfriamento pode ter sido associado a florestas regeneradas e outras plantas que cresciam em cerca de 50 milhões de hectares de terras abandonadas por humanos após a massiva mortandade provocada por doença(s) e guerra(s) [...].

E não foi apenas a morte de milhões de americanos nativos, mas também a aniquilação de até 75% da população de dois continentes. A escravização (ou morte) de até 28 milhões de africanos como força de trabalho nas novas terras também pode ter contribuído para o impacto climático.

As populações das regiões do noroeste africano, mais afetadas pelo tráfico escravagista, não começaram a se recuperar até o final do século 19.

Em outras palavras, de 1600 a 1900 aproximadamente grandes faixas daquela região poderiam ter permitido uma regeneração natural de florestas suficientemente abrangente para reduzir o CO_2, assim como ocorre com a rebrota da Amazônia e das grandes florestas da América do Norte, embora essa hipótese continue controversa.

Tanto faz se a data é 1610, 1945 ou 50 mil a.C., a nova designação significaria que estamos vivendo em uma nova época Antropocena, parte do período Quaternário, que começou há mais 2,5 milhões de anos, com o advento da cíclica expansão e recuo de massivos glaciares.

BIELLO, David. Mortalidade nas Américas gerou nova era de carbono. In: *Scientific American Brasil*, São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <www2.uol.com.br/sciam/artigos/mortalidade_nas_americas_gerou_nova_era_de_carbono.html>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Para saber mais – *Sobre evolução*

1. A teoria da evolução defende que as espécies e os indivíduos mais adaptados ao meio tendem a sobreviver e reproduzir, enquanto as espécies e os indivíduos menos adaptados desaparecem ao longo da evolução natural.

2. A partir do pressuposto de que a seleção natural também se aplica às relações humanas, o que implica a visão de que os grupos mais adaptados a um determinado modelo social, político, econômico ou cultural são superiores aos demais e, portanto, podem subjugá-los. Assim justifica-se como "natural" que as sociedades mais ricas dominem as mais pobres, que os grandes empresários vençam os pequenos e que os homens de sucesso nos negócios sejam vistos como mais capacitados que os demais.

   Estas questões permitem um diálogo entre as disciplinas História e Biologia no que se refere ao darwinismo, tema fundamental para os estudos biológicos. Entretanto, quando descontextualizado e aplicado para explicar as relações sociais humanas, esse conceito pode conduzir a conclusões perigosas, como a de justificar a dominação de um grupo sobre outro. Por isso, é importante mostrar aos alunos que essa teoria de grande caráter explicativo na Biologia pode ser apropriada incorretamente para incitar a discriminação entre os seres humanos, fundamentando, por exemplo, a ideologia nazista da raça ariana "pura".

Atividades

Retome

1. a) A ausência de fontes escritas não significa que os povos ágrafos não tenham História. Os povos ágrafos também têm História, pois construíram formas de organização social, desenvolveram diversas tecnologias para garantir seu sustento e estruturaram suas próprias visões de mundo.

   b) É possível estudar o passado dos grupos humanos ágrafos por meio de outras fontes, como objetos de uso doméstico, pinturas rupestres, esculturas, ferramentas de trabalho, relatos orais transmitidos ao longo das gerações, etc. É possível também traçar paralelos entre povos que viveram no passado e povos atuais que tenham uma forma de organização social, política e econômica semelhante à de povos do passado.

2. Na teoria da evolução das espécies, Darwin defendeu que os indivíduos com características que asseguram melhor sua adaptação ao meio têm mais chances de sobreviver na natureza e se reproduzir. Consequentemente, com o passar do tempo, essas características tenderiam a ser predominantes na espécie, enquanto características desfavoráveis à sobrevivência desapareceriam. Ao ser aplicado o mesmo raciocínio às sociedades, concluiu-se que haveria uma evolução histórica das civilizações em etapas, cabendo às sociedades europeias o estágio mais avançado, afirmando sua superioridade sobre os demais. Ou seja, haveria sociedades mais evoluídas que acabariam predominando sobre as outras, dominando-as e impondo-lhes seu estilo superior de organização e tecnologia.

3. No continente africano.

4. No Período Paleolítico, os grupos humanos não produziam seu alimento, mas viviam da caça e da coleta. Portanto, precisavam buscar esse alimento onde estivesse disponível. Para isso, deslocavam-se permanentemente, no encalço dos animais em migração e das regiões ricas em vegetais e outros recursos comestíveis.

5. a) A passagem do Paleolítico para o Neolítico foi marcada pela descoberta da domesticação de plantas e animais, que foi acompanhada pela sedentarização dos grupos humanos e pela formação das primeiras aldeias. A oferta mais regular de alimento permitiu que os grupos humanos se tornassem mais numerosos e desenvolvessem novas formas de organização social. Além disso, foram inventadas novas técnicas, que permitiram o aperfeiçoamento e a diversificação das ferramentas e armas.

   b) O termo "revolução" não é adequado para fazer referência a essas transformações porque elas se deram muito lenta e progressivamente, sem produzir uma ruptura completa com as formas de viver que precederam a descoberta da agricultura. Em muitos casos, as atividades da caça e da coleta não foram inteiramente abandonadas e continuaram sendo realizadas concomitantemente à prática da agricultura.

Nathan Benn/Ottochrome/Corbis/Latinstock

Pratique

6 a) O professor Curtis W. Marean busca entender os fatores que explicam por que o *Homo sapiens* foi capaz de se espalhar e colonizar todo o planeta, diferentemente de espécies mais primitivas.

b) O autor cita três hipóteses para explicar a difusão do *Homo sapiens*: a evolução do cérebro, que teria aumentado a capacidade do *Homo sapiens* de enfrentar desafios; o desenvolvimento de novas tecnologias, que permitiram o uso de armas e ferramentas mais sofisticadas; o enfraquecimento de outras espécies do gênero *Homo* que viviam fora da África em decorrência de mudanças climáticas, colocando o *Homo sapiens* em situação vantajosa.

c) Para Curtis W. Marean essas hipóteses explicam a expansão do *H. sapiens* por determinadas regiões, mas não por todo o planeta.

d) Marean sugere que a dominância do *Homo sapiens* pode ser explicada por dois fatores fundamentais: o desenvolvimento de armas de longo alcance, como o arco e flecha, que permitiram à espécie enfrentar presas e inimigos sem se arriscar muito; e o desenvolvimento da capacidade de se organizar e cooperar com outros grupos humanos fora do círculo aparentado, o que deu maior mobilidade, potência e flexibilidade para a espécie.

e) A nova hipótese foi baseada em vestígios paleoantropológicos e arqueológicos, descobertos em escavações feitas na região de Pinnacle Point, no litoral austral da África do Sul, e em avanços teóricos nas áreas das ciências biológicas e sociais. Ao trabalhar essa questão, chame a atenção dos alunos para a integração de várias áreas do conhecimento nas investigações sobre nosso passado distante. É importante que o aluno perceba a importância do esforço multidisciplinar.

f) Marean teme que a teoria de que grupos humanos são geneticamente programados para eliminar grupos concorrentes quando vivem uma situação de escassez de recursos possa ser usada para legitimar perseguições xenófobas e genocídios. Essa atividade tem como propósito apresentar os procedimentos básicos da pesquisa científica ao aluno. Espera-se que ele entenda o que é um problema acadêmico, o que são métodos de pesquisa e hipóteses. O aluno deve ainda compreender que a produção científica pode se tornar instrumento político e que o cientista deve estar sempre atento para isso. Essa última questão pode ser amplamente explorada em atividades interdisciplinares com Geografia e Biologia. Caso julgue interessante, explore com os alunos as teorias eugênicas, como as do italiano Cesare Lombroso, que no final do século XIX defendeu haver relação entre características físicas, capacidade cognitiva e caráter, e aborde o atual cenário de crescimento da xenofobia em um contexto de crise econômica global.

7 a) Os grupos humanos do Paleolítico viviam da caça e da coleta. Portanto, ingeriam carne de mamíferos, peixes e aves, legumes, frutas, raízes, sementes (amêndoas, por exemplo), verduras, ovos e mel. Essa dieta provavelmente também incluía larvas e insetos, que hoje só fazem parte da alimentação de determinados grupos culturais.

b) Resposta pessoal. Nessa atividade o aluno deve ser capaz de fazer uma comparação entre presente e passado. Além de perceber diferentes elementos isolados, espera-se que o aluno compreenda também contextos diferentes. O texto elaborado pode considerar, por exemplo, que no período Paleolítico os seres humanos faziam muita atividade física vigorosa e que hoje predomina o sedentarismo; pode ainda considerar que a carne era obtida eventualmente, quando os caçadores conseguiam uma presa, e não diariamente. Também é possível que levem em conta que os animais não recebiam hormônios nem antibióticos e que não existiam agrotóxicos, de modo que, mesmo adotando uma dieta semelhante à dos nossos antepassados, ela não será idêntica; pode, ainda, lembrar-se de que a expectativa de vida hoje é muito maior e que idosos têm necessidades nutricionais específicas. Se julgar interessante, organize um debate em que os alunos exponham as principais ideias de seus textos.

8 a) Nigéria e Camarões.

b) A expansão banta levou aproximadamente 41 séculos.

c) A presença do deserto do Saara ao Norte funcionou como uma barreira natural.

d) Os bantos eram caçadores-coletores e precisavam estar em permanente deslocamento para acompanhar os movimentos migratórios dos animais e o crescimento dos vegetais.

9 Costumeiramente, tendemos a considerar que as sociedades caçadoras-coletoras são “atrasadas” em relação às modernas sociedades urbanas e tecnológicas. De acordo com essa avaliação, as sociedades que passaram por mais transformações e afastaram seus membros do modo de vida de seus antepassados são as que mais progrediram. Contudo, o autor do texto subverte essa ideia ao afirmar que sociedades que estão constantemente passando por mudanças são aquelas que estão em desajuste com seu meio e que as sociedades mais tradicionais são justamente as que encontraram um ponto de equilíbrio ideal entre homem e meio.

10 a) Esse tipo de ocupação é característico do Período Neolítico.

b) As construções em pedra, sólidas, com paredes espessas, mostram que a região foi habitada por uma

população sedentária. Além disso, a extensão da construção e as várias divisórias em seu interior sugerem que ali viveu um número grande de pessoas. Foi somente com a prática da agricultura que se tornou possível alimentar um número maior de pessoas, o que colaborou para o crescimento demográfico e a formação de grandes aldeias. Assim, a extensão da ocupação e seu caráter evidentemente permanente dela nos levam a deduzir que essa é uma ocupação neolítica.

Articule passado e presente

11 a) A atividade humana com maior impacto sobre o clima é a pecuária. Lembre seus alunos de que, além do impacto causado pelos gases emitidos pelos animais, a pecuária é ainda responsável pelo desmatamento de áreas imensas com a finalidade de serem transformadas em pasto.

b) Não. A pecuária vem sendo praticada há aproximadamente 12 mil anos, desde o início do Neolítico.

c) Essa atividade deve envolver, preferencialmente, o professor de Biologia para que os alunos possam refletir sobre hábitos alimentares, nutrição e meio ambiente. Segundo o IBGE, em 2012, 8% da população brasileira se declarava vegetariana e os números apontavam para um crescimento desse índice. Há tempos já se sabe que os riscos de desenvolver diabetes e problemas cardíacos são mais baixos entre vegetarianos. Em 2015, a OMS emitiu um relatório admitindo que o consumo excessivo de carne vermelha favorece o desenvolvimento de câncer. Entretanto, vegetarianos devem fazer acompanhamento com um especialista para evitar riscos para a saúde como falta de ferro e vitaminas. d) Resposta pessoal. Avalie se as propostas levantadas pelos alunos consideraram os dados pesquisados e discuta com eles se são viáveis. É possível que considerem, por exemplo, o aumento dos impostos sobre a carne vermelha e os embutidos, a oferta de merenda vegetariana em escolas, incentivo para a criação de hortas comunitárias, etc.

Capítulo 2

Nossos ancestrais da América

Por que estudar nossos ancestrais da América?

- Possibilita uma reflexão sobre as origens da ocupação do continente americano, inclusive do atual território brasileiro.
- Oferece uma reflexão sobre as diferentes hipóteses a respeito do povoamento do continente americano.
- Apresenta as principais características dos grupos humanos que habitaram as Américas, evidenciando a diversidade cultural e étnica desses povos.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar os conhecimentos atuais sobre o povoamento do continente americano.
- Os alunos irão trabalhar especialmente com os conceitos de diversidade cultural, migrações humanas e pesquisa arqueológica.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas à identificação de diferentes tradições culturais.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: apresenta uma reflexão contemporânea sobre a necessidade de deslocamento humano em busca de melhores condições de vida. Na foto, imigrantes de origem latino-americana tentam atravessar a fronteira com os Estados Unidos, onde, acreditam, teriam oportunidades de trabalho e sobrevivência que não encontram mais em seus lugares de origem. Segundo dados da ONU publicados em 2013, cerca de 232 milhões de pessoas são imigrantes internacionais (3,2% da população do planeta), dos quais, a maioria (59%) imigrou para os países desenvolvidos. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo, a América estará em foco, no período entre 100 mil anos e 500 anos atrás.
- Tema central: a reflexão sobre os processos migratórios norteia o ponto de partida desse capítulo sobre o processo de ocupação do continente americano há milhares de anos. O texto está pautado em dois grandes eixos: as informações e conceitos a respeito da ocupação do território e as discussões teóricas que permeiam o conhecimento produzido sobre o assunto. As atividades propostas nas seções *Retome* e *Pratique*, além de promover a organização das informações centrais, objetivam também propiciar ao aluno a leitura e interpretação de diferentes tipos de texto.
- Boxe *Para saber mais: O que o chão nos revela*: destaque para os alunos que as pesquisas atuais sobre os sítios arqueológicos representam "uma" etapa entre tantas outras que se sucedem na busca de respostas sobre os povos antigos. O surgimento de novas tecnologias e conhecimentos científicos conduzirá, no futuro, a outras descobertas que ampliarão nossa visão sobre o passado.
- Seção *Pontos de vista*: apresenta os principais resultados das investigações de dois pesquisadores brasileiros. Pode-se aprofundar o debate por meio de pesquisas na internet e em livros, pois há inúmeros artigos, vídeos e imagens que tratam do assunto.
- Pode-se refletir sobre os problemas provocados pela destruição dos sítios arqueológicos do país (como mostra a **atividade 9**), incentivando os alunos a imaginar como seria uma campanha de propaganda que incentivasse os jovens a proteger o patrimônio arqueológico brasileiro.

Abordagens interdisciplinares

- **Geografia:** o estudo da ocupação do território americano possibilita reflexões contemporâneas sobre os processos migratórios e a ocupação de diversas regiões do planeta.
- **Arte:** a arte rupestre, primeira expressão artística comunicativa, pode conduzir a uma reflexão sobre o significado da arte e o papel da cultura nas sociedades humanas.

Conheça mais

Sugestões de leitura

CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Esta coletânea organizada por Manuela C. da Cunha reúne textos de diferentes campos de pesquisa, como História, Arqueologia, Antropologia e Linguística, acerca da história dos povos indígenas no Brasil, destacando-se a população indígena da Amazônia.

JORGE, M.; PROUS, A.; RIBEIRO, L. *Brasil rupestre*: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros, 2006. O livro analisa a arte rupestre brasileira, apresentando pinturas e gravuras feitas por diversas culturas em nosso território.

NEVES, E. G. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. O autor apresenta os resultados dos estudos sobre os sítios arqueológicos da região Amazônica, que revelam a densidade e a diversidade das formas de ocupação da região, contrariando a visão corrente de que teria sido pouco povoada.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1992. A obra de André Prous destaca a importância da pré-história brasileira dentro do contexto mundial da arqueologia.

_______. *Arte pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. O livro, primeiro da série "Historiando a arte brasileira", apresenta manifestações da arte pré-histórica como grafismo rupestre, pinturas cerâmicas e esculturas em pedra.

_______. *O Brasil antes dos brasileiros*: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. A obra oferece um panorama sobre o conhecimento arqueológico referente ao território brasileiro pré-colonial, apresentando hipóteses sobre povoamento e ocupação humana.

REVISTA USP. *Dossiê antes de Cabral*: arqueologia brasileira. São Paulo: USP, n. 44. dez./jan./fev. 1999-2000, Tomos I e II. Constituído por textos de diversos antropólogos, o dossiê faz um balanço sobre a arqueologia brasileira abrangendo as pesquisas de todas as regiões do território.

SILVA, H.; RODRIGUES-CARVALHO, C. (Org.). *Nossa origem: o povoamento das Américas*: visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. O livro reúne textos de diversos autores que pesquisam o povoamento do continente americano, trazendo abordagens recentes sobre a origem dos primeiros povos da América.

TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-História da* Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. Numa abordagem que aproxima Arqueologia e História, o livro compõe-se de diversos ensaios e analisa os vestígios de grupos humanos que viviam no território.

Filme

Arqueologia Brasileira, 6 min. Breve documentário sobre possibilidades e perspectivas de pesquisa e de atuação na Arqueologia. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=auFCCDhRaAA>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Sites

Arqueologia Brasileira, Itaú Cultural. Disponível em: <www.itaucultural.org.br/projetos/arqueologia/>. Acesso em: 14 abr. 2016. *Site* que aborda a arqueologia brasileira, trazendo informações para o público em geral, pesquisas recentes, novas tecnologias e temas de interesse.

Fundação Museu do homem americano. São Raimundo Nonato, Piauí. Disponível em: <www.fumdham.org.br/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Instituto de Arqueologia Brasileira. Belford Roxo, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.arqueologia-iab.com.br/>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Museu Arqueológico de Xingó. Canindé de São Francisco, Sergipe. Disponível em: <http://max.ufs.br/>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://muarq.sites.ufms.br/>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Museu de Arqueologia e Etnologia. Salvador, Bahia. Disponível em: <www.mae.ufba.br/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana. Juiz de Fora, Minas Gerais. Disponível em: <www.ufjf.br/maea/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.mae.usp.br>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará. Disponível em: <www.museu-goeldi.br/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Textos de apoio

1 O que faz um arqueólogo?

Em busca de uma arca desaparecida que concederia poderes fantásticos, o arqueólogo Indiana Jones cruza desertos e enfrenta agentes nazistas que atravessam seu caminho. Com direção de Steven Spielberg, o filme *Caçadores da arca perdida*, que traz o ator Harrison Ford no papel de "Indy", foi sucesso de público em 1981 e vencedor de 5 Oscars no ano seguinte. O estereótipo da imagem do arqueólogo-super-herói criado pelo cinema norte-americano, e difundido por boa parte do planeta, pode ser rapidamente rebatido pela realidade vivida por um profissional da área. "As expedições arqueológicas são, na verdade, somente uma parte do trabalho do arqueólogo e, normalmente, acontecem apenas em algumas épocas do ano, quando as condições climáticas são mais propícias". A afirmação é da arqueóloga Tania Andrade Lima, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[...]

Atualmente, cerca de 95% dos arqueólogos do Brasil trabalham com arqueologia de contrato. Grande parte dos sítios arqueológicos são descobertos ao acaso, em meio a uma construção ou uma obra. Nesse caso, uma equipe de arqueólogos é contratada (daí o nome "arqueologia de contrato") para promover um salvamento do sítio, caso ele esteja em destruição iminente. Se não houver risco de destruição, o sítio deverá ser cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para posterior pesquisa. Então, entra o trabalho da arqueologia acadêmica. Na realidade, o profissional que trabalha por contrato passa mais tempo em expedições do que o arqueólogo acadêmico, justamente porque migra de um sítio ao outro.

[...]

Do campo ao laboratório

Em seu depoimento, Prous evidencia as dificuldades encontradas no trabalho de campo, seja por contrato, seja realizando pesquisas acadêmicas. "O trabalho nos sítios não é fácil, você precisa ficar confinado, convive com um grupo limitado de pessoas muitas vezes por um longo tempo, se submete a variações climáticas. É preciso ser apaixonado pela profissão para ser arqueólogo".

Neves reclama da saudade enquanto está em expedição: "Eu adoro trabalho de campo, se eu pudesse passaria a vida no campo, mas é difícil por causa do distanciamento da família".

De acordo com Pedro Paulo Funari, do Departamento de História da Unicamp, o trabalho do arqueólogo pode ser dividido em quatro etapas: campo, processamento em laboratório, estudo e publicação.

Antes de ir a campo, o arqueólogo deve ter em mente o trabalho que vai realizar. Após realizada uma prospecção inicial, de superfície ou aérea, inicia-se o trabalho de escavação. "Usamos ferramentas normais de pedreiro e fazemos a escavação com as próprias mãos", afirma Neves. Durante as escavações, os materiais encontrados são registrados e descritos em fichas de campo. Numa fase posterior, o material é selecionado e apenas parte dele é levada para laboratórios específicos para que sejam estudados, analisados e, muitas vezes, comparados com o material encontrado em outros sítios.

Atualmente, as datações de todo material arqueológico encontrado no Brasil são feitas em laboratórios no exterior por meio de "testes cegos" (testes realizados em dois laboratórios diferentes para que os resultados possam ser comparados e, assim, mais precisos). Por isso, uma datação realizada por carbono catorze ainda é muito cara no Brasil.

"A datação não é Deus que te responde a idade de uma pedra, mas pode dizer, por exemplo, que um pedacinho de carvão foi queimado há mais ou menos 2500 anos", explica Neves. Datado o material, cabe ao arqueólogo trabalhar o contexto do fóssil. "O arqueólogo tem que mostrar, por exemplo, no caso de um esqueleto encontrado, que o peixe do qual esse osso fazia parte morreu há tantos anos atrás, foi trazido para o sítio arqueológico porque foi pescado e consumido por uma comunidade. Os materiais que são datados estão no contexto de uma intervenção humana", conclui.

Por último, cabe também ao arqueólogo publicar o material trabalhado em catálogos de artefatos e fazer o relato da expedição que, muitas vezes, é publicado em algum periódico específico da área.

Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq04.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2016.

2 Arte Rupestre no Brasil

Os grafismos rupestres são mencionados desde o século XVI. Alfredo Mendonça de Souza oferece um interessante histórico das pesquisas, e assinala que as *Lamentações brasílicas*, obra do padre Francisco Teles escrita entre 1799 e 1817, registram 274 sítios arqueológicos com gravações e pinturas no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Acreditando que tais sinais teriam sido feitos por indígenas e por holandeses e que seriam roteiros de tesouros, tentou decifrá-los, cotejando-os com os alfabetos grego e hebraico, signos zodiacais e tábuas astronômicas. O padre Francisco Teles não só realizou um levantamento detalhado de sítios rupestres, como, em certo sentido, inaugurou duas importantes correntes interpretativas deste tipo de testemunho arqueológico: a vertente que vê os grafismos como uma linguagem e a que os toma como referências astronômicas.

GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 32-33.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Para saber mais – *O que o chão nos revela*

1. Por meio da estratigrafia é possível identificar em qual época Luzia provavelmente teria vivido. A datação pelo decaimento do carbono-14 revela sua idade aproximada e a análise de DNA permite a reconstituição de suas características genéticas.

2. É possível identificar a idade de um fóssil fazendo-se a comparação entre a quantidade de carbono-14 presente no fóssil e em um ser vivo; já a análise do DNA, que carrega as informações genéticas de um ser, permite o estudo do desenvolvimento da espécie, bem como conjecturas sobre características da mesma, fazendo-se a comparação com material genético de espécies semelhantes.

   É possível utilizar o achado do fóssil de Luzia como situação-problema comum às disciplinas de História, Biologia, Química e Geografia. O processo arqueológico se vale de métodos provenientes de diversas áreas: a identificação da época de um fóssil por meio da estratigrafia, por exemplo, requer conhecimento acerca da composição e das propriedades físicas do solo (Geografia); a datação pelo decaimento do carbono-14 exige conhecimentos sobre ligações químicas; já a análise de DNA e o estudo da genética necessitam do aparato teórico da Biologia.

Atividades

Retome

1. Uma das hipóteses para explicar o povoamento do continente americano considera que os primeiros grupos humanos teriam chegado à América atravessando da Sibéria para o Alasca pelo Estreito de Bering, ao Norte. A segunda hipótese defende que os primeiros habitantes chegaram pelo Sul, vindos da Polinésia, navegando pelo oceano Pacífico, de uma ilha a outra.

2. Não. A população que ocupou o Brasil era constituída por pelo menos dois grupos etnicamente distintos: um com características negroides, semelhante às populações que viveram na Oceania, e outro com traços asiáticos, mais parecidos com os atuais indígenas brasileiros.

3. Caso existam fósseis relacionados aos objetos, é possível estimar a data dos vestígios arqueológicos medindo-se a quantidade de carbono-14 dos restos humanos. Caso não existam fósseis, é possível utilizar a técnica da estratigrafia.

4. Um dos indícios da igualdade entre homens e mulheres entre os primitivos habitantes do Brasil é a representação pictórica de seres humanos sem distinção de sexo. Outro indício é o sepultamento de mulheres com objetos de caça, como pontas de flechas, sugerindo que elas se dedicavam a atividades idênticas aos homens.

5. Acredita-se que os povos dos sambaquis foram dizimados pelos grupos Tupi-Guarani, que se expandiram pelo litoral brasileiro.

Pratique

6. a) A linhagem B2, que se espalhou principalmente pela região oeste da América do Sul.

   b) As descobertas reforçam a hipótese de que os povoadores do continente americano teriam atravessado da Sibéria para o Alasca pelo estreito de Bering.

   c) Não, pois os restos de Luzia são tão antigos quanto os dos dois bebês, de modo que o povo de Lagoa Santa não poderia descender dos primitivos habitantes do Alasca. Além disso, as características físicas de Luzia são muito diferentes das características dos povos nativos americanos atuais, sugerindo outra ascendência genética.

7. Esta atividade tem por objetivo desenvolver as habilidades de descrição, observação e associação. O aluno deve ler os textos e ser capaz de reconhecer nas peças as características descritas para classificá-las. A tradição sambaquiana relaciona-se à imagem de zoólito em forma de peixe, na figura 1. A tradição Umbu está associada à figura 2, uma boleadeira, e à figura 3, uma ponta de projétil. A tradição Tupi-Guarani refere-se à figura 4, de uma cerâmica.

Analise uma fonte primária

8. a) Resposta pessoal. É importante que o aluno consiga detalhar a descrição. Incentive-os a fazer referências a todos os elementos presentes na pintura: forma, cor e movimento das figuras, inter-relação entre os vários elementos da composição, textura do suporte em que as pinturas foram feitas. A habilidade de observar e fazer descrições minuciosas é importante para o trabalho de análise de imagens e deve ser exercitada sempre que possível.

   b) Sim, a imagem sugere que as personagens estão coletando vegetais ou colhendo algo que plantaram. Se julgar interessante, anote na lousa as duas hipóteses e sugira aos alunos que façam uma pesquisa mais aprofundada na internet sobre os antigos habitantes de Carnaúba das Dantas (palavras-chave para busca: Subtradição Seridó e Tradição Nordeste). Em sua pesquisa, eles devem procurar outras informações que confirmem uma das hipóteses. Os grupos humanos que viveram em Seridó há 9 mil anos eram caçadores-coletores. Os primeiros indícios da prática de uma agricultura incipiente datam de 2 mil anos.

   c) Não. É possível extrair das pinturas informações sobre o meio em que os grupos humanos primitivos viveram e sobre as técnicas e práticas cotidianas, mas não sobre o seu significado, pois atualmente não temos

os códigos que nos permitiriam entendê-lo no contexto em que as figuras foram produzidas.

9 a) Ossos humanos, ferramentas, cerâmicas, armas e pinturas rupestres.

b) As peças arqueológicas sofrem vários tipos de ameaça: são furtadas para serem vendidas no mercado clandestino, guardadas como *souvenir* por turistas, vandalizadas por visitantes e depredadas por empresas de mineração.

c) A destruição do patrimônio arqueológico potiguar dificulta o conhecimento e o estudo do modo de vida dos antigos habitantes da região e do processo de ocupação e povoamento do território brasileiro no período anterior à chegada dos europeus à América.

d) O objetivo dessa atividade é introduzir o conceito de patrimônio e fomentar uma discussão sobre a importância da preservação do patrimônio arqueológico e histórico nacional. Incentive os alunos a conhecer sítios arqueológicos existentes na sua cidade ou estado, e se informar sobre a importância deles para o estudo do nosso passado. O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) oferece um banco de dados para iniciar a pesquisa. O *site* é <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em: 25 abr. 2016.

e) Resposta pessoal. Se julgar necessário, oriente os alunos sobre como escrever um texto jornalístico. Esses textos devem ter caráter informativo e ser imparciais, trazendo de preferência diferentes pontos de vista. Se possível, devem ser acompanhados de material fotográfico com legendas. Explique aos alunos que os textos publicados nos jornais costumam apresentar as informações em ordem decrescente de importância ou relevância. Assim, o conteúdo mais importante deve abrir o texto e o conteúdo mais superficial ficar próximo de seu fim. Os jornais utilizam essa prática para que seus leitores possam interromper a leitura do texto, se quiserem, e ainda assim se manterem informados.

Articule passado e presente

10 a) A análise genética de crânios de indígenas botocudos que viveram no século XIX.

b) Entre os quatorze crânios analisados, dois possuíam traços genéticos de populações polinésias.

c) Eles corroboram as pesquisas de Walter Neves, pois os traços genéticos de Luzia também têm parentesco com populações da Oceania.

d) Espera-se que o aluno seja capaz de identificar a necessidade de novas evidências, seja entre os achados arqueológicos, seja por meio de pesquisas genéticas, que fortaleçam as hipóteses apresentadas. É importante que os alunos compreendam que a transformação de uma hipótese em teoria depende do estabelecimento dos fatos a partir de um conjunto de evidências sólidas. Atualmente, há muitas lacunas e questionamentos sobre as hipóteses apresentadas para a ocupação do continente americano.

Enem e vestibulares

Enem

1 c

2 b

3 e

4 c

Vestibulares

5 a

6 b

7 a

8 a) O exercício trata da problematização conceitual do uso do termo "pré-história". A sedentarização, o controle sobre as atividades agrícolas, a domesticação de animais e o uso de instrumentos e de técnicas mais elaborados foram práticas das sociedades humanas durante o Período Neolítico, considerado uma época de revolução.

b) O termo "pré-história" traz em si um problema conceitual, uma vez que fora utilizado para separar as sociedades ágrafas das que utilizavam a escrita, como se as primeiras não produzissem e não participassem dos processos históricos. Os estudos recentes mostraram as limitações desse conceito. Da mesma forma, vale ressaltar também que em vez de uma "revolução neolítica", ocorreu um processo de transição para a chamada fase de sedentarização humana.

9 e

10 a

11 d

12 b

13 c

14 São diversos os caminhos para se responder e justificar. É preciso considerar que o historiador carrega, em seu contexto, valores, conhecimentos e preocupações na investigação do passado. Mas descortina saberes e indagações que iluminam o presente. Assim, presente e passado para o historiador são tempos distintos, de contextos próprios, mas inter-relacionados. É o passado visto pelo presente, atualizado, num diálogo interminável entre o que aconteceu e o presente. Enfim, o tempo é o eixo da história que (re) constrói interpretações criteriosas do que foi e do que aconteceu a partir da vida e das dinâmicas sociais e culturais que se seguem.

Atividades complementares

Elaboração de síntese

Proponha um trabalho de síntese das informações do Capítulo 1 seguindo o roteiro abaixo. Isso pode ser feito por meio de discussões em grupo, elaboração de um fichamento, redação de um resumo, criação de painéis ilustrados, etc.

a) A valorização das fontes escritas e a formulação do termo "pré-história";
b) a ideia de progresso e o conceito de "primitivo";
c) o eurocentrismo e a formulação das teorias racistas;
d) a origem africana dos antepassados dos seres humanos;
e) a evolução humana: dos primeiros hominídeos ao *Homo sapiens sapiens*;
f) o Período Paleolítico: a vida das sociedades caçadoras-coletoras;
g) a descoberta da agricultura e as transformações na vida dos grupos humanos;
h) o Período Neolítico: a vida nas aldeias.

É importante observar se, ao realizar esta atividade, os alunos conseguiram trabalhar com autonomia, evitando cópias ou repetições mecânicas das fontes pesquisadas. No caso de você ter pedido uma produção textual, procure também avaliar a coesão e a coerência dos textos, bem como a correção das informações neles contidas. Verifique se os alunos demonstraram capacidade de articular informações obtidas em diferentes fontes, como o texto didático, textos complementares, informações oferecidas em aula, etc. Fique atento para confirmar se houve compreensão adequada dos conceitos de *eurocentrismo, progresso, Pré-História, nomadismo, sedentarismo, economia caçadora-coletora, economia agropastoril, aldeia* e *cidade*. Em relação a estes dois últimos, observe se ocorre uma tendência dos alunos de conceber a cidade apenas como uma aldeia expandida. É importante que eles compreendam que aldeia e cidade são termos associados a duas formas bastante diferentes de organização social e política, e que a diferença entre elas não se limita a uma questão de dimensão.

Análise de filme

Para trabalhar com os conceitos de espécie, evolução e cultura é possível propor um trabalho com o filme *A guerra do fogo*, de Jean-Jacques Annaud (França/Canadá, 1981). Ao exibir o filme, peça aos alunos que fiquem atentos aos seguintes aspectos:

a) As diferenças existentes entre vários grupos humanos em relação ao desenvolvimento tecnológico e aos conhecimentos acerca do mundo natural (fogo, armas, alimentação, etc.).
b) As formas como os personagens se comunicam.
c) As estratégias de sobrevivência utilizadas pelos vários grupos humanos.
d) As relações que se estabelecem entre os vários grupos humanos que coexistem e entre os membros de um mesmo grupo.

Ao discutir o filme com eles, enfatize a coexistência e a competição entre várias espécies de hominídeos. Chame a atenção dos alunos para o fato de alguns estarem mais bem adaptados ao meio do que outros, encontrando estratégias mais eficientes de sobrevivência. Discuta ainda o papel do fogo na história e compare como cada grupo de hominídeos lida com ele. Incentive-os ainda a avaliar a importância do desenvolvimento da linguagem para o estabelecimento da cooperação entre os indivíduos e para a transmissão da cultura. Aspectos relativos ao pensamento simbólico também poderão ser explorados.

Outra possibilidade é trabalhar com o filme *Geração roubada*, de Phillip Noyce (Austrália, 2002), que retrata a segregação imposta aos aborígenes pelos descendentes dos colonos ingleses que se estabeleceram na Austrália a partir do século XVIII. Baseado em uma história real, esse drama conta a saga de três irmãs aborígenes que escapam do centro educacional onde eram mantidas confinadas para retornarem ao lar materno, de onde haviam sido arrancadas para serem "civilizadas".

O filme permite problematizar os conceitos de civilização e barbárie e levar o aluno a refletir sobre os efeitos perversos das medidas autoritárias e segregacionistas, mesmo quando legitimadas por boas intenções. Na história, o responsável pelos aborígenes, o Sr. Neville, acredita estar fazendo o bem para a população nativa ao afastá-la de sua língua, de sua tradição e cultura e ao "integrar" as crianças mestiças, tornando-as serviçais dos brancos.

Projeto interdisciplinar: Brasil pré-colombiano – cultura marajoara

Áreas de estudo

História, Geografia e Arte.

Tempo requerido

De um a dois meses.

Equipe de trabalho

Equipes com dois ou três integrantes.

Objetivos

- Este projeto tem como objetivo conhecer a sociedade marajoara, que habitava a Amazônia antes da colonização.
- Estabelecendo relações entre o espaço físico que ocupavam (paisagem natural) e seus elementos culturais e sociais, a identidade desse grupo poderá ser construída. O levantamento de dados da atualidade permitirá distinguir mudanças e permanências, evidenciando aspectos dessa sociedade.
- O projeto divide-se em duas partes: a primeira será reservada para pesquisas e estudos interdisciplinares (História, Geografia e Arte) e poderá ser feita em duplas ou trios. Na segunda parte, com o auxílio da disciplina de Arte, os alunos, individualmente, produzirão uma peça de cerâmica inspirada nos padrões da arte marajoara.

Roteiro de trabalho

1. Em duplas, os alunos deverão fazer uma pesquisa para levantar os seguintes dados:
   - localização geográfica da Ilha de Marajó e confecção de mapa detalhando a ilha;
   - aspectos naturais da ilha, como relevo, hidrografia, vegetação e clima;
   - origem dos antigos habitantes da Ilha de Marajó (considerar as diversas teses a respeito);
   - núcleos habitacionais de Marajó e sua trajetória ao longo do tempo (como viviam, meios de subsistência, divisão do trabalho, hábitos e costumes, etc.);
   - produção artesanal: principais desenhos e técnicas utilizadas, tipos de objeto e respectivas funções e usos (pesquisar imagens e reproduzir os desenhos ou fazer colagens em painéis);
   - atividades econômicas atuais da população da Ilha de Marajó;
   - mudanças e permanências da cultura marajoara: o que se modificou ao longo do tempo e o que permaneceu da antiga cultura marajoara.
2. Individualmente, os alunos produzirão livremente uma peça de cerâmica inspirada nos padrões da cultura marajoara, conforme as pesquisas realizadas. Poderão ser utilizados para a confecção argila ou massa de modelar. Pode-se também pedir aos alunos que tragam uma peça pronta, um vaso ou um pote, cuja forma seja semelhante à das peças marajoaras. Nesse caso, o trabalho em baixo-relevo poderá ser substituído por pinturas, observando sempre o tema proposto.
3. Em equipes, os alunos deverão elaborar um trabalho final (em forma de jornal, revista, documentário audiovisual ou outra forma, em comum acordo entre professor e alunos).
4. Para finalizar, os alunos deverão montar uma exposição das obras elaboradas individualmente. Cada uma delas deverá conter identificação, uso e função, indicação do tipo de desenho inserido na peça, descrição do tema, técnica empregada e nome do autor.

   Observação: Havendo facilidade para obter dados sobre culturas amazônicas no período pré-colombiano, o projeto pode ser ampliado para o estudo da cerâmica de outras regiões, como a da região de Santarém (Pará).

Fontes básicas de pesquisa

MUSEU Paraense Emílio Goeldi. *Arte da terra*: resgate da cultura material e iconográfica do Pará. Belém: Sebrae, 1999.

NEVES, E. G. Os índios antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1998. p. 171-172.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 53-86.

ZANINI, W. (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. v. 1.

Competências e habilidades exploradas de acordo com os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio

- Construção da identidade coletiva partindo da recuperação da memória de grupos sociais pertencentes à história pré-colombiana brasileira.
- Situar o(s) grupo(s) social(is) no tempo e no espaço, traçando paralelos entre a paisagem natural e seu modo de vida.
- Comparação com a situação atual.
- Introdução de conhecimentos sobre práticas sociais, econômicas e culturais em tempos distintos.

Adaptado de: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*: *Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília, 1999.

Atividade interdisciplinar com Geografia, relacionada a tema do Capítulo 1

ÁFRICA, DO BERÇO DA HUMANIDADE AOS DRAMAS E PERSPECTIVAS ATUAIS

Introdução

Estudos sobre as origens do homem moderno levaram à descoberta de que as ossadas e fósseis mais antigos de seres humanos localizavam-se na África, dando a esse continente o título de berço da humanidade. Partindo dele, indivíduos e grupos da espécie *Homo sapiens* espalharam-se pelos outros continentes. Hoje, milhares de anos após esse processo, paradoxalmente o berço da civilização humana se debate entre dramas sociais como a fome, a pobreza, os conflitos armados e as epidemias, além de enfrentar o desafio de superar adversidades nos planos econômico e político. Esse quadro enseja um olhar e uma pesquisa sobre a África contemporânea, analisando os processos que levaram à emergência de profundas desigualdades – como o tráfico de escravos no período mercantilista, o neocolonialismo, a partilha do continente no século XIX, as lutas anticolonialistas na segunda metade do século XX – e examinando indicadores sociais e econômicos de países do continente onde foi identificado o mais antigo hominídeo conhecido até hoje, *Toumai*. É um trabalho de pesquisa que permitirá o estudo de aspectos históricos e geográficos.

Objetivos

- Reconhecer e analisar os quadros político, econômico, social e cultural da África contemporânea.
- Analisar indicadores sociais e econômicos da África contemporânea e avaliar ações e políticas de combate à fome, à pobreza, às epidemias e aos conflitos armados.
- Ler e interpretar mapas, plantas e cartas em diferentes escalas.

- Ler, escrever e interpretar textos de diversos gêneros e fontes.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa.

Conteúdos

África: política, economia, sociedade e cultura – Indicadores sociais e econômicos – África subsaariana – Sahel – África setentrional – Estado nacional e território – Fronteiras – Bases naturais – Conflitos internos e guerras civis – Neocolonialismo – Imperialismo – Lutas anticolonialistas.

Tempo estimado

Equivalente a 5 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos alunos que identifiquem, em atlas históricos e geográficos, a divisão política atual do continente africano e que a comparem aos resultados da partilha da África definida na Conferência de Berlim de 1884-1885.
- Oriente os alunos a se dividirem em pequenos grupos e a examinar mapas que denotam a exploração de riquezas naturais na África. Chame-lhes a atenção para a construção de ferrovias no território pelas potências coloniais, ligando áreas produtoras a portos de exportação. Representações cartográficas atualizadas, com as bases físicas (desertos, cadeias montanhosas, lagos, bacias hidrográficas, florestas, etc.), as riquezas minerais e os perigos à vida humana representados trarão novos dados sobre o continente.
- Do mesmo modo, deverão proceder a coleta, a seleção e a organização de indicadores sociais e econômicos de países e regiões do continente. Entre esses dados, podem ser analisados: a taxa de mortalidade, a expectativa de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o PIB *per capita*, o índice de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), a taxa da população com o vírus HIV e as ações desenvolvidas por países, pela ONU e por entidades internacionais (como Médicos Sem Fronteiras). É fundamental também o exame de conflitos armados e rivalidades étnico-culturais decorrentes da constituição dos Estados nacionais. Comente com os alunos que a presença de petróleo, gás, urânio e metais preciosos desperta o interesse de nações emergentes – como China, Índia, Brasil e Rússia – e instiga a reafirmação de posições estratégicas no continente pelas potências mundiais – como Estados Unidos e Reino Unido.
- Assinale aos alunos as diferenças econômicas e sociais entre os países da África subsaariana e os da porção norte do continente, destacando o cinturão da fome na região do Sahel. Sugira também o levantamento de dados sobre a formação da União Africana, em 2002.
- Solicite aos grupos de alunos a preparação de quadros-síntese de acordo com os dados e as informações levantadas e os objetivos propostos. A partir disso, eles poderão estabelecer conclusões sobre os rumos e as perspectivas da África contemporânea. Concluída essa etapa, promova uma discussão coletiva sobre os resultados.
- Avaliação: leve em conta a participação de cada aluno nas tarefas individuais e coletivas. Examine o domínio e a utilização dos conceitos em jogo e avalie a correção, a organização e a clareza na produção de textos. Recomenda-se que a turma faça uma autoavaliação sobre a experiência, destacando os principais ganhos de aprendizagem.

Sugestões de leitura para o professor

FIORI, José Luís. Provavelmente, Deus não é africano. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 24 abr. 2008. Disponível em: <http://diplo.org.br/2008-04,a2365>. Acesso em: 7 maio 2016.

MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

NATIONAL Geographic Brasil. *Capitalismo angolano*. São Paulo: Abril, n. 108, mar. 2009. p. 26-34.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. Capítulo sobre bases naturais do continente.

Indicações de fontes para o aluno

ATLAS da história do mundo. São Paulo: Publifolha, 1995.

ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Fename, 7. ed. 1979. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24652 >. Acesso em: 7 maio 2016.

CARTOGRAFIA histórica (em francês). Disponível em: <www.atlas-historique.net>. Acesso em: 7 maio 2017.

MAGNOLI, Demétrio. *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAPAS históricos (em inglês). Disponível em: <www.henry-davis.com/MAPS/carto.html>. Acesso em: 7 maio 2016.

MÉDICOS Sem Fronteiras. Disponível em: <www.msf.org.br>. Acesso em: 7 maio 2016.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2007 (Viver, Aprender – EJA).

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2014.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

_______. *Atlas dos conflitos mundiais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

ONU. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*. Disponível em: <www.pnud.org.br/rdh>. Acesso em: 7 maio 2016.

UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. Disponível em: <http://unaids.org.br/>. Acesso em: 7 maio 2016.

Atividade interdisciplinar com Sociologia, relacionada a tema do Capítulo 1

VESTÍGIOS MATERIAIS DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL

Introdução

No referido capítulo, exploramos um pouco as informações coletadas e construídas por diferentes campos da ciência sobre os primeiros agrupamentos humanos na Terra. A Arqueologia é a área da ciência que se ocupa, em geral, deste tipo de estudo. Suas ferramentas, porém, são em grande parte interdisciplinares. A investigação arqueológica é amparada por químicos, biólogos, físicos, geólogos, historiadores e também por antropólogos. A Antropologia física ou Antropologia arqueológica é a parte da Antropologia que mais se aproxima dos estudos da Arqueologia. A partir de teorias explicativas das sociedades humanas, a Antropologia arqueológica examina e interpreta os vestígios materiais e dados coletados em sítios e escavações. A Etnologia – os estudos antropológicos detalhados investigativos sobre o modo de vida de um povo – se faz presente nesse processo.

Neste projeto interdisciplinar, os estudantes explorarão as faces da Antropologia que estão presentes no conteúdo do capítulo, para elaborar uma interpretação fictícia sobre rastros materiais que a nossa sociedade poderia deixar a arqueólogos no futuro.

Objetivos

- Identificar diferenças entre vestígios materiais de sociedades extintas e interpretações sobre seu modo de vida.
- Refletir sobre o processo de produção do conhecimento arqueológico.

Conteúdos

Sociedades antigas – Pré-História – Arqueologia – Antropologia – Etnologia – organização social – cultura – ciência.

Tempo estimado

Equivalente a 3 aulas. Partes da atividade podem ser realizadas como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Em sala de aula, depois de terminado o estudo do Capítulo 1, retome com os estudantes o que aprenderam sobre os primeiros agrupamentos humanos. Mostre que essas informações foram construídas por cientistas de diferentes disciplinas. Relacione as informações que constam no capítulo com o trabalho dos cientistas. Exemplos:
  - análise da composição material de um objeto/fóssil ou material utilizado (ex.: carbono-14) – Bioquímica
  - análise de tecidos e compostos preservados – Biologia
  - análise de diferentes camadas de solo encontradas numa escavação – Geologia
  - análise de variações não previsíveis no solo, tomadas como indícios de atividade humana – Geologia
- Explique aos estudantes que, em qualquer ciência, a informação coletada precisa ser analisada e interpretada. Quando se descobre a idade de um esqueleto, por exemplo, sabemos que há certo tempo havia pessoas morando naquele determinado espaço. Esse fato não explica muita coisa, porém, sem a nossa interpretação. Pergunte aos alunos como eles imaginam que essas interpretações sejam feitas.
- De forma visual (que pode ser com figuras, recortes de revistas científicas, projeção, *sites*, objetos reais ou mesmo num museu[1]), mostre aos alunos alguns objetos que sejam mais e menos "reconhecíveis" em suas funções. Pergunte por que eles acham que, por exemplo, certo objeto seria usado para comer, ou para cortar coisas, etc. Mostre que eles estão fazendo associações com as coisas que eles já conhecem, com formatos familiares, etc. Explique que o processo científico ocorre da mesma forma.
- Peça aos estudantes que realizem, em casa, uma pesquisa sobre o termo "Etnologia", tentando compreender o que é esta área de estudos. Utilizando essa palavra-chave em mecanismos de busca, é possível encontrar referências como as seguintes:
  - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Disponível em: <www.mae.usp.br>), ou da UFBA (Disponível em: <www.mae.ufba.br>), UFPR (Disponível em: <www.proec.ufpr.br/links/mae.html>), etc.

  Também é uma boa ideia pedir aos estudantes que consultem enciclopédias, dicionários semânticos e dicionários de Sociologia e História, caso estejam disponíveis.
- Em sala de aula, peça aos estudantes que relatem suas descobertas na pesquisa. Coletivamente, solicite que respondam às seguintes questões:

  a) O que é Etnologia?

  b) De onde vem a palavra "Etnologia"?

  c) Quais as principais ferramentas de trabalho da Etnologia?

  d) Que tipo de interpretação, análise, conclusão a Etnologia faz sobre os achados arqueológicos?
- Proponha aos estudantes um exercício de imaginação e ficção. Peça que imaginem que eles são etnólogos, no ano de 3560 d.C. Já se passaram inúmeras guerras, reconstruções, destruições. Peça que escolham um local para ser o sítio arqueológico – pode ser a escola, o bairro, a casa deles, um supermercado, etc. Depois, imaginem que vão encontrar, no futuro distante, vestígios da vida que vive-

[1] Procure, em seu estado, se há algum museu de Arqueologia e Etnologia, em geral ligado a uma universidade pública (estadual ou federal). Muitas vezes esses museus oferecem visitas escolares guiadas, que ajudam a entender o processo de construção do conhecimento sobre grupos pré-históricos, destacando a Arqueologia e a Antropologia/Etnologia.

mos hoje nesses locais. Individualmente ou em grupo, peça que escolham um projeto, entre os seguintes:

- fazer um relato etnográfico fictício explicando, para os habitantes desse futuro, a vida que levamos hoje;
- elaborar os objetos encontrados, no estado em que seriam encontrados (por exemplo, pegar um talher ou porta-retrato e transformar em "vestígio arqueológico") e escrever uma espécie de ficha para cada objeto, como se fosse o etnólogo investigando-os no futuro;
- criar uma cena de teatro em que o etnólogo encontra os objetos e elabora as explicações;
- dar uma palestra, como se fosse o etnólogo, sobre os achados e suas interpretações.

- Os produtos finais desse projeto deverão ser apresentados aos colegas e discutidos pela sala, num dia previamente agendado.
- Avaliação: busque levar em conta o envolvimento dos estudantes com o projeto, em todas as suas etapas. Verifique se eles conseguiram incorporar as informações trabalhadas no capítulo e as informações adquiridas na pesquisa, no resultado final.

Sugestões de leitura para o professor

BALDUS, H. *Ensaios de Etnologia brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1937.

_______. *Bibliografia crítica da Etnologia brasileira*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1964.

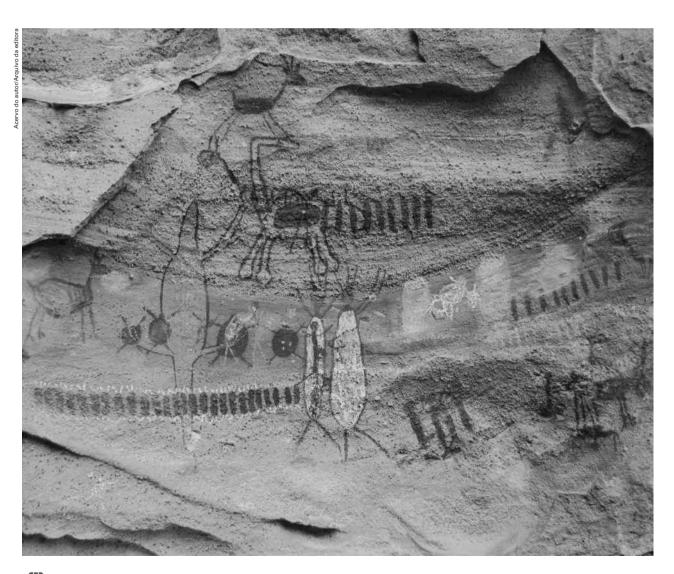
CASTRO, E. V. Etnologia brasileira. In: MICELI, S. (Ed.). *O que ler na ciência social brasileira*. 1970-1995, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré /Anpocs/Capes, 1999. p. 109.

FERNANDES, F. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.

MELATTI, J. C. *A Antropologia no Brasil*: um roteiro. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (Ed.). *O que ler na ciência social brasileira*. 1970-1995, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

SCHADEN, E. *Leituras de Etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Acervo do autor/Arquivo da editora

Unidade 2

Civilizações antigas

Saber histórico

A segunda Unidade deste volume abrange o estudo das civilizações da Antiguidade, destacando os problemas da divisão tradicional que tem marcado o ensino de História, pautada numa suposta "evolução" que teria convergido para a formação da Europa, a partir dos povos mesopotâmicos e da civilização greco-romana. Com esse propósito, os capítulos desta Unidade apresentam a história de diferentes povos, incluindo os do Extremo Oriente, da América e da África. Além disso, coloca-se em discussão o conceito de *civilização*, essencial ao estudo dos povos antigos, retomando também as noções de *progresso histórico* e *eurocentrismo*, já discutidos nos capítulos iniciais. Forma-se, assim, um conjunto de reflexões sobre as diferentes formas de organização social, de práticas culturais e religiosas e de estruturas econômicas, oferecendo ao aluno uma visão ampla sobre a diversidade humana da Antiguidade.

Capítulo 3

O Crescente Fértil e a Pérsia

Por que estudar os povos do Crescente Fértil e da Pérsia?

- Oferece uma reflexão sobre a formação das primeiras cidades, origem da vida urbana que predomina atualmente no país e no planeta, de modo geral.
- Possibilita um debate sobre a diversidade de povos e organizações sociais que se formaram na região do Oriente Médio, onde, atualmente, inúmeros conflitos ocasionam uma crise política, econômica e social de grandes proporções.
- Apresenta o processo de formação de inúmeras sociedades, cujas contribuições para o conhecimento humano foram fundamentais.

Objetivos

- Os alunos deverão compreender as dinâmicas sociais e econômicas que conduziram os grupos humanos a se organizar em cidades.
- Os alunos deverão reconhecer as especificidades políticas, sociais e econômicas dos diversos povos que habitaram a região do Oriente Médio na Antiguidade.
- Os alunos vão trabalhar especialmente com os conceitos de sistema político, Estado e civilização.
- Os alunos vão desenvolver habilidades para analisar de maneira crítica as relações sociais, as organizações políticas e socioeconômicas da região estudada.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: destaca a importância da cidade para o desenvolvimento das sociedades humanas, pois foi por meio dos primeiros núcleos urbanos que se formou uma elite militar, religiosa e, sobretudo, política, capaz de organizar as atividades públicas (construção de represas, pontes, estradas, etc.), controlar a população camponesa e centralizar as práticas religiosas. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo, estarão em foco: África, Ásia e América, entre 8 mil a.C. e o primeiro século da Era Cristã.
- Tema central: as primeiras civilizações organizadas em torno das regiões do atual Oriente Médio, cujos núcleos urbanos fortaleceram o poder político e deram origem aos mais antigos reinos e impérios.
- Boxe *Para saber mais: As mulheres no Antigo Oriente*: a reflexão sobre o papel das mulheres e a construção de gênero no Antigo Oriente pode propiciar um debate sobre a condição da mulher no mundo contemporâneo, especialmente sobre o processo de emancipação feminina das últimas décadas.
- Seção *Dialogando com a Geografia*: o tema da seção e a proposta de atividade retomam a questão do urbano no mundo contemporâneo. Pode-se relacionar essa seção à atividade *Articule passado e presente*.
- A partir do infográfico sobre a estrutura da sociedade egípcia, os alunos podem ser incentivados a criar um painel com sua visão sobre a estrutura social do Brasil contemporâneo. O painel pode ser construído com colagem de fotos ou com ilustrações criadas pelos próprios alunos.

Imagem do capítulo

Colheita de uvas para a produção de vinho (pintura egípcia): pode-se destacar que as pinturas egípcias tinham função essencialmente narrativa e eram feitas para decorar edifícios, tumbas ou objetos de uso cotidiano. Não havia, como conhecemos atualmente, a ideia de pintar um quadro para fixar na parede. Pode-se também ser destacado que as técnicas e as formas de representação da imagem transformaram-se muito pouco, em cerca de 3 mil anos, em virtude do valor da tradição e das convenções artísticas.

Abordagens interdisciplinares

- **Geografia:** o estudo dos povos do Oriente Médio pode ser ampliado com uma reflexão sobre os atuais conflitos políticos na região.
- **Matemática:** na região mesopotâmica, o desenvolvimento do cálculo algébrico deu origem à divisão do círculo em 360 graus e ao cálculo das raízes quadrada e cúbica.

Conheça mais

Sugestões de leitura

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *O Oriente e a Grécia*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1960. (História Geral das Civilizações, 1). A obra, primeiro volume da História Geral das Civilizações, aborda diversas civilizações do Oriente e da Grécia antiga, apresentando seus aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos no recorte espaçotemporal que se propõe.

BAKOS, M. *Fatos e mitos do antigo Egito*. 2. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001. Análise da antiga cultura egípcia a partir dos acontecimentos sociais e da produção simbólica religiosa que estruturou o imaginário egípcio.

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade oriental*: política e religião. São Paulo: Contexto, 1997. A obra analisa a relação entre política e religião em algumas sociedades do Antigo Oriente Próximo, dando ênfase principalmente às monarquias teocráticas.

_______. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Ed. da UnB, 1998. O livro é composto de ensaios com características diversas, alguns com abordagem didática, outros metodológicos ou monográficos, que contemplam a Antiguidade Oriental e a Clássica.

GIORDANI, M. C. *História da Antiguidade Oriental*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. Livro introdutório e com linguagem acessível, analisa a história da Antiguidade Oriental a partir da formação dos vários reinos e impérios.

LEICK, G. *Mesopotâmia*: *a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. Livro clássico, publicado originalmente em 1951, defende, a partir da análise de dez cidades, que a Mesopotâmia teve papel fundamental na criação de inúmeras técnicas e formas de organização social de espaços urbanos.

REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. A obra trata das dinâmicas sociais, econômicas e familiares da antiga Mesopotâmia e, a partir do estudo de tabletes referentes a contratos imobiliários, analisa temas como família, preservação do patrimônio familiar e herança, assim como o papel da mulher.

Filme

Mesopotâmia: retorno ao Éden. Direção de: Robert Gardner. Inglaterra, 1995. 48 min. (Civilizações Perdidas).

Sites

Declaração de Independência do Estado de Israel. Disponível em: <www.webjudaica.com.br>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Escavações em Çatal Huyuk. Disponível em: <www.smm.org/catal/top.php?visited=TRUE>. Acesso em: 13 abr. 2016. *Site* em inglês, elaborado por uma arqueóloga e destinado ao público juvenil, apresenta muitas fotos e possui diversas atividades, além de visita virtual.

Exposição de peças egípcias do Museu Britânico. Disponível em: <www.britishmuseum.org/learning/schools_and_teachers/resources/cultures/ancient_egypt.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2016. Muitas das peças levadas do Egito pelos britânicos encontram-se em exposição nesse museu. Há fotografias de peças e de pergaminhos, em que se pode observar a escrita hieroglífica. *Site* em inglês.

Museus Capitolinos. Disponível em: <www.museicapitolini.org>. Acesso em: 13 abr. 2016. Portal do conjunto de museus instalados em palácios romanos, disponibiliza várias informações e fotografias das peças romanas antigas que compõem o acervo.

Museu do Egito. Disponível em: <www.gem.gov.eg >. Acesso em: 13 abr. 2016.

Museu do Louvre (Paris, França). Disponível em: <www.louvre.fr>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Textos de apoio

1 As civilizações nos grandes rios

A história de nossa civilização ocidental tem origem no Oriente, onde, por volta de 3000 a.C., certos povos já haviam descoberto a escrita e tinham chegado a um sistema complexo de vida. Desenvolviam diversas atividades organizadas de trabalho, no campo e nas cidades, tinham uma forma definida de governo e leis que protegiam e defendiam os interesses da comunidade; tinham enfim uma cultura. É o que chamamos civilização.

As primeiras civilizações, cuja história podemos reconstruir parcialmente, evoluíram em regiões banhadas pelos grandes rios: na Índia, junto ao Indo; na China, às margens do rio Amarelo (Huang-ho); na Mesopotâmia, no vale formado pelo Tigre e pelo Eufrates; no Egito, ao longo do rio Nilo. Pouco se conhece a respeito das civilizações mais antigas na Índia e na China, mas dispomos de informações suficientes para saber como progrediram as civilizações do Egito e da Mesopotâmia.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização*. São Paulo: Nacional, 1975. p. 11.

2 Êxodo

E os filhos de Israel partiram de Ramessés por Socot, sendo perto de seiscentos mil homens a pé, afora os meninos. E partiu também com eles uma inumerável multidão de toda sorte de gentes, e ovelhas, e gados, e animais de diversos gêneros em muito grande quantidade. E cozeram a farinha que tinham levado do Egito já amassada; e fizeram dela pães ázimos, cozidos no borralho; porque não puderam fazê-la levedar, apressando-os os egípcios a partir, e não lhes permitindo nenhuma demora; nem tinham podido preparar nada de comer. Ora o tempo que os filhos de Israel tinham morado no Egito, foi de quatrocentos e trinta anos. Completos os quais, todo o exército do Senhor saiu no mesmo dia da terra do Egito. Esta noite, em que os tirou da terra do Egito, deve ser consagrada ao Senhor; e todos os filhos de Israel a devem celebrar nas suas gerações.

BÍBLIA sagrada. Êxodo 12, 37-42. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1967.

3 Heródoto: sobre o Egito

V — O que eles me disseram dessa terra me parece exato. Todo homem sensato que ainda não tenha ouvido falar nisso notará, visitando o país, ser o Egito uma terra nova e um presente do Nilo. Presente desse rio é também a região que se estende ao norte do lago, a três dias de viagem. Quem for ao Egito por mar e, encontrando-se a um dia da costa, lançar a sonda, retirará limo a onze braças de profundidade, o que prova haver o rio levado terra até essa distância.

[...]

X — A maior parte do país é uma dádiva do Nilo, como dizem os sacerdotes, e foi essa a minha impressão. Pareceu-me que toda aquela extensão do Egito situada entre as montanhas, ao norte de Mênfis, era outrora um golfo, como o foram as cercanias de Troia, de Teutrânia, de Éfeso e a planície do Meandro. De todos os rios que formam esses territórios por meio de aluviões, não há um que, pelo seu volume de água, mereça ser comparado a um só dos cinco braços do Nilo. Há ainda muitos outros rios inferiores a esse e que, não obstante, produzem efeitos consideráveis. Poderia citar vários deles e sobretudo o Aqueloo, que, atravessando a Acarnânia e lançando-se ao mar, perto das Equínades, ligou ao continente metade dessas ilhas.

HERÓDOTO. *História*. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2001. p. 189-193.

4 O Egito e os povos invasores

Cercado de desertos por quase todos os lados, o Egito antigo manteve, durante toda a sua existência, algumas características que emergem da diversidade produzida ao longo de milênios. É surpreendente que a continuidade de sua cultura tenha resistido a assírios, persas, macedônios e até romanos.

Alexandre, líder macedônico, quando lá chegou, aceitou a sagração segundo os rituais dos templos egípcios. A cidade que fundou, Alexandria, ficava junto do Egito e não no Egito, segundo expressão da época. Isso significa que o país continuou o mesmo, com os felás e o templo, com o Nilo e os cereais, com os deuses, as múmias e a escrita sagrada: apenas se sobrepunha à estrutura do Egito a estrutura do invasor.

Respeito pela cultura egípcia? Medo de maldições do templo? Talvez isso também, mas muito mais outra coisa. Domando o rio, o felá acabou domado pelo poder faraônico. Realizava sua parte no trabalho coletivo, mas não tinha controle sobre o resultado final de sua obra. Nem como camponês que tinha parte da produção expropriada, nem como braçal que lutava contra os excessos do rio.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 69.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Para saber mais – *Mumificação*

1. Os egípcios conservavam seus mortos por meio do processo de mumificação, que consistia na retirada de órgãos e aplicação de diversas camadas de linho embebidas em substâncias conservadoras, cobertas de resina, o que garantiu a preservação em bom estado dessas múmias até a atualidade.

2. Por meio da mumificação, os egípcios puderam ampliar seus conhecimentos sobre os órgãos do corpo humano, bem como sua posição. Este conhecimento permitiu a identificação de doenças, bem como métodos de cura, que incluíam o uso de cirurgias.
A mumificação pode ser utilizada como situação-problema interdisciplinar com a Biologia. Pode-se trabalhar seu papel para uma maior compreensão acerca do modo de vida dos antigos egípcios e pode-se estudar como os egípcios desenvolveram muitos conhecimentos sobre o corpo humano, seus órgãos e tecidos graças, em parte, ao processo de mumificação.

Dialogando com a Geografia

1 Resposta pessoal. Os dados mais importantes do texto para que o aluno organize um esquema visual referem-se ao acelerado crescimento urbano na Índia: a cidade de Thane, no estado de Maharashtra, possuía, em 2011, 11 milhões de habitantes, equivalente a 9,84% da população do estado, apresentando um crescimento de 36% em dez anos. Entretanto, Mumbai, com 3,14 milhões, apresentou uma taxa negativa de crescimento de 5,75% no mesmo período. O texto aponta também que 410 milhões de indianos, da população total de 1,2 bilhão, vivem abaixo da linha da pobreza, o que representa um terço da população mundial nessas condições.

2 Resposta pessoal. O objetivo da atividade é solicitar ao aluno a leitura e interpretação de dados estatísticos em diferentes tipos de gráfico. Pode ser oportuno oferecer outros exemplos, retirados de livros, da imprensa ou da internet, para que o aluno compreenda a atividade e reconheça formas variadas de apresentação visual de conteúdos em gráficos.

3 a) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno seja capaz de identificar temas como: violência, desigualdade social, problemas relacionados à mobilidade e acessibilidade urbanas, viabilização de alternativas mais sustentáveis de transporte de pessoas e mercadorias e questões relacionadas à gestão e administração urbana.

b) Resposta pessoal. Seria oportuno que os alunos pudessem comparar os problemas vividos em cidades pequenas aos das grandes metrópoles brasileiras, daí a importância de promover a reflexão sobre o tema a partir da própria cidade e das cidades maiores do entorno.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos reflitam sobre as formas de participação política da população urbana, mesmo de cidades de menor porte, como associações de classe, coletivos juvenis, grupos culturais e movimentos sociais em geral. Desse modo, seria possível ampliar a reflexão sobre cidadania e participação política.

Atividades

Retome

1 Os vestígios voluntários foram produzidos com o objetivo de registrar informações ou imagens de pessoas ou instituições. Já os vestígios involuntários resultam das atividades do dia a dia, sem a intenção de serem registros.

2 A Pedra de Roseta é um bloco de basalto com inscrições em duas línguas, egípcio e grego, e três sistemas de escrita: o hieróglifo e o demótico, de origem egípcia, e um terceiro sistema com caracteres gregos. Como o grego era conhecido, essa descoberta possibilitou a decifração dos hieróglifos, permitindo a tradução de textos egípcios, o que facilitou o estudo da civilização egípcia.

3 Os zigurates aproximavam os homens dos deuses celestes, abrigavam celeiros e oficinas e serviam também de torres de observação dos céus. Possibilitaram cálculos do movimento de planetas e estrelas e a posterior elaboração de sofisticados calendários.

Pratique

4 a) Para o autor, a Europa desempenhou papel central na formação do mundo contemporâneo, uma vez que irradiou seus valores, costumes e práticas por todos os demais continentes, deixando sua influência em todos.

b) Bauman chama a atenção sobre o imenso poder expansivo da Europa, que se lançou sobre os outros continentes, ocupou-os e a eles se impôs. O autor entende que essa expansão não implicou troca, influência mútua, mas de fato a exportação das ideias e do modo de ser dos europeus para o restante do mundo. Como consequência, em toda parte a História passou a ser estudada segundo os interesses e perspectivas europeus. Assim, é em função do entendimento das transformações que afetaram a Europa que o estudo do passado se organiza, ficando a História local submetida a ele. No entanto, o conceito de “civilização” se transformou desde o século XIX até os dias atuais, abarcando todas as formas de organização social, política e econômica das sociedades humanas. Assim, os currículos atuais identificam a importância do estudo de diversas civilizações nos vários continentes do planeta.

5 a) As principais construções da cidade são o zigurate e o palácio real, seguidos do templo dedicado a Marduk, divindade protetora da Babilônia.

b) O zigurate e o templo são bem maiores que as demais construções, ocupam posição central na cidade e estão especialmente protegidos por muralhas.

c) Pode-se identificar uma vasta planície, banhada pelo rio e por alguns canais de irrigação (as linhas retas do curso de água desviado, no fundo da imagem). Pode-se inferir que se trata de área de plantações.

d) Sim, podemos inferir, pela extensão da muralha que circunda toda a cidade, que esta era uma região sujeita a ameaças externas, demandando especial atenção quanto à segurança.

e) Sim, a centralidade e grandiosidade das construções religiosas, como o templo e o zigurate, indicam que a religião tinha grande importância. A proximidade dessas construções com o palácio, também imenso, sugere ter existido uma associação entre poder político e religioso. Além disso, o isolamento das construções principais, superprotegidas por uma segunda linha de muralhas, indica um distanciamento entre os habitantes e o centro de poder. Tudo isso nos leva a considerar que possivelmente a cidade era governada por uma monarquia teocrática.

Retome

6 O Egito, situado entre dois desertos, vivia em relativo isolamento geográfico, o que lhe possibilitou longos períodos de estabilidade política. A Mesopotâmia, ao contrário, era uma planície aberta a invasões por todos os lados. Além disso, o regime de cheias do Tigre e do Eufrates não era tão regular como o do Nilo, no Egito; por isso a região era suscetível tanto a inundações violentas quanto a períodos de seca.

7 No Período Neolítico, antes da formação de um Estado no Egito, as comunidades locais (nomos) cuidavam das obras hidráulicas necessárias para o cultivo agrícola (diques e canais). Mais tarde, os nomos tornaram-se regiões administrativas e seus governantes (nomarcas) passaram a ser os responsáveis pela coordenação de grandes obras hidráulicas, como os canais de irrigação e drenagem. À medida que a atividade agrícola se expandia e disputas regionais aumentavam, os nomos foram se fundindo até formarem, por volta de 3500 a.C., os reinos do Alto Egito, ao sul, e o do Baixo Egito, ao norte, na região do delta do Nilo. Três séculos depois, sob a liderança de Menés, os dois reinos foram unificados, dando origem ao grande Reino do Egito.

8 A servidão coletiva consistia na realização de trabalhos compulsórios pela população, como forma de tributo aos deuses. Os camponeses eram convocados pelo monarca e pelos sacerdotes para a realização de grandes obras de irrigação e a construção de depósitos de armazenagem, templos e palácios, pelo que não recebiam remuneração, pois se tratava de uma retribuição à proteção recebida dos deuses.

9 Essa forma de governo é denominada monarquia teocrática.

10 Espera-se que o aluno seja capaz de construir uma forma geométrica que identifique, no alto, o faraó (encarnação do deus Hórus, que acumulava funções jurídicas, executivas, legislativas, militares e religiosas), seguido dos chefes regionais, os nomarcas (representantes do poder central, administravam aldeias e cidades, arrecadando impostos e fazendo cumprir as decisões do faraó), dos sacerdotes (responsáveis pela administração dos templos e dos cultos religiosos), da alta burocracia (administrava as terras e os recursos materiais do Estado egípcio) e dos chefes militares. Logo abaixo, estariam os escribas (responsáveis pelas tarefas práticas da administração pública, como cálculo e cobrança de impostos) e comerciantes (responsáveis pelas atividades urbanas, como comércio e artesanato). Na base, os camponeses e artesãos (pagavam tributos e prestavam trabalho compulsório em campos, oficinas, minas e obras públicas) e, por fim, os escravos.

11 As mudanças foram provocadas pelas invasões e pela dominação de outros povos, especialmente a partir do século VI a.C. Com a invasão de Alexandre, o Grande, no século IV a.C, instaurou-se no Egito uma dinastia de origem macedônica, chamada ptolomaica ou lágida, e a cultura grega penetrou no reino. O filho de Cleópatra, que pertenceu a essa dinastia, foi o último rei egípcio. Depois desse período, o reino caiu sob domínio romano e deixou de existir definitivamente.

Analise uma fonte primária

12 a) Cor escura, próxima do ocre; lisa, mas com linhas cavadas na pedra; 2,30 m de altura; há um pássaro em pé, de grande estatura, e à sua frente, agachado sobre seus pés, há um ser humano, com uma das mãos no queixo e a outra segurando um pequeno cajado. Fique atento para o aluno não se limitar a escrever o que vê, mas assegure-se de que ele disse como são os elementos que viu. Incentive-os a fazer descrições detalhadas e completas.

b) Resposta pessoal. Mas espera-se que o aluno aponte que o tamanho da escultura e a quantidade de detalhes pressupõem grande trabalho para o artista. Lembre os alunos de que o granito é uma pedra bastante dura e que trabalhá-la exige bastante domínio técnico, o que sugere que a figura foi feita por um artesão bastante especializado.

c) Ramsés II foi um dos faraós do Império Novo, o terceiro da 19ª dinastia, e governou o Egito entre 1279 a.C. e 1213 a.C. Seu reinado foi um dos mais prestigiosos e longos da história do antigo Egito. Foi coroado príncipe aos dez anos e destacou-se, em seu reinado, pelas campanhas militares vitoriosas que liderou. O falcão representava **Hórus**, "deus dos Céus", uma das mais importantes divindades egípcias: era um deus solar, filho de Osíris e Ísis, considerado a manifestação do poder do Sol. Hórus era representado pelo falcão, pois sua vista é tão poderosa que ele é o único animal que pode fixar o Sol.

d) O falcão tem um aspecto sereno e adota uma postura segura, sólida e equilibrada. Ao representar um deus, encarna seus poderes e qualidades.

e) Ramsés é representado agachado e com um dedo encostado na boca, como se fosse uma criança, o que expressa certa fragilidade. Ele leva à cabeça uma coroa ornada com um disco solar e leva um caniço na mão, símbolo do poder real.

f) A associação entre o faraó e o falcão, representação do deus Hórus, expressa a proteção para o faraó e confere um caráter divino à monarquia. A relação estreita de Ramsés com Hórus parece evidenciar a natureza divina e solar do faraó, dando a entender que a divindade governava por meio do rei. A coroa de disco solar afirma ainda mais a identidade entre o jovem rei e o falcão.

g) O escultor pode ter querido registrar que o faraó governava protegido pelo deus Hórus. Isso legitimava seu governo e transmitia a ideia de que o faraó era representante de Hórus na Terra, sua imagem, reflexo e encarnação.

Retome

13 Os hebreus foram o primeiro povo a adotar o monoteísmo ético, religião que prega a existência de um só Deus e que exige um comportamento ético das pessoas, ou seja, exige-se que ajam de maneira correta e justa.

14 Na Bíblia, dados históricos misturam-se com relatos míticos e preceitos religiosos, o que pode tornar difícil a identificação dos acontecimentos que realmente ocorreram no passado. Para poder interpretar os relatos bíblicos e diferenciar mito de História, o estudioso precisa cruzar os textos contidos no Antigo Testamento e os dados obtidos pela pesquisa arqueológica e linguística, entre outros.

15 A Palestina corresponde à Canaã, a terra que os hebreus acreditavam que lhes fora ofertada por Deus. Portanto, trata-se de solo sagrado para esse povo e seus descendentes.

16 Segundo os relatos bíblicos, depois da fuga do Egito, os hebreus ocuparam a cidade de Jericó e, divididos em doze tribos, passaram a nomear juízes para liderá-los no combate aos filisteus, povo que havia se estabelecido no litoral da Palestina. Após a provável instalação dos hebreus na região, ocorreram várias tentativas de unificar as tribos em um reino único, até que, sob a liderança de Saul, em 1010 a.C., finalmente foi fundada a primeira monarquia hebraica. Mas foi Davi, seu sucessor, que consolidou as bases para um Estado hebraico efetivo, com governo centralizado, organização burocrática e exército permanente.

17 A partir da morte de Salomão, surgiram rivalidades entre as tribos do sul e do norte e disputas pela sucessão, o que provocou a divisão dos hebreus em dois reinos, o de Israel e o de Judá.

18 Entre os hebreus havia grupos muito resistentes ao domínio romano, o que motivou várias revoltas. No ano de 70 d.C., após um grande levante hebraico, os romanos destruíram o Templo de Jerusalém e obrigaram os hebreus a abandonarem a Palestina, dispersando-os pelos territórios do Império.

19 Em vez de submeter as elites das regiões conquistadas ao seu domínio, Ciro, o principal conquistador persa, fez delas suas aliadas, assegurando-lhes privilégios e prestígio. Desse modo, enfraqueceu os desejos de sublevação das lideranças locais e garantiu relativa estabilidade ao seu império.

20 Dario I dividiu o império em províncias, as satrapias, cujos governadores ficavam encarregados de cobrar impostos em nome do imperador. Para evitar a infidelidade dos sátrapas, nomeou inspetores oficiais, para fiscalizá-los, conhecidos como "olhos e ouvidos do rei". Além disso, Dario mandou construir estradas que ligavam os principais centros urbanos do império (Susa, Pasárgada, Persépolis), criou um eficiente sistema de correios para maior controle das províncias e implantou uma unidade monetária chamada dárico.

Pratique

21 a) O elemento que diferenciou os hebreus dos demais semitas foi o fato de terem adotado o monoteísmo.

b) Segundo o texto, na origem da cultura hebraica, eles eram politeístas e compartilhavam uma religiosidade comum com os outros semitas e não semitas do Oriente Médio.

c) O autor atribui a afirmação do monoteísmo a Moisés, de modo que a consolidação da identidade hebraica se dá durante o Êxodo, por volta de 1300 a.C., quando foi preciso criar um elemento de unidade entre os hebreus.

Analise uma fonte primária

22 a) Os fenícios se deslocam de um local, onde parece haver uma grande construção, para suas embarcações; depois de navegarem, transportam as mercadorias das embarcações em direção ao porto.

b) As embarcações podem contribuir para a identificação dos fenícios, pois eram seu principal meio de transporte para praticar o comércio, no qual se especializaram.

c) Resposta pessoal. Todas as hipóteses, desde que coerentes com o perfil dos povos, sociedades e culturas estudados, devem ser aceitas. É importante que os alunos entendam que hipóteses não são "chutes" aleatórios, mas possibilidades levantadas a partir de evidências. Devem ainda entender que o levantamento de hipóteses é o primeiro passo de uma investigação, ao final da qual a hipótese, diante das evidências colhidas, será confirmada ou não. Espera-se que o aluno formule hipóteses que relacionem as trocas comerciais, culturais e políticas entre os povos analisados no capítulo. O registro do rei assírio em seu palácio poderia representar a riqueza do seu reino (capaz de comprar mercadorias trazidas pelos fenícios), mas também poderia estar associada a seu poder imperial, seja como representação da amplitude de trocas comerciais, seja como pagamento de tributos de outros povos, seja como representação de homenagens à sua autoridade.

Articule passado e presente

23 a) Resposta do grupo. Espera-se que os alunos consigam compreender que as transformações urbanas provocam alterações significativas na paisagem, mas determinados elementos permanecem, como alguns edifícios e construções mais imponentes, o traçado de determinadas ruas, avenidas ou estradas e o curso dos rios.

b) Resposta do grupo. Seria importante que os alunos debatessem sobre as diversas alterações da dinâmica urbana, como a rede de transportes, os serviços públicos, como hospitais e escolas, a oferta de atividades culturais, como bibliotecas, teatros e cinemas, os problemas de mobilidade urbana, o crescimento populacional e o aumento da desigualdade social.

c) Resposta do grupo.

d) Resposta do grupo. Pode ser oportuno orientar os alunos a elaborar seu planejamento por áreas específicas da vida urbana, facilitando a comparação posterior das diferentes “cidades ideais”. Eles podem, por exemplo, tratar separadamente de alguns aspectos urbanos, como transporte público, habitação, lazer e cultura, saúde e educação.

e) Resposta do grupo. Caso haja tempo, os alunos podem construir maquetes das suas cidades ideais. Ao fim da atividade, pode-se organizar um debate com a classe, colocando em discussão as diferentes soluções oferecidas para planejar uma cidade ideal.

Capítulo 4

Outros povos da Antiguidade

Por que estudar os outros povos da Antiguidade?

- Possibilita uma reflexão sobre povos e civilizações que, em geral, são pouco estudados no Ensino de História.
- Apresenta a diversidade cultural, política e econômica de sociedades de três continentes (Ásia, África e América), expressando as múltiplas experiências do viver humano.
- Proporciona uma reflexão sobre as diferentes religiões, suas crenças e práticas sociais, incentivando os alunos a pensar sobre seus valores e visões de mundo.

Objetivos

- Os alunos deverão entender o desenvolvimento socioeconômico de diversos povos e civilizações da Antiguidade.
- Os alunos deverão compreender as relações entre sociedade, Estado e religião na Antiguidade.
- Os alunos vão trabalhar especialmente com os conceitos de estrutura social, religião e poder.
- Os alunos vão desenvolver habilidades relacionadas à identificação de manifestações e representações do patrimônio cultural e artístico de diferentes sociedades da Antiguidade.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: aprofunda a reflexão sobre o papel das cidades, colocando em debate suas funções de proteção e isolamento diante do “outro”. Trata-se da construção da cidade-fortaleza, militarmente defendida contra invasões externas. Pode-se pensar também nos muros que cercam, nas cidades contemporâneas, os bairros da alta classe média, em condomínios fechados que isolam o morador da vida urbana. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: África, Ásia e América, no período entre 8000 a.C. e o século IV d.C.
- Tema central: o surgimento de cidades, reinos e impérios em diversas partes do globo, rompendo uma visão tradicional que valoriza apenas os povos do Oriente Médio, da Grécia e de Roma no ensino de História antiga. Isso é feito em perspectiva global e multicultural, com o estudo da África (e não apenas o Egito), da América e do Extremo Oriente (Índia e China).
- Boxe *Construindo conceitos*: discute os conceitos de *reino*, *império* e *civilização* que estão presentes em toda a Unidade 2. Pode-se retomar o texto “Civilização”, na abertura da unidade (*Saber histórico*), com o objetivo de reforçar a crítica à visão eurocêntrica e a noção de progresso humano.
- Boxe *Leituras: Escrita nas Américas tem quase três mil anos*: a leitura do texto de Franciane Lovati é uma oportunidade para refletir com os alunos sobre a contínua construção do conhecimento histórico sobre as sociedades humanas.
- Cultura juvenil: pode-se propor uma reflexão sobre os fundamentos da estrutura de castas da antiga civilização indiana a partir do tema da restrição ao casamento entre castas. Os alunos podem ser motivados a debater o que pensam sobre isso: há algum tipo de regra social ou interdição religiosa que impeça o namoro ou o casamento entre duas pessoas ou trata-se de uma decisão pessoal? O debate pode oferecer uma oportunidade para discutir as diferentes relações entre indivíduo e sociedade em vários tempos históricos.

Abordagens interdisciplinares

- **Geografia:** a partir do mapa da Rota da Seda pode-se realizar um estudo sobre os povos que vivem atualmente nos territórios por onde as caravanas passavam e os países que ocupam esses territórios.
- **Sociologia:** o tema da religião, presente em vários momentos do capítulo, pode oferecer uma reflexão sobre estruturas e dinâmicas religiosas contemporâneas.

Conheça mais

Sugestões de leitura

DONATO, H. *História do calendário*. São Paulo: Melhoramentos, 1993. O livro narra a história das tentativas humanas de medir, compreender e controlar o tempo, articulando os conhecimentos astrológicos, astronômicos e matemáticos de diversas civilizações.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China*: uma nova História. Porto Alegre: L&PM, 2007. Neste livro, os autores apresentam um quadro panorâmico sobre a história da China, da Pré-História à primeira década do século XXI.

MOKHTAR, G. (Ed.). *História Geral da África*: II. África antiga. São Paulo: Cortez/Unesco, 2012. O livro, segundo volume da *História Geral da África*, analisa, por meio de vários artigos, o período que vai do final do Neolítico até o século VII d.C. Apesar de dar ênfase ao Egito antigo, aborda também a Núbia,

no corredor do Nilo, as terras altas da Etiópia e a região do Magreb com seu interior saariano.

M'BOKOLO, E. *África Negra*: *história e civilizações:* Tomo I (até o século XVIII). Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. O livro delineia um abrangente panorama, desde as origens das civilizações africanas até meados do século XVIII.

MUMFORD, L. *A cidade na História*: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008. O livro apresenta um estudo sobre a cidade ao longo da História, retratando assim o desenvolvimento cultural, político, religioso e econômico da vida urbana de diversas sociedades humanas.

PANTOJA, S. *Uma antiga civilização africana*: história da África central ocidental. Brasília: Ed. da UnB, 2011. O livro analisa a história das sociedades africanas do litoral central ocidental e apresenta a rica diversidade cultural dos povos que habitaram a região.

SCARPARI, M. *Antiga China*: a civilização chinesa desde as suas origens até a dinastia Tang. Lisboa: Verbo, 2002. O livro apresenta uma história cultural e política da China a partir de inúmeras escavações em sítios arqueológicos.

Site

Descobridores do novo mundo. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/descobridores-do-novo-mundo>. Acesso em: 20 mar. 2016. Reportagem da revista *Superinteressante* de dezembro de 2006 que discute a hipótese de um descobrimento chinês do Brasil.

Textos de apoio

1 O saber ocidental sobre a África

[...] o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, automagens e estereótipos que põem um "olhar imperial" sobre o universo. Assim, o conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e os meados do século XX, contém equívocos, prenoções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos de política nacional, contribuindo de modo mais ou menos direto para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico.

[...]

Quanto às diferenças, são tratadas segundo um modelo de organização social e política, bem como de padrões culturais próprios da civilização europeia. Em outros termos: aproximando por analogia o desconhecido ao conhecido considera-se que a África não tem povo, não tem nação nem estado; não tem passado, logo não tem História.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 18.

2 Processos migratórios na África

A seca teria outras consequências sobre a repartição da população africana [...] Todas as populações desta imensa região (o Saara) emigraram pouco a pouco, abandonando os seus *habitat* excessivamente setentrionais atingidos pela seca, para regiões meridionais mais arraigadas. [...] O aumento da densidade da população da savana, devido a esta emigração e também à adoção da agricultura que lhe é contemporânea, deve ter incitado certas populações, abaladas pelos recém-chegados, a procurar novas terras para o sul, para a floresta que parece ter sido até então o domínio quase exclusivo dos pigmeus e sobretudo para as savanas do sul da bacia do Congo, favoráveis à agricultura.

MAUNY, R. *Les siècles obscurs de l'Afrique noire.* Histoire et archéologie. Paris: Fayard, 1970. Apud M'BOKOLO, Elikia. África Negra: história e civilizações: Tomo I (até o século XVIII). Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2008. p. 74.

3 China: império do meio

Para muitos chineses, a meteórica ascensão que a China experimenta representa o retorno ao lugar que historicamente lhe pertenceu, de Império do Meio ou País do Centro. [...]

A consciência de que fazem parte de um processo histórico longuíssimo e contínuo é outra das fortes características dos chineses. Há uma espécie de orgulho coletivo em relação à grandeza da civilização milenar, e o vínculo com o passado é estimulado pelo sistema de ensino. O bom aluno sabe de cor o nome das dinastias que se sucederam desde os anos 1700 a.C., quando a China ainda não era unificada, aprende que seu país foi a origem de algumas das invenções mais importantes para a humanidade, como a pólvora, a

bússola e o papel, e sabe o poder de uma população de 1,3 bilhão de pessoas.

Mas, acima de tudo, a ligação com o passado e a percepção de continuidade histórica são dadas pelas duas grandes tradições filosóficas do país, o confucionismo e o taoísmo, cuja influência na concepção de mundo dos chineses sobreviveu ao longo dos séculos e se mantém até os dias de hoje.

A visão de que a China ocupa o centro do mundo e possui uma civilização superior às demais marcou a história do país e está refletida em seu próprio nome. Os chineses não chamam a China de China, mas de *Zhongguó*, palavra formada pela união de dois ideogramas: centro e nação.

TREVISAN, Cláudia. *Os chineses*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 137-138.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Construindo conceitos

As atividades têm por objetivo solicitar aos alunos que reflitam sobre a existência de significados diversos associados ao conceito de “civilização”. Na pesquisa de opinião e nos *sites* surgirão ideias que associam civilização aos países europeus ou aos povos ou pessoas que tenham “educação” e “bons modos” e, de modo geral, à noção de sociedades supostamente mais desenvolvidas que outros agrupamentos humanos. Pode-se destacar, a partir dos resultados da pesquisa e da reflexão dos alunos, que as palavras, e os conceitos em particular, assumem diferentes significados, que se transformam lentamente ao longo do tempo. Basta lembrar que a noção de civilização justificou, entre os séculos XVI e XIX, a ação imperialista europeia sobre os povos da América e da África, como se a dominação política e militar fosse um “benefício” que levaria hábitos e práticas “civilizadas” aos “bárbaros”.

Atividades

Retome

1. As cidades de Mohenjo-Daro e Harappa possuíam canalização de água e esgoto, com algum tratamento, até nas casas mais humildes. Possuíam também celeiros feitos com técnicas engenhosas de isolamento e ventilação. Além disso, a distribuição uniforme das edificações, organizadas em ruas em forma de tabuleiro de xadrez, indica que houve um planejamento urbano.

2. Esses textos são conhecidos como Vedas, que significa conhecimento. São textos ritualísticos, que contêm os ensinamentos e os princípios filosóficos do hinduísmo, tendo sido compilados possivelmente entre 1500 a.C. e 900 a.C.

3. O sistema de castas surgiu do bramanismo, uma religião originária do hinduísmo. Segundo o bramanismo, as castas teriam se originado das diferentes partes do corpo de Brahma, o arquiteto do universo: os brâmanes (sacerdotes) seriam oriundos da cabeça; os xátrias (guerreiros), dos braços; os vaixás (comerciantes e artesãos), das pernas e os sudras (trabalhadores em geral) dos pés. Além disso, havia os “párias”, que não possuíam castas, considerados impuros e denominados “intocáveis”, pois não eram oriundos do corpo de Brahma. A eles cabiam os trabalhos degradantes. Nesse sistema, uma pessoa já nascia em uma casta, ou seja, em uma posição predefinida na sociedade e nela permanecia por toda a vida, desempenhando funções sociais específicas e sendo proibido de casar com membros de outra casta.

4. Entre os vedas, o centro da ordem política eram as cidades-Estado que, ao se expandirem, formavam pequenos reinos governados por chefes políticos (os rajás). Embora muitas vezes se envolvessem em disputas regionais, em caso de uma ameaça militar maior, se uniam em torno de um líder central, o marajá.

5. Durante a dinastia Gupta, o império indiano foi reunificado e o hinduísmo foi restabelecido como religião predominante. Muitos templos foram construídos e a economia se fortaleceu, com a ampliação dos cultivos agrícolas e dos rebanhos e o desenvolvimento da produção de tecidos. O comércio com o Império Romano do Oriente prosperou, enquanto artistas, cientistas e poetas eram financiados pela Corte. Graças ao aumento das riquezas, a arrecadação de impostos também cresceu, transformando a dinastia Gupta num império rico e poderoso.

6. a) Resposta pessoal.

   b) Caso haja dificuldades para impressão das imagens, os alunos poderiam descrevê-las e desenhá-las no caderno, registrando também as informações encontradas nos *sites* pesquisados.

   c) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos consigam sistematizar as informações mais relevantes sobre os objetos selecionados.

   Essa atividade, embora simples, tem como objetivo estimular o estudante a olhar com atenção imagens de objetos produzidos no passado. Ressalte aos alunos que a mera digitação das palavras “dinastia Shang” não assegura que todas as imagens exibidas sejam realmente referentes a essa dinastia e, por isso, eles devem se certificar da origem das peças acessando as explicações sobre ela no *site* em que se encontra. É ainda importante que o aluno saiba apontar claramente e justificar o que lhe chamou a atenção nos objetos. Não aceite respostas vagas como “achei bonito”. Aproveite a ocasião para comparar as imagens pesquisadas e identificar traços característicos das peças da dinastia Shang.

7 A criação de um sistema de doação de territórios a chefes poderosos, feita pelos governantes da dinastia Zhou, dividiu a China em principados, causando uma progressiva descentralização do poder político e uma redução da autoridade dos governantes. A invasão da China por povos nômades vindos do norte e do oeste e uma sucessão de guerras opondo os vários principados contribuíram para esvaziar o poder imperial. Por essa razão, o período entre os séculos V a.C. e III a.C. ficou conhecido como "período dos reinos combatentes".

8 A Grande Muralha foi construída durante o governo do imperador Shi Huang Ti, da dinastia Ch'in, com o objetivo de proteger a China contra invasões nômades.

9 Uma extensa rede de comércio ligava todas as regiões importantes do Extremo Oriente, favorecendo não só o intercâmbio comercial, mas também trocas culturais. Assim, por exemplo, o budismo, originário da Índia, penetrou na China, enquanto a acupuntura difundiu-se por outras regiões do mundo oriental.

Pratique

10 a) A cidade de Harappa ficava próxima a um importante afluente do rio Indo, o rio Ravi.

b) A localização da cidade na proximidade das margens do rio era uma vantagem, pois a população dispunha de terras férteis para praticar a agricultura. O derretimento da neve do Himalaia fazia com que as águas do rio Ravi transbordassem, causando inundações nas cidades, o que era uma desvantagem.

c) Para contornar a ameaça das águas, construíram na cidade um sofisticado sistema de encanamento pelos quais a água servida corria para dutos e esgotos centrais. Além disso, funcionários da autoridade municipal eram encarregados de fiscalizar e garantir a manutenção dos esgotos.

11 a) Sidarta era um brâmane, isto é, membro da mais alta casta da estrutura social indiana. O trecho que sustenta a resposta é: "Sempre, ainda, que se distanciasse de tudo, nas mais longínquas meditações, prosseguia sendo o filho de seu pai, fora brâmane, aristocrata intelectual".

b) Sidarta se considerava um indivíduo separado de sua origem de casta, e passara a viver isolado, sem se classificar em nenhum grupo social, enquanto os demais indianos, mesmo os mais solitários, estavam vinculados à sua origem social.

c) A difusão do budismo não alterou a divisão social criada pela civilização védica. Mesmo depois da difusão da nova religião, a sociedade da Índia permaneceu dominada pelos brâmanes.

d) Espera-se que o aluno identifique o caráter estático e permanente, sem mobilidade social, que configura a sociedade de castas, na qual cada indivíduo está ligado aos demais da mesma casta e, assim, sucessivamente, através das gerações.

Articule passado e presente

12 a) Em geral, os muros tiveram as funções de separar a área urbana, sede do poder político, do resto do território, e também garantir a defesa dos habitantes das cidades: os muros protegiam a cidade de invasões estrangeiras, mas também podiam segregar os camponeses, viajantes e outros estrangeiros que, mesmo sendo pacíficos, eram controlados pelos funcionários reais, na entrada dos portões.

b) A segurança contra invasões militares estrangeiras não seria garantida pela construção de muros e os conflitos militares, quando ocorrem em áreas urbanas, também não seriam evitados pela construção de muros.

c) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno reflita sobre o papel de controle social, provavelmente com interesses econômicos, que a construção de um muro em torno de uma área da cidade representa. Além disso, deve ser lembrado que existem outras formas menos agressivas para evitar a expansão da população e proteger a mata nativa, promovendo políticas habitacionais que ofereçam alternativas dignas de moradia para a população pobre. É interessante que se problematize quem ou o que é identificado hoje como "perigoso" e quem precisa ser defendido de quem ou do quê.

Retome

13 Os núcleos urbanos mais antigos da América foram os do Norte Chico, na região do Peru atual, onde foi erguida a cidade de Huaricanga, por volta de 3500 a.C. Mais tarde, a civilização Olmeca floresceu na América do Norte, entre 1200 a.C. e 400 a.C., na região centro-sul do atual território do México.

14 No Reino de Kush, várias mulheres chegaram a ocupar posição de mando. Essas mulheres ficaram conhecidas como "rainhas-mães" e foram retratadas como figuras femininas gordas e enérgicas, de ancas largas, vestidas com uma túnica franjada a cair do ombro direito, exibindo colares e enfeites.

Pratique

15 a) Os alunos devem observar especialmente a postura de ataque do príncipe, as pernas abertas, os braços erguidos, o corpo representado frontalmente e a cabeça de perfil. Devem ainda observar uma mão segurando firmemente os cabelos dos inimigos, enquanto a outra mão empunha um cetro, pronto para lançar um golpe contra a figura presa em sua mão.

b) O relevo busca construir uma imagem ameaçadora do príncipe, tornando-o temido. Para conseguir esse efeito, o artista representou o príncipe em tamanho maior do que as demais personagens, enfatizando o gesto ameaçador do braço levantado com o cetro, e potencializou o efeito com a representação de um cão comendo o rosto de um inimigo caído aos pés do príncipe. Além disso, atrás do rei há uma figura alada, como uma divindade protegendo-o com uma folha de palma.

c) Em ambas, o monarca está em pé e demonstra certa imponência. Ele está representado na mesma posição, com as pernas abertas, o tronco frontal e a cabeça de perfil. O faraó também é representado em tamanho maior do que as demais figuras e também prende seus inimigos pelo cabelo, enquanto na outra mão empunha um cetro. Ainda que o faraó não esteja atacando o grupo, a sua postura é decisivamente de força e poder.

d) O Reino de Kush dominou o Egito por volta de 750 a.C. até serem derrotados pelos assírios, em 670 a.C. É provável que a semelhança das figuras expresse a influência da arte e da cultura egípcias sobre o Reino de Kush.

e) Espera-se que o aluno reconheça que as transformações históricas obedecem a ritmos diferenciados, ocorrendo, neste caso, uma prática cultural de longa duração, em que as representações dos reis e das divindades obedeciam a padrões técnicos e estéticos que eram transmitidos de geração em geração. Pode-se destacar que um artista ou artesão na Antiguidade era valorizado não pela originalidade, mas pela capacidade de reproduzir os padrões aceitos e reconhecidos socialmente.

Analise uma fonte primária

16 a) A imagem apresenta inúmeros personagens armados de lanças e com adornos na forma de animais sobre a cabeça. Predominam as cores verde e amarela dos adereços e o marrom da pele dos guerreiros, contrastados com o fundo azul. No centro da imagem, dois personagens se opõem em posição de ataque, enquanto os demais guerreiros parecem envolvidos na luta.

b) A composição orienta o olhar do observador para o centro, mais exatamente para o prisioneiro caído ao chão. Isso é conseguido pela convergência dos gestos e olhares de todas as demais personagens para essa direção, revelando o palco de uma batalha entre dois exércitos.

c) Sim. Os maias estão ricamente paramentados, enquanto a personagem caída veste apenas um saiote. Os maias empunham lanças, têm as cabeças adornadas com figuras de animais, possivelmente representando força e poder. Além disso, o personagem central (do lado esquerdo), segura o inimigo caído pelos cabelos e parece ter desferido um golpe de lança contra ele.

d) Sim, há diferenças no vestuário e acessórios que as personagens exibem. Por exemplo, algumas vestem túnicas de pele de leopardo, ao passo que outros usam uma espécie de colar verde. Todos carregam consigo lanças.

e) Trata-se de uma cena de batalha, retratando, portanto, o aspecto guerreiro da sociedade maia.

f) É possível identificar algumas armas de guerra, como a lança; os tipos de vestimenta e indumentária utilizadas em batalhas; alguns animais da fauna local; o aspecto físico dos maias, entre outros aspectos. É possível também deduzir a valorização da guerra, visto que os personagens são retratados demonstrando força, potência e determinação.

Marisa Estivill/Shutterstock

Grécia antiga

Por que estudar a Grécia antiga?

- Proporciona uma reflexão sobre a construção da democracia grega, base para o exercício da cidadania moderna.
- Apresenta o processo de formação de uma cultura diversificada e rica, que contribuiu decisivamente para a formação do Ocidente.
- Oferece uma reflexão sobre as diferenças entre a democracia antiga e a moderna, possibilitando situar-se melhor no tempo presente e reconhecer formas de ação política.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar o desenvolvimento histórico da civilização grega desde suas origens até a conquista macedônica.
- Os alunos deverão compreender as transformações sociais e econômicas que conduziram à formação dos sistemas políticos de Atenas e Esparta.
- Os alunos irão trabalhar com os conceitos de cultura, democracia e cidade-Estado.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas à interpretação de diferentes representações cartográficas dos espaços geográficos onde se situavam as cidades-Estado gregas.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: reflexão sobre a democracia e as diversas formas de participação política, numa intensa relação entre presente e passado que possibilita inúmeras reflexões sobre o sistema político brasileiro. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: a Grécia, situada no sudeste da Europa, no período de 3000 a.C. a 300 a.C.
- Tema central: o processo de desenvolvimento da civilização grega a partir de diferentes contribuições culturais que se sucedem e se desdobram na formação da cultura grega clássica.
- Boxe *Leituras*: o tema das mulheres gregas pode ser discutido relacionando-o com o boxe *Para saber mais*, do Capítulo 3, sobre a condição da mulher no Antigo Oriente.
- Boxe *Construindo conceitos*: a comparação entre a democracia antiga e a democracia contemporânea oferece possibilidades de trabalho sobre formas de participação política local, por exemplo, na gestão da escola, nas associações de bairro e nos conselhos municipais.
- Cultura juvenil: as questões formuladas em torno do tema democracia podem ser aproveitadas para debater os diferentes espaços de ação política da juventude nas sociedades contemporâneas: os movimentos estudantis, os coletivos de juventude, as associações comunitárias, os centros culturais, etc.

Imagens do capítulo

Laocoonte e seus filhos: a escultura helenística representa o ponto alto da tragédia desse personagem mítico da Guerra de Troia, descrito na *Eneida*, do poeta romano clássico Virgílio. Laocoonte, um sacerdote troiano, desconfiou que o cavalo de madeira deixado pelos gregos às portas da cidade era uma armadilha, tendo alertado o povo e atirado uma lança contra o presente grego. Como castigo por sua intervenção, que quase atrapalhou seus planos, os deuses gregos enviaram imensas serpentes para devorá-lo e a seus filhos. A escultura foi redescoberta em 1506, na Itália, e atualmente faz parte do acervo do Museu do Vaticano.

Abordagens interdisciplinares

- **Artes Cênicas:** na seção *Dialogando com as Artes Cênicas*, o debate sobre *rap* e *hip-hop*, além de integrar a cultura juvenil das grandes cidades, proporciona um ambiente para o uso da música e da dança em sala de aula, por meio de criações artísticas dos próprios alunos.
- **Geografia:** a presença de representações cartográficas sobre a região oferece a oportunidade para um trabalho metodológico de leitura de informações presentes nos mapas.

Conheça mais

Sugestões de leitura

ANDRADE, M. M. *A cidade das mulheres*: cidadania e alteridade feminina na Atenas clássica. Rio de Janeiro: Lhia, 2001. A autora analisa o imaginário, bem como a construção da cidadania ateniense, a partir do feminino.

EYLER, F. M. S. *História Antiga: Grécia e Roma:* a formação do Ocidente. Petrópolis: Vozes, 2014. Primeiro volume de uma coleção sobre História Geral, a obra trata da Grécia e Roma antigas e apresenta questões acerca da partilha do mundo entre gregos e romanos.

FINLEY, M. I. *Grécia primitiva*: Idade do Bronze e Idade Arcaica. São Paulo: Martins Fontes, 1990. O livro interpreta a história da civilização grega pré-literária, a partir de reavaliação crítica das novas descobertas da arqueologia. Trata-se de um clássico dos estudos de Antiguidade.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. Funari apresenta de forma clara e didática um panorama dos principais temas das civilizações clássicas.

JAEGER, W. W. *Paideia*: a formação do homem grego. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Esta obra de Jaeger analisa os ideais de educação da Grécia antiga, passando pelo conceito de formação moral, teológica, poética e física do homem grego.

LESSA, F. S. *Mulheres de Atenas*: Mélissa – do Gineceu à Agorá. Rio de Janeiro: Lhia/IFCS, 2001. A obra aborda os espaços

e as possibilidades de ação das mulheres dentro da sociedade ateniense clássica.

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. O clássico livro de Vernant analisa o surgimento e a formação do pensamento grego e evidencia como a razão grega está ligada ao exercício da cidadania e como a palavra (*logos*), enquanto instrumento político, engendrou uma transformação neste pensamento.

Tese

FRANCISCO, G. S. *Grafismos gregos*: escrita e figuração na cerâmica ática do período arcaico (séculos VII-VI a.C.). Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15052007-095155/>. Acesso em: 20 abr. 2016. A dissertação aborda a questão dos grafismos, ou, ainda, a relação entre texto e imagem na cerâmica ática, apresentando um estudo de caso acerca das ânforas panatenaicas.

Filmes

A Grécia antiga. Direção de Sérgio Baldassarini Júnior. Brasil, 1994. (30 min). (História da humanidade, 3).

Alexandre. Direção de Oliver Stone. Estados Unidos, 2004. (175 min)

Fúria de titãs. Direção de Desmond Davis. Inglaterra, 1981. (118 min)

Grécia: tempos de supremacia. São Paulo: Abril Coleções, 1999. (50 min)

Odisseia. Direção de Andrei Konchalovsky. Estados Unidos, 1997. (173 min)

300. Direção de Zack Snyder. Estados Unidos, 2007. (117 min)

Troia. Direção de Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 2004. (163 min)

Ulisses. Direção de Mario Camerini. Itália, 1954. (104 min)

Sites

Grécia antiga e mitos: Disponível em: <http://warj.med.br>. Acesso em: 13 abr. 2016. *Site* do pesquisador Wilson Ribeiro Jr., apresenta informações sobre a literatura e a cultura material gregas. Apresenta também *links* interessantes para arquivos virtuais e museus estrangeiros.

Ministério da Cultura Helênica, Grécia. Disponível em: <http://odysseus.culture.gr/h/1/eh152.jsp?>. Acesso em: 13 abr. 2016. Portal do governo grego, que reúne material exposto em alguns museus do país, além de disponibilizar informações sobre a história antiga da Grécia. (Em inglês.)

Textos de apoio

1 As reformas de Clístenes

Após a queda da tirania, um conflito opôs Iságoras, filho de Teisandros, partidário da tirania, a Clístenes, que pertencia à linhagem dos Alcemônidas. Sendo vencido na sua luta contra os etários, Clístenes esforçou-se para colocar o povo a seu lado, dando à massa o poder público. Iságoras, sentindo faltar-lhe as forças, fez novo apelo a Cleômene com quem tinha relações de hospitalidade e convenceu-o a banir os sacrilégios. Clístenes fugiu. À sua chegada, Cleômene, com fracas forças, baniu setecentas linhagens atenienses. Após esta primeira ação ele tentou dissolver o Conselho e instalar Iságoras e trezentos de seus partidários na direção do Estado. Mas o Conselho resistiu, a massa aliou-se. Os partidários de Cleômene e de Iságoras tiveram que se refugiar na Acrópole. Os democratas durante dois dias mantiveram-nos cercados lá. No terceiro, Cleômene e todos aqueles que se encontravam com eles retiraram-se, após a capitulação; Clístenes e os outros exilados foram chamados. Quando o partido democrático apoderou-se do governo, Clístenes foi o guia e o dirigente. Os responsáveis mais diretos pela queda da tirania tinham sido os Alcemônidas e sua oposição tinha sido mais ou menos constante. Isto explica a confiança do partido democrático em Clístenes.

Tendo assumido a chefia do povo, três anos após a queda dos tiranos, sob o arcontado de Iságoras, Clístenes começou, primeiramente, a repartir todos os atenienses em dez tribos ao invés de quatro, com a intenção de misturá-las a fim de que mais indivíduos participassem do poder... Em seguida, estabeleceu que a Bulé (Conselho) teria quinhentos membros ao invés de quatrocentos. Cada tribo designaria cinquenta conselheiros, no lugar das cem de então... Dividiu igualmente o território da cidade em trinta grupos de demos, dez reunindo os demos urbanos, dez os do litoral, dez os do interior, dando a estes grupos a denominação de tritias. Cada tribo recebeu três tritias sorteadas ao acaso, de maneira que cada uma contivesse uma tritia de cada uma das regiões. Deu o nome de *demotes* (cidadão) àqueles que morassem num mesmo *demos* para que se perdesse o hábito do patronímio e para que nada distinguisse os neopolitas, chamados conforme o nome de seu *demos*. Daí se originou o fato de os atenienses se chamarem ainda hoje segundo seu *demos*. Clístenes criou igualmente os demarques cujas funções eram análogas àquelas dos antigos naucrates, uma vez que os *demos* tinham substituído as naucrarias. Chamou os *demos* conforme o lugar ou segundo o nome de seu fundador, já que as novas circunscrições não correspondiam todas às antigas vilas. Deixou que os genos subsistissem nas formas tradicionais, bem como as frátrias e os sacerdócios. Deu às tribos os nomes de

cem heróis arquegetes, dez dos quais tinham sido designados pela pítia.

Por estas novas instituições, o caráter democrático da constituição fez grandes progressos com relação à de Sólon. Aconteceu, com efeito, que as leis de Sólon caíram em desuso porque os tiranos não as aplicaram. As novas foram promulgadas por Clístenes para ganhar a massa. Entre outras, figura o ostracismo. Em primeiro lugar, quatro anos após esta reforma, sob o arcontado de Hermocreon, elaborou-se a fórmula de juramento do Conselho dos quinhentos usada ainda hoje. Depois, fixa-se o modo de designar os estrategos, à razão de um por tribo, mas o comando em chefe continua confiado ao polemarco. Onze anos após, os atenienses alcançaram a vitória de Maratona, sob o arcontado de Fínipo.

ARISTÓTELES. Constituição de Atenas XX, 1-4; XXII, 1-3. In: PINSKY, J. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 1998.

2 A escravidão para a elite grega

Na Antiguidade, no auge da civilização grega, o direito à cidadania propriamente dita era restrito a uma reduzida classe de privilegiados. A nítida separação entre o cidadão – classe dirigente com direito a voto nas assembleias e a participação na vida política – e os demais estratos sociais excluídos de opinar sobre o destino da cidade ocorria, pois, no plano político. Aristóteles considerava que, sendo impossível a vida sem o necessário para a sobrevivência, a humanidade não poderia abrir mão dos escravos. A escravidão era encarada como uma lei natural, pois, "se existissem máquinas que se movimentassem sozinhas, não seria necessário o trabalho escravo". Os escravos eram utilizados para livrar os cidadãos das tarefas servis, permitindo à elite grega consagrar-se melhor à cidade, aos prazeres do corpo ou à investigação e à contemplação das coisas eternas do espírito. A distinção entre o cidadão e o escravo tinha um argumento sutil, que servia para o desencargo de consciência da elite grega: o escravo era desprezível, não por trabalhar, mas porque, em um dado momento de sua existência, tinha preferido a servidão ao risco de morrer pela liberdade.

CARMO, P. S. do. *A ideologia do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Polêmica).

3 A escravidão segundo Aristóteles

Alguns pretendem que o poder do senhor é contra a natureza, que se um é escravo, e o outro livre, é porque a lei o quer, que pela natureza não há nenhuma diferença entre eles e que a servidão é obra não da justiça, mas da violência. A família, para ser completa, deve compor-se de escravos e de indivíduos livres. Com efeito, a propriedade é uma parte integrante da família, pois sem os objetos de necessidade é impossível viver e viver bem. Não se saberia, pois, conceber um lar sem certos instrumentos. Ora, entre os instrumentos, uns são inanimados, outros vivos... O escravo é um instrumento vivo. Se cada instrumento pudesse, por uma ordem dada ou pressentida, executar por si mesmo seu trabalho, como as estátuas de Dédalo ou os tripés de Hefaístos, que, segundo Homero, dirigiam-se em marcha automática, às reuniões dos deuses, se as navetas tecessem sozinhas... então os chefes de família dispensariam os escravos... O escravo é uma propriedade que vive, um instrumento que é homem. Há homens assim feitos por natureza? Existem homens inferiores, tanto quanto a alma é superior ao corpo, e o homem ao bruto; o emprego das forças corporais é o melhor partido a esperar do seu ser: são escravos por natureza... útil aos próprios escravos, a escravidão é justa.

ISAAC, J.; DEZ G.; WEILER, A. *História universal*: Oriente e Grécia. São Paulo: Mestre Jou, 1964. p. 182.

4 Apologia de Sólon pelo próprio, citado por Aristóteles, Constituição de Atenas, 12, 4.

Dentre os objetivos que me levaram a reunir o povo, há algum que não tenha concluído antes de me retirar? Quem poderia servir de testemunha, melhor do que ninguém, perante o tribunal do tempo, senão a Grande Mãe dos Olímpicos, a Terra negra, da qual tirei, um dia, as cercas, em milhares de lugares, essa Terra, outrora escrava e agora livre. Repatriei a Atenas, sua pátria fundada pelos deuses, muitos homens que haviam sido vendidos, ilegalmente ou não, outros, ainda, que foram levados ao exílio e que nem mais falavam a língua ática, como acontece quando vagamos por meio mundo. Outros, enfim, que aqui mesmo viviam na escravidão infame, sofrendo os caprichos dos seus senhores, alforriei. Isso tudo o fiz pela força da lei, unindo a força bruta à justiça. Fui até o fim, como havia prometido. Além disso, proclamei leis, tanto para os maus como para os bons, aplicando para cada qual a reta justiça. Se alguém estivesse no meu lugar, alguém malvado e arrogante, não teria mantido o apoio popular. Se quisesse fazer o que agradava aos seus inimigos, ou, ao contrário, o que os adversários do povo tramavam contra aqueles, a cidade estaria, logo, viúva de um grande número dos seus. Por isso, juntando todas as minhas forças, combati como um lobo diante de uma matilha de cães.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica*: a História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p. 55.

5 Os direitos do povo em Atenas

Em termos constitucionais mais convencionais, [na Atenas antiga] o povo não só era elegível para cargos públicos e possuía o direito de eleger administradores, mas também era seu o direito de decidir quanto a todos os assuntos políticos e o direito de julgar, constituindo-se como tribunal, todos os casos importantes civis e criminais, públicos e privados. A concentração da autoridade na Assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política institucionalizada.

FINLEY. M. I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 37.

6 História antiga: uma vaga lembrança

O que hoje denominamos de História Antiga foi, no princípio, um movimento cultural e literário de produção de memória a partir de textos e objetos. Após a dissolução do Império Romano ocidental, a lembrança de um passado pré-cristão foi aos poucos se dissolvendo. Os vestígios materiais do Império eram como ruínas na paisagem, espaços da vida cotidiana, mas não lugares da memória. Na própria Roma, que fora capital do Império, o fórum era um lugar para o pastoreio de animais e as antigas construções e estátuas eram dissolvidas em grandes fornos para produzir cal. O passado, mesmo o bíblico, parecia comprimido num eterno presente, sem profundidade ou mudança.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17.

7 Mitos: narrativas comparadas

Mito e mitologia são palavras gregas ligadas à história e a certos traços dessa civilização. Deve-se, pois, concluir que fora dessa civilização os mitos não são pertinentes, e que o mito e a mitologia só existem na forma e no sentido gregos? O contrário é que é verdade. As lendas helênicas, para serem compreendidas, exigem a comparação com os relatos tradicionais de outros povos, pertencentes a culturas e épocas muito diferentes, quer se trate da China, da Índia, do Oriente Médio antigos, da América pré-colombiana ou da África. Se a comparação se impôs, foi porque essas tradições narrativas, por mais diferentes que fossem, apresentavam entre si e em relação ao caso grego suficientes pontos em comum para que umas e outras fossem aparentadas. Claude Lévi Strauss poderá afirmar, como que constatando o óbvio, que um mito, de onde quer que venha, é reconhecido de imediato pelo que ele é, sem que se corra o risco de confundi-lo com outra forma de relato. Na verdade, é bem nítida a distância com o relato histórico que, na Grécia, de certa forma se formou contra o mito, na medida em que quis ser a relação exata de acontecimentos bastante próximos no tempo para que testemunhas fiáveis fossem capazes de atestá-los. Quanto ao relato literário, trata-se de pura ficção que se apresenta abertamente como tal, e cuja qualidade resulta antes de mais nada do talento e da competência de quem o criou. Esses dois tipos de relato são normalmente atribuídos a um autor, que assume a responsabilidade do texto e o comunica com o seu nome, por escrito, a um público de leitores.

VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 11.

8 A democracia ateniense

Há cerca de 2500 anos, existiam duas maneiras de governar. Numa, a sociedade era comandada por uma só pessoa: o rei ou o monarca. Era a monarquia. Noutra, a sociedade era dirigida por um grupo pequeno de homens ricos. Era a aristocracia. Em algumas cidades da Grécia foi experimentada uma terceira forma de governo, na qual este deveria ser controlado pelo conjunto de homens livres da cidade: os cidadãos. Era a democracia.

Os cidadãos elegiam os governantes que, por sua vez, prestavam contas aos cidadãos daquilo que estavam fazendo. Se algum político no governo fazia algo que os cidadãos achavam errado, ele podia ser deposto e expulso da cidade. Na democracia, as leis deviam valer igualmente para todos os cidadãos. Ninguém devia ter nenhum privilégio diante da lei.

No entanto, nas cidades gregas da Antiguidade, a democracia se limitava à minoria da população. Os escravos não tinham direitos, não participavam da eleição nem do controle do governo. As mulheres também não tinham direitos políticos e ficavam inteiramente subordinadas aos homens. Além disso, só aqueles que nasciam na cidade podiam ser cidadãos. Mesmo que alguém morasse na cidade durante muitos anos, jamais poderia adquirir os direitos da cidadania.

KONDER, Leandro. Muito além das urnas. Revista *Ciência Hoje das crianças*, São Paulo, n. 64. Disponível em: <http://chc.cienciahoje.uol.com.br/muito-alem-das-urnas>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Construindo conceitos

Incentive a realização da atividade. Uma atividade desse tipo, que conta com o uso da internet, colabora para o exercício de diversas habilidades: consulta, pesquisa, leitura, identificação de pontos mais importantes de uma reportagem, etc. A atividade também colabora para a alfabetização digital dos alunos.

Seria interessante garantir que cada dupla escolha uma notícia diferente; desse modo, ao final da atividade, a turma pode formar um amplo panorama a respeito da política brasileira na atualidade. A elaboração de um comentário sobre a notícia escolhida, relacionando a fiscalização da atividade política e as práticas democráticas, é fundamental e colabora para a formação cidadã dos alunos.

Dialogando com as Artes Cênicas

1 Oriente os alunos a procurarem pelo conceito de "teatro *hip-hop*", a partir da produção de textos da atriz Roberta Estrela D'Alva, criadora deste conceito e do método cênico. A seguir, transcrevemos um trecho que explica sinteticamente o conceito:

> É um conceito pioneiro no Brasil, surgido a partir da junção de elementos do teatro épico, difundido por Bertold Brecht, e da cultura *hip-hop*, que abre inúmeras possibilidades e campos de ação, que dialogam com as tendências contemporâneas dos diversos tipos de manifestações urbanas. Todas as obras do grupo são fruto dessa cultura das ruas, nascida da inoperância das grandes cidades e que contracenam com o caos concreto urbano, abrindo possibilidades que se materializam nas frestas das organizações sociais, e criam assim um fértil terreno para o desenvolvimento de uma arte filha das contradições, conflitos e dialéticas da urbanidade. Essa junção de linguagens também gerou um repertório diverso de espetáculos teatrais, intervenções cênicas urbanas, músicas, criações audiovisuais e projetos de pesquisa.
>
> Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/teatro-hip-hop-a-performance-poetica-do-ator-mc>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Pode-se também sugerir a consulta ao artigo "O teatro *hip-hop* como linguagem e alguns de seus pontos fundamentais", de Roberta Estrela D'Alva, publicado em 2012, na *Revista Sala Preta*, do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da USP, e acessível no *link* <www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57561/60615>. Acesso em: 2 abr. 2016.

Sobre o teatro grego, é importante que os alunos investiguem sobre os dois gêneros de peça que o mundo ocidental herdou da Antiguidade e que eram escritas e encenadas em Atenas: a comédia e a tragédia. A tragédia geralmente abordava temas retirados da mitologia (poucas se referiam aos acontecimentos históricos), cujo potencial estava na sua função de ajudar os gregos a entender o mundo e a si mesmos. Nas narrativas mitológicas, como nas tragédias nelas inspiradas, as histórias se centram na relação entre seres humanos e deuses, marcada pelos sentimentos e expressando as várias facetas do comportamento humano em relação aos acontecimentos da vida, ao local de nascença e pertencimento dos personagens, às leis, à justiça, à moral e à ética. Segundo Peter V. Jones,

> [...] a tragédia enfrentava as mais profundas questões da existência humana e desafiava os espectadores a verem um sentido no sofrimento humano, não o de um homem comum, mas das maiores figuras do mito grego, heróis que, qualquer que fosse o padrão normal, deveriam ter o mundo aos seus pés, mas que agora se viam totalmente destruídos. É a grandeza humana deles que torna tão penosa sua situação. Se as raízes não fossem tão profundas, o desenraizamento não seria tão trágico.
>
> JONES, Peter V. (Org). *O mundo de Atenas*: uma introdução à cultura clássica ateniense. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 318.

As comédias, por sua vez, lidavam de forma satírica e fantástica com os assuntos cotidianos, quer fossem de ordem política, social ou intelectual. Os acontecimentos representados, os personagens e até mesmo os espectadores presentes poderiam vir a ser alvos de piadas.

As encenações eram realizadas apenas por homens, sendo provável que grande parte dos espectadores também o fosse. Como se sabe, as encenações eram realizadas durante as festividades dedicadas ao deus Dionísio, e escritas em função de competição entre dramaturgos, sujeitas ao parecer de um jurado que premiava a melhor tragédia e a melhor comédia. Os atores usavam máscaras durante as atuações. Havia também um coro, formado por uma dezena de pessoas, que participava da narrativa, às vezes acompanhada de movimentos de danças. Desde o século V a.C., eram usados trajes específicos para caracterizar personagens e cenários pintados.

Segundo a professora especialista em História da Arte, Sônia Siqueira,

> O teatro exerceu várias funções na civilização grega como a cultural, de formação cívica e religiosa dos espectadores, levando-os a refletir sobre o sentido da existência humana, seu destino, o poder dos deuses e sua vingança para quem os desafiasse. Ele também ensinava virtudes (ética, moderação, humanismo, pacifismo, sabedoria, coragem); refletir sobre os vícios do homem (adultério, ambição, maldade).
>
> SIQUEIRA, Sônia. *Do Théatron grego à caixa mágica barroca*. *Ângulo,* n. 135, out./dez., 2013. p. 70. Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/angulo/article/viewFile/1206/945>. Acesso em: 2 jun. 2016.

2 a) O trecho revela que Antígona separa o que seria a vontade divina das leis humanas, afirmando que não vê problema em violar uma lei humana para garantir um sepultamento digno para o seu irmão.

b) Resposta pessoal.

c) O diálogo entre as duas mulheres denuncia o recrutamento de crianças pelo tráfico de drogas nas grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, a narrativa contemporânea se aproxima da tragédia grega, já que em ambas o que está em jogo é o direito das famílias de sepultar seus mortos conforme as normas sociais. No segundo trecho, o diálogo revela que as crianças passariam a trabalhar para os traficantes, com o consentimento das famílias, que por falta de recursos aceitavam a situação. E ainda admitiam que, em caso de morte de um filho, o corpo desapareceria, para não servir de prova dos crimes cometidos. Portanto, o trecho trata de um grave problema da violência urbana, decorrente do tráfico de drogas.

3 É importante destacar que, nos dois trechos teatrais, as protagonistas são mulheres. Antígona decide infringir a lei para sepultar o irmão, enquanto na peça *Antígona Recortada* as personagens enfrentam o poder do traficante local para encontrar os corpos dos meninos assassinados.

Atividades

Retome

1 Falamos de uma unidade grega porque, apesar da fragmentação política, os gregos compartilhavam elementos identitários comuns, como os costumes, a língua e o sistema religioso.

2 O sistema palacial era uma organização política centralizada, cuja riqueza vinha da navegação e do predomínio do comércio nos mares da região. Nesse sistema, era o palácio que controlava a produção, a estocagem e a troca de produtos.

3 A expansão grega pelo mar Mediterrâneo foi impulsionada pelo crescimento demográfico associado à escassez de terras férteis, provocando a migração de excedentes populacionais em busca de novas áreas para sobreviver.

4 Os descendentes dos povos derrotados pelos dórios foram submetidos à servidão e obrigados a trabalhar para garantir o sustento dos espartanos. Deram, assim, origem à camada dos hilotas.

5 Ao contrário de outras cidades-Estado da Grécia, Esparta não passou por transformações econômicas (expansão do comércio, por exemplo) e sociais (ascensão de comerciantes enriquecidos e empobrecimento de pequenos proprietários). Em outras cidades-Estado, essas transformações foram responsáveis pelo surgimento de disputas políticas e sociais e, em muitas póleis, favoreceram a introdução da democracia. Em Esparta permaneceu o sistema oligárquico.

Ao discutir essa questão com os alunos, comente que Esparta foi uma cidade fundamentalmente agrícola. Com isso, ali não se desenvolveu um grupo significativo de comerciantes capaz de alterar a rígida hierarquia social dominada pelos espartanos. Comente também que, enquanto em outras cidades-Estado havia um número importante de pequenos proprietários livres, em Esparta as terras eram trabalhadas pelos hilotas, mantidos sob severo controle da elite militar espartana, que impedia qualquer movimento de insatisfação.

6 Com a expansão pelo Mediterrâneo, Atenas passou a praticar um comércio intenso com outras cidades-Estado. O aumento da oferta de produtos melhores e mais baratos vindos dessas cidades reduziu o consumo dos produtos agrícolas locais, prejudicando gravemente os pequenos proprietários. Muitos perdiam suas terras, eram incapazes de pagar suas dívidas e eram escravizados. Como consequência, a tensão social em Atenas cresceu, ameaçando a estabilidade do regime oligárquico. Ao mesmo tempo, surgia uma categoria de homens enriquecidos pelo comércio, que começaram a questionar o monopólio político dos eupátridas, tornando impossível a manutenção do poder nas mãos de um único grupo social. Para amenizar a instabilidade e evitar uma guerra civil, vários legisladores atenienses promoveram reformas que aumentaram o direito à participação política daqueles que não eram aristocratas.

7 Nas Guerras Médicas, as póleis gregas precisaram unir forças para derrotar os persas. A fim de articular os esforços de guerra, foi criada a Liga de Delos, liderada por Atenas. Após a derrota dos persas, Atenas exigiu a manutenção da Liga e, por meio dela, passou a oprimir outras póleis, obrigando-as a continuar pagando tributos e a se submeter aos seus interesses. Sentindo-se ameaçada, a cidade de Esparta aliou-se a outras póleis, formando a Liga do Peloponeso, em oposição a Atenas. O enfrentamento entre a nova Liga e Atenas conduziu os gregos à Guerra do Peloponeso, um longo conflito que causou o enfraquecimento de toda a Grécia.

8 Alexandre, o Grande, havia sido educado por Aristóteles, assimilando os valores da cultura grega. Assim, a conquista do território grego não significou a destruição da Grécia, mas uma intensa difusão da cultura grega por todo o império macedônico. A expansão militar levada a cabo por Alexandre, o Grande, favoreceu a difusão da cultura grega pelo Oriente. Nesse processo, muitos aspectos dessa cultura se fundiram com as culturas locais, dando origem à cultura helenística.

Pratique

9 a) Na Grécia antiga, as póleis eram geridas pelos cidadãos que procuravam resolver os problemas que afetavam a todos seus habitantes e decidir os rumos da cidade. Para isso, era necessário que os cidadãos estivessem “na rua”, ou seja, que se encontrassem na praça pública para debater e deliberar, por meio de encontros e assembleias.

b) Espera-se que a reflexão dos alunos sobre o uso da palavra em inglês por Jaime Kuck se aproxime da concepção de *city* como um modelo em que a cidade é só

o espaço físico por onde as pessoas transitam de casa para o trabalho, estruturada em torno da circulação de mercadorias, com raros espaços de encontro, a não ser no circuito de consumo dos *shopping centers* e de restaurantes. Portanto, uma experiência urbana oposta à pólis grega, um espaço em que as pessoas circulam sem interagir e sem tomar decisões de forma coletiva. As soluções para os problemas seriam meramente técnicas, decididas por especialistas.

c) Jaime Kuck defende um modelo de cidade no qual os cidadãos atuem na esfera pública, buscando soluções para seus problemas por meio do debate e da discussão envolvendo toda a coletividade. Como isso pode ser obtido em um sistema representativo como o brasileiro é o problema que se espera que os alunos debatam. Não há resposta definitiva para essa questão, mas o professor deve observar se os alunos desenvolvem sua reflexão dentro do universo do possível, ou seja, considerando aspectos da realidade das cidades brasileiras contemporâneas. Nesse sentido, devem pensar sobre a possibilidade de combinar o modelo representativo com instrumentos de participação direta dos habitantes da cidade, como conselhos participativos (a chamada "assembleia de cidadãos"), constituídos por representantes da sociedade civil organizada (ONGs, sindicatos, associações de classe, igrejas, coletivos juvenis, etc.).

10 a) Segundo Aristóteles, as ações humanas deveriam ser guiadas pela razão.

b) Segundo Aristóteles, os jovens não seriam bons juízes porque não têm experiência de vida e se deixariam conduzir pela paixão e não seriam capazes de fazer ponderações, tendendo a agir por impulso. Pergunte aos alunos se eles concordam ou não com essa visão de Aristóteles a respeito dos jovens. É provável que eles digam que não concordam com o filósofo, já que uma grande parcela de jovens brasileiros vêm se interessando por política e questões sociais. Esse é um bom momento para discutir, com os alunos, aspectos do protagonismo juvenil em questões ligadas à cidadania e à luta por direitos. A partir do texto de Aristóteles, discuta com os alunos a importância que os gregos davam ao conhecimento racional do mundo e relacione isso ao nascimento da Filosofia (que significa "amor pelo conhecimento"). Os gregos foram responsáveis por transformar a perspectiva com que o homem observava o mundo, colocando-o no centro do conhecimento, como seu protagonista. Com os gregos, o conhecimento deixou de ser uma revelação dos deuses para se tornar uma descoberta do próprio sujeito que pensa.

Analise uma fonte primária

11 a) Tinham direito à participação política homens livres maiores de 18 anos (idade em que o jovem ateniense tornava-se guerreiro, atividade intimamente associada à cidadania, entendida como a defesa dos interesses coletivos da pólis), nascidos em Atenas e filho de atenienses. A Guerra do Peloponeso, finalizada em 404 a.C. com a vitória de Esparta, provocou o declínio da democracia ateniense e restaurou o poder oligárquico. Apesar de ter ocorrido, no decorrer do século IV a.C., um reerguimento temporário de Atenas e da democracia, esta vivia marcada pela corrupção e pela decadência dos valores cívicos tradicionais. Em 338 a.C., os exércitos gregos foram derrotados pelo império macedônico e a Grécia foi dominada.

b) Demóstenes está discursando para seus concidadãos, reunidos em assembleia.

c) Demóstenes está se referindo a Eubulides, um desafeto político, que o caluniou na assembleia.

d) Demóstenes está se defendendo de um processo que visava excluí-lo do debate público. Seu objetivo é convencer a assembleia de que ele deveria ter tido direito à defesa das acusações feitas contra ele.

e) Ele acusa os seus opositores de terem fraudado a votação realizada para expulsá-lo.

f) A partir do discurso de Demóstenes, pode-se pressupor o funcionamento de uma assembleia em Atenas e suas etapas: em primeiro lugar, um determinado tema é proposto, no caso, o tema era a permanência ou não de Demóstenes entre os membros da assembleia. O próximo passo seria a defesa de uma determinada posição, nesse caso, o discurso de Eubulides que ataca Demóstenes e propõe sua expulsão. A terceira etapa seria organizar um debate contraditório, isto é, apresentar uma posição contrária àquela apresentada inicialmente. Mas Eubulides conduziu a assembleia para uma votação, impedindo que Demóstenes apresentasse seu ponto de vista e convocasse testemunhos a seu favor. A votação era feita por meio de boletins de voto (que não eram feitos em papel, mas em cacos de cerâmica), colocados em uma urna e depois contados.

g) Sim. Era possível fazer manobras políticas e até mesmo corromper uma eleição. O documento critica uma atitude que era contrária à prática da democracia, pois não permitiu o livre debate e a apresentação de pontos de vista contraditórios que ofereceriam as condições necessárias para que os membros da assembleia votassem.

h) Resposta pessoal. A reflexão sobre o tema pode ser conduzida a partir de duas questões: de um lado, há uma perspectiva política que se baseia no modelo grego para retomar o tema da democracia e da participação política; de outro, as instituições políticas contemporâneas respondem a interesses econômicos que se ocultam por trás de forças políticas. Estas, embora defendam a democracia, não a praticam de fato, logo, não consideram que o modelo político grego teria algo a oferecer. Além disso, é preciso levar em

conta o exposto na seção *Construindo conceitos*, sobre as diferenças entre a democracia ateniense e a democracia moderna, já que esta é representativa. Portanto, hoje não são os cidadãos que participam das assembleias, mas os representantes deles.

Articule passado e presente

12 a) Resposta pessoal. Seria oportuno incentivar os alunos a refletir não apenas sobre as práticas institucionais, como ocorre na escola apresentada pela reportagem, mas sobre a presença de professores ou alunos que assumem, individualmente, o papel de mediadores das relações na escola. Assim, pode-se construir um caminho para novas possibilidades de ação pedagógica, em vez de reforçar críticas destrutivas às ações institucionais.

b) Sim, é possível estabelecer um paralelo, na medida em que a escola tem como base a integração com a comunidade e a gestão participativa, criando canais para ouvir os envolvidos e decidir juntos os rumos da vida escolar. Trata-se, portanto, de uma instituição que se pauta na democracia participativa e que, como na pólis grega, previa a intervenção ativa dos cidadãos. Em Atenas, as questões que afetavam a cidade eram tratadas coletivamente, em assembleias nas quais todos os cidadãos assumiam uma responsabilidade em relação aos demais. Da mesma forma, na escola Campos Salles, os alunos não estão sujeitos a uma autoridade superior que toma decisões por eles, mas têm autonomia para decidir em conjunto o que é melhor para o grupo. Nos dois casos, a participação do indivíduo nos assuntos coletivos é fundamental.

c) O modelo pedagógico adotado na escola, que aboliu a divisão por matérias, e o modelo de gestão participativa, com a criação de comissões de resolução do conflito, favorecem o exercício da democracia na medida em que desloca o poder dos órgãos administrativos da escola, a diretoria ou a coordenação pedagógica, para os próprios alunos, incentivando o debate, a reflexão coletiva e a capacidade de tomar decisões conjuntas. Se for possível, proponha que essa questão seja debatida em assembleia, antes de formalizarem sua resposta pessoal. Durante o debate, registre como os alunos entendem conceitos como cidadania, participação, liberdade, política, democracia, autonomia e responsabilidade. Ao final, exponha para a sala o que você percebeu sobre o entendimento que os alunos têm dos conceitos mobilizados durante o debate.

Kotsovolos Panagiotis/Shutterstock

Capítulo 6

A civilização romana

Por que estudar a civilização romana?

- Possibilita o entendimento de determinados aspectos do sistema político republicano atual, como a criação do Senado, a elaboração das leis e a noção de reforma agrária.
- A ordenação jurídica e religiosa da Roma antiga constituiu-se como base para a organização da vida no mundo ocidental até os dias de hoje.
- Oferece uma reflexão sobre o conceito de Império, que contribui para a análise da geopolítica do mundo atual.

Objetivos

- Os alunos deverão perceber o processo de formação política em Roma, a partir das disputas entre patrícios e plebeus.
- Os alunos deverão compreender as relações entre a conquista de novos territórios, a submissão dos povos derrotados e o trabalho escravo como instrumentos de enriquecimento das elites romanas.
- Os alunos irão trabalhar especialmente com os conceitos de república, império, expansão territorial e escravidão.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas à análise da atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: trata do papel influente que os impérios exercem sobre as regiões conquistadas, impondo ou difundindo valores, sistemas simbólicos, práticas culturais, além de produtos e mercadorias. O tema relaciona-se diretamente com o papel atual dos Estados Unidos, exercendo o poder de um império sobre boa parte do mundo. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: a expansão territorial de Roma sobre a Europa, o norte da África e a Ásia, entre o século VIII a.C. e o século V d.C.
- Tema central: o desenvolvimento da civilização romana, desde a monarquia etrusca até a criação da República e a posterior formação e expansão do Império.
- Os boxes *Vivendo naquele tempo* e *Leituras* destacam, respectivamente, o papel social dos idosos e das mulheres na vida pública e privada romanas. A abordagem sobre os temas na sociedade romana antiga oferece um ponto de partida para a reflexão sobre os debates contemporâneos a respeito do feminismo e da terceira idade.
- O mito de fundação de Roma: destaque que seu registro escrito ocorreu no século I a.C., na *Eneida* de Virgílio, portanto, no Império. Pode-se incentivar os alunos a levantar hipóteses explicativas sobre o porquê de ter sido feito esse registro justamente nessa época, ressaltando a intenção oficial de constituir uma memória da fundação de Roma, associando-a a um feito maravilhoso e heroico. A lenda também pode propiciar uma discussão sobre os usos do passado, motivando reflexões a respeito das maneiras pelas quais os governos de diferentes civilizações apropriaram-se de fatos históricos e construíram versões oficiais que atendiam seus interesses.
- Luta política e conquistas sociais: o enfrentamento entre as elites e a plebe romanas proporciona uma discussão sobre as relações entre a estrutura econômica e os problemas sociais, naquela época e no Brasil contemporâneo, tendo cuidado de ressaltar os contextos históricos distintos. É possível abordar a concentração fundiária brasileira ou as lutas dos diferentes grupos populares organizados, no campo e nas cidades, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Pode-se também promover uma comparação entre a composição do Senado romano e a do Congresso Nacional atualmente, apresentando aos alunos o mapa da distribuição dos partidos na Câmara e no Senado, bem como a filiação desses partidos (às elites, à classe média, aos movimentos sociais, etc.).
- Boxe *Leituras*: destaque que o debate em torno do uso do conceito de Antiguidade tardia reflete o próprio processo de construção intensa e permanente do conhecimento histórico.

Abordagens interdisciplinares

- **Sociologia:** o debate em torno da reforma agrária pode conduzir à discussão sobre o tema no Brasil, tendo em vista as lutas sociais empreendidas no país desde as décadas de 1950 e 1960.
- **Língua Portuguesa:** o tema da origem latina do idioma português propicia um estudo sobre a origem etimológica de diversos vocábulos do nosso idioma.

Conheça mais

Sugestões de leitura

CARCOPINO, J. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O livro, um dos volumes da coleção *A vida cotidiana*, analisa diversos aspectos da vida social, política e cultural dos dois séculos de apogeu e riqueza do Império Romano.

CORASSIN, M. L. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988. O livro é introdutório sobre a reforma agrária romana e os seus desdobramentos sociais, tendo em vista as tensões políticas e os conflitos entre a aristocracia e os setores da plebe.

JOLY, F. D. *A escravidão na Roma antiga*: política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005. A obra apresenta um panorama dos estudos históricos sobre a escravidão no mundo greco-romano, tomando a escravidão enquanto instituição multifacetada.

VEYNE, P. (Org.). *História da vida privada, 1*: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Neste primeiro volume da coleção *História da vida privada* estão reunidos ensaios que analisam a vida cotidiana de várias classes e setores sociais e que contemplam o Império Romano, a Antiguidade tardia, a Alta Idade Média ocidental e Bizâncio dos séculos X e XI.

Tese

GARRAFFONI, R. S. *Técnica e destreza nas arenas romanas*: uma leitura da gladiatura no apogeu do Império. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000314339>. Acesso em: 15 abr. 2016. Esta tese analisa as imagens e interpretações que a historiografia tem produzido acerca dos combates de gladiadores e das camadas populares que os apreciavam, tomando o fenômeno da gladiatura em sua complexidade.

Filmes

Asterix e Obelix contra César. Direção de Claude Zidi. França/Alemanha/Itália, 1999. (109 min)

Gladiador. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 2000. (154 min)

Nero: a lenda de um monstro. Direção de Martin Papirowski. Alemanha: Abril Coleções, 1997 (50 min). (Civilizações perdidas)

Quo Vadis? Direção de Franco Rossi. Itália, 1985. (360 min)

Spartacus. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1960. (184 min)

Sites

Museus Capitolinos. Disponível em: <www.museicapitolini.org>. Acesso em: 15 abr. 2016. Portal do conjunto de museus instalados em palácios romanos, disponibiliza várias informações e fotografias das peças romanas antigas que compõem o acervo. *Site* em inglês.

Superintendência Arqueológica de Napoli e Pompeia. Disponível em: <www.pompeiisites.org>. Acesso em: 15 abr. 2016. *Site* oficial de Pompeia. Traz fotos e filmes dos sítios arqueológicos dessa cidade do Império Romano, destruída pela erupção do Vesúvio no ano de 79. Além disso, é rico em material sobre a arquitetura da cidade e disponibiliza um *tour* com visão em 360º por algumas ruas do local. *Site* em italiano e inglês.

Textos de apoio

1 Dois jovens no mito: Rômulo e Remo

Nas origens de sua cidade, os romanos colocavam, embora com destinos muito diferentes, dois jovens, gêmeos. Após vingarem o destino infeliz da mãe Reia Sílvia, detida por longo tempo pelo pérfido tio Amúlio, e restituírem o reino de Alba ao avô Numitor, Rômulo e Remo teriam decidido, por conta própria, fundar com seus companheiros, também eles jovens e todos homens, uma cidade. De modo muito simples, segundo Tito Lívio, Rômulo e Remo foram tomados pelo desejo “de fundar uma cidade nos mesmos lugares em que haviam sido abandonados e criados”, ou seja, às margens do Tibre. Segundo o grego Dionísio de Halicarnasso, foi o velho e prudente Numitor o astuto artífice do plano: depois de restabelecer a ordem em Alba, em seguida à queda do tirano Amúlio, Numitor “pensou logo em dotar os jovens de um poder pessoal graças à fundação de outra cidade. Ao mesmo tempo, dado que a massa de cidadãos aumentara de número, considerou conveniente usar no trabalho uma parte deles, sobretudo os que lhe tinham sido hostis, para não ter de se preocupar com eles”. Acrescenta Plutarco que a opção de Rômulo e Remo – fundar por conta própria uma cidade – tornara-se ainda mais necessária “porque haviam se agregado a eles muitos servos e rebeldes [...] e os habitantes de Alba não consideravam justo misturar-se aos rebeldes nem acolhê-los como cidadãos”.

Embora no mundo antigo fosse prática comum glorificar as origens das cidades enobrecendo não só os fundadores mas também os primeiros habitantes, o caso de Roma é bem diverso: excetuando a inserção das famílias albanas de ascendência troiana, cuja emigração para Roma com a finalidade de evidente de enobrecer seus “descendentes” da época histórica, a massa dos futuros cidadãos, que se reuniam ao redor de Rômulo e Remo, ao contrário, seria composta de “servos e rebeldes” com os quais os cidadãos de Alba não queriam se confundir ou, na melhor das hipóteses, cidadãos outrora sediciosos que o rei Numitor teria considerado melhor afastar de seu reino “para não ter de se preocupar com eles”. De resto, os dois jovens, tão logo chegaram ao local onde Roma seria erguida, não satisfeitos com as origens suficientemente heterogêneas de seus acólitos, “instituíram um lugar sagrado como asilo para os rebeldes e o consagraram ao deus do Asilo: ali eram recolhidos todos, não se restituindo os escravos aos patrões nem o plebeu aos credores e tampouco os homicidas aos magistrados; antes afirmavam que, por uma resposta ao oráculo de Delfos, podiam garantir a todos o direito de asilo, fazendo com que a cidade logo se enchesse de gente”. [...] Nas origens de Roma e junto aos

gêmeos teriam estado não só servos, rebeldes e sediciosos, mas também escravos fugitivos, devedores insolventes, homicidas, reconhecidos como tais pelos magistrados de outras cidades: com a contribuição de personagens desse tipo e graças ao instituto do asilo, o corpo cívico romano teria se consolidado numericamente de modo a permitir, com o sucessivo rapto de mulheres comandado por Rômulo (o famoso rapto das sabinas), a própria sobrevivência da cidade.

LEVI, G.; SCHMITT, J.-C. (Org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 59.

2 Por que era necessária uma lei agrária

Os animais selvagens espalhados na Itália têm cada um a sua toca, o seu covil, a sua furna; e aqueles que combatem e morrem pela Itália têm apenas o ar e a luz, e depois nada mais: sem casa, sem moradia fixa, erram com suas mulheres e seus filhos. Os generais mentem quando, nas batalhas, animam os soldados a combaterem os inimigos para a defesa dos túmulos e dos lugares de culto: entre tantos romanos, não há um que possua um altar familiar, uma tumba de antepassados. Guerreiam e morrem unicamente para o incremento do luxo e da opulência dos outros: são chamados senhores do mundo, e não têm para eles uma nesga de terra!

ISAAC J.; ALBA, A. *História universal*: Roma. São Paulo: Mestre Jou, 1964. p. 110.

3 Processo contra cristãos

Carta de Plínio, o moço, ao imperador Trajano, de 112 d.C. (Cartas, 10, 96)

Senhor, sempre lhe submeto às questões que tenho dúvidas. Quem melhor poderia orientar-me na hesitação ou instruir-me na ignorância? Até o momento, não atuei contra os cristãos e não sei, assim, quais fatos e em que medida devem ser punidos ou processados. Pergunto-me, um tanto hesitante, se há diferenças de pena segundo a idade ou se a infância e a maturidade estão num mesmo pé, se deve perdoar-se o arrependido ou se o verdadeiro cristão em nada muda ao desdizer-se, se deve punir-se o cristão enquanto tal, mesmo sem delito, ou se apenas segundo os delitos dessa denominação. Nesse ínterim, segui os seguintes procedimentos com relação aos que se me apresentaram como cristãos. Perguntei-lhes, pessoalmente, se eram cristãos. Aos que confessavam, perguntei-lhes duas, três vezes. Os que não voltaram atrás foram executados. Qualquer que fosse o sentido da sua fé, sabia que sua pertinácia e obstinação tinham de ser punidas. Outros, possuidores da cidadania romana, mantiveram-se na loucura e foram enviados para julgamento em Roma. Logo, como acontece nesses casos, a acusação ampliou-se com a extensão da investigação e muitos outros apareceram.

Afixou-se, então, um cartaz, sem assinatura, com um grande número de nomes. Os que negavam serem, ou terem sido, cristãos, se evocassem os deuses, segundo a fórmula que lhes ditava, e se sacrificassem, com incenso e vinho, diante da sua imagem, que trazia comigo para tanto, juntamente com estátuas de outras divindades, se, além disso, blasfemassem Cristo – atitudes que, diz-se, não são possíveis de obter de verdadeiros cristãos – considerei apropriado liberar...

A questão pareceu-me digna de sua atenção, em particular devido ao número de envolvidos. Há muita gente, de toda idade, condição social, de ambos os sexos, que estão ou estarão em perigo. Não apenas nas cidades, como nos vilarejos e no campo, expande-se o contágio dessa superstição. Parece-me, entretanto, que se possa delimitá-la e corrigi-la.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica*: a História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p. 92.

4 Resposta do imperador Trajano a Plínio (Cartas, 10, 97)

Meu caro Plínio, você agiu como devia tê-lo feito, examinando as causas daqueles que lhe foram delatados como cristãos. Não se pode ter uma regra geral e fixa a esse respeito. Não devem ser perseguidos, mas, se forem denunciados e perseverarem, devem ser punidos. Contudo, se alguém negar ser cristão e se o provar com atos, ou seja, sacrificando os nossos deuses, mesmo que seja suspeito quanto ao seu passado, terá o perdão pelo arrependimento. As denúncias anônimas não podem ter qualquer valor, em nenhum caso, pois esse péssimo tipo de comportamento não é mais de nosso tempo.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica*: a História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p. 92.

5 Os mártires de Lião

Entre as antigas narrativas das perseguições, nada há mais comovente do que essa carta dos cristãos de Lião a seus irmãos da Ásia Menor em 177: "O diácono Sanctus sofria com sobre-humana força todos os suplícios que os carrascos podiam inventar... A todas as perguntas ele respondia em latim: Eu sou cristão. Não se lhe pôde tirar outra resposta. Isso bastou para inflamar a ira do procônsul e dos verdugos: não tendo mais outro tormento à sua disposição, aplicaram-lhe chapas ardentes nos lugares mais sensíveis do corpo. Mas enquanto os seus membros assavam, a sua alma não se dobrava, e ele persistia na sua confissão... Maturus e Sanctus sofreram de novo toda a série dos suplícios como se nada tivessem sofrido anteriormente: ... as chicotadas, as mordeduras das feras que os arrastavam na areia, e tudo aquilo que o capricho de uma multidão insensata reclamava aos gritos; depois sentavam-nos na cadeira de ferro abrasado e, enquanto os membros queimavam, a repugnante fumaça da carne assada enchia o anfiteatro. Longe de tranquilizar-se, o furor mais se inflamava; assim mesmo a turbamulta queria triunfar da constância dos mártires. Entretanto não se conseguiu que o Sanctus pronunciasse uma só palavra a não ser aquela que ele não cessara de repetir desde o começo: Eu sou cristão. Para terminar, cortou-se a garganta aos dois mártires que ainda respiravam. Blandina (uma jovem escrava cristã) durante todo esse tempo achava-se suspensa em um poste e exposta às feras; nenhuma fera tocou o corpo de Blandina. Tiraram-na então do poste e levaram-na à prisão para uma outra sessão... Blandina ficou para o fim. Após ter sofrido o azorrague, as feras, a cadeira de fogo, foi encerrada em uma rede e atirada diante de um touro. Este lançou-a várias vezes ao ar com os chifres; ela parecia nada sentir, toda entregue à sua esperança, prosseguindo o colóquio interior com o Cristo. Finalmente, degolaram-na. 'É verdade', diziam os gauleses saindo, 'jamais se viu em nosso país uma mulher sofrer tanto'".

ISAAC, J.; ALBA, A. *História universal*: Roma. São Paulo: Mestre Jou, 1964. p. 196.

6 A importância da escravidão no mundo romano

O modo de produção escravo foi uma invenção decisiva do mundo greco-romano, que constituiu a base definitiva tanto para suas realizações quanto para seu eclipse. A originalidade deste modo de produção deve ser sublinhada. A escravidão em si tinha existido sob várias formas através da Antiguidade no Oriente Próximo (como aconteceria mais tarde em outros lugares na Ásia); mas ela sempre fora uma condição juridicamente impura – tomando com frequência a forma de servidão por débitos ou de trabalho penal – entre outros tipos de servidão, formando simplesmente uma categoria muito baixa num *continuum* amorfo de dependência e falta de liberdade que se estendia bem acima na escala social. Também nunca foi o tipo predominante de apropriação do excedente nas monarquias pré-helênicas: era um fenômeno residual que existia à margem da principal força de trabalho rural. [...] O Mundo Antigo nunca foi contínua ou ubiquamente marcado pela predominância do trabalho escravo. Mas suas grandes épocas clássicas, quando floresceu a civilização da Antiguidade – a Grécia, nos séculos V e IV a.C., e Roma, do século II a.C. ao século II d.C. –, foram aquelas em que a escravidão era maciça e generalizada, entre outros sistemas de trabalho.

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

7 As condições para o sistema escravista romano

Se os romanos aprisionaram várias dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças, no curso das guerras itálicas e púnicas foi porque existia uma demanda de escravos e não o contrário. A existência de uma demanda suficiente requer, ao menos, três condições necessárias. A primeira, num mundo predominantemente agrário, é a propriedade privada da terra, suficientemente concentrada em algumas mãos para que a força de trabalho permanente necessite de mão de obra extrafamiliar. A segunda é um desenvolvimento suficiente dos bens de produção e mercado para a venda (para a presente discussão é irrelevante tratar-se de um mercado distante, um mercado de exportação em sentido vulgar ou de um centro urbano próximo). Hilotas e outras formas de trabalho dependente podem, hipoteticamente, ser empregados em sociedades que não produzem mercadorias, mas não escravos, que devem ser regularmente importados em grande quantidade, e cujo preço precisa ser pago. A terceira condição é negativa: a inexistência de mão de obra interna disponível, obrigando os agenciadores de trabalho a recorrer a estrangeiros. Todas as condições devem existir simultaneamente, como em Atenas e outras comunidades gregas no século VI a.C. e em Roma, pelo menos desde o século III a.C.

FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991. p. 88-89.

8 Cidadania e Império Romano

A história da cidadania antiga só pode ser compreendida como um longo processo histórico, cujo desenlace é o Império Romano. De pertencimento a uma pequena comunidade agrícola, a cidadania tornou-se, com o correr dos tempos, fonte de reivindicações e de conflitos, na medida em que diferentes concepções do que fossem as obrigações e os direitos dos cidadãos no seio da comunidade se entrechocaram. Participação no poder, igualdade jurídica, mas também igualdade econômica foram os termos em que se puseram, repetidamente, esses conflitos, até que um poder superior se estabeleceu sobre o conjunto das cidades-Estado e suprimiu da cidadania comunitária, progressivamente, sua capacidade de ser fonte potencial de reivindicações. O fim da cidade-Estado antiga, por sua incorporação num império monárquico de grande extensão territorial, deu novo sentido a esses conflitos, que não mais se expressavam pelas linhas de clivagem que uniam e separavam os antigos cidadãos das cidades-Estado da Antiguidade.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 45-46.

9 Nascimento e paternidade na Roma antiga

O nascimento de um romano não é apenas um fato biológico. Os recém-nascidos só vêm ao mundo, ou melhor, só são recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe de família; a contracepção, o aborto, o enjeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de uma escrava são, portanto, práticas usuais e perfeitamente legais. Só serão malvistas e, depois, ilegais, ao se difundir a nova moral que, para resumir, chamamos de estoica. Em Roma um cidadão não "tem" um filho: ele o "toma", "levanta" (*tolkre*); o pai exerce a prerrogativa, tão logo nasce a criança, de levantá-la do chão, onde a parteira a depositou, para tomá-la nos braços e assim manifestar que a reconhece e se recusa a enjeitá-la. [...]

A criança que o pai não levantar será exposta diante da casa ou num monturo público; quem quiser que a recolha. Igualmente será enjeitada se o pai, estando ausente, o tiver ordenado à mulher grávida; os gregos e os romanos sabiam que uma particularidade dos egípcios, dos germanos e dos judeus consistia em criar todas as suas crianças e não enjeitar nenhuma. [...] Enjeitavam ou afogavam as crianças malformadas (nisso não havia raiva, e sim razão, diz Sêneca: "É preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada"), ou ainda os filhos de sua filha que "cometeu uma falta". Entretanto, o abandono de filhos legítimos tinha como causa principal a miséria de uns e a política patrimonial de outros. Os pobres abandonavam as crianças que não podiam alimentar; outros "pobres" (no sentido antigo do termo, que hoje traduziríamos por "remediados") enjeitavam os filhos "para não os ver corrompidos por uma educação medíocre que os torne inaptos à dignidade e à qualidade", escreve Plutarco; a classe média, os simples notáveis, preferia, por ambição familiar, concentrar esforços e recursos num pequeno número de rebentos. Contudo, mesmo os mais ricos podiam rejeitar um filho indesejado cujo nascimento pudesse perturbar disposições testamentárias já estabelecidas. Dizia uma regra de direito: "O nascimento de um filho (ou filha) rompe o testamento" já selado anteriormente, a menos que o pai se conforme com deserdar de antemão o rebento que poderia vir a ter; talvez se preferisse nunca mais ouvir falar nele a deserdá-lo.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada, 1:* do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 15-16.

10 Os conhecimentos tecnológicos dos romanos

Os romanos usaram uma tecnologia muito eficiente, mas não muito nova. Possuíam melhores equipamentos do que os egípcios, bem como molinetes, guindastes e ferramentas de ferro, que os construtores das pirâmides nunca tiveram, mas nada que já não fosse conhecido pelos gregos. Usavam uma grande variedade de materiais, na maioria já disponíveis, à exceção do concreto, que eles inventaram e que possibilitou construir em novas formas. Os romanos foram os primeiros arquitetos a se livrarem da necessidade de se apoiar grandes vãos de telhados em fileiras de pilares: inventaram o teto em forma de abóboda. Entre as formas mais visíveis legadas pelos romanos estão as estradas. Ocasionalmente ainda são suficientemente boas para aguentar o tráfego; e, mesmo onde desapareceram, as suas rotas ainda são seguidas pelas estradas modernas.

Roberts, J. M. *Livro de ouro da história do mundo.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 232-233.

11 A posse da terra, escravidão e o latifúndio

Os ricos tomavam a maior parte das terras públicas e, confiantes de que ninguém nunca as retomaria, começavam a avançar nos lotes vizinhos e nos poucos acres dos pobres camponeses das redondezas, às vezes pela persuasão, outras pela força, de forma que, ao final, estavam em suas mãos imensas propriedades rurais, no lugar dos antigos pequenos lotes camponeses. Usavam escravos como agricultores e pastores, pois temiam que, se usassem mão de obra livre, os camponeses fossem obrigados a parar o serviço para servir no exército. A posse de escravos era altamente rentável, pois havia muitos à disposição e, não estando sujeitos à leva militar, podiam multiplicar-se em cativeiro. Assim, os poderosos tornaram-se ricos ao extremo e a Itália estava repleta de escravos, enquanto decrescia a população livre da Itália, abatida pela pobreza, pelos impostos e pelo serviço militar.

APIANO. *Guerras civis 1,1,7.* Apud GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania.* 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 59.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1. Durante o período de dominação etrusca, a sociedade romana estava assim dividida: a elite romana era composta pelos patrícios, proprietários de terra com privilégios políticos e religiosos. Abaixo deles vinham os plebeus, homens livres, inicialmente sem direitos políticos. Muitos deles eram clientes, pessoas que prestavam serviços aos patrícios, além de ser seus dependentes ou agregados. Por fim, vinham os escravos; considerados simples instrumentos de trabalho, eram ainda pouco numerosos no período monárquico. Os escravos geralmente eram prisioneiros de guerras ou indivíduos condicionados à servidão por dívidas.

2. O regime monárquico chegou ao fim com a ascensão dos etruscos. Dominando Roma por meio da força militar e política, os etruscos passaram a nomear os reis no fim do século VII a.C. Tarquínio, o Soberbo, último rei de origem etrusca, que governou de 534 a.C. a 509 a.C., foi deposto por uma insurreição liderada pelos patrícios. Com a queda da monarquia, o poder político foi passado ao Senado.

3. Não, os magistrados não representavam os interesses de toda a população romana, já que apenas os patrícios podiam se candidatar às magistraturas. Além disso, o sistema político romano favorecia esse grupo na eleição de representantes, daí o caráter oligárquico e não democrático da República.

4. Com a criação do cargo de tribuno da plebe, os plebeus passaram a ter poder de veto nas decisões políticas do Senado. Essa medida contribuiu para ampliar os direitos políticos da população romana, em geral.

5. Os patrícios fizeram mais duas concessões importantes aos plebeus, como forma de reduzir as tensões sociais. Em 450 a.C. foi elaborada a Lei das Doze Tábuas, um registro escrito das leis romanas que dificultou a manipulação dos juízes patrícios e a arbitrariedade de suas decisões (até então, as leis eram transmitidas oralmente). A permissão para patrícios e plebeus contraírem matrimônio foi outra conquista que rompeu com os costumes tradicionais e ampliou a possibilidade de mobilidade social.

6. Roma e Cartago disputaram a hegemonia comercial na bacia do Mediterrâneo. A vitória de Roma levou à destruição de Cartago, impulsionando o controle romano pelos territórios da bacia. Essa expansão resultou em ampliação comercial para os romanos e aperfeiçoamento militar, moldando um império sólido que se estendeu por toda a costa mediterrânica.

7. Durante a República, o Senado era o principal órgão político de Roma, capaz de controlar a atividade dos cônsules e demais magistrados. No período imperial, o poder foi centralizado nas mãos do imperador, enfraquecendo a autoridade do Senado.

8. Otávio Augusto ampliou a burocracia romana, adotando critérios censitários para o preenchimento dos cargos públicos (beneficiando não só a aristocracia como os comerciantes enriquecidos); fortaleceu a política do pão e circo (doação de trigo, promoção de jogos e combates entre gladiadores) e promoveu a intensificação do comércio interprovincial.

9. A imensa expansão territorial do Império Romano dificultou sua administração e a manutenção da segurança. Para preservar as fronteiras constantemente ameaçadas por inimigos externos e controlar os povos dominados, foi preciso interromper as conquistas. Sem novas conquistas, o número de escravos capturados diminuiu, levando a uma escassez de mão de obra e, consequentemente, gerando queda na produção e aumento dos preços. Ao mesmo tempo, a insatisfação social produzida pela crise econômica, associada aos altos custos da administração estatal, colaborou para que se ampliasse a crise política, que se aprofundou com a expansão do cristianismo e a diminuição da autoridade do imperador.

Pratique

10. a) República significa "coisa pública" e é definida como uma forma de governo em que a soberania cabe ao

povo. O governante seria apenas o depositário de um poder.

b) Conforme o texto, "povo" pode ser definido como a associação de indivíduos que se unem e definem regras e valores fundamentais para convivência em grupo, conciliando o bem comum e deixando de ser um mero aglomerado de pessoas.

c) O papel principal do Estado, segundo Cícero, é o de se manter fiel à causa que o fez surgir, isto é, que o levou a se fixar e permanecer num lugar, erguer suas casas, templos e praças, constituir uma cidade. Portanto, o Estado deve constituir um órgão de deliberação para garantir a estabilidade e zelar pelos consensos fundamentais firmados pelo povo.

d) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno reconheça que nas ações dos governos dos Estados contemporâneos (não apenas no Brasil) há uma disputa constante entre os interesses públicos, defendidos por determinados sujeitos e setores sociais, e os interesses privados que se interpõem à "coisa pública". Em sala, peça a alguns alunos que leiam as notícias selecionadas e que justifiquem oralmente suas escolhas. Embora a seleção e a análise sejam pessoais, é importante que as notícias sejam pertinentes ao tema proposto e tenham vínculo com a análise de Chaui e as concepções de Cícero. Se necessário, ressalte para os alunos os seguintes pontos: a) o povo é soberano e o governante é o representante dessa soberania; b) os nossos governantes devem zelar pelo bem comum. Lembre-se ainda de que o importante aqui não é a avaliação que fazem dos governantes, mas o uso que fazem do conceito de República.

11 a) Não, pois os soldados eram cidadãos que precisavam custear o próprio equipamento militar. Aqueles que não tinham condições de arcar com os gastos de seu equipamento não participavam das campanhas de guerra.

b) No século II a.C, os romanos estavam em plena expansão militar e territorial. Nesse contexto, era importante manter um exército numeroso e disposto. No entanto, as novas terras conquistadas acumulavam-se nas mãos dos senadores, enquanto a plebe empobrecia. Como consequência da "proletarização", a plebe não tinha as condições exigidas para integrar as legiões, o que enfraquecia o exército romano. As reformas propostas pelos irmãos Graco permitiriam o acesso a terras pelos plebeus, impedindo que empobrecessem. Assim, seria estancado o processo em que os empobrecidos perdiam a capacidade de arcar com os gastos de seus equipamentos militares, evitando a drástica redução das legiões romanas. Os irmãos Graco foram perseguidos pelos patrícios, contrários às propostas de reformas que poderiam prejudicar suas posses e interesses.

12 a) O Império Romano incluía imensas porções de terra na Europa, uma extensa faixa litorânea no norte da África e uma parte considerável do Oriente Médio, no continente asiático.

b) Poderão ser citados os seguintes produtos: molho de peixe, linho e cavalos na Europa; azeite de oliva, madeira e cavalos na Ásia; e, no norte da África, escravos, azeite e tinta púrpura.

c) A análise do mapa revela que as principais rotas comerciais atravessavam o mar Mediterrâneo ou dependiam dele para chegar aos portos de destino, como a rota para a Britânia ou para o mar Negro. A maioria dos produtos, portanto, circulava em embarcações pelo Mediterrâneo, assim, ao controlar suas águas, Roma controlava grande parte do fluxo comercial da região e, consequentemente, fortalecia a economia, além de facilitar o domínio e controle das áreas conquistadas pelo Império.

13 a) Durante o século I, os imperadores romanos procuraram consolidar as conquistas e pacificar o Império. Essa pacificação, no entanto, muitas vezes foi conseguida por meio da repressão violenta dos grupos rebeldes que não se submetiam à dominação romana. Era preciso punir de modo exemplar os que fossem acusados de incentivar a autonomia dos territórios dominados. Assim, as pregações de Jesus apareciam como mais uma manifestação de insubordinação. Ao se autoproclamar rei dos judeus, Jesus negava a autoridade imperial e apresentava-se como rival do próprio imperador. Do mesmo modo, o crescimento dos adeptos do cristianismo, especialmente entre os escravos, colocava em risco o poder romano, na medida em que se opunha à violência e rejeitava a divindade do imperador.

b) Durante o período republicano, as leis romanas passaram a ser escritas e tornadas públicas. Desta forma, todos os cidadãos romanos podiam avaliar se o Estado agia em conformidade com as leis ou de maneira arbitrária. O letreiro com o crime praticado por Jesus fazia com que todos soubessem que sua condenação estava em conformidade com as leis romanas. A centralização do poder nas mãos do imperador não impediu que as leis que protegiam o Estado se mantivessem em vigor.

Analise uma fonte primária

14 a) Os romanos estão representados na metade superior do relevo, ao passo que os seus inimigos gauleses estão na parte inferior. Os romanos estão uniformizados e têm o rosto sem barba, ao passo que os gauleses usam barbas e estão nus ou vestem apenas uma calça. Os soldados romanos estão montados em seus cavalos ou em atitudes agressivas (braços erguidos, lançando-se contra o inimigo), enquanto os inimigos estão representados em posições de desequilíbrio e derrota (desarmados e caídos ao chão).

b) A imagem sugere que os romanos eram superiores aos seus inimigos, pois são representados em eviden-

te vantagem. Essa superioridade, porém, não é apenas militar, mas também cultural: os romanos são representados como homens "civilizados" (vestem uniformes, identificando seu pertencimento a uma instituição militar estatal – a legião romana –, e têm o rosto barbeado), enquanto seus inimigos aparecem como bárbaros (sem trajes decentes, sem organização e com cabelos e barbas crescidos).

c) A função dos arcos do triunfo era servir de memorial das vitórias militares romanas, afirmando a superioridade dos romanos perante os povos subjugados e reforçando simbolicamente o poder imperial romano.

Articule passado e presente

15 a) O tema da notícia é a transformação cultural do Japão que se ocidentalizou em virtude da globalização.

b) Do mesmo modo que atualmente no Japão padrões culturais, valores e práticas sociais comuns no Ocidente são introduzidos e supervalorizados pelos japoneses, os povos dominados pelo antigo Império Romano também assimilavam práticas e valores oriundos de Roma.

c) O processo de difusão da cultura ocidental pelo mundo atualmente é explicada pela globalização, para a qual colaboram especialmente as relações econômico-financeiras e os meios de comunicação de massa. Por meio da indústria do entretenimento, o idioma, os valores, a moda e os elementos das culturas europeia e norte-americana difundem-se para diversos povos do mundo. O artigo analisado apresenta essa difusão cultural no Japão.

Enem e vestibulares

Enem

1 a

2 c

3 c

4 c

5 d

6 b

7 b

8 b

Vestibulares

9 c

10 d

11 a

12 Estão corretas as proposições: 01 + 02 + 04 + 32 = 39.

13 a) Poderão ser citados os poemas *Ilíada*, *Odisseia* e *Eneida*. A *Ilíada* narra a guerra de Troia (Ílion) e a *Odisseia* trata das aventuras do herói grego, rei de Ítaca, Ulisses (Odisseu). A obra *Eneida*, do poeta romano Virgílio, toma como ponto de partida a destruição de Troia. Enquanto a cidade era consumida pelas chamas, Eneias (sobrinho de Príamo, rei de Troia) e um pequeno grupo escaparam, navegaram pelo Mediterrâneo e chegaram à península Itálica, onde seus descendentes fundaram, séculos depois, a cidade de Roma.

b) Tanto na poesia épica como na história, busca-se descrever a trajetória grega; na primeira, os acontecimentos e feitos dos personagens são exacerbados, dando o tom característico desse tipo de narrativa. Já a história busca separar os fatos, com suas motivações, causas e seus fins. Para os gregos da Antiguidade, a Guerra de Troia não era vista como ficção, mas como um acontecimento decisivo na montagem da unidade cultural da Grécia.

14 Estão corretos os itens: 0, 1 e 2.

15 c

16 e

17 b

18 a) As duas visões opostas sobre a queda de Roma identificadas no texto são: para os pagãos, o declínio de Roma teria sido provocado pelo abandono da religião romana (politeísta), devido à disseminação dos maus princípios cristãos; já para os cristãos, a causa da queda de Roma no século V teria origem nos próprios costumes dos romanos, considerados pelos seguidores do cristianismo como dissolutos, preguiçosos e luxuriosos.

b) Na relação do Império Romano com a religião cristã, três momentos podem ser mencionados: o período inicial, em que os cristãos foram perseguidos pelos romanos; o ano de 313, quando o Império concedeu liberdade de culto aos seguidores do cristianismo, com a promulgação do Edito de Milão; por fim, o ano de 391, quando o imperador Teodósio lançou o Edito de Tessalônica, que tornava o cristianismo a religião oficial do Império.

Atividades complementares

+Atividades

Para o Capítulo 3

1 Por que as primeiras aldeias e cidades do mundo se desenvolveram próximas às margens de rios com fluxo abundante e constante de água?

As primeiras aldeias e cidades do mundo se desenvolveram próximas às margens de rios, com fluxo abundante e constante de água, porque a produção de alimentos para seus habitantes dependia fundamentalmente da agricultura, que é uma atividade econômica que exige condições favoráveis de irrigação e fertilização do solo.

2 Na antiga Mesopotâmia, como em todo Antigo Oriente, a principal atividade econômica foi a agricultura. A fim de tirar melhor proveito das águas dos rios Tigre e Eu-

frates, grandes obras hidráulicas foram construídas, como canais de irrigação, barragens e poços. Responda às questões a seguir:

a) A quem coube a organização dos trabalhos para a construção dessas obras?

A organização dos trabalhos coube à administração pública e aos templos, ou seja, ao rei e seus funcionários e aos sacerdotes.

b) Quem constituiu a força de trabalho para essas obras hidráulicas?

A força de trabalho para essas obras hidráulicas era constituída fundamentalmente pelos camponeses.

3 Releia no capítulo o tópico “Dos grupos nômades às cidades” e, com base nele, responda:

- O que diferencia uma aldeia de uma cidade antiga?

A cidade tem uma organização muito mais complexa do que a aldeia. Na cidade, entre outras características, há maior estratificação social e especialização das atividades; há um poder centralizado que controla um corpo de funcionários dedicados à administração pública; existem construções sólidas para abrigar governantes e sacerdotes, e atividades comercial e artesanal intensas.

Os alunos poderão pensar que a cidade é apenas uma aldeia que cresceu e que a diferença entre elas resida apenas no tamanho e número de habitantes. Embora de fato fosse comum que as cidades tivessem um número maior de moradores, os alunos devem entender que só isso não identifica a cidade, e que é a sua complexidade de organização que realmente a caracteriza.

Para o Capítulo 5

1 A organização econômica e política grega foi influenciada pelas características geográficas da região onde a Grécia se formou. Isso ocorreu com a maioria dos povos da Antiguidade. No Antigo Oriente, a presença de grandes rios perenes marcou o desenvolvimento histórico de grandes civilizações, como a egípcia e a chinesa. Quais foram os aspectos geográficos mais importantes na formação da Grécia?

Os aspectos geográficos mais importantes foram: relevo acidentado, que favorecia certo isolamento das comunidades, e forte presença do mar, que estimulava a navegação e as trocas marítimas entre gregos e outros povos da costa mediterrânea.

2 Observe abaixo algumas palavras relacionadas à história grega. Todas, com exceção de uma, fazem referência ao Período Homérico.

Ilíada – genos – eclésia – *pater* – eupátridas

a) Identifique a palavra que não faz parte desse contexto. Justifique sua resposta.

A palavra que escapa ao contexto histórico do Período Homérico é “eclésia”. Eclésia era a assembleia de cidadãos atenienses responsável por debater e votar as leis de Atenas. A eclésia só surgiu depois da dissolução dos genos e da formação da pólis, a partir do século VIII a.C.

b) Com as palavras restantes, escreva um parágrafo sobre o Período Homérico.

O aluno poderá elaborar textos diversos com as palavras Ilíada, genos, *pater* e eupátridas. Verifique se estão corretos os usos de cada um desses conceitos e se o parágrafo tem coesão e coerência. No texto, é importante que o aluno identifique *A Ilíada* como importante fonte primária para o estudo da Grécia antiga, que associe a palavra genos a uma comunidade cujos membros estão ligados por laços de parentesco e vivem em condições de igualdade, mas submetidos à autoridade de um chefe (o *pater*), e que entendam que essa igualdade foi sendo paulatinamente perdida à medida que a população aumentava e a disponibilidade de terras férteis ia se reduzindo. Como resultado da disputa por terras férteis, os parentes mais próximos do *pater* se apoderam das melhores terras. Os alunos devem concluir que o resultado desse processo foi o aparecimento de uma desigualdade no seio das sociedades gregas, que resultou na formação de uma aristocracia guerreira, proprietária de terras e escravos, formada pelos eupátridas (“bem-nascidos”).

3 Leia a seguir um trecho de um discurso do ateniense Andocide (440 a.C.– 390 a.C.).

> [...] O bom cidadão deve ter coragem de se expor ao perigo e o temor aos inimigos pessoais não o deve tornar indiferente aos interesses públicos. Porque aqueles que se ocupam dos seus negócios privados não contribuem em nada com a pólis [...] o interesse público faz a pólis grande e livre.

ANDOCIDE. Contra Alcebiade. In: THEML, Neyde. *O público e o privado na Grécia*: do VIII ao IV séc. a.C. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988. p. 49.

Agora, responda: o que era a política para os cidadãos gregos?

A palavra “política” deriva de “pólis” e diz respeito à arte de bem governar a cidade. Para os antigos gregos, os assuntos públicos tinham enorme relevância e a política era a atividade por excelência do homem livre. No texto acima, Andocide manifesta seu desprezo pelo indivíduo que colocava os interesses privados à frente do interesse público. O termo usado para identificar aquele que assim se comportava era “idiota”.

4 Heródoto, considerado por muitos estudiosos o pai da História, foi um habilidoso narrador de seu tempo. O trecho a seguir foi extraído de *História*, sua obra mais conhecida. Leia-o atentamente e responda às questões a seguir.

Sinto-me obrigado a exprimir uma opinião que me fará parecer desagradável à maioria dos homens; mas, como a considero verdadeira, não me furtarei a dá-la. Se os atenienses, alarmados com o perigo iminente, tivessem evacuado seu território, ou então mesmo sem o evacuar se tivessem entregue a Xerxes, ninguém teria tentado opor-se ao rei no mar. E se ninguém tivesse resistido a Xerxes no mar, em terra teria acontecido o seguinte: ainda que numerosas linhas sucessivas de muralhas tivessem sido construídas através do Istmo pelos peloponésios, os aliados dos lacedemônios tê-los-iam abandonado, não espontaneamente, mas à força, pois suas cidades teriam sido capturadas uma após outra pelas forças navais do Bárbaro; os lacedemônios ver-se-iam sós; e sós, mesmo depois de haver realizado grandes façanhas, eles sucumbiriam gloriosamente; teria sido essa sua sorte, ou então, vendo antes os outros helenos alinhar-se do lado dos medos, eles teriam concluído um acordo com Xerxes. Assim, em ambos os casos, a Hélade se tornaria sujeita aos persas, pois não posso perceber qual seria a utilidade das muralhas construídas através do Istmo se o Rei fosse o senhor dos mares. Portanto, quem disse que os atenienses foram os salvadores da Hélade, com sua opção eles despertaram todos os outros helenos ainda relutantes em pactuar com os medos, e assim, depois dos deuses, foram eles que repeliram o Rei. [...]

HERÓDOTO. *História*. Brasília: Ed. da UnB, 1988. p. 356-357.

a) Quando Heródoto se refere aos pelopolinésios e lacedemônios, está se referindo aos habitantes da península do Peloponeso. Qual era a cidade grega mais importante localizada nela?

A principal cidade era Esparta.

b) Qual é o acontecimento narrado por Heródoto?

Heródoto narra as Guerras Médicas.

c) O texto foi escrito antes ou depois dos fatos que Heródoto narra? Por quê?

A narrativa foi escrita depois, porque dá a entender que os gregos alcançaram a vitória numa guerra e que o resultado poderia ter sido outro se os fatos tivessem se desenrolado de modo diferente.

d) Heródoto se refere aos persas como “bárbaros”. O que isso nos diz sobre a visão que tinham de seu inimigo?

Para os gregos, os persas eram diferentes deles, pois não compartilhavam da mesma cultura e sistema político. Essa diferença fazia com que os gregos considerassem os persas inferiores.

e) Para Heródoto, quem eram os grandes heróis dos fatos narrados? Por quê?

Para Heródoto, os grandes heróis eram os atenienses, pois, ao enfrentar os persas no mar, asseguraram a vitória grega.

f) De acordo com a narrativa de Heródoto, todos os gregos estavam dispostos a enfrentar os exércitos de Xerxes?

Não, Heródoto deixa claro que havia gregos dispostos a negociar com Xerxes e se submeter ao Império Persa.

g) Na época em que Heródoto escreveu sua narrativa, a versão de que o papel dos atenienses tinha sido fundamental para a derrota persa era amplamente aceita? Justifique sua resposta.

Não, pois Heródoto diz, no início da narrativa, que muitas pessoas ficariam incomodadas com sua versão.

h) A versão que Heródoto nos dá para a guerra em questão é igual ou diferente daquela que você estudou nos livros escolares? Explique.

Para os alunos, pode ser nova a informação de que havia gregos dispostos a pactuar com os persas, mas, no mais, a versão de Heródoto é essencialmente a versão predominante hoje: os gregos tinham uma forma de organização superior aos persas e a guerra foi vencida graças aos atenienses.

Ao fazer a correção dessa questão, frise a importância que as fontes têm para a construção do conhecimento histórico, provocando os alunos a pensarem, inclusive, se a versão de Heródoto pode ser aceita como “a verdade” ou se é apenas um aspecto dela. Proponha, por exemplo, como exercício, que os alunos criem uma narrativa das Guerras Médicas do ponto de vista dos persas ou dos espartanos.

Para o Capítulo 6

1. A rápida e poderosa expansão militar romana a partir do século II a.C. produziu transformações profundas em Roma. Com base na leitura do texto didático, faça uma relação dessas transformações.

Ampliação imensa do território governado por Roma;

Acúmulo de riqueza transferida dos territórios conquistados para Roma;

Queda dos preços dos produtos agrícolas e ruína dos pequenos proprietários;

Enriquecimento dos grandes proprietários de terras e concentração fundiária;

Crescimento do uso do trabalho escravo;

Aumento da popularidade e autoridade dos líderes militares;

Enriquecimento dos grandes comerciantes e surgimento de um novo grupo social: os homens novos.

2. Por que razão as propostas de reforma agrária feitas pelos irmãos Graco causaram uma reação violenta dos patrícios?

Com a expansão militar romana, os patrícios passaram a acumular muitas terras conquistadas em guerras. As propostas dos irmãos Graco limitavam a extensão de terras que cada patrício podia ter a 125 hectares e propunham a distribuição do excedente aos plebeus. Isso impedia o enriquecimento contínuo dos grandes proprietários, que reagiram perseguindo os dois tribunos da plebe.

3. Explique como as transformações que afetaram o Império Romano no século I a.C. deram margem à criação do Primeiro Triunvirato.

A instabilidade social que resultou do empobrecimento dos plebeus, do crescimento da escravidão e das disputas pelo poder entre os antigos aristocratas e os homens novos colaborou para a ascensão dos chefes militares, cujas conquistas engrandeciam e transformavam Roma. Esses chefes passaram a concorrer pelo controle do império, formando alianças políticas. Uma dessas alianças alcançou o poder em 60 a.C., dando origem ao Primeiro Triunvirato, formado pelos generais Caio Júlio César, Pompeu e Crasso.

4. A crise que se abateu sobre o Império Romano a partir do século III fez com que vários imperadores tomassem medidas procurando contê-la. Faça uma relação das principais medidas.

Fixação dos preços de mercadorias e salários para combater a crescente inflação.

Criação de uma tetrarquia, que dividiu o império em quatro áreas administrativas e militares.

Concessão de liberdade de culto aos cristãos.

Criação de uma segunda capital para o Império, em Constantinopla.

Transformação do cristianismo em religião oficial do Império (Édito de Tessalônica).

Divisão do Império Romano em duas partes: Império Romano do Ocidente (com capital em Roma) e Império Romano do Oriente (com capital em Constantinopla).

5. Muitas vezes, os filmes e livros representam as invasões bárbaras no Império Romano como ondas de incursões violentas e sanguinárias. No entanto, a entrada dos povos bárbaros em Roma aconteceu aos poucos e, muitas vezes, de maneira pacífica. O que atraiu, nesse caso, os bárbaros para dentro das fronteiras do Império?

A crise do escravismo criou a necessidade de atrair mão de obra agrícola. Muitos povos bárbaros se estabeleceram dentro das fronteiras do Império como trabalhadores ou arrendatários de terras.

6. O texto abaixo é um trecho das *Histórias Romanas*, escritas pelo historiador latino Tito Lívio, no século I a.C. Ele nos oferece pistas importantes para compreender as transformações pelas quais passou a República Romana desde sua fundação no século VI a.C. até a centralização política nas mãos do imperador, no século I. Leia-o com atenção e depois responda:

De acordo com o texto, a expansão militar romana dificultou a conquista de direitos políticos pela plebe ou a favoreceu? Por quê?

> [...] sob o pretexto de que os *equos* recomeçavam as hostilidades, foi dada ordem às legiões para entrar em combate [...]. Isso apenas fez apressar a revolta [...] o exército deixou de obedecer aos cônsules e retirou-se para o monte Sagrado, na margem direita do rio Anio, a três milhas de Roma [...]
>
> Tratou-se então da reconciliação e (os patrícios) consentiram em conceder à plebe magistrados especiais e invioláveis (os tribunos da plebe), encarregados de tomar a defesa contra os cônsules, e em excluir os patrícios dessa função.

Tito Lívio, *Histórias Romanas*. Apud. FREITAS, Gustavo de. *900 textos de História*. Lisboa: Plátano, 1977. p. 85.

As campanhas militares favoreceram a conquista de direitos pela plebe porque a crescente importância dos plebeus nos exércitos romanos lhes deu um maior poder de pressão sobre os patrícios. No texto, somos informados que os plebeus retiraram-se de Roma em plena guerra contra os *equos*, e que só aceitaram reintegrar o exército depois de os patrícios lhes concederem uma magistratura espacial – o tribunato da plebe.

7. Abaixo está transcrito um trecho de *A arte de amar*, do poeta latino Ovídio (43 a.C.-17 ou 18 d.C.).

> Embora o Amor seja arredio e se revolte muitas vezes contra as minhas lições, ainda é uma criança dócil, que se deixa guiar. Graças aos sons da cítara, o filho de Philira educou Aquiles menino, e com esta arte suave abrandou sua alma selvagem. Aquiles, que aterrorizou tantas vezes seus amigos e inimigos, parece que tremia diante desse velho carregado de anos. E, quando o seu mestre o ordenava, apresentava as mãos à palmatória, as mesmas mãos de que Heitor havia de sentir o peso.

OVÍDIO. *A arte de amar*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 23.

a) Os elementos dessa poesia nos remetem para as tradições literárias de que outro povo estudado nos capítulos anteriores? Justifique.

Os elementos da poesia nos remetem para a tradição literária grega, pois fazem referência a personagens e passagens do poema épico *Ilíada*, de Homero.

b) O que podemos deduzir da cultura romana a partir da poesia de Ovídio?

Podemos deduzir que, apesar de conquistar militarmente a Grécia, os romanos foram influenciados por sua cultura, incorporando suas tradições.

Pesquisa e discussão de um tema

Esta atividade deverá contar com a colaboração dos professores das disciplinas de Biologia e Geografia.

Muitos dos conflitos políticos contemporâneos envolvem componentes religiosos e étnicos. É esse o caso, por exemplo, dos embates entre curdos e iraquianos, entre palestinos e israelenses e entre chechenos e russos – só para citar alguns exemplos. Contudo, não raramente, os motivos aos quais são atribuídas antigas rivalidades e que alimentam inflamados discursos políticos carecem de fundamentação histórica e científica. Para estimular o debate e a reflexão em torno desta questão, sugerimos a leitura do texto abaixo e a realização da atividade que o acompanha.

Quem foram os fenícios?

"Eu sou fenício", diz o rapaz, mencionando o nome de um povo que já desapareceu há 2 mil anos. "Ou, pelo

menos, eu me sinto fenício. Há séculos toda a minha família é de pescadores e marinheiros, aqui deste lugar."

"Ótimo, podemos aproveitar alguns fenícios de verdade", diz Spencer Wells, geneticista americano, e aperta um torniquete no braço do jovem. Os dois estão sentados na varanda de um restaurante em Biblos, no Líbano, antiga cidade de pedra à beira do Mediterrâneo. O jovem Pierre Abi Saad chegou tarde, mas está ansioso para participar de uma experiência destinada a lançar nova luz sobre os misteriosos fenícios. Ele vai ter com um grupo de voluntários – pescadores, lojistas e choferes de táxi –, sentados sob o toldo do restaurante. Wells, de 34 anos, alto e magro, muito extrovertido, convenceu Saad e os demais a doarem amostras de sangue. "O que o nosso sangue vai dizer a vocês?", pergunta Saad. "O sangue contém DNA, que é como se fosse um livro que registra a história", responde Wells. "Muitos povos diferentes estiveram em Biblos ao longo dos séculos, e o sangue de vocês contém vestígios do DNA desses povos."

Wells não tem dúvida sobre o poder das técnicas genéticas que está aplicando para melhorar nossa compreensão dos povos antigos. Também não há dúvidas em seu colega de óculos que o acompanha na varanda – Pierre Zalloua, um cientista de 37 anos e origens libanesas. Os dois esperam encontrar novas pistas para uma charada antiquíssima: quem eram os fenícios?

[...]

Os dois geneticistas se tornaram amigos em 2000, na Universidade de Harvard. Wells fazia um trabalho pioneiro com métodos genéticos para reconstituir as migrações de povos antigos, examinando os cromossomos de seus atuais descendentes. Zalloua desejava usar a ciência para ajudar a curar seu país natal, o Líbano, devastado por 15 anos de guerra civil entre muitas facções religiosas. O pesquisador tinha especial interesse em compreender as relações genéticas dos atuais libaneses com seus ancestrais fenícios. Durante a guerra civil dos anos 1970 e 1980, alguns grupos até mesmo usavam a palavra "fenício" como arma ideológica. Certos maronitas, a seita cristã predominante no Líbano, afirmava serem descendentes diretos dos fenícios, implicando assim que tinham direitos históricos mais legítimos sobre o país do que imigrantes que chegaram mais tarde, vindos da península Arábica. Isso deixou irados muitos muçulmanos. O termo "fenício" transformou-se numa palavra em código para genericamente significar cristão, ou seja, não muçulmano. E assim é até agora. "Tornou-se tabu usar a palavra fenício oficialmente por aqui", explica Zalloua. "Basta ir ao Museu Nacional: você não verá essa palavra em lugar nenhum. Eles classificam os objetos simplesmente pela época – se é do início, do meio ou do fim da Idade do Bronze".

[...]

Wells e Zalloua estão buscando marcadores – mutações surgidas nos tempos fenícios e que ainda hoje podem ser encontradas no sangue das atuais populações. Esses marcadores seriam extremamente sutis – mudanças em algumas poucas "letras" dos 3 bilhões que temos no DNA, o nosso "livro" de instruções genéticas. Eles bastariam, porém, para identificar os descendentes dos fenícios. Podem-se encontrar marcadores em lugares específicos do cromossomo Y, um "pacote" de genes, semelhante a um fio, localizado no núcleo de quase todas as células de pessoas do sexo masculino. Dois cromossomos, o X e o Y, determinam o sexo. As mulheres têm dois X; os homens, um X e um Y. O Y contém os genes que criam as características masculinas. O cromossomo Y é passado de pai para filho, sem contribuição da mãe. As mudanças no DNA desse cromossomo são conservadas de geração em geração na linhagem masculina, de modo que os descendentes dos fenícios devem herdar e passar aos filhos, indefinidamente, esses antigos padrões de mutação genética.

A análise genética já reconstituiu a origem de todas as atuais pessoas do sexo masculino: eles provêm de um único cromossomo Y, pertencente a um ancestral, apelidado de Adão, que viveu na África por volta de 60 mil anos e cujos descendentes se espalharam pelo mundo. O Líbano também já recebeu muitas migrações desde os tempos fenícios, sobretudo da península Arábica na época da ascensão do Islã, e da Europa durante as Cruzadas. Identificar os marcadores fenícios requer comparações sofisticadas do DNA provindo de milhares de homens como os de Biblos e outros lugares, numa campanha que levará muitos meses para mostrar resultados.

GORE, Rick. Quem foram os fenícios? *National Geographic Brasil*. São Paulo: Abril, out. 2004. p. 78-86.

1. Os alunos devem ler o texto "Quem foram os fenícios?". Depois disso, faça uma rápida verificação da compreensão da leitura.
2. Peça a eles que pesquisem sobre a guerra civil libanesa (1975-1990) e identifiquem suas causas, as facções envolvidas e o desfecho. A compreensão desse conflito pode ser explorada nas aulas de Geografia.
3. Simultaneamente, proponha ao professor responsável pela disciplina de Biologia que desenvolva com os alunos os conceitos de genética tratados no texto (cromossomo, DNA, marcadores, etc.).
4. Em sala, trabalhe com a história e a cultura dos fenícios. Explore similaridades e diferenças existentes entre eles e os atuais libaneses. Enfatize as transformações ocorridas na região do Líbano ao longo dos séculos e as várias influências sofridas pelos seus habitantes.
5. Proponha aos alunos uma discussão sobre o texto "Quem foram os fenícios?", aprofundando a compreensão do significado que o termo "fenício" passou a ter naquele contexto, de como ele foi apropriado pelo debate político e da importância das pesquisas genéticas de Wells e Zalloua.

Seguem abaixo alguns *sites* que podem subsidiar a discussão. Antes de sugeri-los aos alunos, verifique seu conteúdo. Eles foram acessados em 27 abr. 2016.

<http://educacao.uol.com.br/historia/ult1704u25.jhtm>

<www.dw-world.de/dw/article/0,,785661,00.html>

<www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe3110200802.htm>

Seminário

Proponha aos alunos a realização de um trabalho de pesquisa e a apresentação de um seminário sobre os povos que viviam no continente americano antes da chegada dos europeus e as estratégias que criaram para enfrentar os desafios que encontravam em seu mundo.

Para isso, comece explicando aos alunos o que é um seminário:

Seminários são apresentações de trabalhos desenvolvidos por grupos de estudo e pesquisa sobre determinado assunto, seguidos por discussões sobre os resultados expostos. Em geral, abordam aspectos e recortes variados de um tema mais amplo.

A seguir, oriente os alunos sobre como preparar o seminário:

1. Definição de um tema geral: no caso Sociedades existentes na América antes da chegada dos europeus ao continente.
2. Delimitação dos subtemas de pesquisa.

Para esse estudo, sugerimos cinco subtemas, que poderão ser alterados conforme seus interesses e necessidades:

- A vida no gelo: as sociedades esquimós;
- Povos Tupi: a busca da Terra sem Mal;
- A grandeza maia na América central;
- Incas, os senhores do sol;
- *Sioux*: lendas e rituais dos guerreiros das planícies da América do Norte.

Levantamento de fontes de pesquisa

Os grupos devem realizar pesquisas em livros, revistas e *sites*, procurando:

a) construir uma visão geral (localização, datação, aspectos da economia, organização política, cultura e sociedade) sobre o povo estudado (esquimós, *sioux*, maias, incas e Tupi).

b) aprofundar a pesquisa de acordo com o subtema escolhido (a vida em sociedade no ambiente gelado do norte da América; o mito da Terra sem Mal dos Tupi; a complexidade da civilização maia; o papel simbólico do sol na cultura inca e seus desdobramentos; os mitos e rituais das tribos *sioux* dos atuais Estados Unidos).

Partilha e discussão no grupo dos resultados da pesquisa

Cada membro do grupo deve ficar responsável por estudar uma das fontes escolhidas. Numa data combinada, todo o grupo deve se reunir para **partilhar os resultados** da pesquisa. Nesse encontro, devem comparar os dados encontrados, fazer uma síntese e **levantar problemas** ou **questões** relativos ao tema pesquisado.

Apresentação das pesquisas

O grupo deve preparar o seminário, elaborando um roteiro do que será apresentado e por quem. Além do resultado das pesquisas feitas, é importante contar com algum recurso audiovisual (exibição de vídeo, mural com imagens, apresentação de canções tradicionais indígenas, etc.). Em data previamente marcada, cada grupo deverá apresentar seu trabalho para a sala. Após a apresentação, deverá haver tempo para que os demais alunos façam perguntas e comentários.

Síntese

Ao final das apresentações, os alunos deverão elaborar uma síntese dos principais pontos tratados, buscando definir aspectos característicos das sociedades americanas. Isso poderá ser feito numa roda de discussões ou individualmente, por escrito.

Atividade interdisciplinar com Geografia, relacionada ao tema do Capítulo 6

TODOS OS CAMINHOS LEVAM A ROMA

Introdução

Em seu apogeu, os domínios da Roma antiga se estendiam do Oriente Médio às ilhas britânicas, passando pela Germânia (hoje Alemanha), península Ibérica, Bálcãs, norte da África e parte do Leste Europeu. Para garantir a mobilidade das legiões romanas, o comércio e o controle das províncias, uma extraordinária rede de transportes terrestres foi construída, o conjunto das chamadas *vias*, com cerca de 85 mil km de extensão. Além disso, os romanos contavam com inúmeras rotas marítimas e fluviais.

Dada a sua técnica de construção – que consistia em camadas superpostas de pedras grandes e largas na base inferior, recobertas por pedras menores e argamassa, brita ou areia – as vias foram consideradas o mais rápido e eficiente meio de deslocamento terrestre até o advento da máquina a vapor. Elas interligavam praticamente todos os domínios romanos, confirmando o adágio de que todos os caminhos conduzem a Roma. A partir da capital irradiavam-se 29 estradas principais. Entre elas, a *Via Apia*, que começou a ser construída em 312 a.C. e ligava Roma ao sul da península Itálica. Com traçado retilíneo, independentemente da forma do terreno, as vias possibilitavam deslocamentos de até 60 km por dia em cavalos ou veículos de tração animal. Alguns trechos da *Via Apia* chegavam a ter dez metros de largura. Em conjunto com o professor de Geografia, proponha aos alunos a exploração de mapas, imagens e textos sobre o assunto. O intuito é fazer com que os estudantes realizem uma sequência de atividades, visando refletir sobre o papel dos transportes na vida cotidiana e no controle territorial nos domínios romanos.

Objetivos

- Reconhecer e analisar, por meio de mapas, fotos e ilustrações, as técnicas de construção e a distribuição da rede de transportes terrestre romana.
- Localizar regiões e províncias de Roma em atlas históricos e geográficos e associá-las à atual divisão política mundial.
- Ler e interpretar mapas, plantas e cartas em diferentes escalas.
- Ler, escrever e interpretar textos de diferentes gêneros e fontes.
- Desenvolver procedimentos de coleta, seleção e organização de dados e informações em diferentes fontes de pesquisa.

Conteúdos

Roma – Domínios e províncias romanas – Rede de estradas e meios de circulação terrestre romano – Transportes, economia, política e vida cotidiana em Roma.

Tempo estimado

Equivalente a 3 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Com atlas histórico e geográfico em mãos, proponha aos alunos que, em pequenos grupos, localizem e analisem mapas da civilização romana, com destaque para representações do sistema transporte terrestre. Eles poderão situar a posição de províncias romanas e observar a distribuição e a abrangência da rede de estradas, comparando mapas históricos ao planisfério político atual e a mapas com a divisão política da Europa, África e Oriente Médio hoje.
- Solicite aos alunos que identifiquem as principais vias romanas (Apia, Aurélia, Cássia, Emília, Pompeia, etc.) e as direções e pontos por elas interligados, incluindo as transalpinas e das ilhas britânicas. Com ajuda de mapas, peça aos estudantes que identifiquem unidades militares, cidades, povoados e atividades econômicas associadas à rede de estradas.
- Com base nos dados levantados e de acordo com os estudos feitos no capítulo, proponha a elaboração de uma dissertação individual sobre o significado da rede de transportes terrestres para a civilização romana antiga.
- Avaliação: considere a clareza, a coerência e a organização das ideias da dissertação. Leve em conta a participação de cada aluno nas tarefas individuais e coletivas. Verifique com a turma os ganhos de aprendizagem com a sequência didática e avalie a possibilidade de desdobramentos futuros.

Sugestões de leitura para o professor

CARTOGRAFIA histórica (em francês). Disponível em: <www.atlas-historique.net>. Acesso em: 7 maio 2016.

MAPAS históricos (em inglês). Disponível em: <www.henry-davis.com/MAPS/carto.html>. Acesso em: 7 maio 2016.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da História antiga*. São Paulo: Verbo, 1990.

_______. *Atlas da História medieval*. São Paulo: Verbo, 1990.

Indicações de fontes para o aluno

ATLAS da história do mundo. São Paulo: Publifolha, 1995.

ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Fename, 7. ed. 1979. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24652>. Acesso em: 7 maio 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada. *História de redes de estrada e rodovias*. Disponível em: <www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo4A/rodovias.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.

Vito Arcomano/Alamy/Latinstock

Unidade 3

Europa, periferia do mundo

Saber histórico

O saber histórico desta unidade tem como foco a discussão sobre a construção historiográfica e as representações sociais do conceito de Idade Média. Pretende-se ressaltar que o termo refere-se a uma estrutura conceitual elaborada para identificar aspectos da história do continente europeu. Consideramos importante proporcionar aos alunos a percepção de que existem diferentes pontos de vista a respeito do que se compreende por Idade Média ao longo da História, destacando, mais uma vez, a ideia de uma realidade e de um discurso historiográfico com perspectiva múltipla.

Capítulo 7

O Império Bizantino, o Islã e o mundo

Por que estudar o Império Bizantino, o Islã e o mundo?

- Possibilita uma compreensão multicultural dos povos estudados, tendo em vista o destaque dado à diversidade de organizações sociais, políticas e culturais.
- Apresenta uma reflexão sobre o respeito aos princípios e valores que regem as diversas religiões constituídas pelas sociedades humanas.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar as características fundamentais dos povos e civilizações analisados no capítulo.
- Os alunos deverão compreender as diferenças e semelhanças culturais entre as sociedades humanas.
- Os alunos irão trabalhar especialmente com os conceitos de etnia, cultura e simultaneidade temporal.
- Os alunos irão desenvolver habilidades para identificar em diferentes contextos o processo de formação da cultura e das estruturas políticas.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: a partir de um fato contemporâneo (a reaproximação entre dois grandes líderes religiosos), pode-se refletir sobre a formação do Império Romano do Oriente e da religião islâmica, numa época em que diferentes culturas e civilizações surgiram ou se modificaram, em vista das trocas culturais e de conflitos políticos e territoriais. Atualmente, o debate sobre a tolerância e o direito à diversidade apontam para a necessidade de conhecer e respeitar as histórias, valores e religiões de todos os povos que habitam o planeta. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Europa, África, América e Ásia, entre os séculos V e XII da Era Cristã.
- Tema central: análise do desenvolvimento histórico de diversos povos e sociedades entre os séculos V e XII: as transformações do Império Bizantino, cuja cultura cristã adquiriu características diversas do cristianismo católico que se consolidou em boa parte da Europa a partir do século V; alguns reinos africanos, cujo desenvolvimento tem sido frequentemente ignorado pelos estudos históricos de tradição eurocêntrica; a formação e expansão do Islã, que integra uma reflexão sobre a história de uma das três maiores religiões monoteístas do planeta atualmente no centro do debate sobre os conflitos políticos do Oriente Médio; e, finalmente, estudos sobre a China e a América, já discutidos em capítulos anteriores.
- Diversidade de povos, simultaneidade temporal: em vista da diversidade de povos analisados, com diferentes processos de formação e desenvolvimento, o capítulo oferece a oportunidade de se abordar aspectos relacionados às diversas temporalidades. Esse foco permitirá, caso o professor julgue viável, discussões sobre o tempo histórico linear e o circular, a longa e a curta duração nos estudos históricos, os diversos calendários, a representação espacial compreendida dentro de contextos históricos. Bons exemplos são a noção de Oriente e Ocidente baseada no ponto de vista eurocêntrico e as representações cartográficas que indicam o (hemisfério) norte – onde se localiza a Europa – sempre no alto dos mapas, assumindo um sentido privilegiado.
- Boxe *Construindo conceitos*: por meio dos conceitos de etnia e cultura, podem-se propiciar reflexões que levem em conta a diversidade de organizações sociais e políticas de povos no Oriente Médio, na África, na Ásia e na América, deslocando o ensino de História de uma visão eurocêntrica.

Imagens do capítulo

As pinturas bizantinas parecem, à primeira vista, rígidas e frias, sem movimento, nem expressão, com imagens frontais plantadas rigorosamente num espaço quase abstrato. No entanto, segundo o historiador da arte Ernst Gombrich, trata-se de uma arte sofisticada, que foi capaz de incorporar técnicas de representação da pintura grega e associá-las aos princípios da arte egípcia, baseada na clareza e na tradição. Pode-se destacar nas imagens do capítulo a solenidade das figuras religiosas e dos monarcas, cuja proximidade entre o poder terreno e o universo sagrado era expressa nessas representações.

Abordagens interdisciplinares

- **Matemática**: o tema da formação e expansão do Islã oferece uma oportunidade de pesquisa sobre as contribuições árabes ao desenvolvimento da matemática durante a Idade Média.
- **Arte:** o estudo das representações religiosas produzidas durante o Império Bizantino proporciona um conhecimento sobre arte bizantina.

Conheça mais

Sugestões de leitura

BASCHET, J. *A civilização feudal*: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. Neste livro, o autor propõe uma abordagem inovadora do período medieval, tendo como referências a conquista da América e uma percepção de "Longa Idade Média".

DUBY, G. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. A obra analisa a significação da arte na Europa medieval a partir de suas relações com a sociedade e a cultura.

HOURANI, A. H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Abordando variados aspectos da história das sociedades árabes, o autor delineia um quadro geral, desde o surgimento do Islã no século VII ao século XX, compreendendo assim a construção da identidade árabe em torno do Islã.

NABHAN, N. N. *Islamismo*: de Maomé a nossos dias. São Paulo: Ática, 1996. (As religiões na História). A obra introdutória e didática trata do islamismo, percorrendo sua história desde a Arábia pré-islâmica, relatando sua construção e expansão e chegando às últimas décadas do século XX.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1997. O livro analisa a diversidade de papéis e relações sociais construídas em torno da mulher e do feminino na Idade Média.

Filmes

Apocalypto. Direção de Mel Gibson. EUA, 2006. (130 min)

Cruzada. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos/Espanha/Inglaterra, 2005. (145 min)

Os tempos medievais. Direção de Sérgio Baldassarini Júnior. Brasil, 1994. (30 min) (História da Humanidade, 5)

Site

História do islamismo. Disponível em: <veja.abril.com.br/idade/exclusivo/islamismo/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2016. Este portal traz informações sobre a história do islamismo, desde seu surgimento até os desdobramentos e os contextos atuais. Os *links* permitem acessar infográficos e mapas sobre o histórico da expansão desta religião, bem como artigos atuais, que discutem, entre outras coisas, a situação atual das mulheres nos países islâmicos.

Textos de apoio

1 Surata das mulheres

3. Se temerdes ser injustos para com os órfãos, podereis desposar duas, três, ou quatro das que vos aprouver entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com o que está ao alcance de vossas mãos (cativas de guerra). Isso é mais adequado para evitar que cometais injustiças.

34. Os homens são os encarregados das mulheres, porque Deus os preferiu a elas e porque eles as sustentam de seu pecúlio. As boas esposas são obedientes, conservam seu pudor na ausência dos esposos em cumprimento à ordem de Deus. Quanto àquelas, de quem suspeitais deslealdade, admoestai-as (na primeira vez), vedai-lhes vossos leitos (na segunda vez) e castigai-as (na terceira vez); porém, se vos obedecerem, não as provoqueis. Sabei que Deus é Excelso, Magnânimo.

Surata das Mulheres, versículos 3 e 34. *O significado dos versículos do Alcorão Sagrado*. Tradução de Prof. Samir el Hayek. São Paulo: Centro de Divulgação do Islã para a América Latina, 1989.

2 Moinhos d'água

Quando as primeiras rodas de moinho começaram a bater a corrente dos regatos, a parte de moer cereais já tinha, na Europa e nas civilizações mediterrâneas, um passado bem mais que milenar.

[...]

Nos rios da Gália, os primeiros moinhos sobre os quais nossos documentos se dignam a dizer alguma coisa são os que, no século III, eram movidos por um pequeno afluente do Mosela. Na Germânia meridional, o uso destes aparelhos se difundiu, bastante rápida e extensamente, após as invasões, tendo chamado a atenção das leis alemã e bávara desde a primeira metade do século VIII. Ao Norte, em regiões sempre menos sujeitas às influências dos gauleses e de Roma, a propagação foi mais lenta; os documentos indicam claramente as linhas diretrizes. Escravos, como o bávaro que, cativo entre os turigenses, aí construiu, por volta de 770, um moinho para seu senhor; colonos, como os guerreiros francos, cuja aldeia, fundada antes de 775, no Undurt, recebeu o nome evocador de Mühlhausen [casario que se instala perto de um moinho – N.T.]; religiosos ou religiosas, como os monges, [...] estabelecidos nas grandes florestas do Odenwald por volta de 732: tantos construtores de rodas de moagem; tantos imigrantes portadores das técnicas de suas pátrias.

BLOCH, M. Advento e conquistas do moinho d'água. In: GAMA, R. (Org.). *História da técnica e da tecnologia*. São Paulo: Edusp, 1985.

3 Os Pilares do Islã

Os tipos de adoração que são realizados física e verbalmente são chamados de Pilares do Islã. Eles são a fundação sobre a qual a religião é construída e através da qual a pessoa é considerada muçulmana. Estes pilares são os seguintes:

- Os dois Testemunhos de Fé, que são um pilar verbal do Islã.
- O segundo e o quarto pilar do Islã são a oração e o jejum, ambos pilares físicos do Islã.
- O terceiro pilar é o *Zakaah* (caridade obrigatória), que é um ato físico de adoração no qual a pessoa dá a caridade obrigatória.
- O quinto pilar do Islã é o Hajj (a Peregrinação a Meca), que combina o físico com o verbal e convoca as pessoas para o dispêndio de suas riquezas.

Al-SHEHA, Dr. Abdurrahman. *A mensagem do Islã*. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil. s.d. p. 108.

4 A importância de Bizâncio

Mas quando Bizâncio passou para as mãos dos turcos, a desaparição do império grego deixou no mundo um grande vazio. Durante onze séculos, havia desempenhado seu papel, sempre importante, frequentemente decisivo, na história do Ocidente e do Oriente. Das mãos vacilantes de Roma, Bizâncio tinha recebido a herança do mundo antigo, no momento em que ele ia desaparecer sob a leva das invasões bárbaras. Antes de sucumbir, por sua vez, sob os golpes de outros invasores, seu papel foi o de conservar, enriquecer, transmitir essa herança. [...] Ela enriqueceu com a contribuição do cristianismo e a do Oriente. Bizâncio fez de uma civilização pagã, ferida pela decadência e incapaz de se renovar, uma civilização cristã, num sentido mais humano, que respondia melhor às necessidades de uma consciência mais exigente. E assegurando mais plenamente ao helenismo primitivo essa continuidade de tradição, cuja continuidade de língua grega foi ao mesmo tempo o símbolo e o melhor instrumento, Bizâncio acrescentou a isso, tanto no pensamento como na arte, os frutos de seu longo comércio com o Oriente persa e o Oriente muçulmano.

LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 120-121.

5 As trocas culturais na Espanha muçulmana

A Espanha muçulmana inventou a álgebra. Os numerais árabes tomaram o lugar do sistema romano, o papel foi introduzido na Europa, e, com este, o algodão, o arroz, a cana-de-açúcar e a palmeira. E, se Córdoba assimilou a filosofia grega, o direito romano, a arte de Bizâncio e da Pérsia, também exigiu respeito para as teologias do judaísmo e do cristianismo, assim como para os seus seguidores, que eram considerados, juntamente com o Islã, "os povos do livro". O extermínio e a conversão forçada eram reservados para os idólatras e pagãos. Os "povos do livro", em princípio, mereciam um tratamento moral e intelectual distinto – mesmo quando, simultaneamente, foram combatidos sem piedade, no campo de batalha.

FUENTES, Carlos. *O espelho enterrado*: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. p. 53.

6 Riqueza e pobreza na vida monástica

O monge [da Igreja Ortodoxa] não deve possuir nada de seu e tem de permanecer definitivamente ligado ao mosteiro que escolheu. Antes de tomar o hábito, faz seu testamento, se é o caso, e às vezes paga sua entrada, mas a seguir vive, em princípio, de seu trabalho na comunidade — ou seja, muito frequentemente, das rendas do mosteiro. Poemas satíricos elaborados em Constantinopla no século XII ridicularizam o luxo da mesa e do leito dos higúmenos [abades superiores], seus banhos semanais, os médicos que lhes acorrem à cabeceira, enquanto o pobre-diabo do monge vive num regime de desconforto e privação. Mais sobriamente, o acordo feito em 1030 entre o mosteiro de Lavra, no monte Atos, e o monge Atanásio ilustra um regime derrogatório. Sobrinho do higúmeno anterior, Atanásio doou seu convento privado de Bouleuteria, com as celas, a igreja e as vinhas, a Lavra, que o aprimorou. Em troca, pediu para participar da comunidade na qual tomara o hábito. O acordo garantiu-lhe alojamento a sua escolha, a manutenção de três criados pessoais e de sua barca, um cavalo para o resto da vida e rações anuais, além de estipular que, após a morte de Atanásio, a família herdará o conteúdo de sua cela. Assim será, mesmo que o imperador conceda o usufruto de um mosteiro a um leigo que se tornou monge, segundo uma tendência geral à devolução de rendas pelo poder público no final do século XI.

PATLAGEAN, Évelyne. Bizâncio: séculos X-XI. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada, 1*: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 508-509.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Construindo conceitos

Incentive os alunos a realizar a pesquisa em *sites* de jornais, revistas, etc., que divulguem notícias recentes sobre o assunto. A chegada massiva de imigrantes e refugiados de origens africana e asiática na Europa em 2015 e 2016, devido aos conflitos étnicos e às perseguições religiosas e políticas nos últimos anos, é um dos temas que poderão ser apresentados e discutidos em sala de aula.

Além desses locais, destaque que no continente americano há grupos étnicos que sofrem diferentes formas de preconceito no presente. Os grupos indígenas no Brasil e os imigrantes latino-americanos que buscam melhores condições de vida nos Estados Unidos são alguns dos exemplos.

Após a pesquisa, os alunos poderão apresentar e debater as informações aos demais colegas. É importante mediar a atividade e promover a reflexão sobre a importância da tolerância e da convivência pacífica no presente.

Atividades

Retome

1. Historiadores europeus como Henri Pirenne, Marc Bloch e Jacques Le Goff, e o historiador brasileiro Hilário Franco Jr., entre outros, argumentam que foi durante a Idade Média que as principais bases do mundo moderno se assentaram, como a formação da burguesia, a fundação das primeiras universidades e a constituição, na Inglaterra, do primeiro Parlamento da História. Para eles, é na Idade Média que toma forma a cultura ocidental. Além disso, o emprego do termo seria inadequado, pois só leva em consideração a história europeia, desprezando a hegemonia e o esplendor, por exemplo, dos Impérios Islâmico e Bizantino, da civilização asteca, entre outros, durante o período medieval.

2. A crise do escravismo que se abateu sobre o Império Romano do Ocidente não afetou a porção oriental, pois Constantinopla manteve sempre um comércio dinâmico e uma agricultura rentável. Além disso, em virtude de sua localização geográfica privilegiada e do seu sistema de defesa eficiente, a cidade mantinha-se protegida de ataques e invasões de outros povos. Acrescente-se a autoridade do poder central no Oriente, uma vez que o imperador era considerado uma figura representativa da religião cristã. Auxiliando o imperador, havia, ainda, uma vasta burocracia, fundamental nas estruturas políticas imperiais.

3. No Império Bizantino, o cristianismo desenvolveu características próprias, originando várias divergências doutrinárias e de interpretação dos textos sagrados em relação ao Ocidente. Além disso, enquanto no Ocidente o papa centralizava o poder religioso, no Oriente o imperador não abria mão de sua autoridade sobre as questões espirituais (cesaropapismo), rivalizando com o papado. Portanto, o Grande Cisma do Oriente, no ano de 1054, decorreu tanto das diferenças entre as doutrinas pregadas pelo cristianismo oriental e ocidental, quanto do crescimento das tensões políticas entre o papado e os imperadores bizantinos.

4. A ascensão do reino de Axum foi possível graças a seu poderio comercial. Situada à beira do mar Vermelho, a cidade de Axum era um dos mais importantes entrepostos comerciais da região: sua posição privilegiada permitia contatos comerciais com o Egito, a Índia, a Mesopotâmia e o Oriente Médio, controlando a distribuição de produtos de grande valor, como incensos, marfim, couro de rinoceronte, etc. Vestígios arqueológicos indicam que os axumitas faziam uso de moedas desde o século III.

5. Antes do surgimento do islamismo, os árabes eram politeístas e, tradicionalmente, cultuavam seus deuses na Caaba, um santuário localizado em Meca. Para adorar esses diversos deuses, caravanas de toda a Arábia costumavam se dirigir à cidade, o que fomentou a atividade comercial e a urbanização. Maomé, o fundador da religião islâmica, pertencia a um dos principais clãs de Meca.

6. Até a fundação do islamismo, os árabes viviam divididos em tribos, que estavam sempre em guerra umas contra as outras. Após a instituição da nova religião, os árabes uniram-se, inicialmente sob a liderança de Maomé, e depois sob a dos califas, e empreenderam sucessivas conquistas, expandindo seus domínios pelo Oriente Médio, norte da África e península Ibérica.

7. Realizavam-se avaliações periódicas dos servidores públicos e estimulava-se a competição pelos melhores cargos, o que permitia selecionar os talentos mais bem qualificados para atuar no governo. Espalhados pela China, esses funcionários atuavam como intermediários entre a Corte e os nobres e senhores da guerra locais, transmitindo os valores de conduta mais importantes e garantindo a lealdade desses súditos, dos quais dependia a estabilidade do Império.

8. a) No período que corresponde à Idade Média europeia, os maias estavam estabelecidos na América Central, onde atualmente está a Guatemala e países vizinhos, e os Tupi-Guarani haviam se espalhado pelo litoral e pelos vales de rios no norte, leste e sul do atual território do Brasil.

   b) Os maias fundaram grandes cidades-Estado, onde construíram templos e palácios, cultivavam o cacau e o milho e desenvolveram uma escrita hieroglífica. Os Tupi-Guarani viviam em tribos e dedicavam-se à agricultura de coivara, à caça, pesca e coleta, e eram ágrafos.

Pratique

9. a) Não, o imperador Justiniano não apenas compilou a legislação mas a remodelou, para que fundamentasse uma monarquia cristã.

b) Segundo o autor do texto, a lei romana interpretada por Justiniano afirmava, na prática, que o imperador, em virtude do cargo, era a própria encarnação da lei. Portanto, a lei estava submetida à ideologia da monarquia cristã.

c) As modificações de Justiniano deram fundamentação jurídica e política para o fortalecimento do cesaropapismo, isto é, a intervenção do imperador nos assuntos religiosos, possível graças à interação entre o poder político e o poder religioso. O imperador deliberava tanto sobre questões temporais quanto espirituais, ditando as regras da doutrina e determinando a organização da Igreja bizantina.

10 a) Não. De acordo com os textos, a palavra *jihad* assumiu diferentes significados ao longo da história do Islã. No presente, a palavra *jihad* está muito associada à ideia de "guerra santa", mas originalmente não tinha essa conotação e nunca era usada para identificar contextos de conflito armado entre o Islã e seus inimigos. Seu significado atual é resultado de uma construção histórica, relacionada aos acontecimentos no mundo árabe-muçulmano durante o século XX, num contexto de defesa contra a pressão ocidental.

b) Originalmente, a palavra *jihad* designava "esforço" e dizia respeito, sobretudo, à batalha interna que o fiel deveria travar para resistir às tentações mundanas e se manter fiel ao caminho correto mostrado pelos ensinamentos divinos. Também poderia ser interpretada como defesa da comunidade islâmica e de seus valores ou defesa da moralidade.

c) O uso do termo *jihad* para designar "guerra santa" nasceu da radicalização política do mundo islâmico no século XX, quando alguns de seus líderes apregoaram a necessidade de união dos muçulmanos para resistirem à crescente ocidentalização do Islã, patrocinada pelo colonialismo europeu, e lutarem contra as forças que desejariam esmagar o Islã. Esses líderes, que defendiam uma oposição radical dos muçulmanos aos valores ocidentais, contribuíram para o crescimento do fundamentalismo e para a distorção do conceito de *jihad*.

11 a) Gana esteve no centro de uma vasta rede comercial que ligava o norte da África à África subsaariana.

b) Gana estava situada entre os rios Níger e Senegal, que propiciavam rotas de navegação fluvial para o interior e para o sul do continente. Além disso, devido à sua posição ao sul do deserto, funcionava como entreposto para rotas que iam e vinham em várias direções.

c) Os principais produtos comercializados eram sal, ouro, alimentos, cobre, ferro, escravos, marfim, vidro e cerâmica.

12 A importância de um governo imperial chinês sob o comando de uma mulher deve-se não apenas ao papel histórico que a imperatriz efetivamente ocupou, como soberana de uma nação de vasto território e dotada de uma complexidade administrativa única, mas também pelo significado simbólico que o seu governo expressa. Auxilie os alunos na seleção de fontes de pesquisa e oriente-os quanto ao fichamento dos textos encontrados. Após a conclusão da pesquisa, auxilie-os na organização dos seminários, instruindo-os para registrarem as informações e afirmações consideradas polêmicas sobre a condição das mulheres na China daquela época e sobre a vida da imperatriz. Os alunos não devem se limitar a tratar da vida de Wu Zetian, mas precisam conhecer a China no período em que ela governou. Portanto, devem conhecer as características da estrutura social e política chinesas dos séculos VII e VIII, a condição feminina no período, os elementos culturais, etc. É muito importante que entendam que não podem avaliar as decisões e o comportamento da imperatriz segundo padrões e valores contemporâneos. Durante as apresentações, oriente os alunos a não fazerem julgamento moral da personagem que estão estudando. Sobre a biografia de Wu Zetian, pode-se consultar, por exemplo, o seguinte *site*: <www1.chinaculture.org/gb/en_aboutchina/2003-09/24/content_22879.htm> (em inglês). Acesso em: 18 fev. 2016. Trabalhe essa atividade de maneira interdisciplinar com Língua Inglesa, pois a disponibilidade de material em língua portuguesa é pequena.

13 a) Os dois continentes com o maior número de seguidores do islamismo são a Ásia e a África.

b) A presença de muçulmanos é menor na América.

c) O grupo predominante na religião islâmica é o sunita, com 87%.

d) A divisão do Islã entre sunitas e xiitas data do século VII, pouco depois da morte de Maomé, e derivou das divergências na comunidade muçulmana sobre quem deveria sucedê-lo. Os sunitas, que baseavam sua crença no Suna, livro de preceitos estabelecidos por Maomé, defendiam a livre escolha dos chefes políticos pela comunidade de crentes, adotando como critério as virtudes dos candidatos a sucessor. Os xiitas ("seguidores de Ali", genro de Maomé), por sua vez, argumentavam que a autoridade política e religiosa deveria concentrar-se nas mãos de uma única pessoa, que descendesse do profeta Maomé, exercendo o poder de maneira absoluta. Não admitiam outra fonte de ensinamento doutrinário que não fosse o Corão.

e) O islamismo foi fundado por Maomé, um caravaneiro árabe da península Arábica, no século VII. Logo após conquistar Meca e unir as tribos árabes por meio da religião, o Profeta sustentou uma política de expansão, mantida pelos califas após sua morte. Essa expansão visou especialmente a áreas de interesse econômico, atravessadas por importantes rotas de comércio ou favoráveis à prática da agricultura e criação de animais, levando os árabes a ocuparem territórios no Oriente Médio, norte da África e península Ibérica. Com o tempo, os árabes foram expulsos da península Ibérica, mas continuaram a se expandir pela Ásia e África, continentes onde hoje se concentra a maior parte da população muçulmana.

Analise uma fonte primária

14 a) Resposta pessoal. É importante que os alunos pesquisem em *sites* que ofereçam referências bibliográficas e sejam confiáveis, como *sites* de universidades, de museus ou de veículos de comunicação e divulgação científica renomados. Américo Vespúcio nasceu em Florença e sua família era aristocrática. Na juventude, serviu à poderosa família Médici como contador. Foi por meio dela que conheceu Gianotto Berardi, armador de navios que o apresentou a Cristóvão Colombo, recém-chegado de sua primeira viagem à América. A partir de então, Vespúcio se interessaria pela atividade marítima e acabaria contratado pelo rei de Portugal, dom Manuel I, para acompanhar uma expedição ao Brasil, integrando a esquadra de Gonçalo Dias. Ao retornar a Lisboa, Vespúcio enviou uma carta a Lorenzo de Médici relatando sua viagem e descrevendo tudo o que viu e conheceu no Novo Mundo. O florentino voltaria à América ainda mais duas vezes antes de morrer.

b) Segundo o texto transcrito de Américo Vespúcio, os Tupi-Guarani eram uma população numerosa, "mansa e tratável". Andavam nus, possuíam cor "declinando para o vermelho", tinham os cabelos grandes e negros, o andar ágil e o rosto formoso, mas com furos nas faces, nos lábios, nas narinas e nas orelhas, onde são pendurados pedras ou ossos.

c) Resposta pessoal. O texto de Vespúcio transmite uma impressão de encantamento, misturado com certo estranhamento. Ele parece admirar os indígenas, afirmando que eram belos, com os corpos grandes e proporcionados, e amigáveis. Entretanto, considera seus costumes insólitos e até chocantes.

d) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno seja capaz de identificar que as fontes europeias são construídas sob o ponto de vista da cultura europeia e, portanto, são incapazes de descrever ou explicar as culturas indígenas na perspectiva dos próprios indígenas. Assim, a representação é distorcida, em relação àquilo que os povos indígenas reconhecem como a própria história e cultura.

Articule passado e presente

15 a) A grande inovação do projeto *The House of One* é integrar em um único edifício as três maiores religiões monoteístas do mundo (judaísmo, cristianismo e islamismo), respeitando as características arquitetônicas de cada religião.

b) Não. No passado, mesquitas foram transformadas em igrejas, igrejas em mesquitas e mesquitas abrigaram sinagogas. Porém, não houve antes na história uso concomitante de um templo por mais de uma religião. Pode-se registrar também que a mudança de uso esteve sempre associada a uma situação de dominação de uma religião por outra. Portanto, o significado da substituição de um culto por outro nos templos não simbolizava o entendimento e a tolerância, mas, ao contrário, a vitória numa situação de disputa.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos levantem hipóteses para explicar as semelhanças entre os templos das três grandes religiões monoteístas. Pode-se apontar que as três religiões são monoteístas, portanto, estão centralizadas numa figura sagrada única. Pode-se identificar a existência de uma base comum a todas elas e que sua origem se deu numa mesma região geográfica, o Oriente Médio. Também seria importante registrar que essas três religiões não se desenvolveram de maneira isolada, mas desde o surgimento de cada uma delas estabeleceu-se algum tipo de relação – ora amistosa, ora hostil – com a(s) outra(s).

d) Resposta pessoal. O projeto pretende construir um complexo religioso que seja um monumento dedicado à tolerância religiosa e, ao mesmo tempo, um incentivo à convivência harmoniosa entre fiéis das três grandes religiões monoteístas. Ele é muito significativo, pois o presente tem sido marcado pela intolerância e radicalização das posições religiosas em muitas regiões do planeta. Pode-se aproveitar para discutir em sala os conflitos religiosos no mundo atual e para incentivar os alunos a conhecer e respeitar religiões diferentes da que professam.

Bridgeman Images/Keystone Brasil/Museu da Tapeçaria, Bayeux, França.

Capítulo 8

A formação da Europa

Por que estudar a formação da Europa?

- Proporciona um debate sobre as formas de intervenção da religião nos assuntos da política e da vida social.
- Possibilita o entendimento das principais forças históricas que conduziram à construção do continente europeu.
- Apresenta uma reflexão sobre as dinâmicas culturais que opõem o mundo rural à vida urbana.

Objetivos

- Os alunos deverão perceber os elementos dinâmicos da formação da Europa medieval.
- Os alunos deverão compreender o papel fundamental da Igreja na consolidação do poder temporal na Europa.
- Os alunos vão trabalhar especialmente com os conceitos de guerra religiosa, expansão comercial e desenvolvimento urbano.
- Os alunos vão desenvolver habilidades para identificar criticamente as relações sociais contemporâneas e seus processos históricos.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: apresentamos uma reflexão sobre as relações históricas entre as autoridades religiosas e os poderes políticos, apontando a importância da separação contemporânea entre Igreja e Estado, como um avanço dos direitos nos países europeus. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo, estará em foco a Europa, entre os séculos V e XV.
- Tema central: as reflexões sobre a ruralização e o fortalecimento do cristianismo, bem como sobre a retomada da atividade comercial e o posterior florescimento urbano, analisam os principais eixos que explicam as transformações da Europa, entre o século V e XV.
- Na primeira parte do capítulo, *O Espaço como construção social e histórica*, pretende-se promover uma reflexão inicial a respeito do conceito de espaço em história. Como forma de propiciar o desenvolvimento das noções de permanências e mudanças, pode-se retomar o processo histórico de formação das civilizações antigas estudadas até agora (a configuração dos agrupamentos humanos a partir de necessidades sociais, políticas, econômicas e religiosas). Pode-se também estabelecer um paralelo com o processo de reconfiguração do continente europeu recente a partir do projeto de constituição da União Europeia, destacando as motivações que embasaram o projeto de integração.
- Conceito de Idade Média: pode-se retomar e discutir a noção de Idade Média, apresentada no início da unidade.
- Boxe *Leituras*: o texto do historiador Georges Duby oferece uma oportunidade para discutir os conceitos de permanência, ruptura e trocas culturais entre diferentes povos, num mesmo espaço geográfico.
- Cultura juvenil: pode-se refletir sobre o processo de formação profissional dos *aprendizes* nas corporações de ofício que, em troca do trabalho e do aprendizado, recebiam apenas alimentação, alojamento e roupas. Atualmente, o ingresso no mercado de trabalho também é difícil? Os chamados *estágios* oferecem boas condições de emprego e remuneração ou são semelhantes aos trabalhos dos aprendizes? É importante destacar as diferenças históricas entre os dois períodos a fim de evitar anacronismos.

Imagens do capítulo

Iluminuras e miniaturas: os manuscritos medievais copiados nos monastérios eram, em geral, ricamente decorados com miniaturas e iluminuras, como as que se encontram neste capítulo e no próximo. As miniaturas se caracterizavam pelos ornamentos simples e letras estilizadas, enquanto as iluminuras apresentavam maior variedade de cores e gradações. Tratava-se de uma arte com funções narrativas e, de certo modo, pedagógicas, afinal, tinham a intenção de reforçar certas representações presentes no texto. A partir das iluminuras reproduzidas no capítulo você pode incentivar os alunos a levantar hipóteses sobre o significado das imagens representadas e as narrativas que pretendem reforçar.

Abordagem interdisciplinar

- **Geografia:** debate em torno da noção de espaço, destacando-se suas especificidades e identificando, ao longo da História, de que modo o mesmo território ganha diferentes contornos e representações. Em outras palavras, pode-se introduzir a reflexão sobre o longo processo de formação da Europa e dos diversos Estados que a compõem.

Conheça mais

Sugestões de leitura

DUBY, G. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. A obra discorre sobre a construção da ideia de cavalaria no Ocidente medieval e como se deu a articulação entre as noções de cavalaria e a de nobreza.

FRANCO JR., H. *A Idade Média*: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986. Hilário Franco Jr, de forma clara e didática, analisa os principais aspectos que estruturam o mundo medieval, discutindo o conceito e o significado de Idade Média.

________; ANDRADE FILHO, R. O. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Tudo é História). Livro introdutório, apresenta um painel geral sobre o Império Bizantino percorrendo seus elementos estruturais, como cultura, religião, economia, política e sociedade.

LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005. Obra fundamental de um dos maiores medievalistas da historiografia francesa, traz os fundamentos da concepção do autor sobre a importância e longevidade das estruturas econômicas e dos sistemas simbólicos da Idade Média.

Filmes

Coração Valente. Direção de Mel Gibson. Estados Unidos, 1995. (177 min)

El Cid. Direção de Anthony Mann. Estados Unidos/Itália, 1961. (182 min)

Em nome de Deus. Direção de Clive Donner. Inglaterra/Iugoslávia, 1988. (105 min)

Excalibur. Direção de John Boorman. Inglaterra, 1981. (142 min)

Ivanhoé, a primeira batalha. Direção de Ralph Thomas. Canadá/França/Inglaterra, 1994. (93 min)

Lancelot, o primeiro cavaleiro. Direção de Jerry Zucker. Estados Unidos, 1995. (113 min)

O incrível exército de Brancaleone. Direção de Mario Monicelli. Itália, 1965. (90 min)

O nome da rosa. Direção de Jean-Jacques Annaud. Alemanha/França/Itália, 1986. (130 min)

Robin Hood, o príncipe dos ladrões. Direção de Kevin Reynolds. Estados Unidos, 1991. (143 min)

Sites

Biblioteca Nacional da Holanda. Disponível em: <www.kb.nl/manuscripts>. Acesso em: 15 abr. 2016. Esse portal disponibiliza centenas de reproduções de iluminuras medievais e de livros manuscritos desse período. Ideal para descobrir fontes para o estudo da História da cultura, do cotidiano e das artes medievais.

História medieval. Disponível em: <www.ricardocosta.com/>. Acesso em: 15 abr. 2016. *Site* do professor universitário Ricardo Costa, com artigos, resenhas de livros acadêmicos e *links* para portais de universidades, grupos de pesquisa e museus.

Textos de apoio

1 Os direitos senhoriais em Verson

Em São João (24 de junho), os camponeses de Verson, na Normandia, devem ceifar os prados do senhor e levar os frutos ao castelo. Depois, devem cuidar do fosso. Em agosto, [há] a colheita do trigo, que devem levar à granja. Eles próprios não podem recolher os seus feixes senão depois que o senhor tirou antecipadamente a sua parte. Em setembro, devem a "porcagem": um porco em oito e dos mais bonitos. Em São Diniz (9 de outubro), pagam o "censo", depois o direito de fechar o seu campo. No começo do inverno, corveia sobre a terra senhorial, para prepará-la, semear e passar a grade. Em Santo André (30 de novembro), paga-se uma espécie de bolo. Pelo Natal, "galinhas boas e finas". Depois, uma certa quantidade de cevada e trigo. Se o camponês vender a sua terra, a décima terceira parte do preço de venda pertence ao senhor. No domingo de Ramos, deve ele a "carneiragem" – um certo número de carneiros – e uma nova corveia de trabalho. Depois deve ir para a forja, ferrar os cavalos; no bosque, cortar as árvores para o senhor e fazer a corveia do carreto. Ainda mais: o moleiro do castelo, para moer o grão do camponês, cobra um alqueire de grão e uma certa quantidade de farinha; no forno, é preciso pagar também, e o "forneiro" jura que, se não tiver o seu pagamento, o pão do camponês ficará mal cozido e mal "virado".

LUCHAISE. La Société Française au Temps de Philippe Auguste. Citado por ISAAC, J.; ALBA, A. *História universal*: Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1967. p. 33-34.

2 Primeira Ordenação contra o luxo, criada em 1294, durante o governo do rei Filipe, o Belo (1268-1314)

Primeiro – Nenhuma burguesa terá carruagem.

Item – Nenhum burguês nem burguesa vestirão roupas de pele branca ou cinza, mas deverão livrar-se daquelas que possuem no prazo de um ano, a contar da Páscoa. Não deverão ostentar objetos de ouro ou pedras preciosas nem coroas de ouro ou de prata.

[...]

Item – Os cavaleiros não deverão adquirir mais de dois pares de roupas anualmente. Ficam proibidos de tê-las a mais, mesmo que ganhem, encontrem ou as obtenham de outra maneira.

Item – Duques, condes e barões, possuidores de terra poderão mandar fazer quatro pares de roupas por ano e não mais que isto, e suas esposas também. [...]

Item – Nenhuma donzela, a não ser as castelãs ou damas que possuírem terras, poderá adquirir mais de um vestido por ano.

Item – Nenhum burguês, burguesa, escudeiro ou clérigo que não estiver em serviço na corte do rei poderá ter archote de cera. [...]

Apud MACEDO, J. R. *Viver nas cidades medievais*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 35-36.

3 A cidade medieval

A cidade contemporânea, apesar das grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro. É assim que se delineiam, ao mesmo tempo, um ideal de igualdade e uma divisão social da cidade, na qual os judeus são as primeiras vítimas. Mas a cidade concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios. Uma concentração de criatividade de que é testemunha a jovem universidade que adquire rapidamente poder e prestígio, na falta de uma plena autonomia.

LE GOFF, J. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p. 25.

4 As feiras

As terras da Champagne eram assim um fato capital. Havia lá um mercado quase permanente do mundo ocidental. Desse modo, durante dois ou quatro meses do ano, reina nessas cidades uma animação extraordinária que o trovador Bertand de Barsur-Aube descreveu numa primavera:

Faz calor e o céu é claro,

A relva está verde e a roseira em flor.

Puseram-se a vagar os mercadores

Que trouxeram bens para vender.

Desde o raiar do dia,

Até a noite cair,

Não param de ir e vir,

Até que a cidade esteja repleta.

Fora da cidade se alojam nos prados,

Onde têm tendas e pavilhões fechados.

Para chegar lá, os mercadores fizeram uma longa e difícil viagem; os italianos que transpuseram os desfiladeiros alpinos passaram cinco semanas na estrada. Precisavam, em primeiro lugar, de alojamento. A princípio, construíam-se acampamentos provisórios nas praças ou fora da cidade. Depois, os habitantes alugavam aposentos ou casas aos mercadores. Por fim, foram construídas para eles casas especiais de pedras resistentes a incêndios, com grandes subterrâneos abobadados para armazenar as mercadorias.

LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 14-15.

5 Sobre a natureza dos estudos

O que é um estudo, quantas formas dele existem e por mandado de quem deve ser feito.

Um estudo é uma associação de mestres e escolares feita num determinado lugar com a vontade e a intenção de aprender os saberes. E dele existem duas modalidades: uma é a que chamam 'estudo geral', onde há mestres das artes, assim como de gramática, de lógica, de retórica, de aritmética, de geometria e de astrologia, e outrossim em que há mestres de decretos e senhores de leis (mestres de direito civil); este estudo deve ser estabelecido por mandado de papa, de imperador ou de rei.

A segunda modalidade é a que chamam "estudo particular", quer dizer quando um mestre ensina em alguma cidade, apartadamente, a poucos escolares.

E este pode mandá-lo fazer o prelado ou conselho de qualquer lugar.

AFONSO X, o Sábio. *Las siete Partidas*. [século XII] In: SÁNCHEZ, Maria Guadalupe Pedrero. *História da Idade Média*: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 182.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1. O processo de ruralização se deu devido às constantes invasões e saques nas cidades, acentuando um clima de medo e de insegurança. As invasões "bárbaras" tinham como alvo principal as cidades romanas, onde se concentrava um maior volume de riquezas. Como resultado, muitas famílias migraram para os campos. A falta de mão de obra escrava nos campos também foi um atrativo para muitos trabalhadores, que arrendavam terras na condição de servos.

2. A concentração da população em comunidades rurais reduziu o contingente populacional urbano e, associado à instabilidade causada pelas guerras, colaborou decisivamente para o declínio da atividade comercial e do uso de moedas. As principais atividades passaram a ser a agricultura e a criação de animais para subsistência.

3 Em seu governo, Carlos Magno doou as terras adquiridas nas guerras de Reconquista à nobreza e ao clero, em troca de lealdade. Ele ainda dividiu o território sob seu controle em condados e marcas. Os administradores dessas áreas eram nomeados pelo imperador e fiscalizados por um corpo de funcionários chamados *missi dominici* ("emissários do senhor"). Dessa forma, Carlos Magno podia controlar um vasto território fazendo valer suas leis.

4 Com o aumento da produtividade, os camponeses passaram a produzir um excedente que poderia ser comercializado, valorizando o sistema comercial. Além disso, com maior disponibilidade de alimentos, a população aumentou e parte dos trabalhadores rurais pôde se dedicar a outras atividades. Essa situação favoreceu a dinamização das atividades comerciais, da atividade monetária e, consequentemente, da vida urbana.

5 a) Essas expedições são conhecidas como Cruzadas.

b) Além do interesse de influência da Igreja romana no território dominado pela Igreja ortodoxa, muitos integrantes dos exércitos cruzados eram cavaleiros sem posses, que sonhavam em conquistar terras e riquezas nas guerras contra os muçulmanos. Havia também o interesse na expansão do comércio: negociantes de cidades da península Itálica desejavam conquistar vantagens no comércio de produtos orientais e acesso às rotas comerciais do mar Mediterrâneo, até então dominados pelos muçulmanos.

c) Com as Cruzadas, algumas cidades, principalmente da península Itálica, como Gênova e Veneza, passaram por um marcante desenvolvimento econômico. Com o aumento do fluxo comercial, muitos comerciantes locais enriqueceram prestando serviços, assumindo a liderança no comércio mediterrâneo e dando origem a um novo grupo social. A nobreza, por sua vez, endividou-se e enfraqueceu-se politicamente, abrindo espaço para o crescimento do poder real. Do ponto de vista cultural, afluíram para a Europa cristã não só mercadorias orientais, mas também conhecimentos e valores que revolucionaram a mentalidade europeia.

6 Burgos eram aglomerados urbanos amuralhados, formados principalmente por comerciantes e artesãos, em geral em áreas seguras, próximas aos castelos ou em regiões onde ocorria grande fluxo de mercadores. Muitos burgos eram cidades romanas abandonadas que foram reocupadas, outros eram aglomerados que surgiam nas encruzilhadas de rotas comerciais, nas regiões das feiras ou às margens de rios.

7 As corporações de ofício tinham uma organização fortemente hierarquizada. Eram controladas pelos mestres-artesãos, proprietários das oficinas, das ferramentas, das matérias-primas e do conhecimento técnico necessário à produção. Abaixo de cada mestre-artesão estavam os companheiros ou oficiais jornaleiros, trabalhadores especializados, com ganhos estipulados pelo mestre. Por fim, vinham os aprendizes, que em troca do trabalho recebiam alimentação, alojamento, vestuário e o aprendizado, que lhes possibilitaria eventualmente se transformarem em oficiais e, mediante autorização da corporação do seu ofício, em mestres.

Pratique

8 a) Para o historiador Jacques Le Goff, o que unia os europeus era o sentimento de pertencer à cristandade, isto é, a um mesmo grupo de instituições, crenças e hábitos.

b) As Cruzadas, ao distinguir os cristãos dos "outros", ou seja, dos não cristãos, contribuíram para que se firmasse a percepção de que todos os europeus pertenciam a um mesmo grupo de instituições, de crenças e de hábitos, que constituíam a cristandade.

c) Resposta pessoal. Na entrevista, Le Goff defende que a especificidade cristã de separar os poderes espiritual e temporal impediu a formação de teocracias na Europa, mantendo separadas as atribuições dos chefes religiosos e dos chefes políticos. Foi essa separação entre Estado e Igreja que esteve na base da formação dos Estados laicos modernos e da possibilidade de conceber o poder do governante como emanando da vontade do povo e não de Deus.

d) Embora a resposta seja pessoal, procure estimular o debate de ideias entre seus alunos. Incentive-os a pensar sobre o papel da religião hoje nos diferentes Estados do mundo e nos valores que diferenciam o Ocidente e Oriente. Seria possível levantar a hipótese de que a unidade do Ocidente se define pela presença do "outro" como inimigo, isto é, o Oriente, particularmente, os árabes fundamentalistas. Embora a discussão tenha sido orientada pelo caminho da religião, ela não é o único elemento possível como agregador: pode-se argumentar em defesa do capitalismo, da globalização, da cultura de massa, da sustentabilidade, da educação, etc. como elementos que confeririam unidade ao mundo ocidental. Essa é também uma boa ocasião para ajudá-los a entender que o que somos no presente é produto de uma evolução histórica particular e que outras realidades foram produzidas por percursos históricos diferentes, problematizando as políticas de imposição dos padrões ocidentais ao Oriente.

Analise uma fonte primária

9 a) Procure trabalhar a atividade de forma interdisciplinar com Arte. Oriente a pesquisa dos alunos, indicando *sites* e fazendo uma visita à biblioteca da escola. Caso deseje indicar algum material de pesquisa, uma possibilidade é o primeiro episódio da série *Os Normandos* (*The Normans*, direção de Charles Colville, Robin Dashwood e Fatima Salaria, 2010), documentário da BBC que pode ser encontrado e assistido em *sites*. Outra opção é o documentário *A arte viking* (*Viking Art*, direção de David Briggs, 2013), também

produzido pela BBC e disponível em *sites*. Aproveite o momento para discutir também o estereótipo da civilização *viking* presente em filmes, séries, quadrinhos e no imaginário popular. Para isso, sugere-se a leitura dos artigos:

LANGER, Johnni. Metodologia para análise de estereótipos em filmes históricos. *Revista História Hoje*. São Paulo, n. 5, 2004. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=16>. Acesso em: 9 fev. 2016.

______. Os *vikings* e o estereótipo do bárbaro no ensino de História. *História & Ensino*. Londrina, v. 8, p. 85-98, out. 2002. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12231/10728>. Acesso em: 9 fev. 2016.

b) São peças da cultura *viking* as mostradas nas figuras 1 e 3. A figura 1 mostra um broche de prata, decorado com figuras de animais e seres humanos. O objeto decorativo foi encontrado na Suíça. Os *vikings* foram grandes metalúrgicos, produzindo muitos objetos ricamente ornamentados com ouro, prata e bronze, especialmente armas, dado que eram guerreiros. Suas armas eram conhecidas por sua qualidade, especialmente espadas (como o detalhe mostrado na figura 3, o punho de uma espada de ferro, provavelmente produzida no século IX e encontrada na Dinamarca, uma das regiões em que a presença *viking* foi mais marcante), lanças e machados de combate, embora também usassem facas próprias para a guerra e arcos e flechas. Quanto mais rica a decoração de uma espada *viking*, maior a posição do guerreiro que a empunhava. Os *vikings* faziam uso frequente de imagens de animais estilizados, em geral em movimentos vigorosos (correndo, agarrando e saltando). Usavam também motivos geométricos, como espirais e círculos concêntricos e desenhos entrelaçados que lembram o formato dos *pretzels*. Os *vikings* não faziam figuras realistas, como a mostrada na figura 5. Muitos objetos artísticos *vikings* recebiam inscrições em escrita rúnica, mas era pouco comum o uso de pedras incrustadas, como na figura 2.

Articule passado e presente

10 a) A bancada evangélica não deseja que o novo Código Penal tipifique a homofobia como crime, como vem sendo proposto por um projeto de lei.

b) De acordo com o que foi estudado, as democracias ocidentais se constituíram a partir da separação entre poderes temporais e espirituais. Ainda que a Igreja tivesse ascendência sobre reis e príncipes, cabia somente a eles o governo de seus países, não tendo os chefes espirituais poder efetivo de decisão nos Estados europeus. No entanto, pode-se destacar que essa separação é uma construção histórica e que, portanto, ainda está sendo construída. No caso do Brasil, as articulações e interesses da Igreja católica e do Estado foram sempre um aspecto central da formação do país.

c) Embora a resposta seja pessoal, é possível ponderar que a atuação de qualquer bloco político relacionado a qualquer fundamento religioso representa sempre um risco à laicidade do Estado, isto é, ao princípio de não interferência religiosa nos assuntos do Estado. Não deixe de lembrá-los de que o Brasil é um país constituído por uma diversidade religiosa (católicos, evangélicos, judeus, candomblecistas, umbandistas, muçulmanos, budistas, etc.) e que conta também com indivíduos que não seguem nenhuma religião (agnósticos) e ateus. Questione-os sobre como o Estado pode atender a todos os cidadãos, com suas diferentes crenças e demandas, se utilizar como critério para legislar uma única orientação religiosa.

d) Resposta pessoal. Trata-se de uma questão polêmica, em virtude da necessidade de tolerância e respeito às opções religiosas de cada aluno. Proponha um debate aberto, mas evite a polarização entre evangélicos e não evangélicos, colocando a questão sobre a interferência de qualquer religião nos assuntos do Congresso. Nessa perspectiva, é possível apontar que os fundamentos específicos de uma religião não podem orientar os princípios de um Estado que deve organizar a vida social e econômica de um país com enorme diversidade religiosa e cultural.

Reprodução/Museu de Arte de Berna, Suíça

Capítulo 9

Cultura, economia e sociedade medieval

Por que estudar cultura, economia e sociedade medieval?

- Apresenta o processo de formação de um sistema socioeconômico, o feudalismo, cujos desdobramentos e transformações levaram ao desenvolvimento do sistema capitalista.
- Possibilita uma reflexão sobre a alteridade, por intermédio de uma cultura distinta e, em certos sentidos, oposta à cultura contemporânea.
- Oferece uma reflexão sobre as relações de poder que possibilitaram o domínio de determinadas instituições sobre a maior parte da população.

Objetivos

- Os alunos deverão perceber a importância dos sistemas simbólicos e das representações na constituição de relações de poder entre a Igreja Católica e a sociedade medieval.
- Os alunos deverão compreender as relações dinâmicas entre o modo de produção feudal, as estruturas sociais e a criação cultural.
- Os alunos irão trabalhar especialmente com os conceitos de relações sociais, cultura, feudalismo e arte trovadoresca.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas à identificação de diferentes processos de produção de riquezas e suas implicações socioespaciais.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: a reflexão sobre o papel da universidade nos dias atuais pode ser encaminhada com uma roda de conversa sobre o que os alunos sabem e o que pensam a respeito dessa instituição, suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Depois, é possível debater com a classe as transformações sociais vividas pelas instituições ao longo da História, identificando as mudanças na escola, nos centros culturais, nas redes de transporte, enfim, no espaço urbano como um todo. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Europa, Oriente Médio e China, entre os séculos V e XV.
- Tema central: a formação de uma cultura específica da Alta Idade Média europeia, marcada pelo poder espiritual e religioso da Igreja católica e pelas diversas influências que moldaram a nova sociedade; a parte final do capítulo apresenta uma análise dinâmica cultural da Baixa Idade Média, isto é, o longo processo de desagregação do feudalismo.
- Conceitos e categorias explicativas: retomar a ideia de que os termos utilizados para se referir a processos e períodos históricos são construções conceituais de especialistas e, portanto, variam com a passagem do tempo e com as transformações sociais.
- Boxe *Para saber mais*: é retomado o tema da mulher, já discutido no boxe *Para saber mais* do capítulo 3, sobre a condição da mulher no Antigo Oriente e no boxe *Leituras* do capítulo 5, sobre as mulheres gregas.
- Boxe *Leituras*: um texto do historiador francês Jacques Le Goff sobre o papel do “purgatório” na formação do pensamento medieval contribui para a compreensão da importância da Igreja na vida social europeia. Finalmente, o mapa das universidades no continente explicita o florescimento de um tipo de conhecimento que deu origem ao pensamento científico e às práticas de pesquisa e investigação que se fortaleceram, principalmente, a partir do século XIX.
- Item 5, *Na contramão da Europa feudal*: análise dos povos não europeus, como os chineses e os árabes, no mesmo período cronológico que conhecemos como Idade Média. Destaque que essa abordagem procura romper o eurocentrismo do ensino de História e revelar, para os alunos, modos de vida, organizações sociais e conhecimentos tecnológicos que ocorriam simultaneamente, em outras partes do globo, e que não dependiam dos acontecimentos vividos na Europa.
- Seção *Pontos de vista*: sistematiza as principais ideias do historiador francês Jacques Le Goff, numa seção dedicada a apresentar os fundamentos do pensamento historiográfico.

Imagens do capítulo

Iluminuras e miniaturas: a atividade de leitura de imagens do capítulo anterior pode ser retomada e aprofundada neste capítulo, visto que se trata do mesmo tipo de arte figurativa.

Abordagens interdisciplinares

- **Literatura**: pode-se estudar a poesia trovadoresca da literatura portuguesa (cantigas de amor, de amigo, de escárnio e de maldizer). Além disso, seria oportuno explorar proximidades das cantigas trovadorescas com a literatura de cordel e com outras tradições do folclore nacional que remetem a heranças medievais.

Conheça mais

Sugestões de leitura

DUBY, G. (Org.). *História da vida privada, 2*: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O segundo volume da *História da vida privada* apresenta capítulos de diferentes autores sobre o cotidiano e as instituições da Europa medieval, no contexto que se estende do ano mil à Renascença.

FRANCO JR., H. *A Eva barbada*: ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Edusp, 1996. O livro, constituído por uma série de ensaios, apresenta uma abordagem inovadora do imaginário medieval, tratando de mitos, crenças populares,

tradições folclóricas e sistemas simbólicos presentes nas manifestações religiosas da Idade Média.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. Le Goff analisa o papel do intelectual medieval, que surge ligado à cidade e ao trabalho universitário.

MACEDO, J. R. *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. O livro traça uma história sociocultural do riso na Idade Média que, tomado a partir de diversas perspectivas, revela formas de resistência à sociedade medieval.

MELLO, J. R. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992. A obra analisa de que forma o cotidiano era representado no imaginário do homem da Idade Média, a partir de lendas e mitos medievais.

Filmes

Giordano Bruno. Direção de Giuliano Montaldo. França/Itália, 1973. (123 min)

O corcunda de Notre Dame. Direção de Michael Tuchner. Estados Unidos, 1982. (102 min)

O nome da rosa. Direção de Jean-Jacques Annaud. Alemanha/França/Itália, 1986. (130 min)

Sites

Museu de Arte Medieval. Disponível em: <www.newyorkcarver.com/museum.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016. Portal que dá acesso ao acervo de museus e bibliotecas do mundo. É possível acessar imagens de arte sacra, mosaicos, vitrais, peças de vestuário, livros, bem como documentos e manuscritos da Idade Média. Em inglês.

Museu de Cluny – Museu Nacional da Idade Média. Disponível em: <www.musee-moyenage.fr>. Acesso em: 15 abr. 2016. Este museu preserva o acervo medieval mais importante da França. O *site* disponibiliza imagens do Castelo de Cluny, onde o museu está instalado, bem como de peças do acervo (vestuários, armas e moedas, etc). Em inglês e francês.

Textos de apoio

1 Cerimônias rituais

Desde a Alta Idade Média, a Igreja empreendeu longo combate contra as cerimônias rituais herdadas do paganismo, especialmente aquelas realizadas na passagem do ano, em que os leigos, recorrendo ao uso de máscaras de cervos, cabras e vacas, amuletos e talismãs com propriedades mágicas, metamorfoseavam-se em animais ou assumiam traços femininos, entregando-se a danças, cantos e alaridos ensurdecedores [...]. Tais manifestações subsistiram no decorrer dos séculos, podendo ser observadas na Inglaterra, em meados do século XIII, nas comemorações camponesas em homenagem ao advento da primavera, as festas de maio, conhecidas pelos nomes *May-day*, *May-game* ou *May-pole*; nas encenações de combates rituais entre mouros e cristãos, conhecidas por *Morris Dance*; nas encenações de combate de São Jorge contra o dragão; ou no baile das espadas, chamado *Sword Dance*, cujo encerramento comportava diversas formas de danças rituais.

MACEDO, J. R. Riso, *cultura e sociedade na Idade Média*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 208.

2 Cultura da burguesia

No começo, quando a falta de educação artística obrigava os novos-ricos a adotar o gosto das classes dominantes tradicionais e mais tarde quando os mercadores [...] se tornaram cada vez mais desejosos de ingressar na nobreza, suprimir as distâncias entre a antiga aristocracia e a nova que eles queriam constituir, as tendências artísticas burguesas não se distinguiram das da nobreza e da Igreja. Para tornar-se nobre, afirmou-se, o melhor meio era, antes de mais nada, adotar o "gênero de vida" nobre. Que domínio, melhor que o da literatura e da arte, oferecia aos mercadores o ensejo para essa assimilação? Foi aí que eles logo puderam imitar as maneiras nobres. Sabemos que Gênova foi "o centro de difusão da poesia provençal na Itália". Membros das maiores famílias de mercadores genoveses – um Calega Panzano, um Luccheto Gattilusio – cantam e rimam em provençal, naquele *dolce stil nuovo* no qual se reconheceu uma das formas mais aristocráticas, mais requintadas e mais "estetas" da poesia. Um negociante veneziano, Bartolomeo Zorzi, aprisionado em Gênova, dedica uma parte de seus lazeres forçados a justas poéticas com o genovês Bonifacio Calvo.

LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 116.

③ O poder da Igreja medieval

No princípio da Idade Média, o empréstimo de dinheiro a juros era proibido por uma Potência, cuja palavra constituía lei para toda a Cristantade. Essa potência era a Igreja. Emprestar a juros, dizia ela, era usura, e a usura era PECADO. A palavra vai em letras maiúsculas porque assim era considerado qualquer pronunciamento da Igreja naquela época. E um pronunciamento que ameaçasse com a danação eterna aqueles que a violavam tinha particular importância.

[...] A Igreja ensinava que havia o certo e o errado em todas as atividades do homem. O padrão do que era certo ou errado na atividade religiosa não diferia das demais atividades sociais, ou, mais importante ainda, do padrão das atividades econômicas. As regras da Igreja sobre o bem e o mal aplicavam-se a todos os setores, igualmente.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. São Paulo: LTC, 2010. p. 45-46.

④ A Igreja e as heresias

Embora a Igreja se satisfaça com um julgamento sacerdotal e não realize execuções sangrentas, ela deve recorrer às leis seculares e pedir ajuda aos príncipes para que o temor de um suplício temporal obrigue os homens a utilizar o remédio espiritual. Desse modo, como os heréticos fizeram grandes progressos, ensinando erros e se esforçando em perverter os simples, nós os excomungamos, bem como a seus protetores. Nós proibimos a todos de ter qualquer relação com eles.

FALBEL, Nachman. *Heresias medievais*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 48.

⑤ O rei da cristandade

O nosso dever é, com o auxílio da divina piedade, defender por toda parte com as armas a Santa Igreja de Cristo, tanto das incursões dos pagãos como das devastações dos infiéis e fortificá-la no exterior e no interior pela profissão da fé católica. É vosso dever, Santíssimo Padre, levantar as mãos para Deus, como Moisés, para auxiliar o nosso exército de maneira que, por vossa intercessão e pela vontade e graça de Deus, o povo cristão obtenha para sempre a vitória sobre os inimigos do Seu Santo nome, e o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo seja glorificado em todo o mundo.

CARLOS MAGNO. *Epistolae ad Leonem III Papam* [796]. In: SÁNCHEZ, Maria Guadalupe Pedrero. *História da Idade Média*: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 69-70.

⑥ A sagração do Cavaleiro no século XII

Empunhando Durendal, a cortante,
O Rei tirou-a da bainha, enxugou-lhe a lâmina,
Depois cingiu-a em seu sobrinho Rolando
E então o papa a benzeu.
O Rei disse-lhe docemente, rindo:
“Cinjo-te com ela, desejando
Que Deus te dê coragem e ousadia,
Força, vigor e grande bravura
E grande vitória sobre os Infiéis.”
E Rolando diz, o coração em júbilo:
“Deus me conceda, pelo seu digno comando”.
Agora que o Rei cingiu a lâmina de aço,
O duque Naimes vai se ajoelhar
E calçar em Rolando sua espora direita.
A esquerda cabe ao bom dinamarquês Ogier.

DUBY, George. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 13.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1 Durante a Idade Média, a vida das pessoas na Europa ocidental era afetada pelo poder da Igreja tanto no plano espiritual quanto no material. O clero inculcava nos fiéis a ideia de que era preciso subordinar-se aos senhores, tanto os espirituais (os próprios religiosos), protetores das almas, quanto os senhores feudais (nobres), que protegiam os corpos. A Igreja determinava ainda o ritmo do tempo, marcado pelos momentos de trabalho e de ócio, das festas, dos períodos de jejum, das atividades profanas e daquelas dedicadas ao sagrado, etc., dando ritmo ao cotidiano do mundo do trabalho e da produção material, artística e intelectual. O seu poder era também temporal, uma vez que ela se tornou grande proprietária de terras e estabeleceu fortes vínculos com a estrutura feudal.

2 A Inquisição medieval também perseguiu judeus e pessoas acusadas de bruxaria.

3 Santo Agostinho é considerado teocêntrico porque ele coloca Deus no centro da sua compreensão do universo. Para ele, “a fé precede a razão”, portanto a onisciência de Deus tornaria o homem um ser predestinado à salvação ou à condenação.

4 Durante a Baixa Idade Média, a dinamização da atividade comercial favoreceu o desenvolvimento de centros urbanos, para onde afluíam não só negociantes com mercadorias vindos de terras próximas e distantes, como também pessoas de origens diversas, que carregavam consigo conhecimentos técnicos e informações novas. Nesses centros, a troca de saberes e o estímulo à reflexão possibilitaram a criação de associações de professores e estudantes, que deram origem às universidades.

5 Enquanto Santo Agostinho baseava-se nas reflexões de Platão, São Tomás de Aquino tomava Aristóteles como base para a construção de sua obra filosófica. Santo Agostinho considerava que o destino humano estava totalmente submetido à vontade divina e entendia que a fé precedia a razão, ao passo que São Tomás de Aquino reconhecia que o homem estava preparado para ser senhor de seu destino, sendo capaz de modificá-lo em função de seu esforço, tentando conciliar fé e razão.

Pratique

6 a) Durante a Idade Média, os livros eram feitos à mão, um a um. Tratava-se de um trabalho artesanal minucioso, que poderia levar muitos anos. As obras originais, manuscritas, eram raridades, guardadas a sete chaves, geralmente em mosteiros.

b) Não; de acordo com o trecho, a Idade Média não se caracterizou pelo obscurantismo e imobilidade intelectual. O trecho apresenta ao leitor um cenário dinâmico, com estudiosos viajando de uma parte para outra da Europa, livros sendo trocados pelos mosteiros e letrados europeus entrando em contato com textos de diferentes línguas, produzidos por homens de outros tempos e lugares.

c) No trecho “Malaquias explicou-lhe o que lhe dissera o Abade, que o monge pedia ao bibliotecário a obra para a consulta e este iria buscá-la na biblioteca superior, se a requisição fosse justa e pia.”, percebemos que a Igreja tinha controle sobre o conhecimento que circulava dentro e fora dos mosteiros, e determinava quais informações poderiam ser difundidas e quais deveriam ser mantidas em segredo.

Retome

7 Durante a Idade Média, a economia feudal caracterizou-se pela baixa produtividade e pelo enfraquecimento da atividade comercial e do uso corrente da moeda. Os feudos eram geralmente autossuficientes e produziam apenas o necessário para o consumo de seus habitantes, que obtinham muitos dos bens de que necessitavam por meio de trocas.

8 Ao longo da Alta Idade Média, generalizou-se pela Europa a prática dos reis concederem algum tipo de benefício (por exemplo, a doação de partes de seus domínios) a nobres de sua confiança, em troca de receberem deles apoio militar nas guerras. Porém, essa nobreza feudal, que gozava de autonomia administrativa, jurídica e militar sobre as terras recebidas, logo passou a rivalizar em poder com os próprios reis. Incapazes de controlar a nobreza, os reis tornaram-se autoridades simbólicas. Na prática, seus domínios eram governados segundo a vontade e os interesses dos senhores feudais.

9

Pratique

10 a) De acordo com Jérôme Baschet, por muito tempo considerou-se que a servidão foi o sistema de trabalho que predominou na Europa da Idade Média, mas hoje se sabe que ela não foi homogênea, assumiu diferentes feições em cada região da Europa ocidental e coexistiu com outras formas de exploração do trabalho.

b) O escravo era uma propriedade do senhor, como o gado. O servo, diferentemente, não pertencia a um senhor, embora não gozasse de plena liberdade, pois estava sujeito a obrigações que a limitavam.

c) Para o historiador, três obrigações principais limitavam a liberdade do servo: a *chevage* ou captação (tributo pelo qual alguém se resgata do cativeiro), a *mainmorte* (a incapacidade à propriedade plena de um patrimônio e que impõe o confisco pelo senhor de parte da herança transmitida pelo servo) e a *formariage* (taxa paga quando do casamento e que manifesta a limitação da liberdade matrimonial).

Todas elas deixavam claro que o servo não gozava de autonomia completa e que havia esferas de sua vida que eram controladas pelo senhor. A corveia também era uma obrigação importante, mas recaía igualmente sobre camponeses livres.

d) O texto do *site* afirma que a totalidade dos trabalhadores agrícolas foi submetida à servidão, o que não procede para Jérôme Baschet. O historiador francês deixa claro que a servidão foi um dos muitos sistemas que coexistiram na Idade Média e que os servos não formaram a maioria dos camponeses. Além disso, o autor do texto do *site* estabelece uma relação direta de causa e efeito entre a fuga da população romana urbana para o campo e sua submissão à servidão, enquanto Baschet insiste em que a servidão foi tomando forma muito lentamente ao longo da Idade Média, em decorrência de uma corrosão das fronteiras entre escravidão e liberdade.

11 a) O comportamento dos jovens nas cidades medievais era violento e insubordinado. Os jovens reuniam-se em bandos e durante a noite cometiam diversos tipos de crime, como estupros coletivos e badernas. Caso a polícia tentasse contê-los, reagiam e não se rendiam à autoridade da Comuna.

b) As autoridades buscavam controlar os jovens, primeiro reprimindo suas ações violentas. A partir da segunda metade do século XIII, foram criados os primeiros textos regulamentares das Comunas a fim de controlar os comportamentos dos jovens e pacificar as cidades.

c) Resposta pessoal. O objetivo da atividade é propiciar uma reflexão sobre as experiências de jovens urbanos, a partir das representações produzidas pela imprensa. Espera-se que a pesquisa acesse um conjunto variado de artigos e reportagens sobre práticas sociais contemporâneas, como os bailes *funks*, as diferentes "tribos" urbanas, as ONGs ligadas ao meio ambiente (geralmente, com participação predominante de jovens) e as diversas formas de entretenimento que reúnem os jovens (como casas de *show*, praças, locais para dançar ou se conhecer). Também devem surgir notícias e reflexões sobre a violência de que são vítimas os jovens das periferias das grandes cidades e sobre a violência praticada por grupos armados (ligados ou não ao tráfico) e grupos de neonazistas. Instrua os alunos para identificarem elementos recorrentes entre as notícias. A seguir, oriente-os a separar as notícias encontradas entre aquelas que traçam um perfil positivo do jovem e aquelas que o representam como ameaça. Algumas perguntas que podem nortear a reflexão e a análise das notícias são: Quando o jovem é mostrado de maneira positiva? Quando a imagem é negativa? Todos os jovens (do sexo masculino ou feminino, ricos ou pobres, brancos ou negros, etc.) são tratados da mesma forma ou é feita alguma distinção entre eles? Que adjetivos são empregados para se fazer referência aos jovens?

d) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos reflitam sobre a diversidade no tratamento oferecido aos jovens no mundo contemporâneo. Em linhas gerais, pode-se apontar que os jovens pobres, moradores das periferias, são atingidos por práticas violentas do Estado, especialmente, por meio da ação da polícia, mas também por terem suas expressões culturais estigmatizadas e excluídas do circuito cultural da cidade. Os jovens de outras classes sociais podem não sofrer essa violência, no entanto também são alvo de mecanismos de controle que procuram conduzi-los a aceitar os valores sociais predominantes, especialmente a ideologia do trabalho, e que tendem a definir e exigir padrões de comportamento e moralidade.

e) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos reconheçam que a imprensa produz um determinado ponto de vista sobre a juventude e não uma visão objetiva e fiel. Isso pode ser colocado em debate, tendo em vista a própria realidade dos alunos e de sua comunidade. Afinal, raramente os grandes meios de comunicação conseguem apresentar as especificidades locais e tendem a produzir sínteses generalizadoras sobre a juventude.

Analise uma fonte primária

12 a) A cidade de Gênova, na representação, se organiza em torno do porto.

b) O farol era fundamental para garantir segurança à navegação fluvial e, portanto, garantir que as mercadorias negociadas entrassem e saíssem com segurança da cidade. Além disso, as torres altas do farol também serviam para identificar a chegada de navios inimigos pelo mar Mediterrâneo.

c) A imagem sugere que Gênova era uma cidade segura, protegida por muralhas, torres e fortalezas estrategicamente posicionadas, além do farol que permitia a vigilância do mar.

d) Na cidade chamam a atenção o porto, as fortalezas e as igrejas.

e) É possível inferir que os grupos sociais que detinham poder em Gênova eram comerciantes, clérigos e nobres.

Articule passado e presente

13 a) Com o processo de expansão urbana e comercial, as antigas escolas monásticas e as catedrais, dedicadas basicamente ao estudo de textos religiosos, transformaram-se em centros de estudos mais amplos. Constituída principalmente de membros da Igreja, a comunidade de alunos e professores passou a receber também representantes da nobreza e dos novos grupos sociais emergentes das cidades. Nas universidades, o aluno desenvolvia estudos iniciais de Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, As-

tronomia e Música. Depois, o aluno era encaminhado para as "artes liberais", quando se preparava para exercer um ofício, ou então se especializava nas áreas de Teologia, Medicina ou Direito. As primeiras universidades surgiram com base nessa estrutura e se dedicavam a um estudo universal, como o próprio nome da instituição sugere.

b) A universidade continua sendo um lugar de transmissão de conhecimento, mas principalmente de pesquisa e produção de novos saberes e tecnologias. Ainda hoje, a universidade é palco de debates importantes, mas, em um cenário democrático, hoje há um diálogo maior entre a universidade e outros setores da sociedade.

c) Segundo o artigo, a criação de cursos em língua estrangeira fortaleceria o papel da universidade, visto que a presença de mais alunos estrangeiros ampliaria os vínculos da USP com as redes mundiais de pesquisa, ampliando o intercâmbio de conhecimento e enraizando sua boa reputação em solo estrangeiro.

d) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno seja capaz de considerar as mudanças históricas do papel das universidades, levando em conta também as mudanças sociais e econômicas entre o tempo presente e as sociedades europeias na Idade Média. Assim, pode-se reconhecer que as universidades atuais recebem estudantes e professores de diversas classes sociais e não apenas os filhos das elites. Nas últimas décadas, políticas públicas de acesso à educação superior (adoção do sistema de cotas, concessão de bolsas de estudo custeadas pelo Estado, multiplicação dos centros universitários federais, etc.) promoveram o aumento do ingresso de jovens oriundos das camadas populares nas universidades, democratizando-as. No entanto, é preciso também considerar que o número reduzido de vagas para um número elevado de interessados restringe o ingresso nas universidades, especialmente as públicas e mais concorridas, aos indivíduos que tenham tido condições de investimento na preparação técnica para os vestibulares, por meio dos cursos de preparação. Esse processo reforça, em linhas gerais, o ingresso de candidatos oriundos dos setores mais ricos da sociedade, o que permitiria dizer que a universidade ainda pode ser considerada uma instituição elitizada no Brasil.

Capítulo 10

O mundo às vésperas do século XVI

Por que estudar o mundo às vésperas do século XVI?

- Proporciona o entendimento da formação do Estado moderno ocidental, base dos Estados nacionais contemporâneos.
- Possibilita uma reflexão sobre a desigualdade social e as relações de poder que garantem a expropriação de parcelas significativas da população.
- Apresenta diferentes sistemas políticos e organizações sociais constituídas simultaneamente, mas em diversas partes do planeta.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar as condições políticas e econômicas que conduziram à formação das monarquias europeias.
- Os alunos deverão compreender a diversidade de formações políticas em diferentes regiões do planeta.
- Os alunos irão trabalhar especialmente com os conceitos de monarquia, Estado moderno, permanência e mudança, legitimidade política.
- Os alunos irão desenvolver habilidades para avaliar criticamente conflitos políticos e sociais ao longo da História, bem como analisar a formação e a dinâmica dos Estados modernos na constituição da ordem política e territorial.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: indagações sobre o caráter representativo dos atuais governantes, especialmente nos países ocidentais, onde há processos eleitorais consolidados e que, supostamente, deveriam garantir direitos aos diversos grupos sociais. Desse modo, sugerimos, no decorrer do estudo da formação das monarquias centralizadas europeias, uma discussão sobre o conceito de legitimidade e as circunstâncias em que um regime político busca sua afirmação. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Europa, África e Ásia, no período que compreende os séculos XIV e XV.
- Tema central: a formação das monarquias europeias, tendo em vista o entendimento da constituição dos Estados absolutistas e a centralização do poder, aspectos centrais para o processo de expansão marítima que se iniciou em meados do século XV.
- O caso do Estado português: os alunos podem ser incentivados a elaborar hipóteses antes da leitura do texto referente a esse assunto, com base no que compreenderam dos casos francês e inglês. Poderão também comparar esses casos com aqueles ocorridos em outras regiões, configurando-se o conceito de monarquia em uma perspectiva sociológica, e, simultaneamente, localizando os acontecimentos e dando ao mesmo um sentido histórico.
- Na terceira parte do capítulo, *O Mundo não europeu antes de 1500*, apresenta-se um quadro mundial, às vésperas de 1500, abordando a Ásia, a América e a África. Evita-se assim, alimentar uma concepção eurocêntrica que ressalta tão somente o estudo da Europa, desconsiderando os povos de outras regiões.
- Boxe *Construindo conceitos*: os conceitos de permanência e mudança podem ser estudados a partir de diversos exemplos já trabalhados ao longo do livro, como a permanência da propriedade da terra e do trabalho de escravos e servos, da importância da agricultura e do pastoreio para a subsistência humana, em contrapartida com as transformações políticas mais dinâmicas na formação e crise do Império Romano ou do reino dos francos.
- Cultura juvenil: a partir dos boxes *Leituras: E a fome também se fazia presente* e *Vivendo naquele tempo*, os alunos podem ser incentivados a refletir sobre a desigualdade social contemporânea e discutir formas práticas de combatê-la por meio de organizações coletivas e de ações sociais.
- Finalização do capítulo e do livro: seria oportuno integrar o capítulo ao que virá no próximo volume e, portanto, no próximo ano escolar, apresentando de forma breve e introdutória para os alunos os desdobramentos europeus das crises do século XIV, isto é, a Expansão Ultramarina, tendo Portugal e Espanha à frente. No livro de Jérôme Baschet encontram-se subsídios para essa discussão. Reproduzimos a seguir um trecho:

> Em tal esquema historiográfico, a crise deveria gerar um novo sistema, característico dos Tempos Modernos e marcado pela afirmação do Estado e do capitalismo. Seria preciso concluir, a partir disso, que a Conquista e a colonização do Novo Mundo seriam o efeito dinâmico desses novos tempos, separados da Idade Média pela grande ruptura do Renascimento. No entanto, a perspectiva muda claramente se se reduz o alcance da crise da Baixa Idade Média, nuançando-a e considerando que nada permite ver nela a crise final do feudalismo. Como já se viu, a sociedade da Baixa Idade Média continua caracterizada pelas mesmas estruturas fundamentais de dois séculos antes. Encontram-se nela os mesmos grupos dominantes principais e os mesmos grupos dominados: a Igreja continua sendo a instituição hegemônica, enquanto prosseguem o desenvolvimento do mundo urbano e o reforço dos poderes monárquicos. O balanço estabelecido por Robert Fossier é inapelável: "Na história da sociedade, nenhuma novidade fundamental separa a Baixa Idade Média dos séculos XII ou XIII"; o que a caracteriza é somente a "aceleração de movimentos esboçados muito mais cedo". Existe, então, uma continuidade entre o desenvolvimento da Idade Média Central e a dinâmica reencontrada do

fim da Idade Média, de modo que o elã que conduz à conquista das Américas é fundamentalmente o mesmo que aquele que vemos em marcha desde o século XI. A colonização ultra-atlântica não é o resultado de um mundo novo, nascido sobre o húmus em que se decompõe uma Idade Média agonizante. Para além das transformações, das crises e dos obstáculos, é a sociedade feudal, prosseguindo a trajetória observada desde a aurora do segundo milênio, que empurra a Europa para o mar.

BASCHET, J. *A civilização feudal*: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. p. 247.

Imagens do capítulo

Representações de Joana d'Arc: as imagens reproduzidas na página possibilitam uma comparação com as representações cinematográficas desta personagem francesa. Pode-se, por exemplo, sugerir aos alunos que assistam a alguns dos filmes indicados logo abaixo (seção *Conheça mais*) e identifiquem como Joana d'Arc é representada: como uma santa enviada por Deus, uma guerreira nacionalista ou uma mulher perturbada por visões religiosas.

Abordagem interdisciplinar

- **Biologia:** estudar a peste negra ou a peste bubônica do século XIV, pesquisando suas características epidêmicas, seu histórico e o quadro social e urbano do período.

Conheça mais

Sugestões de leitura

COSTA e SILVA, A. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. São Paulo: Nova Fronteira, 2006. Delineando um amplo panorama do continente africano desde a Pré-História até o contexto que antecede o desembarque dos portugueses, o autor discorre acerca de uma multiplicidade de povos e etnias da África negra apontando os seus mais variados aspectos culturais, religiosos, políticos, sociais e econômicos.

FUENTES, C. *O espelho enterrado*: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 2001. O livro, baseado numa série de televisão escrita e apresentada por Fuentes, aborda o "jogo de reflexos" que constitui a construção da identidade hispano-americana.

LEHMANN, Henri. *As civilizações pré-colombianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. A obra traça um painel das principais civilizações da América pré-colombiana.

MOLLAT, M. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. O livro analisa o lugar do pobre na sociedade medieval, expondo as circunstâncias sociais, econômicas e políticas, bem como a atitude mental destes sujeitos e dessa sociedade.

WOLFF, P. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. A obra analisa a passagem da Idade Média para a Renascença, a partir dos dilemas e reflexões dos intelectuais que viveram o período.

Filmes

Henrique V. Direção de Kenneth Branagh. Inglaterra, 1989. (135 min)

Joana D'Arc. Direção de Victor Fleming. Estados Unidos, 1948 (145 min)

Joana D'Arc de Luc Besson. Direção de Luc Besson. Estados Unidos, 1999. (155 min)

O martírio de Joana D'Arc. Direção de Carl Theodor Dreyer. França, 1928. (82 min)

O processo de Joana D'Arc. Direção de Robert Bresson. França, 1962. (65 min)

Sites

Joana D'Arc. Disponível em: <www.jeanne-darc.dk>. Acesso em: 15 abr. 2016. Portal com informações sobre a Guerra dos Cem Anos, a formação dos Estados Nacionais – especialmente a França e a Inglaterra – e a biografia de Joana D'Arc. Há *links* interessantes para outros *sites*, para linhas do tempo e obras de arte relacionadas ao período em questão. Em inglês.

Textos de apoio

1 Uma avaliação dos acontecimentos de 1383-1385

A monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um de seus pontos mais significativos na Revolução de 1383-1385. A partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a "revolta do povo miúdo" no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o Ocidente europeu na mesma época, mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas esmagadas em outros países pelos grandes senhores. O problema da sucessão dinástica confundiu-se com uma guerra de independência, quando o rei de Castela, apoiado pela grande nobreza lusa, entrou em Portugal para assumir a regência do trono. No confronto, firmaram-se ao mesmo tempo a independência portuguesa e a ascensão ao poder da figura central da revolução, dom João, conhecido como Mestre de Avis, filho bastardo do rei Pedro I.

Embora alguns historiadores considerem a Revolução de 1383 uma revolução burguesa, o fato impor-

tante está em que ela reforçou e centralizou o poder monárquico, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis. Em torno dele, foram se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia castrense. Esse é o ponto fundamental na discussão das razões da expansão portuguesa. Isso porque, nas condições da época, era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 22-23.

2 A formação dos Estados nacionais

No princípio do século XIV, a Europa ainda era uma nebulosa de formas indecisas e de futuro incerto. Em 1620, pelo contrário, as divisórias políticas do continente aparecem, se não firmes, pelo menos clarificadas e consolidadas nas suas grandes linhas. Apesar do momentâneo desaparecimento da Polônia no final do século XVIII, da independência da Grécia alguns anos depois e de vários retoques aqui e além, o mapa da Europa não há de ser em 1850 radicalmente diferente do que era na ocasião em que rebentou a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Em resumo, a época do Renascimento, quer dizer, esse grande período de mutação que começou no reinado de Filipe VI de Valois e terminou no de Luís XIII, é aquela em que a Europa se define politicamente, descobrindo, pelo exemplo italiano e pelo jogo de resistência francesa às ambições dos Habsburgos, a regra de ouro do equilíbrio entre potências. O ideal da unidade europeia, realizada sob a autoridade do imperador, foi substituído por uma relação de forças.

DELUMEAU. Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984. v. 1. p. 37.

3 O surgimento dos bancos

Era interesse [dos] comerciantes enfrentar a diversidade de moedas, facilitando sua uniformização e, portanto, os negócios entre pessoas de diferentes regiões. Assim, alguns mercadores passaram a dedicar-se ao câmbio (*cambiare* = trocar), ficando conhecidos por banqueiros, pois as diversas moedas a ser trocadas ficavam expostas em bancas, como outra mercadoria qualquer. Apenas num segundo momento, possivelmente no século XII em Gênova, os banqueiros ampliaram seu leque de atuação, aceitando depósitos reembolsáveis a qualquer momento, fazendo empréstimos, transferindo valores de clientes de uma cidade para outra. Para atrair capitais, pagavam juros sobre os depósitos. Para evitar aos clientes os inconvenientes de transporte de valores até importantes praças comerciais, desenvolveram instrumentos de crédito, protótipos da letra de câmbio e da nota promissória.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A idade Média*: nascimento do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 44.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Construindo conceitos

Espera-se que os alunos pesquisem tanto sobre as instituições políticas brasileiras como a situação política na atualidade. Entre as permanências, é possível citar, por exemplo, o estabelecimento dos três poderes pela Constituição Federal de 1988 ou o processo de redemocratização iniciado em 1985. Ambos apresentam continuidades e permanências visíveis até nossos dias. Entre mudanças de curta duração, eles podem indicar, de modo positivo, conquistas sociais e políticas de grupos LGBT (como o direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo).

Atividades

Retome

1. O grupo social que mais expressava sua oposição à fragmentação política era a burguesia comercial. A centralização política poderia beneficiá-la porque permitiria a unificação de pesos e medidas, facilitando a prática comercial. Além disso, poderiam ser unificadas as leis e extintos os pedágios para atravessar os feudos, barateando os custos das mercadorias e cooperando com os negócios.

2. O rei Filipe II, a pretexto de combater os ingleses que ocupavam o norte da França, criou impostos em todo o terri-

tório francês e organizou um poderoso exército para garantir seu poder monárquico pelo país. Depois de ser usado contra os ingleses, o exército passou a ser mobilizado para garantir a supremacia real sobre as unidades feudais, disciplinando e subjugando interesses particulares.

3 O exército do rei passou a combater as revoltas camponesas e a impor a ordem no reino. Ao mesmo tempo, o rei assegurava a posição da nobreza e garantia a maior parte dos privilégios feudais.

4 Sim. Até o século XIV, o papado havia imposto sua autoridade sobre os reinos cristãos europeus, mas o progressivo aumento do poder real na França estremeceu a relação entre o papa e o monarca, que passou a controlar as atividades e a hierarquia da Igreja, inserindo, inclusive, taxação sobre seus bens e interferindo diretamente em suas decisões. O resultado da disputa de poder entre Filipe, o Belo, e o papa levou ao Cisma do Ocidente, divisão que só terminou no início do século XV.

5 O processo de centralização política na França foi interrompido pela eclosão da Guerra dos Cem Anos (séculos XIV-XV) contra a Inglaterra, que fez com que o monarca precisasse recorrer ao apoio da nobreza, fazendo concessões e garantindo seus privilégios.

6 *Shire* é um termo tradicionalmente usado na Inglaterra para designar uma divisão de terras. No século XI, o rei normando Guilherme, o Conquistador, desenvolveu um eficiente sistema administrativo para a cobrança de impostos, dividindo os condados em *shires*, controlados pela nobreza e fiscalizados por funcionários reais, os *sheriffs*.

7 A Magna Carta, assinada por João Sem-Terra em 1215, impedia o monarca de alterar leis ou modificar impostos sem a concordância do Grande Conselho (nobreza). Assim, o poder real foi fortemente limitado na Inglaterra, retardando o processo de centralização política.

8 Com a invasão islâmica na península Ibérica no século VIII, os cristãos foram empurrados para a região das Astúrias, ao norte. Os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão passaram a se aliar militarmente e, ao longo dos séculos, a se fundir por meio do casamento entre seus governantes com a finalidade de somar forças para combater os mouros e retomar as terras por eles ocupadas, em um movimento conhecido como Reconquista. O processo de Reconquista se estendeu até o século XV, quando Granada caiu, o último reduto muçulmano na península Ibérica. Nessa ocasião, já estavam formados os dois reinos cristãos da região: Portugal, um antigo feudo tornado independente desde o século XII, e Espanha, unificada no século XV com o casamento de Isabel, de Castela, e Fernando, de Aragão.

9 A burguesia mercantil portuguesa se opunha à fusão de Portugal e Castela, que atendia aos interesses da nobreza feudal. Sob a liderança de dom João de Avis, comerciantes e setores populares resistiram à entrega da Coroa portuguesa ao rei de Castela. Vitorioso, dom João foi coroado rei de Portugal. A partir de então, a monarquia aproximou-se da burguesia mercantil, dando início ao bem-sucedido projeto de expansão comercial marítima.

10 Desde o início da expansão do islã, a Índia foi foco de incursões dos exércitos muçulmanos. No final do século XII, o norte do país estava parcialmente ocupado por Estados islâmicos governados por sultões, ao passo que o sul estava dividido em Estados hindus. Em 1526, o Império Mogol, cujos chefes eram muçulmanos, conquistou o principal sultanato indiano estabelecido em Délhi, bem como outros Estados indianos.

11 Os incas utilizavam sistemas de irrigação e "terraços" cultiváveis nas encostas das montanhas andinas, onde a população trabalhava em regime de servidão coletiva. A terra era propriedade do imperador, administrada por funcionários locais (*curacas*), que, em cada aldeia (*ayllu*), determinavam a organização do trabalho, o montante dos impostos destinados ao imperador e a *mita*, trabalho compulsório em obras públicas.

Pratique

12 a) Segundo Weber, o Estado se define por duas características fundamentais: a existência de um aparato administrativo cuja função seria prestar serviços públicos e o monopólio legítimo da força.

b) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno seja capaz de identificar que essa noção de Estado definida por Weber refere-se à noção de Estado moderno e, portanto, nem todas as sociedades possuíam estados com essas características. Por exemplo, o rei, no sistema feudal, não tinha o monopólio da força. Ao contrário, ele dependia da lealdade dos senhores feudais, que controlavam seu exército particular. Verifique se os exemplos usados pelos alunos são procedentes e estimule-os a justificá-los, permitindo que os colegas acompanhem os argumentos.

c) Uma das correntes segue a linha do raciocínio de Weber e afirma que não se pode falar em Estado antes da Idade Moderna; já a segunda corrente defende que a definição de Estado de Weber é muito restritiva e que o conceito pode ser aplicado também a sociedades da Antiguidade. Perceba que pode ser uma boa oportunidade para comentar com os alunos o conceito de anacronismo, muito debatido no campo historiográfico e item essencial da análise histórica.

d) Resposta pessoal. Os alunos devem procurar notícias relacionadas à existência de um aparato administrativo do Estado (serviços públicos de transporte, saúde, educação; regulação de setores da economia, como energia elétrica, política econômica, mercado financeiro; etc.) ou ao chamado monopólio legítimo da força, representado pelo sistema judiciário e pelo sistema policial. Permita que alguns alunos leiam suas notícias aos colegas e peça que discutam a pertinência ou não da matéria com os conceitos de

Max Weber. Lembre-se de que o aprendizado de um conceito se dilata e consolida à medida que o aluno o aplica ou o encontra aplicado em várias e distintas situações.

13 a) A matéria trata dos planos do governo chinês para investir na expansão do comércio do país em regiões distantes.

b) Porque o documento faz referência à imensa riqueza acumulada pela China durante o intenso comércio internacional feito através da Rota da Seda. Para os autores, há uma semelhança histórica com o momento atual da economia chinesa, marcado pelo elevado *superavit* e pelo rápido crescimento das duas últimas décadas.

c) A Rota da Seda foi uma das mais importantes rotas de comércio entre o Ocidente e o Oriente. Os negócios feitos por ela enriqueceram não só o império chinês, mas também mercadores árabes e europeus durante a Idade Média e Moderna. A escolha do nome não foi casual; revela a intenção do governo chinês de criar uma predisposição positiva para seu projeto de estabelecer parcerias com países ocidentais para incrementar os negócios entre Oriente e Ocidente, criando oportunidades de lucros expressivos para os envolvidos.

14 a) Os reinos cristãos foram se fundindo à medida que avançavam sobre os territórios mouros.

b) No século XII é possível identificar uma fragmentação política do território controlado pelos mouros, além da diminuição de seus domínios na península Ibérica.

c) No final do século XV, havia quatro reinos cristãos na península Ibérica: Portugal; Leão e Castela; Aragão e Navarra.

d) Os dois reinos foram unidos por meio do casamento dos reis católicos, Fernando, de Aragão, e Isabel, de Castela, em 1479.

e) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno seja capaz de identificar que, até 1492, o reino de Navarra ainda manteve sua independência, oscilando entre as pressões da monarquia francesa e as tentativas de anexação dos reinos de Castela e Aragão. No entanto, com a unificação da Espanha, em 1492, Navarra torna-se ainda mais frágil diante do grande poderio espanhol. Mergulhados numa crise dinástica, no início do século XVI, esse reino foi conquistado pelo rei Fernando, o Católico, em 1512.

f) No brasão espanhol identificamos os brasões dos reinos que deram origem à Espanha: no quadrante superior esquerdo há o castelo amarelo (Castela), no quadrante superior direito o leão vermelho (Leão), no quadrante inferior esquerdo as barras verticais amarelas e vermelhas (Aragão) e ao seu lado as correntes amarelas (Navarra). Abaixo, a romã representa Granada. Sobre os brasões, unindo-os, vemos a coroa de Aragão, representando a monarquia espanhola. Para contribuir com a análise, comente com os alunos que o escudo com três flores-de-lis douradas, no centro, representa a casa dos Bourbon, dinastia francesa que passou a governar a Espanha em 1700. Ao lado do brasão, encontram-se as colunas de Hércules, que remetem a Ceuta e a Gibraltar.

15 a) Tanto os estados europeus quanto os africanos se organizavam como monarquias. Suas sociedades eram hierarquizadas e os estados contavam com um corpo de funcionários e exército. Nos dois continentes a atividade comercial era importante e alavancava o crescimento e as riquezas de cidades populosas – onde eram construídos palácios, templos, portos e muralhas.

b) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno aponte que hoje não é rara a rotulação preconceituosa de que a África é um continente pobre e atrasado e que se refira às representações produzidas pelos meios de comunicação de massa sobre o continente africano, relacionadas a fome endêmica, guerras intermináveis, epidemias de Aids, vida urbana precária e uma rica fauna e flora, cujas savanas e florestas parecem ser também o principal *habitat* dos africanos. Portanto, pode-se identificar que a percepção atual sobre a África está fortemente marcada por preconceitos e visões distorcidas da complexidade do continente.

Analise uma fonte primária

16 a) Resposta pessoal. Pela imagem, sabemos que as crianças recebiam ordens dos adultos, que estão sempre sentados ou em pé junto aos jovens, falando (identificamos as falas representadas por um pequeno sinal verde que sai da boca dos adultos). Sabemos também que meninos e meninas realizavam tarefas diferentes: os meninos pescavam, transportavam e carregavam cargas, enquanto as meninas cozinhavam e teciam. As crianças astecas estavam submetidas a severos castigos físicos (como nas duas primeiras imagens e na primeira da segunda fileira, em que vemos crianças com lágrimas nos olhos amarradas e expostas à fumaça que sobe de um maço de pimenta queimada). Os pais castigavam seus filhos como método de correção de comportamentos e com a intenção de prepará-los para suportar a dor e a fome e a dominar seus sentimentos e sua vontade.

b) A atividade tem por objetivo problematizar o uso dos castigos corporais como método educativo e conscientizar os jovens sobre seus direitos. Há vários anos psicólogos e pediatras vêm condenando os castigos corporais como método para educar crianças e, desde 2014, a Lei n. 13.010 proíbe que os pais corrijam seus filhos por meio da violência física (a lei pode ser consultada em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm> Acesso em: 15 fev. 2016). Pesquisas têm mostrado que a punição física não é mais eficiente do que outros métodos e está associada ao aumento dos comportamentos

agressivos na infância e a desequilíbrios psicológicos na vida adulta, como depressão, consumo de drogas e álcool, insegurança e baixa autoestima. O número de crianças severamente feridas em decorrência da aplicação de "corretivos" é alto no Brasil, por vezes resultando em óbito.

17 a) Embora a resposta seja pessoal, procure trabalhar a sensibilidade dos alunos e as associações que fazem entre o poema e os conhecimentos que têm da situação dos camponeses na Idade Média. Pode-se identificar um sentimento de indignação e revolta ("Por que nos deixamos maltratar?"), um sentimento de injustiça ("Nós somos homens como eles") e um desejo de união ("Unamo-nos por um juramento...").

b) Os camponeses, principalmente os servos, estavam sujeitos ao cumprimento de várias obrigações, como a talha e a banalidade. Em função delas, boa parte da produção rural acabava sendo apropriada pela nobreza, cujas leis rígidas e punições mantinham os trabalhadores subjugados. A situação destes tendia a ser pior em épocas de carestia, quando a fome e as doenças se disseminavam pelo campo.

c) Na sociedade feudal, os nobres gozavam de privilégios que os distinguiam da massa de trabalhadores. Além disso, eram eles os juízes em suas terras, o que tornava praticamente impossível para um trabalhador do campo apelar à justiça para se defender dos abusos de seus senhores. Nesse contexto, a frase pode ser entendida como um esforço para afirmar a humanidade dos camponeses e, ao mesmo tempo, lembrar que os senhores não eram inatingíveis, mas que também poderiam ser feridos e mortos, se os camponeses se unissem contra eles.

d) Reagir à opressão exigia coragem porque os senhores eram guerreiros bem armados e experientes, que reagiam de maneira violenta contra tudo o que ameaçasse sua autoridade e poder. Numa luta contra seus senhores, camponeses sem armas e sem treinamento estariam em evidente desvantagem.

e) Não, pois foi escrito muito tempo depois da revolta que narra e a partir da visão de um membro do clero.

18 a) Desde o reinado de Filipe Augusto, o rei francês fazia uso de um exército para se impor à nobreza e contava com um corpo de fiscais que percorriam o reino cobrando impostos e impondo as leis e a justiça real sobre as dos nobres locais. Em 1263, a França era regida por Luís IX, que organizou uma rede de tribunais reais e instituiu uma moeda de circulação nacional.

b) O documento impunha ao reino da França uma única moeda, cunhada pelo rei.

c) As ordens reais limitavam o poder dos senhores feudais, pois os impediam de cunhar suas próprias moedas.

d) A medida beneficiava o rei e a burguesia. Ao rei porque lhe dava maior controle sobre toda atividade monetária em seu reino, enquanto, ao mesmo tempo, facilitava também os negócios comerciais da burguesia.

e) A marca exclusiva era o fato de ter de um lado a figura da cruz e do outro a da pile.

f) O documento sugere que o poder real ainda estava se construindo, pois dá a entender que a moeda real não era ainda amplamente aceita e que concorria com outras moedas, cunhadas por outras autoridades que não o monarca.

Articule passado e presente

19 A charge representa os congressistas como bonecos de ventríloquos manipulados pela Associação Nacional do Rifle (NRA) que, por sua vez, é manipulada pela indústria bélica. Com isso, a charge procura denunciar a interferência de grupos econômicos que, por meio de *lobbies*, manobram o Congresso, dificultando a aprovação de medidas federais para o controle da posse de armas nos EUA.

Enem e vestibulares

Enem

1 d

2 d

3 d

4 a

5 c

6 a

7 b

8 b

Vestibulares

9 I e III **10** e **11** e

12 a) A partir do século XI, o mundo medieval europeu passa por transformações, com uma retomada comercial e consequente incremento da vida urbana. As peregrinações religiosas à Terra Santa e o movimento cruzadista de combate aos infiéis trouxeram novamente aos europeus o controle do mar Mediterrâneo e das rotas terrestres que ligavam o Ocidente com o Oriente. É época das feiras medievais, das Hansas e da crescente circulação monetária, em especial nos centros urbanos em crescimento.

b) As corporações de ofício tinham objetivos de proteção dos artesãos sob o controle dos mestres. Evitavam a concorrência e disciplinavam as atividades artesanais, sujeitando os companheiros/jornaleiros e aprendizes.

13 e

14 a

15 c

16 e

17 e

18 b

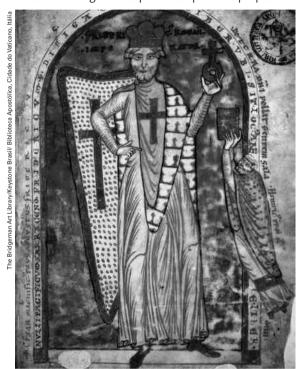
Atividades complementares

+Atividades

Para o Capítulo 8

1 A imagem abaixo é uma pintura de 1188, representando Frederico Barba-Roxa (ou Frederico Barbarossa). Por meio da leitura dessa imagem é possível extrair informações importantes sobre a relação entre os monarcas europeus da Idade Média e a Igreja.

Observe a imagem e responda às questões propostas.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil/ Biblioteca Apostólica, Cidade do Vaticano, Itália

Frederico Barba-Roxa em miniatura do século XII.

a) Faça uma pesquisa para saber quem foi Frederico Barba-Roxa. Quando ele viveu? Que papel desempenhou na História? Que relação tinha com a Igreja?

Frederico I da Germânia (1122-1190), também conhecido por Frederico Barba-Roxa ou Frederico Barbarossa, foi duque da Suábia, na atual Alemanha, além de um respeitado cavaleiro. A Dieta de Franco-Forte elegeu-o imperador do Sacro Império Romano-Germânico e, em 1155, foi coroado pelo papa Adriano IV em Roma. Durante seu governo, envolveu-se seguidamente em diversas batalhas contra as cidades lombardas, que contavam com o apoio papal, o que acabou fazendo-o romper com o papa Alexandre III. Apesar de sua tenacidade, Frederico I foi vencido pelas tropas da Liga Lombarda em Legnano, e teve de assinar a Paz de Veneza em 1177. Porém, só reconheceria a independência das cidades lombardas em 1183, por meio da assinatura da Paz de Constança. Seis anos depois, atendendo ao clamor do novo papa, chefiou a Terceira Cruzada ao lado de Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão, durante a qual morreu afogado em um acidente.

b) Preste atenção na posição das personagens, em seus gestos, caracterização e tamanho. Como a imagem representa o imperador Frederico I?

O imperador é mostrado em posição maior do que a outra personagem, indicando superioridade. O imperador está em pé, de frente para o observador, com o tronco e cabeça eretos, sugerindo altivez e segurança.

c) O que é possível perceber sobre a personagem que está ao lado do imperador?

A personagem ao lado do imperador é menor do que ele, o que sugere estar numa posição hierárquica inferior à do soberano, e parece levitar enquanto lhe estende um livro. Pela tonsura e pelas vestes, sabemos que a personagem é um religioso.

Comente com os alunos que a personagem é Henry of Schäftlarn. Na pintura, ele oferece ao imperador uma cópia manuscrita da *História da Primeira Cruzada*, de Robert de St. Remy.

d) Repare na indumentária do imperador e no objeto que ele carrega. O que significam?

O imperador está vestindo uma indumentária com a cruz, típica dos cruzados. Ele tem na mão um orbe, um globo com uma cruz (*globus cruciger*), símbolo cristão de autoridade desde a Idade Média. A figura do imperador com o orbe significa que ele tem a responsabilidade de garantir o domínio de Cristo sobre o mundo. O símbolo só era usado por pessoas muito importantes e poderosas.

e) Com base nos elementos da imagem, como você interpreta a iluminura?

Embora a resposta seja pessoal, estimule os alunos a usar as respostas anteriores para construir uma interpretação para a imagem. Lembre os alunos de que a Germânia, região onde Frederico I nasceu e viveu, foi o berço dos povos "bárbaros", que invadiram e se apossaram dos territórios romanos. Contudo, aos poucos, esses migrantes foram se cristianizando até serem submetidos à autoridade da Igreja. No século XI, Frederico I tentou enfrentar o poder do papa, mas acabou sendo derrotado. Depois de se reconciliar com o papado, colocou-se à serviço da Igreja, partindo para as Cruzadas junto a outros reis europeus. Na figura, vemos Frederico I imbuído de autoridade e de poder para defender o mundo cristão.

Para o Capítulo 9

1 Na Europa ocidental, uma das grandes preocupações das autoridades religiosas medievais era manter a homogeneidade da doutrina cristã entre os fiéis. Por isso, empreendeu forte repressão às chamadas heresias. O que eram as heresias e por que ameaçavam o poder da Igreja?

Heresias eram os desvios, intencionais ou não, da doutrina oficial da Igreja, definida pelas autoridades eclesiásticas. O risco que as heresias ofereciam era o da fragmentação, uma vez que a proliferação de seitas e de interpretações livres dos textos sagrados poderia

abalar a autoridade do papa sobre a cristandade e criar outros núcleos religiosos além dos controlados por ele.

2 Devido à influência exercida pela Igreja cristã durante a Idade Média na Europa ocidental, grande parte das obras artísticas, filosóficas e literárias produzidas no período foi marcada pelo teocentrismo.

a) O que é teocentrismo? Se necessário, pesquise o conceito em dicionários ou em *sites* e, em seguida, anote no caderno.

A palavra teocentrismo significa "Deus (*theos*) no centro (*kentron*)", e remete à ideia de que Deus seria o fundamento de tudo e a razão de todas as coisas. Assim, as explicações para todos os acontecimentos e fenômenos poderiam ser dadas pela compreensão dos textos sagrados.

b) Após a definição do conceito de teocentrismo, reúna-se em grupo de três colegas. Pesquisem em livros, revistas ou em *sites* exemplos de obras medievais em que seja possível identificar elementos do teocentrismo. Selecionem uma das obras pesquisadas (ela pode ser trecho de obra literária, escultura, pintura ou uma obra arquitetônica produzida na Idade Média). Numa apresentação breve para os demais colegas da classe, expliquem a relação entre o trecho/imagem escolhido e a mentalidade cristã que predominou na Europa ocidental durante a Idade Média.

Verifique como os alunos lidam com o conceito de teocentrismo e se eles identificam nas obras escolhidas concepções, símbolos, temáticas e crenças cristãs. A atividade de apresentação dos trios deve ser rápida e compor um painel da cultura medieval. Para que os alunos percebam apropriadamente o conjunto da produção do período, pode-se produzir uma linha do tempo da Idade Média em uma longa tira de papel *Kraft*, dividida em "Alta" e "Baixa Idade Média". Solicite a cada grupo que cole nela a imagem ou o trecho selecionado de obra no período correspondente.

Análise de filme

Para trabalhar com os conceitos de ***feudo, cavalaria, suserania e vassalagem*** e ***sociedade estamental***, sugerimos a exibição do filme *O senhor da guerra* (Direção de Franklin S. Schaffner. Estados Unidos, 1965, 122 min). Sendo um filme histórico, é preciso destacar aos alunos que a análise deve considerar os contextos históricos da época de sua criação, bem como o contexto histórico dos assuntos que busca tratar. Para isso, é preciso estabelecer um diálogo entre Cinema e História, considerando suas linguagens e especificidades particulares, destacando a necessidade do olhar crítico sobre o filme. Como sugestão, reproduzimos a seguir um texto que pode ajudá-lo na condução da análise desse filme:

> [...] Um exemplo pode ser encontrado num dos filmes medievais mais realistas, *O Senhor da guerra* (1965), em que a fotografia, a cenografia e o figurino, muito bem elaborados, primam pela fidelidade ao momento que pretende retratar. Ambientado no século XI, a vestimenta dos guerreiros normandos lembra muito a dos guerreiros que aparecem na Tapeçaria de Bayeux, da condessa Matilde de Flandres – bordada no princípio do século XII e considerada a melhor representação visual da Batalha de Hastings (1066). Esta produção cinematográfica pouco convencional rejeita a monumentalidade dos filmes épicos do período, dedicados a grandes personalidades da história ou a heróis imbatíveis (como ocorria com El Cid, lançado poucos anos antes), abandonando os grandes cenários e a presença de massa de figurantes para enfocar com simplicidade e dramaticidade as tensões e conflitos entre senhores feudais e camponeses na França do século XI. Trata-se de um dos filmes que melhor retratam o universo fechado, hierarquizado, místico mesmo, da sociedade feudal.
>
> O enredo transcorre supostamente no princípio do século XI, quando um guerreiro a serviço do duque da Normandia recebe a incumbência de guardar uma fortaleza, situada numa aldeia dos confins da antiga região da Armórica – área habitada por populações de origem celta. Crysagon Delacroix, junto com seu irmão mais novo, Drako, seguido por seu homem de confiança, Boorz, e por uma tropa de guerreiros, tem pela frente a difícil tarefa de defender os aldeões contra o ataque dos temíveis povos Frísios – que periodicamente saqueiam a região. A relação entre o senhor da fortaleza e os camponeses altera-se no momento a partir do qual Delacroix se vê atraído pela bela Bronwyn, prometida em casamento a Mark, filho do ancião da comunidade. Invocando o "direito à primeira noite", o senhor da guerra vê-se dividido entre a obrigação de libertar a recém-casada na manhã seguinte ao enlace matrimonial ou mantê-la consigo, correndo o risco de despertar a oposição tanto dos camponeses quanto de seu próprio irmão.
>
> Numa das sequências mais belas, assistimos ao casamento de Bronwyn. Ao contrário da maioria dos filmes de recriação histórica, que nestes casos reproduz o ritual de casamento cristão tal qual ocorre hoje, aqui vemos uma proposta de recriação de provável cerimônia pagã, o enlace sendo realizado pelo pai do noivo (em vez do padre), diante de uma pedra e de uma árvore cultuadas como sagradas, e diante dos demais membros da aldeia, muito dos quais mascarados de animais (galos, veados, porcos). Após os gestos que consagram o enlace, toda a comunidade põe-se numa dança frenética, a noiva sendo passada de mão em mão pelos homens fantasiados, outros homens e mulheres entregando-se a danças lascivas, alguns caindo pelo chão, numa orgia coletiva.
>
> Eis uma questão interessante, porque embora muito se tenha falado nos últimos tempos a respeito do casamento e da família medieval, as referências invariavelmente dizem respeito aos estratos dominantes da sociedade feudal, quer dizer, aos membros da nobreza. Sabe-se muito pouco das formas de sociabilidade do mundo camponês, e quase nada sobre a maneira pela qual os aldeões realiza-

vam o casamento. Vemo-nos diante de uma situação que mostra bem as especificidades das narrativas paralelas criadas por historiadores e por romancistas, roteiristas e diretores. Enquanto os pesquisadores medievalistas se conformariam com a inexistência documental de provas, nada dizendo sobre algo que não pode ser comprovado, os outros não hesitam em ocupar os espaços em branco da memória histórica, recriando e, em alguns casos, criando uma realidade plausível, mas não provada.

De fato, é difícil demonstrar que o ritual de casamento camponês no século XI ocorresse da maneira como é mostrada no filme, porque simplesmente não há evidências suficientes para tal. Não obstante, em filmes posteriores que evocam de algum modo os costumes camponeses do medievo imagens similares reaparecem.

MACEDO, José Rivair. Introdução: Cinema e Idade Média: perspectivas de abordagem. In: MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). *A Idade Média no cinema*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. p. 13-47.

Antes da exibição do filme, oriente os alunos a observar os seguintes aspectos e a registrar aquilo que lhes ocorreu a respeito deles:

- Início do filme: registre onde e quando a história transcorre, quem é a personagem principal, para que função ela foi designada e por quem o foi.
- Identifique as personagens que acompanham Sir Chrysagon de la Cruex na abertura da história: quem são e que relação mantêm com a personagem principal? Dê especial atenção à relação de Sir Chrysagon com seu irmão, Draco.
- Preste atenção à maneira como os nobres veem os camponeses e como são vistos por estes: que expectativa, medo, fantasias cada grupo tem em relação ao outro?
- A cena em que Sir Chrysagon julga os camponeses que foram pegos caçando é importante: preste atenção aos diálogos que se seguem.
- A cena em que Sir Chrysagon exige o direito de passar a primeira noite com Bronwyn, a jovem noiva por quem se sente atraído. Acompanhe com atenção os diálogos entre ele e Odins, o ancião da vila.
- Concentre-se nos últimos diálogos entre Chrysagon e Bors, por ocasião da luta contra os frísios. Do que eles falam? Com que perspectivas contam?

2 Depois da exibição do filme, organize os alunos em grupos e, com base nos registros de suas observações, peça a eles que respondam às seguintes questões:

a) Qual personagem do filme vocês apontariam como sendo um senhor feudal? Por quê?
O senhor feudal é representado por Sir Chrysagon, que recebeu do Duque um feudo localizado numa região distante da Bretanha, com a missão de defender o reino dos ataques dos frísios.

b) Caracterize o feudo dessa personagem.
O feudo era constituído por uma porção de terra localizada numa região erma e pouco fértil, sujeita a ataques de invasores, e onde havia pouco mais do que uma torre.

c) Essa personagem tinha um suserano? Identifique-o.
Sim, o suserano de Sir Chrysagon era um duque.

d) Essa personagem tinha vassalos? Identifique-os.
Sim, todos os cavaleiros que o acompanham são seus vassalos, até seu irmão, Draco.

e) Que obrigações ligavam, no filme, suseranos e vassalos?
Em relação ao seu suserano, o duque, Sir Chrysagon tinha a obrigação de defender o reino dos ataques dos frísios e manter os camponeses em paz e trabalhando. Aos seus vassalos assegurava abrigo e alimentação em troca de lealdade e apoio militar.

f) No filme, como nobres e camponeses veem uns aos outros?
Os nobres desprezam e temem os camponeses, que são vistos como bestas pagãs; os camponeses, por sua vez, oscilam entre a admiração e o rancor em relação aos nobres. O que o filme mostra é uma relação ambígua, permanentemente marcada pela instabilidade e pela tensão.

g) No filme, um ato de Sir Chrysagon funciona como gatilho para a ruptura de todos os laços que mantinham o equilíbrio das relações sociais. Identifiquem-no e analisem suas consequências.
O gatilho é a decisão de Sir Chrysagon de se casar com uma camponesa. Ao romper com as regras sociais, que não permitiam que um nobre se unisse a uma plebeia, Chrysagon dá margem à eclosão de outras manifestações de subversão, como a desobediência dos camponeses e a traição de Draco. Assim, o filme nos apresenta a sociedade feudal como assentada sobre um equilíbrio frágil, na qual qualquer pequeno desvio poderia desencadear uma situação caótica, anárquica.

Outros aspectos da sociedade medieval podem ser trabalhados por meio do filme, como o papel da mulher e a religiosidade. Caso haja interesse em explorar esses aspectos, acrescente novos itens às orientações de observação e elabore questões sobre esses assuntos para guiar as reflexões depois da exibição do filme.

3 Depois de os alunos terem respondido ao questionário, peça a cada grupo que apresente suas conclusões ao resto da sala. Quando houver discrepância entre as respostas, estimule os alunos a discuti-las até chegarem a uma conclusão.

Construção de infográfico

Sugerimos a elaboração de um infográfico sobre as Cruzadas, com o objetivo de fazer com que os alunos busquem integrar diferentes informações estudadas sobre o tema, articulando-as em torno e a partir de uma imagem.

Para iniciar a atividade, explique aos alunos o que é um infográfico. Durante a explicação, circule pela sala alguns

exemplos de infográficos disponíveis nos principais jornais brasileiros e revistas informativas semanais, além de revistas sobre História. Os infográficos consistem na apresentação de várias informações sobre um determinado tema – incluindo textos (em geral curtos, variando de 400 toques no texto principal a 200 toques nos comentários e legendas), imagens, mapas e gráficos, dependendo de cada caso – , reunidas de forma articulada num único suporte (que pode ser digital ou papel).

Sugerimos que os infográficos sejam elaborados numa cartolina para posterior exposição.

A seguir, divida os alunos em grupos de 5 ou 6 pessoas e determine alguns assuntos que poderão ser tratados nos infográficos. Veja algumas sugestões:

- A Cruzada das crianças
- A Cruzada dos Reis
- A disputa por Jerusalém
- Cavaleiros templários e hospitalários
- A tomada de Acre

Os assuntos escolhidos deverão ser pesquisados em fontes variadas, como livros e revistas de História, *sites* e livros didáticos. A pesquisa deve buscar não apenas informação escrita, mas também informação visual (por exemplo, imagens das roupas usadas pelos templários, armas empunhadas pelos cruzados, imagens de Jerusalém, etc.).

O trabalho pode ser organizado nas seguintes etapas:

1. Pesquisa e planejamento do projeto (em sala: uma aula).
2. Primeira avaliação feita pelo professor.
3. Finalização (em casa: correção segundo indicações recebidas na primeira avaliação e elaboração plástica).
4. Avaliação final, na qual cada grupo apresenta seu trabalho.

Depois de prontos, os infográficos podem ser afixados na sala de aula ou nos corredores da escola.

Atividade interdisciplinar com Filosofia relacionada ao tema do Capítulo 8

SERVIDÃO E DOMINAÇÃO

Introdução

A questão da servidão e dominação, conforme estudamos pela História, é de extrema importância também para nos fazer refletir sobre suas formas atuais. Em que medida se pode pensar as formas de servidão, de sujeitamento, contemporâneos, para além de sua concretude nos trabalhos semiescravos, no trabalho infantil, na miséria, por exemplo? Seria possível pensar em formas de se estar sujeito a ordens alheias à vontade própria de cada um, sem mesmo que se perceba isso?

O filósofo francês Michel Foucault, nascido em 1926 e morto em 1984, ficou muito conhecido pela importância de seus estudos sobre o sujeito. A ideia que sempre o seduziu foi a de fazer uma "história do sujeito", ou, antes, do que ele mesmo chamou de **modos de subjetivação**. Sua abordagem histórica da questão da subjetividade é, claramente, uma oposição à visão cartesiana de sujeito: um ser que pensa e por isso existe, que pensa, independentemente de qualquer entorno histórico. A entidade razão, que caracteriza o sujeito da modernidade, dá-lhe uma substância, uma essência imutável. Para Foucault, no entanto, o sujeito não é uma substância, mas uma forma e, ainda mais importante, é uma forma que nem sempre é idêntica a si mesma. Ou seja, o sujeito, necessariamente, vai sendo moldado, vai tomando sua forma, historicamente, em relação aos processos pelos quais passa e com os quais interage. Sendo assim, o questionamento dos universais "o homem", "a razão", "a natureza", etc. devem ser constantemente questionados e esmiuçados em sua constituição histórica para que se encontre não uma história da humanidade, mas uma história das práticas de constituição do sujeito – os modos de subjetivação –, história essa

Jerónimo Alba/Alamy/Latinstock.

na qual o sujeito não é fundamento, mas efeito de constituição. Quais são os regimes de verdade aos quais o sujeito está submetido em cada momento? O que determina e como são determinados os modos de constituição do sujeito?

Assim sendo, o estudo das relações entre o sujeito e o poder é de fundamental importância. Trata-se de saber a que se deve submeter o sujeito, que estatuto deve ter, que posição deve ocupar para ser sujeito legítimo de conhecimento.

Os processos de subjetivação são ao mesmo tempo de objetivação. Os homens se tornam objetos de estudos, de classificações, de encaixe em determinados modos, que constituem o que é a verdade em cada momento. É nesse sentido que Foucault desenvolve seus estudos filosóficos "A História da Loucura" e "A História da Sexualidade", por exemplo. Ele busca a gênese dos modos de objetivação do sujeito, exercidas no que chamou de **práticas que dividem**, por meio das quais o sujeito é dividido em si mesmo ou em relação aos outros, como a divisão entre os loucos e os normais, os criminosos e os bons, etc. Assim como busca nos modos como o ser humano se transforma em sujeito, na maneira como se reconhece enquanto **x** ou **y**, como reconhece em si uma determinada sexualidade, por exemplo.

Como se poderia pensar os modos atuais de subjetivação? A que regimes de verdades se está contemporaneamente submetido, que modos de vida se impõem na constituição dos sujeitos hoje? Que formas moldam as subjetividades, quais são as condições que as modulam? Quais os poderes que governam a vida hoje? É indiscutível o papel da Filosofia na construção de ideias livres, complexas, criteriosas e criadoras do mundo e de si mesmo. Nesse sentido essa atividade intenta, por meio de conceito de **modos de subjetivação**, de Foucault, dar subsídios para os alunos pensarem criticamente suas condições de humanidade.

Objetivos

- Contribuir para o entendimento dos alunos da possibilidade do uso do estudo da história dos homens como um elemento de crítica e reflexão sobre a vida dos homens, em qualquer tempo, inclusive o deles mesmo, aqui e agora.
- Contribuir, por meio de estudo de conceitos filosóficos, para tornar mais complexa e crítica a compreensão que os alunos possam ter do mundo e de si mesmos dentro dele.
- Levar à compreensão do papel e da importância da discussão sobre as relações entre poder e sujeito, hoje.
- Incentivar o desenvolvimento da criatividade por meio da criação de apresentação de estudo de pesquisa realizado.
- Desenvolver capacidade de trabalhar colaborativamente.
- Desenvolver conhecimento e prática de procedimentos para coletar, selecionar e sintetizar dados em diferentes fontes de pesquisa.

Conteúdos

Modos de subjetivação – relações entre sujeito e poder – formas contemporâneas de submissão.

Tempo estimado

Equivalente a 10 aulas.

Desenvolvimento das atividades

- Numa primeira fase, de sensibilização para o tema a ser estudado, proponha uma abordagem, ainda sem importar o rigor conceitual, uma fase de "achismos", sobre o tema dos modos de subjetivação. Não é necessário que se fale explicitamente

Vincent Kessler/POOL/AFP

sobre esse conceito de Foucault nesse início. Traga para a aula a canção *Faroeste Caboclo*, de Renato Russo, de preferência o áudio, para que possam ouvir e ainda melhor se for possível reproduzir a letra para que os alunos possam acompanhar. Não é necessário, para o desenvolvimento dessa atividade, que seja essa a canção apresentada. O professor pode escolher outra que considere mais adequada à realidade de sua escola, contanto que cumpra as mesmas funções nessa aula.

- Assim que acabarem de ouvir a canção, faça um diálogo livre, sobre a vida de João de Santo Cristo e peça a eles que reconstituam sua biografia. Faça perguntas que instiguem os alunos a perceber os modos de subjetivação que estão implicados nessa história de vida. O que é que vai moldando e modulando as ações do personagem? Quais os valores e verdades nas quais se baseia para tomar suas decisões? Incentive-os a questionar se, a despeito de tudo isso, dos acontecimentos, das tradições, dos costumes e moral vigentes, é possível criar outras saídas para os problemas com os quais nos deparamos na vida.
- Com base nesses questionamentos iniciais, proponha aos alunos o trabalho de reflexão e estudo sobre a questão: quais as condições de subordinação e dominação hoje, que moldam a vida dos homens, social, cultural, econômica e politicamente?
- Esclareça que cada aluno poderá escolher um dos temas a seguir para investigar e, a partir desse interesse pelo tema, os grupos se formarão.
- No Capítulo 8: *A formação da Europa*, estudamos os mecanismos de subordinação e dominação sociais, culturais, econômicos e políticos, na Idade Média. Vemos ali, explicitamente, condições, que hoje poderíamos chamar de violentas, contra a liberdade dos homens. Como podemos pensar subordinação e dominação hoje? Fazendo uma descrição generalizada, podemos dizer que se vive hoje, em quase todo o mundo ocidental, em nações organizadas sob os ideais da democracia. As pessoas votam para escolher seus representantes, têm liberdade de escolher seus trabalhos, podem ir e vir livremente. No entanto, poderíamos, ainda assim, pensar em formas de subordinação e dominação? Quais seriam elas?

Temas:

1 – pensar a subordinação/dominação que a propaganda/*marketing* produz;
2 – pensar a subordinação/dominação que os programas de TV, como novelas, programas de auditório, etc. produzem;
3 – pensar a subordinação/dominação que a moda produz;
4 – pensar a subordinação/dominação que a tradição e os costumes produzem;
5 – pensar a subordinação/dominação que a miséria produz;
6 – pensar a subordinação/dominação que a turma de amigos/ e o(a) namorado(a) produzem;
7 – pensar a subordinação/dominação que a ausência de educação e cultura produz.

- Ajude os alunos a se organizarem em grupos, segundo os temas escolhidos e a planejarem sua pesquisa.
- Idealmente, os alunos devem ter acesso à internet para buscarem definições, exemplos e estudos (artigos de jornal, artigos em *blogs*, em portais de universidades, em bibliotecas virtuais, etc.) sobre o tema. Se isso não for possível, que seja na biblioteca da escola. Essa é a primeira fase da pesquisa, a fase de coleta de dados. O professor deve acompanhar os grupos e ajudá-los a escolher fontes confiáveis.
- Peça aos alunos, organizados em grupos e com o material coletado em mãos, que distribuam as tarefas de leitura do que foi selecionado. Eles vão dividir o trabalho de leitura para, posteriormente, compartilhar a compreensão do que foi lido. Cada aluno deverá relatar para os demais de seu grupo o que leu.
- Acompanhe esse trabalho em cada grupo, pela classe, e faça com que prestem atenção na participação de todos e na colaboração. Deixe claro que é necessário que cada aluno e o grupo façam registros das fontes consultadas, resumos de autoria própria dos materiais examinados e que a elaboração da apresentação dos resultados do trabalho do grupo para a classe deve ser coletiva.
- Os alunos deverão preparar uma apresentação criativa para o tema estudado. Por exemplo, o grupo que estuda propaganda/*marketing* pode tanto inventar uma propaganda e depois analisar como é que se está tentando vender algo – como é que se influenciam as pessoas por meio das propagandas comerciais –, ou pode apresentar propagandas que já existem e estão circulando na mídia, para fazer a apresentação das reflexões do grupo sobre o tema.
  É desejável que, além da apresentação das reflexões, cada grupo traga/elabore/crie um objeto que leve à compreensão do tema (assim como o professor trouxe a canção de Renato Russo para a aula).
- Depois da apresentação de cada grupo, a classe poderá fazer perguntas, questionamentos e observações. É desejável esse tipo de diálogo sobre um determinado objeto de conhecimento.
- Avaliação: o objetivo principal dessa atividade é fazer com que os alunos percebam relações entre formas de vida dos homens no passado e hoje. Que possam entender (e praticar) o uso do estudo da História como um elemento de crítica e reflexão sobre a vida dos homens, em qualquer tempo. O estudo desse capítulo do livro enseja a reflexão sobre a questão da subordinação/dominação na própria vida. Sendo assim, a avaliação deverá se basear nessa ideia. Não se tratará aqui de verificação de entendimento de determinado conceito. Além disso, é interessante que o professor use também como critérios de avaliação a capacidade de trabalhar coletivamente, de cada aluno, e a organização da pesquisa nas fases de coleta de dados, estudo/reflexão e apresentação.
- Considere a possibilidade de, depois da apresentação dos grupos, dar uma aula que exponha o conceito de **modos de subjetivação**, de Foucault, preparada a partir das obras indicadas a seguir.

Sugestões de leitura para o professor

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Indicações de fontes para o estudante

BUZZI, A. R. *Filosofia para principiantes*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.